



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

JOÃO COSTA DE OLIVEIRA

HIDRELÉTRICAS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU, NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2017

JOÃO COSTA DE OLIVEIRA

**HIDRELÉTRICAS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU, NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Roberto Martins.

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Oliveira, João Costa de
HIDRELÉTRICAS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE
DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU, NA PERSPECTIVA DA
SUSTENTABILIDADE/ João Costa de Oliveira. -- 2017.
406 f.:il.

Orientador: Dr. Sérgio Roberto Martins.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável -
PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Hidrelétricas. 2. Território. 3. Desenvolvimento.
4. Sustentabilidade. 5. Movimentos Socioterritoriais. I.
Martins, Dr. Sérgio Roberto, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOÃO COSTA DE OLIVEIRA

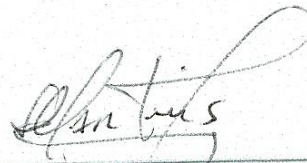
TÍTULO: "Hidrelétricas, Território e Desenvolvimento: Uma Análise do Território Cantuquiriguaçu, na perspectiva da Sustentabilidade".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 07/04/2017

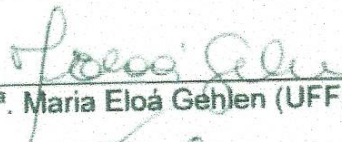
Presidente da Banca: Prof^o. Dr^o. Sérgio Roberto Martins

Aprovado em: 07/04/17


BANCA EXAMINADORA



Prof^o. Dr^o. Sérgio Roberto Martins



Prof^o. Dr^a. Maria Eloá Gehlen (UFFS)



Dr^o. Valdemar Ari (Rede Ecovida)

Laranjeiras do Sul/PR, abril de 2017

À todos e à todas que militam nas causas populares e que fazem gestar um novo mundo com vida em abundância para tudo o que é vivente e com respeito àquilo que não respira!

À esposa Doriane, companheira de vivências, de luta e de sonhos!

Aos filhos: Ana Carolina e João Gabriel pela compreensão precoce da urgência e da necessidade das lutas de massa na transformação do mundo.

Aos companheiros e companheiras militantes do MAB, símbolos vivos da denúncia dos direitos humanos violados por “donos” de barragens, e, semeadores da esperança e da rebeldia entre os atingidos!

Aos companheiros e companheiras de luta que tornaram a UFFS um sonho real.

Aos colegas de CONDETEC que ousaram na proposição de políticas de caráter transformador, revolucionário e sustentável.

Aos companheiros e companheiras que tombaram em meio às lutas por melhores dias ao povo, neste Território.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a presença e a colaboração de pessoas caras a mim antes e durante a concepção/elaboração do mesmo e que determinaram vários de seus elementos e aspecto. São elas: meus pais Ana e Pedro (*in memoriam*), irmãos e irmãs: Maria Gonçalves da Costa (*in memoriam*), José Gonçalves da Costa, Sebastião Gonçalves da Costa, Antonio Gonçalves da Costa, Helena Gonçalves Gandin, Jorge Gonçalves de Oliveira, Pedro Costa de Oliveira, Ana Rosa Costa de Oliveira, Lúcia Gonçalves da Costa e Joaquim Gonçalves da Costa. Estes estão na base de minha formação humana e participam intensamente de minhas elaborações, para muito além do incentivo, ao lado de minha esposa e companheira Doriane e dos filhos Ana Carolina e João Gabriel a quem agradeço imensamente pelo apoio, carinho e compreensão.

Igualmente grato sou àqueles que contribuíram diretamente para com o conteúdo e a forma deste trabalho: professores e professoras do PPGADRS, colegas mestrandos e mestrandas, militantes dos diferentes movimentos socioterritoriais (em especial MAB, MST e MPA), membros de entidades e órgãos dedicados ao trabalho com camponeses atingidos ou não por barragens. Agradecimento especial ao professor Dr. Sérgio Roberto Martins que aceitou a tarefa de orientar-me na busca por elementos da materialidade do objeto e na construção do presente trabalho. Sua cordial atenção e acurada competência tornaram a tarefa possível, mais leve e carregada de significado dentro escopo e das interações das temáticas que compõem o delineamento teórico e prático deste campo de pesquisa.

Aos professores Sérgio Roberto Martins, Pedro Ivan Christófoli, Gabriela Moura, Gilmar Franzener, Rosane Triches, Josemeire Leandrini, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Antonio Inácio Andrioli, Betina Muelbert, Joaquim Gonçalves da Costa, Paulo Mayer, Maria Eloá Gehlen (UFFS) e Arno Bento Mussoi (SEED/PR), Clério Plein (UFRGS), aos amigos Vilmar Rochi, Vilson Fontanella, Lourdes Gonçalves de Oliveira, Maristela da Costa Leite (MAB), Robson Sebastian Formica (MAB) e Carla Cristiane Pagliari (FACEOPAR), Valdemar Arl (REDE ECOVIDA), que me serviram com livros, artigos, audiovisuais e informações sobre a temática pesquisada, colaborando imensamente para com os resultados da pesquisa. À todos os professores e professoras do PPGADRS pelo conhecimento construído nas aulas. À Doriane de Fátima Bortoluzzi e Ana Carolina de Oliveira pelas fotografias

gentilmente cedidas e aos membros da Secretaria do Programa, na pessoa de Cristian Ricardo Pazzini pelo pronto e atencioso atendimento.

Enfim, sinceros agradecimentos a todos e a todas que de alguma forma contribuíram para com o meu desenvolvimento durante o curso e a pesquisa. Obrigado!

“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”.

Karl Marx

“Rio que leva nas águas, mistérios profundos, prá nunca voltar...”

Cenair Maicá

“O dinheiro é a essência alienada do trabalho e da existência do homem; a essência domina-o e ele adora-a”.

Karl Marx

"Esta chamada revolução [verde] liberou o território rural humano, juridicamente identificado como propriedade privada e exclusivo a um só ser humano contra todos os outros e contra todos os outros animais e plantas”.

Carlos Marés

NA BEIRA DO RIO

“Eu vi uma mulher e uma criança na beira do rio
A criança brincava, enquanto a mãe lavava a roupa
Mas chegaram alguns homens com roupas diferentes
Diferentes daquelas que a mulher lavava
E com algo diferente daquilo que a criança brincava
Cercaram o rio e ele encheu
E hoje a mulher não pode mais lavar a roupa ali
A criança não pode mais brincar na beira do rio
Pois o rio não é mais deles
As roupas já não são mais molhadas com água e sim com lágrimas
Na mão da criança já não mais o brinquedo
Na boca não mais o canto
Nos olhos não mais o brilho
Mudaram os cantos
Mudaram as palavras
Agora são cantos de justiça
Palavras de ordem
Nas mãos há ferramentas pronta pra serem usadas
E a bandeira que se choca contra o vento
E até mesmo o vento grita
E às vezes o vento quer fazer justiça por si mesmo
Pois arranca as bandeiras
E as leva contra os malfeitores
A chuva chora e enche ainda mais o lago da morte
Na intenção de que ele estoure
E de que suas águas voltem a ser vivas
E dêem alegria às mulheres e crianças
Que agora já não são mais duas, mas milhares e milhares que
Juntaram suas vozes e gritam aos sete ventos que
Água e energia não são mercadoria!”

RESUMO

A presente dissertação trata da problemática decorrente da contradição entre Desenvolvimento e Sustentabilidade mediada pela implementação de hidrelétricas em Territórios Rurais a partir do estudo das cinco principais UHEs – as usinas de Salto Caxias, Salto Osório, Salto Santiago, Salto Segredo e Foz do Areia – implantadas no Território Cantuquiriguaçu no Centro-Oeste do Paraná. O estudo consiste numa análise ancorada nos princípios e categorias do materialismo histórico-dialético e considera a implantação das referidas barragens não como um fenômeno isolado, mas com fortes interações com o modelo de desenvolvimento experimentado na região, ou seja, como afirmação da racionalidade técnico-científica que se impõe contra a natureza e as populações locais. A racionalidade capitalista baseada na ciência convencional e na aplicação prática da técnica e da tecnologia atinge também em paralelo, outras atividades econômicas no local, como a agricultura e a pecuária, gerando novas contradições. Juntas, essas atividades produzem intenso impacto sobre o meio socioambiental local em favor dos grupos dominantes, como revelaram os recursos da metodologia de *pressão, estado e resposta* - PER empregados na alimentação de indicadores. Estes indicadores possibilitaram aferir a confirmação da hipótese de que no atual modelo do setor energético brasileiro, as hidrelétricas não asseguram estratégias de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade no local e até mesmo, em escala nacional. A confirmação da hipótese referente às hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu não isenta, porém, as outras atividades econômicas no Território, uma vez que estas seguem o mesmo modelo e contribuem para com o agravamento dos baixos índices de desenvolvimento humano apontados pelos mesmos indicadores. Além da metodologia PER, utilizou-se a pesquisa documental em que foram consultados e analisados os planos de desenvolvimento, políticas públicas, diagnósticos socioeconômicos e ações dos movimentos sociais, entre outros, além da pesquisa bibliográfica. Os resultados alcançados permitem concluir que como um processo histórico esse modelo vem gestando sua própria superação cujo embrião consiste nas forças populares e nas *respostas* que estas vêm construindo em parceria ou, para além da ação governamental. O expressivo número de famílias acampadas e assentadas, a forte atuação de movimentos socioterritoriais como MST, MPA e MAB, bem como as ações transformadoras a exemplo da conquista da UFFS e a participação efetiva na elaboração de políticas públicas formam a materialidade do fortalecimento dessa contradição que pode mudar o curso do desenvolvimento rumo à sustentabilidade.

Palavras-chave: Hidrelétricas. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Território. Movimentos Socioterritoriais.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the problems arising from the contradiction between Development and Sustainability mediated by the implementation of hydroelectric plants (HP) in Rural Territories from the study of the five main HP - the Salto Caxias, Salto Osório, Salto Santiago, Salto Segredo and Foz do Areia plants - implemented in the Cantuquiriguaçu Territory in the Center-West of Paraná. The study consists of an analysis anchored in the principles and categories of the historical-dialectical materialism and considers the implementation of these dams not as an isolated phenomenon, but with strong interactions with the development model experienced in the region, that is, as an affirmation of the technical-scientific rationality which is imposed against nature and local populations. Capitalist rationality based on conventional science and the practical application of technique and technology also parallels other economic activities in the area, such as agriculture and livestock, generating new contradictions. Together, these activities have an intense impact on the local socioenvironment in favor of the dominant groups, as revealed by the resources of the methodology of pressure, state and response (PSR) employed in the feeding of indicators. These indicators made it possible to confirm the hypothesis that in the current model of the Brazilian energy sector, hydroelectric plants do not ensure development strategies in the perspective of sustainability in the local and even national scale. The confirmation of the hypothesis referring to hydroelectric plants in the Cantuquiriguaçu Territory does not, however, exempt other economic activities in the Territory, since they follow the same model and contribute to the worsening of the low human development indexes indicated by the same indicators. In addition to the PSR methodology, documentary research was used in which the development plans, public policies, socioeconomic diagnoses and actions of social movements, among others, were consulted and analyzed, in addition to bibliographic research. The results obtained allow us to conclude that as a historical process this model has been generating its own overcoming whose embryo consists of the popular forces and the responses that they have been building in partnership with, or apart from governmental action. The significant number of families encamped and settled, the strong performance of socio-territorial movements such as MST, MPA and MAB, as well as transformative actions such as the conquest of UFFS and effective participation in the elaboration of public policies form the materiality of strengthening this contradiction that can shift the course of development towards sustainability.

Keywords: Hydroelectric plants. Development. Sustainability. Territory. Socio-territorial Movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema ilustrativo da Metodologia PER	68
Figura 2 - Metodologia da avaliação socioambiental de UHEs, do MME	130
Figura 3 - Cartão postal com imagens de Salto Santiago em transformação devido às obras e implantação de alojamentos de trabalhadores	132
Figura 4 - Métrica do Indicador de Interferência na Infraestrutura	142
Figura 5 - Fórmula de Cálculo para Incremento Temporário na arrecadação municipal	146
Figura 6 - Fórmula para Cálculo da Arrecadação Anual de ISS.....	146
Figura 7 - Fórmula para Cálculo da Compensação Financeira aos Municípios	150
Figura 8 - Equação para Estimativa de Arrecadação dos Municípios Atingidos	150
Figura 9 - Fórmula para Cálculo de Energia gerada para Compensação Financeira	151
Figura 10 - Equação para determinar a Compensação Financeira (CF)	151
Figura 11 - Croqui para implantação do Projeto PAIS (Integração entre cultivo de verduras e criação de galinhas visando à subsistência de famílias camponesas atingidas).....	307
Figura 12 - Fluxo de implantação das Tecnologias Sociais: PAIS e ASBC	314
Figura 13 - Representação esquemática do objetivo geral da proposta do Programa Camponês.....	322
Figura 14 - Diagrama dos eixos de atuação e direcionamento dos financiamentos	323
Figura 15 - Diagrama das principais instâncias de gestão do Programa Camponês.....	326
Figura 16 - Diagrama com os principais elementos e a articulação de políticas necessárias para execução do Programa Camponês.....	327
Figura 17 - Disputas Paradigmáticas no Campo.....	358

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Deslocamento do rio Iguaçu de seu leito natural: Represa de Salto Santiago	111
Foto 2 - Cobertura vegetal próximo à Usina de Salto Segredo	117
Foto 3 - Vegetação formada e novamente inundada após deplecionamento na Represa de Salto Santiago.....	120
Foto 4 - Comportas da Barragem de Salto Santiago no rio Iguaçu	127
Foto 5: Construção de horta modelo, em regime de mutirão	308
Foto 6 - Instalação de sistema de irrigação.....	309
Foto 7 - Produção de verduras e galináceos em hortas do Projeto PAIS.....	310
Foto 8 - Distribuição dos kits ASBC (placa solar, boiler, e encanamentos).....	311
Foto 9 - Hora do chimarrão antes do almoço coletivo em mutirão para construção de horta: resgate da cultura campesina	312

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- IDHM do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil: comparativo em 1991, 2000 e 2010	78
Gráfico 2 - Índice de Gini do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil em 1990, 2000 e 2010	79
Gráfico 3 - Matriz energética (elétrica): Evolução	106
Gráfico 4 - Matriz elétrica: Evolução da capacidade	107
Gráfico 5 - Acréscimo da capacidade hidrelétrica instalada em MW	108
Gráfico 6 - Os 10 Agentes de maior capacidade instalada no país (Usinas em operação)	110
Gráfico 7 - Impactos socioambientais e benefícios socioeconômicos das UHEs	130
Gráfico 8 - Métrica do Indicador de perda de vegetação nativa	133
Gráfico 9 - Métrica para medição de Transformação de Ambiente Lótico em Lêntico	136
Gráfico 10 - Métrica do Indicador de População Afetada	138
Gráfico 11 - Métrica do Indicador de Interferência em Infraestrutura	143
Gráfico 12 - Métrica do Indicador: Empregados Gerados	145
Gráfico 13 - Métrica para atribuição de valores ao Indicador de Incremento Temporário na Arrecadação Municipal	148
Gráfico 14 - Métrica do Indicador de Incremento Permanente na Arrecadação Municipal	152
Gráfico 15 – Valor adicionado por Setor da Economia: Paraná e Cantuquiriguaçu	154
Gráfico 17 - Participação do Cantuquiriguaçu no Valor Adicionado Paranaense	174
Gráfico 18 - Brasil: Perfis da propriedade da terra entre 1960 e 2006	184
Gráfico 19 - Controle acionário da Tractebel em 31/12/2012	198
Gráfico 20 - Brasil: Salário Mínimo (Valores em R\$) de 2000 a 2016	224
Gráfico 21 – Brasil: Variação acumulada da Pobreza de 2002 a 2012	225
Gráfico 22 – Brasil: Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Extrema Pobreza	226
Gráfico 23 - Cantuquiriguaçu: Redução da População Pobre	227
Gráfico 24 - Brasil: Transferências Sociais do Governo Federal	228
Gráfico 25 - Brasil: Impacto dos Benefícios Previdenciários sobre a Pobreza	229
Gráfico 26 - Brasil: Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais (1986 a 2006)	238
Gráfico 27 - Brasil: Conflitos por terra em 2015 (em número de famílias)	240
Gráfico 28 - Brasil: Terras devolutas em 2003	241
Gráfico 29 - Cantuquiriguaçu: Operações do Pronaf (Número de Contratos em %)	286

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1- Os vinte municípios que compõem o Território Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná	77
Mapa 2 - Bacia Hidrográfica do rio Iguaçu, no Paraná.....	80
Mapa 3 - Localização das principais Hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu, impactando o rio Iguaçu e afluentes	81
Mapa 4 - A "Sesmaria dos Nogueiras", ou, Fazenda Laranjeiras.....	93
Mapa 5 - Degradação dos solos no Território Cantuquiriguaçu	103
Mapa 6 - Uso do solo no Território Cantuquiriguaçu em 1980	114
Mapa 7 - Desmatamento no Paraná em 1965 (23,92% de florestas).....	115
Mapa 8 - Uso do solo no Território Cantuquiriguaçu no início da década de 2000	122
Mapa 9 - Cobertura vegetal no Paraná em 1990 (7,59%).....	123
Mapa 10 - Vegetação paranaense em 2005 (3,40% de cobertura)	124
Mapa 11 - Terras Indígenas atingidas por Hidrelétrica no Cantuquiriguaçu	141
Mapa 12 - Brasil: espacialidades do campo	233
Mapa 13 - Brasil: predominância de áreas de "Posse" (2003).....	236
Mapa 14 - Cantuquiriguaçu: Terras e territórios Quilombolas, Indígenas e da Reforma Agrária	247
Mapa 15 - Cantuquiriguaçu: Estruturas associativas, Cooperativas, educacionais e de Assistência Técnica e Extensão Rural (2006)	249
Mapa 16 - Brasil: Mesorregiões compreendidas pelo PNDR	264
Mapa 17 - Mesorregião grande Fronteira do Mercosul, com projetos do PROMESO no rio Grande do Sul.....	265
Mapa 18 - Brasil: Rede Pública de Ensino Superior - Universidades criadas de 1808 a 2002, de 2003 a 2010 e 2011 a 2014 (previstas)	267
Mapa 19 – Brasil: A Crise Hídrica e sua espacialidade	299
Mapa 20 - Municípios de atuação das organizações vinculadas ao MPA a partir da Cooperativa de Produção Camponesa (CPC), com sede em Porto Barreiro-PR.....	319

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dimensões/Indicadores de <i>pressão, estado e resposta</i>	71
Quadro 2 - Principais UHEs e área alagada (em Km ²)	125
Quadro 3 – Ficha Técnica do Indicador: perda de vegetação nativa	134
Quadro 4 - Ficha Técnica do Indicador: Interferência em UC	135
Quadro 5 - Ficha Técnica do Indicador: Transformação de Ambiente Lótico em Lêntico	137
Quadro 6 - Ficha Técnica do Indicador: População Afetada	139
Quadro 7 - Ficha Técnica do Indicador: Interferência em TI.....	141
Quadro 8 - Ficha Técnica do Indicador: Interferência na Infraestrutura	143
Quadro 9 - Ficha Técnica do Indicador: Empregos Gerados	145
Quadro 10 - Ficha Técnica do Indicador: Incremento Temporário na Arrecadação Municipal.....	149
Quadro 11 - Ficha Técnica do Indicador: Incremento Permanente na Arrecadação Municipal.....	153
Quadro 12 - Dados sobre Hidronegócio.....	160
Quadro 13 - Cantuquiriguaçu: Principais Culturas, Área Cultivada (em ha) e Produção	174
Quadro 14 - Royalties pagos pela UHESS aos municípios em 2014	194
Quadro 15 – Cantuquiriguaçu: Investimentos do PRONAT e PROINF (2003 a 2010)	230
Quadro 16 - Consumo de agrotóxicos em Kg per capita na região do Cantuquiriguaçu e entorno ...	245
Quadro 17 - Cantuquiriguaçu: Quadro de atividades para definição do PST	289
Quadro 18 - Meta financeira para ATER no PST.....	293
Quadro 19 - Meta financeira pra o Crédito no PST.....	293
Quadro 20 - Meta financeira para a Comercialização no PST.....	293
Quadro 21 - Propostas para as "Novas Políticas"	294
Quadro 22 - Metas financeiras para as "Novas Políticas"	295
Quadro 23 - Resumo das Políticas e Metas Financeiras para o conjunto de ações do PST	296
Quadro 24 – Eixos Temáticos do Projeto PAIS.....	313
Quadro 25 - Recursos disponibilizados pelo Plano Safra 2016/2017	314
Quadro 26 - Projeções de atendimento e valores a serem destinados ao Programa Camponês nos três anos iniciais de implantação	328
Quadro 27 - Resultados das Dimensões/Indicadores de pressão, estado e resposta	331

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Métrica do Indicador de interferência em UC.....	134
Tabela 2 - Métrica do Indicador de Interferência em TI (Terra Indígena).....	140
Tabela 3 - Cantuquiriguaçu: Operações do Pronaf	286

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA Área Diretamente Atingida

ADAI Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual

AFEM Auxílios Financeiros de Emendas de Mandato

AMC Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu

AMOCENTRO Associação dos Municípios do Centro do Paraná

ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica

ARCAFAR Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil

ASBC Aquecedor Solar de Baixo Custo

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

BB Banco do Brasil

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BM Banco Mundial

CANTUQUIRIGUAÇU Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDDPH Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CDR Conselho de Desenvolvimento Rural

CEAGRO Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

CEDRAF Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

CEF Caixa Econômica Federal

CEGET Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CIAT Comissão de Implantação das Ações Territoriais

CEM Coordenadoria Especial da Mulher

CEPAL Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CESAP Centro de Elaboraões, Assessoria e Desenvolvimento de Projetos

CFR Casa Familiar Rural

CLAF Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar

CMB Comissão Mundial de Barragens

CMDRS Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNDRS Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

COAMIG Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava Ltda.

COAMO Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão

CONDETEC Conselho de Desenvolvimento do Território do Cantuquiriguaçu

CONDRAF Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSAD Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

COOPAFI Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada

COORLAF Cooperativa de Leite da Agricultura familiar

CPT Comissão Pastoral da Terra

CRESOL Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária

CSD Comissão para o Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas

CUT Central Única dos Trabalhadores

DNA-Brasil Índice de Desenvolvimento Humano que inclui sete dimensões da realidade brasileira

DER/PR Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná

DESER Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

DTR Desenvolvimento territorial rural

DETRAN Departamento de trânsito

ECOVIDA Rede de Agroecologia

EIA Estudo de Impacto Ambiental

EMATER Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EUA Estados Unidos de América

EZ/EC *Empowerment Zones and Enterprises Communities*

FAEP Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FAO Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FAU Fundação de apoio a UNICENTRO

FECILCAM Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

FETAEP Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FETRAF-SUL Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FHC Fernando Henrique Cardoso

FIPE Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FIDA Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI Fundo Monetário Internacional

FODEPAL Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina

FUNAI Fundação Nacional do Índio

GATT Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GTZ Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

IAF Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort

IAP Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDS Índice de Desenvolvimento Social

IICA Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPRS Índice Paulista de Responsabilidade Social

ISS Imposto Sobre Serviços

LEADER Integração das Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural

MAB Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS Ministérios do Desenvolvimento Social

MMA Ministério do Meio Ambiente

MMC Movimento de Mulheres Camponesas

MME Ministério das Minas e Energias

MIN Ministério da Integração Nacional

MPA Movimento dos Pequenos Agricultores

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAD Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEEP Núcleo de estudos de Políticas Públicas da universidade de Campinas

NRE Núcleo Regional de Educação

OCDE Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

OEA Organização de Estados Americanos

OGU Orçamento Geral da União

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organizações Não Governamentais

ONU Organização das Nações Unidas

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PAT Programa de Alimentação do Trabalhador

PCH Pequena Central Hidrelétrica

PIB Produto Interno Bruto

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDR Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGADRS/UFFS Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul

PROCERA Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PROMESO Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROINF Programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios

PTC Programa Territórios da Cidadania

PTDRS Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PTR Programa Territórios Rurais

PTS Projeto Terra Solidária

REA Relatório Descritivo de Atividades

RIMA Relatório de Impacto Ambiental

RIMISP Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural

RURECO Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Oeste

SAF Secretaria de Agricultura Familiar

SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAB Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SEBRAE Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SEED Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SEDHPR Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SGE Serviço de Gestão Estratégica

SPCG Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral

SETES Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

SETI Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SG/PR Secretaria Geral da Presidência da República

SINAPI Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SISCLAF Sistema de Cooperativa Central do Leite da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná

SISMUPI Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

SMA Secretaria Municipal de Administração

SMAB Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento

SMCT Secretaria Municipal de Comércio e Turismo

SME Secretarias Municipais de Educação

SMPS Secretaria Municipal de Promoção Social

SMS Secretaria Municipal de Saúde

STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR União Democrática Ruralista

UE União Europeia

UEL Universidade Estadual de Londrina

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

UEM Universidade Estadual de Maringá

UENP Universidade Estadual do Norte do Paraná

UFPR Universidade Federal do Paraná

UHE Usina Hidrelétrica de Energia

UNICAFES União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICENTRO Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Estado do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	OBJETIVO GERAL.....	35
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	35
2	REVISÃO DE LITERATURA	39
2.1	UM (BREVE) DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO	39
2.2	HIDRELÉTRICAS E DESENVOLVIMENTO.....	42
2.3	A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE COMO IDEIA FORÇA EM ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO QUE CONSIDERA AS DISTINTAS DIMENSÕES DA REALIDADE EM SUA COMPLEXIDADE.....	49
2.4	A NOÇÃO DE TERRITÓRIO	56
3	PERCURSO METODOLÓGICO	59
3.1	UM DESAFIO: COMO MEDIR O DESENVOLVIMENTO?	60
3.2	COMO MEDIR A SUSTENTABILIDADE? ALGUNS MODELOS PROPOSTOS.....	62
3.3	O PERCURSO METODOLÓGICO PARA ESTA PESQUISA.....	66
3.3.1	Estrutura operacional da Metodologia PER	67
3.3.2	O Método Dialético	72
3.4	O UNIVERSO DE PESQUISA: UMA SUCINTA ABORDAGEM GEO- HISTÓRICA DO CANTUQUIRIGUAÇU	76
3.5	SOBRE A ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL.....	81
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	84
4.1	INDICADORES DE “PRESSÃO”	85
4.1.1	Antecedentes da produção de energia elétrica no Cantuquiriguaçu ..	85
4.1.2	Ocupação branca: desterritorialização (e extermínio) de nativos a partir da disputa entre Espanha e Portugal	89
4.1.3	A Formação da Agricultura Tradicional e o isolamento da região.....	97
4.2	O AGRAVAMENTO DA PRESSÃO SOBRE O CANTUQUIRIGUAÇU	100
4.2.1	A transformação da Agricultura Tradicional em Convencional (agronegócio) e desterritorialização de Camponeses (pequenos produtores)	101

4.2.2	A implantação de Barragens a partir da década de 1970 e a questão ambiental.....	105
4.2.3	Principais impactos ambientais (elementos de pressão).....	111
4.2.4	Confrontando a realidade do Cantuquiriguaçu com Metodologia do MME	129
4.2.5	Concentração de renda e Evasão de riquezas <i>versus</i> Empobrecimento	155
4.2.6	Articulação e Realização do Capital Financeiro e Industrial na Agricultura e na exploração da água para geração de Energia	158
4.3	ELEMENTOS DE “ESTADO”: ANÁLISE DE DOCUMENTOS (DIAGNÓSTICOS E PLANOS), PROGRAMAS E AÇÕES COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	166
4.3.1	<i>Estado</i> geral da Dimensão Socioeconômica no Cantuquiriguaçu.....	172
4.3.2	A Produção de Energia em Hidrelétricas (Dimensão Socioeconômica)..	188
4.3.3	A Infraestrutura e Logística Instalada no Território (Dimensões Infraestrutural e Político-institucional).....	198
4.3.4	Principais problemas e potencialidades identificados no Plano Diretor	200
4.4	ELEMENTOS DE <i>RESPOSTA</i>	205
4.4.1	O futuro desejado para a região Cantuquiriguaçu no Plano Diretor .	207
4.4.2	Elementos de <i>resposta</i> institucional: programas e ações para o desenvolvimento territorial	212
4.4.3	Elementos de <i>resposta</i> na ação de movimentos socioterritoriais.....	230
4.4.4	A <i>resposta</i> de iniciativa do setor privado.....	330
4.4.5	Quadro-resumo de Indicadores	331
4.5	AS BASES PARA A CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE	332
4.6	POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE: O ALIMENTO COMO BASE PARA A REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS VIOLADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS.....	351
4.6.1	A reconfiguração do local no ‘Pós-Barragem’: o Distanciamento.....	351
4.6.2	A vida dos ribeirinhos que ficam	353
4.6.3	Os Direitos Violados no Campo e na Cidade	359
4.6.4	A vida dos atingidos que saem	361

4.6.5	O Alimento como base para a reparação de Direitos Humanos violados pela implementação de Hidrelétricas.....	364
5	CONCLUSÃO	376
	REFERÊNCIAS.....	381
	ANEXO A - AVALIAÇÃO A PARTIR DE ITENS REFERENTES A DANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS COM A INSTALAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDROELÉTRICA DE SALTO SANTIAGO	392
	ANEXO B – RE-ATINGIDOS? RIBEIRINHOS DO LAGO DA REPRESA DE SALTOSANTIAGO DEVERIAM CEDER TERRENO PARA RESTAURAÇÃO DA MATA CILIAR, CONFORME PROPOSTA DA TRACTEBEL ENERGIA	401
	ANEXO C – PROTOCOLO DE INTENÇÕES CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIOS EA UFSC (UNIVERSIDADE TUTORA) PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA INSTALAÇÃO DE CAMPUS DA UFFS NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	403

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é a materialização de uma intencionalidade que busca desvendar a relação entre o processo de implementação de Usinas Hidrelétricas e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu em geral, e, as relações de causalidade (recíprocas) entre os elementos de pressão, estado e resposta nas várias dimensões do desenvolvimento (e entre elas) e da sustentabilidade em particular.

A questão da energia habita o âmago das sociedades modernas por sua necessidade direta como motor dos processos produtivos, mas, também, como uma espécie de super mercadoria que permite rápida realização do capital nela empregado devido ao uso intensivo de tecnologia de ponta e à alta eficiência produtiva da mão de obra empregada. Ao mesmo tempo, integra setores produtivos e setores especulativos do capital. O controle da energia possui um sentido estratégico nas relações sociais, políticas e econômicas no interior de uma determinada sociedade e entre nações, por isso, liga-se diretamente ao desenvolvimento em suas diversas dimensões na medida em que garante poder de realização e de transformação nos ambientes sociais e naturais. Por sua natureza, a produção energética ao provocar alterações nos meios físicos e sociais causa alto impacto sobre o local onde se fixa sua base material produtiva. Esse impacto pode ser tanto positivo quanto negativo.

A avaliação desses impactos, não pode, portanto, prescindir de uma análise mais aprofundada capaz de averiguar em que medida as melhorias introduzidas pelo processo de planejamento, construção e operação de usinas produtoras de energia e pela própria disponibilidade da energia elétrica ao conjunto da população, são suficientes para compensar os prejuízos que causam. Deve também, revelar que parcela da população é mais prejudicada e qual é mais beneficiada, ou seja, em que medida são fatores de geração, manutenção e aprofundamento das diferenças regionais e/ou classistas nas sociedades em que são implementadas. O custo social e o custo ambiental desses empreendimentos deveriam ser bem calculados e sua assimilação acontecer de forma igualitária pelo conjunto da sociedade e das nações. Daí a importância do estudo da questão energética.

Ao contrário da maior parte do mundo, no Brasil é preponderante a energia hidráulica, sendo os combustíveis fósseis secundários, embora também importantes.

Isso se deve, basicamente, ao enorme potencial natural e tecnológico brasileiro que vem sendo explorado a pouco mais de um século. Grandes bacias hidrográficas como a Amazônica, a do Paraná, a do São Francisco, entre outras ainda possuem percentual a ser explorado. A localização geográfica do Território Cantuquiriguaçu à margem do rio Iguaçu lhe proporciona o desenvolvimento de importante parque energético: são cinco grandes Usinas Hidroelétricas – UHE nele instaladas. A soma dos impactos também é considerável e, apesar de se verificar intenso processo de modernização nas principais atividades produtivas locais, dependentes diretamente ou não da energia hidrelétrica, faz-se necessário o estudo dos limites desse desenvolvimento e em que medida o atual modelo de produção, distribuição e comercialização da energia produzida nos limites do Território tem contribuído para com sua atual configuração sócio-ambiental.

A pesquisa inscreve-se no contexto de intensas lutas classistas vivenciadas neste Território nas últimas décadas tendo como pólos de um lado os detentores de terras (latifundiários) e, do outro, os despossuídos da propriedade da terra e de outros meios de produção, excetuando-se a força de trabalho e conhecimentos tradicionais, em geral, negligenciados pela ciência e tecnologia modernas. A luta pela terra pela força concentrada em acampamentos de famílias de trabalhadores Sem Terras tem transformado ligeiramente a estrutura fundiária de porção considerável da referida região na medida em que forçam a realização de ações de reforma agrária. Mas, na base dos processos que negam a uns e permite a acumulação da propriedade da terra a outros se encontra a lógica de realização do capital no campo via modernização agrícola precedida ou acompanhada de um movimento de privatização de recursos de uso comum como a terra, a água, o ar e as florestas. Parte das populações que buscam re-territorializar-se em acampamentos de sem terras, são oriundas de áreas atingidas por barragens.

Segundo o Relatório da Comissão Mundial de Barragens – CMB, instituída pelo Banco Mundial e pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – no ano 2000 já era estimado em torno de 1 milhão de famílias atingidas por barragens no Brasil (CMB, 2000, apud IPEA, 2014: p. 17). Já para o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o modelo energético brasileiro responde por boa participação na formação de contingentes de camponeses sem terra ao desalojar imensos grupos de pequenos produtores rurais e de comunidades tradicionais por ocasião da construção de reservatórios. Esta

situação é ilustrada pela formação de lagos como Itaipu, por exemplo, que desalojou cerca de 60 mil famílias, conforme Albuquerque e Andrade (2014) visando à produção de energia que por sua vez, é destinada prioritariamente à indústria e a atividades tipicamente urbanas em detrimento do campo e seus povos. A história de vida do autor resulta marcada por esse cenário: atingido pela barragem de Salto Santiago (Rio Iguaçu), discriminado pelas políticas públicas para a agricultura e entregue a um ambiente hostil às camadas populares do campo e da cidade, busca respostas às contradições verificadas nesses processos.

A partir do método dialético realiza-se o estudo e a análise da base teórica dos modelos de desenvolvimento e dos processos históricos que se desenvolvem no Território Cantuquiriguaçu a partir do início do século XIX até o presente, descrevendo as contradições inerentes às principais atividades econômicas e que passam a compor a estrutura das relações sociais. Por meio da Metodologia: *pressão – estado - resposta*, da Metodologia adotada pelo Ministério das Minas e Energias para análise de impactos causados por empreendimentos hidrelétricos e do método dialético, procedeu-se a realização do estudo e da análise documental donde se extraiu a materialidade que alimenta os indicadores de sustentabilidade definidos para definição dos elementos em cada uma das dimensões do desenvolvimento. A perspectiva teórica escolhida aproxima-se das correntes de pensamento mais coerentes com a ideia do desenvolvimento como um processo complexo que exige a resolução satisfatória das questões social e ambiental, experimentando tecnologias com baixa agressividade ao meio ambiente em práticas socioeconômicas que favoreçam a equidade e a reprodução social da população, preservando e enriquecendo sua cultura. Considera a interação entre a história local e o processo histórico global como lócus e contexto para a realização dos projetos hidroelétricos em questão e seus impactos. O mesmo espaço é também escolhido por dezenas de milhares de famílias camponesas, trabalhadores rurais e urbanos, pequenos comerciantes e outros, que buscam neste local a realização de suas vidas e projetos.

O trabalho delimita como campo de estudo o Território Cantuquiriguaçu (e suas divisas, pois, as principais barragens se situam nos rios limítrofes), com maior foco a partir da década de 1970, quando acontece a implantação dos principais projetos hidrelétricos. Centrado sobre o setor hidroenergético, estabelece conexões

e interfaces com outros setores como o agrícola, visando a intersectorialidade e a multiescalaridade da análise.

A criação do Programa Territórios da Cidadania¹ pelo Governo Federal brasileiro é o reconhecimento por parte do Estado, da disparidade entre regiões notadamente nos campos social e econômico. Essas distorções podem ser consideradas enquanto resultado dos processos de desenvolvimento do capitalismo que historicamente se configura de forma diversa em cada região conforme as necessidades do capital de se reproduzir ao mesmo tempo, global e localmente. A fragilidade social de muitas regiões decorre das contradições geradas a partir da realização do capital em sua própria lógica, na busca por lucro (FAVARO, 2014).

Os reflexos mais evidentes podem ser observados nos Índices de Desenvolvimento Humano do território em comparação às médias estadual e federal (que também são medíocres): 0,659 do Cantuquiriguaçu; contra 0,749 do Paraná e 0,730 do Brasil em 2010 (MORAES, 2013: p. 129-130), bem como, em relação às regiões mais dinâmicas dentro do próprio Estado. A base primária exportadora, visivelmente predominante no setor produtivo denuncia uma possível integração da região aos complexos agroindustriais instalados em regiões vizinhas ou relativamente distantes, e, no caso da hidroeletricidade, fornecendo energia para o conjunto das atividades econômicas, destacadamente à industrial, mais intensiva no seu uso, e que se realiza fora do Território e até mesmo fora do Estado do Paraná.

No entanto, há flagrante contradição entre as potencialidades regionais (recursos naturais, formação populacional e articulação popular), produção bruta de riquezas e empobrecimento de parcela significativa da população, tanto rural quanto urbana.

Apesar da melhora constante e considerável nos Índices de Desenvolvimento Humano do Território experimentado nas últimas décadas, a referida contradição principal não se resolve por esses mecanismos das políticas públicas devido ao caráter destas, quase sempre instrumentalizadas pelos grupos econômicos dominantes que influenciam diretamente o aparato estatal. Tal contradição também parece não compor o ponto de partida das ações de governos locais (prefeituras)

¹ Programa criado em 2008 pelo Governo Federal visando fomentar o desenvolvimento de regiões com baixo IDH compostas por municípios com até 50 mil habitantes e densidade demográfica de até 80 habitantes/Km². Uma das estratégias do programa é a “integração de políticas públicas com base no planejamento territorial” (Decreto nº 11503 de 25 de Fevereiro de 2008).

com vistas ao desenvolvimento territorial e particular de cada município. Igual atitude, ainda, é verificada nas ações do governo estadual na concepção e gestão de políticas públicas, demonstrando por um lado, pouca disposição em confrontar o poderio econômico de empresas que mais lucram com essa configuração, e, de outro, a incapacidade de gerar resultados satisfatórios na redução das desigualdades socioeconômicas.

Ações do governo federal através do programa supracitado e de outros que se integram visando o desenvolvimento territorial, embora mais vigorosas e inovadoras em comparação às demais, revelam-se insuficientes e em sua maioria, possuem caráter compensatório por não atingirem, portanto, as causas das desigualdades com o devido rigor, mas, apenas as suas consequências. Ocorre que as políticas que mais investem recursos no local, ao fazê-lo fortalecem os mesmos mecanismos que permitem ao capital o espólio das riquezas por meio da transferência de tecnologia para produção agrícola, por exemplo, ou, ao conceder à iniciativa privada o direito de exploração de recursos naturais e equipamentos públicos como estradas, águas e barragens para produção de energia elétrica e o desenvolvimento da agricultura moderna. A convivência pacífica da comunidade local com essas estratégias exógenas tem sido articulada e promovida por organismos internacionais e governos por meio das chamadas políticas de Desenvolvimento Territorial Rural – DTR no Brasil na América Latina como um todo, com o objetivo implícito de interiorizar o processo de reprodução do capital ao realizar a inclusão produtiva e comercial de contingentes populacionais antes inacessíveis ou acessíveis parcialmente.

Nesse aspecto, a contradição entre capital e trabalho e entre os detentores dos meios modernos de produção as populações locais empobrecidas e, em paralelo, entre o desenvolvimento capitalista e o meio socioambiental, fica obscurecida, amenizada, “aceitável” e busca legitimidade pelo consenso construído dentro das organizações colegiadas dos territórios. A “participação constrangida” (cf. FAVARO, 2014: p. 129) nesses espaços é superada pela ação dos movimentos socioterritoriais que, a despeito de sua participação nos espaços deliberativos no âmbito dessas políticas, desenvolvem estratégias mais ousadas no campo da luta de classes, impondo resistência ao projeto hegemônico e logrando algum êxito em algumas de suas ações e objetivos. Esse aspecto é explorado neste trabalho dentro da dinâmica dialética da natureza da realidade e que se apresenta como fator

fundamental na superação do modelo hegemônico por processos com vistas à sustentabilidade.

No caso das concessões públicas para geração de energia hidroelétrica, embora não se trate de uma política de desenvolvimento territorial, mas, de desenvolvimento para o conjunto do território nacional, estas não obedecem a princípios de equidade social ou regional, contribuindo assim para com as distorções na distribuição de renda e de oportunidades. E no Território há intensa exploração econômica dos recursos naturais e da população na produção primária de mercadorias. Na atualidade não existem trabalhos que descrevam as relações entre exploração dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável no Cantuquiriguaçu e as razões históricas dessa submissão do Território Cantuquiriguaçu em relação às outras regiões e ao planejamento nacional. O diagnóstico socioeconômico e o Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da região denominada Cantuquiriguaçu concluídos no início dos anos 2000 (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 11), a nosso ver, limita-se a revelar o quadro situacional do território, mas não aborda satisfatoriamente o sentido histórico e as reais condicionantes econômicas para a realidade atual e, para a futura, mediante estratégias calcadas na contradição principal entre capital e trabalho e demais derivadas, como homem x natureza, Riqueza x pobreza, Auto-suficiência x dependência tecnológica, entre outras.

O tema proposto com o propósito de problematizar e debater a questão do desenvolvimento territorial no Cantuquiriguaçu a partir de seus setores produtivos, em particular o setor hidroelétrico (e em interação intersetorial com outras atividades como a produção agrícola e pecuária: restringindo o uso de áreas, expulsando populações, desintegrando e desestruturando material e culturalmente, comunidades rurais tradicionais, etc.), visa compreender o fenômeno desde suas causas e situando-o no tempo e nas espacialidades. Coloca-se na perspectiva da superação do viés tratado até aqui nos processos de desenvolvimento detalhados nos planos territoriais, bem como, nos diversos projetos e ações implementados por governos no Território, colocando em relevo ações de Movimentos Populares, Entidades e Instituições que demonstram potencial transformador.

Em geral (com exceção das iniciativas de movimentos populares), estas têm seu ponto de partida no diagnóstico socioeconômico territorial cujas estatísticas, números e dados revelam, basicamente, o *estado* do desenvolvimento local, carecendo de melhor explicitação de suas condicionantes e mediações no processo

histórico em que se constituíram os municípios e o Território como um todo, bem como, da lógica econômica do modo de produção que determinou tal resultado (estado). Neste contexto, o presente trabalho visa elucidar as principais externalidades que impactam diretamente o “desenvolvimento territorial” na região Cantuquiriguaçu, a partir de um de seus setores produtivo principal, no caso o setor hidroelétrico, abrangendo as diversas dimensões do desenvolvimento.

Outra razão baseia-se no leque de possibilidades e demandas de estudos e pesquisas sobre desenvolvimento rural sustentável, empreendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGADRS/UFFS) em que, a Agroecologia figura como paradigma (em construção) para um novo curso de desenvolvimento dos territórios, a partir do local, visando oferecer alternativas às forças sociais locais – materializados em Movimentos populares, Instituições Públicas e Entidades – frente e em perspectiva da superação do modo vigente.

Devido à natureza da temática e da metodologia escolhida (e pela formação acadêmica do autor – a Filosofia), a pesquisa assume um caráter interdisciplinar (ou transdisciplinar), pelas seguintes razões:

- a) Não há como isolar totalmente as dimensões que compõem os processos de desenvolvimento, as noções de sustentabilidade e de território, sendo que, todos estes domínios são impactados por ocasião da implementação de hidrelétricas que também se configura como um processo (estudo, processo decisório, concessão, licenciamento, construção, operação, comercialização da energia, etc.) e que influencia o local em todas as suas fases e aspectos;
- b) O caminho escolhido para a análise da impactologia de hidrelétricas “na perspectiva da sustentabilidade” não pode conceber (embora este seja o foco principal da pesquisa) esta atividade como a única causadora de impactos sobre um território que tem sua materialidade marcada por outras atividades econômicas e relações sociais variadas e que contribuíram e contribuem na formação de seu *estado*.
- c) O método Dialético pressupõe o caráter histórico e contraditório dos eventos, elementos e períodos da atuação dos sujeitos históricos numa determinada sociedade e sua materialidade (condicionantes e potenciais).

Considera a realidade como uma totalidade que se relaciona com outras totalidades, sofrendo influências ao mesmo tempo em que as influencia também. Deriva numa abordagem complexa não-linear e nem casuística ou errática, mas, com interconexões e contradições que promovem o movimento de superação. A visão de totalidade que o método propicia permite a apropriação da racionalidade ou lógica operante por dentro (e por trás) das principais atividades econômicas impactantes e que se conforma em relações sociais naturalizadas que se metamorfoseiam ao longo do tempo. Ou seja, todo processo de desenvolvimento possui sua contradição principal que reside no seio da sua configuração, da qual derivam outras menos importantes, mas que podem assumir caráter relevante. No pólo hegemônico da contradição principal reside a referida racionalidade operante que, por sua vez e naturalmente, abriga sua força e seu movimento oposto. Não há abordagem disciplinar que dê conta desses aspectos.

Dessa forma a pesquisa desenvolveu-se a partir da seguinte estrutura: elege-se o tema da relação entre a “Implementação de Hidrelétricas e Desenvolvimento: Análise do Território Cantuquiriguaçu, na perspectiva da Sustentabilidade”, como ponto de partida para a discussão do processo de desenvolvimento que vem sendo implementado no Cantuquiriguaçu a partir de uma compreensão de seu sentido histórico e considerando suas contradições internas como elementos primordiais de sua sustentação ou de sua superação com vistas à sustentabilidade. O Título “Hidrelétricas, Território e Desenvolvimento: Uma Análise do Território Cantuquiriguaçu, na perspectiva da Sustentabilidade” foca as relações específicas desses empreendimentos com o meio ambiente e as populações diretamente afetadas, mas, abre-se para a compreensão do conjunto de relações inter-setoriais que se estabelecem no âmbito de processos complexos como estes.

Os termos do problema de pesquisa: “Quais os impactos socioeconômicos e ambientais da implementação de Hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu?” reverenciam essa complexidade ao mesmo tempo em que centra o foco na contradição principal que se refere aos intensos impactos causados pelo processo de implementação de hidrelétricas sobre o meio ambiente, a sociedade, a cultura, o padrão tecnológico, a institucionalidade, o espaço físico territorial e o aspecto econômico locais. Da natureza do problema, decorre a hipótese de que “a

implementação de Hidrelétricas não assegura estratégias de desenvolvimento territorial na perspectiva da sustentabilidade”, pois, como um processo fixado sobre as bases da eficiência produtiva e mercadológica que estabelece o lucro como ponto de chegada em detrimento das demais dimensões, o modelo energético brasileiro, a exemplo de outras atividades como a agricultura e a pecuária que obedecem ao mesmo padrão, tem potencial de causar enormes distorções nos processos de desenvolvimento, sobretudo, local.

1.1 OBJETIVO GERAL

Destarte, a pesquisa se desenvolveu com o objetivo geral de “analisar as relações entre o processo de implementação de Usinas Hidrelétricas e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, na perspectiva da Sustentabilidade”.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa tem como objetivos específicos os seguintes:

- a) Descrever aspectos da materialidade do Território Cantuquiriguaçu;
- b) Identificar as *dimensões* da realidade que constituem as estratégias de desenvolvimento do território e seus respectivos elementos, fixadas em documentos (Planos) ou verificados na práxis dos sujeitos sociais;
- c) Identificar os elementos de *pressão* sobre o território nas diversas dimensões da realidade, devido à implementação de Hidrelétricas;
- d) Descrever o *estado* atual do Cantuquiriguaçu com base nos *impactos*: ambiental, econômico, social, cultural e tecnológico em decorrência da implementação de Hidrelétricas; e
- e) Identificar os elementos de *resposta* do Território a partir de sua dinâmica sócio-política.

Com base nesses objetivos específicos, a descrição dos elementos constitutivos da realidade territorial afetada pelas hidrelétricas em todas as suas dimensões, bem como as inter-relações estabelecidas entre estas, a população local e as principais atividades econômicas responsáveis pela caracterização geral do Território, alimentou os indicadores de pressão, estado e resposta em vista da

exposição dos termos da referida contradição e de sua possível superação na perspectiva da sustentabilidade.

Trata, portanto, da problemática decorrente da contradição entre Desenvolvimento e Sustentabilidade mediada pela implementação de hidrelétricas em Territórios Rurais a partir do estudo das cinco principais Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) implantadas no Território Cantuquiriguaçu no Centro-Oeste do Paraná – as usinas de Salto Caxias, Salto Osório, Salto Santiago, Salto Segredo e Foz do Areia. O estudo consiste numa análise ancorada nos princípios e categorias do materialismo histórico-dialético que considera a implantação das referidas barragens não como um fenômeno isolado, mas com fortes interações com o modelo de desenvolvimento experimentado na região, ou seja, como afirmação da racionalidade técnico-científica que se impõe contra a natureza e as populações locais que configuram, ao lado dos recursos naturais, como o outro pólo dessa contradição.

Outras contradições também são observadas como a que se estabelece entre os grupos econômicos em aliança com governos planejadores, investidores e construtores de barragens em relação às forças locais organizadas ou não em movimentos socioterritoriais, conforme o período. A racionalidade capitalista baseada na ciência convencional e na aplicação prática da técnica e da tecnologia atinge também em paralelo, outras atividades econômicas no local, como a agricultura e a pecuária. Juntas, essas atividades produzem intenso impacto sobre o meio socioambiental local em favor dos grupos dominantes, como revelaram os recursos da metodologia de *pressão, estado e resposta* (PER) empregados na alimentação de indicadores que possibilitaram aferir a confirmação da hipótese de que no atual modelo do setor energético brasileiro, as hidrelétricas não asseguram estratégias de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade no local e até mesmo, em escala nacional. A confirmação da hipótese referente às hidrelétricas não isenta, porém, outras atividades econômicas uma vez que estas seguem o mesmo modelo e contribuem para com o agravamento dos baixos índices de desenvolvimento humano apontados pelos indicadores. Na metodologia aplicou-se a pesquisa documental em que foram consultados os planos de desenvolvimento, políticas públicas, diagnósticos socioeconômicos e ações dos movimentos sociais, entre outros, além da pesquisa bibliográfica.

Como um processo histórico esse modelo vem gestando sua própria superação cujo embrião consiste nas forças populares e nas *respostas* que estas vêm construindo em parceria ou, para além da ação governamental. O expressivo número de famílias acampadas e assentadas, a forte atuação do MST, MPA e MAB, bem como as ações transformadoras como a conquista da UFFS, a participação efetiva na elaboração de políticas públicas formam a materialidade do fortalecimento dessa contradição que pode mudar o curso do desenvolvimento rumo à sustentabilidade. O resultado desta pesquisa é uma abordagem interdisciplinar e intersetorial que aliando, basicamente, dois recursos metodológicos lhe confere um caráter complexo e abrangente, porém, integrado e coerente.

Após esta breve introdução, no segundo capítulo apresenta-se a compreensão teórica de autores que refletem as questões relacionadas ao desenvolvimento, à sustentabilidade, às hidrelétricas e ao Território e as relações que lhes são intrínsecas e apontam possíveis caminhos em âmbito geral. No terceiro capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos que permearam esta pesquisa considerando os objetivos que nos propusemos e, a configuração material do objeto de estudo.

Os objetivos específicos são tratados um a um no capítulo quarto onde se discutem os resultados obtidos no processo de pesquisação. A exposição das questões, dos resultados e da discussão segue o modelo: *pressão, estado e resposta*, contemplando todas as dimensões identificadas. As bases materiais para confirmação da hipótese são retomadas antes da conclusão e, com base no próprio caráter intersetorial e interdisciplinares da questão debatida e da presente pesquisa se apresentam possíveis caminhos para a sustentabilidade. Por fim, o capítulo cinco traz as conclusões extraídas deste trabalho a partir da execução do método dialético e das metodologias empregadas na busca por elementos que pudessem contribuir no desvelamento, explicitação e compreensão do problema em sua extensão histórica.

Coerente com a concepção dialética da realidade apresenta-se os resultados deste trabalho como uma versão que com base em ferramentas de coleta e análise de dados - não como uma verdade pronta e acabada, mas, como um produto histórico -, que como tal, deverá ser superado não apenas por novas pesquisas e estudos que se seguirão, mas, pela própria realidade em seu caráter contraditório que tende a se resolver pela superação da contradição por um ou por outro pólo.

Enquanto isso presta-se ao propósito de servir como instrumento para a análise, o estudo e a ação em prol do desenvolvimento sustentável local e global e, principalmente, dos movimentos socioterritoriais que se organizam, resistem e constroem alternativas e possibilidades que extrapolam seu nicho e sua classe ou grupo. Servem sim ao conjunto da sociedade como parceiros do novo mundo em que a sustentabilidade e a justiça social são mais que um sonho: são um caminho de todo dia para a humanidade em relação equilibrada com todos os demais elementos do meio.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A abordagem pretendida integra temas extremamente complexos que se relacionam no campo das práticas sociais que se desenvolvem no Território em diferentes períodos. Há a necessidade de se apontar sob qual perspectiva estes serão tomados para que possam formar uma base teórica a partir da qual a análise da contradição entre a implementação de hidrelétricas e o desenvolvimento poderá ocorrer. A seguir apresentamos algumas considerações sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento, à sustentabilidade, às hidrelétricas e ao território.

2.1 UM (BREVE) DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento a exemplo de outras ideias-força sofreu considerável metamorfose ao longo das últimas décadas do Século XX e início do XXI. Devido às disputas em que esteve imerso, recebeu uma variedade de adjetivação a depender do grupo, classe, ideologia, projeto, escola ou instituição que o pronuncia. Todas, no entanto, se tornaram necessárias ante a dificuldade de se construir o consenso em torno do mesmo.

De sinônimo de crescimento econômico nos “anos dourados do capitalismo” denunciado por Furtado (2000), Rivero (2002), Arrighi (1997), Sen (2000) entre outros, cuja raiz pode ser buscada na “marcha progressiva para o racional”, na noção de “acumulação da riqueza” como “opção de um futuro em que encerra uma promessa de melhor bem-estar” e, na influência européia que deveria expandir-se geograficamente, levando outros povos ao “acesso a uma forma superior de civilização” (FURTADO, 2000: p. 09), até a superação da ideia de sua unidimensionalidade (econômica), ocorrida mais recentemente, com o fortalecimento da noção de sustentabilidade.

Esta junção: ‘desenvolvimento sustentável’, constitui-se, segundo Veiga (2010: p. 207-208) no grande desafio do século XXI, a igualar-se ou até desbancar utopias surgidas ao redor do trabalho e da ‘justiça social’ e que polarizaram o debate com a corrente economicista capitalista durante os últimos 150 anos, mas, que perdem fôlego com a queda do socialismo real no leste europeu e com a ameaça real de colapso ecológico como resultado da ação humana em todos os modos de produção, principalmente, do capitalismo.

Já a ideia de ‘sustentabilidade’ hospeda, igualmente, significados antagônicos com aparência de similaridade. Por exemplo, se pode citar os defensores da Agroecologia como Sevilla Guzmán que a vêem como uma “nova matriz sociocultural” (termo que o autor emprega como sinônimo e ao mesmo tempo em contraposição à noção de “paradigma”) não apenas em seu aspecto científico, mas, que inclui as “dimensões Ecológica, Socioeconômica e Cultural e a Política” e com implicações em diversos níveis: “Predial, Comunitário, Sociedade Local, Regional, Estatal e Global” (SEVILLA GUZMÁN, 2013: p. 100). A Agroecologia seria uma condição *sine qua non*² para a sustentabilidade. Este e outros autores como Caporal e Costabeber (2004), Glieman (2009) e Khatounian (2001), pensam a sustentabilidade como uma necessidade intrínseca a todas as formas de intervenção humana sobre a biota e particularmente naquelas ligadas à agricultura.

Mas, existem também, grupos e empresas transnacionais como a Monsanto que se referem à sustentabilidade como algo bom e necessário à humanidade e à correção dos efeitos negativos da ação antrópica sobre o planeta até o presente. Para grupos como estes os efeitos indesejáveis podem e devem ser combatidos pelo uso de pacotes de soluções que a própria empresa oferece e que desenvolve pelo constante investimento em ciência e tecnologia.

Há, no entanto, um abismo entre esses discursos. Evidentemente que, a despeito dos belos comerciais da multinacional Monsanto, seu compromisso parece estar restrito apenas à sua própria sustentabilidade financeira visto que não faz a autocrítica em relação à sua contribuição para com a degradação ambiental (e sociocultural) durante todo o processo de desenvolvimento da ‘Revolução Verde’ ou de sua participação técnico-científica na Guerra do Vietnã (Documentário “O Mundo segundo a Monsanto”, ARTE FRANCE, 2008).

O Informe Brundtland³, ao mesmo tempo em que é para muitos um marco acerca das preocupações dos organismos internacionais com a questão da sustentabilidade do planeta, ilustra também, o caráter contraditório e elitista dessa preocupação.

² “*Sem a qual não*”. Esta expressão em latim faz referência a uma ação ou condição indispensável, necessária. No caso, a sustentabilidade não é possível sem a Agroecologia.

³Documento publicado em 1987 com o título: “Nosso Futuro Comum” realizado pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland em que contrasta o desenvolvimento econômico com a questão da sustentabilidade. (WCED, 1987; CMMD, 1991, apud ALIER, 1998).

Para Joan Martínéz Alier (1998) que critica as teses do Informe Brundtland o referido documento coloca, novamente, o crescimento econômico como solução ao mesmo tempo, para o combate à pobreza e à degradação ambiental. A novidade é que a ideia do crescimento ressurgiu como “desenvolvimento sustentável”. Embora possa parecer progressista por considerar a questão social atrelada à ambiental, o documento esconde armadilhas, como demonstra Alier.

Ao propor a sustentabilidade a partir do crescimento econômico do sul pobre e do norte rico como destino da produção do sul, baseado no liberalismo (economias abertas), e, ao atribuir à pobreza a responsabilidade pela degradação ambiental, o Informe Brundtland não discute a fundo as relações entre economia, produção, meio ambiente e questão social, pois, embora países mais ricos tenham condições de adotar medidas para mitigar efeitos da poluição e outras degradações que geram em seu próprio território – o que dá uma falsa ideia de sustentabilidade -, e que, por outro lado os pobres não têm dinheiro para fazê-lo – o que dá a impressão inversa -, isso não garante sustentabilidade alguma porque os ricos continuam promovendo a degradação em outros territórios devido aos *inputs* de que necessita e aos *outputs* que lhe garantem as vantagens comparativas por não externalizarem-se os custos ecológicos em ambos os extremos dos processos. Essa relação também impede os pobres de conseguirem dinheiro para resolver seus problemas ao restringir sua capacidade econômica e ao impor restrições “ecológicas” aos mesmos (Alier, 1998).

Embora seja inegável a pressão exercida pela população sobre os recursos naturais e que essa pressão possa ser mais aguda em alguns casos em que a pobreza impera, também é verdade que a pressão exercida pela produção vem esgotando as capacidades naturais do planeta, principalmente, devido à busca pelo crescimento econômico e consumismo exacerbado. No último caso, não são os pobres os grandes responsáveis.

Portanto, Joan Martínéz Alier vê a questão ecológica como componente básico dos movimentos populares classistas na medida em que denunciam as desigualdades que o Informe Brundtland esforça-se por esconder ou naturalizar. Esses movimentos colocam no centro da questão ambiental o modelo econômico e o modo de produção capitalista e liberal que, longe de equalizar as economias nacionais por complementaridade impõe a exploração irracional (e privada) dos recursos naturais locais para cumprir ajustes econômicos dos pobres e garantir o crescimento dos ricos, além de manter a pobreza localizada funcional ao sistema.

Da mesma forma opõem o seu conhecimento tradicional (indígena, camponês, operário, etc.) à ciência ocidental racional e calculista limitada e atrelada ao lucro e à exploração.

2.2 HIDRELÉTRICAS E DESENVOLVIMENTO

No âmago dos processos econômicos, reside a questão energética. Tão necessária e impactante quanto à produção de alimentos ou de bens de consumo na contemporaneidade, contribui diretamente para com a configuração geral do metabolismo econômico, tecnológico, cultural, ambiental e social. McNeill (2011) discute a relação entre a atividade econômica e a energia demonstrando como se formam os “conglomerados”, “essas combinações de inovações técnicas, organizativas e sociais simultâneas” (McNEILL 2011: p. 357) que produzem, conforme suas características, enormes efeitos sobre o meio ambiente. Como exemplo de inter-relação entre energia e modelo de desenvolvimento, o autor destaca a indústria automobilística situada em Detroit (USA), impulsionada pela indústria petrolífera americana no século XX. Como exemplo de agravamento da questão ambiental em sua relação com a questão energética, elenca acidentes como vazamento de petróleo no Golfo do México e os acidentes nucleares como o de Chernobyl que colocaram, por sua vez, em dúvida a viabilidade ambiental e econômica dessa matriz energética. No último caso, o acidente teria apressado, inclusive, o fim da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. No Brasil, segundo Dean (1996: p. 267), devido, principalmente, à demanda de energia, teria ocorrido a devastação de parte significativa da Mata Atlântica entre os séculos XVII e XX.

Por ser estratégica, a energia esteve no centro das principais controvérsias da humanidade. Conseguida da exploração da força dos músculos humanos ou de animais, pela combustão, da hidrodinâmica ou pela fissura de átomos, provocou guerras, conflitos, depressão econômica, devastação e até explosão demográfica, ocasionando intensas mudanças na relação homem-natureza.

No Brasil, devido ao seu potencial hídrico, a energia é em boa proporção, gerada em Usinas Hidrelétricas. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (2016, p. 59) 61,99% da matriz energética brasileira são hidráulicos; 13,7% de gás natural; 8,2% de biomassa; 5,4% de derivados de

petróleo; 3,7% eólica; 3,3% de carvão; 2,5% nuclear e outras 2,4%. Conforme a mesma fonte, a produção de energia elétrica é dominada por Usinas Hidrelétricas (UHE), com 61,3% da produção brasileira, seguida pelas Usinas Termoelétricas com 28,1% e, pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), que produz 3,5% da energia elétrica brasileira (EPE, 2016: p. 57).

Segundo Albuquerque & Andrade (2014), no cenário nacional, “o Paraná aparece como o maior contribuinte com a geração de 92.819 GW/h o que representa aproximadamente 17% de toda a energia elétrica gerada” (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2014: p. 3). Ainda segundo as autoras, citando dados da EPE (2013), “ao tratar-se de capacidade geração instalada por fontes hídricas o Paraná responde por aproximadamente 20% da capacidade de todo o país” (idem: idem). nas usinas instaladas no Território Cantuquiriguaçu, no Rio Iguaçu (principalmente, na divisa com o Território Sudoeste) se produzem 10.558.000 kW. Isto equivale a mais de 65% da produção estadual.

Todo esse considerável volume corresponde a também consideráveis impactos sociais, econômicos, culturais, tecnológicos e ambientais. Estes, porém, ao contrário dos benefícios do uso cotidiano da energia pela população em geral e dos fluxos de capitais introduzidos (em parte) nas cadeias produtivas e comerciais locais por ocasião da implantação das barragens, são bem menos propagandeados por governos, empresas e setores interessados no comércio da energia. Chegam mesmo a ser negligenciadas informações, dificultando avaliações mais acuradas e de conjunto (FEARNSIDE, 2015: p. 116).

Projetos de exploração energética, devido à capacidade de impactar o meio, dependem de pesquisa, sistematização, reflexão e publicização para que possam compor a base para a elaboração de políticas públicas capazes de responder adequadamente aos objetivos do desenvolvimento territorial sustentável, pois, conforme sugere Carlos Vainer, no atual modelo adotado pelo setor energético brasileiro, “se não há nenhuma preocupação em *otimizar* ambiental e socialmente o empreendimento, há, no entanto, uma clara decisão de usar os meios legais para *limpar o terreno* para a implantação do projeto”. A Lei 8.987/1995 dá ao concessionário o poder desapropriatório, enquanto a Lei nº 9.074/1995 confere um aspecto apenas indenizatório ao processo:

[A lei] somente reconhece na área afetada aqueles que detêm direitos de propriedade. Não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas propriedade. E, nestes termos, o deslocamento se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individuais de compra e venda (VAINER, 1990: 114, apud VAINER, 2007: 124).

A passagem acima, ilustra a sobreposição do viés econômico-patrimonialista sobre as demais dimensões nos processos de implementação de hidrelétricas, contrastando com a posição defendida por Sevilla Guzmán (2013) exposta anteriormente, pois, ameaça a possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

Rocha (2012) ressalta que as hidrelétricas “afetam a vida das comunidades locais” e são instaladas mediante “relações de poder assimétricas” entre empresas e governos, por um lado, e, população atingida, por outro, privilegiando empresa e governo:

A importância da energia hidrelétrica contrasta com impactos ambientais e sociais que mesmo relativizados em relação a outras fontes de energia como a nuclear e a termelétrica, comprovadamente, afetam a vida das comunidades locais e do meio ambiente no sentido amplo. A instalação de cada Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) acontece através de relações de poder entre agentes sociais com diferentes interesses de acordo com o caso específico, mas, de maneira geral, segundo um processo social amplo que no Brasil ultrapassa um século (ROCHA, 2012: p. 8).

O tema das relações de poder na implantação de hidrelétricas é tratado também por Karpinski (2007), ao analisar o processo referente à construção da UHE de Salto Caxias no rio Iguaçu no Oeste do Estado do Paraná. Tomando por base os estudos dos impactos ambientais e relatos dos sujeitos locais atingidos, o autor revela um cenário de violência sobre as subjetividades por imposição de uma racionalidade produtivista e intensiva no uso de energia e que exige cada vez maior potência instalada, aliada a interesses do capital financeiro que aposta no setor energético como um mercado altamente promissor em termos de retorno na forma de lucros. Descreve as “situações belicosas que envolveram os empreendedores da usina e a população atingida” (Karpinski, 2007: p. 15), demonstrando o conflito que geralmente se instala nesses processos.

Em geral, a construção de benfeitorias e infra-estruturas públicas ou mesmo privadas são vistas com “bons olhos” pela comunidade local e são recebidas como respostas aos desafios e limites que se impõem ao desenvolvimento de uma determinada comunidade, região ou nação. E algumas usinas, realmente são imprescindíveis mesmo para o desenvolvimento local. Não raro, grandes estruturas

como Hidroelétricas, rodovias, ferrovias, refinarias e outros, quando anunciada sua implantação para determinada região, tornam-se sinônimo de avanço e alimentam com singular capacidade “o mito do progresso” (DUPAS, 2006), principalmente quando são territorializadas em regiões que historicamente estiveram às margens das políticas públicas (IPEA, 2014: p. 18), devido ao impacto que geram naturalmente no imaginário coletivo da população local e à propaganda oficial que normalmente promete mais do que o possível ou do que realmente se busca estrategicamente com a obra.

No caso das Hidrelétricas, são inegáveis os ganhos e os benefícios advindos à população geral e local em forma de qualidade de vida, seja por acesso à energia elétrica, seja pela integração a outros complexos comerciais por uma rodovia, ferrovia ou ponte, por exemplo, construídas no contexto da implementação de projetos hidroelétricos. No Território Cantuquiriguaçu além das barragens de Salto Osório, Foz do Areia e de Salto Santiago nas décadas de 1970 e 1980, e, ainda a de Salto Segredo e a de Salto Caxias finalizadas na década de 1990, houve a construção de importantes Estradas Federais BR158 e BR173, e, Estadual, a PR170 que as interligam com a ajuda da BR277 e são essenciais à integração do Território (DER/PR, 2008 – Mapa Rodoviário). Isto é fato. Porém, não há só ganhos.

Os bilhões de dólares “investidos” nas obras de infraestrutura para sustentar o “milagre econômico brasileiro”, sobretudo, na década de 1970 não foram suficientes para livrar a população local da pobreza, embora tenha gerado empregos temporários nos canteiros de obras e em alguns setores adjacentes, e, nem mesmo sustentou milagre algum para os brasileiros devido ao endividamento e as dependências sob as formas cultural, comercial, financeira, industrial, tecnológica e político-militar, daí e de longo processo histórico resultantes (BENAYON, 2005: p. 214-215). Mas as populações das regiões diretamente atingidas são as mais impactadas e, geralmente, as que menos recebem os benefícios.

Este é, especificamente, o caso do Cantuquiriguaçu que mesmo após possuir grandes hidrelétricas em pleno funcionamento, algumas por quase 30 anos, em pleno Século XXI, contava com municípios cuja população, por mais alarmante que possa parecer, não dispunha de acesso à energia elétrica numa taxa acima de 50%, inviabilizando outros projetos de desenvolvimento territorial como o de “bacia leiteira”, por exemplo. Noutros, mesmo naqueles com área alagada, até a

implantação do Programa Federal “Luz para Todos” no Território a partir de 2005, esse índice chegava a 13,85% no ano 2000 (CONDETEC, 2009: p. VIII).

Esta situação, embora timidamente, é hoje, depois de muita luta uma realidade reconhecida pelo Estado Brasileiro:

Falar em diagnóstico da dívida social com atingidos por barragens, porém, vai além dos impactos sociais que devem ser tratados no período de estudos de impactos do empreendimento, pois guarda relação com macroaspectos deste, como expectativas não cumpridas em relação aos impactos no desenvolvimento regional e externalidades negativas no nível local se sobrepondo às positivas. É preciso que o resultado positivo principal de cada barragem – a geração de energia no caso das hidrelétricas – é algo destinado também à região atingida, mas, principalmente, ao país todo. Por seu turno, os impactos negativos, em sua maioria, senão todos, geralmente ficam para a região atingida, daí a necessidade, já estipulada nos mecanismos recentes de licenciamento, de compensações mais amplas que guardam relação com o processo de desenvolvimento territorial regional. Entende-se que há aí implicações que vão além do empreendedor, que guardam relação com os governos estaduais e federal, responsáveis pelo licenciamento, mas, em especial, com o governo federal, responsável pelo planejamento do setor elétrico e pela relação deste setor com o desenvolvimento do país e o bem-estar de sua população (CMB, 2000; Viana, 2003; CDDPH, 2010 apud IPEA, 2014: 9).

Os ganhos são, portanto, normalmente ofuscados pelas perdas locais, que se não medidas corretamente e mitigadas ou resolvidas definitivamente, podem passar a compor fundamental e sistematicamente, as causas do subdesenvolvimento local, juntando-se aos demais processos de concentração de renda e de exploração das riquezas naturais regionais como parece ocorrer hoje no Cantuquiriguaçu, objeto de estudo deste projeto, enquanto elementos componentes das referidas dimensões do desenvolvimento e da sustentabilidade.

A literatura é recorrente, sobre os seguintes pontos (entre outros):

- a) A implantação de Usinas Hidrelétricas responde a demandas nacionais e globais de energia que visam servir de base à produção e circulação de mercadorias, bem como, ao fluxo de capitais por meio dos processos de construção das barragens e da comercialização de energia (MAB, 2012, ROCHA, 2012);
- b) Os impactos (ambientais, sociais, culturais etc.) são locais, enquanto os ganhos, nacionais e globais (IPEA, 2014);
- c) Como uma mega tecnologia indispensável ao modo de produção vigente, a energia (no atual modelo energético) reforça as desigualdades

sociais ao invés de combatê-las, uma vez que utiliza recursos naturais de propriedade e direito público (VAINER, 2007, ROCHA, 2012, KARPINSKI, 2007);

d) As compensações disponibilizadas pelas empresas concessionárias ou pelos governos aos atingidos são, geralmente, muito aquém dos danos e, conquistados a partir de árduas lutas (FERREIRA, 2006);

e) Há uma construção ideológica em torno da necessidade da ampliação da disponibilidade de energia e de sua funcionalidade: deve responder às demandas de crescimento da produção (ou crescimento econômico) e dos interesses econômicos de uma classe em especial – a burguesia industrial e financeira, como uma super mercadoria, em detrimento dos demais contingentes populacionais (BENAYON, 2005, ROCHA, 2012);

f) A implantação de barragens viola os direitos humanos;

Conforme relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, um conjunto de dezesseis direitos humanos são sistematicamente violados pelo padrão vigente de implantação de barragens e “cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2010: p. 13 apud IPEA, 2014: p. 10).

A constatação acerca dessas violações acontece em função de denúncias formuladas ao órgão pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, maior e mais importante movimento social representante das populações atingidas por esses empreendimentos. Em resposta, foi instaurada a “Comissão Especial Atingidos por Barragens”, cuja responsabilidade seria realizar o inquérito e, o referido relatório. Também em consequência de acordo firmado em 2012 entre o MAB e a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), dentre diversos pontos, constava a construção de “uma metodologia para a realização do diagnóstico da dívida social do Estado Brasileiro com os atingidos, objetivando subsidiar ações para sua reparação” (Acordos SG/PR-MAB de 15/03/2012 apud IPEA, 2014: p. 10), objetivo atingido em 2014. O cenário geral é composto por interesses de classes permeando ações estatais e políticas públicas implantadas ou demandadas: de um lado o controle hegemônico pelas empresas concessionárias e pelo próprio Estado dos

aspectos legais relacionados ao processo de implantação de hidrelétricas, sua exploração e sua relação com o meio ambiente e as populações impactadas. De outro, a exigência do reconhecimento e reparação de danos pela ação popular organizada em movimentos classistas como o MAB em favor das populações locais.

Aplica-se ao longo da pesquisa algumas categorias desenvolvidas e destacadas por Nicos Poulantzas em sua obra *O Estado, o Poder, o Socialismo*, situando as lutas e contradições de classes presentes no espaço territorial e delimitado no contexto das disputas de projetos societários em que se inscrevem: o neoliberalismo que se materializa nos fundamentos e licenciosidades da lei e na prática efetiva de governos e empresas, por um lado e, a “transição para o Socialismo”, por outro, preconizado por movimentos sociais populares, que se conecta a questão da sustentabilidade como um dos aspectos de um socialismo democrático possível.

Para Poulantzas (2000) devemos superar a ideia de Estado como um “bloco monolítico”, um ente a serviço da burguesia: “o Estado capitalista é considerado sempre como um simples objeto ou instrumento manipulável à vontade pela burguesia da qual ele é a emanção: ele não considerado como sendo atravessado por contradições internas” (POULANTZAS, 2000: p. 258). Desta interpretação, decorrem implicações estratégicas errôneas que conduziram, segundo o autor, ao estatismo da social-democracia liberal e ao estatismo stalinista, ambos anti-democráticos por não crerem na força e organização popular. Em ambas as experiências, coíbem-se a “transformação da democracia representativa e (o) desenvolvimento de formas de democracia direta na base ou movimento autogestor” (idem: 265), escorregando-se para o estatismo autoritário que não consegue servir à classe trabalhadora, mas, à elite econômica em um caso e, ao partido único ou líder máximo, no outro.

A constatação final de Poulantzas de que tal como o capital para Marx, “o Estado é uma relação social” (POULANTZAS, 1978^a, parte II, p. 1 apud JESSOP, 2009: p. 133) implica que pode ser transformado e que, portando, deve ser disputado por dentro pela classe trabalhadora, em seus diversos mecanismos e observando-se sua natureza contraditória com inúmeras fissuras. Mesmo nos casos em que o caráter burguês do Estado é mais evidente ainda ali haverá contradições decorrentes de sua adequação funcional via políticas públicas aos diversos grupos econômicos componentes da sociedade em questão naquele momento histórico

específico, opondo a “regulamentação de interesses particulares” ao “império da lei”. Se a “reprodução estendida” das classes depende do desempenho das funções econômica e extra-econômica do Estado, bem como da divisão econômica, política e intelectual do trabalho e se uma classe atua sobre a outra e sobre o Estado, a ação estratégica pela transformação do mesmo deve ser tomada como prioridade pelos grupos que buscam corrigir distorções decorrentes do domínio histórico da estrutura (ossatura) estatal pela burguesia.

2.3 A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE COMO IDEIA FORÇA EM ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO QUE CONSIDERA AS DISTINTAS DIMENSÕES DA REALIDADE EM SUA COMPLEXIDADE

Além do aporte teórico acerca do Estado e da relação entre as classes no contexto de uma sociedade capitalista, interessa-nos a produção teórica de autores que elaboraram a crítica do Esclarecimento como fundamento da ação e reflexão humana e que orienta o desenvolvimento, ou, o “progresso” de tipo capitalista. O Esclarecimento é mais comumente interpretado como a etapa em que se estabelece o reinado da ciência sobre as demais formas de conhecimento e sobre a própria consciência humana. Esta passa cada vez mais a operar praticamente a partir da transformação da ciência e do saber em técnica e tecnologia, abarcando todas as áreas e buscando a emancipação humana em relação a toda forma de superstição, de encantamento, de barbárie e de medo – promessas do Iluminismo. Mas, segundo Theodor W. Adorno e Max Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, o Esclarecimento é um movimento contínuo que remonta aos mitos e suas narrativas, como um esforço humano de se livrar da dependência em relação à natureza e seu ritual de funcionamento. Atinge o auge na filosofia racionalista europeia e sua decadência nos aparelhos de regulação da vida, da sociedade e da natureza que dela nascem e se nutrem na “sociedade administrada”.

Dentre os conceitos desenvolvidos por teóricos da Escola de Frankfurt, interessa os de “razão instrumental” formulado por Adorno e Horkheimer em 1947 como literatura para a crítica ao cientificismo e ao racionalismo quantitativista e economicista; de “homem unidimensional” desenvolvido por Herbert Marcuse) e, na formulação crítico-propositiva acerca da superação da racionalidade instrumental, o

conceitos de “princípio esperança” e “aliança com a natureza” de Ernest Bloch. Bloch afirma que a

Esperança, esse antiafeto da espera contra a angústia e o medo, é, por isso, o mais humano de todos os movimentos do *ânimo* (*Gemüts-*) e só acessível ao ser humano, e, ao mesmo tempo, refere-se ao mais lúcido dos horizontes. A esperança corresponde àquele *apetite* (*Appetitus*) da alma que o sujeito não só possui, mas no qual consiste essencialmente como ser *não acabado* (*unerfülltes*). (BLOCH, 1959: p. 84 apud DUSSEL, 2012: p. 460).

Nega-se a passividade na condição de dominado em que vive a maioria da população do planeta, especificamente os da periferia, onde se encontram, por exemplo, as populações rurais de povos tradicionais e de Territórios Rurais formados por pequenos municípios de economia primária, produtores de alimento reconhecidos, no Brasil, por programas governamentais que também serão aqui tratados.

Ainda no intuito de fundamentar a crítica à ação expansiva do capital atrelada ao processo de coisificação (reificação) das relações entre pessoas, empresas, povos e civilizações, especialmente na cultura ocidental a partir da modernidade europeia e que de alguma forma chega e atinge, inclusive, aos povos latino-americanos, recorre-se aos conceitos de “alteridade” em Emmanuel Lévinas e de “relação” e “diálogo” em Martin Buber e Paulo Freire. Ambos os autores resgatam na filosofia um humanismo esperançoso que se coloca em processo de construção de cada sujeito a partir da categoria do “entre” que pode realizar a cada um dos pólos da relação. Depende do tipo de relação que se estabelece consigo mesmo, com os outros, com o transcendente (o Tu eterno) e com o mundo. É nesse sentido que Buber afirma:

O TU se manifesta como aquele que simultaneamente exerce e recebe a ação, sem estar, no entanto, inserido numa cadeia de causalidades, pois, na sua ação, recíproca com o EU, ele é o princípio e o fim do evento da relação. Eis uma verdade fundamental do mundo humano: somente o ISSO pode ser ordenado (BUBER, [1974?]: p. 34. Grifos do tradutor)

O resgate da dignidade, a emancipação do oprimido, o rosto do Outro, como exigência de respeito e justiça, como possibilidade do “não”, são pontos de partida e de apoio à construção de processos e propostas de desenvolvimento que

apresentem como princípio o respeito e a promoção dos direitos humanos, a libertação dos oprimidos e a sustentabilidade ambiental.

Além de uma necessidade ética e política, a questão da relação entre o processo de implementação de Usinas Hidrelétricas e desenvolvimento sustentável no local, constitui um desafio epistemológico e metodológico. Isto implica na escolha de instrumentais teóricos e metodológicos eficientes na quantificação, qualificação, comparação, análise e interpretação não apenas dos elementos que compõem os processos de implantação de Usinas Hidrelétricas, mas, também da relação destes com os movimentos mais amplos do sistema econômico, bem como da gravidade e alcance de seus impactos em relação (também) com os elementos de resposta, na perspectiva da sustentabilidade.

Para Almeida & Marzall (2000), “na última década (do Século XX) desenvolveu-se o interesse na busca de indicadores de sustentabilidade por parte de organismos governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades em todo o mundo” (ALMEIDA; MARZALL, 2000: p. 42). Descrevendo o ‘estado da arte’ em relação aos indicadores, os autores destacam citando Hammond et al. (1995) a ação de governos como o da Holanda que “desde 1991 tem o programa de indicadores ambientais que permite o monitoramento efetivo das ações de desenvolvimento, agilizando a tomada de decisões e tendo uma importante participação popular no processo” (ALMEIDA; MARZALL, 2000: idem). Além da Holanda, ainda segundo os autores, outras nações, a partir da Conferência sobre o Clima realizada no Rio de Janeiro - Brasil, a Eco 92, passaram a adotar ações similares: a Áustria em 1991 com um programa de “Eco-Pontos”, Suíça em 1992 e Alemanha em 1996.

Contudo, devido à complexidade das questões vinculadas ao Desenvolvimento, ao campo de disputas tanto conceitual quanto prático (político, econômico, etc.) que compreende a essência dessas mesmas questões, deve-se, primeiramente, precisar qual compreensão de Desenvolvimento e de Sustentabilidade se adota. Do contrário, inviabiliza-se a busca por instrumentos indicadores. Não obstante, há relativo consenso entre estudiosos e instituições sobre a eficácia do Modelo *pressão, estado e resposta* - PER.

Há, ainda, a necessidade de incorporação do fator tempo na análise da sustentabilidade e de superação da lógica racional-reducionista como modo dominante de pensar e compreender o mundo (Almeida & Marzall, 2000). Nota-se aí

a influência do pensar metafísico, montado sobre o método metafísico, por muito tempo dominante. Segundo Politzer:

[...] A preocupação de separar leva o metafísico em todas as circunstâncias, a raciocinar assim: “uma coisa é, *ou bem* isto, *ou bem* aquilo. Ela não pode ser *ao mesmo tempo*, isto e aquilo.” O metafísico, porque define as coisas em definitivo (elas continuarão sendo sempre o que são), e, porque, ciosamente, as isola, é levado a opor umas às outras, como absolutamente inconciliáveis. Ele não admite que dois contrários possam existir ao mesmo tempo. Um ser, diz ele, está vivo ou está morto. Parece-lhe inconcebível que um ser possa estar, ao mesmo tempo, vivo e morto; entretanto, no corpo humano, por exemplo, a cada instante, novas células substituem as que morreram: a vida do corpo é, justamente, essa luta incessante entre forças contrárias (POLITZER, [1970?]: p. 4).

Dessa forma, não há como proceder a análise do Desenvolvimento e da Sustentabilidade sem a adoção de modelos e métodos que considerem as contradições e as interações entre elementos e dimensões que compõem os processos. Se a implementação de Hidrelétricas geram resultados positivos para o conjunto da sociedade e geram também, consequências ruins para uma grande parcela ou mesmo para a totalidade da população local como os impactos sobre o meio ambiente, por exemplo, então, o método dialético não somente é útil como é necessário ao seu estudo, pois, “a dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas relações mútuas, sua ação recíproca e as decorrentes modificações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência” (ENGELS, III: p. 392 apud POLITZER, [1970?]: p. 5).

É também, adequado aos propósitos desta pesquisa, cujas motivações vão além da descrição linear dos acontecimentos relativos à temática, mas, busca a elucidação das relações que se estabelecem durante e a partir dos processos de implementação de Hidrelétricas e o processo de desenvolvimento local, considerando este último como amplo espaço de construção do bem viver para os vários grupos sociais.

Se entre os autores que discutem o tema do desenvolvimento e da sustentabilidade não há um consenso em relação ao caminho para atingi-los, vários deles concordam, no entanto, a respeito de seu caráter imprescindível frente a um colapso ecológico, “uma catástrofe iminente que ameaça a maioria das espécies, inclusive a nossa”, ou que “todos os dias estamos destruindo mais e mais riqueza pública – ar, água, solo, ecossistemas, espécies – na busca de riquezas particulares, o que torna o consumo em um simples complemento da acumulação, assumindo

assim formas mais distorcidas e destrutivas” (FOSTER, 2013: p. 11). Há aqueles que propugnam uma reforma no modo de produção capitalista forçada a partir da regulação por meio de organismos internacionais e nacionais devidamente fortalecidos e aparelhados.

O ‘desenvolvimento sustentável’ aparece aí como início da transição que superaria o industrialismo, “a aurora de uma nova era. Ela é rotulada de ‘pós-moderna’, ‘pós-burguesa’, ‘pós-econômica’, ‘pós-escassez’, pós-civilizada’, ‘pós-industrial’, ‘de conhecimento’...” (VEIGA, 2010: p. 208). Aparece também como resultado de uma economia solidária construída desde os interstícios do capitalismo e sobre novos princípios e novas práticas autogestionárias, vide Singer (2002); como a superação do paradigma agrário como sustentáculo das visões predominantes sobre o Rural, durante o último século, que cuja erosão, demonstra e imprime a necessidade de novas e mais complexas formas de abordagens da questão do desenvolvimento que passe além e possa considerar a contento a racionalização da vida rural – tônica constante dos últimos tempos “como consequência da unificação dos diferentes tipos de mercados e da criação de instituições que regulam as formas de uso social destes espaços” (FAVARETO, 2006: p. 07). Há ainda, a proposta de superação de “nossa obsoleta mentalidade mercantil” como em Polanyi (1978), refundando a economia, mas, sem necessariamente, aderir ao socialismo.

De outro lado, aqueles que desconfiam da possibilidade de se atingir o desenvolvimento e a sustentabilidade apenas por regulação ou mesmo por conscientização. Foster (2013) fala de autores que baseados em “crenças” subestimam a ameaça que decorre do modo de produção capitalista. Observa, no trato a ela dispensado, uma deficiência, pois, embora críticas ambientais sejam elaboradas nos últimos anos, em geral, “estão ligadas a noções abstratas do sistema com base em condições do século XIX”, desconsiderando elementos essenciais relacionados às condições históricas dos Séculos XX e XXI. Mais especificamente, ao capitalismo em sua fase pós-concorrencial, ou seja, monopolista (FOSTER, 2013: p. 1).

Para Germer (2002) a lógica de mercado afeta a todos os processos que ocorrem no seio de sociedades com esse modelo produtivo. Não há possibilidade de convivência pacífica entre modelos sustentáveis e produção capitalista, pois, são incompatíveis. É o que ocorre, por exemplo, com a implantação do modelo americano para o campo brasileiro no desenho original do Plano Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Germer aponta para suas conseqüências inevitáveis de esvaziamento do campo num curto espaço de tempo (reduzindo de 19 milhões de trabalhadores no campo, para em torno de 4 milhões. Os outros 15 milhões seriam compulsoriamente expulsos), como resultado da concentração da propriedade, da tecnologia e da renda pela lógica de mercado a que essa política remete. Sua preocupação recai sobre a implantação do PRONAF com base nesse conceito de agricultura familiar que, segundo o autor, deveria denominar-se familiar/assalariada como uma “forma de produção capitalista incompleta” que é.

Mesmo nos casos em que a lógica capitalista não é verificada no âmbito das relações sociais e produtivas locais, ainda assim, é incerta a possibilidade de abrigos seguros em relação às deturpações que realiza sobre a realidade social e econômica. É o que ensina Bartra Vergés (2015: p. 21): Ao descrever “os diferentes caminhos da exploração” camponesa, demonstra que a resistência do campesinato, embora muito louvada por diversos autores, diante do capitalismo não é uma característica genética, mas uma propriedade que adquire de sua própria inserção no modo de produção capitalista, na medida em que sua reprodução social se torna necessária ou menos dispendiosa para o sistema. Esta, pelo menos, é uma realidade que se verifica no México, uma economia de capitalismo dependente.

A descrição acima revela mais do que a situação específica do campesinato mexicano enquanto sujeito social no âmbito do capitalismo. Ela tem poder explicativo sobre outras atividades e outros sujeitos, inclusive, em outros países, regiões e continentes sob o mesmo sistema. Sobretudo, se considerar a questão do desenvolvimento sustentável como objetivo. O processo imediato da produção camponesa não contém segundo Bartra, “a chave da exploração do campesinato” pelo capital, pois, sua produção só assume a forma de mercadoria quando entra em relação com a circulação capitalista. Aí a exploração se consuma, no contexto da realização do capital global (BARTRA VERGÉS, 2015: p. 18-19). A mercadoria camponesa ao entrar em circulação no mercado capitalista, sofre uma mutação, sendo originalmente portadora de valor de uso, recebe um valor de troca em comparação com outras mercadorias portadoras de mais-valia e com um preço médio de produção e que vislumbram um lucro também médio (médio porque equilibrado pela concorrência).

A lógica de realização do capital é antagônica, segundo essa visão, à sustentabilidade devido à desigualdade de que é a causa. Assim, em todos os setores da produção repete-se a mesma situação. Na indústria, na agricultura, comércio ou produção energética. Enquanto a produção é apropriada individualmente, os impactos e os custos são externalizados, isto é, assumidos pela sociedade como um todo.

É no contexto do capitalismo contemporâneo que surge a proposta da Agroecologia como uma crítica ao pensamento científico de base europeia (eurocentrismo, cientificismo) na medida em que desenvolve uma perspectiva pluriépistemológica a partir das lutas sociais autóctones latino-americanas e de outras regiões do planeta frente à homogeneização sociocultural da modernidade. Conforme Sevilla Guzmán (2011), a Agroecologia pode ser definida como:

O manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. E isso mediante propostas participativas desde os âmbitos da produção e a circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam a enfrentar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual (SEVILLA GUZMÁN, 2011: p.13).

Se constituindo, assim, em um novo paradigma não apenas científico, mas, de civilização, de desenvolvimento.

Portanto, o debate sobre a relação entre a implementação de hidrelétricas e o desenvolvimento sustentável no Cantuquiriguaçu não deve estar restrito ao setor hidroenergético, mas, deve se situar dentro desse marco teórico conceitual para que faça a reflexão mais abrangente acerca dos desdobramentos dessa relação. Deve dialogar com a proposta da Agroecologia, conforme apresentada no parágrafo anterior. A condição histórica de submissão da região a macro-objetivos do sistema econômico e seus atores parece não variar desde o período colonial em que se travam na região dos Campos de Guarapuava - cuja expansão resulta na ocupação do Território Cantuquiriguaçu primeiro por indígenas nativos – as principais vítimas do confronto de civilizações –, depois, por espanhóis, na sequência e definitivamente, pelos portugueses – conforme Wachowicz (1987), Mussoi (2002) e Pires (1999), é consequência, do mesmo processo de expansão do eurocentrismo. O que muda são as tecnologias utilizadas, os regimes de exploração dos recursos

naturais, a condição de depredação ambiental e, em geral a cultura local na medida em que se sucedem os “ciclos” econômicos e migratórios no Território e adjacências.

2.4 A NOÇÃO DE TERRITÓRIO

Dentre as diversas abordagens sobre o conceito de Território, interessa-nos aquelas que admitem a noção de conflito, de disputa e de construção permanente; que extrapolam a visão unidimensional e que o concebem como um espaço dialético e dinâmico. Em seus estudos sobre a Via Campesina Internacional o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes recorre ao conceito de “território” para elucidar as disputas e contradições travadas no campo, na atualidade. Por um lado os camponeses desenvolvem movimentos de luta, resistência e contestação ao modelo desenvolvimentista e predatório do capitalismo agrário, por outro, há o esforço das empresas multinacionais do agronegócio por expandir seu controle territorial seja através do monopólio dos mercados, por meio do domínio tecnológico e d exploração que lhes permite aferir lucros a partir da atividade produtiva em pequenas e grandes propriedades rurais. A economia camponesa é recriada pelo capital, em condições de ser novamente explorada, pois, “no processo imediato de produção, o camponês gera um excedente que é transferido no momento da circulação. Ao mesmo tempo, porém, o camponês reproduz a si mesmo como explorado nesse processo” (BARTRA VERGÉS, 2015: p. 18), ou, pela aquisição direta da propriedade da terra como se refere Guimarães (2005), na medida em que estas se inviabilizam economicamente, principalmente, por não alcançar a escala média de produção. Decorre daí intensa disputa territorial.

Porém, a partir do que afirmamos no parágrafo anterior, a noção de território, neste caso, não pode restringir-se ao espaço, o que exige do autor um trabalho de revisão literária sobre o assunto que nos serve de apoio teórico em nosso objetivo de debater a questão do desenvolvimento territorial em particular, do Cantuquiriguaçu. Destacamos aqui alguns elementos da importante revisão.

Fernandes (2008) parte da noção de espaço. Para isso retoma a visão de Lefebvre (1991) para o qual “o espaço é a materialização da existência humana” e complementa que “a amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. O espaço é uma totalidade.” (FERNANDES, 2008 in PAULINO; FABRINI [Orgs.], 2008: p. 276). Retoma também

o pensamento de Milton Santos que define o espaço: “como um conjunto de sistema de objetos e sistemas de ação, que forma o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório” (SANTOS, 1996: p. 51 apud FERNANDES, 2008: p. 276). Fernandes destaca a indissociabilidade entre os sistemas de objeto e de ações, unindo-os ao mesmo tempo, de modo solidário e contraditório e expressando as conflitualidades geradas entre diferentes intencionalidades. Nota-se, uma relação dialética em que “as relações sociais produzem os espaços” e estes “produzem as relações sociais”, “construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios” (idem). Conclui que “o espaço é anterior ao território”, retomando esta ideia de Raffestin (1993).

Outra idéia importante é a de que ‘Espaço’ e ‘Território’ são categorias geográficas e dependem da intencionalidade com que são empregadas a partir da direcionalidade do pensamento e de acordo com a “experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito [...] definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais” (FERNANDES, 2008 in PAULINO; FABRINI [Orgs.], 2008: p. 277-278). Partindo dessa concepção, o autor amplia o conceito, incluindo princípios como o de Totalidade, Multidimensionalidade, Multiescalaridade e Soberania. Admitindo-os como fundamentais na abordagem, quer significar não somente sua necessidade, mas, também sua negação propositada pela ação de instituições e organismos internacionais que trabalham com o conceito de território, na medida em que reforçam sempre a dimensão econômica e a dimensão social, operando a sua fragmentação. Em suas palavras:

Nas ‘abordagens territoriais’ predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa aceção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de ‘território’ por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios no ‘território’ de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas, desde o local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implica na socialização da tomada de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. (FERNANDES, 2008 in PAULINO e FABRINI [Orgs.] 2008: p. 278-279).

Admitir a existência de territórios distintos de distintas classes sociais significaria abdicar do controle central (disfarçado de social) que subordina povos, comunidades e organizações populares aos modelos hegemônicos de desenvolvimento. Como exemplo, tem-se o agronegócio reafirmado mesmo por políticas públicas que colocam para si o objetivo do fortalecimento do caráter familiar na agricultura camponesa, ignorando “solenemente” essa contradição.

O reducionismo na concepção de território que leva a considerá-lo como *uno* conduz a uma distorção na disputa pela concepção de políticas públicas, pois, as políticas de caráter neoliberal são propostas desde o estado e organismos multilaterais em consequência do poder maior que seus defensores gozam na atual conjuntura de hegemonia capitalista em relação às populações rurais de povos tradicionais, camponeses sem terra ou com pouca terra. Assim, as relações capitalistas em detrimento de outras (cf. POLANYI, 2000: 89-90), passam a receber o reforço do financiamento público em nome do desenvolvimento geral do campo e do país (DELGADO, 2012: p. 15-19). Ignora-se a coexistência de diferentes territórios sobrepostos e em constante interação e disputa ao mesmo tempo no seio do território. Ou seja,

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008 in PAULINO e FABRINI [Orgs.], 2008: p. 285).

No Território Cantuquiriguaçu entrecruzam-se os territórios do agronegócio, os territórios indígenas e camponeses e os territórios das concessionárias da energia elétrica, entre outros. Uns formam a classe trabalhadora e se reproduzem socialmente a partir do trabalho, do uso dos recursos naturais em pequenas propriedades rurais, associações ou cooperativas e das relações sociais (mescladas entre solidárias e capitalistas) que estabelecem entre sujeitos da mesma classe e com o mercado convencional. Os demais constituem a classe proprietária de capital, de meios de produção e de “avançadas” tecnologias eficientes na exploração dos recursos naturais e do trabalho assalariado ou integrado. Que tipo de desenvolvimento deriva dessa composição? Que racionalidade se impõe como hegemônica em cada período de sua história? Que impactos geram? Quais são as

perspectivas em longo, médio e curto prazo? Que políticas são necessárias à construção de processos sustentáveis?

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A tarefa de discutir a questão do desenvolvimento territorial na perspectiva da sustentabilidade tendo ao centro a problemática relacionada à energia e outras atividades humanas consideradas altamente impactantes sobre o meio ambiente e à própria sociedade, consiste em um grande desafio teórico, mas também, metodológico. Teoricamente nossa abordagem na parte anterior privilegiou um tratamento em que diversas correntes de pensamento e até mesmo diversas disciplinas ou ciências se entrecruzam e se reforçam na compreensão da complexidade da relação sociedade e natureza em perspectiva no tempo e no espaço. Partindo da contradição entre o processo de implementação de hidrelétricas e o desenvolvimento resultante a partir dessa e de outras atividades humanas no local, buscou olhar, ao mesmo tempo, o problema, por dentro com objetivo de captar as diversas contradições e suas múltiplas determinações, e, desde fora, para compreendê-las a partir de elaborações teóricas gerais.

Nossa abordagem até aqui também lançou luzes para a compreensão da estruturação societária em cada época e sobre as relações de poder subjacentes a cada processo de intervenção humana na natureza e seus desdobramentos socioeconômicos, ambientais, tecnológicos e culturais. Há um esforço de compreensão do movimento geral de desenvolvimento das forças produtivas e de outros elementos que se metamorfoseiam na medida em que avançamos na história local, sem descuidar de suas relações com as contradições e continuidades do processo nacional e até internacional de desenvolvimento.

Metodologicamente, buscou-se um modelo que fosse mais adequado à questão estudada. Descrevemos, a seguir, basicamente, o percurso metodológico para este trabalho, tanto em seu aspecto de revisão bibliográfica, quanto de levantamento de dados da pesquisa documental e exploratória. Dada a complexidade das questões relacionadas ao problema de pesquisa, tecemos um breve debate acerca da própria dificuldade em abordá-lo, elegendo, por fim, um caminho que possa nos conduzir a bom termo.

Aspectos culturais e de valor subjetivo serão discutidos partindo também, da experiência vivida pelo autor na condição de atingido por barragem, cujas consequências se estendem no tempo e nas diversas dimensões de sua vida profissional, acadêmica e de militância junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros movimentos do campo.

3.1 UM DESAFIO: COMO MEDIR O DESENVOLVIMENTO?

Sem pretender a inatingível medição exata dos impactos da implementação de hidrelétricas neste Território, em suas várias dimensões e dada extensão e complexidade das problemáticas componentes do objeto, buscamos um caminho possível para que nesta breve pesquisa haja uma aproximação crítica e consistente do tema. As dificuldades para se determinar um consenso em torno do que é e de como se poderia medir o desenvolvimento e, do que é e de como se poderia medir a sustentabilidade foram bem descritas por José Eli da Veiga em sua obra “Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI”. Veiga (2010) rejeita as propostas teóricas que identificam e reduzem desenvolvimento a crescimento econômico cuja aplicação prática redundaria em “armadilha ideológica” para manter “assimetrias entre as minorias dominantes e as majorias dominadas, nos países e entre países” (VEIGA, 2010: p. 79). Outras versões e conceitos de desenvolvimento são também citados e criticados e, finalmente, o autor cita a que considera como “melhor fórmula sintética” elaborada por Celso Furtado:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando nos privilégios das elites que satisfazem o seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004: 484, grifos do autor, Apud VEIGA, 2010: p. 81-82).

Já em relação às possibilidades e formas de se medir o desenvolvimento, o autor expõe diferentes propostas surgidas, sobretudo, a partir do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e por iniciativa de universidades e cientistas individuais no final do século XX e início do século XXI. São citados autores como Amartya Sen e Mahbu ul Haq, o primeiro referenciado neste estudo na

parte anterior, entre outros. Cita como o debate evoluiu passando por propostas de medidas que se concentravam entorno do aspecto econômico como a renda *per capita* e o PIB – Produto Interno Bruto, ambos ligados ao conceito de crescimento econômico e que não conseguem revelar as desigualdades, mas apenas a média e o saldo de um período em relação ao outro.

Mahbu ul Haq buscava “uma medida, tão simples quanto o PIB – uma única cifra -, mas que não seja tão cega em relação aos aspectos sociais da vida humana” (apud VEIGA, 2010: p. 84). Propôs então o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano com o intuito de incluir as quatro capacidades humanas mais elementares: ter uma vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2010: p. 85).

A procura por medidas mais eficientes não tem cessado. A evolução conta com novas propostas no Brasil como o IPRS (Índice Paulista de responsabilidade Social) e o DNA-Brasil, índice de Desenvolvimento Humano que inclui sete dimensões da realidade brasileira: bem-estar econômico; competitividade econômica; condições sócio-ambientais; educação; saúde; proteção social básica; e coesão social. Este último foi criado pelo Núcleo de estudos de Políticas Públicas – NEEP da Unicamp (ibidem: 99), em parceria com o Instituto DNA-Brasil (Jornal da Unicamp de 27 de setembro a 3 de outubro de 2004 – Ano XIX – Nº 267: p. 6 e 7). Há também o IDS – Índice de Desenvolvimento Social, que possui cinco indicadores: saúde; educação; trabalho; rendimento; e habitação. Mas, embora limitado, o IDH ainda é o índice mais empregado na medição do desenvolvimento e representa um avanço por acrescentar dimensões sociais à econômica e ser de fácil exposição.

Em resumo, Veiga aponta que “a maior dificuldade está na natureza necessariamente multidimensional do processo de desenvolvimento” e que essa dificuldade resiste, sobretudo, na mensuração que possa ser apresentada em índices sintéticos. O autor conclui que “os vários índices sintéticos apresentados poderão todos ser muito úteis se servirem apenas de isca para que cada uma das dimensões do desenvolvimento seja examinada em paralelo, de forma que as principais discrepâncias sejam enfatizadas” (VEIGA, 2010: p. 105).

Portanto, medidas como de IDH (ao lado de alternativas, como Índice de Gini, PEA e outros) serão úteis para esta pesquisa, sobretudo, como instrumento na caracterização de um dos principais elementos do estado atual do Território

Cantuquiriguaçu, tomado como resultado da pressão exercida pelo modo de produção de riquezas instaurado tendo suas bases firmadas sobre a exploração dos recursos naturais tais como clima, água, relevo e solos para desenvolvimento da agropecuária e da produção hidroenergética.

3.2 COMO MEDIR A SUSTENTABILIDADE? ALGUNS MODELOS PROPOSTOS

Percurso semelhante é traçado pelo mesmo autor (VEIGA, 2010) em relação ao conceito de sustentabilidade. Num primeiro momento ele contrapõe idéias, autores e estudos que por um lado apostam na capacidade de resolução tecnológica de todo e qualquer problema, mesmo dos mais complexos, atribuindo especial força nessa superação ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao crescimento econômico e à renda. Estes propõem que num primeiro momento, a degradação ambiental cresceria na mesma proporção que a renda, mas, que a partir de determinado ponto de mutação (patamar de renda) a degradação começaria a cair, formando uma curva em forma de “U” invertido, que passaram a chamar de “curva ambiental de Kuznets” (VEIGA, 2010: p. 110).

De outro lado, estariam aqueles que como Nicholas Georgescu-Roegen apontam para um inexorável aumento da entropia, pois, as atividades econômicas “transformam energias em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis [...] (e) o crescimento econômico moderno exigiu a extração da baixa entropia contida no carvão e no petróleo” (Ibidem: p. 110-111). E esta transformação, com base na segunda lei da termodinâmica, como anota Veiga, vem ocorrendo desde há dez mil anos. Nessa perspectiva, a humanidade se veria obrigada em algum lugar do futuro, a abandonar o crescimento. Georgescu propunha que a economia fosse absorvida pela ecologia, no que não foi compreendido por economistas de seu tempo.

Veiga critica ainda, interpretações reducionistas que talvez espertamente associam sustentabilidade à capacidade de se manter, de se sustentar no mercado.

Na linha de pensadores como Robert M. Solow, economista prêmio Nobel de 1987, mesmo ano da publicação do Informe Brundtland, com o título “Nosso Futuro Comum”, medir e avaliar a sustentabilidade significaria medi-la em valores financeiros que poderiam ser compensados nos casos em que a substituição de

elementos do fator recursos naturais⁴ não fosse possível, por meio da inovação tecnológica: “será preciso calcular PIBs e PNBs “verdes”, que ele (Solow) prefere chamar de produtos interno ou nacional “liquido”” (VEIGA, 2010: p. 123). Mais adiante, porém, o autor adverte para a dificuldade de se calcular, por exemplo, “[qual] o preço do ozônio em rarefação, ou o preço de uma função como a regulação térmica do planeta? Será que a preservação das diversidades biológica e cultural poderia ficar na dependência do aperfeiçoamento dessas tentativas de simular mercados?” (Idem: p. 127).

Além da dificuldade em se quantificar bens naturais, essa linha de raciocínio levaria à aceitação de que países poluentes deveriam compensar financeiramente os demais. Porém, numa situação em que as diferenças regionais são gritantes e que nações ricas têm deslocado suas plataformas produtivas para países pobres, com mão de obra sobrando e algum recurso natural disponível, problemas de ordem política se aprofundariam na gestão de sistemas dessa espécie. Principalmente se a “curva ambiental de Kuznets” for atingida pelas nações ricas a partir da exploração capitalista dos recursos humanos e naturais dos países do sul pobre. Ainda, uma mescla entre as duas propostas também não teria fundamento, segundo José Eli da Veiga.

Visando a uma resposta mais “concisa” à questão da sustentabilidade, Veiga recorre às elaborações de Ignacy Sachs porque este “soube melhor evitar simultaneamente o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdades, e o desenvolvimentismo anacrônico, que pouco se preocupa com as gerações” (SACHS, 2002, apud VEIGA, 2010: p. 171). A trajetória dessa compreensão teria se mantido coesa no intervalo de tempo entre as conferências de Estocolmo e do Rio, mantendo-se válida “na recomendação de objetivos específicos para oito das suas dimensões: social; cultural; ecológica; ambiental; territorial; econômica; política nacional e política internacional” (idem: idem). O autor aponta ainda o caráter das dimensões ecológica e ambientais cujos objetivos formam um verdadeiro tripé: “1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não renováveis; 3) respeito e

⁴ Solow (2000) propõe que “qualquer elemento da biosfera que se mostrar limitante ao processo produtivo, cedo ou tarde, acabará substituído, graças às mudanças na combinação entre seus três ingredientes fundamentais: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais” (apud VEIGA, 2010: p. 122).

realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais” (VEIGA, 2010: p. 171).

Para a discussão sobre como medir a sustentabilidade, Veiga busca na literatura mundial, as tentativas de se chegar a um índice mais ou menos sintético a exemplo do que ocorreu na busca pela melhor forma de se aferir o grau de desenvolvimento. O ideal era que se conseguisse algo semelhante com o IDH, porém, com a sustentabilidade, as dificuldades são ainda maiores. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CSD) das Nações Unidas vem contribuindo na construção de indicadores de sustentabilidade. No chamado “Livro Azul” publicado em 1996 com o título “Indicadores de desarrollo sostenible: marco y metodologías”, busca contribuir para com os objetivos da “Agenda 21” firmada na [Conferência] Rio-92, definindo um conjunto de 143 indicadores que mais tarde foram reduzidos para 57, acompanhadas de fichas metodológicas e diretrizes de utilização (VEIGA, 2010: p. 173). Inspirado nesses documentos, no Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) lançou em 2002 e 2004 os primeiros indicadores brasileiro de desenvolvimento sustentável (IBGE, 2002 e 2004, apud VEIGA, 2010: idem).

Para o Fórum Econômico Mundial, ainda conforme Veiga (2010) pesquisadores de Yale e Columbia elaboraram um índice de sustentabilidade ambiental (ESI-2002), com 68 variáveis e 20 indicadores onde foram lançados dados de 142 países em cinco dimensões: sistemas ambientais, estresses; vulnerabilidade humana; capacidade social e institucional e responsabilidade global. A diferença desses índices em relação ao IDH é que não trabalham com média aritmética, o que, segundo o autor distorceria os resultados. Ao contrário, se utilizou agrupamentos de países a partir de análises estatísticas pelo método de *clusters*⁵ que se mostram com perfis semelhantes, conforme cada dimensão.

O fato mais curioso é que na comparação entre a classificação de um determinado país no ESI e no IDH, se revela um enorme descompasso. Ou seja,

⁵ A análise de *clusters* designa uma série de procedimentos estatísticos que podem ser usados para classificar objetos e pessoas por observação das semelhanças e dessemelhanças entre ela – estes grupos homogêneos são clusters. O método da análise de clusters pode ser descrito da seguinte forma: dado um conjunto de *n* indivíduos, sobre os quais existe informação de *p* variáveis, o método agrupa os indivíduos em função da informação existente, de modo que os indivíduos de um grupo sejam tão semelhantes entre si quanto possível e tão diferentes dos restantes grupos quanto possível. Conceituação disponível em: <http://analise-estatistica.pt/2012/10/analise-de-clusters.html>, acessado em 10/11/2016.

muitos países que se desenvolveram, não consideram em sua plataforma de políticas, ações e metas, a dimensão ambiental. Exemplos como Estados Unidos da América com IDH de 0,939 figurando em 8º nesse ranking, aparece como um dos países com desenvolvimento mais insustentáveis do planeta, com um ESI de 53,2 e sendo 45º desse outro *ranking*. Nessa lista de insustentáveis, ainda figuram o Japão (78º), a Alemanha (50º), Bélgica (125º), França (33º), Holanda (34º), Inglaterra (91º), Coreia do Sul (135º), Espanha (44º), Grécia (60º), Irlanda (37º), Israel (63º), Itália (84º), Polônia (87º) e República Checa (64º), mas, todos com IDH elevados (PNUD, 2000; ESI; 2002 in VEIGA, 2010: p.180).

Outros indicadores alternativos foram propostos por ONGs (Organizações Não Governamentais) que buscam promover a sustentabilidade ambiental, como o índice de “pegada ecológica (*Ecological Footprint*) do Redefining Progress Institute. Porém, não alcançaram grande reconhecimento.

A conclusão de Veiga é a de que mesmo contando com indicadores e índices “incertos” ou “precários”, é melhor tê-los do que não poder contar com nenhum. Os conceitos e propostas neste campo como noutros não nascem ao acaso. Muitas vezes são frutos de disputas travadas entre grupos, cientistas e estudiosos que defendem modelos teóricos e práticas em que acreditam ser a solução ou parte dela em vista da resolução de inúmeros problemas ocasionados por processos insustentáveis de “desenvolvimento”. Processos desequilibrados resultam de ações calcadas em visões reducionistas da realidade, normalmente, tendo o viés econômico sobrevalorizado e em detrimento das demais dimensões da realidade. O fato de não se atingir verdades absolutas não significa ser impossível alguma verdade. Mesmo que provisória, datada, historicamente, como nos lembra Freitas (2007: p. 53), a descoberta científica ou qualquer outro conhecimento pode ser verdadeiro se considerar adequadamente todos os aspectos e elementos que formam as suas principais contradições. Portanto, cientistas e pensadores ligados à universidades e órgãos nacionais e internacionais ao proporem modelos para medição do desenvolvimento e da sustentabilidade, o fazem a partir dos melhores critérios e indicadores de que dispõem ou intuem.

Não obstante as dificuldades impostas a análises que busquem desvendar os caminhos percorridos nos processos de desenvolvimento em locais onde se relacionam elementos e recursos naturais próprios e interesses econômicos externos perpassando as diferentes dimensões da realidade, buscaremos a partir da

definição de metodologia e método, possibilitar uma reflexão guiada a partir de dados e resultados colhidos na pesquisa bibliográfica e em documentos que revelam as características e os elementos necessários ao atendimento dos objetivos desta pesquisa.

Na sequência trataremos, portanto, de indicar o método de pesquisa utilizado, descrevendo-o mais detalhadamente (tanto a metodologia PER quanto o método Dialético), após apresentar sucintamente outras possibilidades metodológicas e justificar a escolha desses dois modelos. Haverá uma descrição do universo de pesquisa perfazendo o itinerário (onde, quando, como). Ao final desta parte deverá ficar clara a forma de análise dos dados conseguidos na pesquisa documental, para que daí possa ser inferido todos os resultados nos capítulos seguintes.

3.3 O PERCURSO METODOLÓGICO PARA ESTA PESQUISA

A pesquisa possui em geral, um caráter exploratório e qualitativo, embora busque apoio em dados e índices quantitativos. Inicialmente, recorre-se à revisão bibliográfica em fontes de perfil teórico, em documentos públicos e estudos técnicos para levantamento de dados referentes à materialidade do fenômeno estudado. Também será utilizada a observação não participante conforme Marconi & Lakatos (2011), em que o pesquisador dirige e ordena a pesquisa para um fim, sem, no entanto, integrar-se à Comunidade.

Respostas foram buscadas na pesquisa bibliográfica em obras e autores clássicos sobre a questão do desenvolvimento, da sustentabilidade, da implantação de Hidrelétricas e seus impactos, bem como, de cada uma das dimensões analisadas, que acompanha o desenvolvimento do início ao final do trabalho. Atenção especial mereceu também, ações de movimentos sociais populares no território que vem redesenhando sua estrutura em várias dimensões.

No que concerne à análise geral do desenvolvimento e da sustentabilidade do processo de implementação das barragens no Território, recorre-se a dois recursos metodológicos distintos, mas, complementares: especificamente, para determinação de indicadores de (in) sustentabilidade nas principais dimensões (Social, Econômica, Cultural, Tecnológica e Ambiental), será utilizada a metodologia do Modelo PER: *Pressão – Estado – Resposta*. Este Modelo é utilizado por vários organismos nacionais como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre outros, quando há necessidade de se estabelecer indicadores para avaliação da sustentabilidade em processos, ações ou projetos.

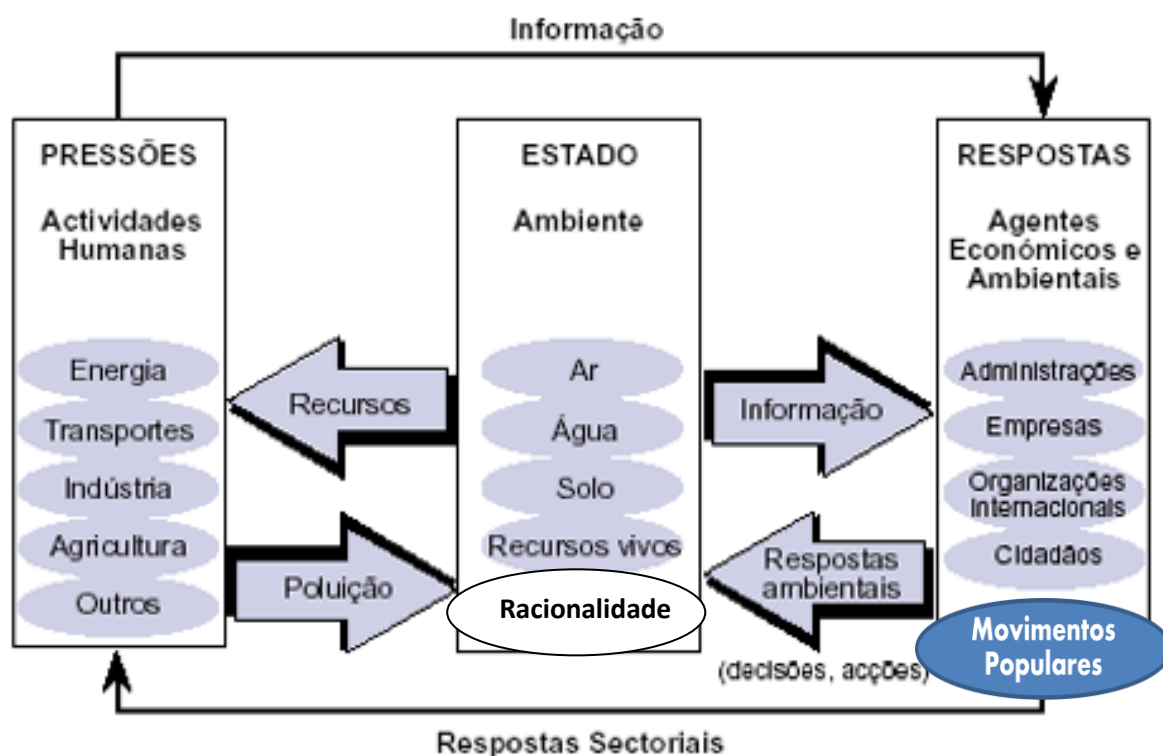
Conforme Alves (2013) “o Modelo: Pressão – Estado – Resposta (PER) é o marco ordenador mais utilizado na análise de estatísticas e indicadores da área ambiental e do Desenvolvimento Sustentável”. Embora estabeleça relações lineares, de causa e efeito, “Buscam responder a três questões básicas: o que está acontecendo com o ambiente (Estado); por que isso ocorre (Pressão) e o que a sociedade está fazendo a respeito (Resposta)” (CARVALHO; BARCELLOS 2010, apud ALVES, 2013: p. 1). Os critérios ou indicadores específicos para esta tarefa serão expostos mais adiante.

Outro recurso é o materialismo histórico-dialético como estratégia para a análise, para o pensamento. Sua aplicação neste trabalho está descrita em tópico posterior.

3.3.1 Estrutura operacional da Metodologia PER

A praticidade no trato das informações, a capacidade demonstrativa em cada de suas etapas, além da visão de conjunto que possibilita a qualquer tempo foram os elementos que transformaram essa Metodologia: Pressão – Estado – Resposta (PER), numa ferramenta largamente utilizada por organismos nacionais e internacionais no trato e avaliação de projetos e ações vinculados à questão ambiental. Esquemáticamente, essa metodologia representa um fluxo com relações e inter-relações causais, como aparece na figura 1.

Figura 1 - Esquema ilustrativo da Metodologia PER



Fonte: OCDE, 1993

Nota: (adaptado pelo autor).

Além da matriz principal, a metodologia PER possui algumas variantes devido às adaptações que permite em seu uso. Segundo Carvalho et al., 2008,

Existem três variantes do modelo PER que são: FER, PEIR e FPIER. A FER substitui a pressão pela força motriz (F) e foi adotada pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em 1995: Força Motriz: Representa o que está por trás das pressões, são as atividades humanas que provocam impacto sobre o meio ambiente. Ex.: A atividade industrial produz a emissão de poluentes. Podem também expressar processos mais amplos como crescimento demográfico e urbanização.

O modelo PEIR inclui o impacto (I) no PER e é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNEP. O modelo FPIER nada mais é do que a inclusão da força motriz (F) e do impacto (I) no PER.

Impacto: São os indicadores que medem as consequências da degradação ambiental sobre o homem e seu entorno. Ex.: incidência de doenças respiratórias associadas a poluição do ar (CARVALHO et al., 2008: p. 3).

Para este trabalho, em geral foi utilizado o modelo clássico PER, sendo que em casos específicos, como no capítulo IV na determinação dos impactos alguns desses recursos (variantes) foram utilizados subsidiariamente. Concordando ainda com Carvalho; Barcellos (2009) que:

A grande vantagem do modelo PER e suas variantes é apresentar uma visão conjunta dos vários componentes de um problema ambiental, o que facilita o diagnóstico do problema e elaboração da respectiva política pública, pois vai além da mera constatação da degradação ambiental e revela seu impacto, suas causas, o que está por trás dessas causas e as ações que estão sendo tomadas para melhorar esse quadro (CARVALHO; BARCELLOS, 2009: p. 10).

Esta descrição do modelo P-E-R é plenamente compatível com os objetivos definidos para esta pesquisa que pretende se tornar um aporte teórico para o debate do desenvolvimento Territorial na região. Para o objetivo específico “*Descrever aspectos da materialidade do Território Cantuquiriguaçu*” são abordados estudos publicados em dissertações, teses, dados de órgãos oficiais e publicações como o Diagnóstico Socioeconômico Territorial CONDETEC (2004); IPARDES (2007) e MORAES (2013). Daí se extrai alguns elementos e indicadores de *pressão, estado* e de *resposta* no processo de desenvolvimento do Território.

Na tarefa de “*Identificar as DIMENSÕES da realidade que constituem as estratégias de desenvolvimento do território e seus respectivos elementos, fixadas em documentos (Planos) ou verificados na **práxis** dos sujeitos sociais*”, se propôs a consulta direta aos documentos em que se definem essas diretrizes, programas e ações para o desenvolvimento do território: Plano Diretor do Cantuquiriguaçu (2002), Diagnóstico Socioeconômico Territorial (2004) e Estratégia para o Desenvolvimento II ou Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2009).

O terceiro objetivo específico é: “*identificar os elementos de pressão sobre o território nas diversas dimensões da realidade a partir da implementação de Hidrelétricas*” e, para isso, além do Diagnóstico Socioeconômico e demais documentos já mencionados, procedeu-se pesquisa documental tendo como base o Relatório da Comissão Mundial de Barragens e o Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, órgão vinculado à Secretaria Especial da Presidência da República. A pesquisa documental também analisou documentos e publicações de empresas concessionárias de Usinas Hidrelétricas, privadas e estatais; órgãos ambientais e agências reguladoras, Institutos, museus e bibliotecas, sindicatos, movimentos e organizações populares.

A pesquisa documental deve alimentar com dados da materialidade do fenômeno estudado, os indicadores escolhidos para sua caracterização e posterior demonstração. Nesse sentido concordamos com Alves (2013) ao afirmar que:

O objetivo principal dos indicadores é o de agregar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente. Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação e podem ser quantitativos ou qualitativos. A seleção de indicadores é a chave para o monitoramento da Pressão, Estado e Resposta, e para a identificação da relação essencial entre causa e efeito, sendo essencial encontrar a inter-relação que há entre as dimensões (VAN BELLEN, 2005; OU & LIU, 2010 apud ALVES, 2013: 2).

Portanto, os Indicadores de *pressão* se referem aos impactos provocados pelos empreendimentos nas dimensões identificadas no cumprimento do primeiro objetivo. São transformações no espaço físico e humano do Território como degradação Ambiental (Extrativismo, Queimadas, Alagamento, poluição do solo, do ar e das águas, etc.); Desterritorialização e Extermínio de Nativos e de Agricultores ribeirinhos; Isolamento da região ou inserção dependente; Implementação de Hidrelétricas; transformação da Agricultura Tradicional em Convencional; Deslocamento compulsório de pessoas em geral (agravamento da perda de população); Afogamento de equipamentos culturais e religiosos; Submersão de equipamentos e infra-estruturas públicas, entre outros.

Especificamente neste tópico referimo-nos ao método utilizado para medir a sustentabilidade de projetos e obras de barragens pelo Ministério de Minas e Energia – MME, não como um recurso metodológico geral para esta pesquisa, mas, como um recurso para o desenvolvimento do raciocínio analógico na caracterização dos elementos de *pressão* na medida em que ultrapassam os limites pré-estabelecidos pela referida metodologia.

Para o quarto objetivo: “*descrever o estado atual do Cantuquiriguaçu com base nos impactos ambiental, econômico, social, cultural e tecnológico sobre o Território em decorrência da implementação das Hidrelétricas*”, parte-se do Diagnóstico Socioeconômico da Região Cantuquiriguaçu realizado por uma equipe de técnicos vinculados à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB/PR e a outros órgãos e universidades públicas, publicado em 2003 e atualizado em 2004 e 2007. Esses dados receberam nova atualização e análise em MORAES (2013). Além de levantamento de dados e informações na pesquisa documental, utilizamos materiais colhidos e produzidos por movimentos sociais que enfrentam as consequências da implantação desse modelo energético no Território e fora dele. O estudo de quadros, tabelas, gráficos e índices a partir dos mesmos

“indicadores de pressão”, forma a base para a definição geral do *estado* atual do Território.

Já, para o quinto objetivo: “*identificar os elementos de resposta do Território a partir da dinâmica sócio-política*”, serão pesquisadas iniciativas do poder público local, estadual e federal com abrangência territorial ou que se mostrem efetivamente importantes para o desenvolvimento e a sustentabilidade do Território. Ações de iniciativa popular constituem o aspecto mais dinâmico e inovador na formulação de *resposta* aos problemas identificados nos processos de desenvolvimento e que compõem a práxis política de determinado grupo ou região. No Cantuquiriguaçu elas acontecem de forma intensa e também serão buscadas e analisadas, dentro das dimensões referidas anteriormente e que busquem responder à *pressão* e ao *estado*. Considerando o tempo, limita-se nas ações dos três principais movimentos sociais que atuam na região: MST, MPA e MAB.

A pesquisa bibliográfica em obras e autores clássicos sobre a questão do desenvolvimento, da sustentabilidade e da implantação de Hidrelétricas e seus impactos, bem como, do estudo de cada uma das dimensões analisadas, acompanha o desenvolvimento do início ao final do trabalho.

O movimento geral do pensamento guiado pela metodologia PER em sua aplicação na análise territorial, está exposto no quadro 1.

Quadro 1- Dimensões/Indicadores de *pressão, estado e resposta*

DIMENSÕES	Indicadores		
	PRESSÃO	ESTADO	RESPOSTA
Econômica			
Social Cultural			
Físico Territorial			

Infra Estrutural			
Político Institucional			
Científico Tecnológica			
Ambiental			

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.2 O Método Dialético⁶

Além de descobrirmos dados quantitativos, informações relevantes sobre o ambiente social, econômico, cultural e natural anterior através dos indicadores, durante e posterior a implementação de hidrelétricas no Cantuquiriguaçu, necessitamos proceder a uma análise que ultrapasse as noções de causa-efeito e consigam entender o fluxo geral de desenvolvimento do território a partir de suas

⁶ Neste ponto tomamos por base o conteúdo trabalhado por Luiz Carlos de Freitas, professor da Faculdade de Educação da UNICAMP na conferência com o tema “Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos”, proferida durante o II Seminário Nacional: “O MST e a Pesquisa”. O autor discorre sobre o materialismo histórico-dialético como estratégia para conhecer, desenvolvendo algumas de suas categorias e, comparando-o a outras visões de mundo como a positivista e a pós-moderna. Eleva o materialismo histórico-dialético como uma teoria para a ação intencional cujo critério de verdade é a história, a prática social de um grupo de indivíduos; como uma teoria complexa que assim o é por tentar compreender a natureza complexa da realidade em sua materialidade. Esta, por sua vez, é complexa devido às múltiplas contradições que guarda em seu desenvolvimento. Defende-a, por fim, por ser afeita à mudança e à novidade, preservando o lugar do sujeito que age na e sobre a história.

múltiplas contradições e nas diversas dimensões e ainda, como movimento de superação. Este recurso refere-se ao método histórico-dialético. Embora muito empregado, o modelo PER funciona com uma dinâmica atrelada a certa linearidade (causa-efeito), desconsiderando as interações sistêmicas e contraditórias entre elementos e fatores das dimensões analisadas.

Por isso, mais do que exatamente um método, recorre-se ao materialismo histórico-dialético como um modo de pensar, uma visão de mundo que serve como arcabouço geral para o objeto pesquisado. Parafraseando o professor Luiz Carlos de Freitas, sendo compreendido como “uma estratégia do ser humano para abordar sua realidade, o materialismo histórico-dialético procura ser a expressão daquilo que se conseguiu acumular de entendimento sobre como opera a lógica do seu próprio pensamento. Por isso é que é muito difícil reduzir o materialismo histórico-dialético a um método, a não ser como um método de pensamento”. É mais amplo do que um método e suas categorias “representam aquilo que de melhor pôde o homem organizar até aqui, enquanto entendimento da lógica do pensamento ao confrontar-se com a realidade”. Ou seja: o materialismo histórico-dialético é a compreensão de que “no princípio havia a matéria, mas uma parte da matéria ganhou consciência sobre o restante da matéria e sobre si mesma. É a síntese da aventura humana em sua busca pela verdade e pelo situar-se no mundo. Diversas formas para compreender e de se conhecer a realidade foram concebidas nesse caminhar humano. Algumas privilegiando ou buscando atribuir a ela significados místicos, outras, seu caráter subjetivo e particular. Outras ainda privilegiaram sua objetividade e sua generalidade (ou genericidade). Mas, “o materialismo histórico-dialético é a história de como (essa) parte da matéria ganhou consciência sobre a matéria e sobre si mesma, pensando. Ganhou consciência de uma prática”.

Dessa forma, ainda segundo o professor Freitas, as três grandes categorias filosóficas do materialismo histórico-dialético são: “a *matéria*, a *consciência* e a *prática*”. Aceitá-lo como visão de mundo, significa aceitar que a realidade, o mundo, “existe objetiva e *independentemente* do sujeito que o conhece. O materialista admite a existência de um mundo objetivo que pode ser conhecido e transformado” (grifos do autor citado). Há uma realidade objetiva, uma materialidade que existe além das subjetividades que se formam em cada sujeito e, embora cada sujeito a conheça a partir de sua experiência particular, em muitos aspectos certamente

haverá concordâncias, ou, no dizer de Habermas: “intersubjetividades”, como prova incontestada de sua materialidade.

Mas, aceitá-lo leva ainda a outras consequências. Admitir que o mundo existe, independentemente da consciência que se tenha ou não dele, poderia simplesmente significar a sua existência estática, pronta e acabada. Eis aí uma concepção avessa ao materialismo histórico-dialético. A concepção materialista de realidade desenvolveu a compreensão, o pensamento dialético porque a natureza da própria matéria é contraditória e, portanto, dialética. O pensamento, em seu esforço para compreender essa natureza, “copiou-a” em seu movimento. E a primeira consequência imediata da contradição é o movimento. Portanto o mundo “não é”, ele “está sendo”. Pensar o mundo, a realidade conforme esta proposta significa a realização de um esforço prático/intelectual para captá-lo em seu movimento de ser, em seu processo evolutivo. Em sua historicidade.

Freitas cita o químico-físico Prigogine (1996) para evidenciar o caráter contraditório e histórico da matéria: “para ele, as leis usuais da física são leis para períodos de equilíbrio da matéria. Como os pesquisadores congelam em laboratórios os fenômenos que estudam, eles ganham estabilidade e equilíbrio. Portanto, os pesquisadores têm podido analisar mais frequentemente as leis que regem o equilíbrio, mas eles se esqueceram de analisar os períodos da matéria quando ela não está em equilíbrio: suas fases de desequilíbrio”. Freitas se pergunta: “será que a matéria tem algum tipo de contradição?” e responde nos seguintes termos: “Parece que sim, não é? Desequilíbrio, conflito, contradição, ou seja, o contrário de harmonia, equilíbrio”. E Freitas ilustra com o seguinte relato: “este mesmo pesquisador, Prigogine, dirá que a matéria sub-atômica quando se confronta com o processo de desequilíbrio (que nós chamaríamos de contradição), a própria matéria é levada pelas condições existentes a tomar, entre aspas, “decisões”. São decisões probabilísticas que ela toma e que criam um caminho que ele chama de “bifurcação”.

De novo contradições criam bifurcações. Seguir por um caminho desses da bifurcação é uma questão probabilística e uma vez seguindo por um deles, após períodos de equilíbrio, novos desequilíbrios ocorrem, outras bifurcações aparecem e assim sucessivamente até que ele ganhe de novo um estado de equilíbrio. Note, então, essa sucessão de desequilíbrios, essa sucessão de bifurcações. Isso é história: mesmo a matéria não pode retroceder a uma bifurcação anterior” (FREITAS, 2007: p.49). E aproveita para tecer uma crítica ao “rigor abstrato e a-

histórico” do cientificismo: “Décadas depois da tentativa dos positivistas de retirar a história do método das ciências sociais, eles estão vendo a história entrar no seu próprio método”, referindo-se à proposição positivista de se aplicar o método das ciências naturais nas pesquisas em ciências humanas.

Freitas previne contra possíveis interpretações que considera equivocadas das descobertas de Prigogine que o levariam a reforçar o pensamento pós-moderno que se notabiliza pela ideia de que a matéria e o homem se comportam ao acaso, justificando o caos e negando assim a intencionalidade. “Falso. Prigogine é muito claro ao dizer que o fato de haver desequilíbrio não significa que não existam regularidades, significa apenas que são outras leis”. Segundo Freitas, “uma leitura atenta de Prigogine não autoriza o entendimento de que ele esteja propondo um universo errático, caótico, ao acaso” (FREITAS, 2007: p. 49).

O caráter material, objetivo, histórico e contraditório da realidade devem compor, portanto, o panorama geral desta pesquisa que se presta a explorar algumas das contradições subjacentes na realidade territorial do Cantuquiriguaçu, num esforço do pensamento para sua compreensão com vistas à sua transformação. Essa intencionalidade derivada do engajamento do autor encontra amparo neste quadro teórico para que lançando-mão de técnicas e metodologias específicas que melhor ajudam a observar e compreender os elementos latentes da temática, pode assim alcançar um conhecimento lógico consistente, porém, carregado de significado, capaz de provocar a intervenção nessa mesma realidade. Conforme Freitas, “todo conhecimento é sempre um conhecimento provisório, ou seja, um conhecimento datado historicamente (idem: p. 53). [...] Uma descrição do real investigado, suas características e contradições, por mais completa que seja, não estará acabada sem um exame de como este real se desenvolveu historicamente (ibidem: p. 49). A evolução do objeto mostra as razões históricas de sua constituição e o desenvolvimento das próprias contradições ao longo do tempo. É neste sentido que a metodologia PER e demais arranjos metodológicos necessitam de um suporte teórico geral para melhor servirem ao propósito do pesquisador.

Neste caso, partimos da contradição entre o processo de implementação de hidrelétricas no Cantuquiriguaçu e o processo geral de desenvolvimento do Território, olhando-os na perspectiva da sustentabilidade, como ponto-chave para a análise e compreensão do fenômeno como uma totalidade. Outras contradições

afloram na medida em que se adentra o universo de pesquisa, sobretudo, a partir da aplicação das metodologias escolhidas que colocam em confronto ações e resultados, benefícios e danos, privilegiados e excluídos, atingidos e beneficiados. Concordamos, finalmente, com Freitas que:

Técnicas de estudo de casos são particularmente úteis nesse processo, pois permitem um aprofundamento da descrição e um grande volume de informações sobre o caso estudado. Mas a escolha do caso a ser estudado é fundamental, pois deve conter as contradições do problema de pesquisa que são de interesse do pesquisador, bem como manifestá-las em seu estado mais avançado (FREITAS, 2007: p. 53).

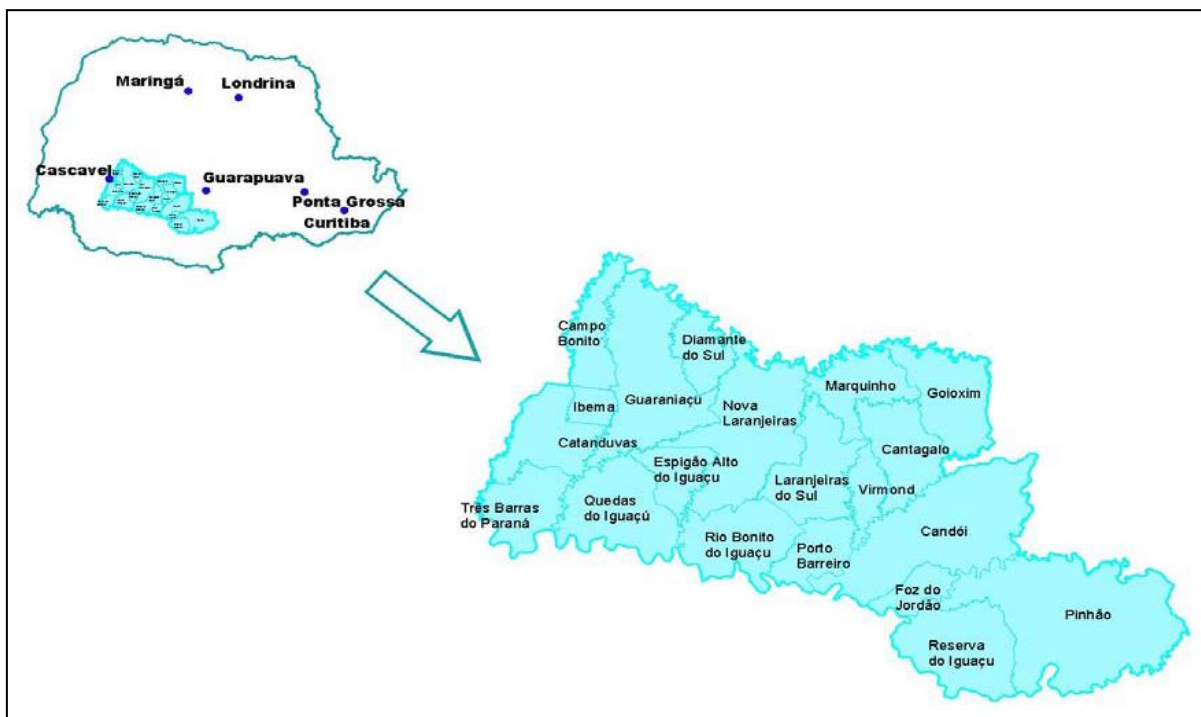
Como uma visão de mundo e uma estratégia geral para abordagem do real, nossa pretensão não é a aplicação ou a verificação rigorosa das leis da dialética em cada momento e em cada parte ou grupo de elementos que compõem essa realidade territorial. Para os pormenores, aplica-se o recurso da metodologia P-E-R como tática para levantamento de dados e organização dos mesmos no interior da intencionalidade geral de observar e analisar os movimentos contraditórios e seu sentido histórico.

3.4 O UNIVERSO DE PESQUISA: UMA SUCINTA ABORDAGEM GEO-HISTÓRICA DO CANTUQUIRIGUAÇU

O Território do Cantuquiriguaçu abrange uma área de 13.947,73 km², estando localizado no Terceiro Planalto Paranaense, representando 7% do território estadual. São divisas dessa região: ao norte e noroeste, o território Paraná Centro; a oeste, o território Cascavel; ao sul, o Grande Sudoeste; a sudeste, o território União da Vitória; e a leste, o território Centro- Sul (IPARDES, 2007: p. 8).

Formado por 20 municípios, sendo eles: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (IPARDES, 2007: idem), como se vê no Mapa 1.

Mapa 1- Os vinte municípios que compõem o Território Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná

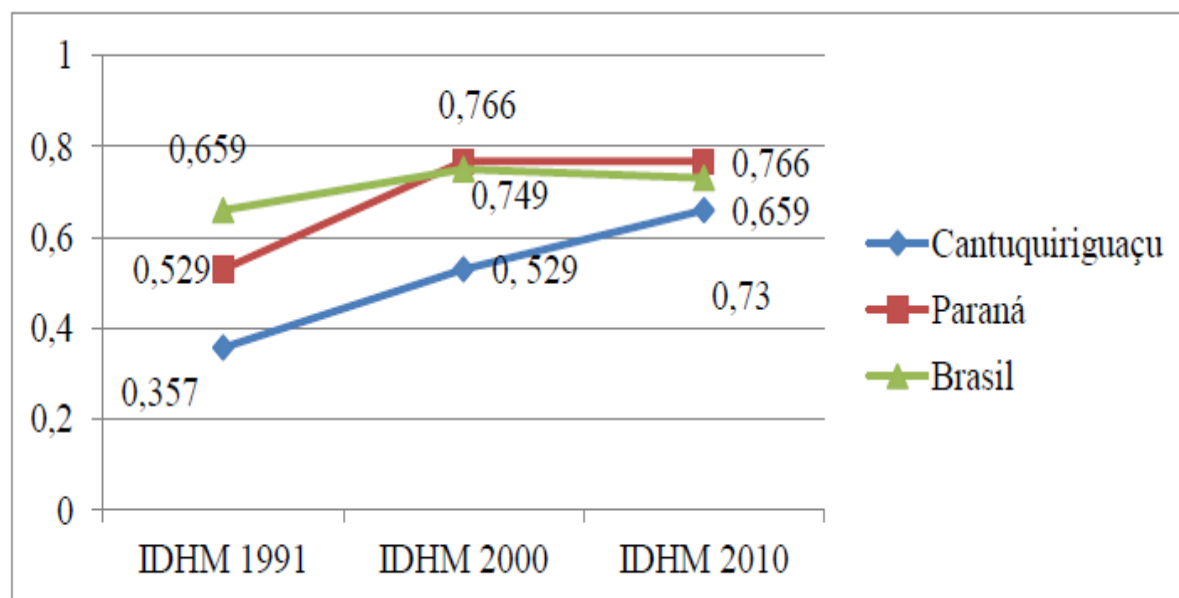


Fonte: IPARDES, 2015.

O Cantuquiriguaçu pode ser identificado como um Território rural já que concentra quase metade da população no campo e as maiores cidades não chegam a contar com trinta mil habitantes na área urbana.

Outra característica sua é o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Estado do Paraná. Na comparação com a média estadual e a média nacional, o Cantuquiriguaçu ainda apresenta considerável desvantagem (mais de 100 pontos), manifestando um verdadeiro estado de depressão generalizada (social, econômica e ambiental), embora a maioria dos municípios apresente bons índices de produtividade agrícola e agropecuária no campo (CONDETEC, 2004: p. VIII). Porém, o IDH é o que melhor reflete a situação contraditória vivida pela população local. No gráfico 1, a evolução nas últimas décadas, em comparação com o Paraná e o Brasil.

Gráfico 1- IDHM do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil: comparativo em 1991, 2000 e 2010

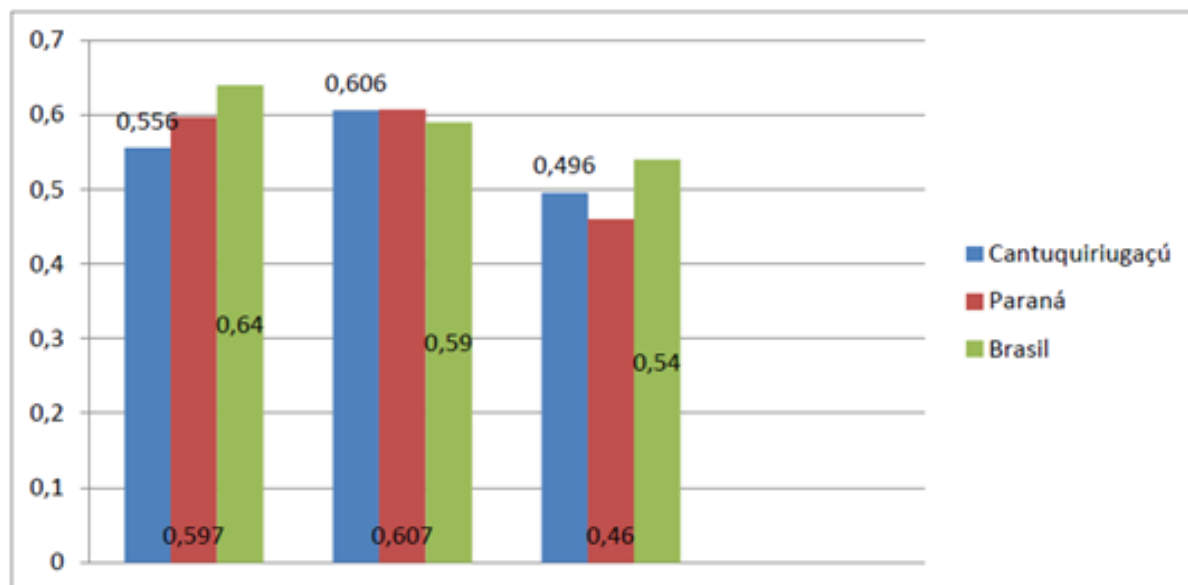


Fonte: MORAES, 2013.

A produção primária exportadora e de energia hidrelétrica, a forte presença da agricultura familiar e camponesa (com mais de 21 mil propriedades nos 20 municípios), bem como de famílias assentadas da Reforma Agrária, completam a lista de caracteres que formam os seus contornos mais evidentes. Mas, há forte concentração da propriedade da terra, conforme o Índice de Gini⁷ mostrado no gráfico 2.

⁷Este índice permite a medição de diversas formas de desigualdade ou concentração. "O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda". (Cf. WOLFFENBÜTTEL, A. in IPEA, 2004).

Gráfico 2 - Índice de Gini do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil em 1990, 2000 e 2010



Fonte: Organizado por MORAES, 2013

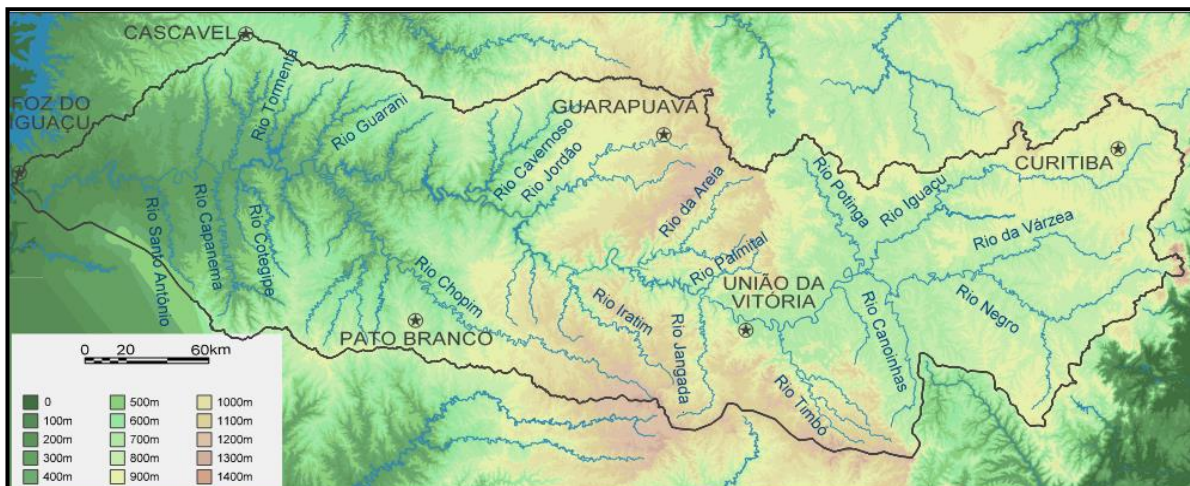
Nota: a partir de IPEA, 2013

Pode-se afirmar que se constitui num território amplamente reformado em sua estrutura fundiária e que contraditoriamente, ainda assim conta com forte presença de fazendas de plantações e criação nos moldes do agronegócio: monocultura, tecnologia convencional e predisposição ao mercado externo.

No setor energético, num primeiro momento (décadas de 1950-60) verifica-se a hegemonia da iniciativa estatal no planejamento da exploração dos recursos hídricos, cuja implantação ocorre, sobretudo, a partir da década de 1970. Nessa época houve um esforço concentrado entorno da industrialização do Brasil, demandando energia e, conseqüentemente a construção de enormes usinas nos principais rios das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. Recursos financeiros disponibilizados a países subdesenvolvidos por fundos e credores internacionais estudados por Fearnside (2015) tinham como objetivo, além de gerar dependência desses estados periféricos em relação às nações centrais, o desenvolvimento das forças produtivas, da tecnologia e da infraestrutura para a exploração em massa dos recursos naturais nesses países caracterizados como periféricos, atrasados ou dependentes por Benayon (2005: p. 174, 214). Uma vez desenvolvidos, tornavam-se passíveis de exploração e apropriação privada por meio de concessões públicas que

não tardariam ocorrer. Os recursos para produção energética, como mostra o mapa 2, são fartos nesta região do Estado.

Mapa 2 - Bacia Hidrográfica do rio Iguaçu, no Paraná



Fonte: COPEL, [2010].

Os estudos técnicos para instalação de hidrelétricas na região são anteriores à década de 1970 e ocorre mediante interesses tanto de empresas estatais da esfera estadual quanto da esfera federal, permeados por interesses privados de financiadores desse tipo de obra intensivo em tecnologia e capital, sendo que:

Além da disparidade na magnitude dos custos e benefícios, há também grandes desigualdades em termos de quem paga os custos e quem desfruta dos benefícios. Populações locais frequentemente recebem os principais impactos, enquanto as recompensas beneficiam, em grande parte, centros urbanos e, no caso da maior represa (Tucuruí), outros países [Fearnside, 1999, 2001]. (FEARNSIDE, 2015: p. 14).

Como nessa época (década de 1970) o poder público estava fortalecido e constituía o melhor caminho para a exploração dos recursos hídricos, os avanços maiores ocorrem com recursos e por iniciativa pública. Observam-se, inclusive, conflitos e forte concorrência na busca pela concessão de obras já estudadas e previstas no rio Iguaçu, tais como Salto Osório, Salto Santiago e outras, entre a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) e a ELETROSUL (SANTOS; REIS, 2002: p. 107).

O mapas 3 mostra a forte presença do setor hidroelétrico no Território, com grandes Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) no rio Iguaçu e Pequenas Centrais

Elétricas - PCH nos afluentes. Nota-se também o uso dos principais rios (internos) paranaenses como o rio Tibagi, o rio Ivaí, o rio Piquiri e o próprio Iguaçu para esse fim. Os rios Paranapanema e Paraná, foram excluídos da figura nº 05, onde aparece a Barragem de Salto Caxias em destaque. Essa Usina foi a última de grande porte a entrar em operação no rio Iguaçu e atinge o Território Cantuquiriguaçu em sua extremidade Oeste, iniciando a série de Barragens na seguinte sequência: Usina de Salto Caxias, Usina de Salto Osório, Usina de Salto Santiago, Usina de Salto Segredo e Usina de Foz do Areia.

Mapa 3 - Localização das principais Hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu, impactando o rio Iguaçu e afluentes



Fonte: TRACTEBEL ENERGIA, [2010]

3.5 SOBRE A ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental buscou dados empíricos sobre o fenômeno estudado, sobretudo, sobre a abrangência física das barragens, seus impactos positivos e negativos, atentando para o conjunto das cinco usinas construídas num intervalo de tempo de aproximadamente 25 anos no Território. Algumas comparações com outras hidrelétricas, mesmo de outras regiões, foram inevitáveis por dois motivos: por ausência de dados e, por termos buscado em algumas ocasiões, desenvolver um raciocínio por analogia. Muitos dados, porém, são de difícil acesso,

principalmente, quando referentes às usinas mais antigas, construídas há aproximadamente 40 anos. Também por envolver diferentes interesses que se chocam em relações conflituosas de poder. Aqui se destaca a importância dos observatórios desenvolvidos, mantidos ou ligados a Universidades, Centros de Pesquisas e órgãos de estado, que pesquisam, medem, avaliam e divulgam dados desses reservatórios e suas relações com diferentes setores da sociedade. São dados que revelam aspectos em diferentes dimensões.

Na busca pela compreensão do sentido histórico e geográfico do processo de desenvolvimento local, houve a apreciação de escritos de autores locais, bem como de documentos de escrituração de terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sobretudo, com o intuito de entender o processo de apropriação particular das terras por concessão pública ou por compra e venda. Fez-se visitas a museus locais e casas da cultura com o objetivo de descrever elementos que ilustram momentos do Território Cantuquiriguaçu em sua configuração anterior, concomitante e posterior à implementação das hidrelétricas, caracterizando sua transformação. Procedeu-se ainda, estudo e análise dos Planos de Desenvolvimento Territorial par identificar as dimensões definidas para a atuação coletiva em vista do desenvolvimento, o diagnóstico socioeconômico, as principais diretrizes, as metas e o arranjo institucional organizado.

Atos governamentais como instituição de políticas e programas de desenvolvimento territorial, criação ou extinção de órgãos relevantes para o desenvolvimento local, criação de assentamentos de reforma agrária, criação de universidades e outros também são pesquisados e analisados. Igualmente importantes são as ações e a intervenção dialogal ou conflituosa dos movimentos sociais populares com setores da sociedade e com governos, nas diferentes esferas. Este conjunto de buscas foi facilitado pelo pronto atendimento dos órgãos, entidades e movimentos procurados e pela atuação do autor durante longo período nos espaços decisórios regionais como educador popular, como militante de entidades e de movimentos populares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais [STR], Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], Movimentos dos Pequenos Agricultores [MPA], Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], Articulação Paranaense por uma Educação do Campo e outros), ou ainda como prefeito do município de Porto Barreiro por dois períodos entre (2005-2012) e presidente do Conselho de

Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu - CONDETEC durante cinco anos (2005-2010).

Os resultados aferidos (expostos e discutidos no capítulo IV) referem-se ao ambiente anterior à implementação de hidrelétricas, à *pressão* que estas (isoladas ou conjugadas com outras atividades econômicas) impuseram ao local, ao *estado* geral do Território medido, sobretudo, pelo Diagnóstico Socioeconômico de 2001, com atualização em 2004 e 2007 pelo IPARDES e, em alguns índices e dados, por MORAES (2013), e, por fim, à *resposta* pelos governos (da esfera federal, estadual e municipal), pelos movimentos sociais populares e entidades ligadas ao campo e ao desenvolvimento, e, pelo colegiado territorial, com a participação de todos esses atores sociais na busca por consensos e alternativas. Há ainda a *resposta* de empresas concessionárias de serviços públicos nas áreas como energia, educação e transportes (rodovias e ferrovias).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Capítulo IV apresenta os “**Resultados e Discussão**”. Destina-se a atender aos objetivos específicos “na perspectiva da Sustentabilidade” e a debater os indicadores de *pressão, estado e resposta*.

A reflexão contempla detalhadamente o Território sob o prisma da Metodologia PER e seus elementos. A forma adotada é a de expor cada uma das Dimensões: (1) Econômica; (2) Social e Cultural; (3) Físico-Territorial; (4) Infra-Estrutural; (5) Político-Institucional; (6) Científico-Tecnológica e (7) Ambiental diluídas no texto, isto é, sem necessariamente anotá-las nos títulos ou subtítulos já que optamos por dividir o capítulo com exposição dos elementos de *pressão*, elementos de *estado*, e elementos de *resposta*. Mais uma subdivisão por dimensão, tornaria o texto muito confuso, visto que alguns elementos seriam apresentados repetidas vezes. Estas Dimensões são as constantes do Plano Diretor para o Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu, concluído em 2003. Durante a exposição de resultados exercitamos o pensamento dialético, expondo as principais contradições e o movimento geral de superação, perfazendo um percurso histórico. Buscamos, portanto, abranger todas as dimensões identificadas e definidas como portadoras de elementos e indicadores importantes para este estudo, porém, como referido, não as adotamos como subtítulos visando maior clareza e fluência no texto. A referência é a tabela 01 apresentada na metodologia desta pesquisa no item 3.3.1. Dessa forma, cremos ter determinado os elementos de *pressão, estado e resposta* em cada uma das dimensões.

Realizada a consulta a autores, ao conteúdo dos Planos de Desenvolvimento do Território, às ações e documentos produzidos por empresas concessionárias e pelos movimentos sociais populares (e de entidades importantes enquanto atores sociais que atuam no cenário territorial), às Políticas e Programas governamentais e ao Relatório da Comissão Especial “Atingidos Por Barragens” (do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [CDDPH]), todos constituintes do objeto de estudo, e ainda, estabelecendo um diálogo e uma reflexão crítica, visamos inferir se:

- a) Os resultados correspondem aos objetivos explicitados no Capítulo I?
- b) A hipótese se confirmou?

4.1 INDICADORES DE “PRESSÃO”

Este tópico visa atender ao objetivo específico de “*Descrever aspectos da materialidade do Território Cantuquiriguaçu situando-o historicamente*”, expondo resultados da pesquisa sobre a pressão exercida pelas atividades humanas sobre o Território, destacando-se dentre elas, a implementação de hidrelétricas. Porém, como estas não constituem fato isolado, e, conforme a metodologia adotada para esta pesquisa, outras atividades humanas são consideradas.

Para tanto, expõe a dinâmica interativa entre Natureza e Cultura demonstrando como a presença humana foi transformando a região enquanto produzia a própria identidade local atual, gerando impactos, ou seja, *pressão* sobre a biota. À medida que se introduz o uso de novas tecnologias com a finalidade de intensificar a produção de riquezas, conforme a racionalidade capitalista e técnico-científica cresce a *pressão* sobre os recursos naturais primeiramente, e, sobre os grupos humanos mais vulneráveis economicamente. A partir desse conjunto de elementos em inter-relação constante, ocorre também a configuração institucional e infraestrutural do território na medida em que necessidades são satisfeitas e novas outras, são criadas. A *pressão*, portanto, se verifica em todas as dimensões da realidade e passa a compor o cenário local. Por isso, em comparação a outras regiões, o território experimenta ligeira desvantagem, como demonstram seus índices de desenvolvimento.

4.1.1 Antecedentes da produção de energia elétrica no Cantuquiriguaçu

Conforme Coelho & Pereira (2011: p. 1) “a implantação de uma hidrelétrica é definida por pré-requisitos como a disponibilidade de água, topografia e geologia adequadas”. A implantação de cinco grandes usinas hidrelétricas somente no rio Iguaçu, que submergem extensas áreas de terra de municípios do Território revela o caráter propício a essa atividade, do espaço físico do Cantuquiriguaçu: relevo acidentado nas margens dos maiores rios, formação basáltica e abundância de água em quedas consideráveis e fortes correntezas. Isso se deve à presença do maior rio paranaense - o rio Iguaçu ao sul e do rio Piquiri ao norte do Território, além de seus principais afluentes na região. Segundo Ramos (2007: p. 1-2) essas mesmas características foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma economia e de

uma cultura cabocla na região, predominante no século XX, baseadas na produção de milho, feijão e outras culturas destinadas ao consumo local e, de porcos para o comércio com outras regiões. As relações sociais se desenvolveram principalmente baseadas no compadrio, sem grande influência do aspecto monetário, onde pessoas não originárias da mesma família acabam por conviver muito próximas, dividindo propriedades e instrumentos de trabalho devido à confiança mútua construída (OLIVEIRA, L. G, 2008: p. 25).

Para Ramos (2007), “a grande declividade e a profundidade do *vale* criaram as condições naturais para o surgimento de um micro clima no seu interior que impedia, naturalmente, a ocorrência de geadas fortes” (RAMOS, 2007: p. 2). Tal característica física, aliada à fertilidade natural dos solos influenciaria o tipo de produção praticada pelos ribeirinhos, bastante diferente daquela que se constituía nos planaltos. Na produção cabocla, nenhum recurso artificial era utilizado na correção ou adubação do solo para o plantio. Essa prática produtiva permaneceu inalterada nesses espaços até o início da década de 1980, enquanto nos planaltos a baixa fertilidade do solo somada ao tipo de exploração mais voltada ao comércio e com aplicação de mecanização foi se transformando rapidamente desde a chegada de colonos imigrantes e descendentes de imigrantes.

Já nos campos, como extensão do processo de ocupação a partir de Guarapuava, desenvolveu-se a criação de gado em Sesmarias que permanecem como base dos latifúndios ainda hoje e que determinou uma baixa densidade demográfica como afere Wachowicz (1995): “através da concessão de gigantescas sesmarias dedicadas à criação ou a invernadas de gado acabaram não atraindo grande contingente populacional, de modo que a região praticamente ficou com uma baixa densidade demográfica até meados da década de 1920”. (WACHOWICZ, 1995: p. 169-173, apud RAMOS, 2007: p. 3).

Algumas dessas concessões públicas de terras, somadas à posse ilegal (grilagem) ou questionável de áreas pertencentes à União⁸, são espaços de conflitos

⁸ Como exemplo de áreas concedidas ou de posse duvidosa, podemos citar: as Fazendas Laranjeiras, abrangendo todo o território hoje pertencente ao município de Porto Barreiro e parte dos municípios de Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu. Parte desta permanece ocupada em Porto Barreiro, desde 1998; Pinhal Ralo, Guajuvira, Dona Hilda, Rio das Cobras, Três Elos, Campo Novo, Rio Perdido entre outras, abrangendo parte dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu onde se implantaram os Assentamentos de Reforma Agrária: Ireno Alves dos Santos (900 famílias), Marcos Freire (604 famílias), Celso Furtado (1089 famílias) e Rio Perdido (60 famílias). Parte dessa extensa área ainda é explorada pela empresa do ramo madeireiro Araupel S/A, antiga Giacommet-Marodin, que disputa com a União a legitimidade do domínio das áreas que ainda não

fundiários recentes, onde se implantam talvez a maior área de reforma agrária contínua da América Latina, abrangendo vários municípios do Território, destacadamente, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, ambos também com extensas áreas alagadas pelas usinas hidrelétricas de Salto Osório e de Salto Santiago.

Outra característica natural da região, a vegetação, propiciou a exploração comercial da erva-mate (*Ilex paraguayensis*) que era exportada para a Argentina em concorrência com a produção paraguaia (Tractebel, 2002: 07) e da madeira extraída de uma das principais formações da flora, a Floresta Subtropical Subperenefolia com presença abundante de araucárias (*Araucaria Angustifolia*), Peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*), Imbuia (*Ocotea porosa*), Canela Preta (*Ocotea catharinensis*), Cedro (*Cedrela fissilis*) e outras espécies folhosas de grande porte (TRACTEBEL, 2002: p. 28). Na atividade extrativista da madeira ocorreu a instalação de inúmeras serrarias de pequeno, médio e grande porte na região, acelerando a retirada da vegetação primária e o avanço do uso do solo para desenvolvimento da agricultura.

Segundo o professor Arno Bento Mussoi, no período em que o Território Cantuquiriguaçu pertenceu parcialmente ao território federal do Iguaçu, cuja capital se situava na atual cidade pólo do Cantuquiriguaçu, Laranjeiras do Sul, algumas atividades se destacavam e demonstravam particular potencialidade:

O Relatório das atividades do Governo Trotta no ano de 1946 apresenta Iguaçu como 'um território que, em sendo nele empregados capitais empregados à sua organização, em período muito curto poderá transformar-se numa zona riquíssima, agrícola e industrial, com zonas de consumo próximas, nacionais, argentinas ou paraguayas, mormente no que se referem à madeira, produtos oriundos da criação de suínos, etc. (MUSSOI, 2015: p. 89).

foram decretadas para fins de reforma agrária, embora alvo de disputas também com movimentos sociais com a presença de quatro novos acampamentos que somam quase 2000 famílias cadastradas. Ações na justiça se arrastam já há mais de uma década. Outro exemplo é a origem do município de Ibema que está ligada à exploração madeireira de uma extensa área a partir de 1950. A rica vegetação original tornou-se um atrativo para essas e outras empresas que mais tarde implantaram reflorestamentos, lavouras mecanizadas e venda de colônias de terras a pequenos agricultores. Para mais informações consultar: NAGAE & CARVALHO, 2015: "A construção da Identidade no Movimento Sem-Terra: Os assentados de Quedas do Iguaçu (1999-2014)" in II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO; Portal Eletrônico da Prefeitura de Ibema: http://www.pibema.pr.gov.br/?page_id=242.

Esse Relatório esteve a cargo do Chefe da Divisão de Produção, Terras e Colonização da Administração Pública do território federal, chefiada por Mário Pimentel de Camargo, agrônomo componente das equipes dos governos de Garcez do Nascimento e do Major Frederico Trotta.

Mussoi aponta considerável influência dos principais eventos da geopolítica nacional e internacional sobre a configuração física e humana da região. Acontecimentos como a questão dos territórios federais, a questão das fronteiras na região de Iguazu, as disputas internas como o conflito do Contestado (que envolveu disputas por território entre Paraná e Santa Catarina, de posseiros caboclos contra a retirada de madeiras e exploração em geral de extensa faixa de terras pela empresa estrangeira Brazil Railway Company responsável pela construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande), a situação de abandono e desnacionalização do Oeste Paranaense, O projeto nacionalista de Vargas “Marcha para Oeste” (MUSSOI, 2015: p. 15-32) e, em menor escala, a Revolta dos Colonos de 1957 no Sudoeste paranaense (TRACTEBEL, 2002: p. 08).

Esses Eventos somados à presença de indígenas que mesmo restritos em aldeamentos desde o início do século XX se mesclaram aos caboclos que se aventuraram nos sertões de Laranjeiras durante o século XIX. Considere-se ainda o fenômeno da migração de colonos italianos, alemães e poloneses que vinham de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de outras regiões do Paraná e, finalmente, agricultores sem-terras de diversas partes do Brasil que se instalaram em diversos assentamentos de reforma agrária e teremos então, o aspecto humano atual do Cantuquiriguaçu interagindo com seu meio físico, ambos em constante transformação.

A formação do Território Cantuquiriguaçu resulta de intensa atividade natural e humana que se estendem pelo tempo e chega até nossos dias com um saldo que podemos considerar apenas sob um único aspecto. Daí nossa pretensão em analisar a questão em estudo, colocando em perspectiva, as diversas dimensões referidas anteriormente.

Aspectos do atual quadro de depressão social, política, cultural e econômica no Cantuquiriguaçu não possuem, portanto, uma única raiz. Isto é, não se deve atribuí-la apenas às mazelas ambientais, econômicas e socioculturais produzidas a partir da construção das barragens e alagamento de considerável porção de terras do território para produção/comercialização de energia já que outras atividades

econômicas também produzem fortes impactos. Isto fica demonstrado aqui. É mais razoável pensar na sequência e na coexistência de processos de exploração dos recursos naturais mais abundantes em determinados períodos no Território e no estado do Paraná. Processos internos que, via de regra, estiveram atrelados aos movimentos do capitalismo global em que a região esteve historicamente inserida, como demonstram Pires et al. (2013); Mussoi (2015) ao relatarem as influências de eventos nacionais e regionais sobre o desenvolvimento e sobre as principais ações dos governos na região. Eventos esses já referidos anteriormente, como a Revolução de 1924, com forte interesse de latifundiários gaúchos, a Guerra do Contestado relacionada à exploração da madeira, à concessão pública de terras e a exploração do setor de transportes por empresas estrangeiras como a Brazil Railway Company e às questões mal resolvidas de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, entre outros exemplificam o desdobramento de contradições mais amplas do sistema capitalista como o colonialismo que colocava Portugal e Espanha em confronto e a exploração da madeira e o controle da terra e da malha ferroviária por norte-americanos, por exemplo.

Embora no Cantuquiriguaçu situe-se o maior aldeamento indígena do Paraná, a literatura sobre o modo de vida dos povos primitivos da região é relativamente escassa e retrata genericamente os costumes, tradições e modo produtivo e de convivência das principais etnias: Kaingang, Macro-jê, Guarani e Xokleng e suas subdivisões: Dorins, Coroados. Mas a atenção dos pesquisadores tem se voltado para a ocupação branca, cuja saga é responsável pelo quase completo desaparecimento dessas populações na região, restando apenas, por força de lei que demarcou as terras indígenas a aldeia de Rio das Cobras, criada pelo Decreto nº 6 de 31 de Julho de 1901, por Francisco Xavier da Silva, Governador do estado do Paraná (CAMARGO, 1999: p. 39-40) e a de Passo Liso ou Toldo da Boa Vista (ainda em disputas de terras com grileiros brancos e agricultores que compraram de grileiros). Restam também, os nomes de lugarejos, rios, vegetação, alimentos, instrumentos de trabalho e outros, que testemunham sua presença e contribuição na formação étnica e cultural (parcial) de nosso povo.

4.1.2 Ocupação branca: desterritorialização (e extermínio) de nativos a partir da disputa entre Espanha e Portugal

Laranjeiras do Sul, hoje a cidade pólo do Território, compreendia uma área que hoje é abrangida por 12 dos 20 municípios do Cantuquiriguaçu. Antes de sua emancipação em 1946 pertencia ao município de Guarapuava e recebeu diversos nomes tais como: “Nerinhê” ou “Nerje”, que no idioma Kaingang quer dizer “laranja”, “Sesmaria dos Nogueiras”, “Xagú”, “Colônia Mallet”, “Laranjeiras”, “Iguaçu” e finalmente Laranjeiras do Sul, logo após a sua emancipação. Portanto, sua influência histórica sobre a região é fundamental. Sua ocupação por não-índios é ato contínuo à ocupação dos “Campos de Guarapuava” no início do século XIX e esteve ligada às disputas travadas entre espanhóis e portugueses, constando as primeiras referências a estas terras, nos relatos do Padre Francisco das Chagas Lima, integrante da comitiva de Diogo Pinto de Azevedo Portugal que em 1809 se estabeleceu nos Campos de Guarapuava. Em março de 1825 o Padre Chagas escreveu ao presidente da província de São Paulo, relatando sobre os Campos do “*nerinhê*”.

A literatura local anota que atendendo à antiga necessidade, o primeiro branco a se fixar no território, José Nogueira do Amaral, o Nogueirinha, foi degredado da justiça, que tendo cometido delito em Itapetininga-SP e estando a cumprir pena no Presídio de Guarapuava onde se indispôs com autoridades, “foi trazido para além do Rio Boca da Mata (Cavernoso) e abandonado no sertão habitado pelos índios Dorins que se mostravam muito hostis a qualquer pessoa não-índia que deles se aproximasse” (CAMARGO, Alcindo Natel, texto datilografado, sem título, 1967: 01). Este fez amizade, num primeiro momento, com os índios e conseguiu sobreviver. Logo em seguida a esposa, um irmão e alguns filhos do desterrado vieram ao seu encontro, onde permaneceram (no local depois batizado de Bugre Morto) e ergueram os primeiros ranchos de pau a pique.

Conforme Pontarolo (2010) a prática do degredo como pena era praticado no Brasil oitocentista. O condenado era “obrigado a sair do local onde cometera seu crime”. Citando Toma (2002) o autor a define: “a pena do degredo, em sua essência consistia em uma forma de expulsão penal prevista pela Justiça secular e eclesiástica da coroa portuguesa” (TOMA, 2002 apud PONTAROLO, 2010: p. 13). Para o caso do processo de povoamento das regiões periféricas como é o caso dos Campos de Guarapuava a partir do qual se dá a ocupação por não-índios da porção que hoje denominamos Cantuquiriguaçu, interessam as práticas de degredo interno. Conforme o autor, “no caso do degredo interno praticado no Brasil oitocentista, os

degredados provinham de capitâneas e depois províncias da própria colônia ou império”. Identificam-se a origem dos degredados e a especificação da pena: “o condenado era enviado para outro território pertencente ao reino, onde deveria permanecer por tempo determinado, ou então perpetuamente” (PONTAROLO, 2010: p. 13).

A ocupação de Guarapuava era objeto de um plano sancionado por D. João VI na Carta Régia de 1809, onde ordenava o envio de todos os degredados e todas as degredadas sentenciados em São Paulo a fim de povoar os “Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquelle território”. A ordem expressa na Carta previa também o degredo de mulheres: “igualmente vos ordeno que façais remetter⁹ para os Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados a degredo, cumprindo alli todo o tempo de seu degredo” (Carta Régia de 1º de abril de 1809 apud PONTAROLO, 2010: p. 51).

Em sua pesquisa documental sobre os degredados para a região de Guarapuava nesse período Fábio Pontarolo afirma não ter encontrado registros que mencionassem José Nogueira do Amaral como um dos degredados. No entanto, a documentação disponível é omissa em relação algumas informações, podendo ter sido deixado de relacionar o nome de Nogueirinha. Havia também a prática de degredo mesmo para pessoas não criminosas ou com crimes mais leves. O objetivo principal parece que não era exatamente a punição, mas, o povoamento dos Campos, conforme os planos da coroa em relação à disputa dessas fronteiras com terras espanholas. Conforme Pontarolo era incentivado o casamento, o envio de mestiços (mexiços) itinerantes e envio de homens arregimentados nas vilas mais próximas para formar tropas de ordenança – os “homens de ínfima plebe”, conforme descrição do vigário Chaga Lima, referindo-se aos contingentes enviados por capitães-mores de Curitiba, Príncipe e Castro que aproveitavam para expurgar elementos indesejáveis –, como incentivo ao processo de povoação (Idem: p. 54). Por causa da condição social e física desses, ocorriam freqüentes deserções.

Quanto a José Nogueira do Amaral, após intenso conflito com os indígenas em que teve parte da família assassinada, Nogueirinha, recebe como recompensa, além da comutação da pena de degredo, a extensão de 36 mil alqueires (90 mil hectares) denominada ‘Fazenda Laranjeiras’ ou Sesmaria ‘dos Nogueiras’, conforme

⁹ A grafia utilizada à época era bastante diferente da atual, como é o caso das palavras: “mexiços”, aquelle, civilisar, remetter, etc..

mapa 4, documentada pela Paróquia de Castro – PR em 1853, logo depois de Domingos Floriano Machado obter o registro da Fazenda Bugre Morto em 1852 (MUSSOI, 2002: p. 53-54).

Mapa 4 - A "Sesmaria dos Nogueiras", ou, Fazenda Laranjeiras



Fonte: INCRA/ITCG, [2002 ?]

O Professor Arno Bento Mussoi relata que “os primeiros conquistadores das terras da nossa região, eram provenientes da chamada área de ocupação histórico-cultural de Paraná tradicional” (MUSSOI, 2002: p. 53) e, citando Wachowicz (1987: p. 268), salienta que:

Esta área cultural depois de ocupar o litoral, o planalto de Curitiba e os Campos Gerais até os fins do Século XVIII, expandiu-se no Século XIX para os Campos de Guarapuava e Palmas. No Século XX atingiu sua expansão até Cascavel, Pitanga, Ortigueira, Faxinal, Ibaiti, etc., abrindo um verdadeiro leque em direção ao interior (WACHOWICZ, 1987 apud MUSSOI, 2002: p. 53).

Já Pires (1999) destaca que as primeiras pessoas brancas a se fixarem na região após a família de José Nogueira do Amaral o “Nogueirinha” vieram do Estado de São Paulo e eram parentes de Nogueirinha. Outros teriam vindo de Paranaguá, de Tibagi e de Castro. Várias famílias vieram nessa época, saindo da capital paulista e de Piracicaba-SP e se estabeleceram no atual município de Porto Barreiro, numa localidade em que denominaram de “Guarani” em referência aos indígenas que habitavam a região. Essa comunidade mais tarde chamou-se “Guarani dos Pobres”. Muito antes da criação do Território Federal do Iguazu como estratégia do governo brasileiro de ocupação dos “espaços vazios” com a chamada “Marcha para o Oeste” em 1943, por volta de 1860, se iniciava a povoação branca em alguns espaços que hoje compõem o Território como municípios do Cantuquiriguaçu:

No caso específico de Porto Barreiro, o primeiro povoamento de não-índios começou pela Comunidade de Guarani dos Pobres, hoje Guarani do Cristo Rei. Em entrevista com um dos mais antigos moradores de Porto Barreiro foi possível identificar alguns dos primeiros habitantes da região. Os primeiros habitantes que se estabeleceram na nossa região por volta de 1860 foram: Maria Gonçalves da Costa e seu marido José Gonçalves da Costa; Catarina da Costa e seu marido Joaquim da Costa. Dona Maria Gonçalves falecida, em 1915, criou um neto chamado Joaquim Gonçalves nascido em 1900” (PIRES, 1999: p.41).

Oliveira, L. G. (2008) destaca que “logo depois chegaram as outras famílias, Paulista e Gonçalves que se instalaram no local chamado Faxinal Grande hoje município de Laranjeiras do Sul”. Após um período nesse lugar, prosseguiram para o interior: “dali vieram abrindo caminhos até a região do Guarani, a qual recebeu esse nome por ser totalmente Terras Indígenas da tribo Guarani, considerada muito brava e resistente” (OLIVEIRA, L. G. 2008: p. 21). Segundo a autora, Bento Gonçalves da

Costa casou-se com Gertrudinha Nogueira filha de José Nogueira do Amaral. Joaquim Carreiro dos Santos casado com Luisa Maria da Conceição também vieram nessa mesma leva. Luisa da Conceição, filha deste casal, casou-se com Pedro José de Ambrózio, neto de Nogueirinha. Outras pessoas (entre outras) chegaram à região como Pedra Maria da Conceição, Antônio Caetano Nogueira e Manoel Machado, alguns vindos de Guarapuava (OLIVEIRA, L. G. 2008: p. 21).

Portanto, possivelmente, mais de uma leva de brancos se estabeleceram em diferentes espaços do Território em épocas próximas às décadas de 1840 e 1860, tendo como origem o Estado de São Paulo, o Paraná Tradicional e o Rio Grande do Sul (a partir do conflito da Revolução Farroupilha naquele estado), como apontado em conversa com o autor o senhor José Bueno de Oliveira, em setembro de 2002.

José Bueno de Oliveira, nascido em 1914 é citado também por PIRES (1999: p. 45) ao referir-se ao modo de produção no início da povoação branca: “até mais ou menos 1935 a terra aqui era de uso comum, assim como as plantações e a colheita. Todos plantavam para viver e morar e a criação era de todo mundo.” Para o autor citado, “essa afirmação comprova a existência dos faxinais”, confirmada também por outro morador entrevistado por Pires (1999), chamado Pedro Ferreira Josefi que afirma: “Eu lembro que era ainda menino, na Água do Boi, quando meus pais e parentes viviam no sistema de Faxinais. Eles faziam cercas em volta das plantas de cada família e os animais eram de uso comum” (PIRES, 1999: p. 45).

Segundo relatos: CAMARGO (1999); PIRES (1999); MUSSOI (2002), o modo de produção da população branca que primeiro se instalou e iniciou a ocupação da maior parte do Território hoje denominado Cantuquiriguaçu, “era uma produção voltada à subsistência devido às dificuldades de transporte e comunicação que inviabilizavam o comércio com outras regiões”, limitando-o a poucos itens. Faziam pequenas roças sobre queimadas onde cultivavam mandioca, milho, arroz, feijão, e criavam vacas, galinha, cavalo e porco (extensivamente). Eram quase auto-suficientes, pois quase tudo se produzia no local, num modo de vida caboclo, sertanejo. “A auto-suficiência destas famílias era tão grande que eram mínimas as necessidades de compra no comércio. Os principais produtos que se comprava na venda era sal, querosene, ferramentas, utensílios de cozinha e tecidos” (CAMARGO, 1999: p. 57).

Neste rápido relato do processo de ocupação branca do território, desde seu início, nota-se que apesar de a população local viver por um período considerável

numa condição de isolamento em relação às demais regiões do estado e do país, sua presença nos sertões do Território deu-se prioritariamente a partir dos interesses colonialistas de Portugal em disputa com Espanha (embora tais limites já estivessem estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso¹⁰ de 1777) e seu atraso relativo à ocupação dos Campos de Guarapuava, somente aconteceu devido às dificuldades impostas pela presença de índios hostis e de mata extremamente densa, além da distância em relação aos povoados de então. A vegetação típica de campo teria facilitado à criação de gado em Guarapuava, que por sua vez atendia às necessidades da sociedade da época “e a criação extensiva de gado era uma atividade em franca expansão” (CAMARGO, 1999: p. 50), pois não exigia grande evolução tecnológica, ao contrário da derrubada da floresta que, segundo um relato de 1926, era milenar: “[...] pelo poente, desvendando-se os ferozes sertões de “*Far-West*” com suas florestas milenares e robles seculares, de onde destacam os esbeltos palmares e o agreste “taquarussú” [...]” (relato de um viajante, citado por CORREIA, Leocáριο e OLIVEIRO, Mário apud MUSSOI, 2002: p. 42).

Por tratar-se de um ponto estratégico devido à distância entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e, devido à importância que esta última assumiu logo após o final da Guerra do Paraguai na ocupação do Oeste, os governos local, estadual e federal empreenderam esforços para tornar a região mais habitada e atraente.

Dentre esses esforços destacam-se: em 1892 a criação pela Câmara Municipal de Guarapuava, do Distrito de Cavernoso e Laranjeiras, com a eleição de três juizes para o local já no ano seguinte; criação em 1898, pelo governo do Estado

¹⁰ Conforme informações do portal Wikipédia, “o Tratado de Santo Ildefonso foi o acordo assinado em 1 de outubro de 1777 na cidade espanhola de San Ildefonso, na província espanhola de Segóvia, na Comunidade Autônoma de Castela e Leão, com o objetivo de encerrar a disputa entre Portugal e Espanha pela posse da colônia sul-americana do Sacramento, situação que se prolongava desde a Paz de Utrecht e a guerra de 1735-1737. O tratado foi intermediado pela Inglaterra e pela França, que tinham interesses políticos internacionais na pacificação das relações entre Portugal e Espanha.

Com a assinatura do tratado, a rainha de Portugal, D. Maria I, e o rei da Espanha, Carlos III, praticamente revalidaram o Tratado de Madrid (1750) e concederam fundamento jurídico a uma situação de fato: os espanhóis mantiveram a colônia e a região dos Sete Povos das Missões, que depois passou a compor grande parte do estado do Rio Grande do Sul e do Uruguai; em troca, reconheceram a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata, cederam pequenas faixas fronteiriças para compensar as vantagens obtidas no sul e devolveram a ilha de Santa Catarina, ocupada poucos meses antes”.

(Cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/San_Ildefonso_\(Espanha\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/San_Ildefonso_(Espanha))).

do Paraná do Distrito Policial de Laranjeiras; criação da Colônia Militar “Mallet” em março de 2011 e do Distrito Judiciário de Laranjeiras em agosto de 1911; presença do Batalhão de Engenharia para a construção da Linha Telegráfica a Foz do Iguaçu. Deu-se ainda a construção da primeira capela de Santa Ana em 1910, o início da medição da Fazenda Laranjeiras em 1913 e a abertura e construção da Estrada de Rodagem no trecho Lagoa Seca a Catanduvas a partir de 1914 e, em 1919 a construção da Estrada de Rodagem Guarapuava – Foz do Iguaçu o que fez com que o comércio se desenvolvesse e o estado instalasse a Coletoria Estadual em 1913 para a arrecadação de impostos. O fisco já funcionava de forma precária devido à dificuldade de se encontrar alguém com disposição “para se internar nesses sertões e levar adiante os serviços de fiscalização”, a Mesa de Rendas do Governo Federal desde 1904 conforme aponta Mussoi (2015: p. 27), citando Colodel, 2003.

4.1.3 A Formação da Agricultura Tradicional e o isolamento da região

A primeira vocação econômica da região, a exploração extrativista tanto da erva-mate num primeiro momento, quanto da madeira num segundo, correspondiam a interesses capitalistas das oligarquias paranaenses que controlavam o comércio da erva-mate com o Paraguai e a Argentina e a madeira, até a década de 1940, era serrada para o uso na própria região. Somente com a melhora das estradas após a criação do Território Federal do Iguaçu em 1943, é que o comércio da madeira teve maior desenvolvimento. Já a criação de porco por safristas, atendia ao comércio de Ponta Grossa para onde as tropas eram tocadas a pé e se desenvolveu com os primeiros povoadores, os caboclos vindos de São Paulo, mas teve novo impulso com a chegada de um “número significativo de famílias vindas da Frente Colonizadora do Paraná Tradicional, principalmente da região de Guarapuava. Estas famílias eram constituídas de colonos, fazendeiros e safristas.” (MUSSOI, 2002: p. 70-71). As várias levas de imigrantes que chegaram ao Brasil, inclusive ao Paraná, e que dentre os quais alguns vieram para a região depois de passarem por Irati e Guarapuava, coincidentemente, também atendiam uma necessidade premente das oligarquias em substituir a mão de obra escrava por colonos ou assalariados.

Até mesmo a criação e dissolução do Território Federal do Iguaçu (1943-1946) ocorrem em função dos interesses do governo central, no período nacionalista e autoritário do Estado Novo comanda pelo presidente Getúlio Vargas visando

garantir a unidade do território nacional, uma vez que, a partir do atual município de Catanduvas para o oeste, a língua dominante era o espanhol e a moeda era o peso argentino:

Havia uma grande desnacionalização regional. Por exemplo, as línguas mais faladas eram a guarani e a espanhola; o dinheiro era o peso argentino e a navegação no rio Paraná era controlada pela Argentina. O Estado do Paraná se fazia presente de duas formas consideradas negativas, o fisco e a polícia. Getúlio Vargas, ao assumir o governo federal em 1930, nomeou como interventor no Paraná, o general Mário Tourinho, que tomou várias medidas com o objetivo de restabelecer a confiança no país, da população do Oeste e do Sudoeste do Estado (ACILS, 2013: p. 37).

Além disso, havia uma pressão de gaúchos que pretendiam utilizar-se das terras do oeste para a especulação imobiliária, a exploração da madeira e principalmente, o desenvolvimento da agricultura que no Rio Grande do Sul já vivia o enfraquecimento da fertilidade de seus solos. O curto período de existência não propiciou que fossem atingidos todos os objetivos almejados, mas, conseguiu fazer com que o território fosse assegurado pelos brasileiros e a especulação capitalista pudesse se desenvolver mais rapidamente com a construção de estradas, titulação de terras, fortalecimento do comércio e da agricultura, melhoria nas comunicações e o deslocamento da estrutura administrativa para o interior, numa região que fora palco de campanhas militares como na Revolução Federalista ainda nos anos 1893-1894 e na Revolução Tenentista 1924-1925.

O Território Federal do Iguaçu foi extinto após o fim do período do Estado Novo a partir da aprovação da nova e democrática Constituição Federal de 1946, em que, por interesse de políticos paranaenses, ligados à antiga estrutura administrativa do estado, fez-se a extinção. Laranjeiras do Sul, que havia sido a capital do Território Federal do Iguaçu, por um curto espaço de tempo volta a ser Distrito de Guarapuava, até sua emancipação em Novembro de 1946. Antes da criação do Território, prevalecia o isolamento da região, caracterizando-a como desnacionalizada a ponto de chamar a atenção de governantes políticos nacionalistas como Getúlio Vargas. Após a extinção do Território Federal, a região volta a cair no isolamento somente voltando à cena estadual, com a construção das Hidrelétricas no rio Iguaçu, já na década de 1970 (ACILS, 2013: p. 39).

A agricultura no Território Cantuquiriguaçu teve desenvolvimento similar nos vários municípios com destaque para dois sistemas de produção: o tradicional e o

convencional (ou comercial). O sistema tradicional tem seu desenvolvimento desde os primeiros povoadores brancos e até anterior a eles com as práticas de alguns grupos indígenas que praticavam a coivara, técnica de cultivo de várias culturas, cujo manejo é bastante rudimentar. Embora tenha perdido força devido à implantação da agricultura comercial, a agricultura tradicional ou de subsistência ainda é praticada por pequena parcela da população do campo depois de ser, durante longo período, o principal modo de produção agrícola. Segundo Mussoi: “a atividade agrícola caracterizava-se pela: policultura de subsistência [...]; utilização de mão de obra familiar [...]; utilização de instrumentos rudimentares [...]; utilização de técnicas tradicionais [...], e, agricultura associada à criação de animais” (MUSSOI, 2002, p. 113). Esse modelo de agricultura era muito sustentável, pois, era bastante adequado ao meio ambiente, devido ao fato de não se utilizar fertilizantes químicos o que levava à adoção de técnicas como o sistema de pousio, de consórcio de culturas no mesmo espaço e o uso de ferramentas menos agressivas ao solo.

Socialmente, essa agricultura garantia trabalho e ocupação aos numerosos membros da família, onde as tarefas eram divididas conforme a capacidade e as habilidades de cada membro. Eram comuns os mutirões, grandes reuniões de trabalhadores vizinhos que se juntavam em ajuda mútua na execução do trabalho braçal por ocasião de doença ou mesmo na medida em que as roças atingiam o ponto ótimo para a colheita em cada propriedade. A agricultura tradicional era praticada, sobretudo, nas várzeas de rios e áreas dobradas de solo fértil aonde o uso de agroquímicos era dispensável. Um dos elementos que garantia a fertilidade era o descanso dado a terra por períodos que variavam entre 4 a 7 anos, fazendo com que as condições orgânicas da terra fosse restabelecida nas áreas em que não se arava antes do plantio.

As primeiras atividades econômicas do Território Cantuquiriguaçu após a chegada de não-índios, bem como a formação da agricultura tradicional e o isolamento da região são fatos que estão imbricados em sua gênese. Recebendo apenas o estrito necessário da Capital e das regiões que compunham o Paraná Tradicional, para a vida no sertão, e, fornecendo pouca mercadoria, a relação entre essas regiões era frágil. Mussoi (2015) recorre a vários escritores para relatar essa situação. Na exploração da erva-mate e da madeira, o trabalho comandado por paraguaios e argentinos no final do século XIX e início do século XX era denominado *obrages* “e os trabalhadores na sua quase totalidade paraguaios que se

dedicavam ao trabalho braçal nas *obrages* eram conhecidos como *mensus*” (Mussoi, 2015: p. 25). Os *mensus*, conforme explica o autor eram:

[O] que Darcy Ribeiro denomina de guarani modernos, por serem descendentes de guaranis aldeados pelos jesuítas, nas reduções de Mato grosso, Paraguai e Paraná que miscigenados com as populações rurais, formavam mão de obra braçal, abundante e barata para trabalhos semi-escravos realizados nas obrages, cujo salário quando não faltava, dava apenas para cobrir o débito da conta do armazém (Mussoi, 2015: p. 26).

Mussoi cita ainda um levantamento populacional na segunda metade do século XIX em que “foi constatada a presença de 212 paraguaios, 95 argentinos, 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis e 1 inglês. A maioria deles trabalhava nas obrages colhendo, cortando e transportando erva-mate e madeira até a Argentina através dos Portos do rio Paraná”. Quem percorria os sertões do Oeste a partir de Guarapuava sempre se deparava ao pedir informações, com pessoas que as fornecia em espanhol. O abandono por parte dos Estados do Paraná e de Santa Catarina era também uma das queixas da população local conforme Wachowicz, citado por Mussoi. Segundo o historiador, o estado de abandono é revelado pelo fato de “os revolucionários de 1924, comandados por Isidoro Dias Lopes refugiarem-se no Oeste paranaense” (MUSSOI, 2015: p. 28).

O autor aponta diversos problemas que contribuíam para com essa situação de desnacionalização e abandono como as invasões de propriedades de colonos que tentavam se estabelecer no Oeste, por *obrageros*, a omissão do governo no atendimento às necessidades básicas, falta de escolas, atendimento à saúde, estradas precárias entre outros. A dificuldade com comércio também não viabilizava a lavoura e outras atividades relacionadas à permanência na região. Aqueles que permaneciam produziam basicamente para a subsistência.

4.2 O AGRAVAMENTO DA PRESSÃO SOBRE O CANTUQUIRIGUAÇU

Com o passar dos anos, sobretudo a partir da instalação do Território Federal do *Iguassú*¹¹ o Território vai se tornando mais populoso, a infraestrutura melhorando e as atividades econômicas se intensificando. A agricultura também sofre mudanças. Com o desgaste dos solos pelas queimadas, mais áreas tiveram que sofrer a ação

¹¹ Essa era a grafia adotada à época.

dos arados, pois, a terra necessitava ser virada para que pudesse melhor ser explorada sua fertilidade e a população de camponeses havia crescido ao mesmo tempo em que a economia cada vez mais adquiria um caráter monetário. Primeiro com tração animal e mais tarde com a mecanização mediante a inserção de tratores e outros implementos agrícolas. A terra antes protegida pela vegetação e explorada apenas de tempo em tempo, passa ser cultivada todos os anos com uma ou mais safras por ano, com a variação dos cultivares.

A intensificação do uso do solo trouxe constantes perdas por erosão. Toneladas de solo foram arrastadas pelas águas das chuvas levando ao assoreamento de rios e lagos. O empobrecimento dos solos aliado a outros fatores fez com que o agricultor fosse forçado a utilizar o pacote tecnológico baseado em agroquímicos e agrotóxicos. Esse conjunto de práticas ampliou os impactos sobre o meio ambiente e sobre a própria sociedade. É o que veremos nos próximos tópicos.

4.2.1 A transformação da Agricultura Tradicional em Convencional (agronegócio) e desterritorialização de Camponeses (pequenos produtores)

Após a década de 1970 com a ampla migração de agricultores rio-grandenses e catarinenses para região, houve a introdução da mecanização agrícola, conforme Gubert Filho (2010), da monocultura de soja ou de milho, do crédito facilitado pelos bancos com investimento governamental, das sementes melhoradas, dos agrotóxicos e agroquímicos, forçando o desemprego no campo e o consequente êxodo rural. Esse processo ficou conhecido como “revolução verde”, prometia aumentar a produtividade para acabar com a fome no mundo e passou a produzir para atender aos interesses da indústria ou agroindústria, dos bancos, e, aos interesses dos governos e empresas agroexportadoras.

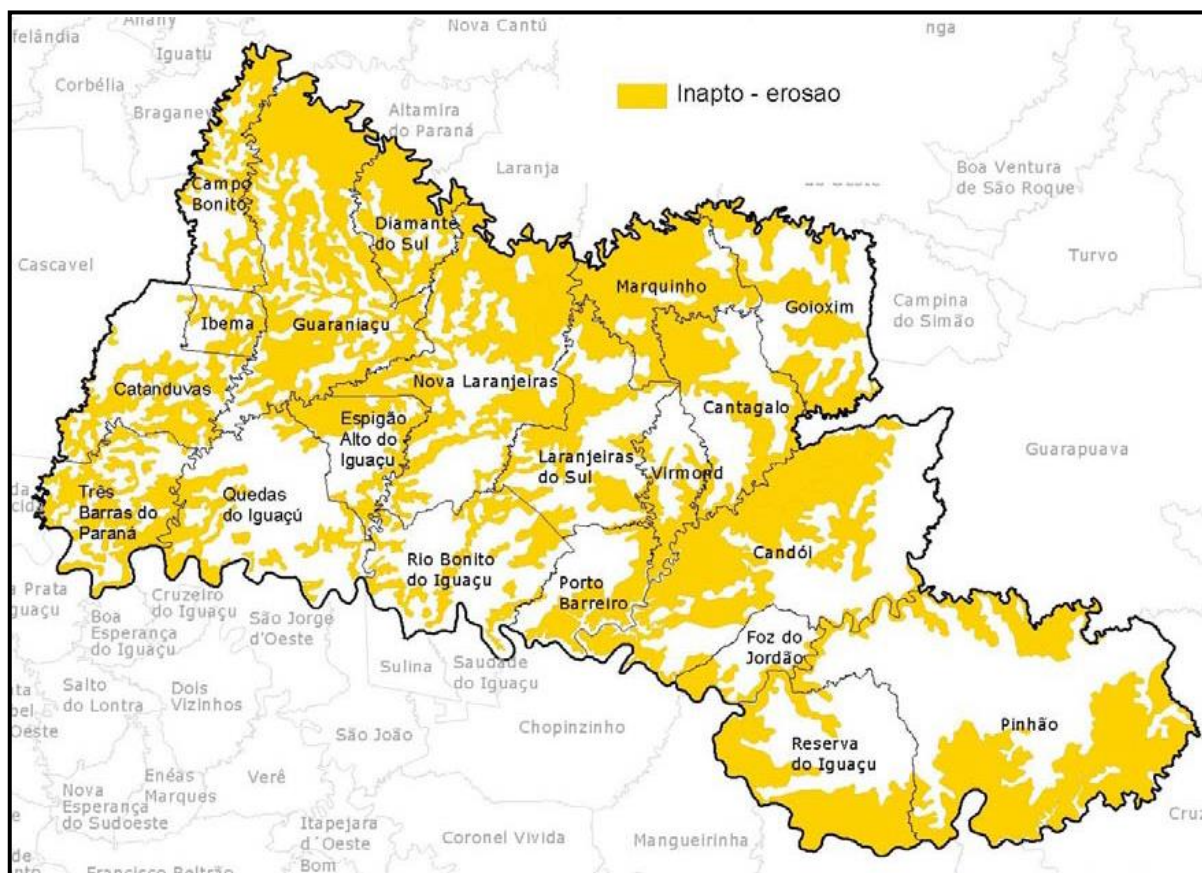
A agricultura moderna, aos poucos vem avançando sobre os territórios camponeses, pois, sua matriz tecnológica não é compatível à pequena propriedade e sua adoção por agricultores familiares e camponeses os tem levado ao endividamento com a venda compulsória das terras aos fazendeiros e latifundiários mais consolidados financeira e tecnologicamente. Duas fortes características da região têm convivido desde o início da presença branca: o latifúndio, originário das sesmarias, sistema de partilha da terra implantado pelo estado com o intuito de

incentivar a colonização e o povoamento branco do território indígena, dado a famílias tradicionais ou que prestassem relevantes serviços a essa estratégia colonizadora e, o minifúndio constituído por posseiros que obtiveram ou não o reconhecimento e a titulação do estado a partir da ocupação por longos períodos de pequenas porções de terras, sobretudo nas áreas menos favoráveis a prática da agricultura moderna devido ao relevo acidentado. Ainda hoje, o Cantuquiriguaçu conta com mais de 21 mil pequenas propriedades de um total de 23,1 mil (CONDETEC, 2009: p. 47).

Porém, o avanço do *agribusiness* sobre as pequenas propriedades, só não tem sido maior devido aos assentamentos de reforma agrária conquistados mediante lutas empreendidas pelos movimentos sociais ligados a Via Campesina internacional, destacadamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Esses assentamentos já contam com quase cinco mil famílias assentadas. Atualmente, vem se fazendo grande esforço para a implantação e a prática da agroecologia como modo produtivo.

Uma das consequências da agricultura intensiva é a degradação dos solos, por agredir o ritmo natural de sua recomposição e, principalmente, por deixá-lo exposto às intempéries. No Cantuquiriguaçu, como consequência do uso inadequado, grande porção das terras apresentam forte erosão, com alto risco de degradação geral dos solos, conforme mostra o mapa 5.

Mapa 5 - Degradação dos solos no Território Cantuquiriguaçu



Fonte: IPARDES, 2007

Segundo Costa & Rocha (2012) a partir da década de 1960 o estado do Paraná começa a inverter uma tendência que vinha desde o século XVIII de receber mais população oriunda de outros estados da federação e até de outros países. Poloneses, italianos, alemães, ucranianos, japoneses, entre outras nacionalidades fizeram do Paraná seu destino, atraídos principalmente, pela qualidade do solo, pelo clima e outras características físicas locais propícias, sobretudo à prática da agricultura. Após 1960 o Paraná começa a perder população para outros estados e a migração interna se intensifica tanto do campo para a cidade, quanto entre municípios.

Nas décadas de 1970 e 1980 a reestruturação produtiva provocada pela modernização agrícola é apontada pelos autores como responsável por provocar “profundas transformações sociais, econômicas e espaciais” (COSTA; ROCHA, 2012: p. 125), substituindo o trabalhador braçal pela introdução de máquinas, pelo incentivo à monocultura de soja, milho, trigo, e, fazendo com que ocorresse “a diminuição das pequenas propriedades rurais com até 10 hectares (53% em 1970

para 44,6% em 2006) e o crescimento das propriedades acima de 100 até 1000 hectares (3,1 em 1970 para 6,8 em 2006)”, conforme dados do IBGE citados pelos autores.

Os autores alertam que normalmente, as migrações acontecem impulsionadas por dois fatores principais: a atração exercida por algumas regiões mais dinâmicas economicamente e melhor estruturadas, e a expulsão relacionada com as mudanças ocorridas no próprio local. “As migrações internas podem ser entendidas como um processo social e quase sempre são forçadas e motivadas por fatores econômicos”, concluem.

A região onde hoje se situa o Território Cantuquiriguaçu está entre as que mais perderam população nas últimas décadas no fluxo geral da população para outras regiões do estado, sobretudo, para áreas metropolitanas, ou, para São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia e Rio Grande do Sul, ainda conforme Costa & Rocha, (2012: p. 128).

Entre as mudanças mais abruptas ocorridas recentemente na região, se destaca a já citada modernização agrícola que provoca, conforme Gaudemar “o êxodo rural e a proletarização dos camponeses por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai” (GAUDEMAR, 1977: p. 31-32, apud COSTA; ROCHA, 2012: p. 128) e, também a implementação de hidrelétricas que conforme Pinheiro (2006) “provocam um conjunto de mudanças nas tradicionais formas de organização e dinâmica de sua área de implantação, trazendo repercussões negativas sobre as modalidades de sobrevivência e as condições de vida da população, contribuindo para a disseminação e aprofundamento da pobreza e da desestruturação social (Pinheiro, 2006 apud SILVA, 2014: p. 2). Ambas constituíram-se em fatores de expulsão da população local.

Estes autores citam também Benincá (2011) para reforçar que a ação estatal pode induzir a mobilidade populacional provocando o deslocamento compulsório ou o êxodo rural a partir de empreendimentos de sua iniciativa, mediante a coação de grupos econômicos e com métodos pouco horizontais:

O Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital internacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e

físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas periferias da cidade, tudo em nome do progresso da nação (BENINCÁ, 2011 apud SILVA et al, 2014: p. 2).

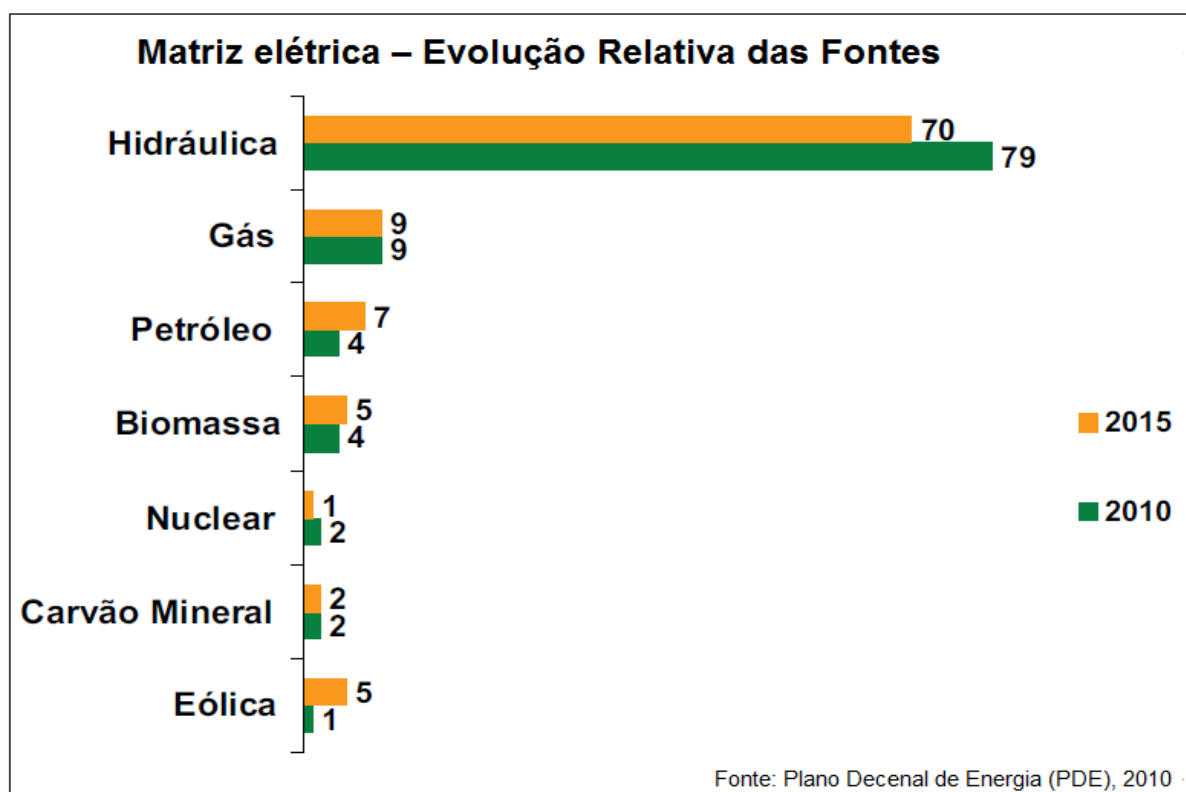
4.2.2 A implantação de Barragens a partir da década de 1970 e a questão ambiental

Por sua vez, na caracterização econômica do Cantuquiriguaçu, abordaremos um elemento pouco explorado tanto pelos órgãos da administração pública, quanto pela sociedade civil organizada, no tocante às suas potencialidades e importância na indução do desenvolvimento local. A questão energética é crucial para qualquer processo de desenvolvimento e mais ainda no capitalismo, intensivo no uso de tecnologias para produção em grande escala visando atingir mercados longínquos e, portanto, intensivo no uso de energia. A substituição da energia dos músculos de humanos e animais ocorre no Cantuquiriguaçu na medida em que se modernizam os processos de exploração dos recursos naturais mais abundantes e desenvolvem-se as relações de produção. Das fontes de energia mais utilizadas, o petróleo não é explorado no local e é buscado em outras regiões. É utilizado no abastecimento da maquinaria agrícola, nos transportes em geral de pessoas, matéria-prima e mercadorias e conta com razoável rede de distribuição no Território. Seu custo influencia significativamente o preço de produção dos produtos agrícolas (alimentos) e acaba impactando no valor dos salários e conseqüentemente, de todas as mercadorias que dependem intensivamente do trabalho humano.

Mas, a energia elétrica, além de fundamental para a atividade produtiva nos tempos atuais, tanto quanto o petróleo, é também, importante elemento gerador de riquezas na sua produção e comercialização. No Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em estudos realizados em 2010, a produção de energia elétrica é dominada por Usinas Hidrelétricas (UHE), com 68,8% da produção brasileira, seguida pelas Usinas Termoelétricas com 25,35% e, pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), que produz 2,94% da energia elétrica brasileira.

No Plano Decenal de Energia – PDE as provisões é que a energia hidráulica terá um pequeno recuo de 79 para 70%, devido, sobretudo, ao crescimento da participação da biomassa, do petróleo e da energia eólica, como aparece no gráfico 3.

Gráfico 3 - Matriz energética (elétrica): Evolução

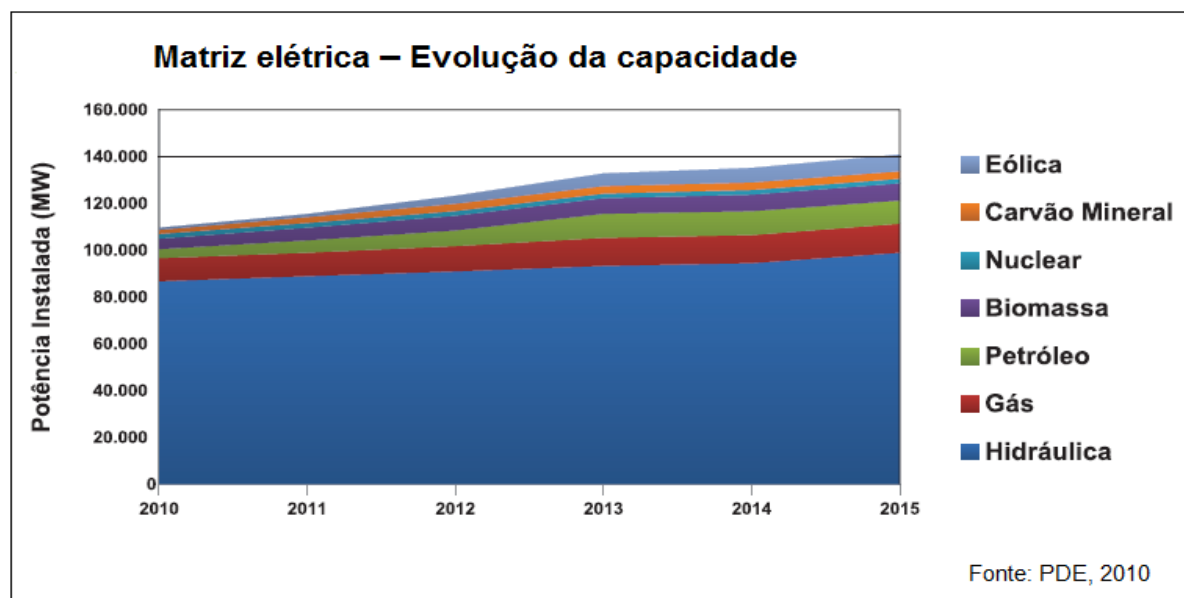


Fonte: BRASIL, 2012.

Mas, no geral o Plano Decenal de Energia estima o crescimento geral do consumo e da capacidade de geração até 2020 em quase 40%, como se vê nos gráficos 4 e 5, com expansão do complexo hidroenergético em regiões com potencial a ser explorado, destacadamente a Amazônia. Para a região Sul, além de UHEs de grande porte, contempla um grande número de Pequenas centrais Elétricas - PCHs que no seu conjunto também causam grandes impactos ao meio ambiente e à sociedade, conforme veremos adiante. As PCHs são também parte de uma estratégia de aproveitamento do potencial hidráulico de rios menores, com barragens que funcionam em cadeia e garantem boa eficiência porque se utiliza a mesma água diversas vezes na produção de mais KW/hora de energia, enquanto se dribla a opinião pública com o discurso de que causam menor impacto, além de obter menor dificuldade ou resistência no processo de licenciamento ambiental. Muitas PCHs previstas, projetadas ou em construção contribuirão para com o agravamento dos impactos sobre o Território Cantuquiriguaçu, sobretudo, em municípios que ainda não eram atingidos diretamente, mas também em outros que

já havia experimentado o alagamento de terras e as mudanças sobre a sociedade que acompanham esses empreendimentos.

Gráfico 4 - Matriz elétrica: Evolução da capacidade

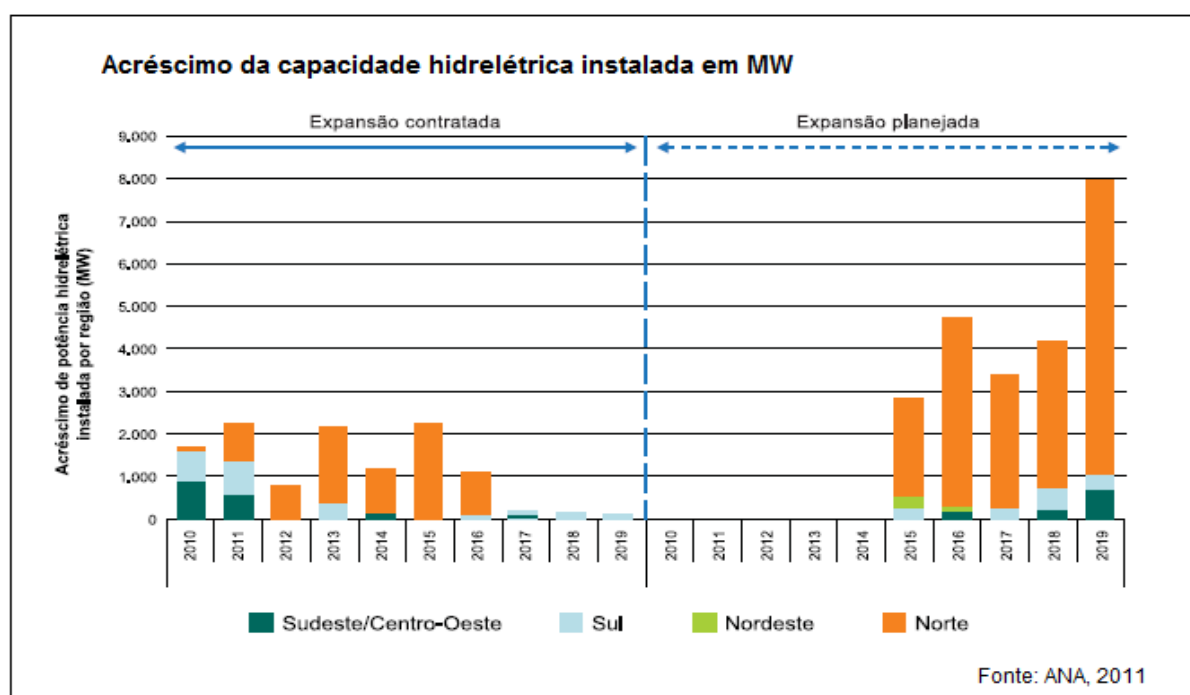


Fonte: BRASIL, 2012 (PPA 2012 – 2015).

Como se vê o planejamento e a implantação da estrutura bem como a própria exploração do mercado de energia não depende das escolhas locais, visto que são planejadas, licenciadas e leiloadas em outras esferas de governo, sem ou quase sem nenhuma interferência do poder local. Os ganhos econômicos são proporcionais aos impactos, porém, ao contrário destes, são praticamente imperceptíveis no local por estarem voltados à satisfação de uma série de interesses externos à região e ao próprio país. E o planejamento prevê a expansão da geração da energia hidráulica, inclusive, na região Sul, como apresentado no gráfico 5. Aos municípios impactados ficam os desafios de definir uma estratégia de aproveitamento de um suposto potencial turístico que se propala com a formação dos lagos. Contudo, é importante lembrar que o licenciamento de atividades com esse perfil também ocorre em outras esferas de governo e que não contam com a mesma força e agilidade com que se faz, em geral, tramitar os processos para construção dos reservatórios. Também os financiamentos públicos para esses projetos, mesmo que o proponente seja o poder público local, costumam ser escassos e burocráticos. Ao Território, em seus espaços constituídos para discussão

e deliberação colegiada (e representativa) acerca do desenvolvimento, não se faz uma consulta sequer. Mas, delibera-se sobre outras políticas com potencial bem mais restrito de contribuir para com o desenvolvimento local (embora sua importância seja considerável), como veremos na discussão das respostas institucionais que o Território vem construindo ou acessando, ao estado geral legado pelos impactos da atividade antrópica sobre o espaço.

Gráfico 5 - Acréscimo da capacidade hidrelétrica instalada em MW



Fonte: BRASIL, 2012 (PPA 2012 – 2015).

No Cantuquiriguaçu, a exploração do potencial hidroenergético, normalmente não é contabilizada nas medições e índices em que se expõem a formação e o caráter econômico da região. Talvez, porque os negócios neste setor ocorrem em escala regional e a distribuição dos dividendos econômicos esteja circunscrita ao mercado financeiro de contratos futuros nas bolsas de valores e à formação do orçamento geral dos Estados e da União, no caso das empresas estatais que detém as concessões públicas para exploração dos potenciais locais. Porém, o Território acumula enorme percentual da produção estadual que por sua vez, sustenta a liderança no cenário nacional. Conforme demonstramos nas páginas 42 e 43 deste trabalho. Segundo dados disponíveis na Wikipédia, nas usinas instaladas no

Território Cantuquiriguaçu, no Rio Iguaçu (na divisa com o Território Sudoeste) se produzem 10.558.000 kW. São elas as principais:

- Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, município de Pinhão, capacidade de geração de energia 1 676 000 KW;
- Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Salto Segredo), município de Mangueirinha, capacidade de geração de energia 1.260.000 KW;
- Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, entre os municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, capacidade de geração de energia de 1.332.000 KW;
- Usina Hidrelétrica de Salto Osório, entre os municípios de Quedas do Iguaçu e São Jorge d'Oeste, capacidade de geração de energia de 1.050.000 KW.
- Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, município de Capitão Leônidas Marques, capacidade de geração de energia 1.240.000 KW;

Além destas grandes usinas, no rio Cavernoso (afluente do rio Iguaçu e que corta o Território no sentido norte-sul), operam as PCHs “Cavernoso I” com 1.190 KW de potência e “Cavernoso II” com 6.550 KW, totalizando 7.780 KW.

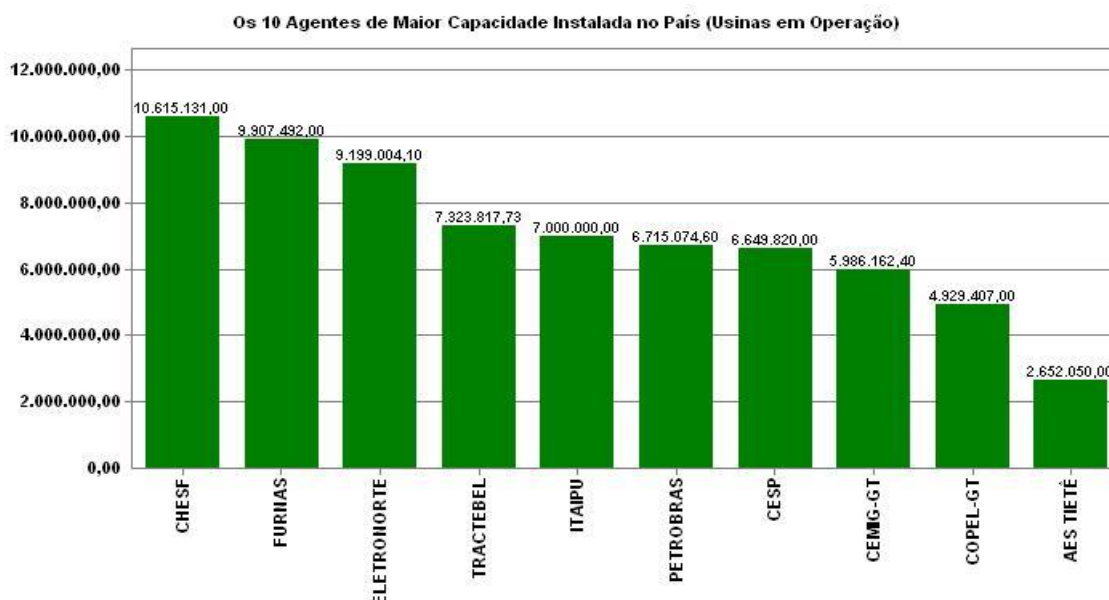
Em processo de licenciamento para instalação, somente no rio Piquiri, e que atingem diretamente municípios do Território Cantuquiriguaçu, encontram-se um total 10 PCHs que deverão gerar mais 226.400 kW. São elas: a PCH Cascudo, com potência de 23 MW, no rio Piquiri, atingindo diretamente os municípios de Laranjal, Diamante do Sul e Nova Laranjeiras – PR, a PCH Salto Grande, com potência de 30 MW, rio Piquiri, atingindo os municípios de Palmital e Marquinho – PR, a PCH Ervalzinho de Baixo, com potência de 20 MW, rio Piquiri, que atinge os municípios de Palmital, Marquinho, Santa Maria do Oeste e Goioxim – PR, a PCH Rio do Forno, com potência de 8,8 MW, Rio Piquiri, atingindo os municípios de Santa Maria do Oeste e Goioxim – PR, a PCH Bonito A, com potência de 20 MW, rio Piquiri, atingindo os municípios de Santa Maria do Oeste e Goioxim – PR. A PCH Bonito B, com potência de 18 MW, rio Piquiri, atinge os municípios de Santa Maria do Oeste e Goioxim – PR, a PCH do Cobre, com potência de 19 MW, rio Piquiri, atingindo os municípios de Palmital e Marquinho – PR, a PCH Bandeira, com potência de 28 MW, rio Piquiri, atinge os municípios de Laranjal e Nova Laranjeiras – PR, a PCH São Manoel, com potência de 30 MW, rio Piquiri, atingindo os municípios de Palmital, Nova Laranjeiras e Marquinho – PR, a PCH Porto da Bota, com potência de 29,60 MW, no rio Piquiri, atingindo os municípios de Altamira do Paraná, Diamante do Sul

e Guaraniaçu – PR, todas em processo de implantação, sendo que muitas já contêm o licenciamento ambiental.

Portanto, o Cantuquiriguaçu concentra em seu território (considerando as divisas) mais de 65% da geração de energia hidroelétrica paranaense, o que resulta em considerável movimentação econômica.

Dentre as empresas detentoras de Concessão Pública para geração energia elétrica que operam no Cantuquiriguaçu, duas estão entre as dez maiores operadoras do país. Este é o caso da Tractebel Energias (4ª colocada) e da Copel (9ª Colocada), como se vê no gráfico 6.

Gráfico 6 - Os 10 Agentes de maior capacidade instalada no país (Usinas em operação)



Fonte: ANEEL, [2010?]

Em seu conjunto, o setor elétrico é um grande indutor de desenvolvimento das forças produtivas, não apenas pelo montante movimentado pela geração de energia, mas também, pela participação direta na agregação de valor a outros produtos que dela dependem para ser transformados ou conservados. Mas, seu potencial é utilizado em favor da economia/ local? A quem serve os negócios nesse setor? Como se configura o hidronegócio a partir da intervenção estatal e de sua relação com o capital financeiro? E, sobretudo, quais são seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a sociedade local?

4.2.3 Principais impactos ambientais (elementos de pressão)

Conforme Coelho & Pereira (2011) “a construção de uma hidrelétrica provoca grandes transformações na paisagem regional, provocando rápida degradação ambiental, contrária ao processo milenar de sua formação durante as sucessivas eras geológicas” (COELHO; PEREIRA, 2011: p. 133). Em geral, o aproveitamento de características físicas propícias à geração da hidroeletricidade, potencializa essas mudanças bruscas que afetam ambientes ecológicos e sociais. Ainda segundo os autores “Do ponto de vista ambiental, os impactos negativos vão desde a perda da vegetação nativa, com diminuição da biodiversidade, até a perda de paisagens culturais e, mesmo, as naturais, formadas pelo rio com suas corredeiras, cachoeiras, praias, além do aumento dos processos erosivos e de poluentes” (COELHO; PEREIRA, 2011: p. 134). Conforme a foto 1, as podem barragens causar a mudança de percurso dos rios, por exemplo.

Foto 1 - Deslocamento do rio Iguaçu de seu leito natural: Represa de Salto Santiago



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em maio de 2014)

Esses impactos deveriam constar das previsões e estudos de impactos ambientais – EIA, bem como do relatório de impacto ambiental – RIMA para atividades com potencial de causar danos ao meio ambiente, conforme obrigação legal prevista pela Constituição Federal Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Art. 225 §1, inciso IV (1999). Estes instrumentos estão regulamentados pela Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que, conforme os autores citados, “[devem conter] recomendações técnicas em linguagem acessível ao público, devendo, ainda, ser ilustrado por tabelas, mapas, quadros, gráficos ou outras técnicas de comunicação visual” (PEREIRA, 2001, apud COELHO; PEREIRA, 2011: p. 134).

Contudo, três das mais importantes hidrelétricas: Salto Osório, Foz do Areia e Salto Santiago foram planejadas, licenciadas e construídas ainda nas décadas que antecederam o advento dessas disposições legais. Por isso, apurar seus verdadeiros impactos constitui uma tarefa muito difícil, talvez impossível. Já Salto Segredo tornou-se primeira Hidrelétrica brasileira a ser construída a partir da elaboração do EIA-RIMA e o processo de implementação da usina de Salto Caxias é considerado pelo Estado como um modelo em que se buscou “resolver todas” as questões ambientais e sociais antes do início das obras. É reconhecido internacionalmente com premiação alcançada pela Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), além de ser reconhecido até por atingidos (cf. HAAG & BRANDERBURG, 2006). Porém, mesmo tendo buscado o cumprimento da legislação em vigor, a complexidade da relação com a comunidade atingida e afetada diretamente não foi ponto passivo e nem transcorreu sem conflitos. Muitos dos aspectos imateriais da vivência dessas comunidades são simplesmente irre recuperáveis após a inundação como anota Karpinski (2007).

Os impactos ambientais são mais fortes na Área Diretamente Afetada (ADA), mas, podem se estender até para além da Área de Influência (AI), conforme demonstrado no estudo supracitado de Fearnside (2015). Tentando dimensionar a extensão geográfica e multiescalar dos impactos, assim explicam Coelho & Pereira (2011):

A extensão geográfica dos impactos ambientais provocados pela construção de uma hidrelétrica está contida na Área de Influência – AI do

empreendimento e, segundo Muller (1995), em termos socioambientais, inclui toda a região afetada pelo empreendimento, podendo ser direta quando inclui áreas destinadas à infra-estrutura, ao sítio da obra e ao polígono do reservatório. Pode, também, ser indireta ou regional, correspondendo, em geral, à bacia de drenagem a montante do reservatório e os municípios que foram atingidos parcialmente. Quanto à área diretamente afetada – ADA, ela diz respeito à área inundada e o entorno do reservatório (COELHO & PEREIRA, 2011: p. 134-135).

Em termos socioambientais, portanto, o Território Cantuquiriguaçu se constitui em uma grande e contínua área indireta ou diretamente afetada (ADA), pois, apenas quatro de seus vinte municípios não são diretamente afetados pelas principais UHEs e PCHs: Ibema, Catanduvas, Cantagalo e Laranjeiras do Sul. No entanto, sofrem os efeitos positivos (como por exemplo, a melhora da malha viária e infraestrutura em geral) e negativos (oscilação de população, pressão sobre as políticas e serviços públicos, degradação ambiental e outros). Constituem, portanto a área de influência (AI) em conjunto com os demais municípios que são diretamente atingidos.

Dentre os diversos impactos, a dimensão ambiental é bastante assolada, mas, muito embora o conjunto de hidrelétricas que foi construído na região tenha somado alterações exponenciais sobre a natureza e a sociedade local, não se pode desconsiderar outras atividades econômicas também agressivas e que participam do contexto da época. Assim, o advento das hidrelétricas agrava e potencializa os danos ambientais que já vinham ocorrendo e, acrescenta inúmeros outros, devido às suas peculiaridades.

Quando olhamos para o mapa do desmatamento no Estado do Paraná, na última década antes de se iniciarem as construções de barragens (mais precisamente quando se elaboravam os estudos e se liberavam as concessões as empresas estatais e de economia mista para a construção das Usinas), em 1965, notamos que o Território Cantuquiriguaçu ainda possuía mais de 50% de sua extensão coberta por florestas. O percentual de florestas restantes no Estado era de 23,92% (GUBERT FILHO, 2010: p. 22). E, nas margens dos principais rios, esse percentual poderia facilmente chegar a 90%, devido, sobretudo, às características geológicas que definiram o relevo, descritas anteriormente e também pelo uso das terras no sistema de agricultura tradicional voltada à subsistência e de pouco impacto sobre o meio natural conforme informações de Ramos, (2007), que havia

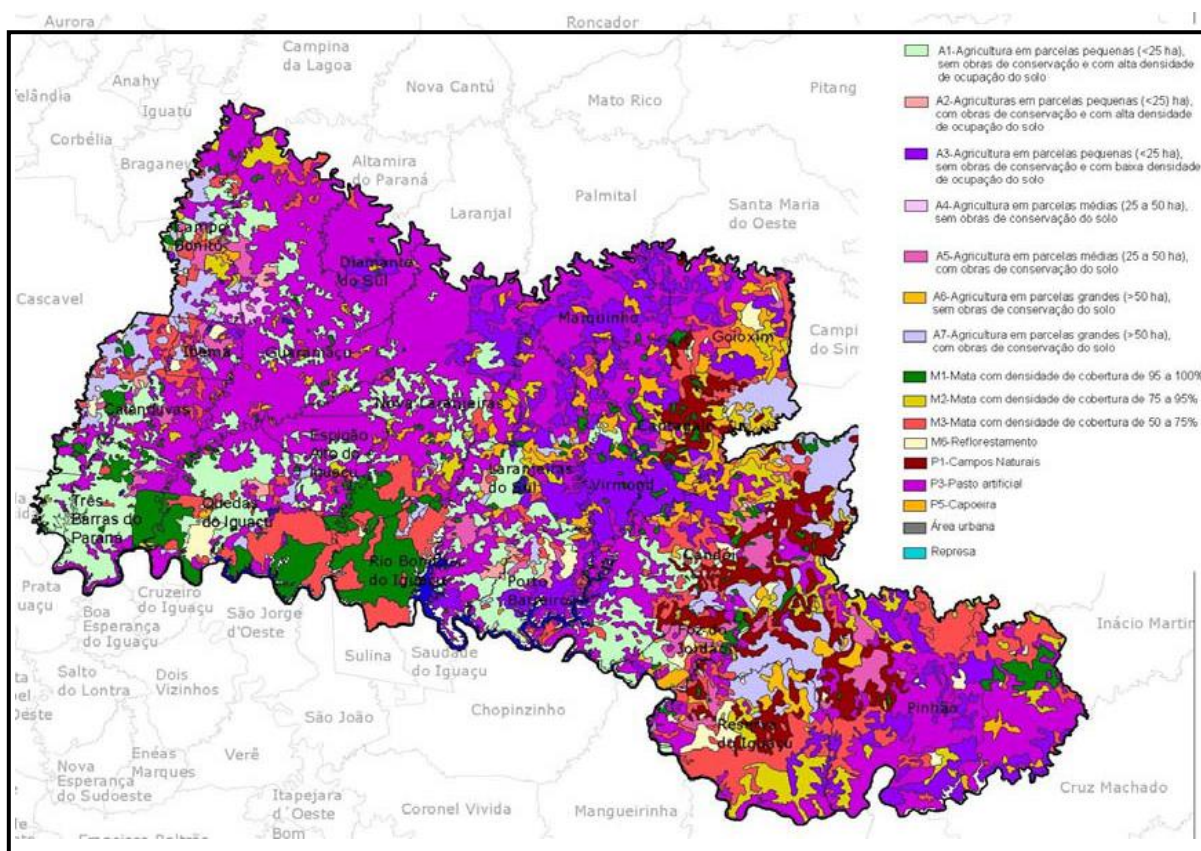
iniciado seu processo modernização com introdução da mecanização agrícola e do uso intensivo de insumos, muito recentemente.

Em 1980, um estudo detectou um percentual de florestas ainda bastante alto no Cantuquiriguaçu (de 50 a 75% das terras), como se lê em IPARDES (2007):

No levantamento de uso do solo realizado pelo IPARDES a partir de fotografias aéreas de 1980, verificou-se a predominância dos pastos artificiais – em 34,7% de todo o território. Foi observado que prevalecia o uso do solo voltado para a agricultura, em pequenas parcelas (menor que 25 ha) e sem obras de conservação. Porém, esse segmento subdividia-se entre os de alta densidade de ocupação (11,3%) e os de baixa densidade de ocupação (10,5%). Além do uso para a agricultura, as matas apareceram com algum destaque, com densidade de cobertura de 50% a 75%. Os demais usos encontravam-se dispersos por todo o território. (IPARDES, 2007: p. 16).

O uso do solo é representado no mapa 6.

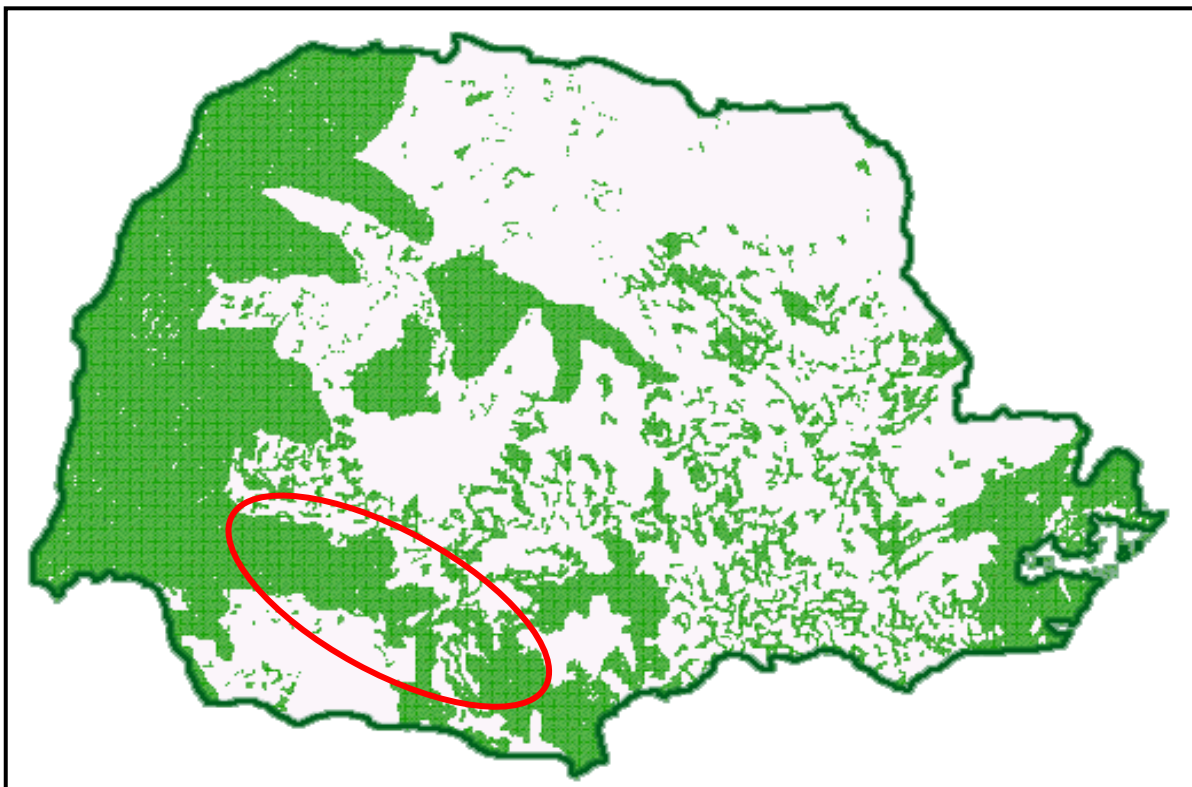
Mapa 6 - Uso do solo no Território Cantuquiriguaçu em 1980



Fonte: IPARDES, 2007.

O mapa 7 também ilustra essa realidade, com extensa faixa de vegetação ainda preservada que se estende por toda a extensão do espaço que hoje compreende o Território Cantuquiriguaçu, acompanhando o rio Iguaçu e seus afluentes.

Mapa 7 - Desmatamento no Paraná em 1965 (23,92% de florestas)



Fonte: IAP

Não encontramos dados confiáveis sobre o número exato de hectares de florestas submersas pelas represas, principalmente, pelas mais antigas, pois, nessa época, como exposto anteriormente, não havia obrigatoriedade legal para a realização de estudos de impacto ambiental (EIA) e nem de relatório de impacto ambiental (RIMA). A grande preocupação na época se concentrava entorno do desmatamento ocasionado pelo avanço da fronteira agrícola, fazendo com que nesse mesmo ano ocorressem modificações na legislação que visava garantir um percentual de área coberta por vegetação, conforme a dimensão e a região onde se situava a propriedade rural, ante a fúria com que se devastavam áreas florestadas:

Em 1965, com a edição do Novo Código Florestal Brasileiro, previu-se a Reserva Legal (RL) de 50% das propriedades na Amazônia e de 20% nas demais regiões, além da proibição do abate de araucárias com dap abaixo de 40cm. Na prática, somente na década de 1960 o Paraná perdeu cerca

de 240 mil ha/ano de florestas, à custa da expansão agrícola na região oeste. Segundo Maack (1968): “Da área primitiva de 167.824 km² de florestas existentes no território paranaense, já haviam sido destruídos 119.688 km², restando, portanto, 48.136 km², sendo 32.204 km² da grandiosa floresta pluvial tropical e apenas 15.932 km² da floresta de araucária”. Maack previu inclusive que esse remanescente desapareceria em 20 anos, o que se verificou de fato, conforme suas próprias palavras: O Paraná transformar-se-ia então de estado exportador a importador de madeiras. Peroba, cedro, pinheiro, imbuia, marfim e outras madeiras-de-lei, se tornarão raridades botânicas, se o Estado não criar o mais depressa possível as reservas florestais necessárias (MAACK, 1968, apud GUBERT FILHO, 2010: p.18).

É possível sugerir que grande parte dessa vegetação que cobria as regiões lindeiras do rio Iguaçu, do rio Cavernoso, do rio Xagú, rio das Cobras e dos demais rios represados, tenha sido afogada com a implementação das primeiras três barragens: Salto Osório com 51 Km², Foz do Areia com 167 Km² e Salto Santiago com 208 Km² de extensão, que somadas chegam a 426 Km². Todos estes reservatórios foram formados na segunda metade da década de 1970. Também, é possível cogitar a razão pela qual havia maior preocupação em relação ao desmatamento causado pelo avanço da fronteira agrícola expresso nos dispositivos legais e, menor preocupação para com a devastação e inundação provocada pelas hidrelétricas, pois, como uma solução nova e considerada limpa e renovável, a energia hidráulica não sofria grandes questionamentos ainda. Porém, as regiões ribeirinhas eram as mais florestadas como se pode ver ainda hoje na foto 2.

Foto 2 - Cobertura vegetal próximo à Usina de Salto Segredo



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em junho de 2013)

Comumente, ao referir-se aos impactos ambientais de hidrelétricas, aponta-se para a perda de florestas e solos produtivos querendo demonstrar o quanto se perde em termos de capacidade de transformação de gás carbônico em oxigênio por meio da fotossíntese das florestas, dos campos e das plantações. Não se cogita (ou não se divulga) serem elas (as Hidrelétricas), responsáveis por considerável capacidade de emissão de gases poluentes como o metano, além, é claro, de diminuir a capacidade do ambiente em assimilar a poluição gerada por outras fontes como a indústria, a pecuária e a agricultura. Mas, conforme Fearnside (2015), embora pouca atenção seja dispensada em relação à contribuição das represas hidrelétricas para com a emissão de gases de efeito estufa, seja pela preponderância dos estudos sobre outras fontes poluidoras, seja pela propaganda de que a hidroeletricidade é uma energia limpa, estudos revelam que, sobretudo em áreas tropicais, as

Represas hidrelétricas em áreas de florestas tropicais produzem emissões significativas de gases de efeito estufa. Embora a incerteza sobre a quantidade de emissão seja alta, a magnitude das emissões envolvidas é suficiente

para que afete os níveis globais de gases de efeito estufa. Isto demonstra a necessidade de comparações cuidadosas de opções de energia hidrelétrica e outras como uma parte do processo de tomada de decisões. Tucuruí, com um impacto em 1990 sobre o efeito estufa maior do que o combustível fóssil queimado pela cidade de São Paulo fornece uma lembrança da escala potencial das emissões das dezenas de reservatórios que estão planejados para construção na Amazônia nas próximas décadas (FEARNSIDE, 2015: p. 90-91).

Segundo o autor, são basicamente das seguintes formas que se dá a emissão de gases por hidrelétricas: por imersão de florestas de pé, com sobras de madeira fora d'água; perda de sumidouros no solo da floresta; difusão somada à ebulição; perda de térmitas da floresta; pela ação de turbinas e vertedouros das barragens. Estas emitem CH₄ (gás metano). Já o CO₂ (gás carbônico), é emitido através de decomposição acima d'água; decomposição abaixo da água e perda de absorção da floresta. Existem vários estudos que medem essas emissões, bem como a variação das mesmas no tempo. Verifica-se que as emissões de metano por decomposição de árvores afogadas tendem a diminuir com o passar do tempo e variar conforme o clima. Por isso, os estudos foram feitos em diversos reservatórios com idades e climas diferentes: no Brasil, Venezuela, Guiana e Canadá entre outros. Dentre os Estudos, Fearnside (2010) cita os seguintes: Fearnside (1995); Rosa et al., (1996c); Novo & Tundisi (1994); Keller & Stallard (1994); Leentvaar (1966), Vilarrubia & Cova (1993), Fearnside (1989); Walker et al. (1999), Junk et al. (1981).

Alguns destes estudos são dedicados a descrição do comportamento das macrófitas que surgem de forma vigorosa logo após a inundação, diminuindo até voltar a um patamar estável com o passar do tempo. Macrófitas são indicadores da presença da emissão de gases como o metano. Assim, “a área coberta por macrófitas (principalmente vegetação flutuante como a aguapé, *Eichhornia crassipes*) é um determinante essencial do fluxo de metano” (FEARNSIDE, 2015: p. 78). Em Tucuruí, por exemplo, segundo o autor, a área coberta por macrófitas variou entre 26 e 13%, conforme o período (maior nos períodos de águas altas) e na medida em que o lago envelhece. Ainda segundo o mesmo autor “em sete estudos em lagos de várzea, áreas com macrófitas tiveram 3,25 vezes mais emissões de CH₄ que água aberta” (FEARNSIDE, 2015: p. 80).

Difícil calcular a contribuição na geração de gases de efeito estufa pelas UHE aqui estudadas, mas, importante citar algumas características que tornam algumas

delas ainda mais nocivas: a alta taxa de deplecionamento, ou seja, o recuo das águas por longo período de tempo que faz com que as terras antes submersas passem a produzir densa camada de vegetação que, novamente inundadas, voltará a produzir gases, conforme demonstrado por Fearnside (2015) já citado. Na represa de Salto Santiago, segundo a empresa concessionária que a opera, a variação do nível da água (deplecionamento) pode chegar a 25 metros. Já o reservatório de Foz do Areia, atinge uma variação máxima de 20 metros (TRACTEBEL, 2002: p. 04). A variação serve para garantir e regular a produção de energia no conjunto das cinco usinas que funcionam formando uma espécie de rede, ganhando em eficiência produtiva em seu conjunto. Porém, não há um tempo mínimo para que o lago volte a subir, ficando baixo por longos períodos, sendo inevitável a formação da vegetação na área descoberta que ao ser novamente submersa, e, conseqüentemente, a emitir gases de efeito estufa como mostrado anteriormente.

Além da vegetação original encoberta por ocasião do enchimento do reservatório, ocorre a decomposição de vegetação toda vez que ocorre deplecionamento (baixa do nível da água do lago) por longos períodos, como ocorre frequentemente na represa de Salto Santiago como mostra a foto 3.

Foto 3 - Vegetação formada e novamente inundada após deplecionamento na Represa de Salto Santiago



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em Outubro de 2011)

Conforme Albuquerque e Andrade (2014) a região Centro-Sul do Paraná à qual pertence o Cantuquiriguaçu, ainda poderá ter entre 90 e 120 Km² de área alagada pela construção de novas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), em processo de licenciamento se somando aos 637,6 Km² já submersos pelas cinco principais hidrelétricas do território.

Gubert Filho (2010) afirma que a região Centro-Sul do estado é desflorestada após o esgotamento da fronteira agrícola do Oeste. Conforme relata:

A década de 1980 assinalou uma relativa pressão demográfica sobre as regiões menos povoadas do Estado, em vista do esgotamento da fronteira agrícola no oeste. Isso gerou um “refluxo” dos chamados “gaúchos”, principalmente de municípios como Toledo e Marechal Cândido Rondon, para municípios do centro-sul do Paraná, onde justamente concentravam-se os 10% de florestas remanescentes, e a pressão por terras florestais ainda não agricultadas recaiu sobre os “faxinais” (GUBERT, 1987: p. 19).

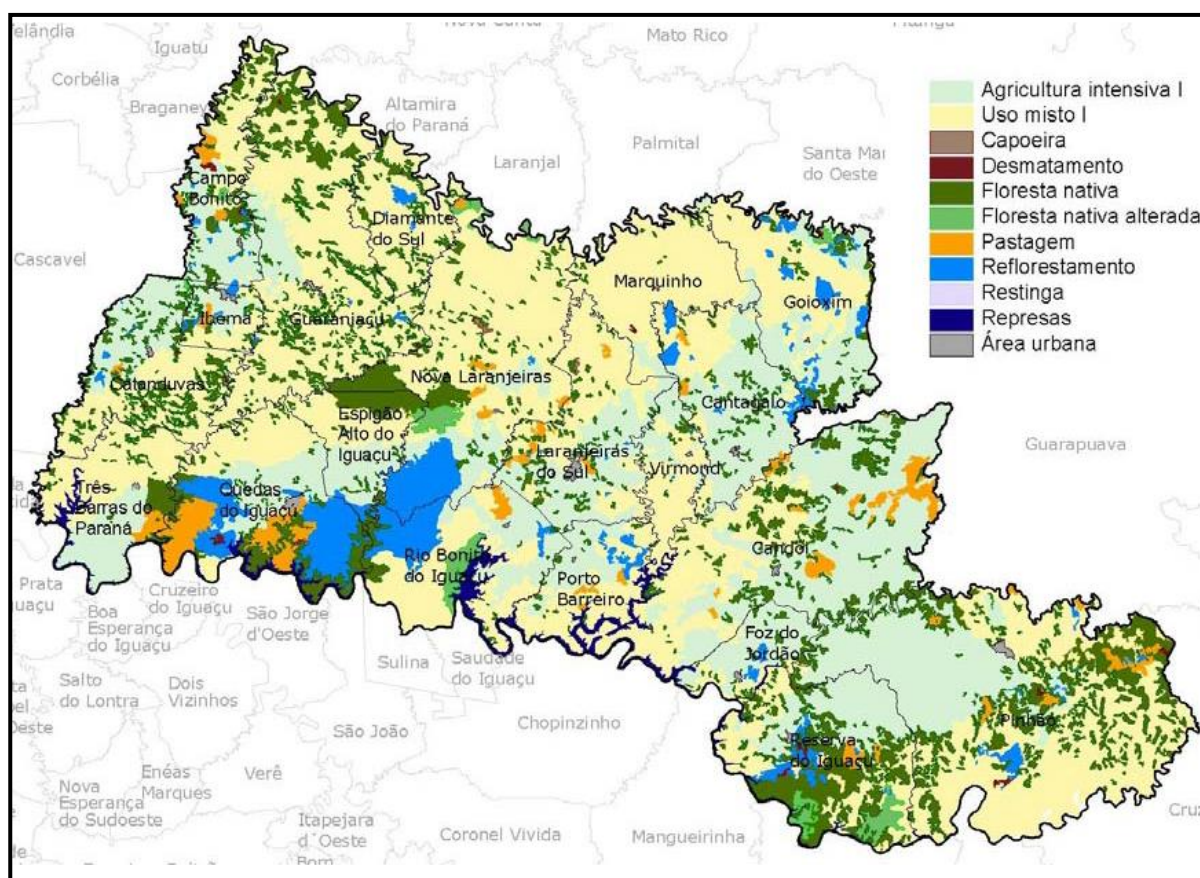
Dessa forma, confirma-se que o avanço do desmatamento por avanço da agricultura no Cantuquiriguaçu a exemplo da porção Centro-Sul em geral, se dá, nessa última fase, concomitantemente e até posterior à construção das grandes hidrelétricas aqui em apreço. A conclusão é a de que apesar de a região ter sido ocupada por não índios desde meados do século XIX conforme Mussoi (2015), o maior avanço devastador de florestas no Cantuquiriguaçu se dá pela introdução da agricultura convencional e da implementação de barragens a partir da década de 1970 (avançando nas duas décadas seguintes), embora a indústria madeireira e a agricultura tradicional também tenham contribuído para com a destruição da floresta primária, conforme referido anteriormente.

O resultado aferido pelo IPARDES (2007) confirma a pressão exercida pela transformação da agricultura tradicional em convencional concomitantemente com a implementação de UHE sobre as áreas que até 1980 ainda estavam cobertas por florestas na ordem de 50 a 75%. Em novo estudo do IPARDES, já na década de 2000, se chegou a este resultado que aponta o crescimento, sobretudo, de agricultura intensiva (29,5%) e a redução da área de florestas para apenas 13,1%:

Outro levantamento de uso do solo, também realizado pelo IPARDES, utilizando imagens Land Remote Sensing Satellite (LANDSAT) de 2001 e 2002, mostrou que no território predominavam as áreas com uso misto (47,1%) e agricultura intensiva (29,5%). A partir desse levantamento, foi possível obter os dados de remanescentes da floresta nativa, que totalizavam, em área, 13,1%, enquanto as áreas com silvicultura abrangiam 4,5%. Todas as outras unidades, juntas, não ultrapassavam os 6% (IPARDES, 2007: p. 14).

O Território tomava uma nova configuração, com a instalação das barragens para produção de energia elétrica e com avanço do agronegócio que aos poucos vai tomando conta das propriedades rurais com reflexos sobre as diversas dimensões. Mas, essa transformação não era apenas física. Vinculada ao uso do solo e das águas, se estabelecem novas relações sociais, cada vez mais financeirizadas e que por sua vez, provocam fortes impactos socioeconômicos conforme descritos neste trabalho. O mapa 8 mostra a divisão do uso dos solos no novo século.

Mapa 8 - Uso do solo no Território Cantuquiriguaçu no início da década de 2000



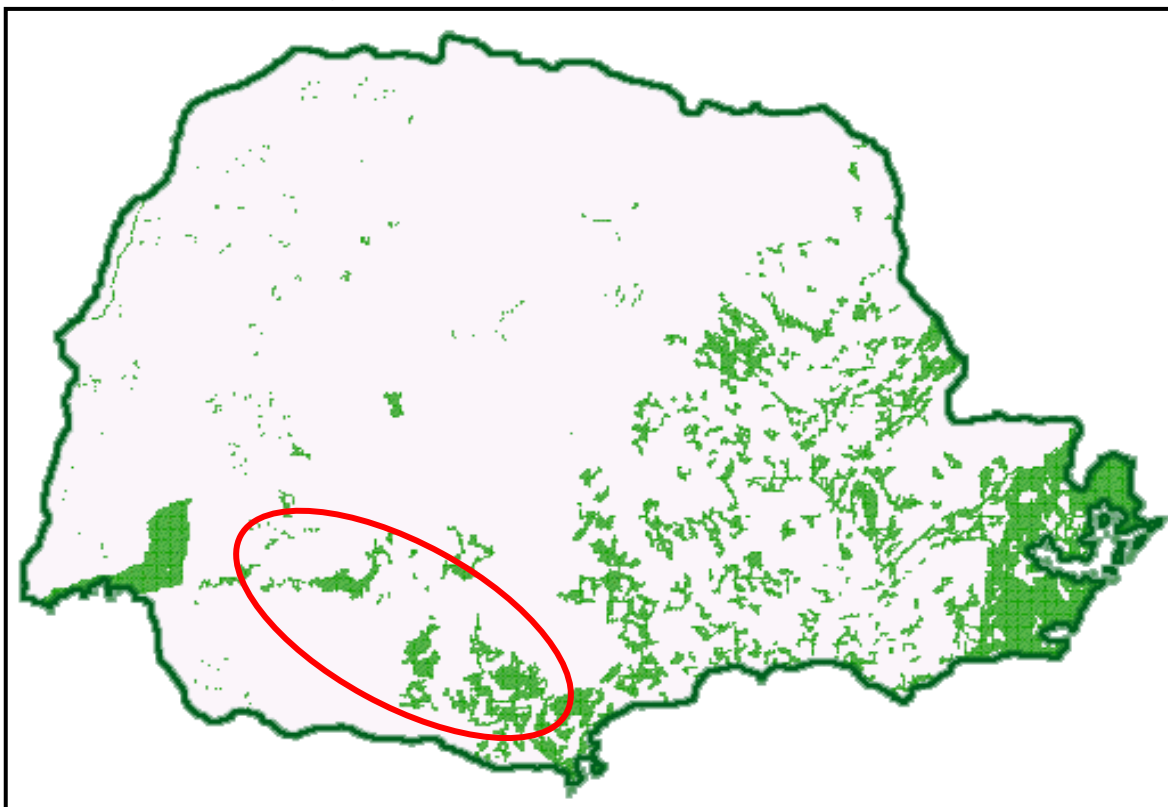
Fonte: IPARDES, 2007

A destruição das florestas em todo o Estado do Paraná, também foi rápida. Em apenas um século se observou o seguinte quadro:

- 1- Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1890. *Área florestal - 16 milhões 762 mil 400 ha - 83,41% do Estado.
- 2- 2 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1930. * Área florestal - 12 milhões 902 mil 400 ha - 64,12% do Estado.
- 3- 1937: *Área florestal - 11 milhões 802 mil 200 ha - 58,65% do Estado.
- 4- Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1950 *Área florestal - 7 milhões 983 mil 400 ha - 39,67% do Estado.
- 5- Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1980. Área florestal - 1 milhão 997 mil 100 ha - 11,90% do Estado.
- 6- 1990. Área de florestal - 872 mil 600 ha - 5,20% do Estado (GUBERT FILHO, 2010: p. 24).

O resultado é o mapa do Paraná descoberto pela vegetação, restando apenas algumas áreas no Centro-Sul, além de Parques, litoral e serras, como mostra o mapa 9, restando algumas restingas no entorno de lagos, rios, nas serras e parques nacionais e estaduais.

Mapa 9 - Cobertura vegetal no Paraná em 1990 (7,59%)



Fonte: IAP

Gubert Filho identifica essas florestas remanescentes apontando aquela que seria “o maior pinheiral do mundo” e, que coincidentemente, situa-se em municípios banhados por três grandes hidrelétricas: Salto Caxias, Salto Osório e Salto Santiago, sendo que estas duas últimas submergiram parte da floresta. Em suas palavras:

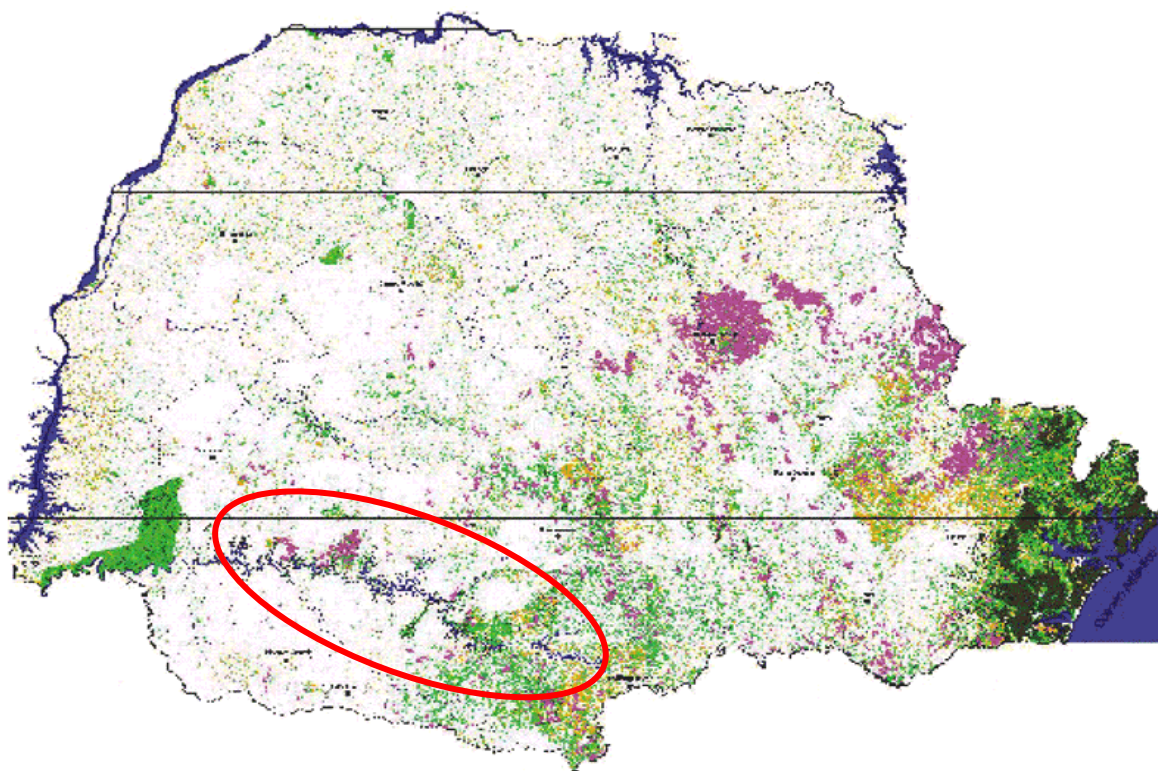
Afora Litoral e Serra do Mar a leste e o Parque Nacional do Iguaçu a oeste, restam agrupamentos florestais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em Cianorte, da madeira Slaviero em Mamborê e Nova Cantu e da madeira Giacomet-Marodin em Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná, esta última área era considerada na época como o maior pinheiral do mundo (GUBERT FILHO, 2010: p. 23).

Com a implantação de assentamentos de reforma agrária em parte da referida fazenda (Giacomet-Marodin) a partir de diversas ocupações por famílias sem terra e intenso conflito desde 1996, a área florestada ficou ainda mais reduzida. Cabe ressaltar que em parte, a pressão social por reforma agrária, decorre também, da desterritorialização de camponeses pela construção de barragens no Território Cantuquiriguaçu ou fora dele, como a hidrelétrica de Itaipu, que afetou em torno de

60 mil famílias ao inundar 1.350 Km², conforme Albuquerque & Andrade (2014: p. 4), e que parte destes afetados foram inclusos em projetos de assentamentos rurais do instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Cantuquiriguaçu, conforme relata Moraes (2013) “nesse mesmo ano (1984), houve o reassentamento dos Ilhéus do Rio Paraná na Ilha do Cavernoso, interior do município de Candói”. O INCRA cria, portanto, o Assentamento Ilha do Cavernoso no município de Candói que abriga desalojados “ilhéus”, ex-moradores de Ilha Grande submersa por Itaipu no rio Paraná em 1975.

O mapa 10 mostra o desaparecimento da vegetação, inclusive, no entorno dos grandes lagos artificiais do Iguazu (área circulada), bem como de seus principais afluentes no território.

Mapa 10 - Vegetação paranaense em 2005 (3,40% de cobertura)



Fonte: ITCG, [2005]

A submersão de florestas pelas usinas construídas no rio Iguazu alcança, portanto, alta importância, devido, sobretudo, seu potencial de emissão de gases de efeito estufa, aliado a alta taxa de perda de floresta nativa.

O quadro 2 resume dados quantitativos das principais hidrelétricas que mais impactaram o Território Cantuquiriguaçu. Note-se a carência de dados sobre famílias afetadas diretamente pelas barragens mais antigas, construídas no período ditatorial no Brasil e anterior à Resolução CONAMA 01/86 que tornou obrigatório estudo e relatório de impacto ambiental.

Quadro 2 - Principais UHEs e área alagada (em Km²)

Hidrelétrica	Potência	Superfície	Desalojados	Constr/Operação
Foz do Areia	1.676 MW	167 km ²	3.569*	1977 – 1980
Salto Osório	1.078 MW	51 km ²	1.090*	1970 – 1975
Salto Santiago	1.420 MW	208 km ²	4.445*	1975 – 1980
Salto Segredo	1.260 MW	80,6 km ²	1.721*	1987 – 1992
Salto Caxias	1.240 MW	131 km ²	2.800 pessoas	1995 – 1999
Total	6.674 MW	637,6 km²	13.625 + 50%*	

Fonte: ANEEL, 2002; Albuquerque; Andrade, 2014; IBGE, 1970; 2010; Costa; Rocha, 2012.¹²

Nota: Adaptado pelo autor

Os impactos ambientais produzidos por sucessivos barramentos nos rios Iguaçu, Piquiri e seus afluentes e que afetam direta e indiretamente o conjunto do Território Cantuquiriguaçu, embora de difícil descrição quantitativa pormenorizada, se revelam altamente vinculados aos processos econômicos e sociais que se desenvolveram na região e que, juntos, participam da configuração geral do referido Território. Registra-se também, que esses processos decorrem do exercício da hegemonia de grupos econômicos nacionais e multinacionais ligados ao setor

¹²*Dados estimados: tomamos por base os números conhecidos da Barragem de Salto Caxias (a última das cinco barragens a ser construída), dividimos o número de pessoas desalojadas pela área alagada e obtivemos um número médio de desalojados por Km². Multiplicamos pela área (também conhecida) dos demais reservatórios e chegamos a uma população total estimada de 13.625 pessoas. Porém, é necessário considerar o intervalo de tempo entre a construção das demais barragens e a de Salto Caxias onde transcorrem mais de duas décadas em um período de intenso êxodo rural na região. Isso significa que possivelmente mais de 50% dos ribeirinhos na área abrangida por Salto Caxias já haviam migrado devido a fatores como a modernização da agricultura. Por exemplo: segundo dados do IBGE em 1970 os Distritos de Porto Santana e Barreirinho que mais tarde formariam o município de Porto Barreiro tinham respectivamente 2.254 e 2.235, totalizando 4.489 pessoas, sendo que somadas suas populações urbanas chegava a apenas 275 pessoas. Conforme o censo do IBGE 2010, 15 anos após sua emancipação, o município contava com uma população total de 3.663, sendo 691 (18,9%) do meio urbano e 2.972 (81,1%), do rural. Se considerarmos que 478 pessoas viviam em acampamento de Sem Terras e foram contados entre os rurais, percebemos que a população original rural diminuiu a uma taxa superior a 50% desde o Censo de 1970. Portanto, a estimativa mais aproximada de pessoas desalojadas é de 20.438. Quanto aos acampamentos de sem terras, esse também é um fenômeno bastante comum no Território onde o número absoluto da população rural somente não se tornou menor com o êxodo, devido aos assentamentos de reforma agrária e acampamentos de sem terras nas últimas décadas. Estes se constituem como a mais forte reação frente a concentração fundiária e a desterritorialização provocadas respectivamente pela modernização da agricultura e implantação de barragens para geração de energia no Território.

industrial intensivo no uso de energia e aos fundos de pensão e outros grupos financeiros que se distribuem em regiões estratégicas pelo globo visando sempre um melhor posicionamento que lhes permitam aferir maiores rendimentos de capital a partir do controle e exploração de recursos naturais, tecnológicos e humanos. Altos subsídios públicos nos preços da energia fornecida às indústrias eletrointensivas oneram a população em geral e produzem distorções na economia nacional (FEARNSIDE, 2015: p. 46). Segundo este último autor, também “as financiadoras internacionais de barragens no Brasil, tal como o Banco Mundial, estão essencialmente canalizando dinheiro para o Japão em vez de ao Brasil” (idem: p. 47). Esse mecanismo funciona a partir do subsídio dado às empresas japonesas no preço da energia empregada na industrialização do alumínio. Assim “o Brasil repassa energia ao Japão em forma de barras de alumínio” e agressões locais ao meio ambiente se convertem em distorções econômicas internacionais (FEARNSIDE, 2015: p. 47).

Para além da perda de terras agricultáveis, de florestas e de campos, santuários ecológicos, cachoeiras, remansos e outros, a inundação leva à putrefação lenta de matéria orgânica provocando emissão de gases de efeito estufa. Estudos aqui apresentados demonstram o quão significantes são as hidrelétricas ao contribuir para com o agravamento do quadro que cada vez mais evolui para o rápido (e talvez irreversível) aquecimento global. São também memoráveis as mudanças repentinas no ambiente natural (e social) que se inserem a partir da transformação de rios de ambientes lóticos para lênticos (MME, 2012), contrariando o ritmo do processo natural. Dessa forma ocorre a interrupção parcial ou completa dos ciclos reprodutivos de diversas espécies aquáticas tanto da flora quanto da fauna comprometendo a diversidade e a evolução das mesmas. É o que se pode observar na foto 4, com o barramento do rio Iguaçu, entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu, sustentado por comportas gigantes.

Foto 4 - Comportas da Barragem de Salto Santiago no rio Iguaçu



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em maio de 2014)

Como se vê diversos fatores ligados à presença humana no Território corrobora para com a sua formação histórica e geográfica, destacando-se as atividades econômicas ligadas ao extrativismo (erva-mate e madeira), à agricultura (tradicional e convencional) e a exploração dos recursos naturais para geração de energia elétrica a partir da formação de gigantescos reservatórios que subvertem a lógica de relação do homem com o meio e dos elementos e processos naturais entre si, presentes há milênios no local até poucas décadas. A implementação de hidrelétricas se constitui no mecanismo mais agressivo contra o funcionamento natural do meio ambiente. Representa também, a instauração da racionalidade técnico-científica como a principal forma de orientação da ação antrópica frente o meio biótico, criticada por Sevilla Guzmán (2011) ao apresentar a Agroecologia como alternativa paradigmática frente à crise civilizatória atual cuja agressão ao meio ambiente representa apenas um de seus aspectos.

É o enfrentamento entre um modelo de sistema artificial, acabado, estático e mecanicista (o Estado); e um modelo de ecossistema dinâmico e plural (a Sociedade) (Garrido Peña, 1993: 8). A dinâmica sociopolítica da agroecologia se move nas formas de relação com a natureza e com a sociedade, o que Joan Martínez Alier define como a “ecologia popular”, como defesa de seus etnoagroecossistemas através de distintas formas de conflitividade campesina frente aos distintos tipos de agressão da “modernidade” ((Martínez Alier y Guha, 1997). (SEVILLA GUZMÁN, 2011: p. 14. Tradução nossa).¹³

A “economia popular” defendida por Martínez Alier bem como os seus etnoagroecossistemas aqui referidos por Sevilla Guzmán - e relatada aqui no Cantuquiriguaçu por Ramos (2007) –, associada ao ritmo evolutivo natural do meio ambiente referido por Coelho & Pereira (2011) como “lento movimento milenar de formação da paisagem durante as sucessivas eras geológicas”, sofrem forte e abrupta intervenção humana com tecnologias e técnicas que desconsideram a complexidade das relações que aí se estabeleciam e acabam por causar impactos irreversíveis sobre a biosfera e a atmosfera, conforme demonstrado por Fearnside (2015) e Coelho & Pereira (2011).

A ocorrência desses impactos é reconhecida por órgãos oficiais do Estado Brasileiro como o Ministério das Minas e Energias (MME) que em 2012 editou uma Nota Técnica DEA nº 17/12 cujo propósito é proceder “a avaliação socioambiental de usinas hidrelétricas no PDE 2021”. Tecnicamente, seu objetivo é também “avaliar e comparar, de acordo com o potencial de impacto, os projetos para a expansão da oferta de energia hidrelétrica, considerando os aspectos ambientais e socioeconômicos” (MME, 2012: p. 04). A avaliação socioambiental e a avaliação técnico-econômica servem também para subsidiar a seleção de projetos de empreendimentos inclusos no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), “contribuindo para a busca da sustentabilidade do Plano” (MME, 2012: p. 04). Por esse documento o órgão também reconhece que “os indicadores selecionados são, de fato, relevantes, embora não esgotem a avaliação de impactos de uma UHE” (idem).

¹³ No original se lê: “Es el enfrentamiento entre un modelo de sistema artificial, cerrado, estático y mecanicista (el Estado); y un modelo de ecosistema dinámico y plural (la sociedad)” (Garrido Peña, 1993: 8). La dinámica sociopolítica de la agroecología se mueve en formas de relación con la naturaleza y con la sociedad, lo que Joan Martínez Alier define como la “ecología popular”, como defensa de sus etnoagroecossistemas a través de distintas formas de conflictividad campesina ante los distintos tipos de agresión de la “modernidad” (Martínez Alier y Guha, 1997).” (SEVILLA GUZMÁN, 2011: p. 14).

As dificuldades apontadas no documento confirmam os limites da ciência convencional denunciados por Alier e Guzmán anteriormente: “Nessa linha, cabe ressaltar que uma UHE envolve múltiplas variáveis, o que torna os projetos muito complexos. Além das características próprias de cada usina, há de se considerar também que os empreendimentos planejados estão distribuídos por todas as regiões do país” (MME, 2012: p. 4) com características variáveis. Outro aspecto a se destacar é que a metodologia foi desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao MME criada em 2004 e que tem por finalidade subsidiar o planejamento do setor energético do país. A metodologia denomina os impactos negativos de “impactos”, enquanto os impactos positivos são chamados de “benefícios”.

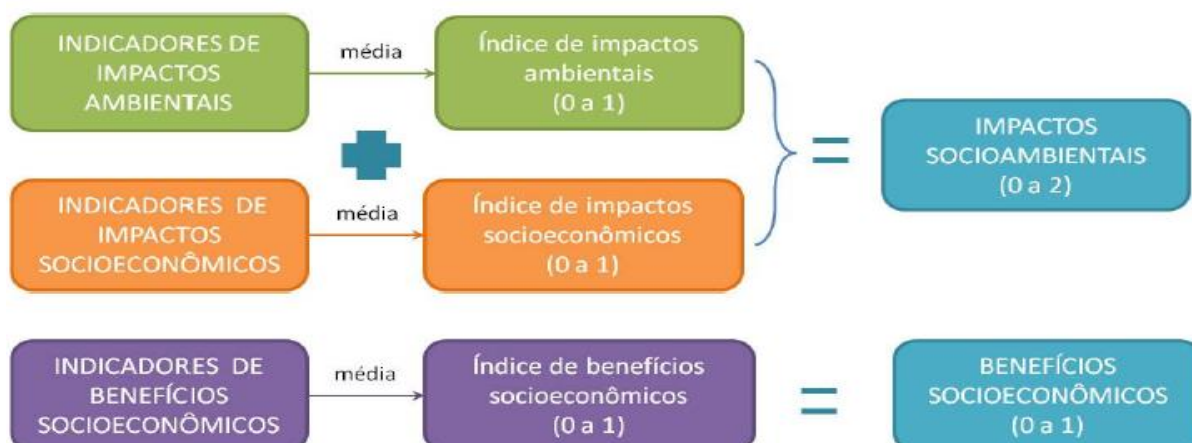
4.2.4 Confrontando a realidade do Cantuquiriguaçu com Metodologia do MME

A Metodologia empregada pelo MME define e aplica *Indicadores quantitativos e qualitativos* e os *objetivos* dos indicadores. “Na metodologia adotada, no caso dos indicadores de impacto negativo, o extremo “0” significa maior potencial de impacto e “1”, menor potencial de impacto. No caso dos indicadores de benefício, a relação é inversa” (MME, 2012: p. 05). Ao final, indicadores de impacto e indicadores de benefício geram uma única média, antes, porém, são analisados separadamente, conforme explica a NT:

O cálculo do índice de impactos ambientais de um projeto hidrelétrico corresponde à média simples dos valores atribuídos aos indicadores de impactos ambientais e varia de 0 a 1. Da mesma maneira, a média simples dos valores atribuídos aos indicadores de impacto socioeconômicos determina o Índice de impactos socioeconômicos, variando de 0 a 1. E a média simples dos valores atribuídos aos benefícios socioeconômicos determina o Índice de benefícios socioeconômicos, também variando de 0 a 1. Para fins de análise, os indicadores de impactos são tratados separadamente dos benefícios. A composição dos indicadores de impactos resulta, então, em um índice variando entre 0 e 2 (MME, 2012: p. 5-6).

A figura 2 apresenta o fluxo de cada grupo de indicadores.

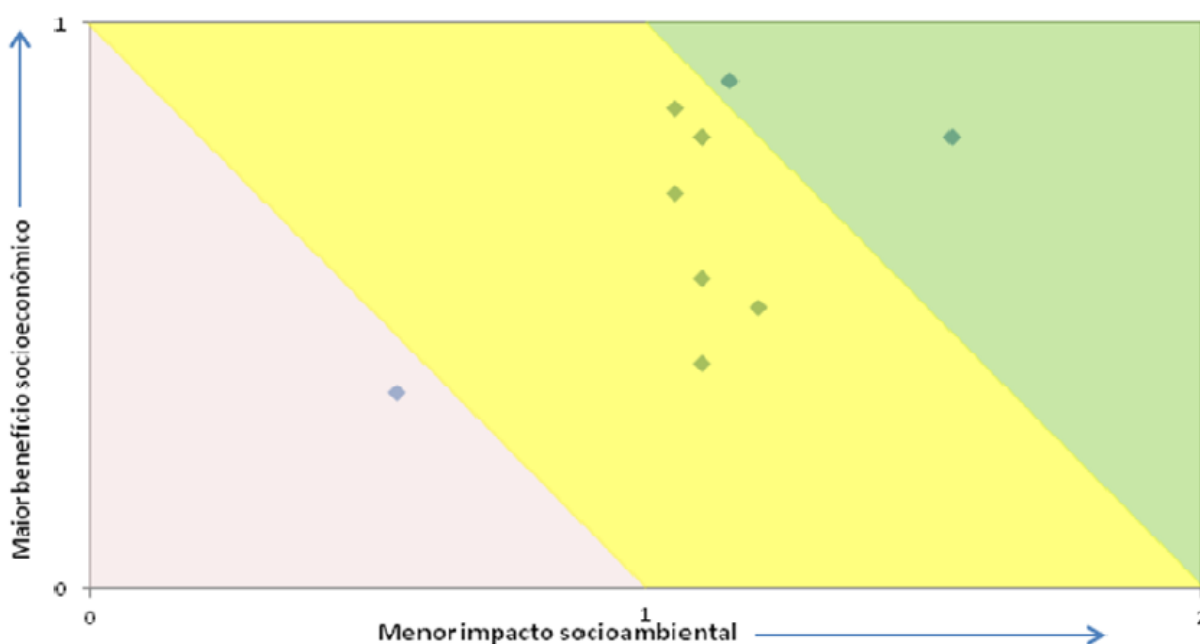
Figura 2 - Metodologia da avaliação socioambiental de UHEs, do MME



Fonte: MME, 2012

A apresentação dos resultados dos empreendimentos é realizada graficamente, classificando-os conforme posição de cada um em relação à sustentabilidade. O gráfico relaciona os resultados de indicadores de impactos socioambientais e indicadores de benefícios socioeconômicos: “Os impactos são localizados no eixo x, variando de 0 a 2 e os benefícios no eixo y, variando de 0 a 1” (MME, 2012: p. 6). O gráfico 7 representa essa relação.

Gráfico 7 - Impactos socioambientais e benefícios socioeconômicos das UHEs



Fonte: MME (2012)

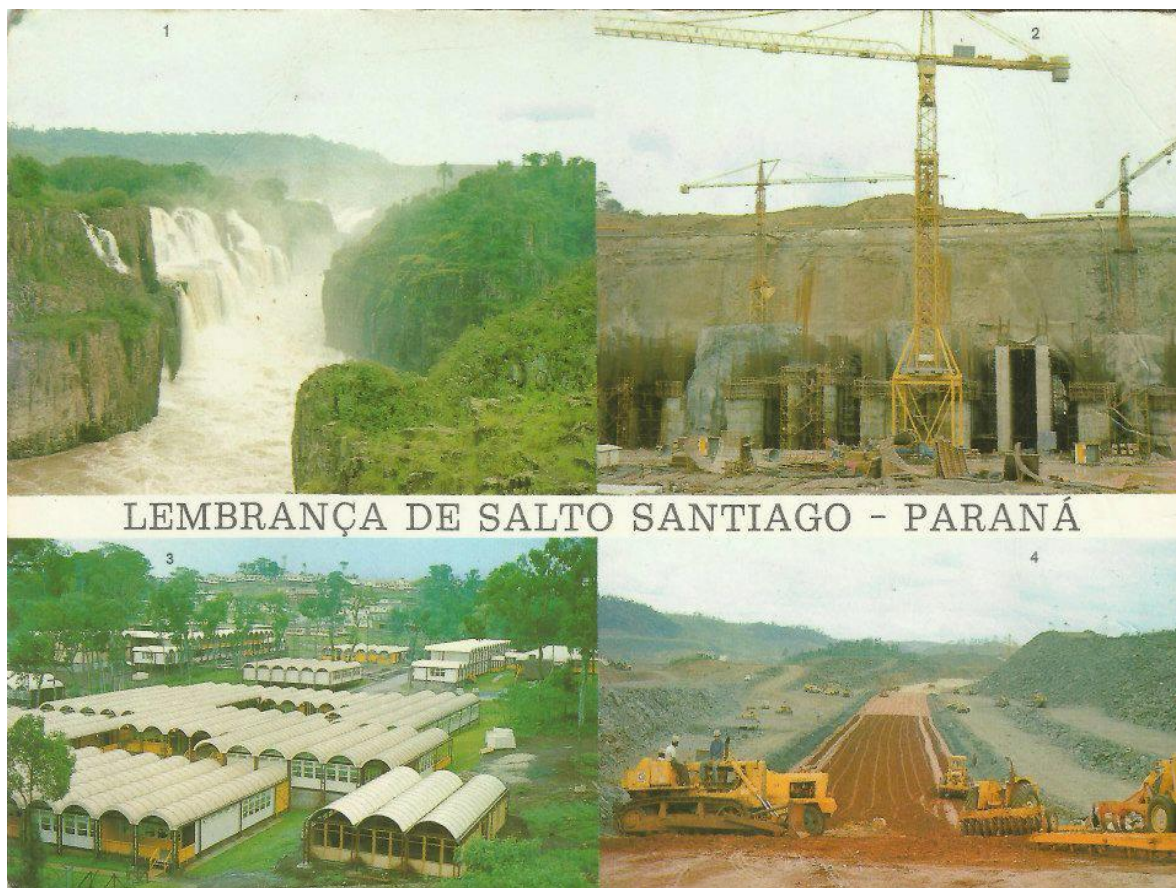
Para o índice de “impactos ambientais” foram definidos três indicadores: a) Perda de Vegetação Nativa; b) Interferência em Unidades de Conservação; c) Transformação de ambiente Lótico em Lêntico.

A perda de vegetação nativa resulta em diminuição da biodiversidade decorrente das profundas mudanças forçadas pela supressão da vegetação ou pela inundação que reduz ou compromete totalmente nichos, alterando toda a dinâmica de funcionamento do *habitat* nativo. A perda de vegetação não se dá apenas no perímetro atingido pela formação do lago e pelas obras de infraestrutura para as obras do período de construção das barragens como exemplificado na figura 3. Ela é induzida em todo o entorno da área diretamente afetada, inclusive pela construção de estradas, aeroportos e outras estruturas de apoio ao empreendimento, como mostra Fearnside (2015), citando os exemplos de barragens recentes como a de Belo Monte no Pará e Jirau em Rondônia:

A barragem de Belo Monte, hoje em construção no rio Xingu, atraiu uma grande população na área de Altamira, Pará (Barreto *et al.*, 2011). Esta área tornou-se um dos dois pontos de maior desmatamento em 2010 e 2011; o outro é a área em torno das barragens de Santo Antônio e Jirau, que estão em construção no rio Madeira, em Rondônia (Angelo & Magalhães, 2011; Hayashi *et al.*, 2011; Escada *et al.*, 2013). (FEARNSIDE, 2015: p.19).

Certamente, algo semelhante pode ter ocorrido nas regiões de entorno do rio Iguaçu onde além do alagamento das florestas ribeirinhas, extensas áreas foram tomadas para implantação da logística necessária à construção das hidrelétricas, como ilustrado no cartão postal de Salto Santiago na figura 3.

Figura 3 - Cartão postal com imagens de Salto Santiago em transformação devido às obras e implantação de alojamentos de trabalhadores



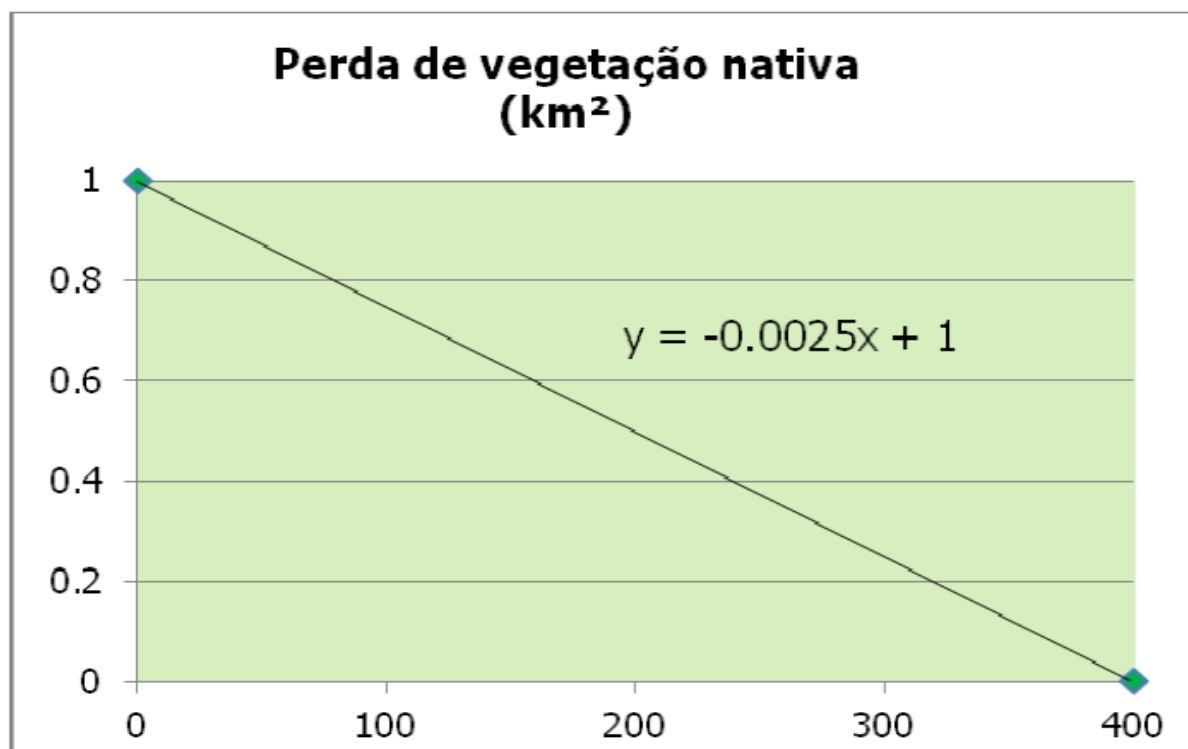
Fonte: MAB, 2015

Se a metodologia desenvolvida e adotada pelo Ministério das Minas e Energia fosse aplicada ao conjunto das cinco grandes hidrelétricas presentes no Cantuquiriguaçu, para o indicador “a) perda de florestas nativas”, observaríamos que a mensuração em Km² do total de vegetação nativa alagada para a formação dos reservatórios, ultrapassaria “o valor máximo potencial de impacto para o indicador de perda da vegetação nativa” que seria necessária à manutenção de população viável de mamíferos de meio e grande porte. A vegetação necessária definida é de 400 Km², conforme descreve:

Foi adotada em função da área mínima necessária à manutenção de uma população viável de mamíferos terrestres de médio e grande porte. Sendo assim, para áreas atingidas iguais ou superiores a 400 Km² definiu-se que o empreendimento receberia a nota 0, já que comprometeria uma área equivalente à necessária para viabilizar a sobrevivência de uma população de ungulados herbívoros, que necessitam de uma área média de 448,2 Km² (REDFORD; ROBINSON, 1991 apud MME, 2012: p. 8).

Portanto, com seus 637,6 Km² alagados pelo conjunto dos cinco principais reservatórios (Salto Caxias, Salto Osório, Salto Santiago, Salto Segredo e Foz do Areia), desconsiderando-se as Pequenas Centrais Hidrelétricas já construídas no Território Cantuquiriguaçu, mesmo que o percentual de área florestada não ultrapassasse 75% do total (o que significa um percentual tímido para a época nessa região ribeirinha, conforme o mapa 7 mostrado anteriormente), teríamos a extrapolação do “valor máximo potencial de impacto para o indicador” definido na referida metodologia, em mais de 50%. Isto porque “para áreas atingidas iguais ou superiores a 400 Km² a referida metodologia definiu que o empreendimento receberia a nota 0, já que comprometeria uma área equivalente à necessária para viabilizar a sobrevivência de uma população de ungulados herbívoros, que necessitam de uma área média de 448,2 Km² (REDFORD; ROBINSON, 1991, apud MME, 2012: p. 8). A métrica para esse indicador é exposta no gráfico 8.

Gráfico 8 - Métrica do Indicador de perda de vegetação nativa



Fonte: MME (2012).

No quadro 3, há um quadro-resumo destes indicador, com interpretação de uso, limites, metodologia, etc.

Quadro 3 – Ficha Técnica do Indicador: perda de vegetação nativa

Indicador: Perda de vegetação nativa	
Objetivo	Indicar os efeitos negativos decorrentes da supressão e inundação de vegetação nativa
Interpretação e uso	Quanto maior a área de vegetação nativa suprimida ou inundada, maior a perda e fragmentação de <i>habitat</i> nativos e alteração de processos ecológicos e, por consequência, maior a probabilidade de perda de espécies da fauna e da flora
Limitações	- O indicador não considera a abrangência regional do impacto, ou seja, a inserção do impacto da UHE na paisagem, por exemplo, o tamanho ou a conectividade dos remanescentes da região - Tampouco avalia a exclusividade de <i>habitat</i> perdidos, endemismos ou espécies ameaçadas
Metodologia de cálculo simplificada	área de vegetação nativa alagada pelo reservatório da usina
Dados necessários	área de vegetação nativa alagada (km ²)
Fonte dos dados	SISA complementado com o SIG (base: Probio/MMA)
Informações complementares	-

Fonte: MME (2012)

Já para o indicador “b) Unidades de Conservação”, cujo objetivo “é avaliar a interferência das UHEs em unidades de conservação” (MME, 2012) conforme a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, que define UC como sendo:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (MME, 2012: p. 9).

Observa-se que o referido conjunto de barragens não atinge nenhuma UC federal, Estadual ou Municipal de Conservação (UC). Dessa forma, conforme a tabela 1, nesse indicador o valor do Indicador do (conjunto de) empreendimento(s), será positiva, ou seja: (1).

Tabela 1 - Métrica do Indicador de interferência em UC

Tipo de interferência em UC	Valores do indicador
UHE localizada fora de UC e de zona de amortecimento	1
UHE localizada em zona de amortecimento de UC de uso sustentável	0,75
UHE localizada em zona de amortecimento de UC de proteção integral	0,5
UHE localizada em UC de uso sustentável	0,25
UHE localizada em UC de proteção integral	0

Fonte: MME, 2012

No quadro 4, o resumo deste indicador, indicando entre outras informações, seu objetivo, limites e metodologia de cálculo simplificada.

Fonte: MME, 2012

Quadro 4 - Ficha Técnica do Indicador: Interferência em UC

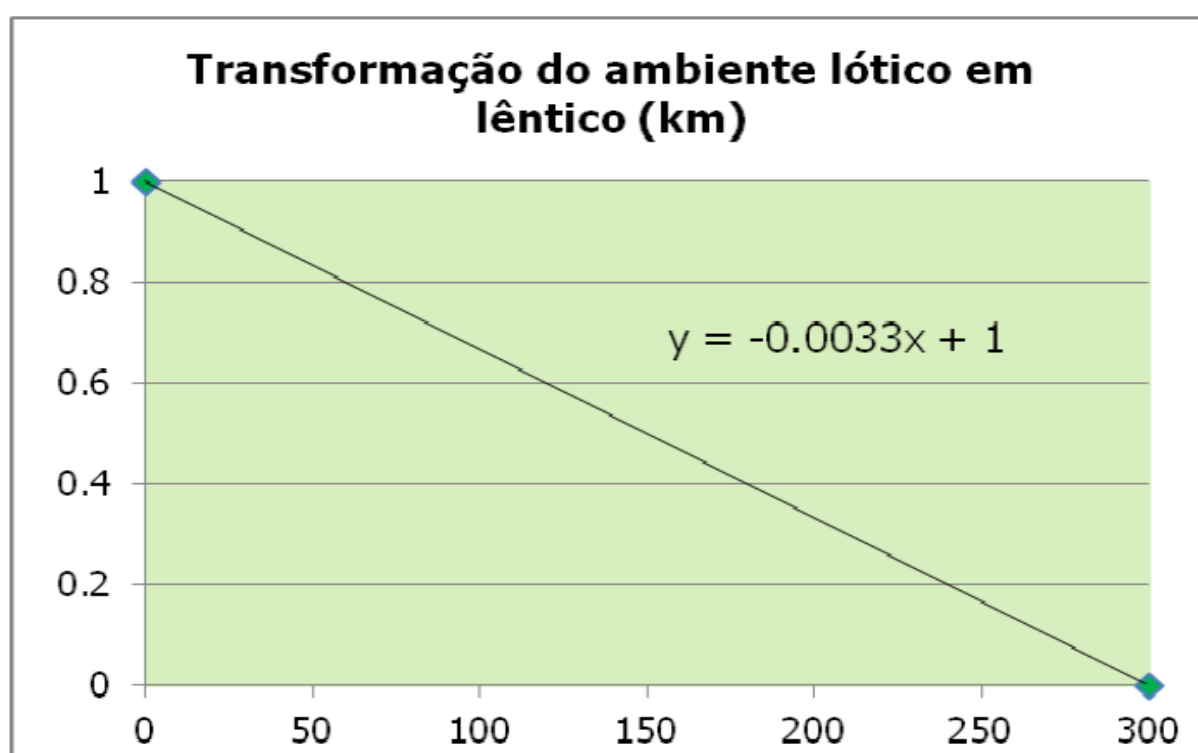
Indicador: Interferência em UC	
Objetivo	Avaliar a interferência das UHEs nos recursos naturais em unidades de conservação
Interpretação e uso	<ul style="list-style-type: none"> - Partiu-se da premissa de que os recursos naturais em unidades de conservação devem ser preservados e que UHE localizadas no interior ou próximas a UC causam maiores alterações em características naturais relevantes que UHE distantes de UC; - Outra premissa é de que, para a biodiversidade, as alterações são potencialmente mais danosas em UC de proteção integral que em UC de uso sustentável e mais danosas no interior de UC do que nas áreas de entorno
Limitações	<ul style="list-style-type: none"> - O indicador é baseado na legislação ambiental, considerando a localização da UHE em relação à UC, se afeta diretamente ou indiretamente em zona de amortecimento, mas não há qualificação do hábitat impactado - Não são avaliados individualmente planos de manejo e objetivos de conservação de cada UC - Como a maioria das UC ainda não possui zona de amortecimento definida em plano de manejo, por simplificação, a zona de amortecimento de todas as UC foi considerada como a área em torno da UC com raio de 10km, critério arbitrário
Metodologia de cálculo simplificada	Localização da hidrelétrica em relação à UC e tipo de UC: UHE localizada em UC de proteção integral, em UC de uso sustentável, em zona de amortecimento de UC de proteção integral, em zona de amortecimento de UC de uso sustentável ou fora de UC e de zona de amortecimento
Dados necessários	<ul style="list-style-type: none"> - tipo de UC afetada - distância entre o reservatório e a UC (km) - se menor que 10 km foi considerado em zona de amortecimento
Fonte dos dados	SISA complementado com o SIG (base: MMA/Eletronbras)
Informações complementares	-

Fonte: MME, 2012

A metodologia também definiu como indicador de impactos ambientais a transformação de ambiente lótico em lêntico cujo objetivo é “é mensurar os efeitos negativos nos ecossistemas aquáticos decorrentes da alteração na hidrodinâmica do escoamento após o barramento do rio e a formação do reservatório” (MME, 2012: p. 10). Isso é necessário porque as barragens diminuem a vazão e correntezas, afetando as populações desses habitats, favorecendo a decantação de sedimentos e ainda interferindo nas características limnológicas e físico-químicas da água. Adota-se nesse indicador, a extensão do rio no corpo principal e principais afluentes

alagados. Para definição de potencial máximo de impacto, a metodologia define que “tendo como referência usinas hidrelétricas em operação no país, foi assumida a premissa que a transformação de 300 km de rios em ambientes lânticos gera impactos expressivos, pois altera significativamente os ecossistemas aquáticos com grande perda de ambientes importantes para a fauna e flora” (idem). Dessa forma, os empreendimentos que ultrapassarem este valor, receberão nota 0. Os demais valores são distribuídos conforme o gráfico 9.

Gráfico 9 - Métrica para medição de Transformação de Ambiente Lótico em Lântico



Fonte: MME, 2012

No quadro 5 apresenta-se o quadro-resumo do indicador “Transformação do Ambiente Lótico em Lântico”.

Quadro 5 - Ficha Técnica do Indicador: Transformação de Ambiente Lótico em Lêntico

Indicador: Transformação de ambiente lótico em lêntico	
Objetivo	Mensurar os efeitos negativos nos ecossistemas aquáticos decorrentes da alteração na hidrodinâmica do escoamento após o barramento do rio e a formação do reservatório
Interpretação e uso	- Quanto maior o trecho alagado, maior tende a ser a diversidade de ambientes presentes neste trecho e o número de <i>habitat</i> afetados, como corredeiras, praias, ilhas e lagoas, bem como locais de desova e crescimento - A transformação hidrodinâmica na área do reservatório implica em alterações nas características limnológicas e físico-químicas da água e na dinâmica de retenção de sedimentos. Portanto, estas transformações implicam na alteração da biota aquática, especialmente espécies reofilicas que não se adaptam a ambientes lênticos
Limitações	- O número e a diversidade de ambientes afetados não são contabilizados. O impacto é inferido a partir da extensão do reservatório - Não são consideradas as diferenças de padrões e funções ecológicas entre <i>habitat</i> de tributários superiores e eixos principais
Metodologia de cálculo simplificada	trecho de rio a ser alagado para formação do reservatório
Dados necessários	trecho de rio a ser alagado para formação do reservatório (km)
Fonte dos dados	SISA complementado com o SIG (base: IBGE)
Informações complementares	-

Fonte: MME, 2012

Conforme ZWARICZ (2013), apoiando-se em COPEL (2009), cerca de 41% da extensão do rio Iguaçu foram ocupados pelo conjunto das cinco hidrelétricas:

A partir de 1975 iniciou-se a alteração drástica do regime hídrico do rio Iguaçu, com a instalação da primeira UHE de grande porte, de uma série de cinco, cujos reservatórios viriam ocupar cerca de 41% de toda a sua extensão. UHEs de Salto Osório (1975 – 1050 MW), Salto Santiago (1980 – 1332 MW), Foz do Areia (1980 – 1676 MW), Segredo (1992 – 1260 MW) e Salto Caxias (1998 – 1240 MW) transformaram o trecho das grandes do Iguaçu, em sucessão de grandes lagos que somam 655 Km² de área alagada (COPEL, 2009 apud ZWARICZ, 2013: p. 117).

Considerando que o rio Iguaçu possui 1320 km de extensão (cf. WIKIPEDIA), 41% atinge cerca de 540 Km de extensão. Ou seja, embora haja descontinuidades entre uma usina e outra, o valor extrapola em quase 100% ao máximo definido pelo Indicador.

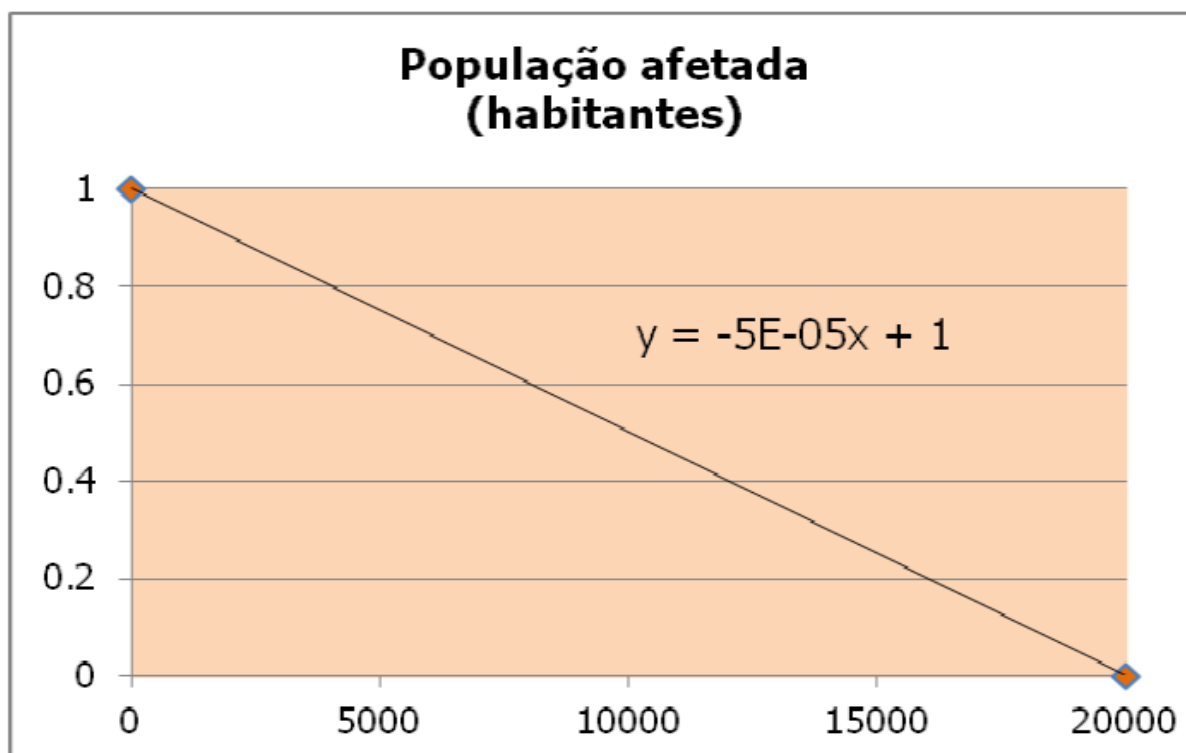
Outro elemento da metodologia é o conjunto de indicadores socioeconômicos. O primeiro indicador desse conjunto é a “população afetada” que “tem por objetivo mensurar o contingente populacional diretamente afetado com a implantação da UHE e que vai ser realocado tanto em áreas urbanas quanto rurais” (MME, 2012: p.

12). Embora seja impossível reparar todos os danos, sobretudo, aqueles que se referem a relações sociais de vizinhança, parentesco, compadrio e de dependência em relação ao território e o uso dos recursos, etc., as hidrelétricas provocam o deslocamento compulsório de populações rurais e urbanas. Por isso, definiu-se que: “para a população afetada pelo reservatório foi adotado como valor máximo de potencial de impacto 20.000 pessoas, tendo como base algumas UHEs em operação, em construção e com registro de viabilidade na ANEEL” (MME, 2012: idem). Explicando o critério, a NT segue:

Sendo assim, para a quantificação desse indicador foram atribuídos os valores limites de 0 e 20.000, correspondendo aos valores 1 e 0 do indicador, respectivamente. Ou seja, se o projeto não afetar nenhuma pessoa, ele recebe o valor 1; caso o projeto afete 20.000 pessoas ou mais, ele recebe o valor 0. Outros valores são distribuídos nesse intervalo, de acordo com a equação da reta contida no Gráfico 4, que apresenta a métrica utilizada para os valores do indicador de população afetada (MME, 2012: p. 12).

A métrica do indicador de população afetada é apresentada no gráfico 10.

Gráfico 10 - Métrica do Indicador de População Afetada



Fonte: MME, 2012

O indicador “População Afetada” é resumido no quadro 6 onde se vêem objetivo, limites e outras informações.

Quadro 6 - Ficha Técnica do Indicador: População Afetada

Indicador: População afetada	
Objetivo	Mensurar o contingente populacional diretamente afetado e que vai ser relocado tanto em áreas urbanas quanto rurais com a implantação da UHE
Interpretação e uso	Quanto maior e mais diversificada for a população afetada mais complexa será a solução encontrada para garantir um padrão de vida igual ou melhor do que o existente antes da implantação da UHE. Se a UHE interferir com projetos de assentamento da reforma agrária (Incra) ou terras quilombolas, a complexidade aumenta
Limitações	Indisponibilidade de dados de população atingida dependendo da fase de estudo que os projetos se encontram
Metodologia de cálculo simplificada	número de pessoas afetadas pela formação do reservatório + interferência em assentamentos do Incra + interferência em terras quilombolas
Dados necessários	- número de pessoas afetadas pela formação do reservatório (habitantes) - tipo de interferência em projetos de assentamento da reforma agrária (Incra) - tipo de interferência em terras quilombolas
Fonte dos dados	SISA complementado com o SIG (base: Incra e FCP)
Informações complementares	População afetada corresponde às pessoas que passarão por processo de relocação e reassentamento. Já população atingida adota as prerrogativas estabelecidas no Decreto nº 7342, de 26 de outubro de 2010 e na Portaria nº 340, de 1º de junho de 2012, que institui e estabelece competências e procedimentos para o Cadastro Socioeconômico como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica

Fonte: MME, 2012

Mais uma vez o limite é extrapolado, pois, como explicitado no quadro 1 no 4.2.3 “Principais impactos ambientais (elementos de pressão)” cuja aproximação do número do total dos afetados pelo conjunto atinge cerca de 20.438 pessoas. Outra estimativa aferida pela aplicação da média dos grandes empreendimentos hidrelétricos entre 1992 e 2002 no Brasil, analisados por Nuti (2007), em que se observa uma relação de 5, 11 hab./MW, e, multiplicando esse valor pela potência instalada de 6674 MW das cinco usinas, chegamos a um número muito superior: 34104 pessoas atendidas em todas as modalidades. Portanto, em ambas as estimativas, o limite do indicador (20 000 pessoas) é superado. Esta pesquisa não identificou terras quilombolas ou assentamento de reforma agrária atingido por alguma das cinco barragens. Caso isso ocorra, a metodologia prevê a perda de 0,1 na pontuação do projeto que interfere em terras quilombolas e de assentamentos rurais.

Outro indicador de impacto socioeconômico é a interferência da barragem em Terra Indígena (TI). Segundo a NT/DEA 17/12,

A Constituição Federal apresenta o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios definindo-as como sendo aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (art. 231, § 1º) [...] essas terras "são bens da União" (art. 20, inciso XI) e são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis" (art. 231, §4º) (MME, 2012: p. 15).

A interferência pode ser direta ou indireta. É considerada interferência direta quando alguma porção da TI é afetada e indireta quando os efeitos do empreendimento são sentidos pela TI, mesmo não havendo alagamento de suas terras. Quanto a este indicador, a ocorrência de TI deve ser comprovada por laudo antropológico na forma da lei e, a elaboração dos critérios na NT/DEA 17/12 teve participação de membros da FUNAI. Ao fim, tomou a configuração explicitada na tabela 2.

Tabela 2 - Métrica do Indicador de Interferência em TI (Terra Indígena)

Tipo de interferência em TI	Valores do indicador
Não afeta território de TI	1
Afeta indiretamente TI	0,5
Afeta diretamente território de TI	0

Fonte: MME, 2012

Resumindo, o quadro 7 ilustra resumidamente o indicador "Interferência em Terras Indígenas".

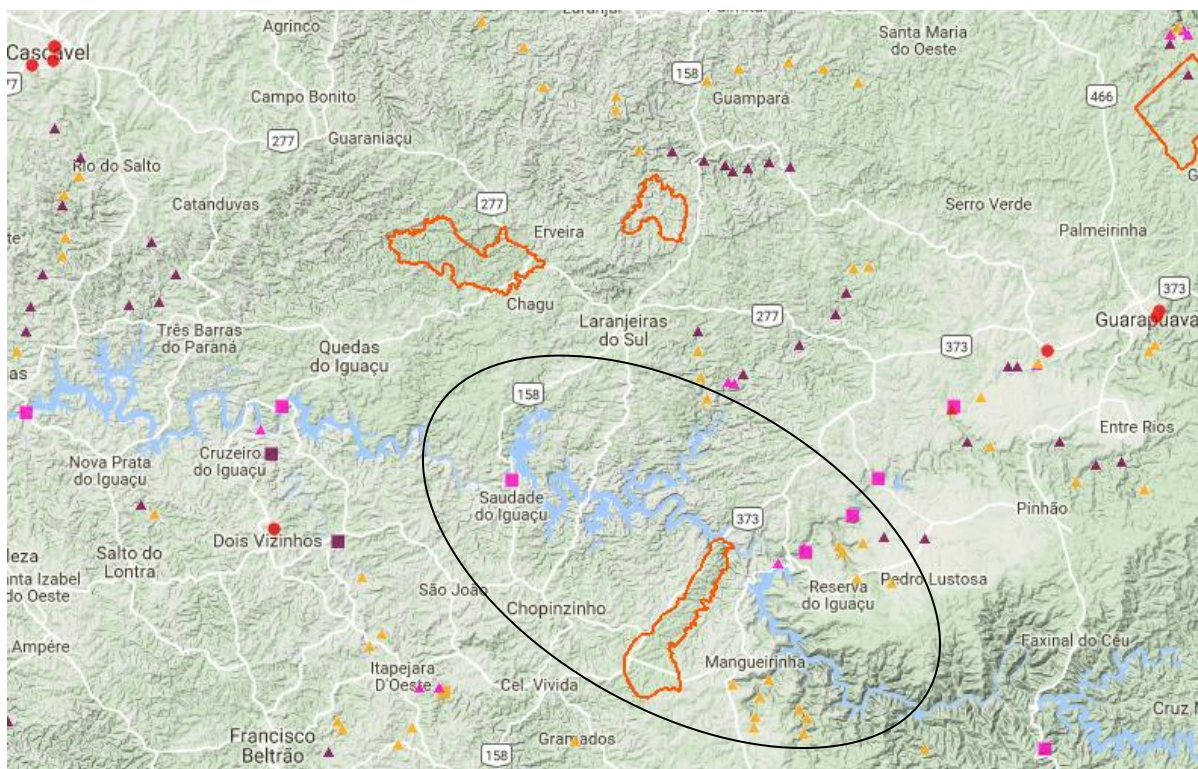
Quadro 7 - Ficha Técnica do Indicador: Interferência em TI

Indicador: Interferência em TI	
Objetivo	Considerar os impactos, diretos ou indiretos, decorrentes da implantação de UHEs que interfiram com TIs
Interpretação e uso	A UHE não afeta TI, afeta indiretamente a TI ou afeta diretamente de TI. A interferência é indireta, quando, apesar de nenhuma parte da TI ser afetada diretamente, os efeitos da implantação do empreendimento poderão ser sentidos na TI. Como exemplo, cita-se a interferência em recurso utilizado pelos índios ou em suas relações com outros grupos indígenas. E a interferência é direta quando parcela da TI é afetada pelo empreendimento
Limitações	Para algumas UHEs ainda não foi realizado o Estudo do Componente Indígena (ECI), faltando elementos para a avaliação das interferências
Metodologia de cálculo simplificada	tipo de interferência em TI: não afeta, afeta indiretamente ou afeta
Dados necessários	tipo de interferência em TI
Fonte dos dados	SISA complementado com o SIG (base: Funai)
Informações complementares	Portaria Interministerial nº 419/2011 estabelece que deverá ser realizado ECI em aproveitamentos hidrelétricos da Amazônia Legal que estejam distantes até 40 km da TI e até 15 km nas demais regiões

Fonte: MME, 2012

Conforme o indicador, e também conforme o mapa 11 a Terra Indígena Mangueirinha foi atingida pela barragem de Salto Santiago e, portanto, a nota do conjunto deve ser igual a 0 (zero).

Mapa 11 - Terras Indígenas atingidas por Hidrelétrica no Cantuquiriguaçu



Fonte: ISA, 2017

O indicador de “Interferência na Infraestrutura” foi elaborado para identificar e medir a interferência negativa da sobrecarga de demanda em relação aos equipamentos e serviços locais, devido à afluência de contingentes populacionais por ocasião de grandes obras como as barragens. A interferência é sempre maior nos setores de saúde, educação e saneamento básico. A sobrecarga tem origem no deslocamento de pessoas de outras regiões para o local das obras atraídas pela geração de empregos e pela dinamização (mesmo que momentânea) da economia. Para este indicador é considerada “a relação entre a população atraída e a população residente no município de apoio às obras. Como estimativa da população atraída considerou-se o número de empregos diretos gerados multiplicado por um fator de conversão 3, determinado a partir da média de pessoas por família atraída” (IBGE; PNAD; 2009); (MME, 2012: p. 15). A fórmula para o cálculo está exposta na figura 4.

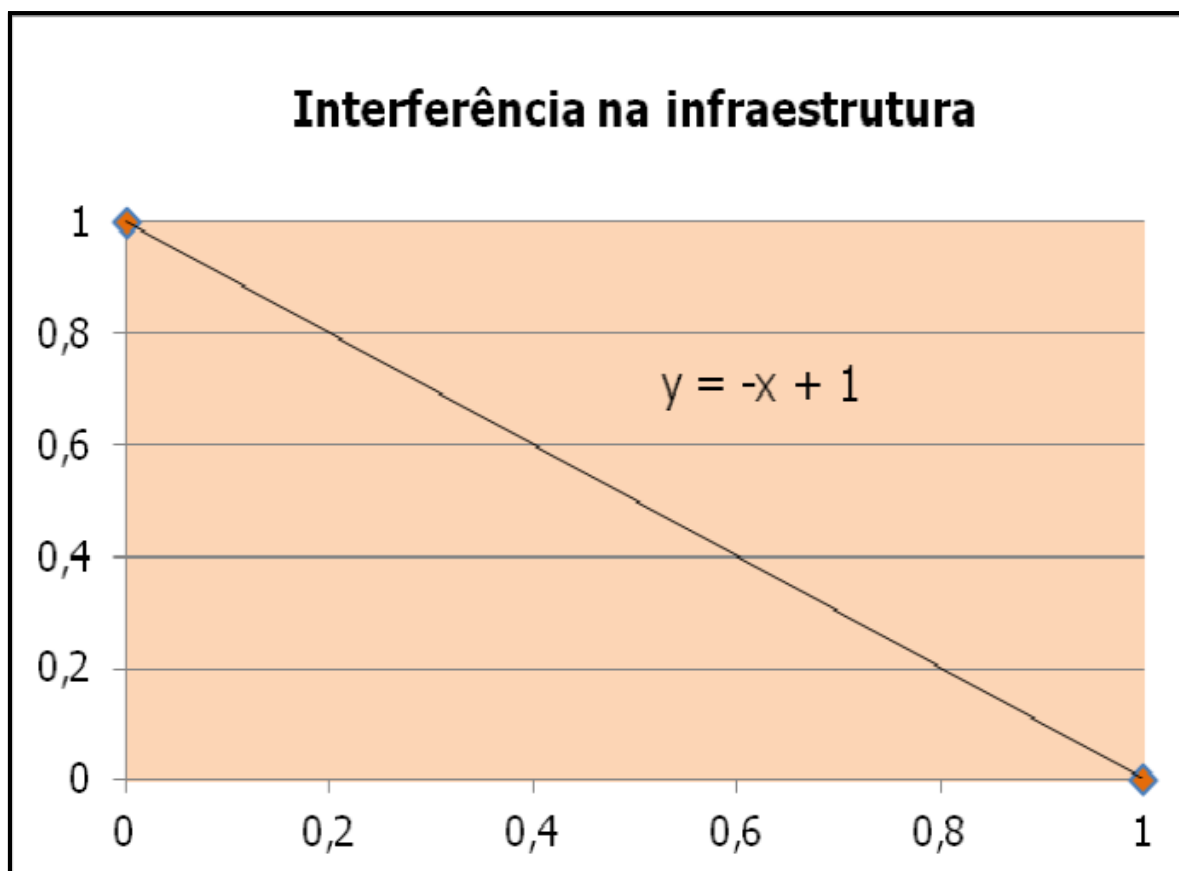
Figura 4 - Métrica do Indicador de Interferência na Infraestrutura

$$i = \frac{3 \times \text{número de empregos gerados}}{\text{população do(s) município(s) de apoio}}$$

Fonte: MME, 2012

A metodologia considera para este indicador um limite que é o valor igual ou superior ao dobro da população original (100%). Neste caso, a relação recebe nota 0 (zero) e, a variação menor do que esse percentual é distribuída entre os valores de 1 a 0. O gráfico 11 contém a métrica para este indicador.

Gráfico 11 - Métrica do Indicador de Interferência em Infraestrutura



Fonte: MME, 2012

O indicador “Interferência na Infraestrutura” aparece resumido no quadro 8.

Quadro 8 - Ficha Técnica do Indicador: Interferência na Infraestrutura

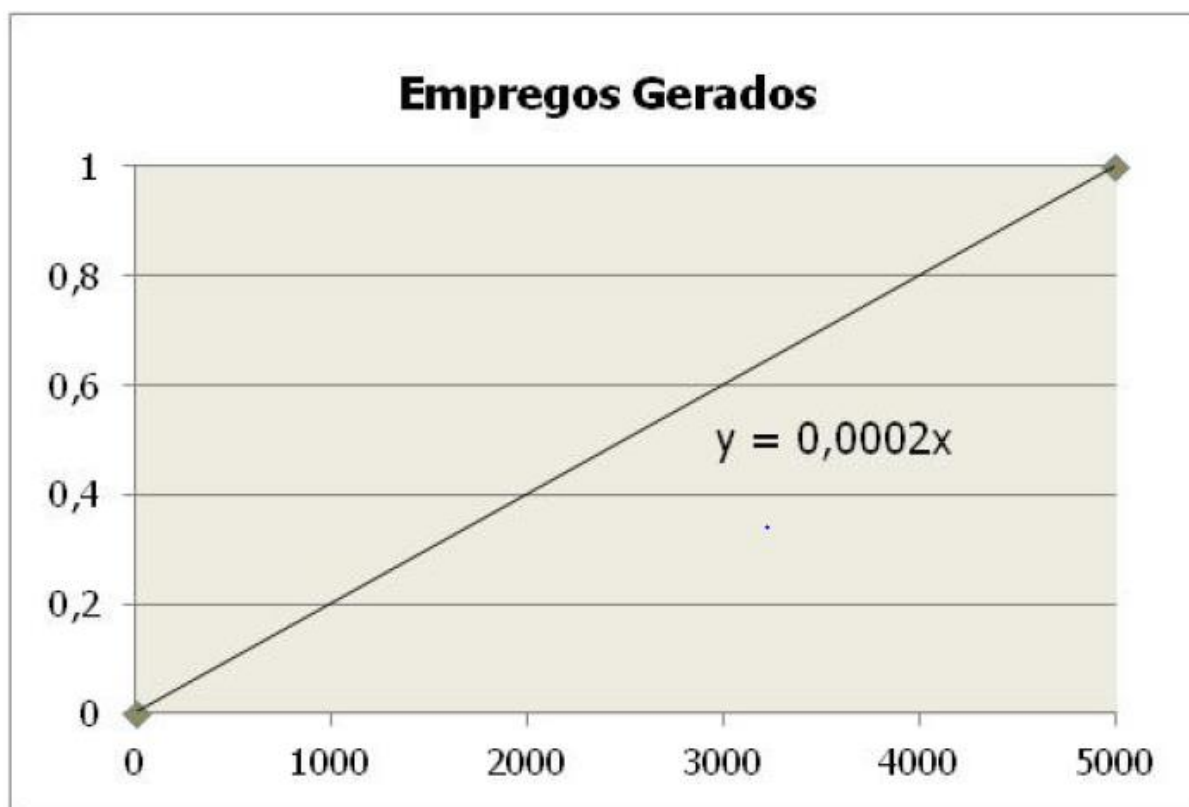
Indicador: Interferência na infraestrutura	
Objetivo	Avaliar a pressão sobre os equipamentos e serviços (habitação, saúde, educação e saneamento básico) provocada pela atração de contingentes populacionais aos municípios sede das obras, em função da construção das UHEs.
Interpretação e uso	Quanto menor for a pressão nos municípios de apoio à obra, que é representada pela relação entre população atraída e população do núcleo de apoio à obra, melhor será a avaliação da UHE.
Limitações	Dificuldade de relacionar a pressão sobre equipamentos e serviços com a capacidade de atendimento nos municípios. Dificuldade de regionalização da análise
Metodologia de cálculo simplificada	$i = \frac{\text{n}^\circ \text{ de pessoas atraídas ou } 3 \times \text{n}^\circ \text{ de empregos gerados}}{\text{população do município de apoio}}$
Dados necessários	- número de pessoas atraídas pela implantação da UHE ou número de empregos diretos gerados - população residente no município de apoio às obras
Fonte dos dados	- SISA - IBGE (Estatística - Estimativa da população)
Informações complementares	-

Fonte: MME, 2012

Para medir os efeitos positivos, a metodologia considera “Indicadores de Benefícios Socioeconômicos”. O primeiro desta série é o indicador de empregos gerados. Conforme a NT/DEA 17/12, este indicador “tem por objetivo avaliar os benefícios locais trazidos pelos empregos gerados na construção da UHE, tanto pela possível contratação de mão de obra local quanto pelo aumento da circulação de mercadorias e renda na região do empreendimento” (MME, 2012: p. 16). Para este indicador, o valor atribuído é o número de empregos diretos gerados pela construção do empreendimento. A Nota Técnica destaca que embora provisórios e não necessariamente serem aproveitados pela população local, esses empregos tende a beneficiar o município, pois, além da infraestrutura que se instala e ali permanece, consiste em oportunidade para melhora da arrecadação municipal já que serviços de construção e montagem devem pagar Imposto Sobre Serviços - ISS ao município onde a obra se realiza.

Os valores para este indicador são os seguintes: o limite superior tem como valor 5000 empregos diretos gerados. Para empreendimentos que gerem esse valor ou mais empregos diretos, atribui-se a nota 1. “Dessa forma, o indicador varia entre 0 e 1, correspondendo, respectivamente, a 0 e 5.000 empregos diretos ou mais”. Já os valores intermediários, são distribuídos conforme o gráfico 12.

Gráfico 12 - Métrica do Indicador: Empregados Gerados



Fonte: MME, 2012

Para melhor entendimento, apresenta-se um quadro-resumo do indicador de benefícios “Empregados Gerados” no quadro 9.

Quadro 9 - Ficha Técnica do Indicador: Empregados Gerados

Indicador: Empregos gerados	
Objetivo	Avaliar os benefícios trazidos pelos empregos gerados na construção da UHE, considerando a população local que poderia ser empregada em atividades associadas ao empreendimento
Interpretação e uso	Quanto maior o número de empregos gerados, em relação à população economicamente ativa dos municípios atingidos, mais benefícios o projeto poderá trazer
Limitações	<ul style="list-style-type: none"> - Não contempla as diferenças regionais no que se refere ao perfil da mão de obra - Não considera o grau de qualificação e capacitação da mão de obra local - Não considera os empregos indiretos - Não necessariamente será empregada mão de obra local no projeto
Metodologia de cálculo simplificada	$i = \frac{\sum \text{empregos_diretos}}{\sum \text{PEA}}$
Dados necessários	<ul style="list-style-type: none"> - número de empregos diretos gerados - PEA dos municípios atingidos
Fonte dos dados	<ul style="list-style-type: none"> - SISA - IBGE (Estatísticas - Censo 2000)
Informações complementares	Há uma discussão a respeito da oposição entre o impacto positivo da geração de empregos e o negativo da atração de pessoas, que pode provocar pressão sobre os equipamentos públicos dos municípios sede das obras

Fonte: MME, 2012

Outro indicador proposto é o de “Incremento Temporário na Arrecadação Municipal”. O cálculo para aplicação segue as seguintes fórmulas: a “razão entre o ISS gerado durante a construção e o somatório das receitas dos municípios nos quais o imposto será recolhido. Para efeito de cálculo, foram considerados os municípios onde se localiza o eixo da barragem” (MME, 2012: p. 18) conforme exposto na figura 5. Assim:

Figura 5 - Fórmula de Cálculo para Incremento Temporário na arrecadação municipal

$$i = \frac{\textit{arrecadação anual de ISS durante a construção}}{\sum \textit{receita orçamentária dos municípios sede das obras}}$$

Fonte: MME, 2012

E, para o cálculo da arrecadação total do ISS, a metodologia considera “uma alíquota de 3%7 sobre o valor de todos os serviços associados ao período de construção e montagem da UHE. Por fim, o valor é anualizado em função do prazo de execução das obras” (MME, 2012: idem). Dessa forma, a arrecadação é medida pela seguinte fórmula onde “*CM* é o valor estimado para os serviços de construção civil e montagem e *t* é o período de construção” (idem: ibidem), mostrada na fórmula da figura 6:

Figura 6 - Fórmula para Cálculo da Arrecadação Anual de ISS

$$ISS = \frac{CM \times 0,03}{t}$$

Fonte: MME, 2012

Para aferir o valor recebido em ISS pelos municípios toma-se um valor médio por MW, com base em projetos brasileiros, conforme o custo de construção. Conforme a NT/DEA 17/12 custo médio é o seguinte:

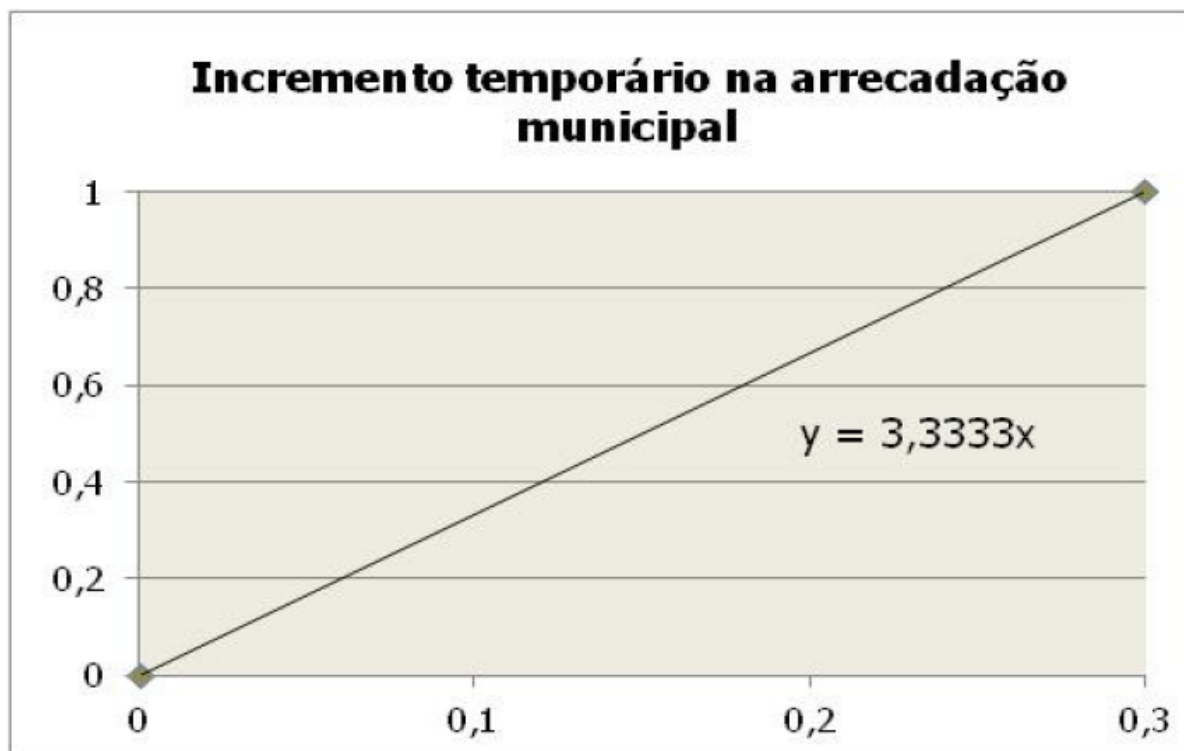
- Empreendimentos com potência igual ou inferior a 100 MW = R\$ 4.500,00/kW.
- Empreendimentos com potência superior a 100 MW = R\$ 3.000,00/kW.

Desse custo, é inferido o valor médio de ISS recebido pelos municípios:

- Empreendimentos com potência igual ou inferior a 100 MW = R\$ 135,00/kW.
- Empreendimentos com potência superior a 100 MW = R\$ 90,00/kW.

A partir daí, o valor total arrecadado é dividido pelo prazo de construção. “Os prazos de construção são estimados em 30 meses, para projetos com potência instalada de até 100 MW, ou 40 meses, para os demais projetos” (MME, 2012: 19). O indicador prevê uma nota que varia de 0 a 1, tendo como base, para a nota máxima o incremento igual ou maior do 30% na arrecadação municipal. Os demais valores intermediários, são distribuídos entre 0 e 1. O valor de 30% toma por referência a obrigação legal de os municípios aplicarem 15% de sua receita em saúde, multiplicando-a por dois, devido que o incremento na arrecadação será temporário. No gráfico 13 está exposta a métrica de atribuição de valores ao indicador.

Gráfico 13 - Métrica para atribuição de valores ao Indicador de Incremento Temporário na Arrecadação Municipal



Fonte: MME, 2012

O indicador “Incremento Temporário na Arrecadação Municipal” está resumido no quadro 10 e facilita a compreensão de sua aplicação.

Quadro 10 - Ficha Técnica do Indicador: Incremento Temporário na Arrecadação Municipal

Indicador: Incremento temporário na arrecadação municipal	
Objetivo	Avaliar o incremento na receita dos municípios atingidos pelo empreendimento durante a sua implantação (construção), devido ao ISS
Interpretação e uso	Quanto maior for a arrecadação de ISS em função da implantação da UHE, em relação a receita orçamentária total dos municípios, mais benefícios o projeto poderá trazer
Limitações	- Outras receitas associadas à obra, como o ICMS (repasses), não estão sendo contempladas - O cálculo não é individualizado para cada município
Metodologia de cálculo simplificada	$i = \frac{\text{arrecadação anual de ISS durante a construção}}{\sum \text{receita orçamentária dos municípios sede das obras}}$
Dados necessários	- ISS previsto para os municípios da casa de força e do canteiro de obras (R\$) - receitas orçamentárias dos municípios que vão receber o ISS (R\$)
Fonte dos dados	- SISA - Receita Federal (Finbra)
Informações complementares	- Há questionamentos sobre a relevância dos efeitos positivos da arrecadação do ISS durante o período de construção da UHE, uma vez que se trata de uma receita temporária e a aplicação eficiente desses recursos depende da capacidade de gestão dos municípios. Por outro lado, são valores normalmente expressivos para a maioria dos municípios e, se aplicados de forma adequada, podem trazer benefícios permanentes

Fonte: MME, 2012

O último indicador é o que se aplica ao “Incremento Permanente na arrecadação municipal” e seu objetivo é mensurar o efeito positivo do incremento permanente na arrecadação municipal. Esses recursos são arrecadados pela ANEEL e distribuídos aos órgãos públicos, sendo 45% para municípios, 45% para o Estado e 10% para a União, ou:

De acordo com a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, são arrecadados mensalmente, a título de compensação financeira, 6,75% do valor da energia gerada, valor este calculado aplicando-se a tarifa de referência definida pela ANEEL (TAR). Esse montante de recursos é assim distribuído: 2,7% para os municípios atingidos pelo reservatório da UHE; 2,7% para os estados onde esses municípios se localizam; 0,6% para a União; e 0,75% para o MMA, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (MME, 2012: p. 20).

Consiste em importante fator nas finanças municipais e “trata-se da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, ou simplesmente compensação financeira” (MME, 2012: p. 20), conforme definido na Constituição Federal. Cada município recebe proporcional à sua área alagada enquanto o empreendimento estiver operando.

Conforme a NT/DEA 17/12, “para representar o indicador do impacto permanente de uma UHE na receita municipal tomou-se a relação entre a compensação financeira estimada para os municípios atingidos e a receita total desses municípios (conforme a fórmula presente na figura 7). Analiticamente, tem-se”:

Figura 7 - Fórmula para Cálculo da Compensação Financeira aos Municípios

$$i = \frac{\sum \text{compensação financeira dos municípios atingidos}}{\sum \text{receita orçamentária dos municípios atingidos}}$$

Fonte: MME, 2012

Segundo a mesma NT/DEA N° 17/12 a estimativa de arrecadação dos municípios atingidos com compensação financeira (CF), pode ser expressa na equação (da figura 8):

Figura 8 - Equação para Estimativa de Arrecadação dos Municípios Atingidos

$$CF = 0,027 \times E \times TAR$$

Fonte: MME, 2012

Lê-se da seguinte forma: “ E é a energia gerada, geralmente expressa em MWh, e TAR é a tarifa de referência, expressa em R\$/MWh. O cálculo da compensação financeira pode ser feito em bases mensais ou anuais” (idem: 21). Mas, como estimar a energia gerada? A NT toma como referência “o fator de capacidade fc (relação entre a energia gerada por uma usina e sua potência instalada, P , expressa em MW) típico das usinas hidrelétricas do sistema elétrico brasileiro, qual seja 55%, e o número de horas h , igual a 8.760 horas” (MME, 2012: p. 21), conforme a figura 9, resultando em:

Figura 9 - Fórmula para Cálculo de Energia gerada para Compensação Financeira

$$E = P \times fc \times h$$

Fonte: MME, 2012

Ao final tem-se a seguinte equação para determinar a CF recebida pelos municípios atingidos, já com os valores de referência aplicados, conforme a figura 10:

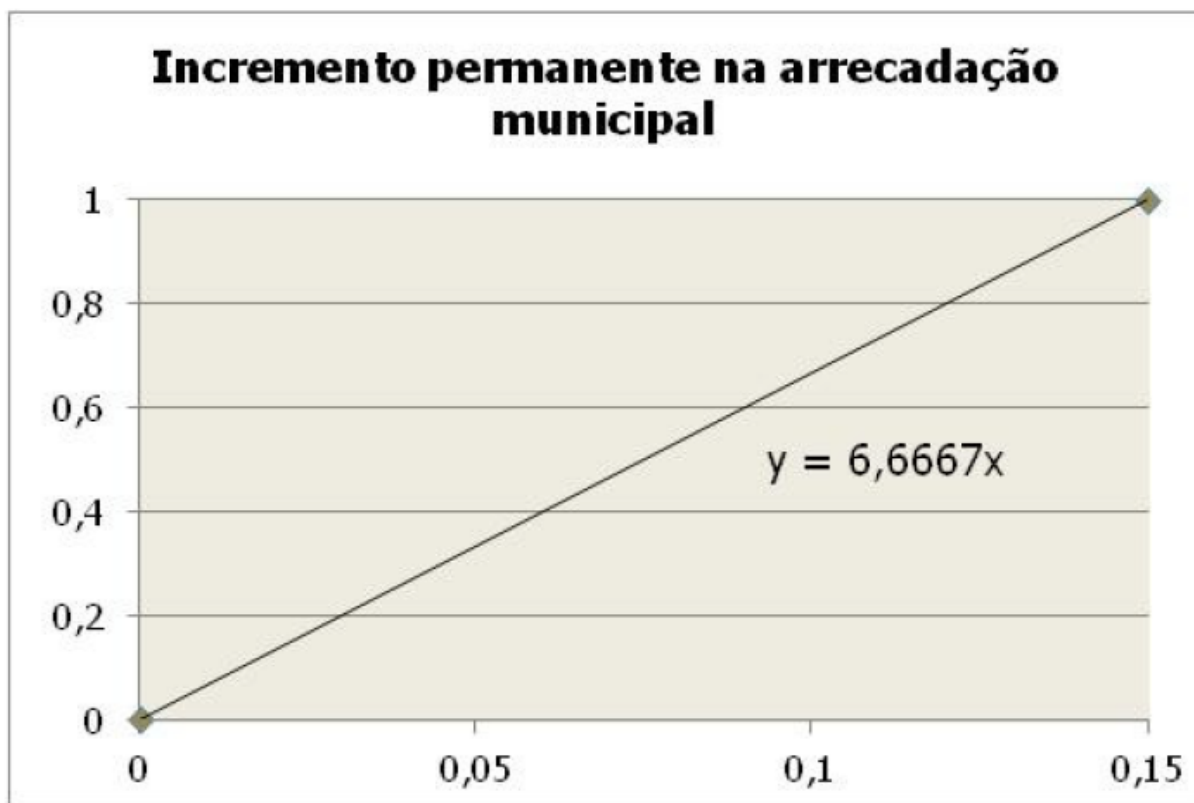
Figura 10 - Equação para determinar a Compensação Financeira (CF)

$$CF = 0,027 \times 0,55 \times 8.760 \times P \times TAR$$

Fonte: MME, 2012

Os municípios cujo incremento permanente na arrecadação seja igual ou superior a 15%, recebe o valor máximo 1 no indicador numa escala linear que varia de 0 a 1, conforme o gráfico 14.

Gráfico 14 - Métrica do Indicador de Incremento Permanente na Arrecadação Municipal



Fonte: MME, 2012

Resumidamente, o quadro 11 sintetiza os componentes do indicador “Incremento Permanente na Arrecadação Municipal”.

Quadro 11 - Ficha Técnica do Indicador: Incremento Permanente na Arrecadação Municipal

Indicador: Incremento permanente na arrecadação municipal	
Objetivo	Avaliar o incremento permanente na receita dos municípios atingidos pelo reservatório da UHE, em função do recebimento da compensação financeira
Interpretação e uso	Quanto maior a participação da compensação financeira no total da arrecadação municipal, mais benefícios o projeto poderá trazer
Limitações	O cálculo não é individualizado para cada município
Metodologia de cálculo simplificada	$i = \frac{\sum \text{compensação financeira dos municípios atingidos}}{\sum \text{receita orçamentária dos municípios atingidos}}$
Dados necessários	- compensação financeira prevista para os municípios atingidos (R\$) - receitas orçamentárias dos municípios que vão receber a compensação financeira (R\$)
Fonte dos dados	- SISA - Receita Federal (Finbra)
Informações complementares	- Sabe-se que os efeitos positivos do aumento da arrecadação dos municípios dependem da sua capacidade de gestão. No caso da compensação financeira, há um aumento real da capacidade de investimento desses municípios. A aplicação destes recursos é vedada para quitação de dívidas e para pagamento de quadro permanente de pessoal

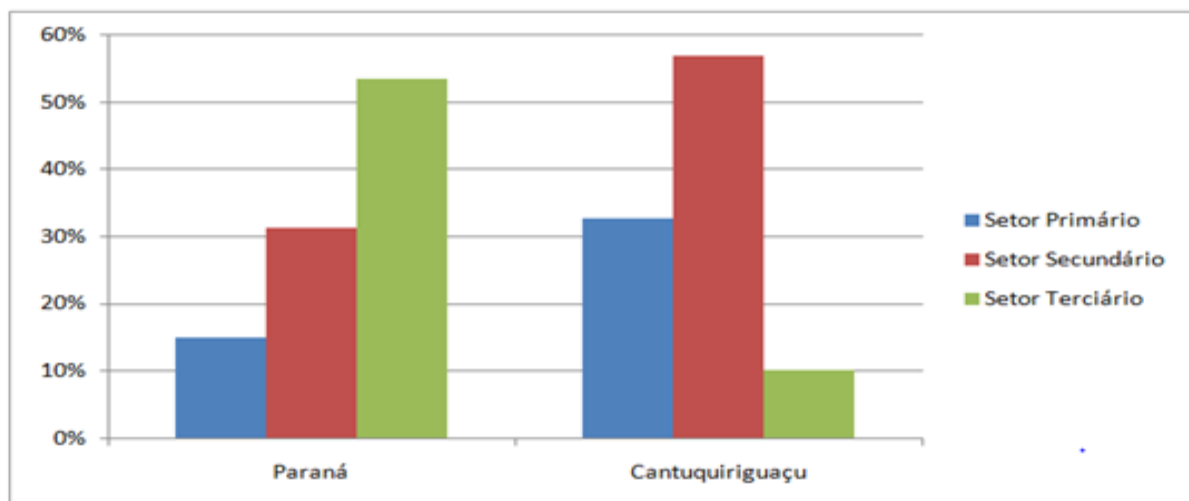
Fonte: MME, 2012

Quanto à aplicação desse último grupo de indicadores sobre o conjunto das cinco hidrelétricas em apreço, se considerado apenas o período de construção, então os empreendimentos receberiam nota máxima nos indicadores de “benefícios socioeconômicos”. Isto porque todas as cinco UHEs geraram bem mais de 5000 empregos diretos nas obras e não houve interferência em Unidades de Conservação. Ocorreu Incremento Temporário e Permanente (positivo) na Arrecadação Municipal. Mas, também houve grande Impacto Negativo com submersão de vegetação, interferência em Terras Indígenas, pressão por serviços públicos e infraestrutura - embora muitas delas fossem construídas bastante afastadas da sede dos municípios onde se instalava a barragem e, hospitais eram construídos nas vilas de apoio e moradia dos operários, técnicos e engenheiros -, que após o término das obras foram em grande parte desmontados ou abandonados, como é o caso de Salto Santiago.

Porém, como todos já ultrapassam a marca de duas décadas (em média) após o encerramento das obras, a realidade é bem outra. O setor de serviços que seria o mais favorecido aparece como o mais atrasado, inclusive nos municípios que receberam as obras, com exceção de Quedas do Iguaçu e de Laranjeiras do Sul. Se houvesse realmente um incremento substancial nas finanças municipais, o Território

Cantuquiriguaçu com cinco hidrelétricas gigantes e mais de uma dezena de PCHs em pleno funcionamento, deveria figurar como a região mais dinâmica e desenvolvida economicamente do Paraná. No conjunto do Território a realidade é exemplificada no gráfico 15.

Gráfico 15 – Valor adicionado por Setor da Economia: Paraná e Cantuquiriguaçu



Fonte: CONDETEC, 2004

Nota: Adaptado pelo autor

Mas é importante considerar que mesmo a compensação financeira permanente pode não ser tão “permanente”, pois, depende diretamente da energia gerada. E existem períodos, conforme a programação do administrador do sistema nacional em que algumas barragens podem ser dispensadas da produção por períodos com farta produção em todas as regiões. Trata-se de uma receita que oscila muito em função disso, pois, é calculada a cada mês mediante a fórmula apresentada anteriormente.

Portanto, este grupo de indicadores reflete bem apenas o momento (período) da construção em que se observa grande “dinamismo” na economia local, mas, com grande *pressão* sobre os serviços públicos. Dessa forma, o grupo de indicadores não serve completamente para aferir a contribuição desses empreendimentos para com a sustentabilidade do desenvolvimento local, ou, o modelo energético brasileiro, com suas concessões privadas, uso intensivo de tecnologia dos recursos naturais, baixa contribuição financeira para com setor público local (2,7% sobre a energia

gerada), reforça a ideia de que as UHEs causam distorções nos processos de desenvolvimento local e até nacional.

Mais adiante, no tópico “4.3.8. Contribuição do setor energético para com o *estado* atual do Cantuquiriguaçu: um recorte a partir da UHE de Salto Santiago” são apresentados cálculos referentes à relação entre o lucro das empresas concessionárias e sua contribuição para com o desenvolvimento local nas Hidrelétricas implantadas no Cantuquiriguaçu.

4.2.5 Concentração de renda e Evasão de riquezas *versus* Empobrecimento

A caracterização geral do Cantuquiriguaçu demonstra que sua economia depende bastante do setor agropecuário como produtor de mercadorias ou como produtor de subsistência. A indústria e os serviços decorrem deste, direta ou indiretamente, pois, mesmo os empregos do setor público, em boa parte se voltam ao atendimento das demandas do meio rural. Talvez, a produção energética seja a mais autônoma em relação ao setor agrícola, mas, ao ser instalado, não deixou de impactá-lo profundamente. Eis a necessidade de uma abordagem de conjunto que leve em conta a inter-relação entre setores, mas, esta deve ser feita considerando esses elementos como componentes de uma realidade mais ampla, ou seja, o processo de desenvolvimento capitalista que se territorializa também nesta região.

Furtado (2000), como exposto no capítulo II, discute a questão do desenvolvimento colocando-o numa perspectiva de visão global. Critica o reducionismo com que os economistas analisaram a questão nos últimos decênios do século XX, priorizando o crescimento econômico como motor do desenvolvimento econômico capitalista e organizador da sociedade no âmbito do próprio sistema capitalista. Revela as raízes dessa estratégia: a idéia de “marcha progressiva para o racional”, corolário das propostas iluministas, a noção de “acumulação da riqueza” como “opção de um futuro em que encerra uma promessa de melhor bem-estar” e, a influência européia que deveria expandir-se geograficamente, levando outros povos ao “acesso a uma forma superior de civilização” (FURTADO, 2000: p. 09). Ou seja, uma visão otimista da história que desponta, sobretudo, a partir do século XVIII na Europa.

A difusão social da racionalidade instrumental é o próprio processo de superação do mercantilismo pelo liberalismo e que segue por atingir o processo de

produção pelo qual “transforma os ingredientes de produção em mercadorias” aprimorando a divisão social do trabalho, aumentando sua especialização, fator que permitirá fácil e rápida substituição do trabalhador na indústria. A racionalização do mercado perpassa a produção e atinge aos poucos, o conjunto da sociedade, transformando sua estrutura à medida que a acumulação exige primeiro, grande quantidade de mão de obra (o que leva ao êxodo rural em massa) e, posteriormente, à complementação e mais tarde substituição de força de trabalho pela tecnologia.

Mas o papel da tecnologia na acumulação capitalista não se limita na revolução de um fator de produção apenas. O progresso técnico é condição para criação de um novo capital, com o objetivo de que prossiga a acumulação e assim a reprodução do sistema. Na correlação de forças sociais mediadas por este processo econômico, as forças detentoras das estratégias de acumulação imprimem também seu projeto de sociedade. A tecnologia passa a ser um dispositivo para alívio das tensões sociais por reafirmar a manutenção dos privilégios das forças detentoras da estratégia, contra as forças sociais de agrupamentos coletivos de trabalhadores, criados pelo processo de acumulação que dependia intensamente de força de trabalho.

Amartya Sen (2000) observa que a evolução da economia garante apenas a uma porção da população mundial as liberdades substantivas, negando aos demais, talvez à maioria, as condições que pudessem proporcionar se não a equidade, a materialidade mínima para garantia de seus direitos fundamentais e difusos. Não há como falar em desenvolvimento se o Estado não garante ao cidadão: alimento, moradia, segurança, saúde, educação (de qualidade), acesso à água, à terra ao emprego e outros serviços necessários ao bem-viver. Portanto, a concentração da riqueza gera privação e subdesenvolvimento.

Lênin não contrapõe agricultura e capitalismo. Antes, considera a agricultura como base do capitalismo. Em suas palavras:

Precisamente essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a ‘produção popular’, etc.), mas um habitual sistema pequeno-burguês. Contrariamente ao apregoado pelas teorias dominantes entre nós no último meio século, a comunidade camponesa russa não é antagônica ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida (LÊNIN, 1985: p. 113).

Para fundamentar sua posição, Lênin retoma o conceito de divisão social do trabalho, a qual nasce desde a atividade agrícola, se fortalece com o capitalismo e atinge o auge na complexidade industrial e que, provoca a gênese do mercado interno devido ao fato de que por não dominar as cadeias completas de produção, cada produtor ou trabalhador necessita do produto do outro (ou de parte dele). Estes produtos ao comporem um circuito tornam-se mercadorias, bem como a força de trabalho para produzi-los (pois, passa a ser vendida).

Para Ploeg (2008), os “impérios alimentares” além de sacar riquezas produzidas nas propriedades rurais, camponesas ou não, por intermédio do mercado (como princípio organizador), controlam, ainda, o Estado e as demais instituições como empresas que a eles se submetem por imposição de regras, as universidades que passam a comprar e oferecer uma variedade de cursos e produzem também uma ciência voltada à exploração de novos campos de produção e controle legitimando seus domínios perante a sociedade. A ciência garante a sanidade dos alimentos, a produtividade das fazendas e a imposição sem resistência, dos pacotes tecnológicos sobre os camponeses. Tudo permanece alinhado aos interesses do império, onde as tecnologias da informação e comunicação cumprem papel fundamental e contraditório, mas que tem garantido controle, regulação, precisão e simplicidade na gestão de cadeias e terceirização da produção de bens e de prestação de serviços em escala global.

Em resumo, esses autores demonstram que a concentração de renda e a evasão de riquezas não ocorrem por obra do acaso, mas, pelo desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo estabelecendo os padrões de desenvolvimento de algumas regiões em detrimento de outras e, de uma classe, em função da exploração e empobrecimento da outra. Dessa forma, as riquezas se esvaem em uma região enquanto alimentam a opulência e o enriquecimento de outra. A concentração de renda acontece na medida em que a mais-valia é apropriada pelos detentores dos meios de produção no processo de produção, ou, no processo de circulação da mercadoria (BARTRA VERGÉS, 2015: p. 18). Em suma, o movimento do capital por meio das atividades econômicas, provoca pressão sobre a sociedade em seu aspecto econômico e o aspecto sociocultural. A seguir são expostos alguns mecanismos de realização do capital que causam concentração de renda em dois setores: agricultura e energia.

4.2.6 Articulação e Realização do Capital Financeiro e Industrial na Agricultura e na exploração da água para geração de Energia

Segundo Delgado (1985) a “demanda efetiva agrícola” passa a ser um imponente sistema onde a ação do Estado e dos Bancos garante aos capitalistas a taxa de juros, o valor básico para o custeio da produção e o seguro de crédito. Define-se assim, os vetores de capital de giro para financiar a produção esperada da agricultura, de demanda efetiva da agricultura e de demanda final pela produção agrícola. As garantias da dívida assumida são o penhor e a hipoteca de bens. Por meio de mecanismos como taxa de câmbio para exportação, carga fiscal líquida, crédito de comércio e subsídios à exportação e formação de estoques (como Aquisição do Governo Federal [AGF]), o sistema garante o lucro final da agricultura capitalista, superando assim as descontinuidades da atividade econômica no setor. Dessa forma se eliminam riscos para os vários atores envolvidos na transação sistemática: Estado (balança comercial), Capital Financeiro (lucro líquido), Agricultores Capitalistas (suporte e lucro com a produção).

Segundo o autor, o sistema toma o Estado como refém, garante o giro e a liquidez do capital e blinda o capitalista rural contra a viabilização de pequenos produtores (possíveis concorrentes) que não dispõem do mesmo aparato em seu favor.

O agronegócio no Brasil, como anota Delgado (1985), com seu aspecto de integração entre os capitais financeiro, estatal, agroindustrial e industrial, cumpre a função de manter o aspecto colonialista ao operar a exploração dos recursos naturais com externalização de custos e de danos ambientais e ao realizar a exploração do trabalho humano na geração de produção primária para o circuito internacional. Ao gerar a marginalização e expulsão de grande contingente de camponeses que se submetem à lei da livre concorrência no campo, compromete qualquer projeto de desenvolvimento rural sustentável e hipoteca o futuro do país cuja riqueza se esvai para alimentar a já enorme concentração de renda observada no planeta onde 0,6% da população adulta já dispõem de 39,3% dos 223 trilhões de dólares da riqueza avaliada, ou seja, 87,5 trilhões de dólares (DOWBOR, 2014: p. 8).

Em oposição ao discurso sustentado por empresários do setor, a conclusão de Guilherme da Costa Delgado é a de que o agronegócio não gera divisas ao país,

mas, ao contrário, drena recursos, gera dependência e mina a soberania nacional, com severos impactos locais como o endividamento, por exemplo. Isto é o que se observa, e, via de regra, fica demonstrado pelos números do Território Cantuquiriguaçu mesmo quando a origem do crédito cedido é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), isto é, um programa federal que deveria promover a pequena agricultura e gerar segurança e estabilidade econômica ao agricultor familiar. Porém, este, ao longo de uma década e meia de aplicação no campo, acaba por gerar vulnerabilidade e endividamento dos produtores.

Enquanto isso, políticas menos atreladas aos objetivos do capital como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Compra Direta e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que promovem circuitos curtos de comercialização fortalecendo a economia local desenvolve hábitos alimentares saudáveis e contribuem para com a segurança alimentar, apenas engatinham com dificuldades. Até mesmo chegam a sofrer ataques na imprensa e, ao menor desvio, a ação jurídica, midiática e policialesca do Estado (cf. TRICHES; GRISA, 2015)¹⁴ porque ousam se apresentar como alternativa aos impérios agroalimentares, como descrito por Ploeg (2008).

Se a intervenção estatal no setor agrícola garante a transferência de riquezas produzidas nas unidades de produção (camponesas ou não), diretamente para bancos e empresas nacionais e multinacionais pela exploração dos recursos naturais locais e da força de trabalho (familiar ou contratada), ela contribui para com

¹⁴ TRICHES & GRISA, 2015: Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Nesse texto as autoras desconstruem a lógica dos “discursos perversos” utilizados para “silenciar estes programas (PAA e PNAE) não só pela criminalização, mas também pela defesa de que não solucionariam questões emblemáticas como a agrária e a fundiária” (p. 21). Segundo as autoras o ataque aos programas se baseia em leis que já deveriam ter sofrido mudanças para acompanhar os avanços dos programas que na prática conseguiram legar importantes avanços na soberania e segurança alimentar e nutricional, e, na garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) à população brasileira. A legislação em questão diz respeito a aspectos de sanidade, onde o marco jurídico impõe exigências impraticáveis e inadequadas à agroindústria familiar corroborando para sua inviabilidade econômica. Outra acusação que faziam aos agricultores inclusos nos referidos programas “não cumpriam os contratos” e contavam com “a convivência” de funcionários do Governo Federal vinculados à Companhia Nacional de Alimentação (CONAB), por supostamente pertencerem ao mesmo partido – o PT. Segundo as autoras as “irregularidades” não passavam de estratégias organizativas para o pleno cumprimento dos contratos: quando ocorria sazonalidade na produção de alguma hortaliça, se substituía por outra disponível naquele momento, em igual quantidade. Porém, o que se viu na imprensa foi uma avalanche de acusações contra agricultores e seus movimentos e organizações e contra o governo que sustenta tais programas. No fundo, o propósito era frear as mudanças ensejadas pelos programas e firmar a manutenção do *status quo*.

a constituição da base da formação de “impérios alimentares” como propõe Ploeg, ou a transformação do produto camponês em mercadoria, conforme Lênin. Então ação privatizante do Estado no setor elétrico é a forma de apoio ao capital financeiro para que estabeleça seu domínio sobre as principais Usinas Hidrelétricas (UHE), situadas em pontos estratégicos, legitimando a exploração dos recursos naturais e a força de trabalho local.

Abaixo no quadro, destacamos parte retirada de um dossiê (MAB, 2005) produzido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que traz alguns dados relativos às barragens no Brasil. O documento ilustra a relação entre o capital Industrial e capital Financeiro, bem como, a influência que estes exercem sobre o Estado. Na outra extremidade, destaca-se a consequência sobre a população pobre e tradicional das regiões atingidas e sobre os consumidores: enquanto uns pagam com seus bens e propriedades de que são desalojados, outros se obrigam a pagar os maiores preços pela (pouca) energia consumida. O documento foi entregue em audiência ao governo brasileiro em 2005 e está resumido no quadro 12.

Quadro 12 - Dados sobre Hidronegócio

- 1 milhão de pessoas foram expulsas de suas terras devido a construção de barragens. Isto corresponde a 300 mil famílias;
- Dados do MAB apontam que a cada 100 famílias deslocadas, 70 não receberam nenhum tipo de indenização;
- 34 mil Km² de terra fértil foram inundados pelos reservatórios, o que corresponde a 3,4 milhões de hectares;
- No mundo há 45 mil grandes barragens construídas, que deslocaram aproximadamente 80 milhões de pessoas;
- Conforme dados da ANEEL, atualmente o Brasil possui 86.274 MW de capacidade instalada.
- 79% da energia brasileira provém de fonte hídrica;
- Segundo Bermann, em 2002 foram consumidos 321,5 milhões de Mwh, sendo que 72,7 milhões de Mwh foram consumidos pelas residências, o que equivale a 22,6% de toda energia consumida no Brasil. No entanto, a indústria pesada, basicamente eletrointensiva, consome 32,4% de toda energia produzida no Brasil;
- A Albrás e Alumar, controladas pela Alcoa/EUA, consomem por ano 11 bilhões de kw. Isso equivale a 15% de toda energia consumida pelas residências no mesmo período.
- Os 22,6% representam 43 milhões de residências. Porém, existem em torno de 5.074.400 de residências sem acesso a energia elétrica no Brasil, o que equivale a 20.297.600 habitantes.

- No Brasil o consumo médio por residência em 2003 ficou em 140 kWh/mês e o preço médio em algumas regiões do Brasil ultrapassa os R\$ 400,00 por MW (1 MWh equivale a 1000 kWh), enquanto que as empresas eletrointensivas, que consomem a grande parte de energia em forma de minério para fazer os estoques de reserva nos países centrais, estão pagando em vários casos U\$ 15,00 por MWh, isso equivale a um preço 10 vezes menor que o pago pela população.
- Para produzir uma tonelada de alumínio é preciso 15.000 kWh (ou 15 MWh) de energia. Isso equivale a nove anos de consumo de energia de uma família. Porém, essa mesma indústria eletrointensiva praticamente não produz emprego – enquanto uma indústria da área de alimentação ou bebidas produz mais de 70 empregos por GWh (1 GWh equivale a 1000 MWh) consumidos, a indústria de alumínio praticamente não produz emprego 0,8 a 2,7 empregos/GWh consumido).
- Estima-se que serão expulsas mais de 850 mil pessoas, com a construção das 494 barragens;
- Aproximadamente 75% de toda energia do mundo é consumida pelos Estados Unidos e Europa. O Brasil é um dos maiores exportadores de energia subsidiada em forma de alumínio, ferro liga, papel, celulose, e outros produtos de alta demanda de energia.
- O BNDES é um dos maiores responsáveis pelo financiamento das empresas: 363 obras são financiadas com recursos do Banco
- O faturamento das empresas de geração em 2003 foi em torno de R\$ 18 bilhões e na distribuição foi de R\$ 30 bilhões.

Fonte: MAB [2005?].

O Dossiê denuncia ainda, situações em que os atingidos por barragens são mal remunerados por suas propriedades, tendo que escolher entre uma Carta de Crédito do Banco da Terra (proposição do Banco Mundial), indenização em dinheiro ou reassentamento. Cita relatos em que o valor pago por empresas construtoras de barragens são muitas vezes, irrisórios: R\$ 500,00 pela soma dos bens. Ou, em outro caso R\$ 39,00. Essas pessoas são, normalmente, muito pobres e analfabetas. Depois de indenizadas em dinheiro, seguem para as médias e grandes cidades onde são vítimas das condições mais desumanas de sobrevivência a conviver com desemprego, violência, moradia inadequada e tantos outros problemas.

É muito comum que o Estado seja o executor de mandados judiciais contra atingidos que ainda não deixaram a área, mesmo não tendo ainda sua situação resolvida pelo mesmo Estado. E empresas decidem unilateralmente o destino da população:

As empresas têm adotado um tratamento semelhante em todas as partes do mundo. Utilizam a forma de tratamento diferenciado para as populações atingidas por barragens. É o tratamento caso a caso, explorando sempre a fragilidade de cada família, nunca respeitam regras gerais. Por exemplo: A Tractebel é dona da barragem de Ita/RS e Cana Brava/GO. Em Ita as famílias fizeram com que recebessem um módulo mínimo de terra. Já em Cana Brava as famílias nem sequer terra receberam – a mesma empresa adota tratamentos diferentes para cada família. É comum as empresas criarem falsas organizações e representantes, chamados às vezes de “Comissões negociadoras”, onde participam empresários, delegados, políticos (prefeitos) e muito pouco povo atingido. Cada empresa define o que é atingido conforme seu interesse e também define qual é o tratamento a ser dado, na maioria das vezes, a decisão é unilateral, em alguns casos através da pressão os atingidos têm, no máximo, conseguido colocar lideranças para acompanhar a análise das famílias (MAB, [2005?]).

O resultado é a desterritorialização compulsória e violenta de populações tradicionais e, mais tarde em algumas regiões, as ocupações de terras como ocorre há mais de 30 anos no Cantuquiriguaçu. Estas, por sua vez, constituem pressões e, ao mesmo tempo, respostas conforme veremos adiante. A dívida social deixada pelas barragens obriga milhares de famílias a viver em regiões isoladas, sem energia elétrica, longe de sua comunidade de origem (que fica submersa) e distante de escolas e hospitais.

O referido Dossiê relaciona a Tractebel, principal exploradora da energia no Cantuquiriguaçu (ao lado da Copel) com duas UHE que não são citadas no dossiê: Salto Santiago e Salto Osório, ambas no Rio Iguaçu. Ela é uma das gigantes no mundo e opera com capital público brasileiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para adquirir concessão e para construir mais barragens:

A TRACTEBEL-SUEZ: Empresa belga do conglomerado francês de exploração de água, Suez SA. É uma das três maiores empresas do mundo que dominam a área de saneamento básico. Estão entrando violentamente para monopolizar a água e a energia dos países pobres. A Tractebel é dona de várias barragens no Brasil (Cana Brava/GO; Ita e Machadinho/RS-SC, Campos Novos/SC, etc). É considerada a empresa mais violenta no tratamento com as populações atingidas. Recebe financiamentos dos Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do BNDES. Com a privatização, já está entre as quatro maiores empresas na área de geração de energia no Brasil com 6.503 MW de capacidade instalada. A Tractebel se recusa a reunir-se com o MAB para discutir a situação de centenas de famílias atingidas por suas barragens (MAB, [2005?]).

Dessa forma, tanto a realização do capital por meio da agricultura, com a colaboração do Estado e contra toda e qualquer resistência das populações tradicionais do campo com suas formas alternativas de produzir e viver, quanto por

meio da produção, transmissão e comercialização de energia, onde se verifica artimanha semelhante em termos de ação conjunta entre capital financeiro, capital industrial e governos (Estados), geram consequências deletérias às populações locais e figuram como base da geração da pobreza, do atraso e, portanto, do subdesenvolvimento, como demonstram os índices do Território Cantuquiriguaçu. Estes são alguns elementos da *pressão* que se estabelece sobre as diversas dimensões no Cantuquiriguaçu. Elas têm determinantes econômicas que perpassam as demais.

Em analogia ao agronegócio cujo complexo estende-se desde a produção de tecnologia para a agricultura na forma de maquinaria, melhoramento genético, agroquímicos, agrotóxicos e formação de técnicos e engenheiros, passando pelo trabalho realizado pelo agricultor na unidade produtiva, com mão de obra familiar ou contratada e crédito público ou capital próprio, que, inclui a agroindústria e o sistema de distribuição (hoje sob o monopólio das redes de hipermercados) e interage com o mercado financeiro, tudo em escala internacional, o hidronegócio surge na base da mesma racionalidade e seu fundamento é, prioritariamente, o controle estratégico por empresas, corporações, consórcios, fundos privados e governos estrangeiros (via empresas estatais) dos territórios ricos em água. Um dos usos da água mais lucrativos atualmente é seu emprego na produção de energia, para o que os rios brasileiros dispõem de potencial invejável. Conforme Tractebel (2013b):

Dentre as empresas participantes do Por Dentro da Tractebel, estão grandes instituições financeiras mundiais, tais como Banco Espírito Santo, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco, BTG Pactual, Citi, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, Itaú, J.P.Morgan, Morgan Stanley, Safra, Santander e UBS (TRACTEBEL, 2013b: p. 9).

Mas toda barragem, além de gerar energia, armazena água o que constitui importante riqueza estratégica mediante as crises da questão ambiental de nosso tempo. Sem energia não há produção industrial ou mesmo agrícola. Sem investimento público ou de grandes capitalistas ou da parceria entre ambos, não se constroem as caríssimas estruturas para a geração de energia elétrica de base hidráulica. Esta interdependência entre os setores público, financeiro (financiamento, regulamentação, mercado de ações e definição de preços) e industrial, reforça as analogias entre agronegócio e hidronegócio.

Outra semelhança entre o agronegócio e o hidronegócio é que ambos recebem grande impulso durante os governos ditatoriais no Brasil, quando além da revolução verde, o país optava pela competição em nível mundial, com produtos eletrointensivos, devido ao seu enorme potencial hidráulico (BRASIL, 1974: p. 17, apud VAINER, 2007) e às ricas jazidas minerais. Mas, esse modelo de desenvolvimento das forças produtivas, por ser dependente e gerador de dependência, no entanto, é causador de disparidades regionais e de impactos altamente negativos às populações pobres atingidas e ao meio ambiente.

Os grandes (e pequenos) reservatórios são também importantíssimos no abastecimento dos lagos subterrâneos, os aquíferos que por sua vez já estão sendo usados como fonte de abastecimento de grandes empresas e cidades ou estão na mira dos donos do capital mundial para seu controle mediante aquisição disfarçada de terras para produção agrícola em grandes latifúndios ou concessão de barragens localizadas sobre aquíferos via privatizações pelo setor público. Este é o caso de todas as UHEs do Cantuquiriguaçu e de quase todas do Sul brasileiro, construídas em cima do maior aquífero do mundo: o Aquífero Guarani. Daí o enorme interesse das gigantes do hidronegócio sobre a região, como a Tractebel, por exemplo.

Conforme Vainer (2007) a legislação brasileira atende servil e explicitamente aos interesses do capital ao dar amplo espaço aos detentores das concessões públicas para construção ou operação de barragens para produção de energia elétrica. Segundo o autor (in Estudos Avançados nº21, 2007: p. 123), a lei é omissa em relação às questões social e ambiental e faz concessões de poderes absurdos às empresas: “O artigo 23 da Lei nº 8.987/95 estabelece nada menos de quinze cláusulas essenciais dos contratos de concessão, mas nenhuma delas menciona eventuais impactos sociais e ambientais” (VAINER, 2007: p. 123) Porém, reserva à parte concedente, isto é, ao Estado, alguma obrigação que possa gerar custos: “A única e solitária menção aparece no artigo 29, incluindo entre as incumbências do poder concedente: “X – Estimular o aumento da qualidade, produtividade preservação do meio ambiente e conservação”” (Lei nº 8.987 de 1995). A lei reserva ainda o poder às empresas, de declarar de utilidade pública as áreas a serem alagadas para a construção dos reservatórios.

A legislação brasileira cria, como se vê, as condições para o pleno desenvolvimento do hidronegócio em detrimento dos direitos humanos das populações atingidas e do sofrimento do meio ambiente. Não há empecilho legal

para a reprodução do capital na produção e comercialização energética de matriz hidráulica como assevera Vainer (2007):

Talvez apenas no Brasil a privatização tenha se beneficiado de recursos de bancos estatais oficiais – isto é, o Estado emprestou dinheiro para empresários privados comprarem empresas do próprio Estado. Talvez apenas no Brasil a privatização tenha colocado uma empresa elétrica nas mãos de uma estatal estrangeira – o que significa, nesse caso, que a privatização não foi privatização, mas a transferência de um patrimônio do Estado Brasileiro ao Estado Francês. Talvez apenas no Brasil a lei que regula a concessão de serviços elétricos seja completamente omissa quanto aos aspectos sociais e ambientais associados aos empreendimentos de geração hidrelétrica. Talvez apenas no Brasil a agência responsável pela regulação do setor tenha promovido licitações em aberta desobediência à legislação ambiental e novas regras tenham sido estabelecidas sem que a antiga legislação tenha sido revista e/ou revogada (VAINER, 2007: p. 125).

Mas, a extensão dessa prática não se restringe ao Brasil. Atinge outros países do continente com potencial hidráulico para geração de energia e sua expansão conta com a empresa brasileira, como afirma Fearnside (2015) “Brasil, Peru e Bolívia são os mais afetados, mas também existem planos para Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. A tomada de decisões no Brasil é fundamental para estas tendências, não só devido ao grande número de barragens planejadas para a Amazônia brasileira, mas também porque o Brasil é financiador e construtor de muitas barragens nos países vizinhos” (FEARNSIDE, 2015: p. 10). O autor ainda completa se referindo à impunidade e aos impactos socioambientais dessas imensas obras: “normas para construção de barragens e outros projetos foram feitas pela Comissão Mundial de Barragens (WCD) e outros organismos. Em vez de uma falta de regras, a violação das regras existentes é a causa de muitos dos problemas associados com barragens” (idem: idem).

Revela-se uma verdadeira parcimônia dos estados que deixa à vista a força e a capacidade de intervenção do capital via “hidronegócio” sobre os governos de países em desenvolvimento como o Brasil, subordinados aos impérios ianque, europeu e chinês. Essa situação é revelada em documento do Banco Mundial (1993: 19), instrumento operatório do chamado “imperialismo” na área da energia: “O Banco promoverá dinamicamente a orientação comercial e a organização empresarial do setor de eletricidade nos países em desenvolvimento, e a participação privada no referido setor”.

A empresa estatal que foi entregue por 30 anos em concessão pública ao capital estatal da França referida na citação acima trata-se da Ligth Rio, entregue primeiramente por um tempo, à Electricité de France (EDF), mas, bem que poderia referir-se à Eletrosul Geração, com duas grandes Usinas no rio Iguaçu, no Território Cantuquiriguaçu, sendo elas UHE Salto Santiago e UHE Salto Osório (juntamente com outras usinas no Sul do Brasil), concedidas à estatal Gás de France (GDF) em consórcio com a belga Tractebel e a espanhola Suez.

Segundo Karpinski (2007: p. 23) até 2003, existiam no Brasil, 517 centrais hidrelétricas em operação, sendo 139 Usinas Hidrelétricas, 230 Pequenas Centrais Hidrelétricas e 138 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Conforme previsões do Plano Nacional de Energia Elétrica (1990-2015) seriam construídas ou estão em construção, reforma ou ainda em fase de planejamento 494 novas usinas hidroelétricas. Todas sob o discurso de que contribuirão para com o desenvolvimento local, porém, conforme aponta Warren (1993), passam a cumprir os interesses do capital e a interferir no meio ambiente físico e humano de forma autoritária.

4.3 ELEMENTOS DE “ESTADO”: ANÁLISE DE DOCUMENTOS (DIAGNÓSTICOS E PLANOS), PROGRAMAS E AÇÕES COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Qual é o real resultado da soma dos impactos socioeconômicos das principais atividades econômicas no Território? Qual a contribuição das hidrelétricas na formação do atual quadro local?

Para a caracterização do *estado* atual do Território como uma síntese de movimentos, ações, práticas sociais locais e influências e determinações externas, contíguas ou contraditórias, precisamos do “congelamento” de sua imagem. Sua atual configuração tem a marca dos elementos de *pressão* descritos nos tópicos anteriores deste trabalho e, portanto, pode e deve ser demonstrada. Nesse sentido, alguns documentos produzidos no Território são novamente importantes: o Diagnóstico Socioeconômico que compõe o Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da (Região) Cantuquiriguaçu publicado em 2003 é elementar. Há também o Plano Safra Territorial (PST), publicado em 2011 que assim como o Plano Diretor são *respostas* desenhadas coletivamente a problemas concretos da

realidade local, mas, são também estudos detalhados dos elementos mais significativos da composição da realidade territorial em suas diversas dimensões. Portanto, constituem uma base para a exposição do *estado* do Cantuquiriguaçu. A estes são juntados dados, elementos e fatores colhidos na realização desta pesquisa, sobretudo, com referência à contribuição das hidrelétricas na configuração do *estado* atual do Território.

Como método expositivo, situamos o processo de construção do Diagnóstico Socioeconômico e do Plano Diretor e, depois expomos os principais indicadores do *estado* a partir de índices e estatísticos como IDH, PEA, Índice de Gini e outros dados importantes como Valor Bruto da produção, Valor Adicionado, produtividade, estrutura fundiária, uso da terra e políticas públicas de desenvolvimento agrário, entre outros.

No final da década de 1990 e início da década de 2000 quando a perda de população pelos pequenos municípios já atingia uma escala altíssima, evidenciado pelo Censo Demográfico de 2000, prefeitos, secretários municipais e técnicos de prefeituras iniciaram um debate de cunho regional visando à organização e o fortalecimento local para em seguida negociar possíveis saídas junto às esferas de governo estadual e federal. Essa ação teve como elemento agregador a Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu que recentemente havia transferido sua sede de Curitiba para Laranjeiras do Sul, o município pólo da região. A transferência da sede já significava uma mudança no perfil da atuação dos mandatários locais: antes (meados da década de 1980 e década de 1990), a Associação servia basicamente para ações assistencialistas, sobretudo de saúde, de assistência social e previdenciária para pacientes oriundos dos municípios para tratamento na Capital.

Nessa época, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda era incipiente e suas funções pactuadas entre união, estados e municípios apenas engatinhavam. A previdência também era envolta em uma nebulosa de desinformação. Por isso, se optava pela assessoria na capital.

Após a mudança da sede, a Associação de Municípios da Região Cantuquiriguaçu tomou a iniciativa e liderou o processo político de negociação e de construção do Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu, lançado em 2003. Num primeiro momento houve a negociação

com outras esferas governamentais, sendo firmadas parcerias que disponibilizaram equipes de técnicos do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná (IAPAR) e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), além de profissionais das áreas de saúde e educação, e, a colaboração com informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Técnicos e Secretários Municipais dos 20 municípios participaram do processo de articulação da sociedade local para a geração do Plano. A coordenação técnica do processo ficou sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), centralizada na pessoa de Adelar Antônio Motter do IAPAR (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 6).

Houve um momento de capacitação de gestores locais de processos de desenvolvimento e em seguida a mobilização e realização de oficinas, trabalhos de grupos, buscas de informações, catalogação, plenárias para tomada de decisões, seminários e outros. Tudo com intuito de: “estabelecer diretrizes para formulação de programas e projetos estratégicos para os municípios, que diminuam os problemas e aproveitem as oportunidades da região;” e que fosse capaz de “constituir-se num processo permanente de leitura de ambiente, interno e externo à região, para orientar a tomada de decisão dos gestores públicos e privados” (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 11).

A geração do Plano compreendeu duas etapas: diagnóstico e prognóstico. Primeiro buscou-se “caracterizar a situação recente e atual da região, verificando suas causas”. Nessa primeira fase se realizou: levantamento e análise de informações (comparando a região com o estado) com indicadores clássicos; identificação das percepções dos atores locais sobre distintas dimensões da realidade; elaboração do diagnóstico e validação do mesmo junto aos atores locais. Depois, buscou “desenhar, de forma participativa, um futuro desejado para a região num horizonte de 10 anos” e a definição de diretrizes e ações estratégicas para que a região possa evoluir na direção desejada (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: idem).

O desenho do Plano se pautou nos princípios do desenvolvimento local integrado, com abordagem simultânea das dimensões: econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica (idem). O plano também, de acordo com os princípios, previu a institucionalização de uma

estrutura colegiada para a gestão da estratégia. Estas dimensões são as mesmas que adotamos nesta pesquisa, como elementos fundamentais da realidade local e para o estudo de nosso objeto. As atividades para geração do plano se iniciaram em julho de 2002 com a realização do 1º Seminário de Desenvolvimento Regional e se estendeu até setembro de 2003 quando foi realizada a Solenidade de entrega do Plano Diretor, após a realização de dezenas de atividades participativas, conforme a metodologia adotada (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 12).

Durante o desenvolvimento do processo verificou-se intensa participação dos diversos atores locais, com grande inserção de entidades da ligadas à agricultura, à cultura, à educação e demais áreas, além de movimentos sociais da reforma agrária, da agricultura familiar e dos latifundiários. Apesar dessa inserção social do processo, a divulgação do diagnóstico socioeconômico causou grande espanto na comunidade regional. A impressão é a de que as pessoas não conseguiam enxergar aspectos da realidade revelados pelos números e estatísticas e imaginavam uma situação mais otimista, menos cruel, sobretudo, em relação ao percentual de miseráveis, analfabetos, sem-documentos, bem como, era difícil aceitar os altos números da mortalidade infantil e a curta expectativa de vida média dos habitantes do Cantuquiriguaçu. Essa realidade se tornava mais evidente ainda quando se comparavam estes dados com os índices do estado ou de outras regiões vizinhas, que já se sabia não serem os melhores.

A caracterização geral do território contava com a localização do Território Cantuquiriguaçu que à época era tratado de “região da Cantuquiriguaçu”, referenciando-o em relação às principais rodovias e à capital Curitiba, fazia menção aos principais rios: Iguaçu Piquiri e Cantu e às quatro grandes hidrelétricas existentes no rio Iguaçu (Salto Caxias estava por ser inaugurada ainda). Descrevia sua demografia, com dados comparativos e individuais de cada um dos vinte municípios membros da Associação. Com um total de 232.729 habitantes conforme o Censo de 2000, alguns dados revelavam sua característica rural: densidade demográfica de 19,84 pessoas por Km², frente a 47,54 do Paraná e baixa taxa de crescimento populacional: 1,12%. Apenas três municípios tinham mais do que 20.000 habitantes e nenhum ultrapassava os 30 mil. Outro aspecto da ruralidade era a existência de 52% dos habitantes no campo, em comparação com a cidade (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 15-16).

Além de destacar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM descrevendo e informando a participação de cada fator como renda, educação e longevidade na formação dos dados, revelava também, os números da pobreza: 24,69%, com 55.508 pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. O acesso à moradia revelou-se como precário com 29 loteamentos irregulares e formação de 22 favelas. O saneamento básico, tanto urbano quanto rural também estava aquém das médias nacional e estadual, sendo os piores números relativos ao esgoto sanitário: 19,23% dos domicílios urbanos e (apenas) 0,01% dos domicílios rurais eram atendidos pela rede geral de esgoto sanitário. Outros itens do saneamento básico também não atingiam a média estadual (idem: p. 20-23).

Apesar de ser um grande produtor de energia, no Território 12.749 domicílios não tinham acesso a esse serviço. Apenas 58,7% das propriedades rurais estavam ligadas à rede de energia, mesmo sendo o consumo rural um dos que mais havia crescido nos últimos três anos. O consumo industrial e residencial havia encolhido a respectivas taxas de -17,87% e - 0,06%. O consumo de energia é um indicador do desenvolvimento econômico. No caso do Cantuquiriguaçu, indica sua base primária (ibidem: p. 24).

O setor econômico também revela fragilidade onde “a característica ao setor agroindustrial da região é a produção de produtos de baixo valor agregado, a maioria produz *commodities*, cujo mercado é altamente competitivo em custo e produtividade, sendo que muitas dessas empresas da região são pouco competitivas no mercado” (ibidem: p. 26). Destaca-se o regime de produção por contrato de integração empresa-produtor, do leite, de suínos e de fumo. O setor primário rende baixa arrecadação municipal e a participação do total de valor agregado pelo estado, do conjunto dos municípios do Cantuquiriguaçu é de apenas 2, 3%. A indústria responde por 50% da riqueza gerada na região, enquanto no estado ela representa 37%. Comércio e serviços geram 10% e a produção primária 40% do valor agregado na região. No Paraná a participação deste último setor não ultrapassa 13%. É baixa também a participação da região na formação da riqueza do estado: 2% da indústria e 5% da produção primária. O setor de comércio e serviços participa com valores próximos a zero (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 26-27).

Igualmente frágil era o mercado de trabalho, com pouca variedade de opções e grande dependência do setor público. “Em 1999, do total de empregados formais dos 20 municípios da Cantu, 77,6% encontravam-se trabalhando em quatro setores: administração pública (36,82%) indústria da madeira (15,71%), comércio varejista (14,24%) e agropecuária (10,83%” (idem: p. 29). Somando-se esses quatro setores no mesmo ano, no Paraná, não representavam mais que 5% dos empregos formais. O diagnóstico revelou a informalidade e os limites do setor ao descrever a existência de trabalhos eventuais em períodos de colheita, dentro e fora do Território, destacadamente, em Santa Catarina. Outra realidade são os acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra que ocorriam em sete municípios do Território.

À época do diagnóstico, aspectos político-institucionais ainda demonstravam-se pouco descentralizados, embora já houvesse áreas que contavam com fundo e conselho instituídos em alguns municípios. Porém, diversas áreas estratégicas ainda não contavam com tais avanços e o pleno funcionamento daqueles que já estão instalados, ainda é parcial. Apenas o setor de saúde contava com ações consorciadas. Isto significa menor poder de negociação com outras esferas governamentais e com fornecedores, portanto, maior fragilidade. A informatização dos processos administrativos bem como dos serviços de transparência ainda eram muito precários. Isto tudo possivelmente tem a ver com a cultura ainda pouco educada para a democracia e a participação, mas, também devido à jovialidade da maioria dos municípios do território. Mais da metade tinham menos ou apenas uma década de emancipação (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 72-73).

Outros dados do Território levantados pelo diagnóstico socioeconômico e atualizados em 2004 pela mesma equipe técnica, e mais tarde atualizados e discutidos por Moraes (2013), são apresentados e discutidos em diversos momentos desta pesquisa. Produção e produtividade e Comercialização, número de estabelecimentos, estrutura fundiária, ocupação e uso das terras, classificação dos solos, relevo e clima, IDH, Índice de Gini da propriedade da terra, População Economicamente Ativa (PEA), ocupação por setor da economia, valor bruto da produção, crédito, infraestrutura rural e urbana, serviços de educação e saúde com dados sobre analfabetismo, longevidade e mortalidade materno-infantil, gravidez na adolescência, cultura, controle social entre outros compõem tópicos deste trabalho.

4.3.1 Estado geral da Dimensão Socioeconômica no Cantuquiriguaçu

A intenção para este tópico é caracterizar a dimensão socioeconômica do Território a partir de alguns elementos que a compõem, fixando-se nos mais importantes, ou seja, a produção, e produtividade nos principais setores como os de Energia Hidroelétrica e o de Alimentos: (Grãos: milho e soja), gado de corte e de leite. Dados são apresentados relativos à PEA, participação de cada setor na composição da riqueza local, a ocupação por setor e os Índices de Gini e de Desenvolvimento (IDH). Também, se faz necessário considerar a Infraestrutura dada sua importância para o funcionamento dos processos de desenvolvimento, principalmente, no campo econômico. Finalmente, será considerada a Distribuição Fundiária, o Endividamento dos Agricultores e aspectos da dependência externa desse grupo em relação ao mercado produtor de tecnologias para a agricultura (insumos e maquinaria), bem como as políticas para o campo e o ajustamento de preços e de mercado convencional e alternativo.

É preciso reconhecer, a impossibilidade de se considerar todos os elementos e suas diversas conexões internas e externas num determinado processo de desenvolvimento mesmo que se tenha, previamente, isolado apenas uma de suas principais dimensões. Daí a necessidade de se priorizar aqueles mais decisivos na formação da estrutura econômica e social da região estudada e que cumprem papel determinante na reprodução social das classes sociais do Território, no campo e na cidade.

4.3.1.1 Produção e Produtividade (Dimensões: Tecnológica e Cultural)

A atividade econômica constitui a base da sociedade – a infraestrutura conforme o pensamento de Karl Marx, merecendo, portanto especial atenção na análise do desenvolvimento de uma determinada região. Dela decorre a superestrutura, ou seja, a organização necessária para que a infraestrutura funcione: o aparato jurídico e cultural, religioso e artístico. A configuração final de cada sociedade em cada época deriva do arranjo da infra e da superestrutura, conforme as transformações históricas, tecnológicas e culturais que ocorrem movidas pelo movimento de contradição das forças sociais em luta e, da relação do conjunto da

sociedade em relação à natureza e aos meios de produção. Como escreve K. Marx, afirmando o primado da base econômica:

Qualquer que seja o valor subjetivo da moral, do progresso e outros grandes princípios do pensamento, essa bela fraseologia não influi para nada nas flutuações das sociedades humanas; só por si é impotente para efetuar a menor mudança.

As evoluções sociais lhes determinam outras considerações menos sentimentais. As suas causas se encontram na estrutura econômica, no modo de produção e da troca, que preside a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação das classes e da hierarquia. Quando essas evoluções se efetuam, não é porque obedecem a um ideal elevado de justiça, mas sim porque se ajustam à ordem econômica do momento (MARX, 2008: p. 16).

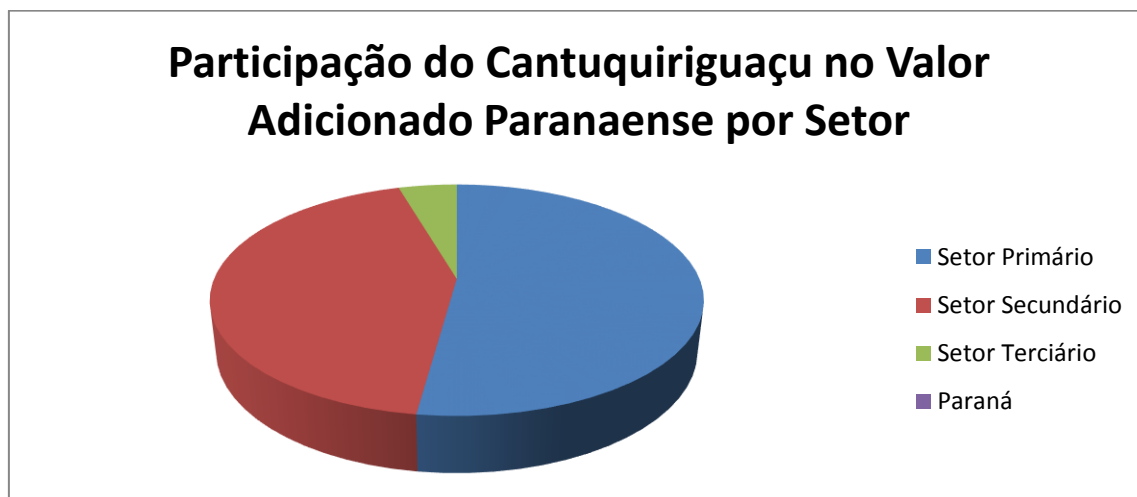
No caso do Cantuquiriguaçu, alguns processos produtivos se seguiram antes da ocupação não-índia, mas, principalmente, com esta. Todos contribuem com maior ou menor intensidade, para com o atual quadro, pois, no processo de transformação segue a composição entre rupturas e continuidades. Nosso interesse aqui não é realizar uma narrativa histórica desses processos, mas, estabelecer de acordo com os dados disponíveis e mais ou menos atualizados, o *estado* atual da economia do Território a partir, como dito anteriormente de alguns de seus elementos.

Em um território rural como o Cantuquiriguaçu onde a produção primária e a produção secundária jogam peso essencial, a produção agropecuária (ao lado da indústria e da produção energética) representa o que há de fundamental, como se verá nos dados da população economicamente ativa, da ocupação por setor e da formação do produto interno bruto - PIB. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu de 2004, a composição do Valor Adicionado por Setor de Atividade, é a exposta no gráfico 15 (na página 153) onde nota-se uma inversão em relação aos dados do estado do Paraná.

Além da importância econômica, segue a importância social, pois são 23.156 estabelecimentos rurais, distribuídos nos 20 municípios, sendo que destes, 90% são proprietários, 5% arrendatários, 2% parceiros e 3% ocupantes (Dados do IBGE de 1996 apud CANTUQUIRIGUAÇU, 2004: p. 49). Do total de estabelecimentos, 92,9% são de Agricultores Familiares, somando 19.864 estabelecimentos com 57.967 pessoas ocupadas, ou seja, 90,3% dos ocupados nesse setor, e, explorando uma área total de 541.624,5 hectares (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 57).

O Setor Primário do Cantuquiriguaçu também responde com o percentual mais alto em relação aos demais, no Valor Adicionado Paranaense como se vê no gráfico 17:

Gráfico 16 - Participação do Cantuquiriguaçu no Valor Adicionado Paranaense



Fonte: CONDETEC, 2004.

Nota: Adaptado pelo autor

Para atingir essa importância, contava com a seguinte proporção de área plantada e de produção, entre as principais lavouras em dados de 2002 (dado que varia de safra para safra, conforme variações previstas no mercado ou, por rotação de culturas como manejo técnico interno aos estabelecimentos), nas principais culturas. O quadro 13 expõe as principais culturas, área e produção:

Quadro 13 - Cantuquiriguaçu: Principais Culturas, Área Cultivada (em ha) e Produção

CULTURA	ÁREA	PRODUÇÃO
Arroz	6.180 hectares	11.421 toneladas
Feijão	35.970 hectares	24.450 toneladas
Milho	118.019 hectares	555.476 toneladas
Soja	78.211 hectares	207.355 toneladas
Trigo	9.775 hectares	16.033 toneladas
Total	258.155 hectares	824.706 toneladas

Fonte: Cantuquiriguaçu (2004: p. 54).

Nota: Adaptado pelo autor

Dentre essas culturas, destacam-se o milho e a soja, que, coincidentemente, são as culturas mais bem integradas ao sistema de *commodities*, revelando assim, um dos aspectos mais marcantes da base tecnológica e produtiva prevalecente no Território.

Outra atividade rural é a pecuária, tão antiga quanto à agricultura no Território, mas que recentemente recebe maior impulso devido ao incremento na produção leiteira, sobretudo, nas últimas décadas, tornando-se a principal base de sustentação econômica dos agricultores familiares na maioria dos municípios do Cantuquiriguaçu. Mas, também ganha importância, a produção bovina para o corte. Em números de 2002, os bovinos somavam 604.514 cabeças, os suínos 245.508 cabeças, os ovinos contavam 50.775 cabeças e os eqüinos somavam 32.592 cabeças. Sobre a produção pecuária se lê no referido Diagnóstico:

O rebanho de bovinos de corte encontra-se em sistemas diferenciados de produção. Em algumas grandes propriedades com número elevado de cabeças, os sistemas de produção são dirigidos principalmente à produção de bezerras, e parte para a terminação. No caso das pequenas propriedades, com pequeno número de cabeças, os sistemas de produção são mistos e os animais são considerados reserva de valor. A região é tipicamente criadora de bezerras, que são engordados em outras regiões do Estado. O gado de corte é comercializado, em sua grande maioria, com frigoríficos de fora da região (CONDETEC, 2009: p. 57).

A produção leiteira era no ano 2000 de 59.030.000 litros e respondia por 3,3% da produção estadual, representando uma produtividade média menor que a do Estado, pois, o rebanho estimado em 43.388 vacas no Território equivalia a 3,8% do rebanho leiteiro estadual. A média de produção diária por estabelecimento nesse ano foi de 45 litros/dia.

Junto à porção que se define por Agricultura Familiar, predominam os sistemas mistos de produção onde a produção vegetal é combinada com a produção animal. Segundo o Diagnóstico territorial, “este procedimento visa reduzir os riscos, distribuir melhor os ingressos de renda e, também, diversificar o consumo de alimentos da família”. Assim, o percentual dos diferentes sistemas de produção tem a seguinte proporção: Lavoura e Agropecuária é presente em 85% dos estabelecimentos, ocupam 55,4% da área e responde por 86% do pessoal ocupado (CANTUQUIRIGUAÇU 2009: p. 57). Resta do exposto que a lavoura e a pecuária são primordiais para o maior contingente populacional ocupado no setor primário e que caracteriza o território como rural e fundamentalmente rural e agrário.

4.3.1.2 Estrutura Fundiária (Dimensões: cultural e Socioeconômica)

Embora seja predominante em todos os municípios do Território a Agricultura Familiar Camponesa, a distribuição fundiária é bastante desigual entre esta e a agricultura empresarial onde prevalece a lógica do agronegócio. Conforme Moraes (2013), os latifundiários controlam bem mais da metade da área em hectares (64,1%) apesar de somar apenas 7,7% dos estabelecimentos e 14% do número de pessoas ocupadas no campo. Conforme dados de 1996, a área total ocupada é de 1.109.878 hectares e representa 6,96% da área do Paraná. Já a divisão por estratos é a seguinte: estabelecimentos com até 50 hectares representavam 85,1% no Cantuquiriguaçu, controlando uma área equivalente a apenas 25,4% do total do território (no Estado, este estrato controla 27% da área). Estabelecimentos de 50 a 100 hectares somam 7,1% e dominam 10,4% da área.

Em 2006, o Censo Agropecuário revelou que 5.584 estabelecimentos (21,9%) possuíam entre 00 e 05 hectares, ocupando 14.077 hectares o que representa 1,3% do total. No estrato seguinte, os que possuem entre 05 e 10 hectares, somam 3.377 unidades, representando 13,3%, controlando 26.320 hectares o que representa 2,5% das terras. De 10 a 20 hectares são 7.376 estabelecimentos com o maior percentual (29%), controlando 10.919 hectares e somando 9,8% da área. Entre 20 e 50 hectares, são 4.817 unidades (18,9%), com 145.686 hectares o que representa 13,6 das terras. Já o estrato que detém entre 50 e 100 hectares são 1.529 estabelecimentos, 6% do total, controlam 107.872 hectares (ou 10,1% da área). Os estabelecimentos que concentram acima de 100 hectares são 983, representam apenas 3,9% dos estabelecimentos e, não consta a área e percentual de área ocupada (dados do IBGE, apud MORAES, 2013: p. 156).

4.3.1.3 População Economicamente Ativa (PEA) e Ocupação - por Setor (Dimensão Socioeconômica)

Para uma população total de 232.729 habitantes, o Território contava em 2000 com uma População Economicamente Ativa - PEA de 104.630 pessoas, sendo que 52% delas trabalhavam no meio rural (54.307 pessoas) e, 65% são do sexo masculino (67.564 pessoas) contra 35% do sexo feminino (37.066 pessoas),

conforme dados do IBGE de 2000 (apud MORAES, 2013: p. 150). A taxa de desocupação, isto é, dos que possuem idade para estar ativos, mas, não estão, era de 8,63% em 2000 e despencou para 3,67 no Território em 2010.

Quanto aos principais ramos de ocupação formal, a distribuição em 2010 é a seguinte: a administração pública com 36,82%, a indústria madeireira com 15,71%, o comércio varejista com 14,24%, o comércio agropecuário com 10% e demais atividades agrupadas somando 23,23% (ATLAS BRASIL, 2013). Na distribuição por setor da economia, o agropecuário detém 48,78% das ocupações, seguido pelo setor de serviços (com destaque para o setor público) soma 33,12%, o comércio com 7,88% e a indústria extrativista e de transformação com 7,02%.

Os números revelam a identidade socioeconômica do Território, com grande participação do rural na sua formação populacional e produtiva, grande dependência em relação aos postos de trabalho no setor público e indústria pouco desenvolvida. Mas o grande capital e empresas de economia mista, apostam também na geração de energia e controle dos reservatórios de água.

4.3.1.4 O IDH e o Índice de Gini no Território (Dimensão Socioeconômica)

O Território Cantuquiriguaçu, apesar de sua difícil condição em termos de garantia de qualidade de vida, oportunidades, renda e prosperidade econômica para a maioria de sua população, experimentou, nas palavras de Moraes (2013) “impressionante” avanço na melhoria de seu IDH. Essa melhora, embora insuficiente em termos absoluto devido ao fato de que ainda não se iguala à média estadual ou nacional, relativamente, ela significa muito mais, pois, obteve nas últimas décadas, um crescimento bastante superior em relação às outras duas esferas estatais. O Cantuquiriguaçu manteve uma ascendente quase que constante saindo de 0,357 em 1991, passando a 0,529 em 2000 e chegando a 0,659 em 2010, variando 302 pontos no decorrer de duas décadas, como expõe (MORAES 2013: p. 130). Já o Brasil, no mesmo período, saiu de 1990 de 0,590, passando para 0,669 em 2000 e chegando a 0,726 em 2010, conforme dados do PNUD. Sua variação foi de 136 pontos, ou seja, menos da metade daquela verificada no Cantuquiriguaçu. Já o Paraná saiu de 0,529 em 1991 chegou a 0,766 em 2000 e manteve o mesmo índice

em 2010, conforme Moraes (2013). A variação que alcançou em duas décadas foi de 237 pontos, inferior também à atingida pelo Território Cantuquiriguaçu.

As possíveis determinantes dessa variação mais intensa do que as médias nacional e estadual, serão discutidas mais adiante quando da exposição dos elementos de *resposta* que tanto o Estado quanto a Sociedade em geral tem produzido no período estudado. Por enquanto, cabe destacar que embora o IDH represente importante referência no debate e compreensão do desenvolvimento, trabalhando a partir das dimensões: Educação, Longevidade e Renda, conforme a proposta de Amartya Sen e de Mahbudul Haq, sobretudo por incluir critérios não apenas econômicos na mensuração, não põe em relevo as diferenças sociais e econômicas entre os segmentos sociais ou classes, nem seus determinantes históricos. Como índice, permanece na análise da média atingida por um determinado contingente populacional estabelecido em determinado território e período de tempo.

De qualquer forma, o crescimento nesse critério de avaliação mantém importância significativa, pois, permite conjecturas e análises que possam captar e, talvez, demonstrar os fatores que determinaram essa evolução e o significado dela no âmbito da busca pelo desenvolvimento integral do Território pactuado nos planos de desenvolvimento definidos pelos coletivos empenhados nesses processos desde o final do Século XX. Todos os componentes apresentaram melhoras consideráveis e variações similares, mostrando certo equilíbrio entre as variáveis do IDH.

Já o Índice de Gini, ajuda a expor outro aspecto da realidade na medida em que quantifica em forma de média, o grau de igualdade ou desigualdade na distribuição ou concentração da renda. Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, serve para demonstrar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres em relação aos mais ricos. O cálculo é realizado considerando os rendimentos dos 20% mais ricos e comparando com os rendimentos dos 20% mais pobres. Parte-se de 0,00 para atingir 1,00. Quanto mais próximo de 1,00, mais desigual é a distribuição da renda. Em números absolutos, em duas décadas, ou seja, de 1991 a 2010, houve uma variação para baixo em todas as esferas. Ainda tomando por base o estudo de Moraes (2013) verificamos que no Brasil passou de 0,640 em 1991 para 0,606 em 2000 e depois caiu para 0,540 (100 pontos no total de redução) em 2010. No Paraná, passou de 0,597 subiu para 0,607 em 2000 e caiu para 0,460 no mesmo

período (ultrapassando os 130 pontos de redução). Já no Cantuquiriguaçu, a desigualdade era de 0,556 em 1991, subiu para 0,606 em 2000 e caiu para 0,496 em 2010, apresentando uma redução de 60 pontos em duas décadas. Porém se considerar apenas o resulta dos últimos dez anos, o que se observa é uma queda de 110 pontos no índice (MORAES, 2013: p. 130).

Da mesma forma, faz-se necessária a busca pelas determinantes dessa redução na desigualdade que, apesar de tímida frente aos desafios, contém significativa tendência para médio e longo prazo, a permanecerem ativos os mesmos mecanismos que permitiram tais resultados e, se tais mecanismos mantiverem o mesmo poder indutor de redução.

Verificam-se importantes resultados na redução da pobreza e da pobreza extrema no Território. Os dados que estremeceram a comunidade regional quando divulgados em 2001, ano do primeiro Diagnóstico Territorial, já não provocam susto. Embora em 2010 ainda persistam 9,71% da população territorial como extremamente pobres, longe estão os 40,11% do ano de 1991. Algo semelhante ocorre com a população pobre: de 67,73% em 1991, houve a redução para 23,14% em 2010. Mas, ainda assim, os 20% mais ricos do território abocanham 64,8% da renda, enquanto que os 20% mais pobres ficam com apenas 1,79%.

Em geral, tanto o IDH (na totalidade de suas variáveis) quanto o Índice de Gini tiveram desempenho positivo nas últimas décadas no Território, no estado e em nível nacional. Esse dado revela certa uniformidade no processo de desenvolvimento nacional, com leve diferenciação em relação ao IDH, onde a melhora do Cantuquiriguaçu ultrapassou ao dobro da evolução dos índices estadual e federal.

Isso se deve à ação mais contundente dos governos, sobretudo, do governo federal, nessas regiões mais atrasadas por meio de programas específicos (como os empreendidos pela SDT/MDA para o desenvolvimento dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania? Seriam os efeitos positivos das políticas de distribuição de renda e de compensação social implementadas nos últimos anos? Resultam da ação deliberada da sociedade civil na reivindicação e conquistas de melhores condições de vida e trabalho, nas últimas décadas? Ou, seria próprio do desenvolvimento das forças produtivas no âmbito do capitalismo, que, ao realizar-se

primeiramente nas regiões mais dinâmicas, estabelece um equilíbrio concorrencial e, posteriormente, busca vantagens comparativas nas regiões menos integradas ao processo até então e que passam a usufruir de situação similar (ou aproximada) às demais devido a esse movimento do capital em direção ao interior? Seria resultado das lutas de movimentos sociais como força contraditória gerada no próprio processo de desenvolvimento econômico capitalista no local a partir da exploração dos recursos naturais, tecnológicos e da força de trabalho?

Questões como estas serão enfrentadas adiante, conforme a proposta metodológica.

4.3.1.5 Políticas Públicas e Endividamento Agrícola (Elementos da Dimensão Socioeconômica e da Dimensão Político-Institucional)

Neste tópico discutiremos o acesso às políticas de incentivo à produção rural e seus efeitos sobre o campo, no Território. Em geral, tomamos por base dois textos de Guilherme da Costa Delgado, sendo o primeiro de 1985 “Capital Financeiro e Agricultura” onde discute o desenvolvimento do sistema de crédito e o processo de integração de capital na agricultura; e outro de 2005: “A questão Agrária no Brasil 1950-2003” onde analisa as políticas agrárias em períodos: no contexto do pós-guerra; durante a ditadura militar e o período neo-liberal, neste último, como parte do que chama de “ajuste constrangido” da economia brasileira às exigências de credores e organismos externos. O objetivo é o entendimento da inserção da região nas principais políticas implementadas pelo país no meio rural, como estas estão articuladas com o capital industrial e financeiro e quais são seus principais efeitos sobre o local.

Conforme o autor, esse processo basicamente, pode-se dividir em dois períodos: o período referente à implantação da “revolução verde” no campo na década de 1970 e, o segundo, referente aos novos programas surgidos na década de 1990 com a disseminação do conceito de Agricultura Familiar entre Movimentos Sociais do Campo e conseqüente reivindicação e afirmação do setor perante o estado brasileiro. Este ocorre já no contexto de ajustes estruturais ditados por organismos internacionais mediante o endividamento brasileiro (resultado do “milagre econômico” da década de 1970 e da “Revolução Verde” no mesmo

período). Agora, o agronegócio volta à cena, figurando como coadjuvante do capital financeiro e do Estado no papel de indutor de investimentos e de expansão capitalista no setor agrário.

Delgado (1985) aponta para a especificidade do período de produção agrícola como caracterizada por dois tipos de descontinuidade, tornando mais lenta a rotatividade do capital na agricultura em relação a outros setores como a indústria, por exemplo. O caráter ilíquido do capital investido até o final do período de produção, aliado à interrupção do processo de trabalho dentro do período de produção e às descontinuidades entre os períodos de produção no calendário agrícola, bastante atrelado ao ritmo da natureza, estão na base da necessidade de crédito para a atividade. Além disso, o autor aponta sua dependência relativa ao papel das “bolsas de mercadorias” e “do comércio a termo de *commodities*”, pois, na agricultura verifica-se a necessidade “de ‘transportar no tempo’ as mercadorias, ou, ainda de tornar reversíveis as decisões dos agentes econômicos envolvidos na especulação mercantil” (DELGADO, 1985: p. 117). Observa ainda, uma dependência que varia conforme o grau de integração do agricultor ao modo capitalista de produção: se menos integrado, depende basicamente de capital de origem usurária. Se mais integrado, depende do capital financeiro de origem bancária, para garantir capital de giro.

É a partir desse desenho que se pode entender a implementação de políticas públicas para o setor agrário no Brasil, ou seja, a partir da influência que os bancos e o setor industrial passam a exercer sobre o setor agrícola e sobre o Estado, desde a década de 1970, mas, que se amplia durante o segundo período.

Em última instância, os bancos, pelo monopólio da mercadoria por excelência – o dinheiro –, passam a definir o quê, quanto e como produzir, bem como as taxas de juro e câmbio. Isto os torna, de antemão, reguladores de mercado em parceria com o Estado. O estado, por sua vez, contribui com garantia de assistência técnica, de pesquisa, de seguro, de preço e de compra da produção. Garante ainda, a documentação da posse da terra, para que o acesso ao pacote seja assegurado. Tudo por meio de um conjunto de políticas públicas que se completam.

Depois dos planos de desenvolvimento que buscavam a industrialização do país e colocavam a agricultura a reboque dessa locomotiva no período democrático

pré-golpe, continua o autor, a partir do golpe militar de 1964, a modernização da agricultura passa a compor a linha de frente do “milagre econômico”. Esse conjunto de ações e de idéias permitiu à elite brasileira (e internacional) interessados no monopólio desses negócios, passar por cima da demanda por reforma agrária que havia sido a tônica do período democrático anterior ao golpe, conforme Delgado (2005).

O resultado (observado também no Cantuquiriguaçu) foi o enorme crescimento do uso de insumos industrializados: Nitrogênio, Fósforo e Potássio (N, P, K). Em nível nacional: de 198,4 mil toneladas em 1960 passou para 4,06 milhões de toneladas em 1980. Ocorre também aumento estrondoso da área plantada e aumento da frota de tratores: de 6.345 unidades em 1960 para 545.205 em 1980 (DELGADO, 2005: p. 8). Em consequência de tudo isso, a produção também avançou assim como os impactos sobre o meio ambiente: o solo, a água, a vegetação e o clima. Socialmente, o reflexo foi maior concentração da propriedade fundiária, exploração e marginalização de trabalhadores no campo e êxodo de enorme contingente para as cidades, o que faz desse processo, modernizante e conservador, ao mesmo tempo.

Ainda conforme Delgado (2005), esse modelo de financiamento perde fôlego na década de 1980 devido a fatores como o endividamento agrícola e o endividamento do país junto a credores internacionais que o serviram. No caso dos agricultores, o crédito que vinha sendo oferecido e experimentava significativas taxas de crescimento a cada ano (sendo em alguns, superior a 400%!), viu também a taxa de inflação disparar: de 20,8% ao ano em 1969, chegou a 100,2% ao ano em 1980. Na taxa de juros do crédito agrícola que era subsidiada, essa variação foi de 18% em 1969 para 45% ao ano em 1980, conforme Delgado (2005). Algo similar ocorre no plano internacional, onde os credores, de forma unilateral decidem pela elevação da taxa de juros, tornando insustentáveis os contratos firmados pelo Brasil, segundo o autor.

Porém, com o fim da Ditadura e o advento do neoliberalismo, como descreve Delgado (2005), além do ressurgimento dos movimentos de reivindicação pela reforma agrária no campo, ocorre também os “ajustes constrangidos”, geridos por ajustes macroeconômicos que visavam evitar a moratória das dívidas assumidas

anteriormente, num primeiro momento e, depois, relançar a estratégia do agronegócio como meio para geração de divisas com base no setor agrário, pois, sua produção dirigia-se fundamentalmente para a formação de saldos de comércio exterior. Tais ajustes acabaram por estagnar a economia durante toda a década de 1980 que ficaria conhecida como “década perdida”.

As principais políticas públicas de desenvolvimento rural e agrícola atuais surgem nesse novo contexto de retomada do agronegócio como estratégia de geração de divisas para a balança comercial (DELGADO, 2005: p. 17).

Segundo Carvalho (2005):

Como agronegócio burguês compreende-se o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e de comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativistas, e que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento predominantemente na Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&F). Essas mercadorias são denominadas, na expressão comercial, de “commodities”. Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para a exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior (CARVALHO, 2005: p. 198).

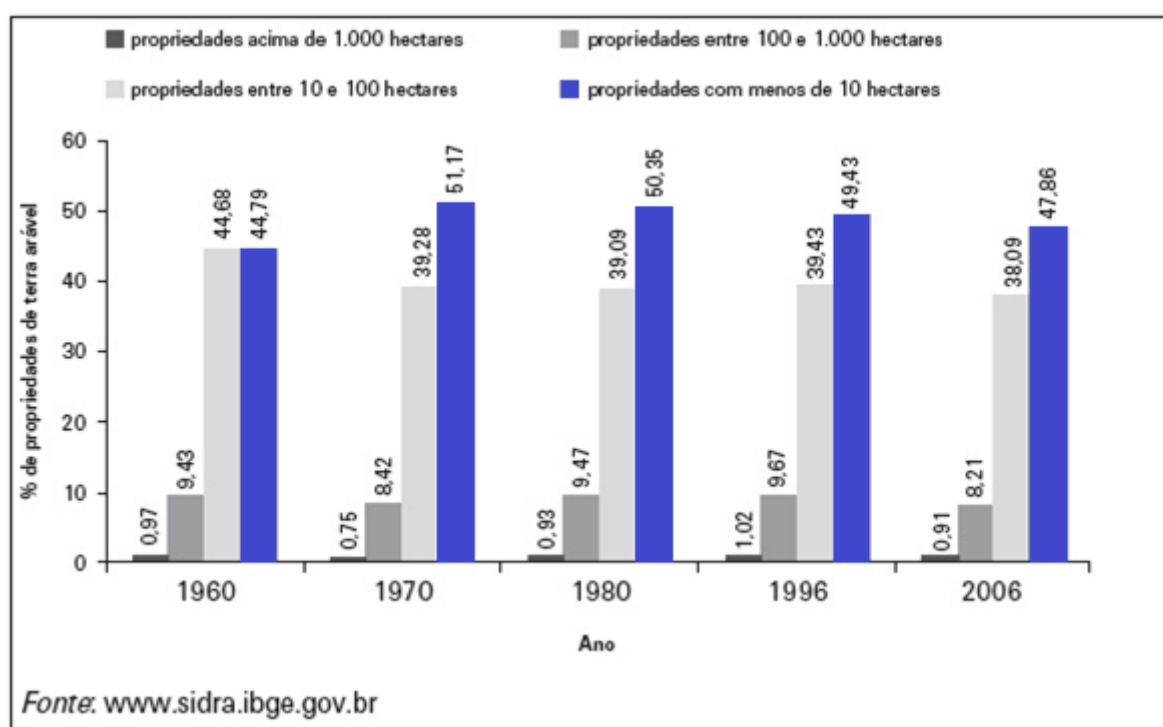
A novidade seria em 1996, a criação de programa específico para a integração de pequenos e médios produtores à lógica capitalista a partir da definição da Agricultura Familiar como um setor de expansão para o capital (GERMER, 2008). O PRONAF, bem como o “Plano Safra” como um todo, juntamente com o fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a criação da política de ATER agem sobre e sob todos os elementos que compõem o complexo da relação entre os setor agrário e financeiro-industrial. Delgado aponta os limites da política de desenvolvimento agrário ao demonstrar sua intencionalidade prática de realizar uma “modernização conservadora” no campo brasileiro, isto é, introduzir a prática técnica e tecnológica da agricultura moderna no campo sem, porém, mexer na estrutura fundiária por uma profunda reforma agrária.

O aspecto contraditório é que com mecanismos como a “restrição da demanda interna de bens e serviços, a limitação das oportunidades de emprego e a manutenção de amplas áreas de terra improdutivas” a política agrícola do período do

“ajuste constrangido” tem como maior finalidade produzir divisas para a balança comercial, não para sustentar a economia brasileira para os brasileiros, mas, para garantir remessa de lucros e pagamento de empréstimos a credores externos. O padrão tecnológico do agronegócio elimina postos de trabalho e, as populações rurais recorrem à pluriatividade para sobrevivência.

No gráfico 18 vemos o número reduzido de propriedades com mais de mil hectares e a ineficiência dos programas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar para mudar essa estrutura fundiária em mais de 40 anos. Nesse período houve pequena alteração e isto está relacionado à inserção do país no cenário mundial como fornecedor de produtos primários em que o latifúndio é suficiente, mas, também, a mecanismos internos de controle social através de políticas públicas. Segundo Nakatani et al. (2012) “em 2009, 0,91% das propriedades, referindo-se àquelas com mais de mil hectares, respondiam por 44,42% da área ocupada, ao passo que as propriedades com menos de dez hectares ocupavam tão somente 2,36% da área”. Esses dados demonstram que os bilhões de reais aplicados a cada ano no Plano Safra servem, basicamente, para manter e até ampliar a concentração fundiária no país.

Gráfico 17 - Brasil: Perfis da propriedade da terra entre 1960 e 2006



Nota: adaptado pelo autor.

Quanto à manutenção de extensas áreas improdutivas Delgado fala de uma associação entre acumulação produtiva com acumulação fundiária fazendo com que a ampliação da demanda externa eleve o valor da produção e esta, por sua vez, o valor da terra. Como a propriedade está concentrada nas mãos dos mesmos donos, estes vêem crescer seu patrimônio ao mesmo tempo em que controlam e impedem o desenvolvimento da produção e do conjunto da sociedade.

Isto seria impossível se o Estado aplicasse rigorosamente a lei que estabelece a função social da propriedade com impostos progressivos sobre unidades improdutivas, no entanto, o estado parece cada vez mais seqüestrado por estes grupos que controlam o agronegócio. Sem essa “frouxidão” do estado, seria impossível a acumulação fundiária que resulta em acumulação de propriedade valorizada devido à demanda externa de produção. Delgado conclui que:

As condições ligadas a estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são simultaneamente matriz da moderna questão agrária. Elas representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Uma estratégia de desenvolvimento que incorpore esses segmentos terá necessariamente que desbloquear essa rede de restrições. Sem isto, não será viável um projeto de desenvolvimento autônomo.

Observe-se que a incompatibilidade com o desenvolvimento que estamos deduzindo é bem peculiar. E aquela que se apoia na estrutura agrária intocada e na rede de condições que relançam na atual conjuntura as estratégias do agronegócio brasileiro. Pois esta é uma forma peculiar de expelir o campesinato brasileiro pela estratégia de expansão do agronegócio (DELGADO, 2005: p. 17).

Portanto, a política de desenvolvimento agrário não se resume a crédito e assistência técnica, ou a outro serviço, de forma despretensiosa ou com o propósito de auxiliar o agricultor a cumprir sua função social e se viabilizar economicamente. Ela envolve e realiza interesses mais amplos que entrelaçam estratégias de controle de mercados, de especulação financeira e de reposicionamento do capital mundial para reduzir seus riscos, ampliar lucros e manter a relação de dominação-dependência que estabeleceram desde o período da “revolução verde”. Tudo com o auxílio necessário do estado que gerencia as políticas definidas por agentes econômicos externos.

No Cantuquiriguaçu esse sistema opera anualmente e conta, além dos bancos oficiais, com a participação das cooperativas de crédito com interação solidária e de empresas que praticam a integração de agricultores como meio de indução de inovação tecnológica e de realização mais eficiente do capital na agricultura. Os leilões de animais de corte ou leiteiro, onde participam diversos atores como bancos, associações de criadores, agropecuaristas e cooperativas, também são iniciativas bastante efetivas no Território e têm difundido o melhoramento genético e o uso do crédito.

A produção de grãos, juntamente com a produção de leite forma o principal campo de investimentos do crédito agrícola, com investimentos em equipamentos, matrizes, insumos, armazenamento e transporte da produção. A regulação estatal como as leis de sanidade ao exigirem o cumprimento de padrões de produção, também funcionam como indutor de mercado e de seleção tecnológica, excluindo os agricultores menos capitalizados. O grosso dessa produção concentra-se entorno de poucas culturas, como vimos anteriormente.

No entanto, com programas como o PNAE, PAA, Compra Direta (e outros) acontece a diversificação da produção em diversos estabelecimentos, visando, sobretudo, atingir uma renda extra na unidade, para além do plantio convencional. Pequenas propriedades têm, nesses programas, a mais importante fonte de renda, fator que incentiva sua organização social em cooperativa, movimento ou associação. Mas, estas ações estão no nível da garantia da subsistência das famílias beneficiárias e não raro ocorrem atrasos nos pagamentos da produção entregue por meio desses programas.

O acesso às políticas de financiamento da agricultura familiar no Território contém variações. Segundo o documento Plano Safra Territorial – PST 2010 a 2013, “os volumes de crédito do PRONAF acessados pelos agricultores familiares Campesinos no Território nas últimas quatro safras mantiveram crescimento até a safra 08/09. Para a safra 09/10 os valores parciais, até fevereiro de 2010, apontam para uma queda acentuada. No entanto, com relação ao número de contratos, houve um aumento na safra 07/08 e queda nas safras seguintes.” (CONDETEC, 2011: p. 36). Os contratos que chegaram a representar na safra 06/07 7,2% do total de contratos do Estado regrediram para 4,9% (dados até junho de 2010). O auge do

número de contratos foi na safra 07/08 com um total de 11.268 no Território e, alcançando 168.988 contratos no Estado do Paraná. Mas, o maior valor financiado deu-se na safra seguinte, quando o Cantuquiriguaçu chegou a um total de R\$ 86.123.446,31 e o Paraná alcançou mais de 1,5 bilhões de reais. A tendência de queda verificou-se não apenas no Território, mas também, no Estado como um todo.

Em números absolutos, das mais de 21 mil famílias de produtores camponeses, na safra 08/09 (a de maior acesso ao financiamento), 43% deles acessaram algum tipo de crédito, enquanto que na seguinte, esse percentual cai para 26,3%. Ou seja, mais de 70% dos agricultores familiares não acessou nenhum tipo de financiamento. Quanto à finalidade do crédito, 90% dos contratos foram para custeio e apenas 10%, para investimento. Já em valores, a partir da safra 08/09, 70% foram destinados ao custeio e 30% para investimento, observando-se aí um aumento para essa última modalidade. Já entre os recursos para custeio, 95% são destinados a lavouras de grãos e para pastagens. Entre os investimentos, 80% são para a atividade leiteira e 20% para maquinários e equipamentos para lavoura (CONDETEC, 2011: p. 39-40).

Quase todas as operações são relativas às linhas convencionais do crédito. Isto é, linhas alternativas como para mulheres, jovens, agroecologia e outros são pouco acessadas. Inclusive, as linhas específicas para assentados da reforma agrária, cujo público é bastante numeroso no Território, contam com baixo número de contratos.

Quanto ao endividamento, o referido documento menciona que os índices de inadimplência, de todos os agentes financeiros, não são bem completos, porém, dão conta de que: “vem preocupando os agentes financeiros e também os representantes de entidades da agricultura familiar camponesa” e que, “representantes de agências do Banco do Brasil informaram que muitos municípios estão com as operações bloqueadas por ter ultrapassado o limite de 10% de inadimplência. Em alguns municípios esse índice passa de 20%” (CONDETEC, 2011: p. 41). Parte dos agricultores acessa o crédito via cooperativa e, esta, quita sua dívida no prazo, ficando em “a ver” com o produtor e distorcendo os dados sobre o real índice de inadimplência e endividamento. Mas, é comum que o agricultor salde seus compromissos com o agente de crédito lançando mão de fontes alternativas,

inclusive, de empréstimos convencionais, mais caros e com menor prazo, aprofundando assim sua vulnerabilidade econômica e social.

Em relação à origem das dificuldades que evolui para a inadimplência e o endividamento agrícola e em muitos casos, para o êxodo rural, residem nos mecanismos explicitados nos parágrafos anteriores através dos estudos de Delgado (1985; 2005) aqui debatidos.

4.3.2 A Produção de Energia em Hidrelétricas (Dimensão Socioeconômica)

Apesar da existência de mais de uma dezena de barragens já construídas, sendo cinco delas de grande porte, todas voltadas à produção de energia elétrica no Cantuquiriguaçu e da existência de vários projetos de PCHs a serem concluídas ou construídas em curto prazo, não será possível aqui, tratar de todas elas. Por isso nosso relato se refere aos principais elementos de pressão, estado e resposta colhidos da realidade territorial a partir das atividades econômicas mais importantes, principalmente as cinco grandes hidrelétricas. Neste tópico discutimos a questão a partir de conceitos e dados gerais, enquanto no próximo (4.3.2.1) faz-se um recorte a partir de uma UHE para exemplificar a relação desse tipo de empreendimento com os municípios, os atingidos e com o desenvolvimento local.

Em geral, a construção de benfeitorias e infraestruturas públicas ou mesmo privadas são vistas com “bons olhos” pela comunidade local e são recebidas como respostas aos desafios e limites que se impõem ao desenvolvimento de uma determinada comunidade, região ou nação. E algumas, realmente são imprescindíveis mesmo para o desenvolvimento local. Não raro, grandes estruturas como Hidroelétricas, rodovias, ferrovias, refinarias e outros, quando anunciadas sua implantação para determinada região, tornam-se sinônimo de avanço e alimentam com singular capacidade “o mito do progresso” nos termos pensado por Dupas (2006), principalmente quando são territorializadas em regiões que historicamente estiveram às margens das políticas públicas como referenciado anteriormente a partir de IPEA (2014), devido ao impacto que geram naturalmente no imaginário coletivo da população local e à propaganda oficial que normalmente promete mais do que o possível ou do que realmente se busca estrategicamente com a obra. Pelo menos, desde o olhar da população local.

São inegáveis os ganhos e os benefícios advindos à população geral e local em forma de qualidade de vida, seja por acesso à energia elétrica, seja pela integração a outros complexos comerciais por uma rodovia, ferrovia ou ponte, por exemplo. Fearnside (2015) relata que juntamente com o processo de instalação das barragens ocorre uma melhora na infraestrutura local com a instalação de rodovias, estradas, hospitais e outras estruturas que são necessárias para o desenvolvimento da obra e para abrigar a população de trabalhadores. Outros investimentos privados também são deslocados para essas regiões. No Cantuquiriguaçu além das barragens de Salto Osório, Foz do Areia e de Salto Santiago nas décadas de 1970 e 1980, houve a construção de importantes Estradas Federais BR158 e BR173, e, Estadual, a PR170 que as interligam com a ajuda da BR277 e são essenciais à integração do Território e deste com outras regiões e estados da federação (DER/PR, 2008 – Mapa Rodoviário). Isto é fato. Porém, não há só ganhos.

No caso das barragens, promessas como estas são as promessas mais minimalistas, mas suficientes para mobilizar a defesa do empreendimento entre a população local e para aplacar eventuais posições contrárias na época de sua instalação. Relatos de Fearnside (2015) demonstram também o aumento da pressão sobre o local com a chegada de todos esses fatores de mudança: população adicional e infraestruturas. Exemplificam ainda, o uso desautorizado ou distorcido de pesquisas e estudos científicos, com o intuito de convencer a população de que as barragens não provocam males à sociedade e ao meio ambiente e, por outro lado, trazem grandes benefícios para todos:

O enfoque de relações públicas de muitas atividades relacionadas ao meio ambiente, tais como o esforço altamente divulgado de salvamento da vida selvagem, é uma questão de intensa controvérsia.

Pesquisa é usada para propósitos semelhantes: por exemplo, durante uma demonstração pública em Belém contra o fechamento da barragem de Tucuruí, folhetos (Figura 5) foram soltas por helicóptero para tranquilizar os leitores que a pesquisa do INPA na área garantiu que não haveria nenhum problema ambiental (Brasil, ELETRONORTE, s/d [1984]).

[...] Nenhum endosso desse tipo foi feito pelo INPA, nem pelos pesquisadores individuais envolvidos no estudo. (FEARNSIDE, 2015: p. 6).

Na prática, contudo, estes móveis, via de regra, não passam de um engodo, de “palavras ao vento” e tão logo a novidade entra em operação, revela-se o

verdadeiro rosto e os reais interesses que desde sempre estiveram por de trás de tamanha benevolência: as ações estratégicas de posicionamento do grande capital no globo disfarçado pelas diversas facetas que o Estado pode apresentar à sociedade civil. A omissão de dados, a proibição de divulgação de estudos científicos e a pressão sobre os pesquisadores determinando o que devem ou não pesquisar, e que metodologia se pode utilizar, faz parte do jogo:

Deveria ser mencionado que a pesquisa levado a cabo sob contratos da ELETRONORTE como parte dos estudos ambientais em Tucuruí, assim como em outras represas amazônicas, era extremamente ineficiente como fonte de conhecimento científico publicado. A ênfase estava em fornecer listas extensas de espécies e mensurações, ao invés de responder a perguntas científicas específicas. Pesquisa orientada por hipóteses estava praticamente ausente. Fornecer a massa de dados necessária para os relatórios era um objetivo muito mais importante que produzir estudos publicados na literatura científica (FEARNSIDE, 2015: p. 67).

No setor de hidroenergético, a exemplo de outros setores em que o imperialismo invade os mercados com investimentos diretos semeando filiais, comprando empresas regionais e nacionais privadas já existentes, ocorreu intenso processo de privatização. Desde década de 1990, isso vem ocorrendo no Brasil, inclusive em setores considerados estratégicos pelos governos locais em que o estado detém a iniciativa da exploração. Nesse caso, o mecanismo é mais cauteloso e discreto, porém não menos eficiente.

Para as grandes obras do período ditatorial no Brasil, o financiamento costumava vir dos fundos financeiros e credores internacionais que cumpriam dupla finalidade nessa estratégia: geravam dependência financeira e política imediata do país em relação ao primeiro mundo (principalmente aos EUA), seus organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial, entre outros) e empresas e bancos americanos e preparava o ataque às riquezas naturais locais pelo desenvolvimento das forças produtivas via empreendimento do Estado brasileiro que no período subsequente seria repassado à iniciativa privada. Isto aconteceu sob o discurso da ineficiência do regime estatal, de sucateamento tecnológico, produtivo e administrativo das estatais, em contraposição ao dinamismo, eficiência e competitividade do regime privado. Esse procedimento do governo brasileiro nesse período, que foi referenciado como “privataria” pelo escritor

e jornalista Amaury Ribeiro Jr. (2011), completa o relato a seguir e contribui para com a estrutura contemporânea da espoliação, conforme aponta Galeano (1978):

Em troca de inversões insignificantes, as filiais das grandes corporações saltam de um só pulo as barreiras aduaneiras latino-americanas, paradoxalmente levantadas contra a concorrência estrangeira, e se apoderam dos processos internos de industrialização. Exportam fábricas, ou frequentemente, encurralam e devoram as fábricas nacionais já existentes. Contam, para isto, com a ajuda entusiástica da maioria dos governos locais e com a capacidade de extorsão que põe a seu serviço os organismos internacionais de crédito (GALEANO, 1978: p. 224).

A presença do capital em determinadas regiões do globo que não de sua origem não garante em nada desenvolvimento e qualidade de vida para a população local. Antes, aprofundam sua subserviência à medida que se integram aos fluxos internacionais dos mesmos, pois, *“as inversões que convertem as fábricas latino-americanas em meras peças da engrenagem mundial das corporações gigantes não alteram em absoluto a divisão internacional do trabalho. Não sofre a menor modificação o sistema de vasos comunicantes por onde circula os capitais e as mercadorias entre os países pobres e os países ricos. A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria.”* (GALEANO, 1978: p. 225. Grifo do autor).

4.3.2.1 Contribuição do setor energético para com o estado atual do Cantuquiriguaçu: um recorte a partir da UHE de Salto Santiago

Cabe mencionar a título de exemplo, alguns dados relativos à Usina Hidrelétrica de Salto Santiago – UHESS que teve sua construção iniciada pela empresa estatal ELETROSUL ainda na primeira metade da década de 1970 e foi colocada em operação em 31 de dezembro de 1980, durante o período da ditadura civil militar. Construída no rio Iguaçu entre os municípios de Saudades do Iguaçu à margem esquerda e Rio bonito do Iguaçu à margem direita, inundou parcela significativa dos respectivos territórios de oito municípios sendo eles, além dos dois já mencionados, os seguintes: Porto Barreiro, Candói, Virmond e Foz do Jordão que pertencem ao Território Cantuquiriguaçu e, Chopinzinho e Mangueirinha que pertencem ao Território Sudoeste. O total da área inundada supera os 208 Km², ou

seja, possui mais de 20.800 hectares, ou, mais de 8.500 alqueires, conforme cálculos a partir de dados dispostos em TRACTEBEL (2002: p. 4).

Devido às grandes mudanças ambientais, econômicas e sociais provocadas sobre as regiões pela construção de reservatórios com as dimensões de Salto Santiago, é comum que estas sejam transformadas em todas as dimensões. A migração forçada de parte da população pelo alagamento das terras, a oferta de empregos temporários para a construção da barragem, a oportunidade de vendas de produtos, peças e serviços específicos pelo comércio local, a desestruturação das comunidades rurais e dos vilarejos atingidos, a reconfiguração da comunidade em relação à oferta de serviços públicos, a submersão de pontos turísticos, estradas e portos, a mudança climática com a formação de micro climas até então não existentes, a impossibilidade de manutenção do mesmo sistema produtivo nas terras sobrando do alagamento (normalmente encostas íngremes em vez das várzeas planas antes cultivadas), a chegada de outros agricultores mais capitalizados e com experiência na produção mecanizada vindos de outros estados, constituem uma verdadeira transformação no Território que, embora se inicie no setor econômico, atinge todos os demais, inclusive o cultural e não somente das populações diretamente atingidas, mas sobre o conjunto da população regional.

Mas, a intervenção profunda na região que se faz sentir até as vizinhanças mesmo com os devidos estudos e cuidados preliminares à implantação do empreendimento como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) e outros, quando feitos, não conseguem garantir a reparação completa dos danos materiais e principalmente imateriais. A situação se agrava quando tais planos e estudos sequer são realizados. Este é o caso de inúmeras usinas construídas há mais tempo dentre as quais, Salto Santiago. O resultado é um conjunto de crimes contra o meio ambiente e a violação sistemática de um conjunto de dezesseis direitos humanos em sete barragens brasileiras analisadas, conforme relatório final da CDDPH (CDDPH, 2010: p. 15 apud IPEA, 2014: p. 20).

Quanto aos impactos socioculturais, anota Ferreira (2006), citando relatório de pesquisa concluída em 1999, sob a orientação do Professor Franklin Daniel da Universidade Federal de Viçosa – MG, com o título: *Estado, Setor Privado e*

Populações Locais: intervenção nos projetos de construção de barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais, que:

Dentre os impactos socioculturais provocados pelos deslocamentos obrigatórios, está a perda da propriedade rural e dos padrões de organização social, como relações de parentesco e amizade na comunidade. Os impactos socioeconômicos e culturais da construção de grandes barragens (fato que acontece também em pequenas e médias barragens – nota do Autor) tem ameaçado a sobrevivência econômica e o modo de vida dos camponeses, que são atingidos em sua reprodução como segmento social dotado de uma cultura que lhe é específica (apud FERREIRA, 2006: p. 128).

O autor citado relata estudo do Banco Mundial que “cita os casos dos projetos de Itaipu, Sobradinho e Tucuruí como exemplos, nos quais a indenização para terras desapropriadas foi irrisória, ou na melhor das hipóteses, totalmente insuficientes para adquirir terra de tamanho e qualidade semelhantes em outros lugares. (...) Outro estudo do BIRD concluiu que, com os projetos de construção de barragens, quase sempre se inicia um processo de empobrecimento da população atingida, tanto quanto da área alagada.” (idem: grifo do Autor). O texto prossegue destacando as “perdas ambientais e sua costumeira não reparação”, as “perdas culturais como igrejas, escolas, cemitérios e mudanças de costumes”, bem como “atentados contra os direitos humanos” das populações atingidas.

O conjunto das cinco grandes usinas construídas no rio Iguaçu encaixa-se perfeitamente nas descrições acima e por isso deve ser relacionada como uma das causas dos baixos índices de desenvolvimento humano do Território, conforme aferidos pelos diagnósticos realizados por órgãos de governo recentemente.

Para agravar a situação, a UHE Salto Santiago e a UHE Salto Osório foram entregues em regime de concessão em leilão realizado em 15 de setembro de 1998, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Tractebel Sul Ltda., atualmente denominada Tractebel EGI South America Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Tractebel Societè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, que adquiriu o controle acionário da Companhia. O valor pago pela UHE Salto Santiago é representado por 227.095.639.468 ações ordinárias, que correspondia a 50,01% do capital votante, ao preço de R\$ 945,7 milhões. Relativo ainda, à Usina Hidrelétrica Salto Santiago, o governo brasileiro recebeu pelo uso da água, o valor de R\$ 4.384.380,00. A concessão que conta com duração de 30 anos, vence em 2028 (cf. MAB, s.d. [2005]).

Esse regime de concessão devido ao seu formato e caráter que Benayon (2005) chama de “dependente”, tem garantido lucros vultosos ao consórcio detentor. Segundo o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens – em apenas uma das UHE (no caso, Salto Santiago) produzindo uma média de 723 MW/H e comercializando por um preço médio de R\$ 388,00, afere um total de R\$ 208.524,00 por hora que multiplicado por 24 soma um total de R\$ 6.732.576,00 (seis milhões, setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais) por dia. Ao mês, serão R\$ 201.977.280,00 (duzentos e um milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta reais) ou, R\$ 2.423.727.360,00 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta reais) por ano, advindos da comercialização de 520.560 MW/M (quinhentos e vinte mil e quinhentos e sessenta Mega Watts).

Caso continue com a concessão pelo prazo acordado (até 2028) e, permaneça comercializando pelos mesmos valores atuais, a Tractebel faturará em 13 anos restantes¹⁵ a cifra de R\$ 31.508.455.680,00 (trinta e um bilhões, quinhentos e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais).

Segundo a mesma fonte, apesar do faturamento anual da Tractebel ser de R\$ 2.423.727.360,00 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta reais) nessa usina, devolve aos municípios da região com área atingida, em forma de royalties e outras compensações financeiras, apenas R\$ 18.096.318,59 (dezoito milhões, noventa e seis mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos) que corresponde a 45% do total dos royalties pagos. O total dos royalties pagos pela concessionária, incluindo as fatias do estado e da união, é de R\$ 45.240.796,47 (quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e noventa e seis reais com quarenta e sete centavos) no ano.

Os números relativos aos royalties gerados em 2014 e sua divisão estão no quadro 14, conforme a determinação legal prevista no Artigo 20 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Federal nº 7990/89.

Quadro 14 - Royalties pagos pela UHESS aos municípios em 2014

Municípios (45%)	Valores Recebidos
Candói	R\$ 3.014.832.17

¹⁵ Cálculos realizados a partir de 2014.

Cantagalo	R\$ 53.873,99
Chopinzinho	R\$ 5.302.947,89
Foz do Jordão	R\$ 375.225,08
Mangueirinha	R\$ 358.844,48
Virmond	R\$ 326.811,27
Reserva do Iguaçu	R\$ 26.427,38
Saudade do Iguaçu	R\$ 1.450.593,58
Rio Bonito	R\$ 3.834.226,43
Porto Barreiro	R\$ 2.538.484,17
TOTAL	R\$ 18.096.318,59
União, Fundo e Agência Reguladora (10%)	
ANA (0.75%)	R\$ 5.026.755,16
FNDC (4%)	R\$ 1.608.561,65
MMA (3%)	R\$ 1.206.421,24
MME (3%)	R\$ 1.206.421,24
	R\$ 18.096.318,59
TOTAL GERAL	R\$ 45.240.796,47

Fonte: ANEEL (2015)

Nota: Adaptado pelo autor

Apesar de constituir importante receita dos municípios com área diretamente atingida (ADA), sobretudo devido à baixa arrecadação destes em função da atual divisão do chamado “bolo tributário” pelo Pacto Federativo vigente no país, que privilegia os estados e a união, deixando aos mais de 5.600 municípios da federação com apenas em torno de 14% do total arrecadado, os royalties ao serem distribuídos aos municípios, tendem a pulverizar-se não cumprindo papel estratégico no financiamento de projetos de desenvolvimento com alcance regional (Territorial).

A parte dos *royalties* devolvida ao Estado, também não retorna ao local já que historicamente as regiões metropolitanas e os grandes municípios (mais populosos e de economia mais dinâmica) têm concentrado os maiores investimentos com recursos do erário estadual apesar de terem uma receita muito maior devido à atividade produtiva, sobretudo, no setor secundário e no setor terciário, no que

contrasta, também, com os pequenos municípios de economia essencialmente rural e, portanto, primária.

Devido a fatores como estes, é que “o Território Cantuquiriguaçu participa com (apenas) 2,3% do valor adicionado total gerado no Estado, destacando-se a participação no setor primário, predominantemente agrícola, com 5,04%. No setor terciário a participação do território no valor adicionado total é pouco expressiva, somente 0,44%.” (CONDETEC, 2010, Diagnóstico Socioeconômico: p. 46.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da geração da energia é pago à apenas um município, ou seja, ao município que contém a unidade geradora de energia. Os impostos sobre o consumo da energia são arrecadados nos municípios onde a mesma é empregada na indústria, comércio ou moradias o que significa que no caso da UHE de Salto Santiago, os municípios que mais arrecadam ficam em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, em detrimento da região Cantuquiriguaçu, sendo que, conforme dados de 2012, apenas 29% da energia produzida no estado do Paraná é consumida no próprio Estado (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2014: p. 3). Os impactos sociais, econômicos e culturais gerados pela construção de UHE são sempre locais, mas os benefícios ficam em função do ‘desenvolvimento’ nacional e estadual.

Concomitante aos demais passivos gerados à comunidade local pela destruição ambiental e cultural, o alagamento das terras resulta em grandes perdas econômicas aos agricultores e pecuaristas diretamente, e aos municípios indiretamente, devido à redução de área para extrativismo ou produção. No caso da UHE de Salto Santiago, considerando uma baixa produtividade (para os padrões atuais da região) de 110 sacas de soja por alqueire por safra devido ao fato de que as terras agricultáveis não seriam a totalidade alagada, num cálculo¹⁶ rasteiro teríamos em torno de 930.000 sacas por ano que comercializadas a R\$ 60,00, somariam mais de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais). Essa cifra alcançaria mais de R\$ 1.907.400.000,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões e quatrocentos mil reais) se o preço e a produtividade mantivessem a mesma média durante os 34 anos em que as terras estão submersas. Ignora-se aqui, é claro, a evolução técnica e tecnológica ocorrida nestes trinta anos na produção agrícola.

¹⁶ Os cálculos tomam por base os valores praticados em 2014, no mercado local e as terras alagadas em alqueires e hectares, conforme a média regional de produção descrita em CONDETEC, 2009.

Com a produção leiteira, a renda seria ainda maior: Considerando uma média de apenas seis Unidades animais (06 vacas) por alqueire produzindo em média, 10 litros/dia por animal, espalhados por mais de 8.500 alqueires de área, teríamos uma produção diária de 510.000 litros/dia. Se a média de preço se mantivesse em R\$ 0,82/litro de leite (oitenta e dois centavos de real ao litro), o valor aferido estaria em torno de R\$ 418.200,00 (quatrocentos e dezoito mil e duzentos reais) por dia. Ao ano seriam R\$ 152.643.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil reais). Desconsiderando a evolução histórica dos preços e da produtividade ao longo dos 34 anos de alagamento, chegaríamos à marca de R\$ 5.189.862.000,00 (cinco bilhões e cento e oitenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e dois mil reais).

Dentre os vários transtornos gerados pela barragem à comunidade local, o principal deles, demonstra-se aí, a desterritorialização de mais de 1.000 (mil) famílias de agricultores camponeses, com a redução de mais de milhares de empregos diretos no campo (pela construção de apenas uma das barragens do Território). A perda de população, de força produtiva, criativa e cultural, inclusive da capacidade de consumo passou a partir da implantação do hidronegócio e do agronegócio a ser a tônica do Território até os dias atuais.

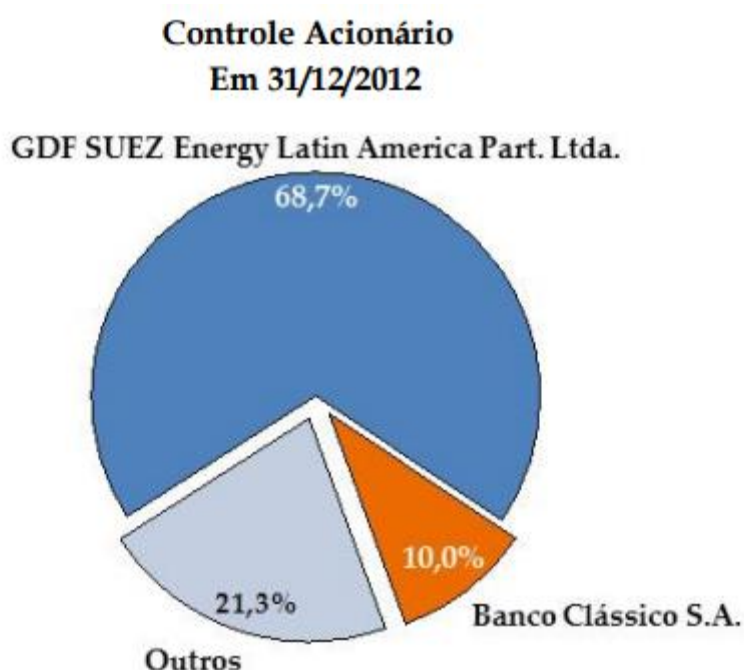
Se nos primórdios da invasão branca as características principais eram o conflito dos invasores com indígenas e o isolamento relativo da região que correspondia às necessidades externas dos grupos dominantes da época, na década de 1970, a região passa a ser mais organicamente integrada à lógica do capital internacional, com a intervenção e a colaboração direta dos governos (federal, estaduais e municipais), e, direta e indireta das corporações de capital internacional por meio dos modelos produtivos do agronegócio e do hidronegócio, pelos quais se perdem postos de trabalho e renda, sem deixar de aumentar sua eficiência na expropriação de riquezas em favor das regiões mais ricas, poderosas e tecnologicamente desenvolvidas da terra, como atesta o relatório de gestão dos exercícios 2011 e 2012 do conjunto das usinas no Brasil da Tractebel Energia (2013):

Já as ações da Companhia apresentaram valorização de 18,9% no mesmo período, apesar da desvalorização observada logo após a edição da MP 579. Após intensa campanha de comunicação conduzida pela Tractebel Energia, com o objetivo de esclarecer que as concessões das usinas só começarão a vencer em 2028, não fazendo parte, portanto, das

contempladas pela referida MP, observou-se reversão dessa desvalorização. As ações da Companhia fecharam 2012 cotadas a R\$ 33,35, conferindo um valor de mercado à Tractebel Energia de cerca de R\$ 21,8 bilhões (TRACTEBEL, 2013).

A citação revela também a facilidade que o capital dessas companhias tem para lidar com as regulamentações estatais, compensando, por meio de estratégias de marketing, qualquer possibilidade de queda na negociação de suas ações. Em dezembro de 2012, os principais acionistas da Tractebel estavam divididos na proporção mostrada no gráfico 19.

Gráfico 18 - Controle acionário da Tractebel em 31/12/2012



Fonte: TRACTEBEL, 2013

Dessa forma, a especulação dos grupos econômicos se sobrepõe aos objetivos locais de desenvolvimento socioeconômico solidário e sustentável definidos nos planos e nas ações de atores com abrangência local, como veremos adiante.

4.3.3 A Infraestrutura e Logística Instalada no Território (Dimensões Infraestrutural e Político-institucional)

Estradas: o Território é cortado por importantes Rodovias Federais como a BR 277 no sentido Leste-Oeste, formando uma espécie de espinha dorsal do Cantuquiriguaçu e servindo à integração direta ou indireta, de todos os 20 municípios componentes. A BR 158, no sentido Norte-Sul, a BR 373 (também no sentido Norte-Sul) que liga a BR 277 a BR 158 já no Território Sudoeste. Além de integrar os municípios, servem de ligação a outras regiões paranaenses e a outros Estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Conduzem ao Paraguai, à Argentina e ao Oceano Atlântico. Além das rodovias federais, o Território conta com diversas rodovias estaduais que fazem a ligação entre municípios e regiões do Estado. As PR 471, 484, 474, 473, 670, 565, 364, 560, 662, 170 e 459, completam a malha viária principal do Território, fazendo com que cada um dos municípios do Território possua no mínimo, um acesso asfaltado. Porém, parte das estradas estaduais ainda conta com trechos não asfaltados como a PR 471 (em dois trechos), a PR 565, a PR 364 e a PR 459, o que determina o isolamento de regiões importantes do Cantuquiriguaçu encarecendo o transporte e até inviabilizando determinadas atividades econômicas. O território conta ainda, com 15 Balsas (Portos) situadas em sua maioria, nas divisas com outros territórios .

Portos e Aeroportos: O território conta com 15 Balsas (Portos) situadas em sua maioria, nas divisas com outros territórios. O Cantuquiriguaçu possui apenas 03 Aeroportos (Aeródromos) sendo que, segundo a Secretaria de Estado dos Transportes SETR/DER (2007) todos são privados e apenas um é pavimentado e situa-se no município de Pinhão. Os demais estão situados em Rio Bonito do Iguaçu e em Reserva do Iguaçu (PARANÁ, 2007).

Escolas Técnicas e Universidades: Durante muitas décadas a população do dependia exclusivamente de instituições de ensino superior que estavam localizadas fora do Território, para estudar. Muitos ainda estudam fora. Porém, na última década, ocorreu uma melhora significativa no acesso a esse nível de ensino, a partir da instalação de Campus do IFPR em Quedas do Iguaçu, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Laranjeiras do Sul e de Extensão da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) em Laranjeiras do Sul. Conta ainda, com Campus das Faculdades Alto Iguaçu (FAI), também situada em Laranjeiras do Sul. Somando-se aos cursos presenciais, estas instituições (além de outras públicas e privadas), ofertam cursos à distância, e cursos presenciais e semipresenciais de

Pós-graduação (Especialização e Mestrado) contribuindo para com a inclusão social no ensino superior.

Ferrovias: o Território é atravessado no sentido Leste-Oeste pela Ferrovia Ferroeste (em operação) e pela Ferrosul no sentido Norte-Sul, ainda em fase de instalação. O principal gargalo na utilização dessa logística é a inexistência de Terminal de Transbordo no Território, obrigando o setor produtivo a pagar mais frete para a busca dos produtos e mercadorias em Guarapuava ou Cascavel, ou seja, fora do Cantuquiriguaçu.

Saneamento Básico: segundo dados de 2000, no Território havia 26 159 famílias pobres (41,87%) que recebiam até meio salário mínimo (R\$ 72,50 conforme valores da época). O diagnóstico territorial aponta que: “a pobreza absoluta agrega-se aos indicadores de inadequação habitacional, captando uma outra dimensão da pobreza. O Censo Demográfico 2000 identificou que, no Território, 31,71% dos domicílios rurais não tinham acesso à água encanada; 72,25% dos domicílios urbanos e 91,66% dos domicílios rurais, encontravam-se na condição de inadequação quanto à destinação do esgoto sanitário; 94,16% do lixo rural não era coletado e 13,85% não tinham acesso à luz elétrica. [...] a demanda por moradias no Território Cantuquiriguaçu, é da ordem de 5342 moradias” (Cantuquiriguaçu, 2004: VIII).

A seguir, baseado em Cantuquiriguaçu (2003), consideramos de forma resumida, alguns pontos em diversas dimensões que também contribuem para a definição do *estado* atual do Território Cantuquiriguaçu. Destacam-se os problemas e potencialidades apontadas no Plano Diretor.

4.3.4 Principais problemas e potencialidades identificados no Plano Diretor

Conforme as definições do Plano Diretor para o Desenvolvimento dos municípios da Região Cantuquiriguaçu apresentamos, a seguir, de forma resumida, os problemas e potencialidades levantados.

4.3.4.1 Principais Problemas

Estrutura Agrária. Concentração de terras, com alto índice de Gini, aliado a elevado número de acampamentos de sem-terras. As demandas que acompanham as populações que se deslocam de um local para outro nesses acampamentos tem

sufocado as capacidades dos municípios em atendê-las nos serviços básicos. Nota-se ainda má aplicação dos recursos públicos nos assentamentos, por um lado, e, por outro, dificuldades de permanência de pequenos agricultores em suas unidades de produção devido às inovações tecnológicas, à concorrência e pouco incentivo estatal.

Uso dos recursos Naturais. Chama atenção para o mau uso dos recursos naturais em geral, pela aplicação de agrotóxicos, erosão e aração de terrenos acidentados. Pouco investimento em reflorestamento e fiscalização ambiental ineficiente. Nada se disse em relação ao monopólio do uso das águas para produção de energia e nem sobre os impactos ambientais causados pelas hidrelétricas.

Política de Recursos Humanos e Capacitação. Acusa de deficientes e frágeis os processos de qualificação profissional em todas as áreas, resultando em ações mal planejadas e ineficientes devido ao imprevisto e a desqualificação. Há pouco incentivo e poder de atração de profissionais qualificados para trabalhar nos municípios do Território.

Visão Sistêmica e Integração Regional. Baixa participação nos processos regionais e intermunicipais promovidos pelo poder público e, igual dificuldade no associativismo e cooperativismo em atividades da sociedade civil. Falta uma cultura de colaboração e participação, inclusive em algumas áreas no processo de construção do próprio Plano Diretor. Ocorre ainda, a centralização do processo decisório no município pólo, como uma “visão metropolitana”.

Participação Social. Embora exista uma considerável rede de instrumentos de participação social constituída de entidades de classe, associações, conselhos e outros mecanismos, nota-se baixa representatividade, participação incipiente e “atuação restrita na maioria desses fóruns”.

Meio Rural. A infraestrutura como moradias, estradas, escolas e lazer são em geral, insuficientes e de baixa qualidade. Serviços centralizados no meio urbano e o baixo poder aquisitivo dificultam a vida e a permanência da juventude.

Estruturas Físicas e Técnicas. Os diversos setores da administração pública estadual e federal se localizam fora do Território, com algumas exceções. Há carência na segurança pública, saúde, sanidade animal e vegetal, esporte e lazer,

coleta e destinação correta de lixo, saneamento, assistência social, bibliotecas, estradas rurais e outros.

Saúde. Detectou-se dificuldades na implementação da saúde preventiva e cobertura com vacinação e equipes do Programa Saúde da Família – PSF, aliado à cultura da população em priorizar a saúde curativa. Clima regional favorece a ocorrência de doenças respiratórias e há subnotificação de diversas doenças, distorcendo estatísticas.

Analfabetismo. O elevado número de jovens e adultos analfabetos decorre das dificuldades socioeconômicas e do difícil acesso, e, o quadro se agrava com dificuldade de interação com as novas tecnologias.

Empreendedorismo e Investimentos. Acusa-se a presença do capital externo à região que se coloca em função da extração das riquezas regionais, sem, no entanto, reverter em benefícios para a população local. O resultado é a falta de oportunidades para geração de emprego e renda, perpetuando a situação de pobreza. Há também baixo valor agregado nos principais produtos locais.

Infância e Adolescência. Funcionamento precário dos conselhos e fundos com morosidade no cumprimento do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Prostituição e trabalho infantil são desafios aos Conselhos Tutelares e ao Ministério Público. O esporte e a cultura não são vistos como fator educacional e de exercício da cidadania.

Cidadania. Elevado percentual das propriedades rurais não possuem titulação e grande parte da população mais vulnerável não possui documentos pessoais o que os afasta de seus direitos e acesso a políticas públicas importantes. Nas audiências públicas para construção do Plano Diretor, o tema da cidadania foi intensamente citado e debatido, onde por diversas vezes acusa-se a ineficiência e insensibilidade do Ministério Público em garantir direitos à população em seu cotidiano.

Assentamentos, Acampamentos e Reservas Indígenas. Constituem áreas de conflitos e estão fora da alçada do município, embora, ampliem as demandas por serviços municipais.

Força Política e Ação Regional. Recursos insuficientes e situação de abandono da região nas rubricas orçamentárias devido à inexpressiva força política local. Órgãos de saúde, da justiça, do meio ambiente entre outros, insuficientes e ineficientes.

Globalização. Crescem os desafios com a competição estabelecida com outras regiões e mesmo países.

4.3.4.2 Principais Potencialidades

Infra-Estrutura física. Destacam-se a BR 277 que corta toda a região e a ferrovia Ferroeste, os rios importantes como o Iguaçu e o Piquiri e as grandes Hidrelétricas que tornam o Território grande produtor e exportador de energia elétrica.

Meio Rural. O Plano destaca os recursos naturais e a biodiversidade local. Há intensa produção de matéria prima que pode se transformada no local, agregar valor. No entanto, não considera a população rural como grande potencialidade que é e que se dispor do investimento e apoio necessários pode transformar para melhor as condições objetivas em que está inserida.

Participação da Sociedade e Conselhos. Há um número significativo de conselhos onde estão representados os vários segmentos da sociedade para formulação de políticas em cada setor. Há potencial para parcerias com o poder público.

Informações e Gestão em Saúde. A agilidade na circulação informações com a utilização da internet tem impacto positivo em todas as ações e programas de saúde, principalmente no controle epidemiológico, gestão de serviços, entre outros.

Transporte Escolar. Apesar da qualidade das conduções e das estradas, além da distância, o serviço é de fundamental importância na garantia do direito à educação. É também, em muitos casos, o único meio de transporte para a sede do município.

Capacitação de Professores. Programas de formação continuada de professores municipais têm garantido acesso a curso superior e de pós-graduação e se constitui em ponto forte da região.

Universidade. Há demanda (reprimida) por cursos de graduação e de extensão universitária. Unicentro e Unioeste são oportunidades reais para estabelecimento de

parcerias com as municipalidades visando oferecer cursos e atividades nas áreas de cultura, esporte, capacitação, turismo, e outras.

Ensino Fundamental. Destaca a universalização do ensino fundamental como uma oportunidade, principalmente aos jovens do meio rural, de melhorar o rendimento escolar. Identifica a necessidade de maior investimento em transporte por parte da esfera estadual.

Turismo. Identifica potencial a partir de elementos naturais e sociais. Eventos sociais, culturais e esportivos carecem de um planejamento integrado da região a partir de inventaria da infraestrutura e da demanda.

Esporte. Reconhece os Jogos Abertos da Cantuquiriguaçu (JARCANs) como importante por envolver 2.500 atletas e que vem se aperfeiçoando a partir dos erros de organização e da integração entre profissionais da área. Escolinhas poliesportivas também apresentam potencialidades.

Integração Regional. Destacam-se as áreas de saúde, assistência social e cultura que desenvolvem algum tipo de integração entre profissionais municipais e da rede estadual. Isto garante eficiência e inovação. Outras áreas deveriam copiar o exemplo.

Motivação pela Cultura. A população demonstra interesse em participar de atividades culturais, respondendo às propostas do poder público.

Estruturas Administrativas. As áreas melhor estruturadas institucional e fisicamente são as que garantem maior longevidade às suas ações específicas.

Reforma Agrária. Identifica-se potencial pela existência de áreas passíveis de sofrer reforma. O planejamento poderia melhorar a eficácia dos recursos, diminuir as vulnerabilidades dos assentamentos da época, reduzir a pressão social por terra e dinamizar a economia local.

Políticas Públicas. Demonstra a existência de vários programas sociais estaduais e federais que não são acessados e/ou implantados total ou parcialmente. Baixa capacidade técnica das equipes municipais reduz a captação dos recursos que podem amenizar os problemas identificados nas diversas áreas.

Educação para a Cidadania. Há espaço para ações que ensinem o melhor uso dos recursos naturais, para o exercício da cidadania participativa e a valorização da produção e consumo de alimentos saudáveis (agroecológicos, orgânicos).

Consórcios Intermunicipais. O Plano Diretor aponta para uma série de oportunidades para atuação consorciada, que podem racionalizar custos e melhorar a qualidade dos serviços públicos. À época a prática era limitada à área da saúde.

Novos Governos. O Plano identificava um momento político favorável com a eleição de novos governantes na esfera federal e na estadual com maior espaço à participação, cidadania e enfrentamento das mazelas sociais. Daí a importância da organização em vista de melhores proposições na busca por soluções em escala regional.

Atração de Indústrias. Apontava a localização, a infraestrutura e a presença de mão de obra abundante como fatores positivos na atração e desenvolvimento, sobretudo, de agroindústrias. Incentivos municipais com barracões e outras estruturas, desenvolvimento de cadeias produtivas já presentes nos municípios, participação das cooperativas de crédito e exploração do mercado regional formam a base para o desenvolvimento de micro e pequenas indústrias. Não faz menção ao caráter quase escravagista de algumas empresas de fabricação que receberam incentivos de alguns municípios, embora o setor conte também com bons exemplos em alguns municípios como Quedas do Iguaçu, gerando emprego e renda.

4.4 ELEMENTOS DE RESPOSTA

Para descrição dos principais elementos de *resposta* construídos ou adotados no Território Cantuquiriguaçu optamos por dividi-los, basicamente, entre ações institucionais e populares, ou, conjugadas entre ambas, conforme a natureza da proposição. Existem ações que se originam e acontecem na marginalidade das instituições oficiais, no limite da lei e, muitas vezes transgredindo-as porque é parte constituinte da mesma realidade regulamentada pela lei, contudo, funcionam como elemento de contradição ao modelo hegemônico, arraigadas na materialidade excluída pelo movimento de superação. Para analisarmos esta e demais tipos de ações que formam o que chamaremos aqui de *resposta*, tomamos como base

teórica, a contribuição de Poulantzas (2000) para o qual o Estado não é um bloco monolítico que atua exclusivamente em função da classe dominante, mas, composto de inúmeras fissuras e contradições permeáveis por ações das classes subalternas. A superação do *status quo* pode ocorrer a partir da identificação dessas fissuras e da ação contundente no plano da contradição pelas forças que se articulam em oposição ao plano hegemônico, firmando as bases de um socialismo que o autor entende como democrático e se coloca a serviço da emancipação da coletividade.

Essas ações e seus atores interagem com atores do outro pólo e, interferem na ação daqueles, por vezes modificando-as. Outras nascem do consenso quando ambos os pólos agem sobre a mesma realidade, a partir das mesmas regras e, conforme a correlação de forças se desenha uma ou mais estratégias de intervenção local. Alguns constructos coletivos no Cantuquiriguaçu têm essa identidade, onde, apesar das diferenças entre os objetivos estratégicos de cada um dos pólos e do limite das leis, houve a conjugação de interesses que levou a conquistas, inclusive alterando aspectos legais até ali demarcados. Precisamente, este é o caso da conquista de um *campus* da UFFS para o Território e da própria UFFS enquanto instituição que se territorializa numa região historicamente excluída das ações governamentais em geral, e do ensino superior público federal, em particular. Outro exemplo seria o desenho final do Plano Safra Territorial, onde, a partir de pré-definições governamentais, ainda nos moldes do DTR (já discutido neste trabalho), aproveitando-se de provocações do MDA para uma avaliação daquela política pública (ou de um conjunto de programas e ações do ministério), sujeitos e atores locais liderados por movimentos socioterritoriais construíram uma proposta inovadora que buscava, a partir dos limites identificados na política vigente, a superação de aspectos como o caráter setorial das políticas implementadas no Território Cantuquiriguaçu (e no rural do Brasil inteiro) na época. Além de articular as políticas e programas já existentes, revisando o *modus operandi* de cada uma e de seu conjunto, o PST trouxe um capítulo à parte que foi chamado de “Novas Políticas” onde, com soluções que partiam dos limites verificados e da realidade medida na avaliação dos planos anteriores, por meio de pesquisa de um grupo focal, se chegou à produção de uma proposta inovadora.

As ações pensadas e executadas para o Território e que nascem na atuação convencional do Estado, constituem o que chamamos aqui de *resposta* dos órgãos oficiais. Apesar de também estarem marcadas pela ação dos movimentos

socioterritoriais ao longo da história, essas políticas possuem um caráter muito mais influenciado pela burocracia, o domínio classista exercido e mascarado pelas ações estatais e a restrição que limita o seu poder transformador em favor do conjunto da população, especialmente a rural. Contudo, essas políticas também são diversas, visto que mesmo sem mudanças elementares na essência do Estado, há diferentes governos em cada período, com diferentes prioridades. Iniciamos descrevendo as formas mais convencionais, a partir do exercício de pensar o futuro do Território já processo de construção do Plano Diretor para o Território, que à época era chamado de “Região Cantuquiriguaçu” ou “Região da Cantuquiriguaçu”, em referência à abrangência da Associação de Municípios. Essa primeira parte retoma como referência o texto do documento “Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu” e é, basicamente, expositivo com algumas reflexões pontuais.

Já os demais pontos, tomam como referência diferentes fontes, dados, autores e documentos para definição de seu caráter e alcance dentro dos objetivos desta pesquisa que inclui a análise da resposta produzida até então pelo Território, na perspectiva do desenvolvimento e da sustentabilidade.

4.4.1 O futuro desejado para a região Cantuquiriguaçu no Plano Diretor

Na tarefa de pensar imaginando o futuro coletivo esperado para a região fez-se ouvir na construção do Plano Diretor, a opinião de 440 lideranças. Ao fixar o horizonte, se conhece a distância entre a realidade atual e a almejada, mobiliza pessoas, ajuda a estabelecer ações estratégicas, programas e projetos e a dimensionar esforços em busca de sua realização material. Constitui um ponto importante na superação do individualismo e do corporativismo comuns nos processos locais. Para cada dimensão foram apontados elementos que deveriam fazer parte desse futuro desejado. Aqui transcrevemos fielmente a cada uma.

Dimensão Econômica. Crédito acessível e compatível para todos os setores (primário, secundário e terciário); Emprego (ocupação) e renda para as pessoas na própria região; Produção agropecuária dos municípios processada na própria região (por agroindústrias sólidas); Produção regional diversificada de forma planejada – caso do leite; Trabalho e estudo para todos na própria região; Turismo ecológico consolidado na região; Cooperativas estruturadas na região (crédito, trabalho,

produção); Reflorestamento econômico (cultivado de forma sustentável); Exploração sustentável de águas minerais; Acesso à renda e terra; Banco de sementes crioulas na região; Micro e pequenas empresas locais incentivadas e apoiadas; Produtos da região com acesso aos mercados (regional, estadual, nacional e do exterior) – garantia de escoamento da produção.

Dimensão Social e Cultural. Estímulo às atividades culturais (dança, teatro, etc.); Etnias e tradições valorizadas (indígena); Jovens e mulheres ocupando mais espaço; Áreas públicas de lazer (espaço para caminhadas); Epidemias controláveis com índices superiores do que a média do estado; Saneamento básico em 100% das residências; Informação acessível a todas as pessoas; 100% das crianças em idade escolar estudando; Hospital regional com especialidades e equipamentos; Escolas diferenciadas para o meio urbano e rural, com currículo escolar adaptado à realidade regional; Preservação do patrimônio histórico regional (cultura indígena); Moradia digna na zona urbana e rural para toda as famílias; Crescimento urbano ordenado; Analfabetismo reduzido à metade; Eficiência na segurança pública – número suficiente de policiais, presença de bombeiros, baixa criminalidade e corrupção na segurança e prisões preventivas; Programas de saúde da família, preventiva, com equipes completas em todos os municípios; Educação ambiental acessível a todas as pessoas; Benefícios do INSS acessível à todos os habitantes; Inclusão social – menor índice de favelas, pobreza, discriminação, desigualdade e de crianças na rua; Acesso à informática e internet; Mortalidade infantil menor que a média estadual.

Dimensão Físico-Territorial. Conscientização ambiental com bacias hidrográficas recuperadas e protegidas pelo manejo integrado de solos e águas; Conservação dos recursos naturais – preservação das matas ciliares e florestas; população saudável pelo uso adequado de agrotóxicos; Zoneamento agrícola definindo locais e épocas mais adequadas para o plantio de cada cultura; Controle da poluição ambiental com coleta seletiva de lixo urbano e rural – eliminação dos lixões na periferia das cidades; Região com regularização fundiária de todos os imóveis rurais em todos os municípios; Parque Estadual do Iguaçu implantado na região; Biodiversidade regional mapeada com exploração sustentável; Rígido controle dos agrotóxicos; Uso do solo urbano e rural regulamentado; Agroecologia difundida e estimulada.

Dimensão Infra-Estrutural. Tarifas de energia, telefone e água compatíveis com a renda das pessoas e empresas; Rádios comunitárias legalizadas; Boas condições de acesso às propriedades rurais; Patrulha rural para trabalhar nas propriedades rurais; Eletrificação em 100% das moradias e dos estabelecimentos rurais; Telefonia fixa, móvel e pública de qualidade e acessível a todas as pessoas; Rodovias e hidrelétricas respeitando o meio ambiente; Sinal de televisão regional acessível a todos; Todas as rodovias conservadas, independente de terem pedágio; Terminal de cargas da Ferroeste na região para atender aos seus municípios; Fontes de energias alternativas adotadas na região; BR 277 duplicada, com melhoria e com pedágio acessível; Rodovia pavimentada margeando o rio Iguaçu; Banco de dados com informações regionais atualizadas; Transporte coletivo de qualidade para todos (urbano e rural); Usina hidrelétrica no rio Piquiri (Guaraniaçu); Melhor aproveitamento da energia elétrica disponível.

Dimensão Político-Institucional. Fóruns permanentes, com participação da sociedade organizada, para debater as políticas públicas e o desenvolvimento da região e dos municípios; Atuação integrada dos políticos e da sociedade civil com os governos estadual e federal; Ética na política – fidelidade partidária, transparência e divulgação das contas públicas, etc.; Fortalecimento do associativismo e ampliação da atuação das Organizações Não-Governamentais; Atuação política articulada entre os municípios; Câmara de vereadores ocupando papel relevante nas administrações municipais; Competência administrativa no setor público; Participação da população para definir as prioridades no uso dos recursos públicos nos municípios (Orçamento); Boa representatividade política da região; Uma única regionalização para todos os órgãos do estado; Investimentos públicos racionalizados (sem desperdícios); Servidores públicos capacitados e motivados; Associações comerciais da Cantu coordenadas entre si; Jovens com maior representatividade política.

Dimensão Científico-Tecnológica. Professores do ensino fundamental preparados e bem pagos; Cursos de segundo e terceiro grau profissionalizantes compatíveis com a realidade regional (Plano Diretor); Centro regional de tecnologia que permite acesso às inovações tecnológica a todos os segmentos produtivos; Tecnologias adaptadas à realidade regional (de baixo custo); Acesso às bibliotecas tradicionais e virtuais a toda a população; Casa Familiares Rurais em todos os municípios; Centro

de treinamento regional para cursos intensivos; Oferta de cursos de faculdades públicas na região, profissionais qualificados atuando na região.

4.4.1.1 Diretrizes para o Desenvolvimento Regional

De acordo com a metodologia de planejamento estratégico e a partir dos elementos identificados no processo de geração do Plano Diretor, com participação dos atores sociais regionais, foram estabelecidas 10 diretrizes que pudessem ajudar a definir ações, programas e projetos prioritários para se construir o futuro desejado. São elas:

1. Resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas.
2. Geração de postos de trabalho e renda.
3. Educação e alfabetização de jovens e adultos.
4. Capacitação em todos os níveis e setores.
5. Atração e retenção de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos, etc.).
6. Integração intersetorial dentro dos municípios e na região.
7. Parcerias em consórcios intermunicipais.
8. Parcerias com entes externos à região (Governo federal, estadual e ONGs).
9. Fomento à agroindustrialização na região.
10. Otimização no uso da infraestrutura e recursos regionais - Ferroeste, BR 277, aeroportos, usinas e lagos (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 86).

4.4.1.2 Ações Estratégicas

A partir das diretrizes, elegeram-se ações que orientam projetos e programas a serem formulados e implantados em vista do cumprimento dos objetivos para realização do sonho coletivo acerca do futuro regional. As ações foram descritas e delimitadas nas seguintes áreas e contemplam todas as dimensões: Cidadania; ocupação e renda; Educação; Alfabetização; Capacitação; Atração e retenção de profissionais na região; Integração intersetorial dentro dos municípios e da região; Parcerias internas – consórcios intermunicipais; Parcerias da região com entes externos; Industrialização; Infraestrutura; Zoneamento agrícola; Equipe técnica da

Cantu; Transporte escolar; Fomento à produção local; Orçamento; Ambiente e Habitação (Cf. CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 86-89).

Em geral, na descrição das áreas de ação se recomenda o estudo prévio para elaboração dos projetos e programas, referenciando-se nas estatísticas e índices aferidos no diagnóstico socioeconômico, bem como nas referida diretrizes.

Apesar dos apontamentos do Plano, a elaboração de projetos e a implantação de programas, apesar de uma melhora significativa durante a década planejada, sempre representou um ponto fraco. Com algumas exceções, normalmente eram elaborados após o lançamento de editais pelos órgãos de governo, limitando o poder de negociação dos atores locais e sufocando a capacidade técnica de elaboração que poderia se dedicar a projetar o futuro com maior precisão e ousadia, a partir das necessidades locais.

Por outro lado, com a implementação de alguns programas do governo federal e outros do governo do estado, houve importante incentivo à organização regional, provocando o surgimento de uma identidade territorial que se apoiou no processo inicial de elaboração do Plano Diretor e se fortaleceu com ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Territorial com investimentos em Infraestrutura, sobretudo na cadeia leiteira. Outros programas como o PRONAT, PRONACAMPO, PROINF, PRONERA, entre outros foram importantes após o lançamento do Programa Nacional de Desenvolvimento de territórios Rurais.

4.4.1.3 Proposta de Modelo de Gestão do Plano Diretor

A estrutura adotada para o Conselho Regional de Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu baseava-se em “fatores facilitadores da implantação e consolidação do processo de planejamento regional” (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 90). Experiências de outros estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Paraná e de países como Espanha, Chile e Argentina serviram de modelo. Alguns princípios ou fatores são os seguintes:

Representatividade. O conjunto da sociedade regional deve estar representado, com seus diversos atores sociais, com distribuição equitativa entre

municípios e entidades membros. Deve haver articulação com outros órgãos colegiados de abrangência municipal.

Legitimidade. Estrutura e regimento deveriam passar pela aprovação da comunidade organizada da região.

Conselho Gestor. Deve garantir o equilíbrio entre agentes públicos e atores sociais e econômicos da região.

Assessoria. A estrutura previa a existência de uma Secretaria Executiva e de uma Assessoria de Planejamento Regional para garantir o funcionamento do Conselho nos aspectos burocráticos e institucionais, além de subsidiar o Conselho nos aspectos técnicos e metodológicos. A assessoria é de responsabilidade da Associação de Municípios, assim como a estrutura física para seu funcionamento.

Câmaras Técnicas. Com número flexível de Câmaras, o parâmetro para constituí-las são as dimensões da realidade, as diretrizes e as ações estratégicas definidas (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003: p. 90).

4.4.2 Elementos de *resposta* institucional: programas e ações para o desenvolvimento territorial

Além da *resposta* desenhada no Plano Diretor apresentada no tópico anterior, outras ações institucionais constituem-se como *resposta* que as diferentes esferas estatais oferecem ao crítico *estado* aferido pelo Diagnóstico Socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu e confirmado nesta pesquisa que buscou outras fontes além do referido diagnóstico. Na sequência apresentaremos os principais programas que foram implantados no Território a partir de 2003 e ações e programas implantados em âmbito federal no mesmo período.

4.4.2.1 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (SDT/MDA) e Programa Territórios da Cidadania

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no âmbito do MDA. Essa

Secretaria foi criada em 2004 e a elaboração da política com enfoque territorial inicia-se no mesmo ano, a partir de ações que eram implementadas dentro das Secretarias de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Reordenamento e Reforma Agrária do MDA. Surge como proposta de intervenção junto às regiões definidas pelo ministério como alvo de suas políticas devido a algumas características que as identificam e que serão adiante abordadas. Em 2003 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF, através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do MDA, “publicou um texto de discussão que balizou a formulação de um programa de desenvolvimento sustentável de territórios rurais, incluído no Plano Plurianual 2004-2007. A formulação desse texto teve o auxílio do Ilca, instituição defensora do paradigma de desenvolvimento baseado no DTR” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006 apud GERALDI, 2012: p. 167). A criação dessa política está ligada a um contexto de intensas transformações no espaço rural no mundo todo, inclusive no Brasil, resultado das políticas de modernização da agricultura executadas no período anterior e estudadas por diversos teóricos e por organismos internacionais em que o rural se desprende do agrário e cada vez mais se aproxima e se integra ao urbano como aparece nas formulações de Favareto (2006).

Numa compreensão dialética do processo de desenvolvimento do Cantuquiriguaçu que vimos analisando (assim como do Brasil), essas políticas como a criação e manutenção de estruturas governamentais (Ministérios, Secretarias Nacionais, Conselhos) e a criação de programas e ações para o desenvolvimento de regiões específicas com enfoque territorial em sua concepção e gerenciamento a partir do estado, podem ser consideradas como a continuidade ou a afirmação da tese, ou seja, a manutenção do *status quo*. Trata-se da dinâmica iniciada ainda em 1500 com a chegada dos portugueses ao Brasil e que embora passe por metamorfoses, tornou-se e permanece hegemônica, além de continuar esforçando-se por se reproduzir a partir da mesma lógica: o capitalismo. Inúmeras contradições participam dessa composição histórica, algumas descritas neste trabalho por sua pertinência na análise do Território Cantuquiriguaçu. No movimento que provocam dão origem a um panorama de resultados que determinado grupo julga como positivos ou negativos mediante uma ideia hegemônica do que seja considerado ideal pertinente e adequado ao conjunto da sociedade, conforme o desenvolvimento geral das forças produtivas, da ciência, da tecnologia e da cultura percebidas pelo

grupo. No caso das mazelas socioeconômicas, culturais e ambientais provocadas pela exploração dos recursos naturais e da força de trabalho local, a *resposta* dos órgãos oficiais do estado brasileiro, para o conjunto das regiões mais afetadas, tomou nas últimas décadas a configuração dos programas, projetos e ações de apoio ao desenvolvimento territorial sustentável como fórmula para superá-las.

Embora as diretrizes gerais do programa em questão constituam um esforço para fazer crer que o mesmo se volta para a solução da exclusão social e econômica das populações rurais (e urbanas) dessas regiões que ficaram “atrasadas” no processo de desenvolvimento das forças produtivas locais em favor das diferentes comunidades, principalmente as chamadas “tradicionais” como as indígenas, quilombolas e de agricultores de subsistência, uma análise mais atenta dos termos e conceitos, bem como das práticas implementadas pelo programa revelam o outro propósito mencionado no parágrafo anterior.

Na presente análise deste elemento de *resposta* dada pelos órgãos oficiais de governo ao *estado* atual dos Territórios Rurais, como resultado da pressão exercida em todas as dimensões das realidades locais onde se territorializam as atividades econômicas dos períodos anteriores e do presente, retomamos os elementos desenvolvidos por Giraldi (2012) que apoiando-se na perspectiva pós-desenvolvimentista realiza uma avaliação do programa da SDT.

Giraldi inicia seu trabalho analítico descrevendo o caráter geral da política em questão que se coloca com um discurso desenvolvimentista e, como tal com necessidade intrínseca de “cientificar a reprodução social” e de “facilitar a integração de novos territórios à dinâmica capitalista de reprodução do espaço”. E citando Montenegro Gómez (2006) que tratou do “duplo rural” (o rural do atraso e o rural da possibilidade), nas políticas de desenvolvimento, afirma que:

Em ambos os casos, o termo de comparação é um desenvolvimento baseado tanto na colonização do social pelo econômico, universalizando comportamentos ocidentais alicerçados na lógica de mercado e na reprodução e acumulação do capital, como na implementação de estratégias de controle que permitam um governo do social capaz de garantir a reprodução do sistema socioeconômico vigente (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006 apud GERALDI, 2012: p.157).

O rural do atraso e o rural da possibilidade são duas visões sobre a mesma situação crítica que resulta da submissão durante décadas à lógica capitalista agroexportadora de matéria prima. A diferença é que a segunda enxerga potencialidades a serem desenvolvidas naquele espaço onde a primeira vê como natural a sua pobreza e condições restritas de produção e vida. Ambas corroboram para a necessidade de uma intervenção estatal urgente em favor do resgate dessas regiões de sua condição indigna. Nesses territórios, com predominância da Agricultura Familiar, os estudos¹⁷ demonstraram a existência de determinados grupos que nenhuma organização de classe ou governamental conseguia atingir por não terem acompanhado o desenvolvimento tecnológico e a modernização do campo, por estarem à margem das políticas públicas executadas até então; por não possuírem as condições básicas para o exercício da cidadania: documentação, propriedades, escolaridade e renda e por não participarem dos espaços comunitários onde moram. Viviam aleatoriamente, sem um horizonte fixo, sem trabalho formal, em condições de extrema pobreza e sem nenhum controle.

Estavam, portanto na contramão do sentido apontado pela racionalidade científica ocidental que em geral entende o desenvolvimento como uma marcha progressiva e linear que o conjunto da humanidade deve trilhar. Além disso, estas populações estavam excluídas do mercado já que não produzem (em excesso) e nem consomem. Giraldi considera que a política de territórios rurais é uma técnica apropriada pelo MDA para despolitizar o desenvolvimento, transformando-o no movimento racional do simples progresso espaço-temporal do mundo e que tentam definir, dessa forma, uma posição de apoio ao planejamento enquanto uma tecnicidade do agir (GERALDI, 2012: p. 157) e, como acrescentaria Escobar (2000), inserindo as pessoas em uma realidade que pode ser controlada pelo Estado.

¹⁷ Nas décadas de 1990 e 2000 no Brasil borbulham estudos e publicações acerca do desenvolvimento com enfoque territorial e destacam a agricultura familiar como ator social elemento articulador. Favaro (2014) fala que esses estudos “pode ser divididos em duas vertentes, conforme aponta Favareto (2010): estudos que analisaram os processos de mudança no meio rural brasileiro e os que analisaram as políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil dos anos 1990”. A iniciativa envolveu parcerias entre entidades sindicais e órgãos governamentais, organismos internacionais e universidades “alguns destes estudos tiveram a intervenção de entidades sindicais de representação da agricultura familiar, entre elas a CUT/CONTAG, como também de instituições do governo, entre elas o INCRA, com recursos patrocinados por instituições internacionais de cooperação” (FAVARO, 2014: p. 107). Dentre os autores e pesquisadores destacam-se Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, Maria Nazareth Wanderley, Fernando Lourenço, Anita Brumer e Ghislaine Duque, entre outros.

Para o autor a política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) teria iniciado sua implantação na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que o fez mediante a adoção da bula neoliberal cuja pressão recaia também sobre o meio rural devido ao seu caráter de ausência ou imperfeição de mercados-chaves que permitissem o equilíbrio dos preços e demais leis de reprodução do capital. Com rupturas e continuidades ela foi adotada e ampliada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Lula, apesar de sua proximidade com o tema da reforma agrária (outra proposta de desenvolvimento para o campo desde o período dos Planos de Desenvolvimento do período democrático pré-golpe de 1964), a manteve devido à aposta na solução para o problema da exclusão social, da fome e da extrema pobreza, a partir do mercado (sobretudo, interno), incluindo a todos.

Praticamente, a política de DTR busca a transformação produtiva desses territórios, articulando-os às regiões mais dinâmicas, buscando a competitividade e a sustentabilidade. Para tanto, deve ocorrer em paralelo, o desenvolvimento institucional que, no referido programa se traduz na concertação dos atores locais entre si e com agentes externos, num processo que leva à afirmação da condição de ator social de cada organização participante do processo. Giralddi vê, porém, que a integração do território a dinâmica de mercado, tem o objetivo de adensar as relações mercantis e responder ao desenvolvimento enquanto acumulação do capital através do espaço e do tempo. Contudo, anota que há apenas uma parcela da sociedade que deve ser responsabilizada pelo desenvolvimento: os agricultores familiares pobres (GERALDI, 2012: p. 160). São eles que puxam os índices para baixo e o reordenamento territorial com a localização das atividades econômicas devem resultar no arranjo necessário para a maximização da produção e do consumo, conclui o autor.

Com esse arranjo, o DTR segue uma tradição conservadora do desenvolvimento focada no econômico, com “maior e melhor integração no mercado, apoiada num arranjo entre instituições e legitimada por uma participação reificada e limitada ao papel decorativo de ratificar o que se apresenta como *possível e necessário* (MONTENEGRO E GÓMEZ, 2006: p. 207 apud GERALDI, 2012: p. 60 grifos do autor). Se constitui numa estratégia de governança transnacional devido à influência de organismos internacionais na concepção e processos de implantação

da política de DTR no mundo, ao passo que, em cada país, como no Brasil, garante maior eficiência no controle exercido a partir do governo federal sobre os locais. Se a escala municipal é considerada reduzida demais e, de certa forma inatingível devido ao número (mais de 5.600 municípios) e a estadual, ampliada demais, a constituição de territórios agregando vários municípios com características socioeconômicas e culturais semelhantes que podem vir a formar uma identidade comum, garante ao poder central essa capacidade de gerência dos processos de desenvolvimento a partir de políticas, programas e ações legitimadas, executadas, avaliadas e acompanhadas no decorrer de todo o processo.

Quanto aos organismos internacionais, o autor apresenta uma lista retirada de Montenegro Gómez, que é a seguinte: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes) e Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). A maior parte destas instituições já desenvolveu ou desenvolve ações de desenvolvimento no Brasil em parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais. O papel exercido por elas na formulação de políticas subnacionais denuncia a origem teórica e prática do DTR. Para Fernandes; Amin e Vigil (2008 apud GERALDI, 2012: p. 161) o DTR consiste num corpo teórico majoritariamente germinado e primeiramente introduzido nos países centrais e posteriormente assimilado com pouca capacidade crítica por organismos supranacionais e governos nacionais.

O autor relata que o governo identifica, no caso brasileiro que a demanda reprimida por desenvolvimento estaria concentrada, sobretudo, numa categoria: o agricultor familiar. Por isso se dá a implantação de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em meados da década de 1990 que visava à promoção de uma agricultura familiar integrada ao mercado como estratégia (mercantil) de superação da pobreza no meio rural. Como prêmio ainda se esvaziaria os conflitos relativos à questão agrária pela ação consensuada em torno do desenvolvimento como prerrogativa para implantação dos projetos de infraestrutura desse programa no local. Essa prática define critérios para

enquadramento dos agricultores e das regiões como beneficiários dos programas e, por este mecanismo, vai se consolidando a territorialização das políticas nacionais sobre o local como materialização da municipalização da atuação da escala nacional. A descentralização das políticas, portanto, é falsa, pois, na verdade as definições são dadas pela escala nacional onde ocorre o desenho das políticas públicas sem respeitar a autonomia e as identidades locais. Para Giraldi, as questões relativas à desigualdade e concentração de renda são vistas como ilegítimas (não cabem no arcabouço preconcebido das políticas) e, portanto, como obstáculos para o desenvolvimento.

Para mascarar a ação centralizada são exigidos os colegiados como espaços de deliberação (dentro dos limites estabelecidos pelos critérios do programa, é claro) em que diversos atores locais são conclamados a participar. No caso do PRONAF, o fórum necessário a ser instituído eram os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs). Para a gestão do PRONAT, PROINF (e outros programas) de abrangência territorial, se exigia a instalação de Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Outra exigência constitui a elaboração de Planos de Desenvolvimento Municipal no primeiro caso ou Territorial, no segundo. Estes planos deveriam, conforme a definição das estratégias de intervenção da SDT no apoio ao planejamento e organização do processo de institucionalização do espaço de tomada de decisão (ou de legitimação das decisões), conter uma mobilização e análise do ambiente (diagnóstico), elaboração de um plano (definição consensuada de estratégias de ação) e implantação do plano (gestão colegiada).

Geraldi (2012) destaca que o programa define quatro dificuldades principais (que transcrevemos abaixo) a serem equacionadas para auxiliar o processo de desenvolvimento rural pela perspectiva territorial (BRASIL, 2005b):

- 1) Capital humano, capital social e capital natural: apoiado na ideia de que o “enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno e autogestão” (Brasil, 2005b: 14), a SDT compreende que os territórios rurais estão entre as áreas mais pobres do país, e que esta condição acaba por definir um ambiente desfavorável à construção da cidadania e de difícil apropriação pelos indivíduos dos recursos naturais.
- 2) Estrutura fundiária e acesso à terra: por meio da constatação da grande concentração fundiária existente no Brasil atualmente, o programa entende que a desconcentração de terra poderia, também desconcentrar as condições de desenvolvimento para os agricultores familiares.

- 3) Desenvolvimento territorial ou setorial? A pergunta é feita no intuito de estabelecer uma visão de desenvolvimento que não é expressa pela “soma do crescimento de diversos setores econômicos ou sociais” (*op. cit.*, p. 15).
- 4) Recursos financeiros para investimentos públicos: as questões estruturais que entravam o desenvolvimento das regiões rurais só seriam equacionadas quando fossem resolvidas as suas causas, o que significaria redirecionar o investimento público que somente após a sua “maturação”, poderia ser suplantado “por investimentos privados, por iniciativas autônomas, por competências locais, pela dinâmica dos mercados, pelos conhecimentos acumulados e pelas oportunidades dos negócios” (*op. cit.*, p. 16) (GERALDI, 2012: p. 168).

Com base nessas constatações, o programa estabelece diretrizes, que de acordo com o autor, podem ser resumidas em seis pontos (BRASIL, 2005a apud GERALDI, 2012), como exposto nas Diretrizes do Programa de DTR:

- 1) A noção de território enquanto limite e potencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.
- 2) Desenvolvimento sustentável enquanto articulação integrada de diversas dimensões.
- 3) Enfoque na participação e gestão social das políticas públicas.
- 4) Atuação em sinergia com entidades, organizações e vários níveis de governo.
- 5) Foco na redução das desigualdades econômica e sociais.
- 6) Dinamização econômica dos territórios (BRASIL, 2005a apud GERALDI, 2012: p. 169).

Giraldi vê nessas diretrizes e nas estratégias de implantação da política que prevê articulação e gestão social por meio de um plano e institucionalidades territoriais, órgãos colegiados, planejamento e gestão participativos e desenvolvimento de competências por meio de capacitação de agentes locais, um foco definido sobre a agricultura familiar e pobreza rural como problemas imbricados. Observa-se uma forma específica de intervenção que ao invés de expandir acaba por limitar a ação política, naturalizando o embate político entre interesses diversos, reificando a identidade territorial (concepção consensual e automática, acrítica) e desenvolvendo competências em uma parcela da população que referendará definições externas no estabelecimento de políticas. Outras pautas que não estejam consensuadas e que não perfazem o caminho prescrito pelo MDA, ou que exijam tratativas com outras esferas não seriam consideradas legítimas ou, seriam intermediadas pelo ministério.

A abrangência do programa revela as pretensões da política. Atinge 28,82% da população nacional, 55,17% da população rural, 58,45% dos agricultores

famílias, 73,27 % das famílias assentadas e 58, 49% do território brasileiro (IBGE, 2010). Em 2012, havia 164 territórios apoiados pela SDT. Dessa forma, apesar do amplo espaço territorial ocupado pelos territórios rurais, o governo federal consegue manter o controle de todas as ações executadas a partir do programa, conforme a concepção aqui exposta.

Em resumo, a estratégia de desenvolvimento territorial, nos moldes determinados pela SDT cria a formalização de instituições e descarta como entrave ou problema para o desenvolvimento, aquelas formas organizacionais que não podem ser institucionalizadas por sua própria natureza. No caso do Cantuquiriguaçu que conta com dezenas de acampamentos de sem terras e que durante três décadas viu-se a utilização desse método para exercer pressão sobre os governantes e assim conquistar mais de uma dezena de assentamentos que contemplam 4.264 famílias (cf. SIT/MDA), vê-se certa incompatibilidade entre o modelo proposto pelo MDA para o desenvolvimento via enfoque territorial e as reais necessidades da população local, decorrentes, como vimos, do *estado* atual do Território Cantuquiriguaçu resultante da *pressão* ocasionada pela apropriação e exploração de seus principais recursos naturais. A importância dada à economia e à inserção dos indivíduos no mercado como condição de cidadania e participação, também é um aspecto explorado pela crítica tecida por Geraldi (2012) e que faz sentido, na medida em que desconsidera outras formas de relações sociais e com a natureza que não intermediadas pelo aspecto financeiro típico das comunidades tradicionais presentes nesses territórios (um dos critérios para enquadramento das regiões no programa).

O controle das ações por meio do gerenciamento e avaliação permanente das mesmas, da institucionalização dos espaços, da escolha das dimensões a serem priorizadas nos projetos, a noção de capital social restrita a uma parcela que decide por meio de uma participação estrangida com limites para o empoderamento cujo escopo não rompe com a desigualdade presente na sociedade e nem questiona suas bases e razões. Dessa forma, o DTR despolitiza a política devido à escolha do unidirecionamento que descarta o conflito em favor do consenso, somente pode servir ao controle social que se realiza por intervir no ordenamento das relações sociais para regulamentar o mercado e maximizar a relação produção-consumo. No caso do Cantuquiriguaçu a inserção maior no mercado capitalista tem ocorrido na

lógica do desenvolvimento capitalista para o campo cuja estratégia é o agronegócio focado na produção de *commodities*, conforme já demonstrado neste trabalho.

Para Brandão o DTR mascara ou desconsidera os conflitos de classe que são intensos nessas regiões deprimidas e abre mão de uma postura crítica frente à realidade:

Essa “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (BRANDÃO, 2007: p. 38 apud FÁVARO, 2014: p.119).

Favaro (2014) apoiando-se em Raffestin (1993; 1987), Souza (2001) e Fernandes (2008) contrapõe a concepção de território como unidade de planejamento de uma política pública que desconsidera o conceito de conflitualidade e de multiescalaridade ao predefinir os limites e alcances da política, as dimensões abrangidas, bem como a institucionalidade necessária. De outro lado, estaria a concepção que considera o território como um espaço em que se realizam as relações de poder, na medida em que diferentes atores buscam territorializar-se ou buscam atualizar diferentes territórios que são antagônicos entre si, disputando espaços materiais e imateriais. Como exemplo se poderia citar a disputa travada entre camponeses da Via Campesina em luta contra a invasão das transnacionais do agronegócio em seus territórios tradicionais a partir da transgenia pela erosão genética ou, pela força do viés economicista que invade as comunidades rurais atualmente.

Favaro (2014) classifica o DTR da seguinte forma: é uma política distributiva, por não se propor fazer mudanças estruturais nos território em que se aplicam; emprega um tipo de participação que é outorgada, constrangida devido aos limites e barreiras impostas pelo Estado; faz o controle social da sociedade civil ao incluir as forças políticas dentro de um mesmo processo unidirecional; se presta a manutenção do status quo por não desafiar objetivamente os mais importantes parâmetros estruturais da ordem social estabelecida; é uma política setorial e não territorial exatamente por nenhuma de suas linhas de atuação promover a integração

entre campo e cidade; não enfrenta a questão principal a que propõe que é o combate à pobreza. Limita-se a investir nas propriedades familiares mais integradas ao sistema capitalista de produção; não questiona e nem se contrapõe às políticas neoliberais por apostar, sobretudo, em ações creditícias. Assim conclui o autor,

Para finalizar, podemos inferir que o DTR, de certa forma, é o Estado sem o Estado, pois da mesma forma que o Estado parece estar muito presente no atendimento a vários municípios através da estratégia territorial, conta com uma estrutura mínima de apoio (financeiro e pessoal), para operacionalizar um programa de desenvolvimento, que tem por objetivo combater/aliviar a pobreza. Por outro lado, esse mesmo Estado está presente de forma intensa no Território, com uma grande quantidade de recursos e de logística em apoio ao agronegócio exportador. Assim se percebe que as omissões do Estado a respeito de sua tarefa de equilíbrio social, de redistribuição e de ordenamento social inclusivo, não são nem muito menos causais. O Estado na sua omissão para certos temas e sujeitos nega alguns princípios que o caracterizam, mostrando-se como um Estado sem Estado para alguns e para algumas dinâmicas. Porém muito presentes para apoiar outros sujeitos e dinâmicas ligadas a classe dominantes (FAVARO, 2014: p. 347-348).

Quanto ao Programa Territórios da Cidadania lançado em 2008 com o objetivo maior de articular políticas públicas já existentes no âmbito de vários ministérios do governo federal e de integrar ações junto às outras esferas de governo como a estadual e a municipal, a conclusão é a mesma, visto que em nada inovou em seus pressupostos. Apenas avançou na tentativa de planificar ainda mais o desenvolvimento pretendido, portanto, avançando nos instrumentos de controle e gestão das políticas e das esferas de governo “territorializadas”, bem como, dos atores sociais da sociedade civil envolvidos. Houve maior clareza apenas na priorização de ações destinadas à estruturação dos espaços mais desprovidos dos equipamentos que contribuem para a melhora da qualidade de vida, porém, não anulou outros mecanismos de exercício do poder político tradicional que continuou a determinar a distribuição orçamentária conforme a força econômica dos agentes que sempre o exerceram. A matriz de ações do programa impressionava: mais de 170 milhões investidos apenas no Cantuquiriguaçu. Porém, a maior parte era dinheiro à crédito para atividades que se mostraram pouco rentáveis e submissas à lógica capitalista como as linhas de crédito do PRONAF.

Na prática, como aponta Favaro, houve um avanço na direção planejada desde o início da implantação da política de DTR por recomendação do Banco

Mundial, ainda no governo FHC, “contribuindo com a expansão do capitalismo através de seus mecanismos de reprodução (homogeneização, integração, polarização e hegemonia)” (FAVARO, 2014: p. 9).

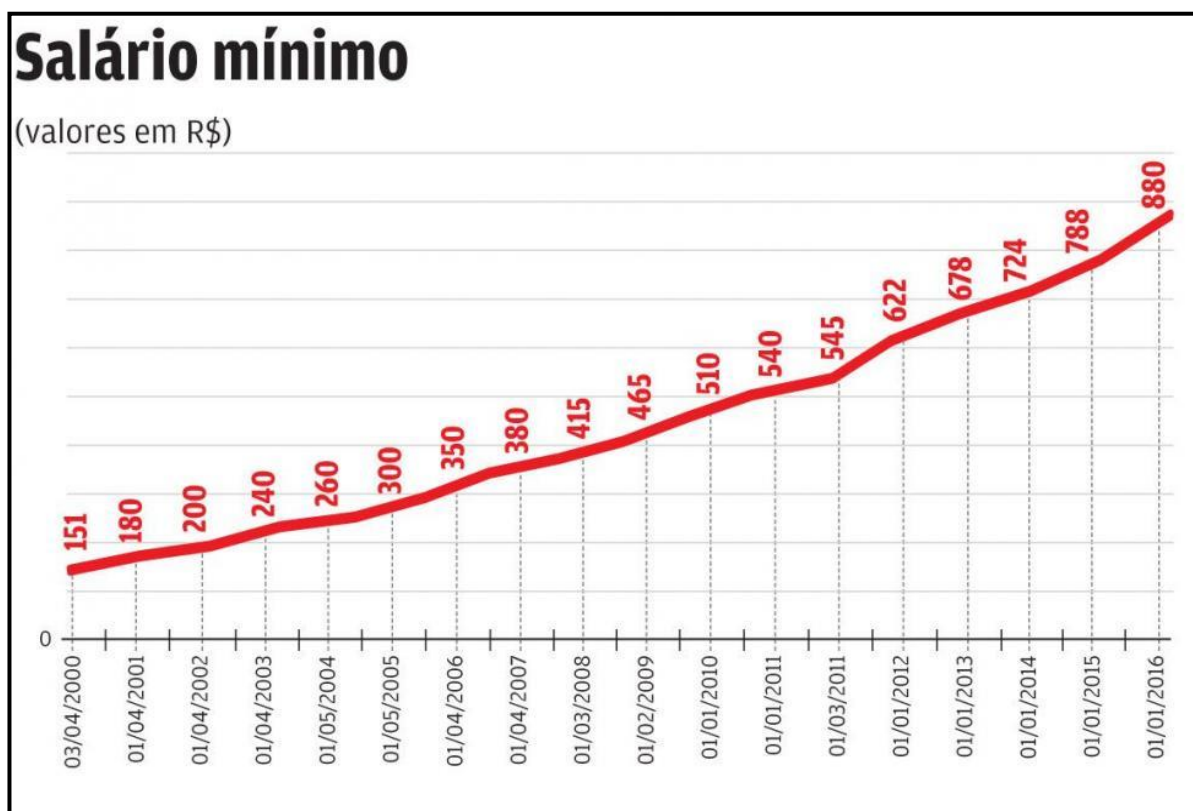
Mas a política de DTR se insere no Brasil no contexto de um ajuste macroeconômico que embora esteja pautado pelo grande capital, tem pretensão desenvolvimentista. Em contradição ou em afirmação da lógica de mercado, um conjunto de outras políticas públicas e ajustes econômicos com inclusão social no mercado puseram em marcha o desenvolvimento das forças produtivas antes estagnadas pela rápida concentração da renda no período neoliberal anterior.

Nesse sentido, a esfera federal se verifica como a mais influente em termos de indução de desenvolvimento e o faz por meio de programas destinados ao desenvolvimento territorial (principalmente a partir de 2003). Aí se verifica a redução da pobreza extrema no Território Cantuquiriguaçu e em âmbito federal. Mas, ao mesmo tempo, conforme apontado anteriormente, devido à relação do Estado com o capital desde o período colonial (e que se intensifica a cada período), cria-se muitas barreiras para a própria ação do Estado. Em grande medida, os programas e ações governamentais voltados ao desenvolvimento do setor produtivo respondem, *a priori*, aos objetivos do capital industrial e financeiro externos. Estes têm nas ações estatais, seu principal apoio para a difusão de tecnologia de vanguarda, principal meio de gerar e manter a dependência de produtores rurais e de outras empresas da cadeia produtiva.

4.4.2.2 A Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo

A política nacional de valorização do salário mínimo, aliada à estabilidade monetária, com baixas taxas de inflação, taxa de juros em queda, aquecimento da economia e do mercado interno, programas de combate à fome e à pobreza, chegando à favorável situação de pleno emprego em 2014, fez com que ocorresse maior distribuição de renda e diminuição das desigualdades no país. O gráfico 20 mostra a valorização real do salário mínimo no país desde 2000.

Gráfico 19 - Brasil: Salário Mínimo (Valores em R\$) de 2000 a 2016



Fonte: IPEA, 2016

Em geral, apesar dos fatores relacionados acima, os diversos programas federais em áreas como Saúde Pública (ações pactuadas do SUS e obras de infraestrutura via FUNASA), Educação (do FNDE/MEC via Plano de Ações Articuladas), Assistência Social (ações pactuadas do Sistema Único de Assistência Social [SUAS]), nas últimas décadas, tem participação na melhora dos índices de Gini e de Desenvolvimento Humano, como relatado em números anteriormente. Os programas para o desenvolvimento de Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa Territórios da Cidadania que articula ações da maioria dos ministérios do governo federal e de algumas secretarias estaduais se tomados criticamente são importantes instrumentos pedagógicos de promoção do debate acerca do desenvolvimento local com abordagem territorial, porém, sua eficácia depende do protagonismo dos atores locais e de maior descentralização dos recursos e da integração de ações, com diálogo aberto entre sociedade civil e estado desde a concepção dessas políticas. Em grande medida, dependem da mobilização e ações de massa realizadas fora dos limites das políticas

de DTR. Por sua vez, as Conferências Temáticas nas várias instâncias respondem de forma parcial, mas, positivamente a alguns desses desafios.

4.4.2.3 As Políticas Nacionais voltadas ao combate à pobreza

Quanto às políticas de combate à pobreza e extrema pobreza, acabam por cumprir dupla finalidade: ao mesmo tempo em que se cumprem as metas estipuladas por organismos internacionais, como os Objetivos do Milênio, isto é, melhora-se a fisionomia do planeta que passa a aparentar diminuição dos malefícios da concentração da riqueza, do poder e da propriedade no mundo. Parece mais desenvolvido, menos “vermelho” nos mapas dos piores índices. Por outro lado, introduzem recursos públicos nas rotas comerciais e cadeias produtivas locais, aquecendo a economia e gerando crescimento econômico pela via da inclusão no mercado. O gráfico 21 mostra o desempenho dessas políticas nesse *front*.

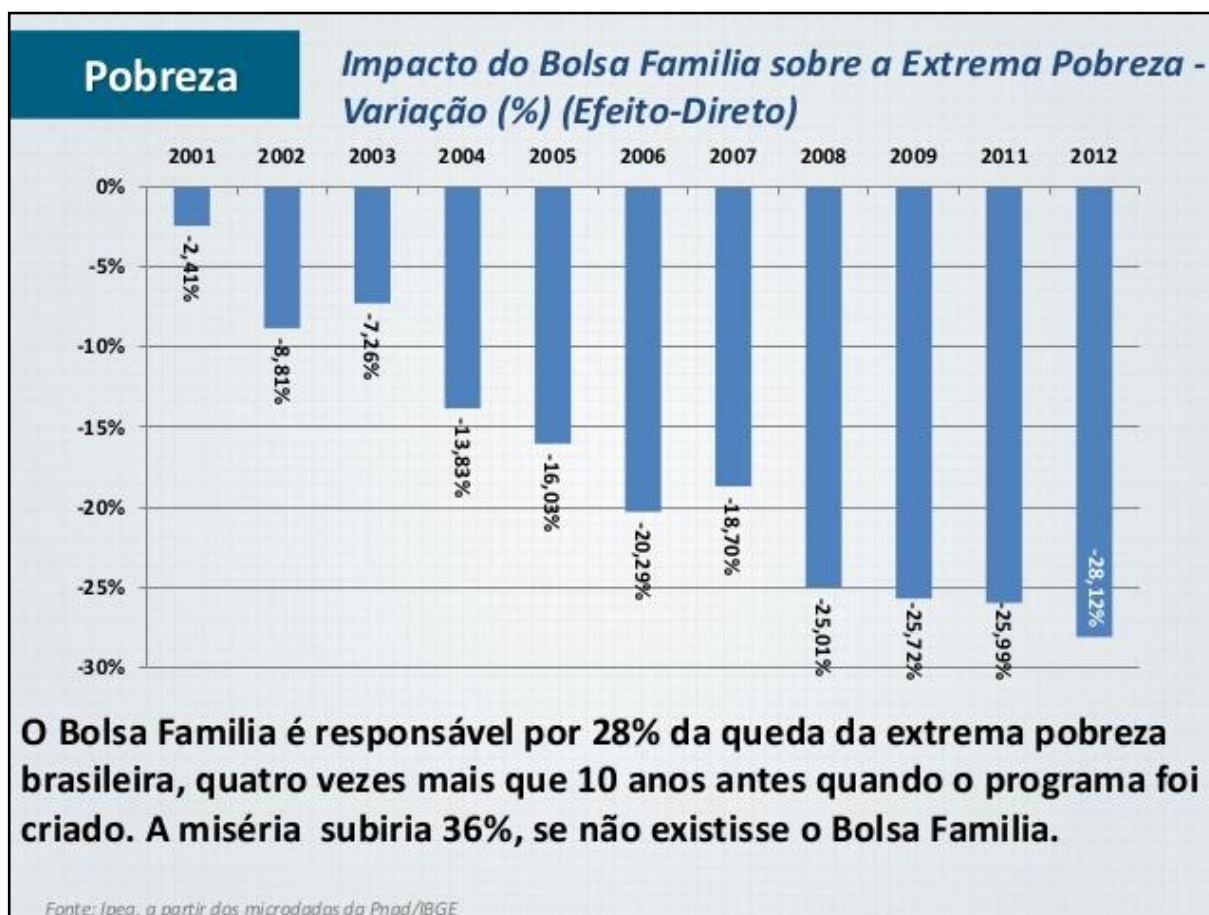
Gráfico 20 – Brasil: Variação acumulada da Pobreza de 2002 a 2012



Fonte: IPEA, 2012

Dentre os programas de combate à pobreza, destaca-se o Programa Bolsa Família - PBF que angariou maior abrangência por incluir e chegar até públicos que historicamente permaneciam inatingíveis até o surgimento do PBF. Com algumas características inovadoras em termos de política pública no Brasil, como por exemplo, a definição da mulher como a beneficiária titular na família, o que lhe garante maior eficácia na consecução de seus objetivos devido ao perfil psicossocial da mulher que culturalmente é muito mais afetuosa e responsável em relação ao bem-estar da família, se comparada ao gênero masculino. Outra inovação foi a exigência da frequência escolar das crianças beneficiadas, como diretriz do programa. Há ainda a descentralização da gestão, com a criação dos comitês municipais do PBF que fazem triagem das famílias como público alvo ou não. O gráfico 22 mostra a importância do PBF na redução da pobreza.

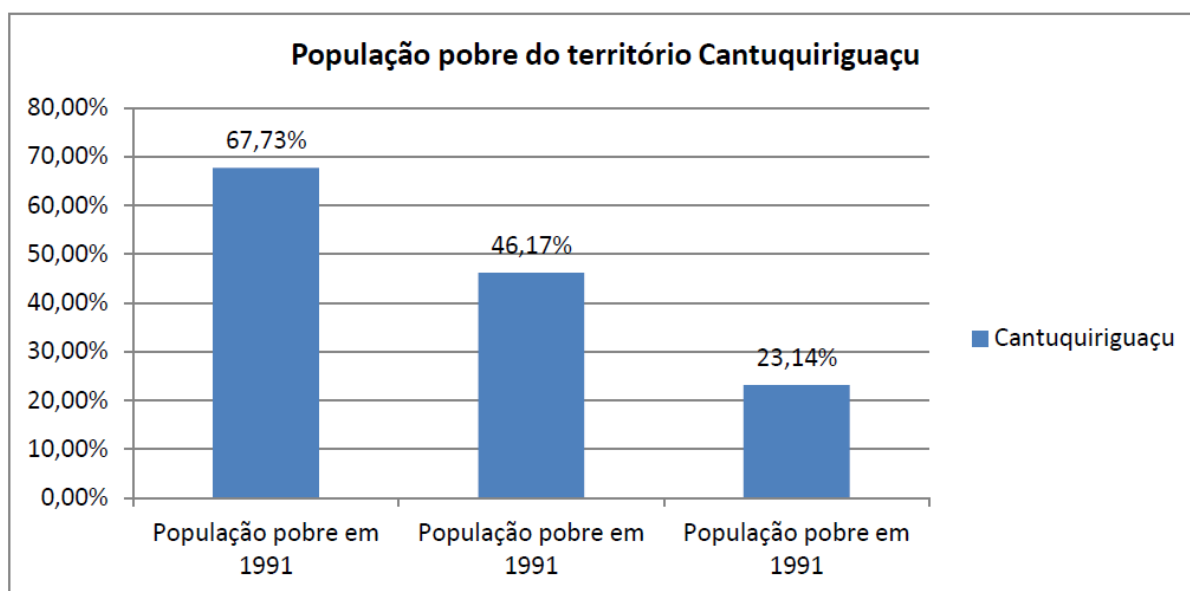
Gráfico 21 – Brasil: Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Extrema Pobreza



Fonte: IPEA (2012).

No Território Cantuquiriguaçu também houve redução da pobreza, possivelmente a partir da inclusão de considerável percentual de sua população as políticas especificadas no parágrafo anterior, como se observa no gráfico 23.

Gráfico 22 - Cantuquiriguaçu: Redução da População Pobre



Fonte: Moraes, 2013.

Nota (errata): os Anos em que ocorreram as medições foram 1991, 2000 e 2010.

Apesar de importantes no cenário de atraso das políticas de bem-estar social no país, que se traduz numa gigantesca e histórica dívida do Estado brasileiro para com sua população, o conjunto das políticas chamadas “sociais” e em que pese a avalanche de críticas despejadas pelas mídias controladas pela cúpula econômica do país, representa um percentual extremamente tímido do orçamento federal, ante o contingente populacional considerável que assiste. No âmbito da luta de classes, esses valores estão em gigantesca desvantagem frente aos gastos públicos com amortizações e pagamentos de juros a partir de títulos da dívida pública. Por esse mecanismo, a classe burguesa, mais precisamente o setor banqueiro, controlam quase metade do orçamento anual da nação. O gráfico 24 mostra os dispêndios públicos com as políticas sociais do governo brasileiro, comparando com outras despesas do sistema de seguridade social federal.

Gráfico 23 - Brasil: Transferências Sociais do Governo Federal



Fonte: Neri; Vaz; Souza, [2010?]

4.4.2.4 Políticas vinculadas à Reforma Agrária e à Segurança Alimentar

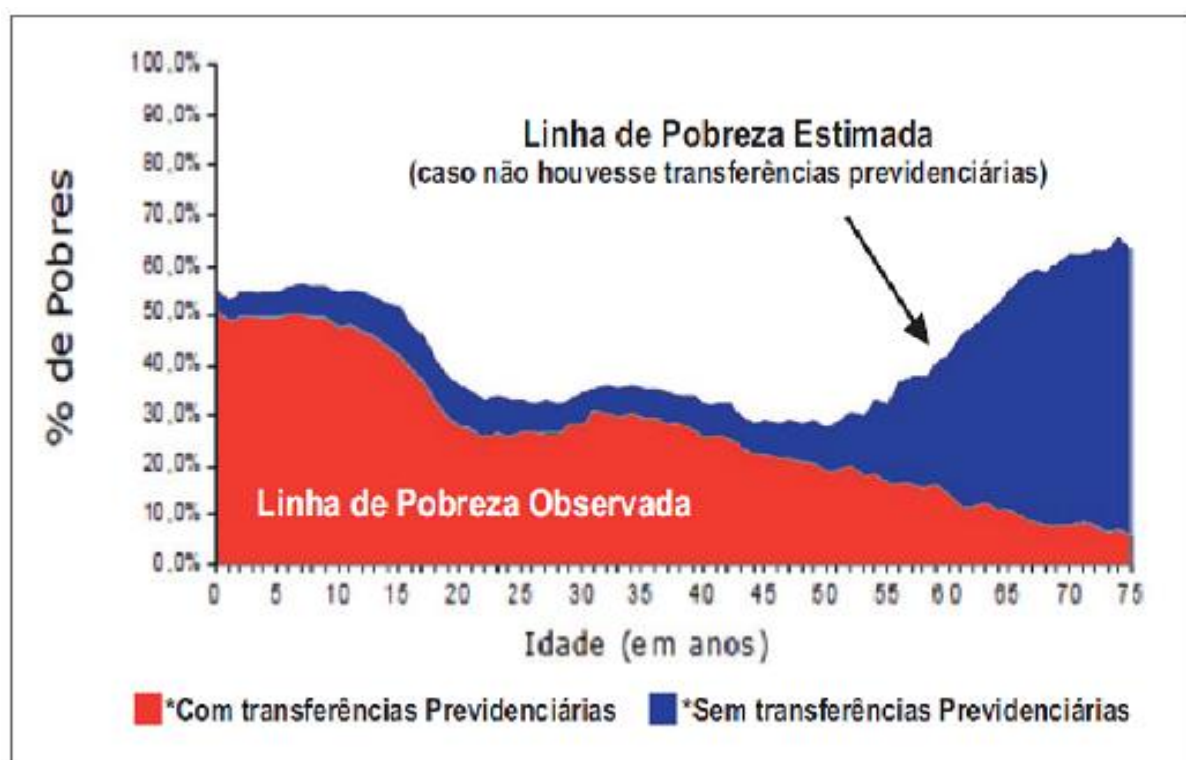
Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra pelo INCRA (após anos de luta), Programas de Crédito Agrícola, ATER e de Apoio à Comercialização como o PRONAF, PNATER, PNAE, PAA e Compra Direta, PRONERA e outros, em suas diversas modalidades e linhas, são bastante ativos no Território e se constituem em sua maior riqueza no campo político-institucional.

4.4.2.5 Maior acesso e Valorização dos Benefícios Previdenciários

Ações de combate à pobreza e miséria, aliados à garantia e acesso de direitos previdenciários também impulsionam a melhoria na distribuição de renda entre as populações mais vulneráveis economicamente. Com os “mutirões da cidadania” que confeccionaram os documentos pessoais e garantiram a cidadania a

milhares de pessoas no Território, foi-lhes garantido o acesso aos direitos de seguridade social, além das políticas públicas de inclusão produtiva. Com os recursos previdenciários chegando a milhares de famílias, aliado à valorização do Salário Mínimo, a melhora nas condições de vida das pessoas foi imediata. Isto pode ser conferido no gráfico 25.

Gráfico 24 - Brasil: Impacto dos Benefícios Previdenciários sobre a Pobreza



Fonte: MPS, 2016

Nota: Inclui Benefícios Assistenciais

As Secretarias de Estado cumprem ações pactuadas com a esfera federal e com os municípios além de programas próprios executados diretamente ao público. No Território, algumas possuem Escritórios ou Núcleos Regionais: Educação, Assistência Social e Trabalho, Receita Estadual, Segurança (16º Batalhão) e Secretaria de Abastecimento.

4.4.2.6 Recursos e áreas prioritizadas para o investimento no Território

O Colegiado territorial deliberou pela aplicação de recursos do PROINF e PRONAT em cadeias produtivas prioritárias definidas a partir do Plano Diretor. A

cadeia produtiva do leite foi a que mais recebeu investimentos para infraestrutura. Educação do Campo com investimentos na construção de salas de aula, alojamento e refeitórios para Casas Familiares Rurais e para o CEAGRO. Os recursos do MDA visavam melhorar a infraestrutura do território para que as políticas para a agricultura familiar pudessem funcionar a contento integrando organizações sociais e produtores na estratégia prevista pelo modelo DTR. O resumo dos investimentos por ano pode ser visualizado na quadro 15.

Quadro 15 – Cantuquiriguaçu: Investimentos do PRONAT e PROINF (2003 a 2010)

Período	Valores Contratados
ano 2003	200.000,00
ano 2004	657.021,50
ano 2005	1.036.700,00
ano 2006	1.049.165,00
ano 2007	95.490,00
ano 2008	1.086.909,80
ano 2009	1.832.522,86
ano 2010*	552.400,00
Total	6.510.209,16

Fonte: Relatório Condetec – 2010
* Valores aprovados até fevereiro de 2010

Fonte: CONDETEC, 2011

4.4.3 Elementos de *resposta* na ação de movimentos socioterritoriais

Neste tópico apresentamos a ação sociopolítica articulada a partir dos principais movimentos sociais populares que atuam diretamente no Território Cantuquiriguaçu e que, como elementos da contradição material ao modelo de desenvolvimento implementado pelo capitalismo na região, tentam construir sua superação a partir de sua ação histórica situada. Diante da multiplicidade de atores nesse campo, optamos por expor apenas os três principais movimentos socioterritoriais e suas principais ações: o MST, o MAB e o MPA, ambos membros da Via Campesina internacional. Algumas das ações aqui destacadas contam com a participação, articulação e colaboração destes e de outras organizações como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Educação do Paraná (APP-

Sindicato), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) com atuação nos municípios do Território, além de outras entidades. Este é o caso, por exemplo, das ocupações de terra, da conquista da UFFS e da construção da Educação do Campo.

4.4.3.1 O MST, os Movimentos Socioterritoriais do Campo e os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária

Os acampamentos e assentamento de reforma agrária estão diretamente ligados em sua origem com os processos de concentração da terra pelo latifúndio improdutivo ou produtivista e pela apropriação privada dos recursos naturais de uso público e comum que é a água, o relevo, a paisagem, entre outros.

A reforma agrária tal como proposta pelo MST e a Via Campesina Internacional constitui-se em um elemento de contradição direta ao modelo capitalista de desenvolvimento. Para além da divisão e desconcentração da propriedade da terra, estão em disputa no campo, diferentes modos de vida e de produção, tendo por um lado o agronegócio calcado na produção de commodities, monocultura, concentração da terra e exportação de matéria-prima e, por outro lado, a agricultura camponesa baseada no minifúndio, na reforma agrária, na diversificação da produção agrícola (policultura), na produção de alimentos para autoconsumo e para o mercado interno. São projetos de sociedade e visões de mundo muito distintas.

A definição de lutar por reforma agrária popular, fundamentada na produção sustentável de alimentos – por meio da agroecologia – foi tomada no VI Congresso Nacional do MST realizado em junho de 2014 em Brasília. Esse propósito responde ao desafio imposto pelas transformações recentes em que “a partir do século 21, o campo brasileiro foi hegemonizado de forma mais intensa pelo agronegócio, cujo modelo econômico tinha em seu centro apenas as exportações, os bancos e os grandes grupos econômicos”, mas que expande seu domínio e “o capital estrangeiro, as transnacionais, os grandes grupos econômicos tomaram conta da agricultura no país, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia, para sustentar o seu modo de consumo” (MST, 2017: página eletrônica oficial do Movimento).

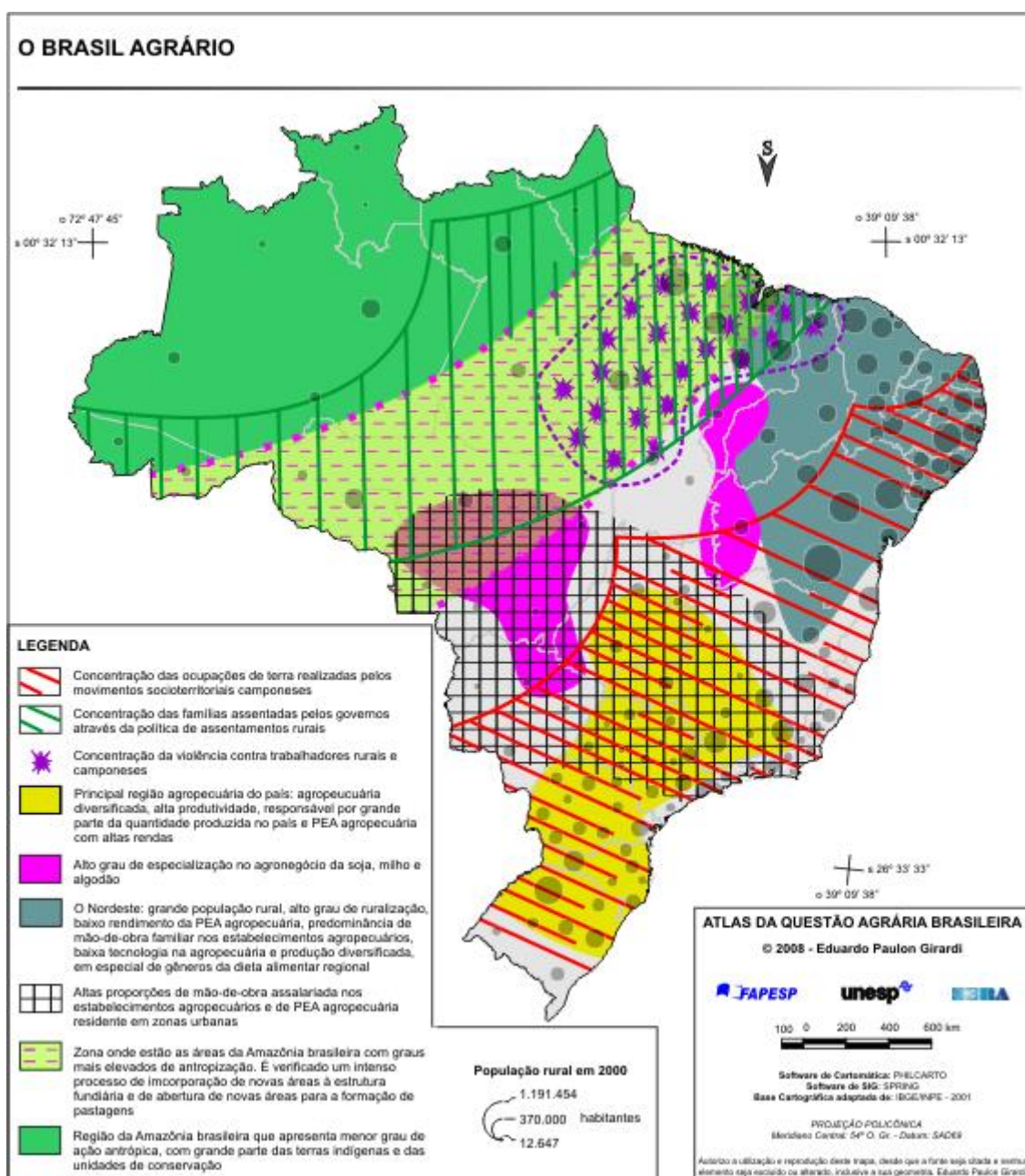
Para o entendimento do fenômeno dos acampamentos e assentamentos de sem-terras no Território Cantuquiriguaçu, além da discussão que vimos tecendo acerca das condições em que se deu a ocupação da terra – desde a ocupação por não-índios do Paraná Tradicional via Campos de Guarapuava, passando pela exploração extrativista da erva-mate e da madeira, pelos sistemas de criação e de agriculturas tradicionais e, finalmente, pelo desenvolvimento da agricultura moderna e do uso dos recursos hídricos para produção de energia elétrica – faz-se necessário, uma abordagem da questão agrária no Brasil a partir de alguns dados. Conforme o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira da Universidade de São Paulo (USP), a questão agrária no Brasil permeia todos os acontecimentos importantes da atualidade, em todas as dimensões, com perspectivas de avanço das forças políticas ligadas aos grupos grandes detentores da propriedade da terra no Brasil. “o tema é polêmico. Vivemos dias preocupantes, com percepção de perdas (para os povos tradicionais) em breve”, afirmou em palestra proferida no Território, nas dependências da UFFS em agosto de 2016.

Ariovaldo propõe alguns elementos teóricos para o entendimento da questão. Segundo ele “a relação *Capital versus Trabalho* não é suficiente para explicar a questão agrária: a terra não é capital”. É, então, necessário considerar duas concepções do direito, “válidas” no Brasil:

- a) direito costumeiro: aqueles que vivem da terra têm direito sobre ela. É um direito consuetudinário;
- b) direito positivo: vale o que está escrito. Garante ao capital a posse, a propriedade da terra. Um documento, portanto, vale mais do que a presença de humanos por anos a fio de posse de determinada fração de terra. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, segundo o autor, esse direito não é o único que vale. Mas, no Brasil é patente.

O mapa 12 é um resumo da configuração da questão agrária no Brasil a partir de dados de 2006. Nele se observa as principais frentes em que usos diversos dos solos por diferentes atores sociais se convertem em diferentes domínios. Os conflitos pela posse das terras decorrem das contradições entre esses atores sociais com visões e matrizes socioculturais divergentes e até antagônicas.

Mapa 12 - Brasil: espacialidades do campo



Fonte: GIRARDI, 2008.

O território capitalista está em constante disputa: as classes sociais que compõem o capitalismo vivem permanentemente em luta entre si. Camponeses, indígenas, quilombolas e latifundiários o fazem a todo o momento. O fato de conquistar um assentamento da reforma agrária não resolve a contradição. A luta continua para se manter na terra. No Brasil, houve a transformação da terra em mercadoria em si. Assim, a terra mesmo sem produzir absolutamente nada, gera riqueza, ou, é fator de riqueza. Nisto, conforme o professor Ariovaldo Umbelino, o

Brasil é diferente dos EUA e da França porque nesses dois países houve conflitos em que a nobreza perdeu o poder sobre a terra, tendo mesmo ido para a guilhotina ou cedendo espaço para que houvesse uma legislação que proibisse a posse da terra mesmo que não seja para produzir.

Já no Brasil, a “grilagem” de terras tornou-se a forma recorrente para que as classes dominantes garantissem a propriedade. No Amazonas todos os títulos de terra foram anulados pela justiça e, no Pará há um processo similar (OLIVEIRA A. U., 2016). A apropriação privada capitalista da terra no Brasil se faz, fundamentalmente, através da grilagem. “O Poder judiciário, recentemente tem revelado profundas contradições como as verificadas atualmente nas questões políticas, não tendo um posicionamento muito seguro contra as investidas de interesses visivelmente mesquinhos, deixando os povos tradicionais desprotegidos”, comenta o autor.

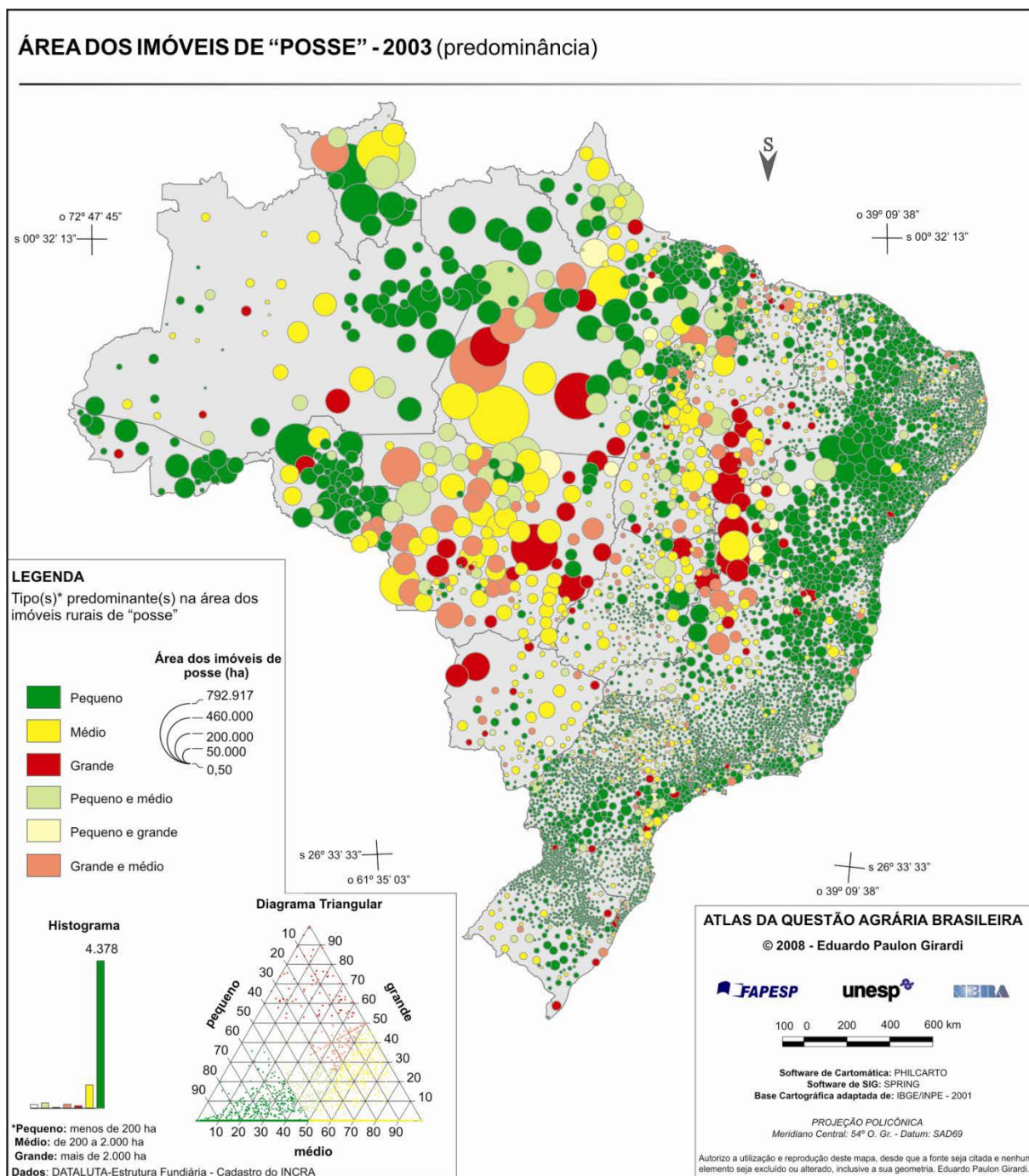
Ocorre a luta de classes entre pequenos e grandes proprietários pela terra, e, entre povos tradicionais e latifundiários (inclusive grileiros) pelo território. Esses povos sustentam outras relações entre si e com a terra, pois, para os povos indígenas, por exemplo, a base da vida é comunitária. Portanto, a terra para os indígenas é território indígena; Os afro-descendentes quilombolas também têm um modo de vida e de produção comunitária. Para eles há também um território quilombola. Dessa forma, a luta de classe se converte em luta por territórios quando estes povos são ameaçados pelas lógicas de reprodução do capital via agronegócio, cujas corporações não possuem terras, não plantam, não colhem, mas lucram com o trabalho e o cultivo das terras alheias. As racionalidades são absolutamente divergentes e, portanto, de direito para que sejam sustentadas, defendidas. No mapa 16 vê-se a predominância de pequenos, médios e grandes proprietários em disputa no território nacional.

No ínterim dessa luta, os direitos humanos das populações indígenas, dos demais povos tradicionais e camponeses são violados sistematicamente. Daí a permanência dos conflitos em todo o território nacional, mesmo o Estado Brasileiro sendo signatário de tratados internacionais que se prestam à garantia dos direitos humanos. Porém, Neves (2008) alerta que:

De fato, onde houver Estado Democrático de Direito, apesar das diversidades culturais, não surgirão problemas relevantes entre direitos humanos com pretensão de validade mundial e soberania do Estado. Ao contrário, tenderá a haver um crescente reconhecimento das declarações internacionais de direitos, assim como a positivação legal (inclusive constitucional) e a concretização dos respectivos conteúdos (NEVES, 2008: p. 220-221, apud SEQUEIRA & VAZ, 2014: p. 12).

Na prática, contudo, tem valido a força econômica como mostram os números apresentados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. No mapa 13 a localização da predominância das propriedades de posse:

Mapa 13 - Brasil: predominância de áreas de "Posse" (2003)



Fonte: OLIVEIRA, A. U. , 2015

Ainda conforme Oliveira, “o desenvolvimento Capitalista Monopolista Mundializado é desigual e contraditório; as burguesias entenderam e praticaram o adágio comunista: ‘trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos’ e, hoje não mais disputam entre si como nas duas guerras mundiais. Agora, sequer compram umas às outras. Há apenas fusões entre elas: praticam a união. A guerra é apenas

localizada para dar vazão à produção armamentista. A economia se unifica e supera a famosa contradição entre o nacional e o estrangeiro”. Dessa forma, a pressão pela posse de extensas áreas de terra em países com solos e subsolos ricos, é muito mais forte, devido ao poderio econômico dos grupos que se formam.

Tanto quilombolas quanto indígenas não praticam o coletivismo (isto seria um ideal judaico-cristão). Praticam o comunitarismo que é diferente. Há uma grande diversidade práticas sociais e usos da terra. Há, portanto, uma diferença também entre a propriedade familiar da terra, a exploração capitalista da terra e os comunitaristas. Para a análise desses grupos, o professor Ariovaldo aponta algumas correntes teóricas que buscam entendê-los a partir da relação com a civilização branca no país. Assim, para os povos indígenas se desenvolveram as seguintes correntes teóricas: da integração dessas comunidades ao conjunto da nação brasileira; do desaparecimento compulsório devido à sua fragilidade frente aos avanços do modo capitalista de produção sobre suas comunidades e territórios; e dos grupos com direitos à propriedade coletiva da terra, com soberania sobre seus territórios.

Quanto aos Camponeses, as principais teorias são: da permanência das relações feudais no campo; da destruição dos camponeses pela modernização dos latifúndios; e da criação e recriação constante do campesinato e do latifúndio. Para Marx em “O Capital”, a sociedade capitalista tem três classes e não duas, ou seja, Burgueses, Proletários, e Camponeses:

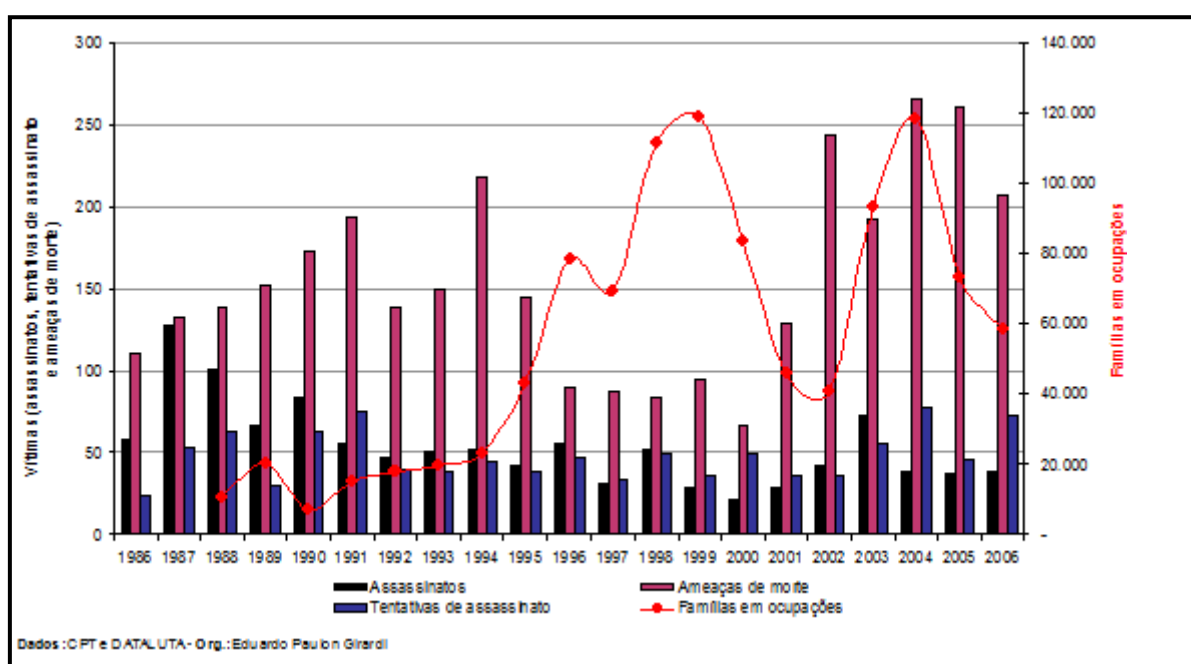
Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo capitalista de produção” (MARX, Livro III, Vol. III, Tomo 2).

Conforme essa passagem de Marx, as classes sociais no capitalismo seriam as seguintes: os proprietários do capital, a Burguesia; os proprietários da força de trabalho, o Proletariado; e os proprietários da terra que se dividem em dois grupos: Latifundiários e Camponeses

O Campesinato como Classe Social da Sociedade Capitalista, é a base da terceira corrente teórica da criação e recriação do campesinato e do latifúndio no

capitalismo. Nesse contexto classista de intenso embate, se produz a barbárie: os números mostram que desde 1985 os conflitos vêm aumentando no campo e continuará seguindo a tendência de crescimento. Já os números de assassinato apresentam tendência contrária, com exceção do período pós-2009 que voltou a crescer. Portanto, ocorrendo sistematicamente e em todo o território nacional, verifica-se a violência, a barbárie como um elemento estrutural do capitalismo no Brasil (OLIVEIRA, A. U., 2015), expressa no gráfico 26.

Gráfico 25 - Brasil: Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais (1986 a 2006)



Fonte: GIRARDI, 2008

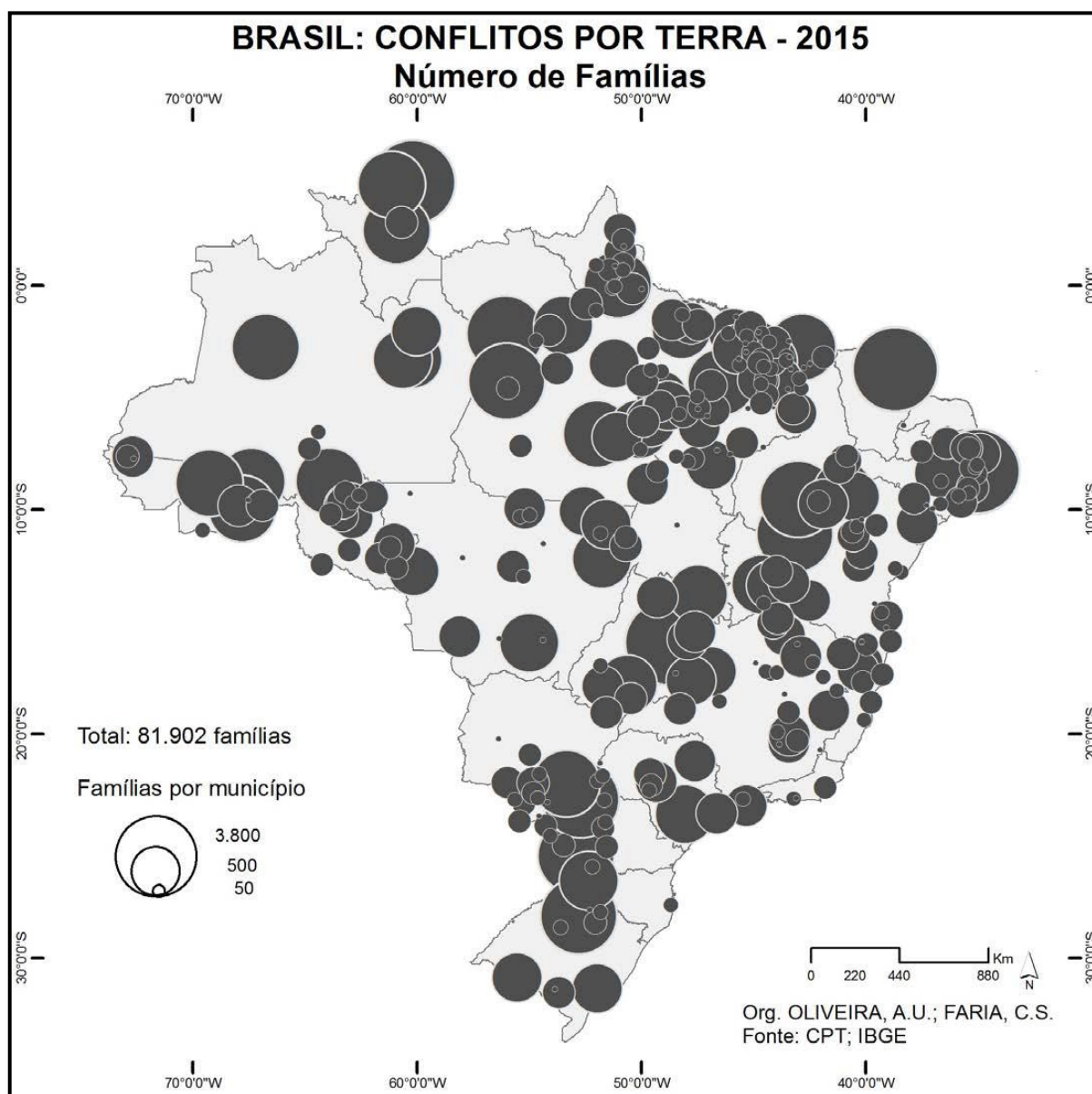
Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT referente a 2015,

A manutenção da aliança com o agronegócio acarretou o agravamento da violência vivida pelas comunidades camponesas que lutam por direitos e pela permanência em seus territórios. Os registros parciais da CPT apontam que o Nordeste foi a região em que houve mais ocorrência de conflitos no campo em 2015, representando 35% dos casos em todo o país. Em seguida, veio a região Norte, com 27% das ocorrências, o Centro-Oeste com 17%, o Sudeste com 15% e, finalmente, o Sul do país com 5,5%. Parte significativa das ocorrências de conflitos neste ano continuou sendo provocada pelo poder privado, com destaque para fazendeiros, grandes latifundiários, grandes empresas, mineradoras, hidrelétricas, portos, dentre outras grandes obras de infraestrutura. [...] Segundo dados parciais da CPT, o número de assassinatos no campo é o maior desde 2004. Foram 49 assassinatos de camponeses, sobretudo de posseiros, sem terras e assentados da Reforma Agrária (CPT, 2015).

Por outro lado, outra conclusão decorrente, é que programas como o “Bolsa Família” não retirou o povo camponês da luta. Pelo contrário, os expôs, para além dos movimentos Socioterritoriais. A expectativa era de que com programas de pouca incidência sobre produtiva do país e que visava atender à população mais carente, ou seja, o público alvo das ações dos movimentos Socioterritoriais, houvesse uma redução no volume das ocupações. Segundo o professor Ariovaldo, os conflitos no campo, no Brasil em 2015 tiveram os seguintes números: 1.217 (mais de 3 conflitos por dia = 3,3); com 816.837 pessoas envolvidas (671 pessoas em média por conflito). Em 2014, foram 1.286 (mais de 3 conflitos por dia = 3,5), com 817.102 pessoas envolvidas (635 pessoas em média por conflito). Quanto à natureza, em 2015, foram 998 conflitos por terra que representam 82% do total; 135 conflitos ou 11% foram por água, envolvendo 135 pessoas; e 84 conflitos ou 7%, envolvendo 80 pessoas com trabalho escravo. Aconteceram ainda 50 assassinatos, totalizando 1.217 pessoas (OLIVEIRA, A. U., 2016).

Os números demonstram o vigor com que as famílias se dispuseram à luta, em vários movimentos socioterritoriais. O mapa 27 mostra o quantitativo das famílias por conflito em cada estado da federação em 2015. Nota-se a importância desses números no Território Cantuquiriguaçu e adjacências, figurando como uma das mais conflituosas em nível nacional, com alto número de famílias envolvidas.

Gráfico 26 - Brasil: Conflitos por terra em 2015 (em número de famílias)

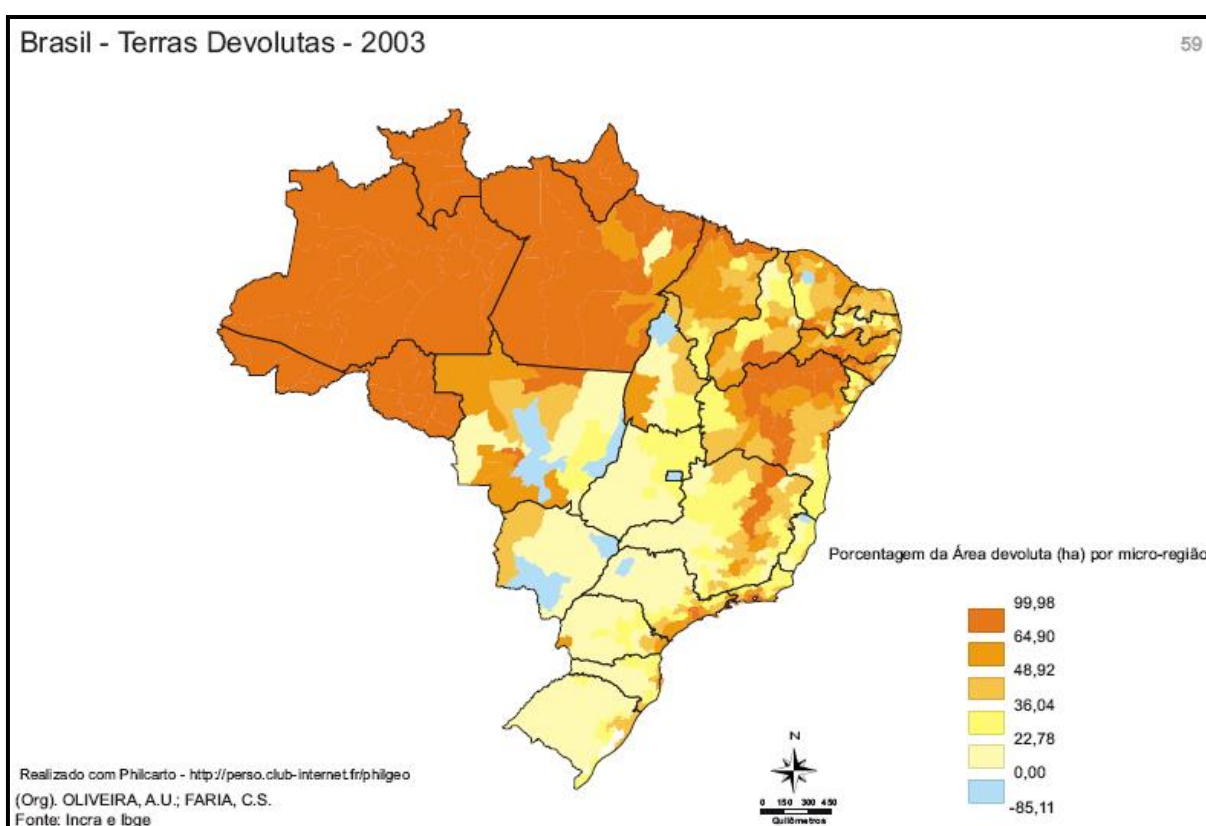


Fonte: OLIVEIRA, A. U., 2016

Apesar da existência de uma ampla diversidade de movimentos socioterritoriais que lutam pela posse da terra ou pela reforma agrária no Brasil, a formação da propriedade privada capitalista da terra no Brasil continua a avançar, concentrando mais de cem milhões de hectares em poucas décadas devido a alguns fatores: a concentração devido ao poderio econômico; o descumprimento da legislação; e a grilagem das terras públicas. Segundo Oliveira, o primeiro grileiro no Brasil teria sido Thomé de Souza (o governador geral) que em 1565 acumulou, ilegalmente, duas Sesmarias. Devido a essa prática, segundo o autor, dados da

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem de Terras na Câmara Federal revelaram que alguns municípios (na Amazônia) chegam ao absurdo de ter mais de 11 vezes a sua própria extensão em títulos em cartórios. A CPI da grilagem descobriu, ainda, fazendas (em títulos de cartório) com mais de 1 bilhão e meio de hectares ou ainda, com 12 bilhões de hectares, quando o próprio Brasil tem menos de 900 milhões de hectares. Apesar dessa intensa disputa e em decorrência da omissão do Estado em relação à questão agrária nacional, o país conta com grande quantidade de terras devolutas, como aparece no mapa 28.

Gráfico 27 - Brasil: Terras devolutas em 2003



Fonte: OLIVEIRA, A. U., 2007

Então, a grilagem é um elemento estrutural da sociedade brasileira. Os principais defensores do direito positivo são os primeiros a desrespeitá-lo. Diante dos disparates, é necessário limitar por lei o tamanho da propriedade da terra no Brasil. Outro problema é a facilidade cada vez maior para que estrangeiros possam adquirir terras no país. Os imóveis de estrangeiros somam em torno de 4,5 milhões de hectares. A legislação brasileira permite que estrangeiros adquiram até 1/5 da

área de cada município. Alguns municípios (sobretudo em São Paulo) já ultrapassaram esse limite legal, mas, segundo o autor, o INCRA não fiscaliza.

Apesar de importante, o aspecto legal da posse da terra não é o único elemento e, a disputa se desdobra em diferentes frentes que transformam a questão agrária em uma questão extremamente complexa. Como aponta Girardi (2008):

No Brasil, o mais importante movimento socioterritorial camponês é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é membro da Via Campesina. Para o MST, a questão agrária brasileira não é somente uma questão de terra; ela apresenta diversos outros problemas atuais como a questão de gênero, democracia, meio-ambiente (água, florestas e biodiversidade), direitos humanos, alimentos transgênicos, agronegócio e agricultura ecológica. O MST, através de suas ações, luta pela solução dos problemas concernentes à questão agrária, questionando o governo, as grandes empresas, os fazendeiros e a sociedade acerca das práticas socialmente injustas e ambientalmente predatórias disseminadas no campo pelo modelo agrícola dominante – o agronegócio. O MST luta por um desenvolvimento que considere a diminuição da desigualdade e da pobreza no campo, na cidade e na floresta a partir da resolução dos problemas da questão agrária (GIRARDI, 2008: p. 35).

A articulação do capital financeiro com o capital industrial no campo, como demonstrado nos tópicos referentes à pressão que a atividade agrícola exerce sobre o Território Cantuquiriguaçu, como ação hegemônica no campo, na atualidade está na base do agronegócio. Ela dita o ritmo das atividades produtivas no âmbito das propriedades rurais, com inserção maior ou menor, em todos os estratos sociais do campo. Define, ou provoca a ação dos movimentos sociais do campo, como aparece em Welch (2005) “a presença de corporações transnacionais, especialmente aquelas ligadas à biotecnologia e exportação de produtos agrícolas como a soja, tem desafiado o MST a realizar um conjunto de ajustes estratégicos para continuar avançando na luta pela reforma agrária” (apud GIRARDI, 2008: p. 35).

Este tem sido o panorama da luta travada também no Cantuquiriguaçu que, como aponta Girardi (2008), “táticas antigas foram repensadas e outras foram criadas para fazer frente à territorialização do agronegócio”. As ações dos movimentos são multiescalares, uma vez que acontecem no espaço que pertence às técnicas e tecnologias de produção no espaço da unidade produtiva, até ao espaço de domínio das relações internacionais:

Essas táticas são baseadas em duas perspectivas. Uma delas questiona os impactos do cultivo e consumo dos novos organismos. Esses novos organismos requerem o uso intensivo de adubos, agrotóxicos e hormônios, além de atentar contra a biodiversidade. Os danos ao meio-ambiente são intensificados e o perigo do consumo desses organismos é uma incógnita. A outra perspectiva argumenta que o Brasil está perdendo sua soberania alimentar com a intensificação do uso da biotecnologia dominada pelas transnacionais. Este processo intensifica a dependência do agricultor (WELCH, 2005, apud GIRARDI, 2008).

Como um contraponto, um elemento de contradição à lógica hegemônica do agronegócio, as ocupações que resultam em alguns assentamentos de reforma agrária, embora importantes, não tem sido suficientes para alterar significativamente a estrutura fundiária em nível local. Constitui, no entanto, um freio ao avanço do agronegócio que se firmando nas estratégias de mercado de commodities, no avanço tecnológico e na mecanização/automação do trabalho agrícola, e ainda, nas principais políticas públicas de promoção do setor devido à sua importância para a balança comercial do país no contexto do ajuste estrangido (DELGADO, 2008), rompe as barreiras da burocracia e da natureza. Ao custo de muito sacrifício, os sujeitos do campo organizados em movimentos socioterritoriais buscam o resgate de saberes milenares dos povos tradicionais aliados a técnicas e práticas resultantes da integração de diversas ciências, de diversas áreas do conhecimento para uma intervenção alternativa no meio ambiente que visa à sustentabilidade dos etnoagroecossistemas em que se instalam e constroem, na luta cotidiana, um processo de enraizamento, nos termos desenvolvidos por Caldart (2001).

A geografia física e humana do embate entre agronegócio e camponeses e pequenos agricultores está marcada pelo poderio socioeconômico dos impérios agroalimentares e suas estratégias de transferência de riquezas para o centro como propõe Ploeg, (2008), por um lado e, pela luta e resistência dos povos do campo com suas estratégias de sobrevivência e organização popular, por outro. São ações duradouras, de persistência que envolve o estudo, a pesquisa, a observação e a presença intensiva da família camponesa nas práticas da agricultura orgânica que visa, em seu conjunto, se converter em agroecologia, ou, ações rápidas e pontuais

como a destruição de mudas de *pinus*, eucalipto¹⁸ ou qualquer outra espécie destinada à produção de celulose nos grandes latifúndios da região. Assim:

'Do ponto de vista filosófico e político, a biotecnologia representa uma transferência repreensível de conhecimento e riqueza de recursos naturais dos trópicos, ricos em biodiversidade e pobres em capital, para o hemisfério norte, pobre em biodiversidade e rico em capital' (WELCH, 2005: p. 37). Neste sentido, as ações tradicionais como marchas e ocupações de terra foram intensificadas. A ocupação não é mais realizada apenas em terras devolutas ou improdutivas, elas passaram a ser realizadas também em áreas de monocultura e de transgênicos. A cana-de-açúcar, eucalipto e a soja são os principais focos da luta (GIRARDI, 2008).

O conflito se intensifica e se expande por diversas frentes visto que cada um dos pólos da contradição desenvolve essas matrizes tecnológicas que também são antagônicas. Como exemplo, podemos citar a introdução de agrotóxicos nos cultivos e na agropecuária, hoje imprescindíveis ao modelo do agronegócio, não apenas por sua "eficiência" na eliminação de ervas, insetos, fungos e outros seres vivos indesejáveis nas áreas de produção, mas, por ser um mecanismo que gera dependência técnica, tecnológica e financeira de seus usuários. Como se sabe, os agrotóxicos possuem alto poder nocivo ao conjunto do meio ambiente e sobre a saúde humana, porém, seu uso vem crescendo a cada ano em todos os municípios do Território (ver tabela 6) e quase não conhece restrições. Muitas das iniciativas de produção orgânica são atingidas pelas aplicações de agrotóxicos em lavouras vizinhas e são danificadas, pois, a pulverização, normalmente, não se restringe ao local escolhido, devido à ação do vento, da evaporação e da chuva.

A pressão que o modelo convencional de agricultura exerce sobre as comunidades tradicionais não é apenas midiática e financeira, mas, física, na medida em que seus territórios são invadidos por detritos de produtos químicos que contaminam e ameaçam a qualidade e até mesmo a produtividade de suas lavouras. Conforme o quadro 16, o consumo de agrotóxicos ameaça também o conjunto da

¹⁸ Conforme notícia do portal G1 em reportagem de Fabiula Wurmeister do G1 PR, "Um grupo de integrantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu um viveiro e destruiu cerca de 1,2 milhão de mudas de pinos que estavam sendo preparadas para o plantio em uma área de reflorestamento da Araupel, em **Quedas do Iguacu**, no sudoeste do Paraná. De acordo com empresa, o ataque ocorreu na madrugada desta quarta-feira (8) e causou um prejuízo de R\$ 5 milhões. A Polícia Militar recebeu reforço e acompanha a movimentação". A ação relâmpago ocorreu em comemoração ao dia internacional da mulher, 8 de março, como denúncia dos impactos negativos do agronegócio sobre a biodiversidade e, para exigir a reforma agrária nas áreas ocupadas pelo MST, que eram griladas pela empresa Araupel S. A., mas, que conforme decisão judicial contestada pela empresa, pertencem a União.

população devido ao seu uso intensivo, com taxas per capita, absurdas. No caso do município de Candói, de acordo com os dados, se dividirmos o consumo de agrotóxicos total de 2013, último ano computado, que foi de 1.937.927, 635 Kg pela sua população que é de 15.794 habitantes, teremos um consumo médio per capita de 122,700 Kg/ano, ou 0,336 Kg por dia. Se tomarmos o acumulado dos últimos três anos que foi de 4.714.374, 104, atinge-se a taxa de 298, 491 Kg/ano per capita. Ou, 0,817 Kg/dia por pessoa.

Quadro 16 - Consumo de agrotóxicos em Kg per capita na região do Cantuquiriguaçu e entorno

Consumo de agrotóxicos, em Kg (fonte SIAGRO/ADAPAR)				
	2011	2012	2013	Total
Boa Ventura de São Roque	120.158,777	214.035,961	240.732,999	574.927,737
Campina do Simão	87.014,993	93.352,564	80.793,821	261.161,378
Candói	1.125.699,279	1.650.747,190	1.937.927,635	4.714.374,104
Cantagalo	384.134,618	484.772,440	1.035.620,048	1.904.527,106
Foz do Jordão	292.447,972	474.692,663	681.200,309	1.448.340,944
Goioxim	124.078,454	175.702,271	219.414,584	519.195,309
Guarapuava	509.057,608	754.355,519	827.902,173	2.091.315,300
Laranjal	12.937,150	19.170,402	30.699,038	62.806,590
Laranjeiras do Sul	173.048,133	182.022,787	210.743,956	565.814,876
Marquinho	30.815,798	44.333,456	80.514,541	155.663,795
Nova Laranjeiras	74.299,530	99.289,132	134.856,676	308.445,338
Palmital	33.769,838	53.378,782	71.471,738	158.620,358
Pinhão	209.859,588	343.500,415	411.668,045	965.028,048
Pitanga	298.741,210	527.817,184	595.398,594	1.421.956,988
Porto Barreiro	64.471,480	104.112,728	110.134,340	278.718,548
Prudentópolis	190.450,550	389.281,729	827.791,165	1.407.523,444
Reserva do Iguaçu	78.127,639	128.627,967	148.286,700	355.042,306
Rio Bonito do Iguaçu	129.599,681	165.169,314	159.601,973	454.370,968
Turvo	59.426,532	99.718,518	140.105,350	299.250,400
Virmond	254.596,491	550.596,193	620.139,097	1.425.331,781

Fonte: SIAGRO/ADAPAR

A soma do consumo dos 20 municípios apresentados na tabela, sendo 11 do Território Cantuquiriguaçu, 7 do Território vizinho Paraná Centro, mais o município de Prudentópolis do Território Centro Sul, alcança 19.372.405 Kg em três anos. Se dividirmos pela população somada de 439.117 habitantes, teremos um consumo médio de 44,116 Kg em três anos por habitante, nesses mesmos municípios. Os

efeitos podem se espalhar por toda a cadeia biótica, com reflexos sobre a saúde humana que apresenta altos índices de incidência de câncer e outras patologias sobre a população local, além de estimular a depressão que em muitos casos acaba em suicídio, cuja taxa também é elevada.

A percepção de que o modelo convencional é insustentável e mais eficiente na geração de renda na agricultura apenas em larga escala, aliada à experiência vivida do *squeeze*, situação de aperto descrita por Ploeg (2008) pelos agricultores que foram expulsos de suas áreas pela modernização agrícola ou pela implementação de hidrelétricas no Território ou fora dele, e ainda, a possibilidade de se conquistar algo que possa representar rapidamente um capital ou patrimônio, estão entre as principais razões pelas quais ocorrem os acampamentos e mobilizações de agricultores e sem-terras. Porém, uma vez mobilizados, as insatisfações com o modelo agrícola e social e a percepção de que os rumos ditados pelo agronegócio não são favoráveis ao conjunto da população camponesa se convertem em conteúdo e base para reflexão e ação das lutas que desenvolvem e nas quais se reconhecem como “sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela” (CALDART, 2001: p. 210, grifos da autora).

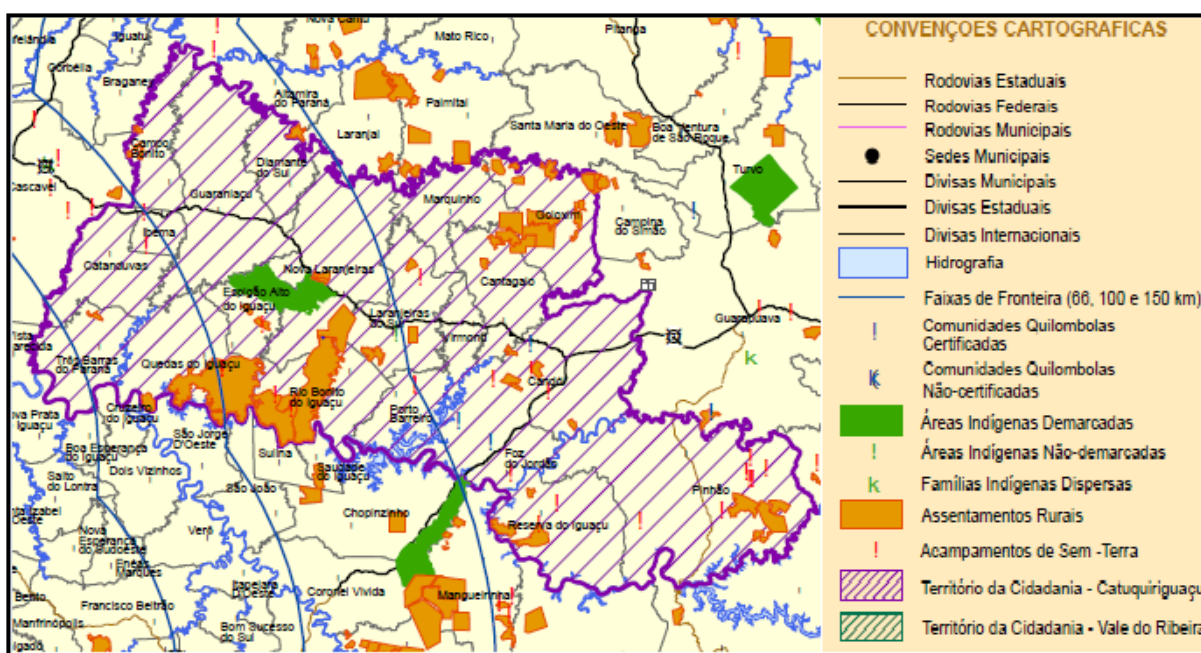
Atualmente, no Território Cantuquiriguaçu, segundo notícia veiculada no portal G1, do dia 09 de março de 2016 “de acordo com o MST, a região concentra mais de 3,5 mil famílias acampadas. Em todo o estado, calculam os sem terra, são mais de 12 mil famílias aguardando assentamento”. Quanto aos assentamentos, conforme dados do INCRA em 2009,

No Território encontramos 49 assentamentos presentes em quase todos os municípios. Apenas seis municípios não têm assentamentos, a saber: Virmond, Porto Barreiro, Ibema, Guaraniaçu, Foz do Jordão e Diamante do Sul. São 4.426 famílias assentadas, que representam 21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar (CONDETEC, 2011: p. 20).

Já conforme dados do IBGE no Censo Agropecuário 2006, apenas 68% dos agricultores familiares do território são proprietários, 16% são assentados sem a titulação definitiva e os 16% restantes são arrendatários, ocupantes, parceiros e sem área definida. Os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu são os que menos agricultores têm a propriedade da terra, a maioria é assentada sem

titulação definitiva. Seguida de Pinhão onde 16% são ocupantes e 8% sem área (CONDETEC, 2011: p. 19). Vê-se certa precariedade na documentação da propriedade rural entre camponeses e agricultores familiares. Porém, mesmo assim, são importantíssimos para a ocupação no Território. “Se observarmos a população ocupada nos estabelecimentos agropecuários, temos ao todo no Território 75.765 pessoas; e destas 80% estão ocupadas em estabelecimentos familiares”, reza o texto do Plano Safra Territorial - PST aqui referenciado. No mapa 14 aparece um resumo dos ‘diferentes territórios’ dos movimentos socioterritoriais e dos povos tradicionais.

Mapa 14 - Cantuquiriguaçu: Terras e territórios Quilombolas, Indígenas e da Reforma Agrária



Fonte: ITCG, 2008

Nota: adaptado pelo autor.

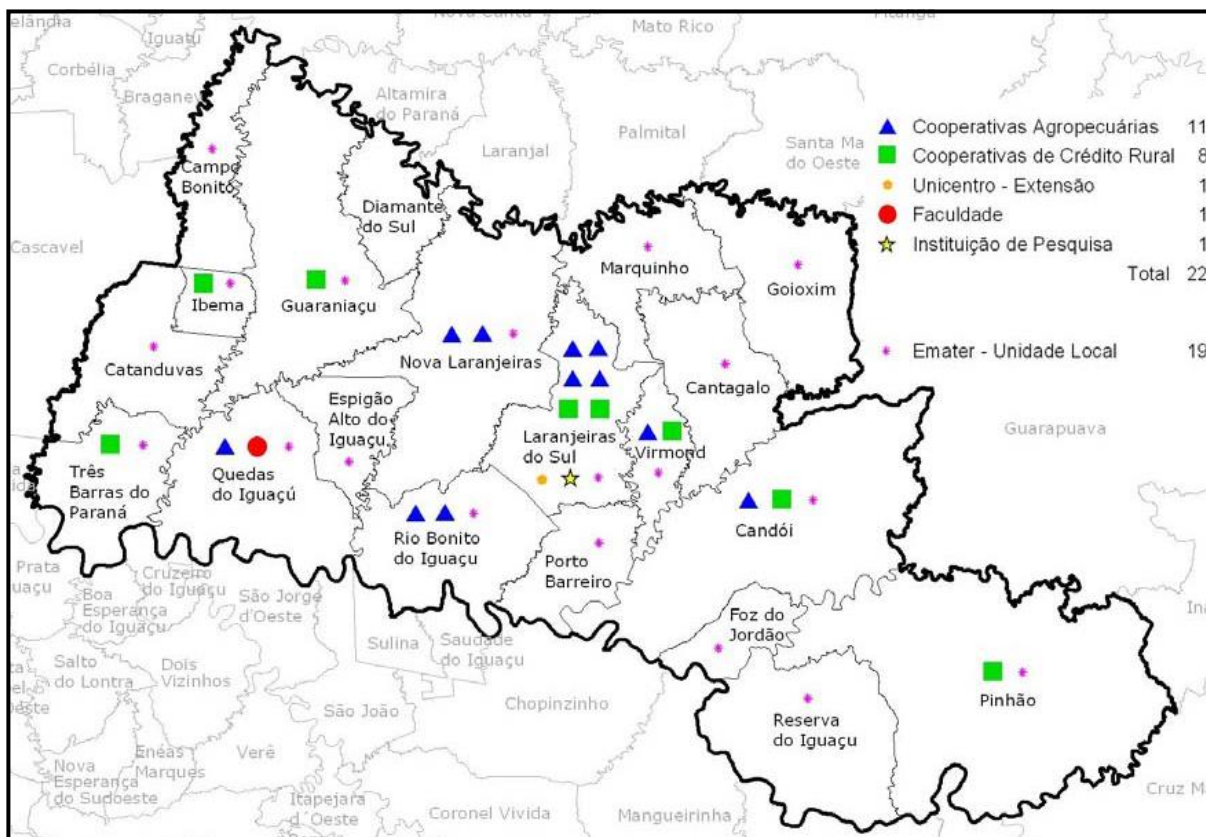
A reforma agrária além de alocar terra para as famílias é importante fator para alocação de recursos financeiros para o Território, sobretudo, para infraestrutura como estradas rurais, moradias, máquinas e equipamentos, agroindústrias para as famílias, associações e cooperativas de assentados, e equipamentos comunitários como saneamento, barracões, e outros. Representa sim um acréscimo repentino nas demandas por serviços municipais nas áreas de saúde, educação (incluindo transporte escolar), assistência social e ações de desenvolvimento agrário, devido à entrada de muitas famílias. Porém, a partir da criação do projeto de assentamento –

PA, o município passa a celebrar convênios com órgãos do governo federal para ações prioritárias nas áreas de assentamento. Programas como o PRONAF, com linhas específicas para famílias assentadas, injetam grande volume de recursos no comércio local, dinamizando a economia municipal.

Além do aspecto econômico, o fator pedagógico presente no processo das ocupações e negociações para a conquista dos assentamentos, também se constitui em importante elemento a ser considerado para o processo de mudança social no Território, conforme mostram os números de IDH na última década. O aprendizado permanece ativo nos processos de discussão e implementação de ações de desenvolvimento como conquista de Escolas, parcerias para execução de Cursos Técnicos, Cursos de formação de Docentes, lideranças e outros. O desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo também é uma realidade no campo, a partir do aprendizado nas ocupações, mobilizações e assentamentos. Também o desafio da viabilidade econômica experimentado em cada unidade produtiva conquistada, levou ao surgimento de variadas fórmulas e soluções coletivas, formais ou informais, que intervêm em diferentes níveis e esferas no âmbito da luta pela terra e pela vida nos assentamentos, conforme Christoffoli (2015).

Algumas associações, cooperativas e outras entidades de iniciativa da sociedade civil compõem o mapa 15 ao lado de estruturas públicas.

Mapa 15 - Cantuquiriguaçu: Estruturas associativas, Cooperativas, educacionais e de Assistência Técnica e Extensão Rural (2006)



36 O presente inventário baseou-se em trabalho realizado em 2005 pelo IPARDES: *Os Vários Paranas: Estudos Socioeconômico-Institucionais como Subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional*, com as devidas atualizações (IPARDES, 2005).

37 A classificação das Instituições segundo a categoria baseou-se em tipologia adotada em trabalho realizado em 2005 pelo Ipardes e Secretaria de Estado do Planejamento: *Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná - Etapa 2 (IDENTIFICAÇÃO, 2005)*.

Fonte: IPARDES, 2007.

Verifica-se que a ousadia empregada nas ações mobilizações e ocupações também é levada para a participação dos representantes dos movimentos socioterritoriais nos espaços diversos como conselhos, comitês e colegiados nos municípios, no Território e mesmo em nível estadual como, por exemplos, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) e o Comitê Estadual da Educação do Campo. A ação nesses espaços tem por referência, diretrizes e posicionamentos construídos nas instâncias decisórias dos movimentos e entidades que compõem. Dessa forma, os movimentos socioterritoriais e suas estratégias de luta, como elemento fundamental da contradição que se desenvolve no campo entre camponeses e agronegócio,

constituem também importante elemento de *resposta* que o Território Cantuquiriguaçu apresenta frente ao *estado* resultado da *pressão* exercida pelas principais atividades econômicas desenvolvidas nas últimas décadas na região. Em especial, destaca-se a produção de alimentos saudáveis no processo de implementação da agroecologia como elementos central do conceito (e da prática) da reforma agrária popular, como se lê na seguinte passagem:

Ao longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular.

Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos. Com isso, os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrária à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica.

[...] Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude (MST, 2017: Site oficial do Movimento).

Se a *resposta* institucional via política de DTR, se revela limitada, e, muitas vezes pautada pelos interesses do capital em avançar sobre territórios ainda não inclusos totalmente em sua lógica de reprodução (FAVARO, 2014), como discutido neste trabalho, a ação dos movimentos socioterritoriais mesmo tomando parte em quase todos os espaços abertos pelas políticas de DTR, não se restringe a eles preferindo o exercício da contradição frente às estratégias do agronegócio e do hidronegócio no local e em outras esferas, com soluções essencialmente inovadoras, como é o caso da agroecologia.

4.4.3.2 Educação do Campo e Capacitação Técnica

A Educação do Campo na forma concebida pelos movimentos sociais populares que atuam nesse meio constitui uma espécie de síntese das práticas e teorizações produzidas e experimentadas ao longo de mais de meio século no

âmbito da educação popular no Brasil. Apesar de seus limites (COSTA, 2010), as inúmeras experiências desenvolvidas por diversos movimentos e entidades populares em diferentes regiões do país tiveram nas últimas décadas, finalmente, um salto qualitativo devido à definição e delimitação dos contornos epistemológico, filosófico e metodológico da educação do campo. Antes, borbulhavam iniciativas exitosas e válidas nos mais longínquos lugares onde pessoas mobilizadas pelas utopias relacionadas à questão social, e à questão agrária, construíam didáticas, conteúdos e métodos alternativos à escola formal devido ao caráter excludente tanto da escola formal quanto da estrutura societária a que ela serve. Houve também o avanço das pesquisas relacionadas à educação em geral com excelente nível crítico frente ao sistema capitalista e seu caráter concentrador, explorador e reificante.

Conforme Pereira & Pereira (2010) a educação popular tem como princípio a participação popular, a solidariedade rumo à construção de um projeto político de sociedade mais justo, mais humano e mais fraterno. Nasce fora da escola, à margem do sistema oficial de ensino estabelecido pela burguesia no período da revolução industrial a partir da Europa nos séculos XVIII e XIX. É, portanto, um elemento de contestação ao sistema oficial de ensino e se liga diretamente à busca da emancipação humana defendida pelas utopias socialistas que surgiram em oposição ao capitalismo, sobretudo, nos planos político e econômico, mas que aos poucos se estenderam para outras dimensões. Assim:

A Educação popular acompanha, apóia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la. (WERTHEIN, 1985: p. 22 apud PEREIRA & PEREIRA, 2010: p. 73).

Mas, apesar da força desses grupos que atuavam no campo e na cidade, da capacidade mobilizadora inerente à educação e da identificação de problemas e soluções comuns, havia uma desarticulação geral tanto no aspecto conceptual da educação popular e do campo, quanto no seu aspecto prático, fazendo com que os avanços da pesquisa e as descobertas aferidas por teóricos e educadores populares pudessem ser instrumentalizados por governos populistas e autoritários. Grandes

campanhas e programas¹⁹ apressados de combate ao analfabetismo e de promoção da elevação da escolaridade da população brasileira (principalmente dos trabalhadores) foram instalados no país por iniciativa desses governos, com base nas descobertas de Paulo Freire e de outros teóricos, sem, contudo, angariar resultados expressivos devido à referida instrumentalização da educação e seu reducionismo mecanicista característico. Ou seja, a instrumentalização é uma forma de cooptação das tecnologias e outras soluções produzidas no âmbito popular e que se revelam com algum poder transformador. Com a desfiguração imposta, seu potencial subversivo frente ao *status quo* fica ineficiente, dominado.

Tradicionalmente, no Brasil, propostas de origem popular e com poder transformador, em todos os setores, são rigorosamente combatidas por entidades, veículos de comunicação de massa, políticos representantes das classes dominantes e por entidades de classe a eles ligadas. Campanhas como “escola sem partido”, “educação sem ideologia” e congêneres na atualidade, exemplificam o DNA reacionário desses setores. Como anota Caldart (2001):

por contradição, embora isto represente um broto tão frágil, acaba encontrando receptividade na própria sociedade cujas forças políticas hegemônicas o combatem, exatamente pelo caos social e a desesperança humana produzida pela lógica desta sociedade e desta hegemonia (CALDART, 2001: p. 216)

Com o acirramento da luta de classes no final da década de 1970 e início da década de 1980 ocasionado pelo desgaste do regime ditatorial e pelo agravamento da crise e recessão econômica aconteceu a criação e fortalecimento de importantes centrais sindicais e movimentos populares como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e ainda, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) já na década de 1990, todos como resultantes da fusão e articulação de inúmeros

¹⁹ Como exemplo desses programas, podemos citar o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Conforme Meneses & Santos (2001) “o Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobreal propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar”. Porém, além de não erradicar o analfabetismo, se caracterizou como uma clara tentativa de contenção do poder transformador da educação popular apoiada pelo governo democrático de João Goulart antes do golpe de 1964, através do Método Paulo Freire aplicado à educação de jovens e adultos.

movimentos e iniciativas menores espalhados pelo território nacional. Embora, cada um tivesse seu foco de luta bem definido, todos se preocupam com a formação de seus quadros técnicos e dirigentes, vêem a educação como um direito que precisa ser conquistado e garantido a todos, o que os obriga a lutar pela construção de escolas nos assentamentos de reforma agrária, nos Reassentamentos de atingidos por barragens e nas diferentes comunidades rurais em que estavam organizados e inseridos. Tomam para si a tarefa de realizar cursos, oficinas e outras atividades que evidenciaram ainda mais o caráter de classista que permeia a educação formal por um lado, e, a exigência de outra proposta de cunho popular, por outro, como aparece na afirmação de Caldart (2005):

Nossa proposta é pensar a Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo. Isto quer dizer que se trata de pensar/projetar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em dado tempo histórico (CALDART, 2005: p. 24 in PARANÁ, 2005).

Mais do que as reflexões teóricas acerca do papel da educação no processo formativo de novos sujeitos no contexto das lutas e em vista da nova sociedade que esses movimentos se propunham a construir, foi e tem sido importante a prática e a vivência cotidiana nos espaços de lutas travadas com oponentes de classe e contra o Estado quando este se revela refém das elites conservadoras. O processo de luta põe as pessoas em movimento e as obriga a pensar cada ato, cada ação, cada novo passo a ser dado, considerando-se os riscos e as possibilidades de cada investida. A condição humana se revela como presente, embora, muitas vezes não totalmente consciente para cada sujeito que toma parte no processo. A própria condição de sujeito é conquistada e tem por base essa nova realidade vivenciada no plano das lutas sociais. Aos poucos, a vivência numa nova condição, se converte em princípio pedagógico onde para além da propalação verbal se vive e se pratica diariamente os valores que orientam a divisão de tarefas e responsabilidades no conjunto das organizações, como anotado por Caldart (2001).

No campo das reflexões e elaborações de propostas, havia a preocupação de sempre partir da realidade imediata, concreta, vivida, problematizando-a e separando elementos que se tornavam a base a partir da qual se operava a intervenção das organizações sobre as estruturas que buscavam e buscam transformar. Inúmeros projetos e parcerias entre movimentos e entidades e entre estes e órgãos da administração pública em todas as esferas e áreas foram desenvolvidas, resultando em rica e extensa experiência no campo da educação popular (PARANÁ, 2009: p. 32-54). Pouco a pouco se formava a crítica à educação formal, de caráter urbano, bancária e domesticadora destinada pelo Estado às populações trabalhadoras em geral, e rurais em particular. Também crescia a consciência em torno da necessidade de um projeto alternativo para o campo, para a nação e, para a humanidade como um todo. Uma nova civilização. O campo deveria deixar de ser considerado pelos governantes e outros setores econômicos e pela sociedade em geral, como o lugar do atraso, da ausência de estruturas e equipamentos públicos, de populações analfabetas, rudes e alheias à civilização. Portanto, o conteúdo das políticas públicas deveria sofrer uma radical transformação, deixando de conceber o campo como espaço para a produção e extração de matérias primas em vista da acumulação de riquezas e de bem-estar para as pessoas que vivem na cidade, com foco na dimensão econômica, e, tomando-o como espaço de vida, de realização de sonhos de vida digna para sua população. Como sujeitos de sua história o povo camponês não demanda uma educação *para* o campo como era costumeiro nas ações do estado. Demanda uma Educação *do* Campo e para o campo, mas, em perspectiva de que a educação seja parte do próprio processo de transformação do campo iniciada por estes movimentos. Um processo educativo que considere a relação Educação e Trabalho como base para 'o fazer' pedagógico, como aponta Costa (2010):

Tornar claras essas questões que compreendem a relação Educação e Trabalho e a integração entre conhecimentos, deve ser tarefa inadiável e necessária, pois, historicamente, no Brasil foi marcado pelo academicismo sem materialidade e, por outro lado, por uma qualificação estreita, técnica e "manualística" (COSTA, 2010: p. 24).

Surge assim, desse processo, um conceito que sintetiza todas as ações em educação e formação humana desenvolvida pelos movimentos populares do campo

a partir de suas lutas e em colaboração com outros movimentos urbanos, departamentos de universidades e das administrações públicas que se abriram e se colocaram em atitude de diálogo com os sujeitos do campo em movimento. Mais do que um conceito a educação do campo se constitui numa prática ou num conjunto de práticas que supera o aspecto pedagógico do espaço escolar e se insere no mais amplo espaço de lutas e de construção de valores ligados à superação do modo de produção e reprodução da existência humana ainda hegemônica. Assim, segundo o Dicionário da educação do Campo:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana [...] (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012: p. 257).

Constitui-se num marco teórico que baliza a implantação de políticas públicas na forma de programas de estado e de governo que prevêem espaço para o diálogo e a promoção da identidade do camponês e dos sujeitos coletivos do campo, bem como de sua pedagogia específica baseada na luta e no movimento de luta constante de que participam homens e mulheres, jovens e crianças empenhados na construção de seu próprio destino e de suas coletividades. Pode configurar-se também, conforme o Dicionário da Educação do Campo “como *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo”, que se presta, inclusive, à “compreensão da realidade por vir” (idem), como possibilidade histórica.

O Cantuquiriguaçu como um território disputado por diferentes atores que buscam territorializar suas ações e minorar a influência adversária na região, notadamente entre camponeses e empresas do agronegócio, foi palco de grandes e pequenas ações de ocupação de terras desde a década de 1980. Depois da ocupação por grileiros latifundiários nas décadas precedentes, camponeses sem-terras e camponeses com pouca terra se organizam e retomam parte dessas áreas que não vinham cumprindo com sua função social prevista na legislação brasileira.

Pouco a pouco a estrutura socioeconômica local passa a refletir alguns aspectos dessa mudança recente que atinge as diversas áreas, como anota Mohr et al. (2012):

As últimas três décadas foram de intensas e importantes mudanças no espaço denominado Território Cantuquiriguaçu, que vão desde a implantação do agronegócio pelas multinacionais, até a reconfiguração da propriedade privada no campo e nos assentamentos de reforma agrária, conquistados em sua maioria, na pressão popular, por movimentos organizados. Essas mudanças promovidas pelo capitalismo agrário ou pelas forças sociais acontecem paralelamente, ao mesmo tempo. Disputam espaços, territórios materiais e imateriais, e constituem-se numa constante contradição que extrapola a escala regional, atingindo, por desdobramentos necessários, a escala nacional e internacional. [...] Surgem as primeiras ocupações de terras na década e 1980 e, conseqüentemente, os grande assentamentos de reforma agrária no final da década de 1990, trazendo uma grande transformação: estrutural, ao repartir a propriedade privada do latifúndio, que muitas vezes era adquirida de forma espúria, por grilagem e/ou favorecimentos diversos; social, incluindo pessoas beneficiárias da assistência social na ala produtiva, resgatando sua dignidade e, mais do que isto, ensinando-as o caminho das grandes conquistas pelo método das lutas de massas; e econômica, dinamizando a economia pelo simples retorno da população ao território, advinda com os acampamentos e assentamentos.

Vale lembrar que alguns municípios do Território tiveram repentinamente sua população triplicada, em função das ocupações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MOHR et al, 2012: p. 794-795).

Com aproximadamente 20% das unidades de produção sendo formado por famílias assentadas, com mais de 21.000 pequenas propriedades rurais e contando com quase 50% da população residindo na área rural, o Território Cantuquiriguaçu experimenta intensa e diversificada organização das populações do campo. Suas bandeiras principais são a terra, o crédito, a moradia, a energia e, a educação do campo.

Dessa maneira, além de inúmeras experiências, importantes eventos no âmbito da educação do campo aconteceram no Território. É o caso da II Conferência Estadual “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada no município de Porto Barreiro no ano de 2000. Esta conferência produziu um documento denominado “Carta de Porto Barreiro” que, por longo período foi uma das principais referências na construção e implantação de políticas em Educação do Campo no estado do Paraná e em nível Nacional. A “Carta de Porto Barreiro” é um constructo coletivo de

450 educadores e educadoras, dirigentes e lideranças de 64 municípios, 14 organizações (movimentos sociais populares, sindicais, universidades, ONGs e prefeituras) que buscou “refletir a respeito das realidades do campo e trocar experiências sobre os processos educativos” (Carta de Porto Barreiro, 2013: p. 20), num contexto de políticas governamentais que classificam como “excludentes” ou que “excluem o campo do desenvolvimento nacional”. O texto da carta denuncia ainda que:

Esta exclusão é parte de um projeto maior que as elites brasileiras estão implementando, por meio de um desenvolvimento, que privilegia a agropecuária capitalista em detrimento da pequena agricultura, agricultura familiar e camponesa. Este modelo não pretende enfrentar um dos maiores problemas brasileiro: a concentração fundiária, atendendo ainda às políticas neoliberais do FMI e do Banco Mundial (Carta de Porto Barreiro, in VERDÉRIO [ORG.] et al. 2013: p. 20-22).

Discute a infraestrutura precária do campo em comparação à cidade, a tradição do Estado do Paraná na produção de alimentos em contradição com as políticas que privilegiam a produção de commodities, critica a falta de políticas voltadas para a afirmação do camponês e do campo como um espaço de vida para diversos sujeitos e demarca um foco para a Educação do Campo e demais ações dos movimentos populares: “ a valorização do Desenvolvimento Humano, essencial para a construção de um projeto popular para a nação brasileira”. Por fim, fixa 20 diretrizes que serviram para orientar durante mais de uma década, todos os avanços e conquistas para a Educação do Campo, no Paraná e contribuindo significativamente para com o debate do tema em nível nacional.

Dessa forma, liga a Educação do Campo às demais dimensões da realidade camponesa e nacional, fazendo com que a luta por terra, crédito, moradia, saúde, educação ou qualquer outra área, fosse tomada em seu conjunto e assim construindo a noção da existência de dois campos em disputa, ou, dois territórios distintos: o do camponês e o território do agronegócio que, por sua vez demandam políticas públicas diferentes.

Com base nessas diretrizes, no Cantuquiriguaçu, desenvolveram-se diversas parcerias para execução e/ou implantação de diversos cursos em Educação do Campo como Licenciaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - Unicentro e na

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), bem como de pós-graduação/especialização em parceria com a (UFPR) e outras universidades, que muito contribuíram para com a formação docente na área. Recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e outros foram também utilizados na realização de cursos técnicos em nível superior (tecnólogo) e médio, de escolarização e técnico em Casas Familiares Rurais, educação de jovens e adultos, Saberes da Terra, entre outros (cf. COSTA, 2010). Vale ressaltar que a própria configuração das políticas públicas como o PRONACAMPO e de algumas de suas ações como o Saberes da Terra, recebeu forte intervenção dos movimentos sociais que atuam no Cantuquiriguaçu e de profissionais da educação do Território que ajudaram na concepção do programa.

A própria criação da UFFS é destacada como uma conquista do Território Cantuquiriguaçu que sedia um de seus *campi*, como desdobramento do conjunto das lutas de caráter classista no campo em todas as frentes, bem como da articulação a partir das diretrizes estabelecidas na Carta de Porto Barreiro, como consta no Manifesto do Seminário Regional de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu, realizado em setembro de 2012:

Este Território há 12 anos fez brotar a Carta de Porto Barreiro, e dentre este bojo, a Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo, bem como a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, inúmeras pesquisas, diversas organizações populares, cooperativas, cursos de graduação e especialização em educação do campo, bem como a criação e construção de escolas nos assentamentos e acampamentos e em outros locais (Manifesto do seminário Regional de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu, in VERDÉRIO (org.) et al., 2013: p. 36).

Além do Seminário acima referido, em abril de 2010 aconteceu no município de Pinhão – PR, o VI Simpósio Estadual da Educação do Campo, com a presença de 510 educadoras e educadores de 584 Escolas Públicas Estaduais do Campo do Paraná de 31 Núcleos Regionais de Educação, membros da Coordenação de Educação do Campo da Secretaria Estadual de Educação (SEED). Também participaram movimentos sociais populares do campo como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB), membros da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Paraná (FETAEP), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná – APP/Sindicato, da Pastoral da Juventude Rural (PJR) da Igreja Católica, Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais (Faxinalenses, Quilombolas, Ilhéus, Pescadores (as) Artesanais, Religiões de matriz africana, Benzedadeiras, Indígenas, Pescadores Ribeirinhos do interior e do litoral). Representantes dos Territórios da Cidadania Vale do Ribeira, Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro, das Secretarias Municipais de Educação, do Comitê Estadual de educação do Campo e pesquisadores de universidades estaduais e federais como: UNIOESTE, UEL, UFPR, UEM, UFFS, FECILCAM, UENP e UNICENTRO, também participaram.

No manifesto destaca-se uma avaliação positiva da trajetória da Educação do Campo de 1998 a 2010 onde “houve união de forças, com a produção do aporte teórico, com a pesquisa, a vivência de práticas educativas, a elaboração [e implantação] de políticas públicas, a articulação dos diversos sujeitos dessa educação” (VERDÉRIO (org.) et al., 2013: p. 24). Aponta ainda, os princípios da Educação do Campo, as conquistas e os desafios para a continuidade da caminhada, pois a continuidade exige a prática pautada nos princípios, aliada à reflexão teórica constante para o reto entendimento das contradições que se busca superar, como relata Costa (2010):

Como indicado em *A Ideologia Alemã* por Marx e Engels e rediscutido em *O Capital*, o homem se educa na produção e nas relações de produção. Independentemente do estágio de desenvolvimento onde se materializa a ação humana do trabalho cotidiano, há sempre contradições, senão intrasistêmicas, localizadas, como parte de um processo de desenvolvimento mais geral do modo de produção. É nesse processo, alinhavado pelas contradições, que se confrontam os pólos: a educação/deseducação; qualificação/desqualificação e humanização/coisificação do homem (COSTA, 2010: p. 25).

Com a criação da UFFS e instalação de um de seus campi no Território com a criação do Curso Interdisciplinar Licenciatura em Educação do Campo, a região se afirma como um importante centro de debate e produção teórica sobre o tema, além de laboratório para inúmeras práticas associadas à Educação do Campo. Dois Cursos em Educação do Campo com dinâmicas diferentes funcionam no Campus de Laranjeiras do Sul. O primeiro, forma professores para atuar no Ensino Fundamental

e Médio dentro da área das Ciências da Natureza e funciona dentro da metodologia convencional. O segundo, Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, forma educadores na área das Ciências Sociais e Humanas. Implantado inicialmente com recursos captados junto ao PRONACAMPO do Governo Federal, funciona em tempo integral com períodos de alternância entre “tempo-escola” e “tempo-comunidade” em que o educando é desafiado a aplicar o aprendizado teórico e prático apreendido em sala de aula no tempo-escola, em sua própria unidade produtiva e na convivência com seus familiares, no tempo-comunidade.

Ambas as modalidades tem especial vínculo com a realidade territorial, sobretudo, por seu contato direto com os elementos primordiais da vida camponesa que são a terra e a luta em torno de sua manutenção ou de sua conquista e manutenção, e, a cultura do campo, ou seja, as manifestações das vivências no interior das famílias e comunidades do campo. A modalidade “em alternância” tem sido ainda mais eficiente na inclusão de educandos oriundos de povos tradicionais, notadamente indígenas e camponeses, devido, sobretudo, ao fato de permitir e garantir com recursos públicos, a permanência custeando-lhes as despesas com alojamento, alimentação e transporte no tempo-escola.

Outro importante evento ocorrido no Território foi o 5º Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo acontecido entre os dias 8 e 11 de dezembro de 2015 no Campus da UFFS Laranjeiras do Sul, com participação de mais de 600 pessoas de 85 instituições de ensino de todo o país. Esse seminário Nacional, discutiu a partir das seguintes temáticas: política educacional brasileira; especificidade da Educação do Campo; diretrizes e princípios político-pedagógicos da Educação do Campo; matriz formativa da Licenciatura em Educação do Campo; escola e a formação dos camponeses; alternância; áreas de conhecimento; e o princípio da auto-organização dos educandos. “O evento tem caráter de estudo, mobilização, articulação e luta política pela Educação do Campo, possibilitando o debate sobre aspectos que a envolvem e visando seu fortalecimento” (UFFS, 2015: notícia no site oficial) ressaltou a notícia publicada no portal da universidade.

Vários outros eventos de caráter científico, de ação política, de mobilização e reivindicação envolvendo atores como universidades, entidades, escolas e

movimentos socioterritoriais que desenvolvem e defendem a Educação do Campo no Território e fora dele, tiveram como espaço escolhido o Cantuquiriguaçu.

Dessa forma, a Educação do Campo, se constitui, neste Território, em um dos principais elementos de *resposta* da comunidade regional, especialmente de movimentos socioterritoriais e educadores de escolas e universidades públicas a elas ligadas, à necessidade de uma educação específica aos povos do campo. A especificidade da Educação do Campo reside primeiramente, no fato de reconhecer os trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como as comunidades e povos tradicionais como sujeitos, construtores de sua própria história, no fato de respeitar a cultura, o tempo, o ritmo e o modo de prender (prático) do camponês, no fato de considerar em sua prática pedagógica a questão da sustentabilidade como um diferencial que distingue a atitude do camponês em oposição à racionalidade capitalista escrava do lucro, e, no fato de superar a educação rural como modelo imposto sem diálogo sobre esses sujeitos durante séculos no Brasil e na América Latina.

Conforme Costa (2010) a educação rural sempre esteve atrelada aos ciclos econômicos que se fizeram desenvolver no país e aos interesses intrínsecos a estes, pois:

O capitalismo brasileiro tem como parte importante de sua economia a base agro-exportadora e que durante muito tempo, nas fases de expansão da economia – fases baseadas na exploração de um determinado produto da terra (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, tabaco, charque, soja, madeiras e hoje a questão dos agrocombustíveis) – se tornam uma condição necessária e uma consequência “natural” que as políticas de **educação rural** viessem de encontro a esses interesses (COSTA, 2010: p. 26, grifos do autor).

Como um Território rural, que tem sua dinâmica econômica dependente dos fluxos de mercadorias produzidas a partir dos recursos da natureza e com grande participação e/ou desterritorialização de camponeses, sua materialidade suscitou o nascimento acompanhado de grande impulso à educação do Campo em que pesem as influências que a cidade exerce sobre o campo devido ao modelo de desenvolvimento do sistema capitalista para o campo: o agronegócio. O impulso à Educação do Campo é decorrente do movimento entre forças contraditórias no campo, como demonstrado no decorrer deste trabalho.

4.4.3.3 A luta pela Conquista da UFFS e pela implantação de um Campus no Território²⁰

A luta pela criação de uma universidade federal para a mesorregião Grande Fronteira do Mercosul foi composta majoritariamente por movimentos socioterritoriais já identificados neste trabalho. Outros grupos e forças se uniram no mesmo processo, porém, a trajetória seria marcada profundamente pelas bandeiras e pautas de lutas que já eram históricas na região na ação desses sujeitos. Prefeitos, deputados, senadores, vereadores, religiosos, comerciantes, comunicadores, técnicos, professores, estudantes e muitos outros atores foram importantíssimos no processo de mobilização que culminou com a conquista de uma nova universidade pública federal *multicampi* para os três Estados do Sul, incluindo um campus para o Território Cantuquiriguaçu. Mas, foram os sujeitos do campo que deram a linha de atuação, partindo da necessidade geral da população, com base em sua ampla experiência no debate sobre o desenvolvimento local levado a efeito nas frentes de luta por terra, moradia, educação, crédito, saúde, infraestrutura no campo, enfim, pelo reconhecimento do campo como um lugar de vida e também de produção, e de seus povos como cidadãos de direito aos serviços que o Estado dispõe, de forma desigual aos habitantes das capitais e regiões litorâneas.

A mesorregião Grande Fronteira do Mercosul²¹ constitui uma extensa faixa que compreende o Noroeste riograndense, o Oeste Catarinense e o Sudoeste

²⁰ Para discussão deste item, tomamos por base principal as experiências vividas pelo autor no engajamento na organização e direção do Movimento Pró-Universidade que resultou na conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) criada pela Lei Federal nº 12.029 de 15 de setembro de 2009 (publicada no DOU em 17/09/09), e, conseqüentemente (mas não automaticamente), na conquista de um campus para o Território Cantuquiriguaçu e regiões adjacentes, com a instalação de um Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul. Como prefeito do Município de Porto Barreiro – PR nos períodos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012, e, como Coordenador Geral do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu (CONDETEC), o autor participou ativamente da criação, caracterização, mobilização e coordenação do referido movimento. A partir da criação da UFFS, foi nomeado representante dos prefeitos de municípios paranaenses no Conselho estratégico Social – CES, órgão de controle social da universidade que compõe sua estrutura institucional criado pela Portaria nº 046/UFFS/2009 publicada em 4 de dezembro de 2009. O autor foi membro e presidente do Conselho Comunitário do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS de 2006 a 2015. Atualmente representa o MAB nos Conselhos Comunitário e de Campus do Campus Laranjeiras do Sul.

²¹ Esta é uma das Mesorregiões inclusas na Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR), do Estado brasileiro instituída pelo decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. A PNDR foi instituída com o seguinte objetivo: “Art. 1º A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações

paranaense, estendendo-se pela fronteira do Brasil com a Argentina. A região está reconhecida pelos programas do Ministério da Integração Nacional, como o Programa de Desenvolvimento Regional (PNDR), destacada no mapa 16.

federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição” (BRASIL, 2007). Em geral, a PNDR é uma política desenvolvida nos moldes do DTR, analisado aqui no tópico **4.4.2.1**. Conforme (o texto do decreto a PNDR se norteia pelas seguintes estratégias, para a redução das desigualdades regionais:

a) estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e b) articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

Em seu parágrafo único reza texto que: “ As estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica” (BRASIL, 2007).

Mapa 16 - Brasil: Mesorregiões compreendidas pelo PNDR

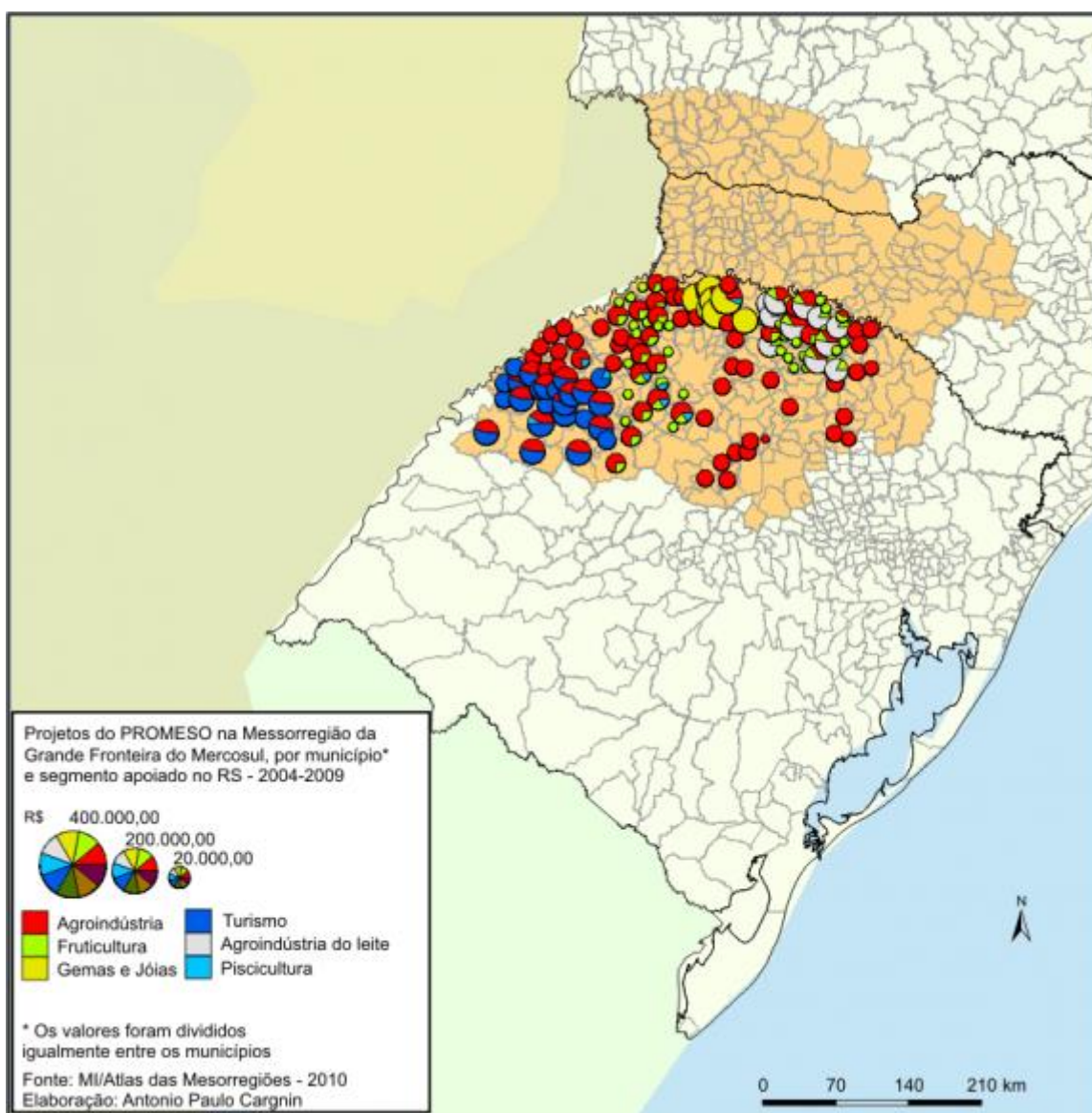


Fonte: CARGNIN; RÜCKERT, 2013

Nesse espaço geográfico que compreende 400 municípios, características comuns se sobressaem: presença maciça de camponeses e agricultores familiares, diversidade étnica com comunidades tradicionais (caboclos, indígenas, quilombolas) e com descendentes de migrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos e outros. Destaca-se a economia essencialmente rural de pequenos municípios, micro e pequenas empresas, agroindústrias, produção de alimentos a proximidade cultural com os povos latinos vizinhos e, o isolamento característico das regiões de fronteira em relação aos poderes centrais, tanto do governo federal quanto dos governos estaduais. É o território onde nasceram e atuam os principais movimentos

socioterritoriais brasileiros como o MST, o MAB, o MPA, o MMC que formam a Via Campesina, e, do movimento sindical, como a Federação dos Trabalhadores na agricultura Familiar (FETRAF) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Há carência de infraestrutura em todos os setores, porém, a mais premente, localiza-se no setor educacional, sobretudo, de ensino superior. O mapa 17 mostra a área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Mapa 17 - Mesorregião grande Fronteira do Mercosul, com projetos do PROMESO no rio Grande do Sul



Fonte: CARGNIN & RÜCKERT (2013).

Historicamente, a rede de educação superior desenvolveu-se nas capitais de Estados e seus arredores e, como no Brasil a ocupação portuguesa se introduz pelo

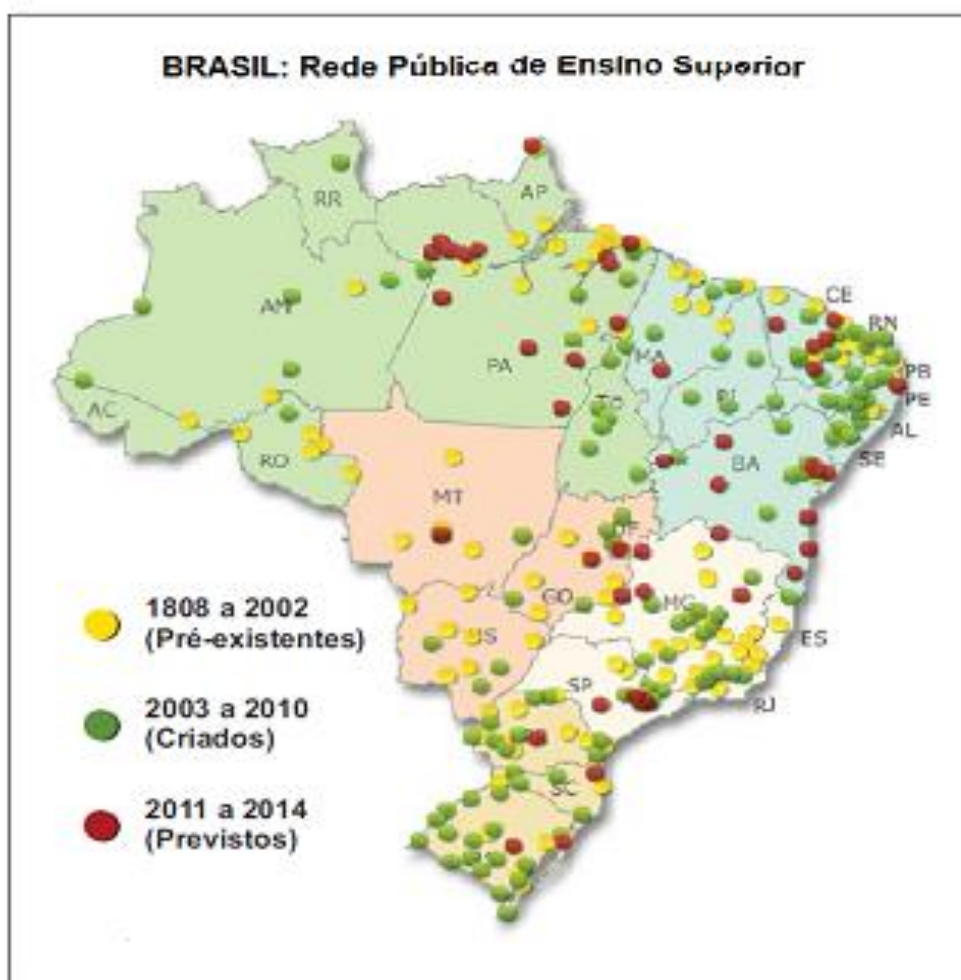
litoral, lá estão localizadas as principais e primeiras instituições de ensino. As instituições de ensino herdaram a geografia e a concepção colonizada do desenvolvimento capitalista que se expandia pelo mundo a partir da Europa (DUSSEL, 2012). A interiorização do ensino superior no Brasil se constituiu num desafio para as populações dessas regiões, a depender, geralmente de seu sucesso no desenvolvimento econômico de suas forças produtivas locais.

As razões do isolamento regional residem também na gênese do processo geral de conquista de regiões e povos pelos colonizadores, destacados nesta pesquisa como característica de uma fase da ocupação, mas que permeia o *modus operandi* da dominação, e se converte nas “idiossincrasias centrípetas das políticas regionais”, como o “politicismo, o particularismo e o localismo”, conforme argumenta Lima Filho et al (2009):

O território municipal nos desdobramentos do império romano, ainda mais naqueles de matriz colonial como o nosso, é a unidade política mais conservadora. A indiferenciação política e a aguda disputa política unicamente centrada em interesses econômicos-políticos imediatos, a caracterizar *forma aguda de politicismo, localismo e particularismo*, apresentam-se aí de forma dramática (LIMA FILHO et al, 2009: p. 7. Grifos do autor).

Tem, no momento atual, a marca indelével das políticas desenvolvimentistas, mas, de matriz capitalista do século XX em que o capital seguiu galopante pelo país e permeando as ações do Estado, e, o agravamento do panorama regional pela visão cosmopolita, excludente e concentrador do projeto moderno em sua versão neoliberal. O mapa 18 mostra o esforço (físico) recente em dotar as regiões interioranas e fronteiriças de instituições de ensino superior. Foi no âmbito de programas federais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa de Interiorização do Ensino Superior do MEC, que surgiram com a pretensão de expandir e interiorizar o ensino superior no Brasil que grassou a conquista da UFFS. Porém, não como uma dádiva, mas com muita luta e organização.

Mapa 18 - Brasil: Rede Pública de Ensino Superior - Universidades criadas de 1808 a 2002, de 2003 a 2010 e 2011 a 2014 (previstas)



Fonte: BRASIL, 2012

A pobreza, a marginalização política, cultural e econômica (CONDETEC, 2009; IPARDES, 2007) também caracterizam a maior parte da mesorregião que é palco, como vimos nos tópicos anteriores, de intensos conflitos entre camponeses e agronegócio e, entre atingidos e ribeirinhos e concessionárias de usinas hidrelétricas. E, o verdadeiro impulso para a mobilização em torno da conquista da UFFS, se deu a partir da constatação no ínterim das lutas, da necessidade premente da qualificação dos atores envolvidos nas dinâmicas socioterritoriais em que estavam inseridos. A luta por universidade floresceu ao mesmo tempo, com algumas diferenças nos três Estados do Sul.

No Rio Grande do Sul, o debate se deu a partir do processo de ampliação de *campi* de universidades federais que já existiam. Nesse processo, as regiões que

não foram contempladas, começaram um movimento em prol da criação de uma nova universidade para o Noroeste gaúcho. Eram dez microrregiões mobilizadas. Em Santa Catarina, a região Oeste não contava com uma rede de Ensino Superior pública. Entidades da agricultura familiar e movimentos sociais reivindicavam a criação de uma universidade pública federal, tendo sido tema de debate com o então pré-candidato à presidência da república, Luis Inácio Lula da Silva na “Caravana de Lula com a Agricultura Familiar”. Havia cinco microrregiões mobilizadas sob o mesmo objetivo. Já no Paraná, havia duas regiões que se mobilizavam de forma diferente. No Sudoeste do Estado, o debate iniciou-se com a transformação do Centro de Formação e Educação tecnológica (CEFET) de Pato Branco em Universidade Federal Tecnológica (UTFPR). Os municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e outras cidades não conseguiram um *campus* para si, mas, observando a conjuntura favorável no cenário nacional e, ao mesmo tempo as mobilizações de gaúchos e catarinenses, iniciaram as discussões dentro do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar daquele Território. A mobilização tomou corpo rapidamente. No Cantuquiriguaçu, o debate sobre a criação de uma universidade se dava num outro plano, como descreve Mohr et al (2012):

Cientes da necessidade, movimentos sociais como MST, MPA, APP/Sindicato, FETRAF e prefeituras da região governadas por prefeitos alinhados à esquerda, iniciaram um extenso debate com o objetivo de viabilizar a instalação de uma Universidade Popular. Esta deveria ser comandada por um coletivo, e, inicialmente, seria financiada por projetos dirigidos para a captação de recursos federais e estaduais, bem como, por três ou quatro prefeituras locais (MOHR et al, 2012: p. 797).

A ideia de uma Universidade Popular se apoiava nas diferentes e ricas experiências em Educação do Campo presentes no Território Cantuquiriguaçu e em outras regiões onde se dava a atuação dos Movimentos Socioterritoriais do campo, além de projetos bem sucedidos conquistados e mantidos pela organização e a luta popular. A Universidade de Mondragón e o arranjo cooperativo criado por trabalhadores e sem terras do País Basco figuravam como uma inspiração, além de outras experiências ao redor do mundo. Nessa experiência histórica, iniciada por um pequeno grupo de desempregados e sem terras no período da ditadura franquista na Espanha, constituiu-se ao longo de seis décadas o maior complexo cooperativo que compreende mais de 150 empresas nos mais diversos ramos. O desenvolvimento tecnológico e científico, ao lado da inteligência administrativa e

política são garantidos por sua universidade que também é uma empresa cooperativa. O foco dessa instituição é o arranjo produtivo cooperativo local e seu caráter e sucesso alcançado inspirava lideranças do Cantuquiriguaçu devido às semelhanças entre os processos organizativos desta região e de Mondragón.

Embora o debate sobre a Universidade Popular ocorresse num Território cujo diagnóstico socioeconômico havia apontado a necessidade da implantação de um campus (da Unicentro) no município pólo, não havia grande simpatia pelo modelo tradicional de universidade, fazendo com que os movimentos citados, juntamente com algumas prefeituras²², buscassem outra solução. “Este projeto já contava com parcerias bem avançadas com os próprios bascos e, com professores da Universidade Estadual de São Paulo e do IBEC (Instituto Brasileiro de estudos Contemporâneos), sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Alves de Lima Filho, que, mais tarde, por indicação de nosso coletivo, compôs a Comissão de Instalação da UFFS” (MOHR et al., 2012: p. 797). De fato, o desenho institucional e pedagógico já estava pronto, com planilhas e orçamentos realizados. Encaminhavam-se propostas de formação de consórcio intermunicipal para manutenção financeira da Universidade Popular.

Devido à atuação da Via Campesina nos três Estados do Sul, surge a proposta de mudança de estratégia, buscando a integração com os movimentos dos outros dois estados e da região Sudoeste do Paraná. Essa ideia contemplava os interesses de todos e, a partir daí houve a integração de todas as regiões em torno de uma mesma luta. Porém, como anotam Mohr et al (2012), “em princípio este movimento era carente de unidade, uma vez que cada Estado se articulava em torno de suas próprias forças políticas, sob diversas orientações, demandando, sobremaneira a atenção do Ministério da Educação (MEC)”. A partir daí, aos poucos e pela interlocução com o MEC, o movimento pró-universidade foi se unificando.

Mas, a unificação e a definição da identidade do Movimento Pró-universidade envolvendo os três Estados e com estratégias e objetivos específicos bem definidos,

²² As Prefeituras que dialogavam com os movimentos sociais e que se dispunham a financiar parte do projeto, baseados em experiência no Vale do Ribeira, interior de São Paulo eram: Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul. Com as eleições de 2004 ocorrera uma mudança significativa no perfil dos gestores municipais, sendo que de Porto Barreiro (João Costa de Oliveira), de Rio Bonito do Iguaçu (Joel Moreira) e de Nova Laranjeiras (Eugênio Milton Bittencurt) os prefeitos recém eleitos pertenciam ao PT, assim como o vice-prefeito (Nelson J. Gomes da Silva) de Laranjeiras do Sul. Todos tinham estreita ligação com os movimentos socioterritoriais.

somente se consolidou em Seminário realizado após audiência com o Ministro Fernando Haddad onde:

Em uma das audiências realizadas em Brasília com o Ministro da Educação, Dr. Fernando Haddad, é que foi lançado um dos grandes desafios, superados pela firme que dizia respeito, exatamente à unificação do movimento: um movimento só para os três Estados (MOHR, et al., 2012: p. 798).

A partir daí, após definições tomadas em reunião realizada ainda em Brasília após a referida audiência com o ministro, o Movimento Pró-Universidade entra em uma nova fase, concentrando esforços na mobilização das forças locais, nas definições acerca da identidade²³ e abrangência do movimento, de estratégias para as próximas fases da luta e do diálogo com o MEC. Dessa forma,

Foram realizados inúmeros debates, seminários, reuniões em diversos níveis: local, territorial, estadual e regional (mesorregional) e organizadas mobilizações em cada estado, em cada região, conforme sua própria organização local: comitê, comissão, coletivo, coordenação, etc. Articulou-se um coletivo local que passou a acompanhar, coordenar e representar a região na coordenação dos três Estados, bem como em todas as atividades relativas à Universidade, que ainda não passava de um sonho possível, mas distante (MOHR, et al., 2012: p. 797).

Antes, porém, nos dias 18 e 19 de julho do mesmo ano, houve em Chapecó-SC na secretaria do MST, para definições sobre a realização dos seminários locais e mesorregional. Mohr et al (2012) continuam relacionando os diversos acontecimentos que conduziram o intenso debate a partir do qual se forjava os princípios filosóficos, pedagógicos e político-institucionais da universidade pretendida. Citam que “no Território Cantuquiriguaçu o Seminário (Territorial) aconteceu em Rio Bonito do Iguaçu nos dias 18 e 19 de Agosto de 2006 e elegeu um coletivo²⁴ de representantes dos vários municípios e entidades comprometidos

²³ Algumas regiões traziam pautas que eram residuais das negociações em torno dos processos de ampliação de campi de universidades federais já existentes, de conversão de Centros Tecnológicos em Universidades e de processos de federalização de instituições comunitárias ou particulares. As definições tomadas em Seminário Interestadual excluíram essas possibilidades para que todas as forças fossem canalizadas em função da conquista de uma nova Universidade Federal que haveria de possuir um caráter *popular, democrática e multicampi*.

²⁴ O coletivo ficou assim composto: Edson Marcos Anhaia, Anderson Pezzatto, Dietrich e Claudinéia Lucion Savi (Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu), Mirian Kunrath (MPA), Custódio, Geórgia, e Luis

na construção da nova universidade”. Na sequência registram que “o Seminário Meso-regional aconteceu nos dias 01 e 02 do mês de Setembro de 2006 e, conforme MOHR et al, (2012: p. 798), teve como principais objetivos:

- a) Unificação do Movimento dos Três Estados do Sul com proposta única para o MEC;
- b) Definir o caráter, a missão, a coordenação, a representação e o papel político do movimento Pró-Universidade;
- c) Foco e estratégia de luta;
- d) Princípios da nova Universidade que estávamos reivindicando;
- e) Análise de exemplos de Universidades Populares.

Após a formação das coordenações interestaduais²⁵ divididas em duas frentes, uma pedagógica e outra política, definiu-se que a coordenação geral ficaria a cargo da Via Campesina e da FETRAF-SUL. Vários outros passos foram necessários até a conquista e consolidação da UFFS que durante o processo de debate e luta recebeu várias denominações, conforme o grupo ou movimento que a pronunciava: Universidade da Integração Latinoamericana²⁶; Universidade Popular²⁷ do Sul; Universidade Federal Guarani²⁸ e outras.

Carlos Duffek (Nova Laranjeiras), João Costa de Oliveira (Prefeitura de Porto Barreiro/CONDETEC, Doriane de Fátima Bortoluzzi (MAB) e Joaquim Gonçalves da Costa (Prefeitura de Porto Barreiro), Gelson Kruk da Costa, Émerson Tibres de Campos e Vitor de Moraes (Candói), Elemar Cezimbra (MST), Solange Pilatti e Nilton Costa e Silva (APP Sindicato), Nelson J. Gomes e Edicléia Pastori Nunes (Laranjeiras do Sul). Este Coletivo assume a tarefa não só preparar e realizar os seminários, mas, de promover a mobilização local necessária para que a idéia tomasse corpo e volume, além de tomar parte no encaminhamento das discussões práticas e teóricas. Todos os membros eram ligados aos movimentos socioterritoriais e prefeituras citadas anteriormente.

²⁵ A representação do Território Cantuquiriguaçu nessas Coordenações interestaduais ficou a cargo de Elemar do Nascimento Cezimbra, pela Via Campesina na Comissão Pedagógica e, de João Costa de Oliveira, na Coordenação Política, representante dos prefeitos (as) e associações de municípios.

²⁶ Houve, em determinado momento do processo de luta, que se acreditava que a nova universidade que se buscava era a UNILA. Alguns documentos produzidos para referência e debate no interior do Movimento Pró-Universidade, se referiam à Universidade sonhada com esse nome. Mais tarde, próprio presidente Lula em audiência com a Frente Brasil Popular e a Via Campesina se referiu à UNILA como proposta do governo às reivindicações do Movimento Pró-Universidade dos três estados do Sul. A essa altura, o Movimento já havia amadurecido sua proposta e, coube ao líder da Via Campesina João Pedro Stédile a tarefa de esclarecer que as propostas eram distintas em sua natureza e finalidades específicas. A Universidade da Integração Latinoamericana (UNILA) foi criada em janeiro de 2010, pela Lei Federal nº 12.189, com sede em Foz do Iguaçu - PR.

Em 2007 o Deputado Federal por Santa Catarina, Claudio Vignatti assessorado por professores da Universidade Federal de Santa Maria – RS apresentou um primeiro projeto de lei que criava a Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno. Este Projeto já contava com alguns dos princípios norteadores da Universidade que se buscava, ainda conforme os relatos de Mohr et al (2012). A própria assessoria destes professores era custeada por recursos federais oriundos de emenda parlamentar do Deputado Vignatti.

A existência dessa materialidade (ações de fato) em Santa Catarina foi muito importante no diálogo com o MEC, porém, com a unificação do Movimento Pró Universidade, a idéia tomava dimensões regionais (três estados) e mostrava o quão consistente era a reivindicação, pois diferenças internas foram esquecidas em prol de um projeto maior e comum: a conquista Universidade para toda a região.

Os debates, conforme os autores se seguiram, em forma de seminários, reuniões, palestras, mobilizações, passeatas, envolvendo os vários setores da sociedade, em diversos níveis. Todos bem participados e com objetivos claros e bem definidos, seguindo uma metodologia que se constituía em debates onde era feita a crítica a universidade convencional e tradicional que, normalmente, reproduz o sistema de exclusão presentes na sociedade atual e que fortalece setores dominantes desta sociedade, e, nega, acesso ao conhecimento e espaço às camadas mais empobrecidas. Em geral, as universidades atuais, públicas ou privadas, estão fechadas a determinados segmentos e só produzem em função de uma minoria elitizada, como relatam os autores.

A crítica realizada pelo Movimento Pró-Universidade dirigida ao modelo de universidade tradicional contribui na construção da proposta de uma nova universidade, “encarnada na realidade local, comprometida com a justiça social, livre e democrática, humanizadora, capaz de contribuir com os processos de desenvolvimento de cada local onde estiver instalada” (MOHR, et al., 2012: p. 799). Uma universidade que seja capaz de realizar aquilo que é próprio da universidade: o

²⁷ Destacava o caráter, a identidade e a localização da nova universidade.

²⁸ Proposto em homenagem aos povos indígenas que habitavam a Mesorregião e entorno, antes da colonização.

ensino, a pesquisa e a extensão com prioridade para aqueles setores mais necessitados do ponto de vista social, inclusive.

A seguir, elencamos alguns elementos significativos no processo de conquista da UFFS pelos movimentos socioterritoriais e que evidenciam o caráter contra-hegemônico da ação desses atores, por um lado e, a extrapolação dos limites sugeridos pelas políticas de DTR presentes tanto em nível territorial quanto mesorregional, como demonstrado, conforme planejamento estatal, por outro.

- a) Definição interna do Movimento Pró-Universidade de que enquanto a universidade não estivesse efetivamente criada, não se discutiria onde seriam implantados os *campi*. Esta estratégia estava colocada em função da manutenção da unidade do movimento;
- b) Retomada do diálogo com o MEC, agora com um único interlocutor: o movimento pró-universidade dos três estados;
- c) Definição pelo MEC de que seria de fato uma Universidade Federal e não um Instituto Federal (IFET), como queriam o Ministro e sua equipe;
- d) Superação do critério do MEC previsto no Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior. Este critério impunha a situação de que os *Campi* somente poderiam ser instalados em cidades com população superior a 150 mil habitantes (as chamadas cidades pólos). Este critério excluiria quase todos os municípios da mesorregião e seu entorno. Inclusive Laranjeiras do Sul. Com a intervenção do movimento, desconsiderou-se o critério;
- e) Nomeação do GT (grupo de trabalho) misto, com membros do Movimento e Técnicos do MEC, com a finalidade de escrever o novo Projeto de Lei para a criação da UFFS. Os 11 membros do MEC, pela portaria, ficaram responsáveis pelo diálogo oficial com o movimento Pró-Universidade;
- f) Conclusão do Projeto de Lei e aprovação interna pelo Governo Federal nos Ministérios da Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão;
- g) Envio pelo Governo Federal do projeto de lei ao Congresso Nacional. Este ato sinalizava formalmente a intenção e o compromisso do Governo Lula em criar definitivamente a Universidade tão sonhada;
- h) Definição das 04 Cidades que sediariam os *Campi* (decisão final em 13/12/2007): após muitas reuniões e a partir dos critérios apontados pelo MEC em conjunto com o GT (IDH, isolamento em relação à oferta de ensino

superior público, presença forte de agricultores familiares, camponeses e assentados da reforma agrária, presença de movimentos sociais organizados, economia com base na agricultura, ruralidade, etc.), chegou-se a um consenso de que os 04 municípios seriam os seguintes: Cerro Largo – RS, beneficiando diretamente toda a região das Missões no Rio Grande do Sul; Erexim – RS, beneficiando o noroeste gaúcho; Chapecó – SC, sediando a reitoria da UFFS e beneficiando o centro-oeste catarinense; e Laranjeiras do Sul, beneficiando todo o Território Cantuquiriguaçu e partes dos Territórios Paraná Centro e Sudoeste do Paraná. Este foi um passo fundamental para o Território Cantuquiriguaçu, pois a candidatura do Território Sudoeste, pelo poder de mobilização era naturalmente, muito forte. Houve grande disputa e enorme mobilização social e política. O Território Cantuquiriguaçu foi mais eficiente e contou com os critérios de menor IDH, maior isolamento em relação à oferta de ensino superior e maior presença de movimentos sociais organizados (presença da VIA CAMPESINA) a seu favor, provando para a equipe técnica do MEC que tinha maior necessidade. A partir dessa definição, o movimento ganha o reforço da entrada de alguns prefeitos das cidades contempladas, diretamente na luta, inclusive o de Laranjeiras do Sul. Até então, a participação e representação do município ficava a cargo da Secretaria de Educação e da participação do Vice Prefeito e Secretário de Educação, Nelson J. Gomes da Silva.

- i) Conquista de mais um Campus: Realeza – PR é contemplada. Derrotado nos critérios, o Sudoeste do Paraná buscou outros caminhos e encontrou no ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão um aliado infalível. Com a garantia de que recursos não faltariam para a ampliação para o quinto *Campi*, mesmo com o temor dos demais membros do movimento, de que, as demais regiões que não foram contempladas na primeira etapa e se contentaram em esperar para uma segunda chance. É bom lembrar que só no Rio Grande do Sul, havia dez regiões lutando pela Universidade e apenas duas conseguiram. Em Santa Catarina, mais cinco. O Paraná foi o único Estado totalmente contemplado, pois apenas duas regiões fizeram a luta. E as duas conseguiram.
- j) Manutenção da unidade do movimento e da integridade da proposta de universidade depois dos rachas provocados pelas disputas por sediar

campus: logo após as disputas, novas reuniões e seminários foram necessários para a continuidade dos trabalhos e a manutenção da unidade. Algumas regiões deixaram de participar, pois entenderam que esta tarefa seria das regiões contempladas com Campus. Porém, muitos desafios ainda persistiam e demandavam muita organização. A aprovação do projeto de lei na Câmara Federal, a manutenção da definição das cidades e regiões contempladas, a necessidade de manutenção do GT;

- k) A inclusão do Cantuquiriguaçu como Território da Cidadania (em fevereiro de 2008), reforçando a necessidade de uma intervenção maior e mais qualitativa do Governo Federal neste território, dada a sua condição de atraso sócio econômico. Este programa reconheceu ainda, o CONDETEC como colegiado oficial de gestão do Território.
- l) O Grupo de Trabalho (GT) foi dissolvido com a conclusão do projeto de lei e da definição das regiões contempladas com os *campi*. Pleiteou-se a manutenção do GT, pois lá tinha-se 50% dos membros, representantes do Movimento Pró-Universidade. Não foi possível a manutenção do GT, mas o movimento Pró-Universidade conseguiu a indicação de 05 dos 11 membros da Comissão de Implantação²⁹ da UFFS, composta por professores (as) de Universidades Federais.
- m) A instalação da Comissão de Implantação e a definição da Universidade Tutora: com uma nova portaria e com uma solenidade bastante participada, após a nomeação pelo ministro da Educação dos 11 membros da Comissão de implantação, cuja presidência entregou ao Prof. Dr. Dilvo Ristoff (que já havia integrado o GT na fase anterior) se definiu como tutora a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este passo foi muito importante pelo perfil do presidente e pela formação da Comissão. Desta forma o movimento garantia a manutenção dos princípios, a finalidade primeira da Universidade e a agilidade no processo, uma vez que o objetivo era que o início das aulas ainda dentro do governo Lula para evitar possíveis mudanças nas metas do novo governo, conforme os resultados das eleições de 2010;
- n) Definição dos terrenos para abrigar os *Campi*: outro passo difícil, mas necessário. Muita especulação, muita pressão. Contudo, todos os 05 *Campi*

²⁹ Nomeada pela Portaria nº 148 do MEC e empossada pelo ministro da educação Fernando Haddad em 11 de fevereiro de 2009.

cumpriram os prazos para indicação dos terrenos. Várias reuniões aconteceram. No território Cantuquiriguaçu, optou-se por um terreno de fácil acesso e incluindo três lotes do Assentamento de Reforma Agrária Oito de Junho, fazendo justiça à luta travada pela Via Campesina na conquista da UFFS. Uma área contígua foi necessária e, para aquisição do terreno escolhido, houve a colaboração de 04 municípios mais próximos: Laranjeiras do Sul, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguazu e Nova Laranjeiras (cf. ANEXO C). Este compromisso foi firmado através de convênio assinado pelo Reitor Dilvo Ristoff juntamente com os prefeitos João Costa de Oliveira de Porto Barreiro, Jonatas Felisberto da Silva de Laranjeiras do Sul, Eugênio Milton Bittencourt de Nova Laranjeiras e Sézar Augusto Bovino de Rio Bonito do Iguazu, no dia 15 de Outubro de 2009;

- o) Para o início das aulas, foram providenciadas estruturas provisórias para a UFFS. Isto foi necessário para que as aulas iniciassem imediatamente, logo após a publicação legal dos resultados do ENEM e da ordem de classificação entre os inscritos para cada curso. Um prédio recém construído para abrigar a extensão universitária da UNICENTRO em Laranjeiras do Sul serviu para a instalação provisória do Campus da UFFS;
- p) A inovação nas formas de acesso e permanência: com critérios inovadores (superando inclusive, o modelo de quotas), adotou-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única forma de seleção para as vagas na UFFS, por meio da Portaria 109/2009³⁰. Alunos oriundos das escolas públicas deverão ter um bônus na nota, como instrumento de correção dos distúrbios sociais presentes na universidade pública brasileira e não superadas pelos vestibulares tradicionais. Essa proposta foi apresentada pelos movimentos socioterritoriais no âmbito dos diálogos entre o Movimento Pró-Universidade e o MEC e lapidada pelo presidente da Comissão de Instalação;
- q) Constante mobilização para a aprovação do Projeto de Lei (PL 3774/08 apensado ao PL2199/07 na Câmara dos Deputados e PL 152/09 no Senado), em cada Comissão necessária para a sua mais rápida aprovação. Foram muitas as investidas até Brasília, inúmeros telefonemas, o que garantiu o trâmite mais rápido da história das universidades brasileiras, naquela casa de

³⁰ Todas as Portarias da UFFS, do MEC ou da UFSC, relativas à implantação da UFFS, estão disponíveis no sítio WWW.UFFS.gov.br o site oficial da Universidade Federal da Fronteira Sul.

- leis. O Movimento sugeriu deputados (e senadores) para a relatoria em cada Comissão, fez-se pressão àqueles deputados e senadores de posicionamento duvidoso;
- r) A vitória sobre a “investida” de Palmas – PR e de outras regiões que buscavam a federalização de estruturas já construídas: vencida internamente no Movimento Pró-Universidade quando da definição da estratégia de luta do movimento pro universidade, onde se definiu que o foco era uma nova universidade. Não se discutiria a federalização de universidades ou faculdades já existentes. Pleiteavam que a nova universidade assumisse a estrutura já existente e que encontrava dificuldades em se viabilizar. Palmas havia se retirado do movimento. Voltou, no entanto, propondo emendas no Projeto de Lei que tramitava nas Comissões internas da Câmara. A aprovação de qualquer mudança no texto provocaria um grande retrocesso nos debates na casa de leis, atrasando sobremaneira o andamento e provocando mais uma vez a mobilização de regiões não contempladas com campus na primeira etapa. A rápida mobilização, reunindo, deputados, senadores, bispo, ministros e governador, fez com que a referida estrutura universitária de Palmas – PR fosse transformada em um Instituto Federal de Educação e Formação Tecnológica (IFET). Esta se configurou como mais uma conquista no âmbito da mobilização do movimento Pró-Universidade. Além disso, se encontrou a solução, sem prejuízos ao cronograma de tramitação do projeto que manteve o texto original;
- s) Finalmente, a aprovação na Comissão de Educação do Senado. Era necessário um determinado *quórum* para que a proposta fosse aprovada em *caráter terminativo*. Mais uma vez valeu a mobilização e participação. Presidida pelo Senador Flavio Arns, a Comissão, por sugestão do movimento, inverteu os pontos da Pauta para que o número de senadores presentes fosse suficiente. Mais uma vitória!
- t) Paralelo ao trabalho de mobilização pela aprovação do PL, o movimento pró-universidade, juntamente com a Comissão de Implantação discutiu e aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFFS e o Plano Pedagógico Institucional (PPI) onde se definiu quais cursos serão ofertados em cada *Campi*, bem como a grade curricular de cada curso após debate com

- as comunidades regionais contempladas com *Campi*. Isto tudo para garantir a interação da UFFS com cada região onde está implantada;
- u) Ainda faltava a sanção do Presidente. O presidente Lula que havia enviado o PL ao Congresso, não seria contra, mas havia muita pressa. Às 16 horas do dia 15 de Setembro de 2009, o Presidente assina solenemente a criação definitiva da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), compreendendo uma região com mais de 400 municípios, com quase 4 milhões de habitantes a serem atendidos por inicialmente 05 *Campi*, distribuídos em três estados da federação. O local estava atropetado de lideranças emocionadas. Finalmente o sonho era realidade.
 - v) A nomeação do Reitor *Pró Tempore* (Portaria do MEC nº 901 de 18 de Setembro de 2009): logo após a sanção presidencial, houve a nomeação do Prof. Dr. Dilvo Ristoff como Reitor *Pró Tempore*, pelo Ministro Dr. Fernando Haddad. Este por sua vez, com o apoio da mesma Comissão de Implantação e a colaboração de pessoal da Universidade Tutora – a UFSC, realizou concursos para contratação do corpo docente e de corpo técnico administrativo para UFFS. Também, realizou concorrência para aquisição de todo o material e mobiliário necessário, bem como da construção dos primeiros pavimentos onde deveriam acontecer as aulas e demais atividades acadêmicas;
 - w) A criação do CONSELHO ESTRATÉGICO SOCIAL da UFFS e do Conselho Universitário, por meio da Portaria 046/UFFS/2009. A criação do Conselho Estratégico Social foi um dos primeiros atos do reitor *pré Tempore*, e, constitui-se em uma das maiores vitórias do Movimento pró-UFFS, pois é a garantia de que a sociedade civil organizada poderá permanentemente, interferir nos rumos da UFFS para que esta possa realmente contribuir para com o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região. Esta é a primeira universidade federal do país a contar com um Conselho Estratégico Social. Todas as demais possuem um Conselho Universitário, mas composto essencialmente por membros da academia, sem a hegemonia da sociedade civil;
 - x) O Reitor a seguir, nomeou seus pró-reitores e diretores de *campi*. O início das aulas ocorreu no dia 29 de março de 2010 nas estruturas provisórias providenciadas para cada um dos Campi, precedida por uma aula inaugural e

festiva com acolhida solidária de calouros na sede do Iguazu Tênis Clube, no centro de Laranjeiras do Sul, muito prestigiada por populares e autoridades locais;

- y) O movimento Pró-Universidade continua ativo e interage constantemente com a reitoria da UFFS. Alguns de seus membros foram nomeados Diretores nos vários *Campi*, outros disputaram vagas e foram aprovados em concurso para composição do corpo docente e, outros, compõem os Conselhos da UFFS. Desta forma, cumpre-se o dever histórico de conquistar uma universidade federal para as regiões mais necessitadas dela e se luta para que a mesma cumpra realmente sua finalidade histórica de contribuir com o processo de desenvolvimento sustentável de cada Território em que está inserida.
- z) A representação do Território Cantuquiriguaçu e do Estado do Paraná alcançou todos os seus objetivos até então. O coletivo local trocou alguns membros em relação àqueles que iniciaram o debate sobre a Universidade Popular há mais de uma década. Porém, apesar de certo arrefecimento, a comunidade continua mobilizada e atuante. O CONDETEC, a Associação de Municípios Cantuquiriguaçu, os Movimentos Sociais da Via Campesina, as várias entidades e ONGs presentes no Território, os órgãos de comunicação e dos Governos e Câmaras Municipais, têm espaço garantido nos processos decisórios como a Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS, Processo popular e democrático para indicação de membros para direção de Campus e Reitoria, entre outros.

O aprendizado da experiência vivenciada pelos movimentos socioterritoriais e demais atores no processo de conquista e implantação da UFFS mostra que a construção de uma *universidade pública, democrática e popular* não se resume a um ato governamental que a cria institucionalmente e a instala fisicamente. Embora isso seja fundamental, vê-se que a disputa e a sua construção é permanente e contraditória. A cultura e as forças conservadoras não demoram aparecer e combater seu caráter popular, democrático e até mesmo público. Interesses vinculados à territorialização das empresas do agronegócio materializados em ideologias e saberes científicos permeiam o cotidiano em muitos cursos e atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, conforme Lima Filho et al (2009), “a tarefa (do controle popular na UFFS) é novíssima. Nunca houve controle social sistemático e orgânico algum de caráter popular, democrático e emancipador

sobre uma universidade pública no Brasil e alhures”. Os autores anotam ainda que “é notório que as classes dominantes dos estados feudal e capitalista exerceram e exercem ainda (no universo das revoluções burguesas conservadoras) controle público e ideológico profundo sobre as instituições públicas ou privadas de ensino superior” (LIMA FILHO et al, 2009: p. 1).

Mas, o controle social “como um processo sistemático e orgânico (perene, estendido a todos os processos de realização da vida acadêmica)” é condição fundamental para que por meio da participação dos trabalhadores, se promova a “descolonização da instituição e do saber ali produzido”, num processo que avança na “desconfiguração das territorialidades colonialistas, e (que) inversamente, permite forjar a configuração de territorialidades autônomas e, assim sendo constituir-se em um centro vital do processo de transformação social regional” (LIMA FILHO et al, 2009: p. 2).

Logo, conforme os autores, o caráter contra-hegemônico da prática do controle social, bem como, do processo de conquista da UFFS, se inscreve num panorama de esgotamento ou declínio do capitalismo que exige a reinvenção humana ante a catástrofe iminente que exige a superação das questões científica, produtiva e filosófica calcadas na ciência militarizada (o positivismo), na economia política e no desenvolvimentismo. Essas propostas tiveram seu potencial emancipador confiscado pelo capital: anti-Aristóteles; anti-Marx; anti-Einstein, porque foram instrumentalizadas em função da realização da estratégia capitalista concentradora e excludente, funcionando como “controle social invertido”. De outro modo, controle social se constitui numa espécie de “freio reversor” de seu destino capitalista, buscando a prevalência do valor de uso na mercadoria.

Na prática, o controle social é a base para a superação de toda política ditada de cima, com aparência de democracia e ilusão de participação, tipicamente produzidas por organismos internacionais e seus estudiosos, configurados como DTR e outras receitas que desafiam o desenvolvimento sustentável. Por fim, a conquista, implantação e controle social da UFFS, se constitui também como uma gigantesca estratégia de Educação do Campo com a preocupação de contribuir diretamente para com o desenvolvimento rural (e urbano) sustentável, embora sua missão extrapole o âmbito do rural, e mesmo, do campo. Esta afirmação se baseia

na ideia sustentada por Caldart (2001) que vê nas lutas populares (dentre as quais se inscreve a Educação do Campo), um “processo de formação humana, e mesmo como a materialização de um determinado *modo de produção da formação humana*, cuja matriz é o próprio Movimento (Sem Terra ou congêneres) como sujeito e princípio educativo” conforme referenciado anteriormente.

Dentre as ações inovadoras que a UFFS vem desenvolvendo, especialmente no Campus Laranjeiras do Sul destacam-se os cursos em inteira ligação com a realidade local e que estão colocados na perspectiva da sustentabilidade, formando uma rede que busca abarcar o conjunto das principais atividades econômicas ligadas à vocação produtiva local.

Assim, tem-se a Engenharia de Agronomia com Ênfase em Agroecologia, visando ao aporte científico em vista do modo convencional de produção agropecuária. Há também o curso de Engenharia de Alimentos que articulado à Agronomia visa qualificar o debate local introduzindo profissionais formados na transformação e armazenamento de alimentos, numa região produtora de alimentos e que até então, tem exportado in natura para outras regiões e outros países. O curso de Ciências Econômicas se articula com os demais na medida em que estuda e qualifica o debate a cerca dos processos de desenvolvimento em nível macro, mas, também, discute a viabilidade e a sustentabilidade de ações locais tanto no âmbito público quanto no âmbito do privado. Já os dois cursos de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (Ciências Sociais e Humanas) e Licenciatura Interdisciplinar em educação do Campo (Ciências da Natureza) problematizam a identidade dos povos tradicionais, dos camponeses e da agricultura familiar, tomando seu modo de vida e suas condições materiais de reprodução social e econômica como ponto de partida, como objeto e matriz epistemológica. Problematizam também a relação com outros sujeitos que disputam o espaço do campo, como empresas do agronegócio com suas propostas de latifúndio, monocultura, mecanização e transgenia.

Nesse mesmo sentido, na pós-graduação, destaca-se o Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, cujo objetivo está intrinsecamente ligado às temáticas do desenvolvimento e da sustentabilidade vinculados aos processos locais e à relação destes com os desdobramentos dos

grandes modelos adotados ao redor do mundo na atualidade. São duas linhas de pesquisa que se complementam: “Agroecossistemas, sustentabilidade e agrobiodiversidade”; e, “Dinâmicas socioambientais” (UFFS, site oficial). O mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos visa aprofundar o conhecimento iniciado no curso de graduação, buscando a excelência na formação dos profissionais dessa área.

Com a instalação o Restaurante Universitário (RU), a UFFS opera mais uma inovação ao adquirir alimentação orgânica, diretamente dos camponeses e agricultores familiares e suas organizações, por longo período. Alimentos orgânicos, produzidos e preparados por trabalhadores locais, com renda e sustentabilidade gerada para todos quantos trabalham ou alimentam-se nessa cadeia produtiva. Cumpre-se assim, um dos princípios institucionais fundante da UFFS: a promoção da Sustentabilidade. São ações dessa natureza que fazem da UFFS e de seu processo de conquista e de gestão, uma *resposta* alternativa aos modelos convencionais de produção e difusão do conhecimento e da cultura preponderantes durante décadas na região e que fortaleciam os processos insustentáveis e concentradores de riqueza produzidos no Território. Embora a instituição integre a superestrutura da sociedade local e, sua ação não seja completamente contra-hegemônica, muito poderá contribuir para com os processos de mudança que se almeja para o desenvolvimento da região e seu entorno.

4.4.3.4 Luta por Crédito e Moradias Rurais: o esboço de uma Política Territorial Integrada elaborada a partir das necessidades dos atores socioterritoriais no caso da construção do Plano Safra Territorial (PST)

No âmbito da implantação de políticas de DTR no Cantuquiriguaçu, envolvendo ações do governo federal por um lado e, de outro, a participação popular com representação no Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) e em seus espaços institucionalizados como Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e Câmaras Técnicas Setoriais, vinculado ainda, de alguma forma, ao contexto local de disputa por território entre o “paradigma da questão agrária” representado pelos movimentos socioterritoriais com suas organizações cooperativas e o “paradigma do capitalismo agrário”, representado pela ação das

empresas do agronegócio amparadas em algumas políticas de financiamento e de estruturação e fortalecimento da Agricultura Familiar (FERNANDES, 2015: p. 391), iniciou-se em julho de 2010 um amplo debate acerca dos programas mantidos pelo governo federal e pelo governo estadual voltados para o desenvolvimento rural, territorial e da agricultura familiar. Esse debate, embora provocado pelo MDA através de suas Secretarias (SDT e SAF) voltadas diretamente ao desenvolvimento territorial e da agricultura familiar, tomou aos poucos, uma configuração nova, talvez imprevisível dentro dos objetivos do MDA. Essa nova configuração do debate diz respeito a proposições elaboradas pelos membros do colegiado territorial, denominadas no Plano Safra Territorial (PST) de “Novas Políticas” e que extrapolavam em muito as políticas até então em vigor e suas costumeiras “revisões de metas”.

Em resumo, as “Novas Políticas” aliadas ao conjunto do plano inovavam na forma e no conteúdo, superando o caráter setorial das ações do PRONAF (Crédito, ATER, Seguro, etc.) uma em relação às outras e, do PRONAF em relação a outras políticas também setoriais (Habitação, por exemplo), conforme a crítica às políticas de DTR discutidas neste trabalho a partir das formulações de Girardi (2008) e Favaro (2014). Quanto ao conteúdo, as “Novas Políticas” partiam da avaliação crítica dos resultados socioeconômicos e ambientais alcançados pela execução do Pronaf no Território em seus quase 15 anos (à época). Embora o programa tivesse participação positiva na consolidação de um estrato considerável da agricultura familiar, por outro lado, foi ocasião de endividamento, dependência financeira e tecnológica, proletarização e êxodo de famílias camponesas, naqueles estratos que mais necessitavam do apoio estatal e que não estavam preparados para inserção no mercado concorrencial capitalista, além de significativa degradação ambiental na ação do conjunto de seu público alvo.

Do ponto de vista institucional, o Plano Safra da Agricultura Familiar também denominado de Plano Safra Mais Alimentos – lançado todo ano desde 1996 –, constitui uma das grandes estratégias do MDA ao lado da política de DTR para a intervenção junto às populações do campo, o mais importante segmento produtor de alimentos do país conforme demonstrou o Censo Agropecuário (1996, 2006). Para os Territórios Rurais e Territórios da Cidadania a versão proposta é o Plano Safra Territorial, que tem por objetivo:

Ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional (financiamento público, assistência técnica e extensão rural, comercialização, agregação de valor, garantia safra, política de preços, dentre outras) às condições específicas dos territórios, bem como apoiar a construção de arranjos e de articulações institucionais em prol do desenvolvimento territorial sustentável. (CONDETEC, 2011: p. 13).

Como se vê, o PST se presta à contribuição direta e pontual na consecução das políticas de DTR, alocando recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento das forças produtivas do campo, integrada ao mercado e às demandas da sociedade proletarizada e urbana, carente de alimentação barata (cf. ABRAMOVAY, 1998). O texto introdutório do documento (PST) revela que há uma intencionalidade de interferir na gestão social do Território, ao afirmar que:

A intencionalidade do PST é orientar o trabalho dos colegiados, atores sociais e entes governamentais, especialmente na planificação e controle social dos recursos públicos das safras agrícolas, aumentando a eficiência e eficácia dessas políticas nos territórios rurais.

A função do PST é o de aprofundar a discussão sobre as ações relacionadas a agricultura familiar camponesa contidas no PTDRS e elaborar metas quantitativas e qualitativas principalmente com relação a: crédito, ATER, infraestrutura adequada, capacidades de agregação de valor, seguro para a produção, meios e políticas de comercialização, articulação com o consumo, dentre outros (CONDETEC, 2011: p. 13).

Revela-se o foco principal das políticas de DTR na intenção governamental permeada por estratégias de territorialização de práticas produtivas baseadas em relações sociais de caráter capitalista nas políticas públicas desde longa data. O texto segue explicitando que o PST “deverá dialogar com os projetos de dinamização econômica e outras dimensões que compõe o diagnóstico territorial, para a construção de planos para os sistemas e cadeias produtivas vinculadas à agricultura familiar ou correspondente as atividades desenvolvidas nos territórios” (idem: idem).

Contudo, ao se abrir ao diálogo por meio de um dos princípios norteadores do DTR que é o planejamento participativo, o MDA e suas políticas se expuseram às críticas dos movimentos socioterritoriais que em geral, acumulam pautas e propostas não são contempladas pelos órgãos governamentais, nas diversas dimensões. A partir da institucionalização de um grupo de trabalho (GT) para realizar diagnóstico da situação socioeconômica das famílias atingidas pelo programa, no âmbito do

CONDETEC, iniciou-se o debate que evidenciaria as fragilidades do PRONAF, sobretudo, no que diz respeito às dimensões social, ambiental, tecnológica, econômica e cultural. O Núcleo Diretivo e o Núcleo Técnico do Conselho também discutiram e homologaram a proposta metodológica para construção do plano que:

Para elaboração do diagnóstico, previu-se a coleta de dados secundários através de pesquisa documental e dados primários através de entrevistas, visitas, conversas, reuniões, etc., utilizando formulários de entrevistas (para o grupo focal), roteiros para as visitas, anotações para as conversas e relatórios de reuniões. Para definição dos elementos centrais das investigações, tomou-se por base o PTDRS do Território e focou-se sobre os aspectos mais relevantes para a agricultura familiar camponesa apontada neste em consonância com as orientações da SDT para elaboração do Plano Safra Territorial (CONDETEC, 2011: p. 15).

Foi necessária a instituição de três grupos de trabalho, conforme a tarefa e a etapa de construção do plano, com realização várias oficinas, reuniões e outras atividades pertinentes. Verificou-se a necessidade e se criou um grupo focal com o tema do endividamento das famílias que acessavam o PRONAF onde a partir da realização de pesquisa de campo, houve a qualificação do diagnóstico, revelando, por exemplo, o quanto era ineficiente o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) público ou contratado pelo poder público.

Além de apresentar um resumo geral da situação do Território Cantuquiriguaçu, o plano contém uma descrição dos sistemas produtivos mais presentes no Território e apoiados pelo PRONAF, dividindo-os em sistemas de cultivo e de criação. Elenca também as cadeias produtivas prioritárias do Território, conforme deliberação do colegiado territorial, procedendo uma caracterização de cada uma delas. A seguir, o plano traz uma avaliação das políticas implementadas no Território, no âmbito do PRONAT e também do PRONAF, descrevendo-as a partir de seus números e estatísticos. Essa avaliação foi fundamental para a formulação das Novas Políticas, por onde buscava, sanar as deficiências identificadas nas propostas oficiais.

Alguns resultados apontam para uma possível ineficiência dos sucessivos Planos Safras desde 1996 na tarefa de superar os desafios da agricultura familiar e a consolidá-la. O pico de acesso deu-se na safra 2007/2008, mas depois houve queda, conforme mostram a tabela 3 e o gráfico 29.

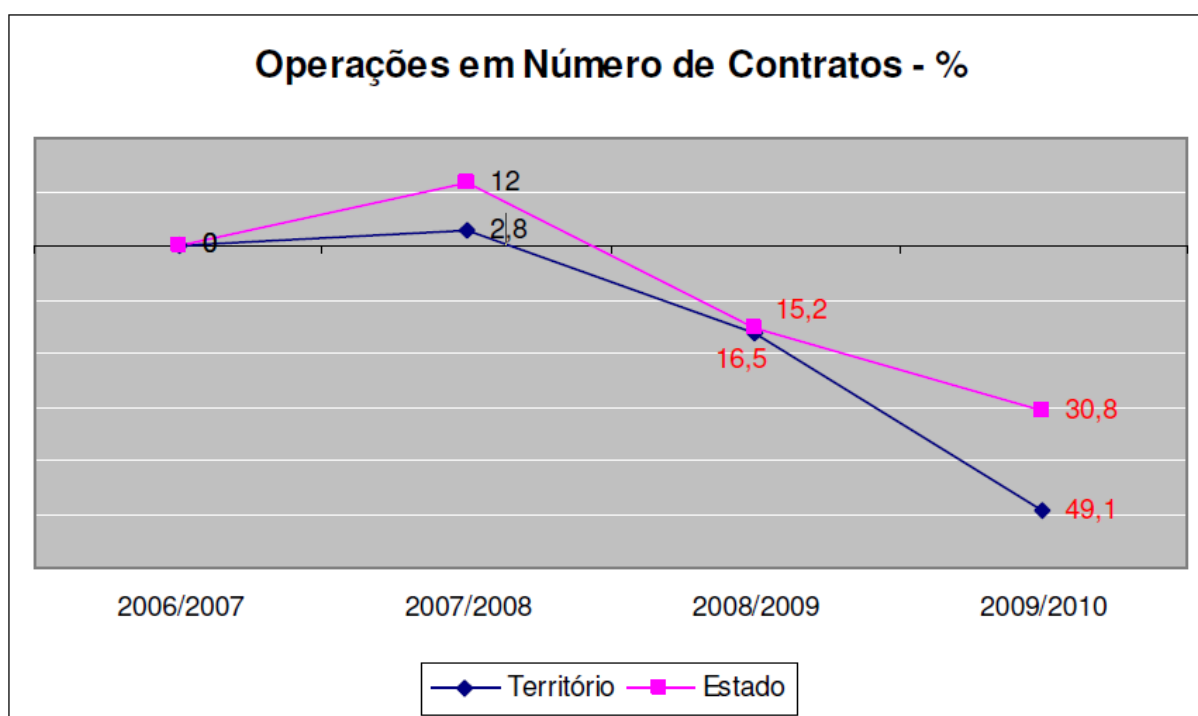
Tabela 3 - Cantuquiriguaçu: Operações do Pronaf

Ano Agrícola	Território		Estado	
	Nº	R\$	Nº	R\$
2006/2007	10.958	62.313.628,93	151.550	995.070.093,83
2007/2008	11.268	67.893.370,26	168.988	1.174.846.723,75
2008/2009	9.154	86.123.446,31	128.524	1.539.486.120,39
2009/2010	5.580	51.069.338,28	104.802	1.046.432.975,05

Fonte: CONDETEC, 2011

Nota-se no mesmo período que houve uma queda mais acentuada nas operações de crédito no Território, em comparação com o Estado.

Gráfico 28 - Cantuquiriguaçu: Operações do Pronaf (Número de Contratos em %)



Fonte: CONDETEC, 2011

Outra revelação importante é a de que os agricultores que tiveram maior dificuldade para quitar seus financiamentos de custeio das lavouras, em geral acessavam as linhas C e D (80% dos contratos) – que aloca maior valor por contrato – e produziram basicamente *commodities*: milho (50%), soja (14%) e feijão (7%) dos contratos, mesmo possuindo entre 6 e 10 hectares de área útil (51% das

propriedades pesquisadas). O endividamento cresceu e o número de agricultores que conseguiram pagar sem dificuldades e no prazo, caiu de 50 para 10% entre as safras 06/07 e 08/09 e 26% dos agricultores utilizou o financiamento da safra seguinte para saldar as contas referentes aos contratos passados, 5% renegociaram ou parcelaram e outros 6% pagaram com recursos de outras fontes. Portanto, 37% tiveram dificuldade de pagamento (CONDETEC, 2011: p. 42).

A assistência técnica não chegou às propriedades de mais de 55% dos agricultores entrevistados e, entre os outros 45%, 33% foi apenas na elaboração dos projetos para financiamento. Não observou-se uma relação direta entre os agricultores com dificuldade de pagamento e a ausência de assistência técnica oficial (até porque esta era muito ineficiente ou inadequada). Entre os atendidos pela ATER, estavam os que pagaram em dia e sem dificuldades, os com dificuldades e os que renegociaram ou parcelaram, em proporção equilibrada. Sobre participação das instituições que atuam no Território, a Emater, juntamente com a Fundação Terra tem 32% dos profissionais, as Secretarias Municipais tem 21% enquanto outras instituições respondem por 47% dos profissionais atuantes. Esse fracionamento da execução da política de ATER embora garanta uma possível diversidade de abordagens, revela outros aspectos como a descontinuidade (grande parte dos técnicos são contratados temporariamente com recursos de projetos) e a “falta de foco” ou o caráter genérico dessa política.

Dessa forma, quase 17.000 dos 21.824 estabelecimentos familiares e camponeses do Território não recebem assistência técnica e ações de extensão rural:

Do total dos estabelecimentos agropecuários do território (familiares e não familiares) 67%, ou seja, 16.975 estabelecimentos não recebem orientação técnica e dos que recebem – 8.488 – regularmente apenas 4.598 estabelecimentos. E as instituições que mais aparecem como realizando esse trabalho são as cooperativas – reconhecida por 40% dos estabelecimentos (CONDETEC, 2011: p. 56).

Quanto à comercialização, o PST elencou as principais ações e projetos dos Programas de Aquisição de Alimentos do Governo Federal com parcerias com órgãos do governo do Estado. Apesar do impulso (recente) que programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou Compra Direta da Agricultura

Familiar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em suas diferentes modalidades, a comercialização com o intuito de aferir renda para a propriedade familiar e camponesa, fora da lógica das *commodities*, constitui um dos principais gargalos, conforme dados do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) dispostos em CONDETEC (2011). A diversificação da produção na propriedade é muito mais adequada à subsistência do que ao mercado, por não haver uma política consolidada para esse segmento produtivo com previsão de compra institucional, espaço e logística adequada para armazenamento e distribuição. Tanto que os armazéns do tipo CEASA favorecem a lógica dos grandes produtores.

Portanto, o Plano quis prever o fortalecimento dos programas acima citados, mas, ao mesmo tempo propõe a articulação dos mesmos às “Novas Políticas” e os utiliza como exemplo a ser seguido em relação aos públicos que incluem (produtores e consumidores, com apoio institucional e financeiro dos governos), mas, busca a sustentabilidade econômica, institucional e ambiental da proposta ao prever a integração entre a ATER focada na produção saudável de alimentos; o pagamento por serviço ambiental (nas áreas de preservação e conservação), aos agricultores que aderirem ao programa, e, que cumpram suas normas; o pagamento por serviço de produção de alimento para famílias que aderirem ao programa e se comprometam a entregar alimentos, no mínimo até o valor de meio salário mínimo por mês (sendo que a produção que vier a exceder esse valor deverá ser comercializada nos canais já existentes, com pagamento à parte ao produtor); a organização de uma rede de escoamento e armazenamento da produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa que garanta a qualidade do alimento ao consumidor e a tranquilidade do agricultor devido à segurança de que seu trabalho será remunerado e sua família contará com uma renda fixa. O agricultor familiar e o camponês poderiam ainda acumular o pagamento por serviço ambiental e o pagamento fixo por produção de alimento, incentivando-o a produzir apenas onde não agride o ambiente, sem diminuir sua renda final. O quadro 17 apresenta os principais pontos avaliados e redesenhados das políticas para agricultura, a partir da definição das metas para o PST.

Quadro 17 - Cantuquiriguaçu: Quadro de atividades para definição do PST

Metas	O que avaliar?	Limites	Avanços	Propostas
M.01.A - Promover um encontro com as entidades de ATER para compreensão de REDE de governança de ATER definindo os princípios e formatos da Rede Territorial.				
M.02.A - Estruturação das instituições do Território que trabalham com ATER, comprometidas com a Rede Territorial de ATER.				
M.03.A - Estruturação do corpo técnico das instituições de ATER integradas à Rede Territorial de ATER, para execução das atividades.				
M.01.C - Renegociação de 100% das dívidas de PRONAF (Custeio e Investimento) anteriores a 2007; cessando os juros permanecendo o capital para pagamento.				
M.02.C - Incentivo e fortalecimento para a consolidação e recapitalização dos estabelecimentos familiares camponeses a partir de investimentos sistêmicos.				
M.03.C - Habitação para 8.000 famílias de agricultores familiares camponeses do Território Cantuquiriguaçu.				

M.01.Co - Promoção de capacitações sobre cooperativismo, comercialização, produção leiteira e outras atividades de interesse estratégico para os agricultores familiares camponeses.				
M.02.Co - Implementação do SECAFES.				
M.03.Co - Implementação da Base de Serviço de Comercialização, possibilitando a oferta de serviços aos empreendimentos da agricultura familiar camponesa do Território.				
M.01.NP - Preparo de profissionais e desenvolvimento de um programa de adequação e compensação ambiental.				
M.02.NP - Atendimento de 25% dos estabelecimentos de agricultores familiares camponeses, até o período de 12/13, com a política de adequação e compensação ambiental.				
M.03.NP - Compensação ambiental para as famílias das Terras Indígenas.				
M.04.NP - Garantia da produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, em sistema orgânico/agroecológico com garantia de aquisição da produção até o máximo de meio salário mínimo mensal por estabelecimento da agricultura familiar camponesa.				
M.05.NP - Viabilização da aquisição, transporte e distribuição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.				
M.06.NP - Fortalecimento das potencialidades locais/regionais a partir da produção de conhecimento científico.				

Fonte: CONDETEC, 2011

A adoção de propostas tão inusitadas (para o padrão vigente), subverte a lógica hegemônica de concepção, elaboração e implementação das políticas públicas no mundo ocidental em geral e no Brasil em particular. Como lembram Sanches; Oliveira; Costa (2011) ao discutir “a lógica política das políticas públicas, processo decisório e racionalidade”, a lógica do fragmento e da pressa, domina o aspecto político decisório em torno das políticas públicas. No cenário atual, tendemos a enxergar os graves problemas que assolam a sociedade como autônomos, uns em relação aos outros e, que, portanto, exigiriam políticas também autônomas.

Mas essa é uma maneira errática de percepção. Existem outras lógicas que operam tanto na configuração da realidade quanto na intervenção sobre ela pensada

e operada a partir dos Estados frente aos desafios aparentemente pontuais. Os autores fazem uma distinção primeira entre política pública e políticas sociais, adiantando que toda política social é uma política pública, mas, nem toda política pública é uma política social. Esse raciocínio nos leva à compreensão de que nas sociedades de classes, as políticas públicas são permeadas por interesses e disputas que ocorrem no interior das mesmas e galgam as ações estatais visando o próprio fortalecimento. Nesse sentido, uma política social, como uma forma específica de política pública, pode ter seu poder de transformação da realidade sobre a qual intervém, comprometido, por operar, à sombra de uma (ou mais) política pública mais abrangente.

Para os autores, “As Políticas Públicas exigem dos seus formuladores uma visão ampla dos problemas estruturais da sociedade, e reclamam tanto a solução de curto prazo quanto a planificação do longo, numa articulação de políticas que tentem enfrentar múltiplos problemas simultaneamente” (SANCHES; OLIVEIRA; COSTA, in CONDETEC, 2011: p. 60). Mais que isso, deve-se considerar que “o Estado não é uma instituição unidimensional, fechada e transparente, mas ao contrário, pode ser pensado como um verdadeiro campo de lutas entre interesses variados pela definição de suas políticas”. Podemos pensar que as disputas também não acontecem em um terreno neutro, mas, partem de correlações de forças já institucionalizadas a partir das quais também agem os governos (que tomam as decisões), burocratas (que as implementam) e os atores diversos da sociedade civil (que buscam influenciar os primeiros a seu favor). No processo decisório figuram principalmente, dois atores: o público e o privado. O primeiro com poder de decidir e implementar e o segundo, com poderes e meios para interferir nessa decisão.

Apoiando-se em Rodrigues (2010), apontam os problemas básicos da formulação de políticas públicas em sociedades sem tradição democrática: a carência de informações precisas e o conflito de interesses. Estes seriam responsáveis pelo “tecnocratismo” cego e surdo em relação às demandas sociais e também, pelo aspecto revisionista de todo processo de formulação de políticas públicas uma vez que nunca se parte do nada e nada se define para o plano eterno. “Política Pública, por fim, pode ser então tanto o que o governo escolhe fazer quanto o que escolhe não - fazer”, concluem os autores.

A reflexão tecida pelos autores identifica na origem e desenvolvimento do capitalismo europeu uma espécie de racionalidade modelo para as sociedades modernas que precisou se livrar da barbárie para se estabelecer nos territórios dos Estados-Nação nascentes. O pacto interno europeu inclui o reconhecimento do direito do outro de autodeterminação, de soberania. Nesse espaço a lei regula e expulsa o vale-tudo e o mercado prospera e avança para novas fronteiras para além do continente: as colônias. Ali se instaura o caos e a barbárie, onde a concorrência e a exploração podem ocorrer, enquanto se mantém a paz interna nas metrópoles. A colonização sustentou então a paz europeia por um período. A mutação desse sistema vai ocorrer a partir de uma ex-colônia, os Estados Unidos que inaugurando um novo modelo de imperialismo, após definir como sua área de ação prioritária e exclusiva, a América Latina, faz com que ocorra um “esvaziamento das noções de soberania territorial europeia” gerando “um novo tipo de Soberania não-territorial, no sentido de não estar baseada num território”. Os Estados Unidos se constituem no novo e único “centro de normalidade do sistema” com esforços cada vez mais vistosos para gerar a anormalidade, o caos e a barbárie em todos os cantos do mundo, onde se adota regimes de exceção como solução para os conflitos e para a transferência da soberania local para a global, ou seja, para o centro do sistema.

No entanto, as linhas demarcatórias que se multiplicam no interior mesmo das sociedades, no próprio território americano, com o avanço do “desespero da perda de referências, de esvaziamento das normas, a desapareição do estado de normalidade, a instauração do Estado de Exceção na vida das maiorias que mal sobrevivem no caos de uma violência quase fora de controle das grandes cidades, exigem políticas públicas fortes, integradas, que se dirijam sempre a atacar as causas profundas dos problemas sociais” (SANCHES; OLIVEIRA; COSTA, in CONDETEC, 2011: p. 63). Dessa forma, as políticas públicas, além de considerar as divisões de classes no interior da sociedade em que se instalam, devem compor um plano de longo prazo que aponte para um horizonte societário possível para o conjunto da população e destinado a atender a maioria.

A reflexão de SANCHES; OLIVEIRA; COSTA (2011) aqui debatida é parte integrante do PST. Como um capítulo teórico que debate os dados colhidos da execução das políticas agrícolas e de desenvolvimento no Território Cantuquiriguaçu, serviu como orientação geral nas proposições que se seguiram.

O primeiro exercício foi a “reforma” das políticas em vigência na tentativa de recuperar o aspecto positivo de cada uma delas, em favor do público alvo. Programou-se a formação de uma Rede Territorial de ATER buscando a integração dos vários atores que atuam na área; planejou-se a renegociação de dívidas dos agricultores que acessavam ao Pronaf; a consolidação e recapitalização dos estabelecimentos da agricultura familiar e camponesa; o investimento na comercialização e outros. As metas podem ser visualizadas nos quadros 18, 19 e 20.

Quadro 18 - Meta financeira para ATER no PST

Descrição	R\$¹
Rede Territorial de ATER: constituição e eventos	122.450,00
Estruturação física das instituições da Rede	6.516.360,00
Estruturação do corpo técnico das instituições da Rede de ATER	6.653.920,00
Investimento em cursos para formação e capacitação dos profissionais da Rede	318.000,00
Construção de espaço para estruturação de curso de nível superior na metodologia da Pedagogia da Alternância para a população rural	300.000,00

Notas: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

Fonte: CONDETEC, 2011

Quadro 19 - Meta financeira pra o Crédito no PST

Descrição	R\$¹
Renegociação das dívidas do PRONAF ²	3.554.112,00
Consolidação/recapitalização dos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa	520.058.000,00
Custeio e Investimento	270.096.000,00
Habitação rural	224.000.000,00

Notas: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

Fonte: CONDETEC, 2011

Quadro 20 - Meta financeira para a Comercialização no PST

Descrição	R\$¹
Promoção de Cursos, Encontros, Seminários, Intercâmbios e Reuniões	111.500,00
Implementação do SECAFES	14.000,00
Implementação da Base de Serviço de Comercialização	188.000,00

Nota: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

Fonte: CONDETEC, 2011

Na definição de propostas para médio prazo, buscou-se a integração e a articulação das políticas de crédito, de ATER e de comercialização com as “Novas Políticas”. A intenção era de implementar um processo crescente de integração visando à construção de uma espécie de “Sistema Único de Agricultura (SUAG)”, caso o governo federal comprasse a ideia. Em analogia ao Sistema Único de Saúde (SUS), o SUAG (esta sigla consta dos debates, porém, não aparece na proposta final do PST), definiria o papel de cada ator social envolvido na produção de alimentos, incluindo entidades dos agricultores, movimentos sociais órgãos de governo, instituições de pesquisa e outros, e, também, o papel de cada ente federado. A União, os estados e municípios teriam funções bem definidas dentro do sistema, evitando assim o desperdício de recursos públicos e, a atividade desfocada ou altamente influenciada pelos interesses mercantis das empresas que buscam vender seus pacotes de soluções tecnológicas, sem considerar as condições de cada família camponesa e sua vocação econômica dentro de um arranjo produtivo mais amplo. A proposta previa pagamento mensal por produção de alimentos saudáveis, pagamento por serviço ambiental; construção de moradias rurais, entre outros, como exposto nos quadros 21.

Quadro 21 - Propostas para as "Novas Políticas"

3.4. Investimentos nas Novas Políticas

- Apoio do Governo Federal, Estadual e Municipal e dos ministérios e secretarias, para o desenvolvimento das ações propostas, trilhando o caminho para a construção conjunta para as questões relacionadas à agricultura familiar camponesa.
- Pagamento de Compensação os agricultores familiares camponeses pela conservação dos recursos naturais, principalmente a água e a flora; com recursos para pagamento aos agricultores, contratação e capacitação de profissionais para implementação das atividades (regularização das áreas, manejos alternativos, etc).
- Produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, em sistema orgânico/agroecológico com garantia de aquisição da produção e distribuição para combate a pobreza (assistência técnica, aquisição dos alimentos, distribuição, organização, etc).
- Direcionamento da produção do conhecimento e da pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias para agricultura agroecológica, adaptadas as condições territoriais, bem como promover a formação e capacitação técnico-científica.

Fonte: CONDETEC, 2011

No processo de construção do PST as propostas de Novas Políticas se consolidaram em metas financeiras com previsão de investimentos em diferentes projetos que se articulam uns aos outros. Além disso, visam garantir a estabilidade econômica aos estabelecimentos mais descapitalizados da agricultura familiar camponesa com remunerações de serviços ambientais e de produção de alimentos saudáveis. Para que isso fosse implantado, várias outras ações seriam necessárias, como por exemplo, o geo-referenciamento das propriedades contempladas no programa. O quadro 22 resume as principais ações e seus respectivos custos.

Quadro 22 - Metas financeiras para as "Novas Políticas"

Descrição	R\$ ¹
Capacitação de profissionais e equipamentos para implementação da política de compensação ambiental.	150.000,00
Contratação de profissional e recursos para reuniões periódicas da equipe de elaboração e implementação da política	190.000,00
Equipamentos para implementação da política de compensação ambiental, GPS.	1.000.000,00
Custeio para as atividades de georeferenciamento (combustível para as visitas, elaboração dos mapas, etc)	1.102.747,50
Pagamento de compensação ambiental para agricultores familiares camponeses e indígenas.	5.828.934,00
Formação de uma equipe com contratação de profissionais para implementação da política de aquisição de alimentos.	3.549.000,00
Custeio das atividades da equipe de profissionais, considerando reuniões e encontros periódicos.	1.373.000,00
Aquisição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.	12.468.902,40
Investimento em estudos, pesquisas e experimentos considerando a vocação regional e desenvolvendo sistemas produtivos sustentáveis.	2.500.000,00

Nota: (1) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

Fonte: CONDETEC, 2011

O Plano Safra apresenta um quadro resumo de suas atividades, com os recursos definidos para cada projeto a serem negociados com o governo federal. Esta foi o foco das negociações com o MDA, cujo argumento central foi de que o custo total do projeto era muito alto. Em contraposição foram apresentados estudos que demonstram que após o êxodo, o agricultor proletarizado ou tornado "exércitos de reservas" nas periferias de centros urbanos maiores ou, nas sedes dos pequenos municípios, passa a custar muito mais aos cofres públicos, com aumento o crescimento desordenado das áreas urbanas, o desemprego, a criminalidade, a

agressão ambiental, enfim, a barbárie como denominam SANCHES; OLIVEIRA; COSTA (2011). Também foi estabelecido comparação entre o custo do projeto capaz de atender mais de 20 mil famílias em três anos e que representava metade do valor gasto com a reforma do Estádio “Maracanã” para a Copa do Mundo. Contudo, a estratégia territorial para produção de alimentos não tinha a mesma articulação direta e prioritária com a reprodução do capital. Por fim, apenas as propostas mais conservadoras foram apoiadas pelo governo. Um resumo geral das políticas e ações com quantitativo para o triênio aparece no quadro 23.

Quadro 23 - Resumo das Políticas e Metas Financeiras para o conjunto de ações do PST

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
ATER	R\$	44.650,00	7.650.100,00	6.278.980,00
Crédito	R\$	60.904.000,00	317.700.000,00	635.550.000,00
Comercialização	R\$	13.000,00	148.500,00	152.000,00
Novas Políticas	R\$	--	9.813.353,00	18.349.230,90
Gestão	R\$	450,00	14.220,00	18.000,00
Soma	R\$	60.961.650,00	335.311.953,00	660.330.210,90

Fonte: CONDETEC, 2011

O processo de construção do Plano Safra Territorial (PST) foi um importante exercício com duração de mais de um ano com intensa atividade de caráter coletivo que mobilizou e envolveu os principais sujeitos sociais, órgãos de governo, entidades, universidades e movimentos socioterritoriais do Território e resultou na elaboração de uma proposta inovadora que extrapola os limites previstos pela política de DTR aplicada no Cantuquiriguaçu e outros territórios pelo MDA e outros ministérios e organismos. O fator mais importante talvez tenha sido a capacidade que o coletivo de atores sociais teve de inverter os papéis com o governo: passar de “consumidores” de políticas públicas, sem questionamentos sistemáticos e fundamentados na avaliação criteriosa de cada ação de cada política, na prática social dos sujeitos beneficiários dessas políticas e sua condição socioeconômica resultante após quinze edições do principal programa avaliado – aferida por pesquisa de campo –, e, com base teórica fundamentada pela participação de

intelectuais vinculados à UFFS, à Unioeste e outras instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Outro fator relevante foi a definição da Agroecologia como modelo para a ação geral integrando políticas, interferindo na re-elaboração das mesmas com protagonismo local no processo. Isto se revela na opção pela produção de alimentos saudáveis (agroecológicos), na integração entre etnoagroecossistemas presentes no Território, promovendo a intersectorialidade das políticas, definindo responsabilidades para agricultores familiares e camponeses, para os governos e para a população em geral que vai além dos interesses mercantis, mas, que visam assegurar direitos como os de viver bem - conforme sua matriz cultural -, o direito à alimentação adequada, à instrução técnica, à troca de conhecimentos sem imposição ou invasão cultural, entre outros. Parte destas propostas compõe o conteúdo do Programa Camponês apresentado aos governos pelo MPA e a Via Campesina e que tratamos em outro tópico deste estudo.

4.4.3.5 Mobilização e luta pelos Direitos dos Atingidos por Barragens: O Projeto PAIS

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasceu em 1991 a partir de diversas lutas e mobilizações ocorridas em todas as regiões do país em defesa dos direitos dos atingidos junto às empresas construtoras de barragens e ao Estado. Age nos períodos anteriores, durante e após a construção de barragens. As populações atingidas se insurgiram devido a um padrão de relacionamento adotado que se revelou extremamente violador dos direitos humanos e altamente impactante em relação ao meio ambiente e à sociedade em geral nos locais. Mesmo durante o período ditatorial (décadas de 1970 e 1980) as mobilizações e protestos foram intensos, porém, particularizados em cada área diretamente afetada (ADA). Com o desalojamento de mais de 40 mil pessoas pelo lago de Itaipu no Paraná e em Tucuruí no Pará e Itaparica no Vale do rio São Francisco com impactos semelhantes, cresce o descontentamento e a mobilização de diversos setores da sociedade: agricultores atingidos, ambientalistas, artistas, religiosos e outras categorias contra as barragens e em favor das reivindicações dos atingidos em geral. Porém, faltava um movimento de abrangência nacional que pudesse articular essas forças em luta e tecer estratégias que confrontassem o modelo adotado no

setor hidroenergético e não apenas as consequências individualizadas de cada canteiro de obras.

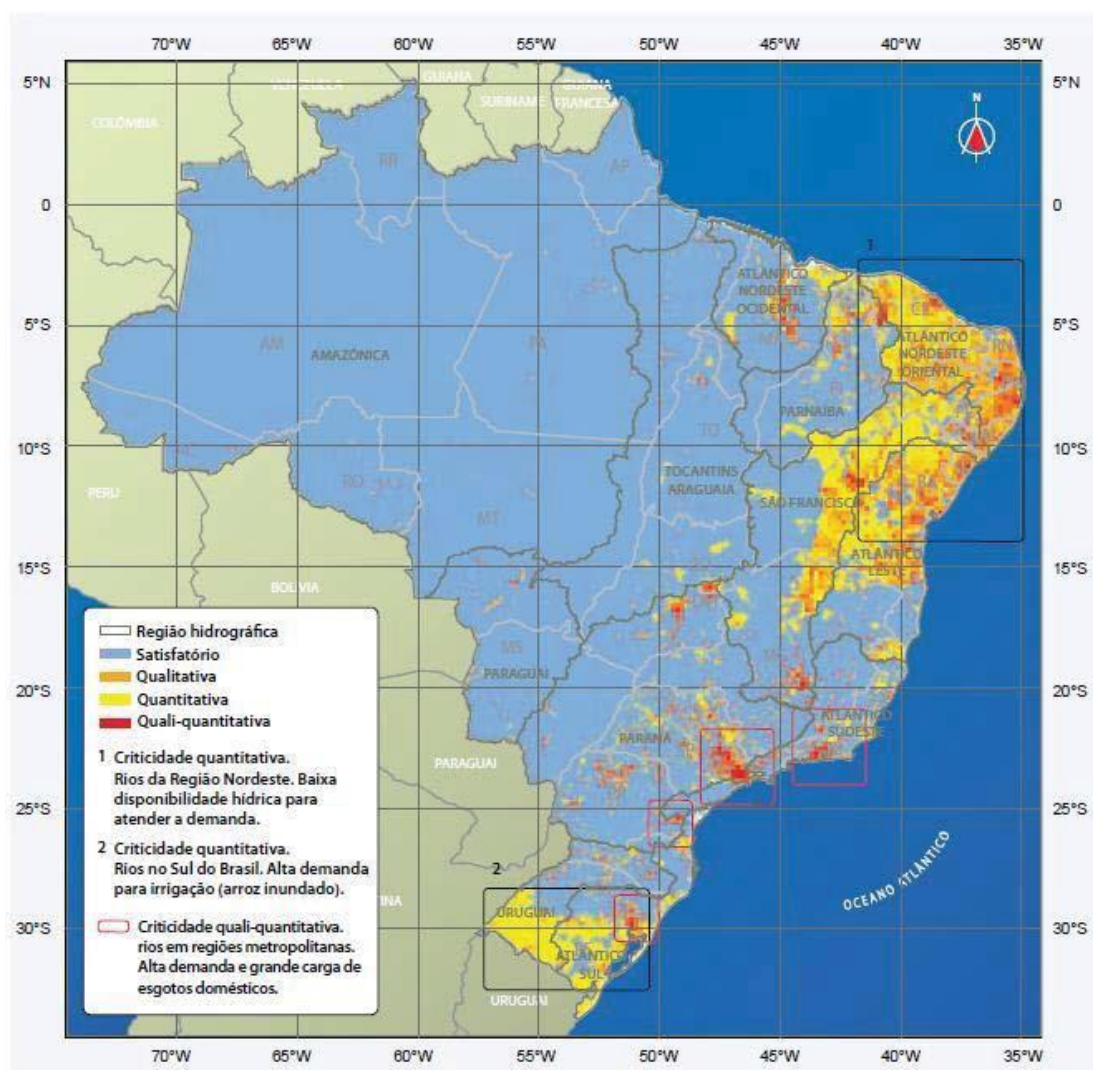
Em 1989 acontece em Goiânia (GO) o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. Esse Encontro foi “marcado pela troca de experiências sobre as lutas contra as empresas energéticas, a bandeira comum entre todos os participantes” (MAB, 2013: p. 6). Criou-se nesse Encontro, uma Comissão Nacional Provisória para organizar o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens que aconteceria em março de 1991, em Brasília. Na plenária do último dia desse Congresso, os delegados e delegadas representantes de todas as regiões do país decidem fundar o MAB. Decide-se, ainda, consagrar a data (14 de março) como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens. Ao todo, desde 1991, o Movimento dos Atingidos por Barragens já realizou sete Congressos Nacionais e em cada um, foi aperfeiçoando sua estratégia de luta, bem como suas propostas para a sociedade brasileira e sua contribuição para com o debate das esquerdas referente ao modelo de sociedade que buscam realizar.

No II Congresso Nacional do MAB realizado em dezembro de 1993 se debateu a importância da internacionalização da luta pelos direitos dos atingidos e, no III Congresso Nacional do MAB em 1996, “os atingidos aprofundaram o debate sobre as linhas gerais de ação, trabalho de base, política de alianças e posição frente ao setor elétrico nacional” (MAB, 2013: p. 9). Em 1999, no IV Congresso Nacional do MAB em Belo Horizonte (MG), o debate se deu acerca do neoliberalismo que avançava sobre o setor com privatizações de estruturas públicas, entregando-as ao capital internacional. Nesse mesmo congresso iniciaram-se as discussões sobre o Projeto Energético Popular e sobre o Projeto Popular para o país.

O MAB logo atraiu a atenção de intelectuais, estudiosos, instituições e organismos devido à consistentes denúncias relacionada aos impactos socioeconômicos causados por barragens, mas, sobretudo, por sua percepção abrangente da questão energética que está intimamente relacional à crise hídrica e ambiental. Cada vez mais ficava claro o fundamento e a origem do conflito em torno dos recursos hídricos enquanto espaços ocupados desde os primórdios da humanidade – berço das grandes e antigas civilizações e povos tradicionais -, por um lado, e, área privilegiada de expansão do capital por meio de mercadorias

valiosas, estratégicas e de extrema necessidade na atualidade como a água e a energia, demandados por empresas concessionárias, por outro. O mapa 19 ilustra resultados do mau uso dos recursos hídricos e sua disponibilidade e pontos críticos no Brasil.

Mapa 19 – Brasil: A Crise Hídrica e sua espacialidade



Fonte: BRASIL, 2012

A partir daí, segundo a mesma publicação do movimento, não mais se realizariam congressos onde delegados decidiam, mas, Encontros Nacionais onde todos os integrantes poderiam participar e decidir:

Esta compreensão do MAB foi se dando a partir do momento em que nos definimos enquanto movimento social, popular e político. A organização e a luta dos atingidos/as por barragens tem que ter a mais ampla participação

popular, ser de caráter social e fazer a luta pelos direitos dos atingidos e construção do projeto popular (MAB, 2013: p. 9).

Os Encontros Nacionais do MAB: junho de 2003 em Brasília; março de 2006 em Curitiba; setembro de 2013 em São Paulo, além de consolidar o MAB como um movimento de grande influência e referência nacional e até internacional, que, pelo método de mobilização de massa abre diálogo com os poderosos grupos econômicos e governos, ao mesmo tempo em que avança na construção de seu próprio projeto para o país em cooperação com outros movimentos populares, também se aprofunda no debate sobre a soberania popular sobre os recursos naturais como a água e o petróleo, e sobre as estruturas públicas que as aproveitam transformando-os em água potável, energia e outros bens indispensáveis, mas, na condição de mercadoria.

Ao discutir os elementos para a história do MAB, Carlos B. Vainer (2002) ressalta a existência de uma incongruência entre o processo histórico que faz emergir movimentos de resistência e o tratamento dispensado aos povos atingidos pelos órgãos responsáveis pela implementação de barragens (financiadores, pelos governos responsáveis pelas concessões dos bens públicos e pelas empresas responsáveis pela desapropriação de atingidos e pela construção das barragens). O autor relata que os relatórios técnicos costumeiros cuja função é apenas cumprir a lei, ignoram totalmente a existência de sujeitos resistentes à ação de implantação de obras impactantes como são as barragens e que apesar de o Banco Mundial - um dos principais agentes financiadores e incentivadores da construção de barragens e outras obras faraônicas - saber perfeitamente a dimensão dos impactos provocados sobre as populações atingidas pela construção dessas estruturas, nunca seus técnicos e *experts* foram capazes de prever em seus relatórios e estudos de impacto, a possibilidade da insurreição de grupos descontentes e capazes de apresentar resistência ao projeto.

O autor, para ilustrar, cola a seguinte passagem em nota de rodapé:

Reassentamentos involuntários tem sido um companheiro de viagem do desenvolvimento através da história e tem sido indelevelmente inscritos tanto na evolução dos países industriais quanto nos países em desenvolvimento (World Bank Environment Department, 1994, p. i). Deslocamentos forçados resultam da necessidade de se construir infraestrutura para novas indústrias, irrigação, autoestradas ou geração de energia, ou para o desenvolvimento urbano como hospitais, escolas e

aeroportos. Estes projetos são indiscutivelmente necessários. Eles melhoram a vida de muitas pessoas, criam empregos e melhores serviços (Cernea & McDowell, 2000: p. 11) apud (VAINER, 2002: p. 1).

Contudo, esses mesmos sujeitos, sistematicamente impactados por empreendimentos dessa natureza, permanecem invisíveis para os técnicos a serviço das empresas. A *impactologia* conta com a convivência ou instrumentalização da antropologia e da sociologia que, conforme o autor, são, “amesquinhas porque reduzidas à categoria de ciências aplicadas à consultoria ambiental” (VAINER, 2002: p. 2) não reconhecem a condição de sujeitos das populações atingidas de se auto organizar, pois, estão em seus estudos, reduzidos a uma condição de paisagem, de elemento natural sobre o qual se desenha uma estrutura: a obra. Estão “naturalizadas, reificadas, destituídas de subjetividade e, conseqüentemente, impossibilitadas de se constituírem em sujeitos, as populações não podem ser pensadas como agentes sociais coletivos, reivindicantes, politicamente operantes” (VAINER, 2002: idem). Portanto, desde essa visão não haveria como se falar em história do movimento dos atingidos.

Mas, a história revela o que a ciência e o interesse querem silenciar. Às vésperas de completar 26 anos, o MAB, embora como a ponta Carlos Vainer, não seja capaz de abarcar ou acompanhar todas as iniciativas de resistência e reivindicação por direitos violados na instalação de usinas hidrelétricas, representa sim uma ampla frente de caráter nacional que sem pretender ser o único interlocutor com governos e agentes do capital interessados nessas obras e em seu barateamento a qualquer custo, tem realizado imenso esforço para apoiar toda iniciativa que possua a mesma natureza frente ao modelo energético. Além disso, com presença em 19 Estados da federação, como movimento político, popular e de massa, vem reforçando as estratégias contra-hegemônicas que se erguem a partir de outros setores e dimensões, por entender que todas elas estão igualmente afetadas pelo modelo capitalista de exploração. Dessa forma, participa ao lado do MST, do MPA e do MMC, da Via Campesina mundial somando forças para a resistência às investidas do capitalismo predatório e experimentando e incentivando atitudes que podem se converter em mudança paradigmática.

Feita esta breve apresentação do MAB e não sendo nosso propósito se estender no debate sobre sua história, passamos a descrever sua atuação local

como movimento socioterritorial que organiza sujeitos que disputam territórios com gigantes estranhos e sedentos por água e lucros vultosos.

Já trouxemos neste trabalho alguns elementos que caracterizam a atuação do MAB frente às questões que envolvem as grandes obras de planejamento e implementação de barragens. É destacada sua participação nos grandes debates junto ao governo e às empresas públicas e privadas do setor elétrico no Brasil, resultando em graves denúncias de violação sistemática de direitos humanos (IPEA, 2014) pela aliança entre esses atores e, finalmente, no reconhecimento público do governo brasileiro de que o modelo do setor elétrico nacional provoca danos, sendo muitos deles irreparáveis, mas, que podem ser mitigados ou diminuídos. O Estado brasileiro reconhece, em função das inúmeras ações e denúncias formuladas pelo MAB, a existência de uma dívida social para com os atingidos de hoje e desde as primeiras hidrelétricas colocadas em funcionamento no país. Tanto o relatório da Comissão Mundial de Barragens (WCB, 2000), quanto o relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens do Conselho de defesa dos Direitos da Humana - CDDPH (2010) como expostos neste trabalho apontam para essa realidade.

No Paraná, a principal resistência na década de 1970 foi realizada na UHE de Itaipu, onde a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um trabalho de base na organização dos ribeirinhos em associações, movimentos e de denúncia das violações de seus direitos. Diferentes atores trabalharam no processo de resistência como membros das igrejas católicas e luteranas, de sindicatos de trabalhadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e outros, além de agricultores isolados que contrataram advogados para defendê-los na justiça. As denúncias na imprensa, na justiça e em outros meios versavam sobre danos materiais, falta de informações, impactos sobre o meio ambiente e indenizações irrisórias. A partir de inúmeras reuniões, passeatas, abaixo-assinados e assembleias, se constituiu, uma coordenação com representantes de diversas organizações passando a atuar como um movimento social articulado com ações cada vez mais organizadas e radicalizadas. Esse movimento se chamou Justiça e Terra e exigia: indenização imediata, reajuste de 100% no valor das indenizações, reassentamento no Estado do Paraná e indenização das redes elétricas (VAINER, 2002: p. 5).

Há um acúmulo histórico de demandas tanto para o movimento social que trabalha com a organização da população atingida, quanto para a reparação público-governamental dos danos provocados às populações ribeirinhas construídas no país. Como um movimento recente, o MAB não esteve presente na etapa de construção das primeiras hidrelétricas instaladas no Território Cantuquiriguaçu nas décadas de 1970 e 1980. Das cinco principais UHEs, apenas Salto Segredo e Salto Caxias contaram com organização social capaz de estabelecer alguma negociação e conquistar algum reconhecimento. O MAB atuou nesses dois empreendimentos e, apesar de muitas falhas, os atingidos puderam contar com pagamento, reassentamento e outras reparações mínimas (cf. KARPINSKI, 2007; ZWARICZ, 2013).

Quanto a Salto Osório, Foz do Areia e Salto Santiago, a mobilização popular não ganhou expressão. No caso específico de Salto Santiago, a entidade que se dispôs a organizar os atingidos, ao menos os seus associados, foi o Sindicato (Patronal) Rural de Laranjeiras do Sul. Em comunicação pessoal ao autor, o presidente da entidade na época revelou que a ação do sindicato era acompanhada de perto por membros secretos do governo militar. Houve buscas por documentos, interrogatórios e proibição de reuniões e assembléias, além de cooptação de lideranças, de proprietários atingidos e da imprensa local, tudo para minar o poder de ação dos resistentes. O resultado foi a derrota na assembléia onde a minoria compareceu e, o sindicato que já tinha cadastrado todos os membros atingidos ficou impedido pela lei de agir em favor de seus representados. Indagado sobre a existência desses cadastros, disse que foram extraviados devido à perseguição.

Após vários anos, ocorreram algumas tentativas de organização social para reaver os danos sofridos, porém, a falta de informação e a inexperiência em tarefas de organização dos ribeirinhos e atingidos em geral, dentre outros fatores, fizeram com que não houvesse avanço. Recentemente, no entanto, nova ameaça surgia. Por descumprimento da lei ambiental nacional e paranaense, o Consórcio Tractebel que administra as usinas de Salto Osório e Santo Santiago foi notificado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para que implantasse a mata ciliar³¹, que,

³¹A questão repercutiu na Assembleia Legislativa do Paraná e em outros órgãos públicos como o IBAMA, como se lê na notícia postada na Página *Transparência* da Assembleia Legislativa do Paraná

conforme as previsões legais e às dimensões do lago, seria de no mínimo 100 metros de largura. A empresa, no entanto, encomendou a elaboração de um Plano de Uso e Ocupação do Lago e do Entorno, necessário para a obtenção da Licença de Operação que lhe faltava. Porém, na previsão da implantação de mata ciliar, a responsabilidade era atribuída aos ribeirinhos, livrando a Tractebel da aquisição ou indenização das terras necessárias ao cumprimento da lei. Era necessária a aprovação do referido plano em audiência pública convocada para esse fim, onde todos os interessados deveriam participar. Ribeirinhos, prefeitos, vereadores, movimentos, órgãos ambientais do estado e dos municípios, sindicatos e outros foram convocados. Percebendo a manobra, o prefeito de Porto Barreiro à época buscou informações junto ao MAB e, após esclarecimentos em parceria entre MAB, prefeituras e sindicatos de trabalhadores, realizou-se a mobilização de mais de 3.000 pessoas na audiência pública realizada em 2005 no município de Saudade do Iguaçu e o Plano foi reprovado devido ao fato de não haver acordo entre ribeirinhos (que seriam novamente atingidos) e a empresa.

O MAB passou então a acompanhar a questão, organizando comissões representativas locais, com componentes dos vários municípios atingidos e outras tentativas de negociação com a empresa foram realizadas. Contudo, mesmo após ocupação da usina de Salto Santiago em junho de 2008 pelos atingidos³², não houve progresso nas negociações. Alguns municípios acionaram a Tractebel na justiça cobrando danos ambientais e econômicos nunca reparados, porém, a apatia e o cinismo são as formas escolhidas pela empresa para tratar a questão. Quanto à Licença de Operação, a empresa obteve após realizar doação de recursos para implantação de parque ambiental estadual na região de Guarapuava.

em 18/05/2005, com o título: "Prefeito de Porto Barreiro Pede Apoio da Bancada do PT Na Assembléia e do IBAMA-PR". O texto completo da notícia pode ser visualizado no Anexo II.

³² A notícia foi veiculada no portal Terra em 10 de junho de 2008 "Cerca de 300 agricultores do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina estão acampados na hidrelétrica de Salto Santiago (PR), em protesto contra a transnacional franco-belga Suez-Tractebel, dona da barragem. Outra hidrelétrica da Suez, a UHE de Itá, também foi ocupada durante a manhã. As ações fazem parte da Jornada Nacional da Via Campesina" (TERRA, portal na Web). Entre as razões da ocupação mencionadas pela notícia, destacam-se a questão dos cem metros de mata ciliar que impacta e compromete as condições de sobrevivência de pequenos proprietários ribeirinhos; a privatização do setor elétrico que permite a remessa de lucros das multinacionais aos países de origem e o valor subfaturado das usinas no ato da concessão.

4.4.3.6 O Projeto PAIS

Após longos anos de luta e de ter obtido o compromisso do governo federal de que a *dívida social* do Estado brasileiro deveria ser paga com a inclusão dos atingidos, e/ou seus descendentes, nos diversos programas e políticas públicas, três municípios do Território Cantuquiriguaçu foram contemplados por projeto selecionado e apoiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e está sendo implantado em parceria com Movimento dos Atingidos por Barragens, por meio da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADA). O projeto possui um nome extenso: “Promoção da Soberania Alimentar em Regiões Atingidas por Barragens Através da Tecnologia Social (PAIS) e Placas Solares de Baixo Custo (PSBC)” e se posiciona estrategicamente junto à uma situação de vulnerabilidade crônica não apenas dos ribeirinhos, mas de grande parte dos agricultores familiares e camponeses brasileiros que é a insegurança alimentar. Por mais contraditório que possa parecer, essa situação se tornou presente na vida dessas populações a partir de dois vetores: pelo processo de modernização da agricultura e seu vínculo direto com o mercado, transformando a unidade produtiva rural, independente de sua extensão, em produtora de mercadorias que devem ser vendidas para, com a renda auferida, comprar alimentos e outros bens de consumo e que atinge os agricultores em geral; e, pelo processo de implementação de hidrelétricas que deslocou, desalojou e desenraizou mais de 1 milhão de famílias somente no Brasil (CMB, 2000) que vulneráveis são lançados em meio a um ambiente de competição que compõe a agricultura e a vida modernas.

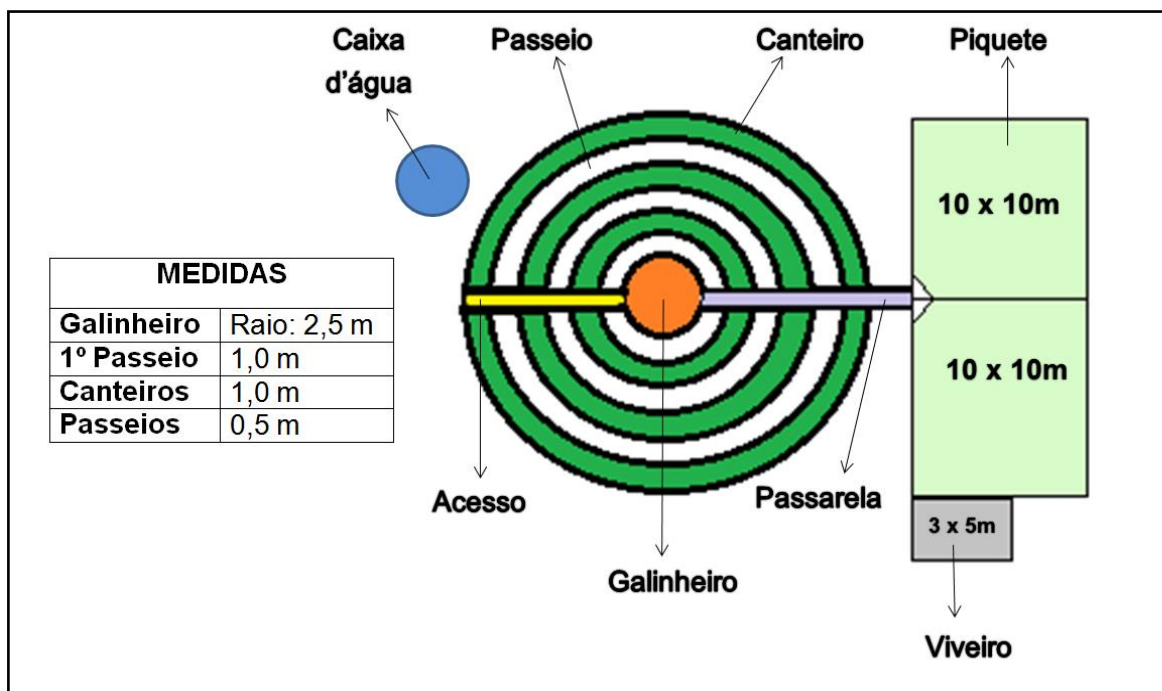
Vale ressaltar que a vulnerabilidade dessas populações tem a ver com políticas públicas tendenciosas, desarticuladas e inócuas frente ao desafio de incluir e gerar desenvolvimento sustentável como discutido por Favaro (2014); CONDETEC (2011) e Oliveira (2007) e da invisibilidade das populações atingidas por obras frente ao Estado e às empresas construtoras de hidrelétricas tratada em Vainer (2002). Frente a essa situação, o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) somada ao Aquecedor Solar de Baixo Custo (ASBC) propõe a reconstrução da soberania alimentar das familiar atingidas e diminuição de seu custo de vida ao minorar as despesas com energia elétrica e seus gastos com alimentação. A prioridade é a produção de alimentos para serem consumidos na

propriedade rural. O projeto tem forte impacto também sobre dois públicos que historicamente ficam à margem das políticas públicas para o campo: as mulheres e os jovens. Estes terão a oportunidade de resgatar práticas sustentáveis de cultivo de alimentos, revitalizando a cultura dos povos tradicionais do campo e, ao mesmo tempo, vislumbrar a geração de renda via comercialização da produção excedente. Para tanto, estimula a cooperação e o associativismo, bem como a prática da cidadania por meio da participação e inclusão em outras políticas públicas com controle social, como por exemplo, o PNAE e o PAA (PAIS, 2016).

O projeto atenderá 210 famílias nos três Estados do Sul, sendo 70 no Paraná, 70 no Rio Grande do Sul e 70 em Santa Catarina. No Paraná serão três municípios do Território Cantuquiriguaçu: Cândói/PR com 28 famílias, Porto Barreiro/PR com 19 famílias e Rio Bonito do Iguaçu/PR com 23 famílias, todos atingidos pelo lago da UHE Salto Santiago. No Rio Grande do Sul estão inclusos os municípios de Aratiba/RS, Mariano Moro/RS, Marcelino Ramos/RS e Erechim/RS; na região de Garabi, os municípios de Alecrim/RS e Porto Lucena/RS; já em Santa Catarina na região Oeste os municípios de Mondai/SC, Itapiranga/SC, São João de Oeste, São Carlos/SC, Águas de Chapecó/SC, Caxambu/SC; na região Serrana de Santa Catarina estão incluído os municípios de Celso Ramos/SC, Anita Garibaldi/SC e Cerro Negro/SC (PAIS, 2016).

O sistema PAIS consiste na integração do cultivo de hortaliças, ervas medicinais, plantas ornamentais e de criação de galináceos. É composto de um galinheiro octogonal ao centro, rodeado por três círculos de canteiros de 1,2 m de largura, intercalados por um espaço de 0,5 m para a circulação dos trabalhadores. Contém irrigação por aspersão, viveiro para cultivo de mudas, mudas frutíferas, sementes e insumos orgânicos, caixa d'água de 5 mil litros, piquete (cercado com tela) para as galinhas pastarem durante o dia e um túnel de tela para que possam passar do piquete ao galinheiro e vice-versa. O piquete mede 200 m de área e é dividido ao meio visando à rotação no manejo. Todo o material, com exceção da cobertura do galinheiro e das galinhas (que formam a contrapartida da família), como palanques, telas, arame, prego, grampo, caixa d'água e kit ASBC, são custeados pelo projeto. Na figura 11 a representação esquemática do projeto como deve ser executado pelas famílias beneficiárias.

Figura 11 - Croqui para implantação do Projeto PAIS (Integração entre cultivo de verduras e criação de galinhas visando à subsistência de famílias camponesas atingidas)



Fonte: MAB, 2015

O projeto integra ações de cooperação entre as famílias com a construção das hortas, piquetes e galinheiros em mutirão, de ajuda mútua e de resgate dos costumes e práticas tradicionais com a formação sendo realizada teórica e praticamente. A ATER será executada por profissionais contratados pela ADAI, com recursos do projeto e acompanhará as famílias ao longo de 24 meses. No Cantuquiriguaçu, o projeto está na fase de construção das hortas como se vê nas fotos 5, 6 e 7.

Inicialmente, houve treinamento das famílias beneficiárias com a construção de uma horta modelo conforme o padrão PAIS. Esse momento serviu para disseminar o domínio dessa tecnologia social entre o conjunto das famílias. A seguir, estas foram divididas em grupos conforme a proximidade para que se organizassem em função da implantação do projeto PAIS em cada uma das residências contempladas. O trabalho coletivo começa antes mesmo da construção propriamente dita, quando há o descarregamento de materiais e equipamentos.

Foto 5: Construção de horta modelo, em regime de mutirão



Fonte: BORTOLUZZI, Doriane, (foto de novembro de 2016) - arquivo pessoal

Após alguns dias, um técnico do projeto fez a demonstração de como deve ser instalada a irrigação. O aprendizado faz com que as famílias aperfeiçoem o uso de materiais disponíveis nas unidades produtivas como bambus, madeiras reutilizadas, folhas de palmeiras, etc.

Foto 6 - Instalação de sistema de irrigação



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em janeiro de 2017).

Como a produção é integrada, o excesso de verduras já em ponto de maturação avançada, pode ser ministrado como alimento às galinhas, barateando o custo de produção e evitando desperdício. Em contrapartida, esterco viram adubos que após seu curtimento pode ser utilizado nos canteiros.

Foto 7 - Produção de verduras e galináceos em hortas do Projeto PAIS



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em janeiro de 2017)

Os aquecedores solares ainda não foram instalados, porém, já foram entregues às famílias que em breve receberão treinamento coletivo para sua correta instalação e uso.

Foto 8 - Distribuição dos kits ASBC (placa solar, boiler, e encanamentos)



Fonte: OLIVEIRA, Ana Carolina de, - Arquivo pessoal (foto feita em janeiro de 2017)

Bons costumes esquecidos com a modernização da agricultura e com o desenraizamento e desterritorialização provocados pela construção de hidrelétricas são retomados em todos os momentos da construção coletiva. A mecanização agrícola é uma espécie de mediação que ocorre entre o agricultor e a terra e seu cultivo. Ela possui potencial de alterar a sensibilidade humana em relação aos ciclos naturais e à composição mesma dos agroecossistemas. Comidas típicas, alguma cantoria, muita prosa e compartilhamento de vivências e informações compõem o intervalo “do meio dia”.

Foto 9 - Hora do chimarrão antes do almoço coletivo em mutirão para construção de horta: resgate da cultura campesina



Fonte: Arquivo pessoal do autor (foto feita em dezembro de 2016)

Para além de cada unidade familiar, o PAIS visa interferir na dinâmica local desenvolvendo sua potencialidade produtiva e de Soberania Alimentar ao mesmo tempo em que torna-se referência aos vizinhos e à sociedade em geral, frente a um modelo hegemônico no campo que prega a sustentabilidade e pratica a insustentabilidade, como é o agronegócio. Para tanto, o projeto prevê a ação inovadora em vários eixos organizados no quadro 22 e que, inclusive, propõe a divulgação das ações e do modelo sustentável e integrado que compõe o PAIS. Em outras palavras, toma ciência de seu caráter contra-hegemônico que precisa ser propagado:

O projeto possui uma filosofia de sustentabilidade visando à interação com outros agroecossistemas como energias renováveis, recursos hídricos, bem como na dimensão política de gestão, conservação e eficiência energética dinamiza aspectos organizativos visando superar e gerar oportunidades de combate às desigualdades regionais (PAIS, 2016).

O projeto PAIS está estruturado em cinco eixos, resumidos no quadro 24.

Quadro 24 – Eixos Temáticos do Projeto PAIS

Eixo 1 – Ações de Animação e seleção das famílias beneficiadas

Entre as primeiras ações previstas no projeto estão atividades de sensibilização, divulgação e seleção das famílias beneficiárias. Nessa atividade os técnicos e o consultor ficarão imbuídos de apresentar as famílias à tecnologia Social PAIS e ASBC e convidadas a participarem do projeto. A partir dessa atividade, serão realizadas pelos técnicos do projeto, visitas às famílias pré-selecionadas. Caso haja uma demanda de unidades de PAIS superior a capacidade do projeto, será constituída uma “lista de espera”, na expectativa da ADAI viabilizar novos projetos junto a Fundação Banco do Brasil – FBB, ou que outra entidade da região possa acolher.

Eixo 2 – Ações de capacitação

Serão realizados dois tipos de capacitação. Um para atender a necessidade da equipe técnica (profissionais das ciências agrárias e técnicos) e 5 famílias de cada grupo de 35 beneficiadas em montagem de unidade PAIS e formação em agroecologia com carga horária de 40 horas divididas em parte teórica e prática. Essa atividade tem o objetivo de disseminar, construir, nivelar os conhecimentos básicos em agroecologia e implementação das unidades dos PAIS. Outra forma de capacitação, são os dias de campo que também tem como público alvo técnicos e agricultores e agricultoras envolvidos/as no projeto, serão 6 (seis) dias de campos com as seguintes temáticas: manejo do solo e compostagem; horticultura orgânica; gestão produtiva e produção em épocas de chuvas; processamento e higienização; educação financeira e comercialização/associativismo/cooperativismo; Energias Renováveis a partir de tecnologias sociais.

Eixo 3 – Ações de implementação

Essas serão as atividades de construção propriamente dita dos PAIS e instalação das placas solares para aquecimento de água - ASBC. A primeira unidade construída ocorre durante o primeiro curso de capacitação. Considerando o cronograma construído no primeiro curso em cada bloco de famílias, todos levarão em conta a ajuda organizada pelas próprias famílias beneficiárias e serão construídos em regime de mutirão. Os técnicos dos projetos orientarão as etapas de construção, ajudando com todo o apoio técnico necessário, bem como a compra e entrega de todos os materiais, antes do início das obras. Espera-se que seja gasto apenas um dia para a construção de cada unidade dado o grande número de pessoas nos mutirões. Isso evitaria maiores transtornos na rotina produtiva de cada família (leite, feira, mercado, etc.). Não sendo possível, será tomado o tempo necessário para a construção de cada unidade.

Eixo 4 – Ações de acompanhamento

Nesse eixo é que serão realizadas as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural pelos técnicos do projeto (Técnico de nível médio e Consultor de acompanhamento (profissional de ciências agrárias), que percorrerão as regiões, as unidades famílias, os PAIS nas condições necessárias (combustível, previsão de diárias e automóveis). Serão utilizados também fundamentos da pedagogia freiriana para a orientação e o “aprender junto” dos educandos e educadores (técnicos).

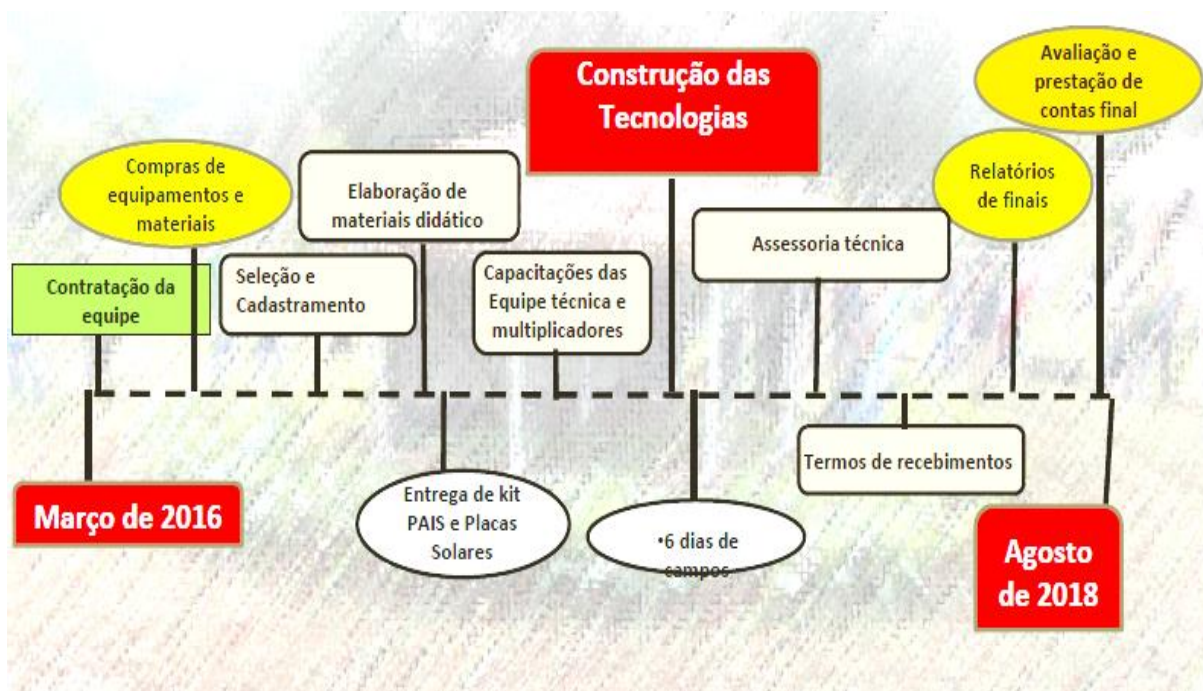
Eixo 5 – Plano de divulgação

A comunicação no campo da agroecologia, das organizações é uma abordagem extremamente estratégica que permite mostrar à população que existe outro mundo que os grandes meios de comunicação, a mídia de massas, não tem interesse de mostrar: o rural. Sendo assim as ações de divulgação dos PAIS e os esforços para a sua construção e funcionamento ganhem visibilidade será elaborado através de profissionais capacitados ferramentas como cartilhas, folder e banners, que serão multiplicados para distribuição junto aos beneficiários do projeto, prefeituras, escolas, sindicatos rurais, ONG e igrejas. Além dessas formas já citadas a equipe da ADAI junto com a equipe técnica do projeto buscará divulgar as atividades e ações junto as mídias locais como rádio, blog e sites de entidades parceiras.

Fonte: PAIS, 2016

No Cantuquiriguaçu a execução do projeto neste momento (fevereiro de 2017) está concentrada nas ações do Eixo 3. Na figura 12 pode se observar o fluxo completo de implantação do projeto.

Figura 12 - Fluxo de implantação das Tecnologias Sociais: PAIS e ASBC



Fonte: PAIS, 2016

O volume de recursos investidos nesta estratégia é irrisória frente ao montante emprestado com juros subsidiados pelo BNDES e outros bancos públicos tanto para construção de barragens, quanto para o modelo produtivo do agronegócio. Para o projeto PAIS serão R\$ 4.822.926,54 na soma de todas as atividades previstas, até o final da implantação em 2018. Somente no Plano Safra 2016/2017, são 202 bilhões de reais. Segundo notícia do Canal Rural na Web, exposta no quadro 25:

Quadro 25 - Recursos disponibilizados pelo Plano Safra 2016/2017

O Plano Safra disponibilizará R\$ 202 bilhões em 2016/2017 Recursos para custeio e investimento sobem 20% em relação ao pacote anterior; taxas de juros variam de 8,5% a 12% ao ano Canal Rural - Leia mais no link <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/plano-safra-disponibilizara-202-bilhoes-2016-2017-61909> ou compartilhe este conteúdo através das ferramentas oferecidas na página. Os textos, fotos, vídeos e demais conteúdos do Canal Rural estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral, e não podem ser reproduzidos sem autorização prévia.

Fonte: Canal Rural, 2016

Como uma *resposta* direta à *pressão* exercida sobre o Território pelas hidrelétricas e o agronegócio, o MAB e suas estratégias de luta e de produção de alimentos saudáveis a partir de tecnologias sustentáveis, aponta para novos modelos para o desenvolvimento, calcados em princípios, práticas e valores divergentes daqueles que estão na base da exploração irrestrita e privada dos recursos naturais de uso comum (ou que deveriam sê-lo). A Agroecologia e a produção de alimentos aí aparecem também como elementos imprescindíveis na reorganização territorial em vista da sustentabilidade.

4.4.3.7 O MPA e o Plano Camponês

Nascido em 1996 após profunda crise da agricultura no país, especialmente, entre os pequenos agricultores e agricultores familiares, crise esta de raízes vinculadas à abertura de mercado inaugurada pelo governo federal a partir da edição do Plano Real e da consequente flexibilização das regras e impostos para importação/exportação de produtos agrícolas (principalmente argentinos) e agravadas por sucessivas secas, sobretudo no Rio Grande do Sul, e ainda, às políticas (ou ausência delas) do “ajuste constrangido”, o MPA surge para o cenário político brasileiro como mais um movimento socioterritorial do campo. O Movimento dos Pequenos Agricultores nasce e firma sua identidade a partir da constatação de que não se encontrava representado pela estrutura sindical rural tanto de trabalhadores quanto patronal, e, da noção de que o MST não conseguia representar plenamente aos camponeses após a conquista da terra ou que estivessem fora dos assentamentos e que, portanto, havia a necessidade de um novo movimento que conjugasse as lutas de massa como método de intervenção sociopolítica como faz o MST, mas, com o foco no fortalecimento dos pequenos agricultores produtores de alimento.

Houve a tentativa de unificação com o movimento sindical onde se propunha a renovação estrutural dos sindicatos visando adequá-los aos novos tempos já que muitos ainda estavam presos à lógica “previdencialista” e até mesmo, assistencialista, conforme o papel que os governos do período militar e da Nova República lhes haviam atribuído. Após intenso debate, se primou pela fundação de um movimento que fosse capaz de agir nas arenas políticas a partir da mobilização de rua, das ocupações de prédios públicos e do fechamento de estradas e rodovias.

As primeiras lutas tiveram por objeto, a negociação com o governo federal de uma saída para a crise agravada pela seca e que deixava os agricultores em situação desesperadora. Ao mesmo tempo, houve a pressão por crédito, pois, nessa época, os financiamentos agrícolas estavam restritos aos grandes e médios produtores. Aos poucos, as negociações foram garantindo algumas conquistas e, a pauta foi se tornando mais complexa, com introdução da moradia, da educação, da agroindustrialização e de outros itens que fazem parte ainda hoje das principais reivindicações do movimento.

Hoje o MPA está organizado em 19 estados da federação e se articula com outros movimentos do campo de caráter socioterritorial como o MST e o MAB, formando a Via campesina internacional.

Como interlocutor dos governos desde sua criação, o MPA a exemplo dos demais movimentos socioterritoriais tem contribuído para com a formulação, reformulação e melhoramento de políticas públicas que foram implementadas no país e em alguns Estados, bem como de outras que ainda não foram acolhidas pelo poder público, mas, que possuem potencial transformador da realidade camponesa em favor dos camponeses. A expressão “pequeno agricultor” utilizada desde a criação do movimento, estava atrelada à diferenciação que esse público buscava em relação aos outros públicos da agricultura, sobretudo, dos médios e grandes produtores que na época (décadas de 1980 e 1990) ainda eram beneficiados por políticas remanescentes da “revolução verde” das décadas anteriores. Nesse mesmo período, surgia, vinculado ao sindicalismo rural, a formulação e afirmação do conceito de “agricultor familiar”, ou “agricultura familiar”, com base no modelo norte-americano de “*family farming*”, conforme Guanzioli; Di Sabbato (2015). Esse segmento tornou-se a base social para a implantação definitiva do Pronaf que foi lançado em 1995 e “melhorado” ano a ano a partir de intensas mobilizações puxadas pelos movimentos que organizam parte das populações rurais.

Contudo, o conceito aplicado às definições de público alvo do Pronaf estava extremamente vinculado ao paradigma do capitalismo agrário (cf. ABRAMOVAY, 1998; FERNANDES, 2015), e, não contemplava a grande maioria dos trabalhadores camponeses que produziam basicamente para seu consumo e que, embora necessitassem de crédito, sua intenção era não tornar-se totalmente dependente do

mercado e das tecnologias que ali circulam e que os tornam aos poucos reféns da indústria para a agricultura. Portanto, esse modelo não se diferenciava daquele que era criticado e até combatido como um dos responsáveis pela crise que os assolava, já que para além das políticas macroeconômicas, estava colocado um modelo capitalista de agricultura para o campo, excludente e concentrador. Dessa forma, o Movimento dos Pequenos Agricultores se aproxima cada vez mais do conceito de camponês.

Segundo Cadoná (2004), apoiando-se em Martins (1983):

O conceito camponês foi uma “importação política” (MARTINS, 1983, p.21) realizada por grupos de esquerda (PCs), com inspiração na Terceira Internacional e realidade russa, remontando às décadas de 1920-1930. Esta introdução objetivava imprimir o conceito político de classe à realidade agrária, uniformizando os diversos sujeitos sociais e estabelecendo uma compreensão de conflito e antagonismo, a partir da teoria marxista. Ao uniformizar o conceito, as esquerdas davam às lutas camponesas, tidas como “arcaicas e messiânicas”, um direcionamento político-ideológico, a partir da condução dos operários urbanos, sob orientação de vanguardas intelectuais e partidárias. Esta utilização uniformizada do conceito acabou retirando da cena política agentes sociais que se formaram ao longo do processo colonizatório e de ocupação fundiária, sujeitos presentes no cotidiano rural, marcados pela exclusão e com designações múltiplas e perfis variados (CADONÁ, 2004: p. 24).

Mas, apesar dessa tentativa de uniformização e da discriminação social, política e econômica desse segmento, o conceito de camponês verifica-se mais apropriado aos sujeitos que se organizam em movimento no final do século XX, pois, os afasta do modelo dominado pelo capitalismo, sob o signo da agricultura familiar e do agronegócio. Assim, conforme o autor, citando Genro Filho (1984):

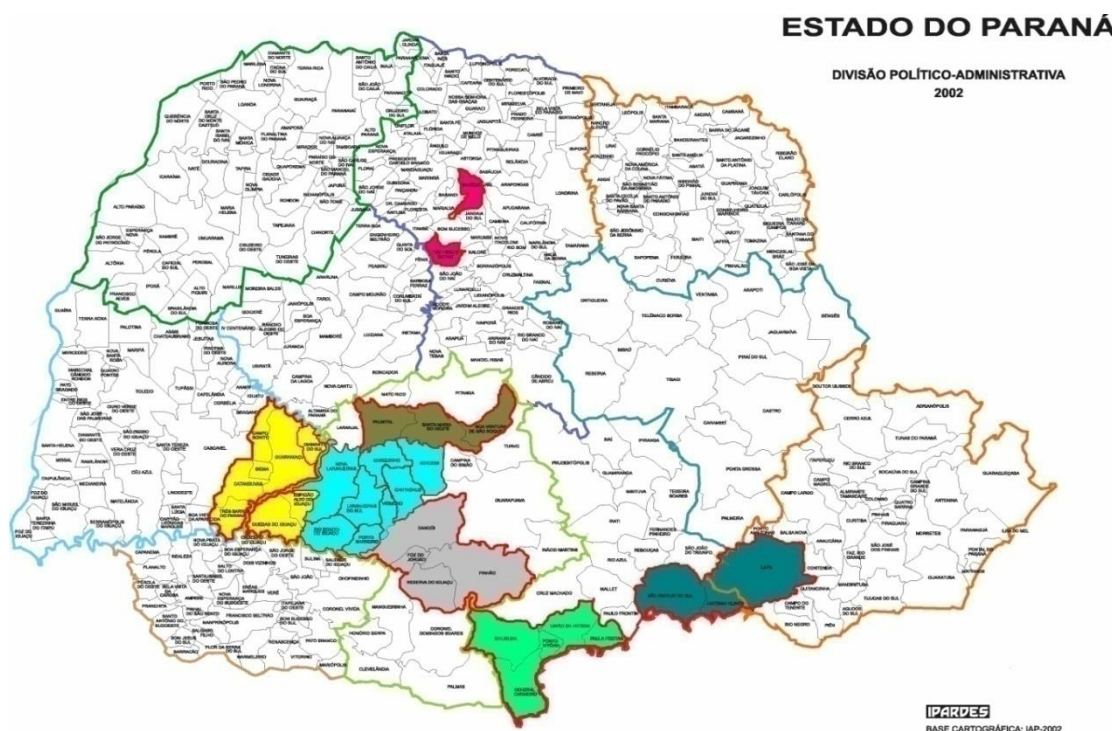
Os camponeses são homens, mulheres, crianças, idosos, etc. que trabalham a terra com divisão familiar do trabalho, são explorados nos frutos de seu trabalho, utilizam várias estratégias para reproduzir suas condições de existência, em que pese suas relações com a sociedade capitalista. São de fato trabalhadores para o capital, no entanto, são sujeitos ativos, e como tal, a medida que se organizam, tomando consciência de sua situação, assumindo a luta de classes, habilitam-se como sujeitos de mudança da sociedade (CADONÁ, 2004: p. 25).

Ao definir sua identidade, o movimento se aproxima de outros movimentos socioterritoriais de massa e passa a compor a Via Campesina ao lado do MST, do MAB e do MMC, constituindo uma frente popular do campo que se articula em nível

internacional nas lutas contra o que chamam de imperialismo e neocolonialismo operado pelas corporações que articulam o capitalismo industrial, o capitalismo financeiro, as biotecnologias como a transgenia, e, a logística de produção, transporte e distribuição de alimentos, energia e bens de primeira necessidade em escala global, que manipulam e corrompem governos, não são taxados e regulados por ninguém (cf. DOWBOR, 2014). Atualmente, dada a força que o conceito de agricultura familiar angariou junto aos governos, tendo sido reconhecida pela Lei nº 11.326/2006, e também querendo significar a camada descapitalizada desse segmento, o MPA vem empregando a conjugação “Agricultura Familiar Camponesa”, numa tentativa de repensar as políticas até aqui conquistadas, porém, redesenhando-as para que não excluam as parcelas menos integradas às lógicas de mercado, e, ao mesmo tempo ao integrá-las o faça com instrumentos que respeitem sua cultura e especificidades, bem como, lhes garanta e promova autonomia econômica, política e cultural.

No Território Cantuquiriguaçu o MPA tem ampla atuação e desenvolve estratégias de luta e resistência junto aos camponeses de dentro e de fora dos assentamentos de reforma agrária. É comum se encontrar militantes do MPA organizando acampamentos para reivindicação da reforma agrária, porém, seu foco recai mais sobre as políticas públicas para a agricultura familiar camponesa. Sua participação no processo de discussão e definição do Plano Safra Territorial (PST) descrito neste trabalho foi de fundamental importância, sobretudo na crítica ao modelo vigente das políticas públicas para o campo e na definição das propostas apresentadas como “Novas Políticas”. Como movimento social mantém assento em diferentes colegiados como o CONDETEC, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e no Conselho Comunitário da UFFS, órgão de representatividade da comunidade regional nos espaços deliberativos da universidade, entre outros. Como organização coletiva, vem aperfeiçoando experiências de associativismo e cooperativismo em toda sua área de atuação. No mapa 20 é possível identificar os municípios do Território (e fora dele) que contam com as principais ações do MPA.

Mapa 20 - Municípios de atuação das organizações vinculadas ao MPA a partir da Cooperativa de Produção Camponesa (CPC), com sede em Porto Barreiro-PR



Fonte: MPA, [2011]

Nos últimos anos, partindo da experiência acumulada na reivindicação, aplicação e avaliação de políticas públicas como o Pronaf, o PNAE, o PAA, o “Mais Alimentos”, o “Minha Casa, Minha Vida”, o PNHR, e ações como “Bolsa Seca”, e outros, o MPA vem aprimorando, no diálogo com universidades, movimentos sociais populares do campo e da cidade, órgãos de governo e organizações em geral da sociedade civil, o Plano Camponês que, nas negociações vem se configurando como Programa Camponês.

Dessa forma, o MPA define uma estratégia de luta em vista de um modelo de sociedade em geral e de vida no campo em particular almeçados e que se constitui no Plano Camponês. É uma “proposta ampla e global”, uma “meta síntese” e uma “estratégia de transformação” e está diretamente ligada à luta popular do movimento. Em decorrência, desenhou-se o Programa Camponês que contém “uma plataforma de Políticas Públicas voltada ao abastecimento popular de alimentos” (PROJETO Agroecologia e a Construção da Autonomia: Juventude Camponesa em Movimentação no Território Cantuquiriguaçu, 2017: p. 6), centrados em eixos como:

fomento a produção de alimentos e a transição agroecológica; logística para beneficiamento e comercialização de alimentos e, articulação direta entre organizações produtoras (camponesas) e organizações consumidoras (urbanas). Portanto, o Programa Camponês negociado e implementado em parceria com órgãos estatais, é parte da estratégia maior do Movimento. Aqui, para sermos mais sintético e direto, focaremos no Programa Camponês.

A seguir, faremos um relato dessa proposta, dada sua importância estratégica para a imensa massa de camponeses no país, para o histórico e a evolução das políticas públicas nos domínios da agricultura, do alimento e do equilíbrio ambiental, ou seja, da sustentabilidade e para o desenvolvimento territorial em geral, para além das delimitações do DTR. A necessidade de políticas integradas se manifesta a partir dos limites experimentados nas políticas já instituídas há mais tempo como o Pronaf, por exemplo, que apesar do aumento constante na disponibilização de recursos, vem perdendo em adesão, principalmente, no financiamento da produção de alimentos básicos:

Agravando o cenário de risco potencial para a segurança alimentar em nosso país temos que de 2003 a 2012, mesmo considerando o aumento exponencial no volume de recursos ofertados pelo Pronaf, no período, o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77.4%). No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo Pronaf reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%), e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%)³³ (MPA, 2016).

O Programa Camponês como proposto pelo MPA consiste em uma grande guinada na concepção, execução e gestão de políticas públicas no Brasil. Partindo de experiências exitosas como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), PNAE, PAA e de experiências bem sucedidas junto ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como da avaliação dos limites e potencialidades de políticas como o Pronaf e demais políticas para o campo, o Programa Camponês se insere numa lógica contra-hegemônica ao buscar uma saída que integra campo e cidade, trabalhadores urbanos e rurais e suas organizações, com o apoio financeiro, logístico e institucional do Estado em

³³ Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

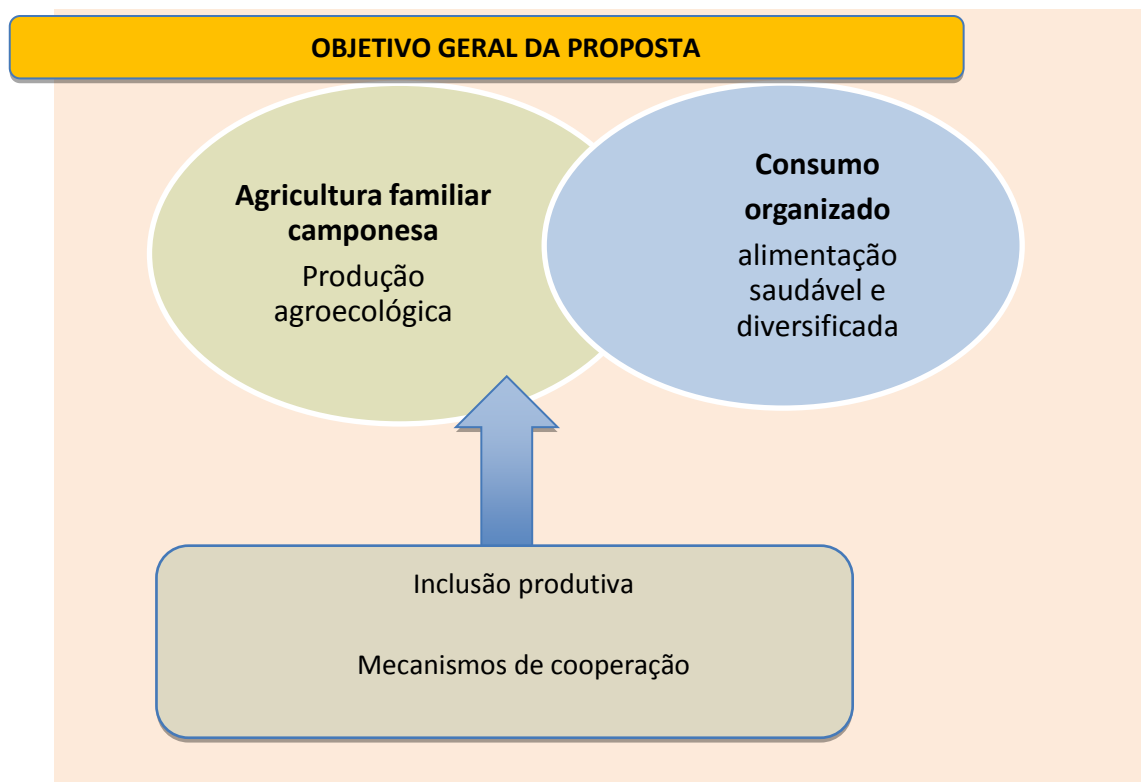
suas três esferas, e baseado em princípios que afirmam a identidade camponesa e seu protagonismo na produção sustentável de alimentos, a gestão participativa transparente dos recursos e das ações, o desenvolvimento local (territorial, municipal) integrado, e articulação de políticas já existentes. Seu caráter contra-hegemônico também se revela ao comprometer o Estado prioritariamente com as populações que tradicionalmente ficam excluídas de suas ações quase sempre voltadas ao desenvolvimento do mercado capitalista, quando não, do setor financeiro que muito ganha sem nada produzir.

O objetivo geral do Programa Camponês é o seguinte:

Promover a estruturação produtiva dos segmentos excluídos das políticas públicas da agricultura familiar, com base em sistemas agroecológicos sustentáveis e seguros, articulada com sistemas de abastecimento alimentar da população, assegurando inclusão produtiva, cooperação, mercado e ampliação do acesso ao consumo de alimentos saudáveis (MPA, 2016).

A configuração geral do programa consiste na aproximação entre produtores e consumidores, com fortalecimento da organização social em ambos os pólos, com objetivo de garantir alimentação diversificada e saudável aos consumidores e renda e trabalho digno e saudável aos produtores a partir da inclusão produtiva de sujeitos ainda excluídos e da cooperação entre produtores e entre estes e os consumidores. Na figura 13 apresenta-se o objetivo geral, de forma esquemática.

Figura 13 - Representação esquemática do objetivo geral da proposta do Programa Camponês



Fonte: MPA

Para tanto, além dos objetivos explicitados no objetivo geral, também elenca os seguintes objetivos específicos do Programa Camponês

- estimular os processos de agregação de valor à produção da agricultura familiar camponesa;
- apoiar a produção de insumos para a produção de base agroecológica, envolvendo, sementes, biofertilizantes, biofábricas, insumos orgânicos, agentes biocontroladores de pragas e doenças, biomineralizantes, etc.;
- criar oportunidades de manutenção da juventude no campo, ampliando sua renda e elevando sua consciência social;
- reconhecer a importância do trabalho das mulheres, gerando novas relações de gênero no meio rural;
- fortalecer os laços de cooperação e as organizações econômicas da agricultura familiar camponesa;
- avançar na formação de cadeias de comercialização direta nas cidades, envolvendo mulheres e homens dos meios rural e urbano;

- implantar novos mecanismos de distribuição de alimentos saudáveis, centrado no valor de uso dos bens;
- estimular a criação de vínculos entre trabalhadores do campo e da cidade, mediante a celebração de acordos que aproximem produtores e consumidores;
- ampliar a inserção dos agricultores familiares nos programas de compras públicas da AF;
- criar novas possibilidades de acesso da população à alimentos diversificados, saudáveis e seguros (cf. MPA, 2016).

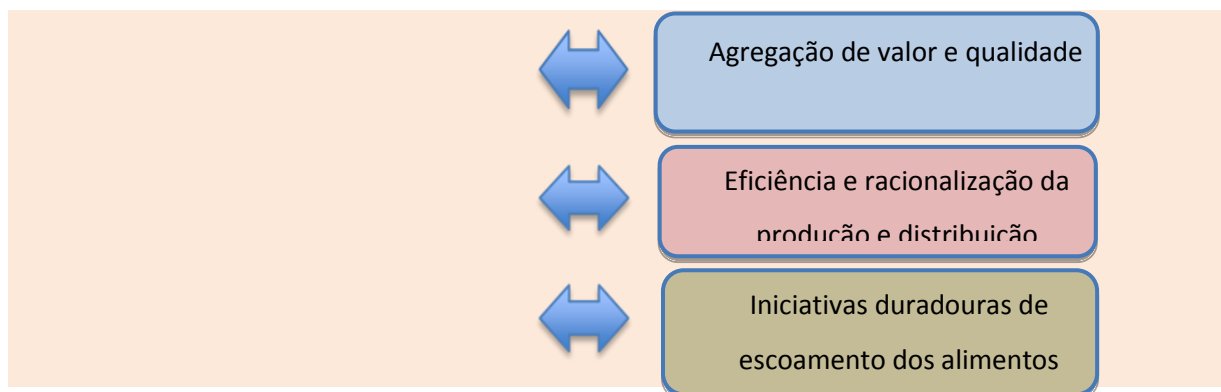
Na justificativa do programa se observa a crítica à desarticulação das políticas para agricultura que não conseguem “abordar ao mesmo tempo, produção e comercialização”, bem como a sua incapacidade de contribuir positivamente na resolução de questões relacionadas a crises como a climática e a alimentar, ao contrário, agravando a situação com práticas insustentáveis como uso de agrotóxicos e de áreas de preservação ambiental para o cultivo dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Exalta, por outro lado, as potencialidades do setor camponês como sua organização social, e sua capilaridade no território nacional, além da possibilidade de integração das políticas, superando seus limites atuais. Dessa forma,

O Programa Camponês tem como primeiro elemento de concepção o fortalecimento das estratégias de cooperação, para além dos clássicos eixos social e econômico, operando também em escala ecológica, reconhecendo que os sistemas econômicos e sociais evoluem com a natureza, contemplando, comunidades rurais, urbanas e territórios (MPA, 2016).

O programa inova também ao prever o financiamento de máquinas e estruturas para a produção coletiva ou individual, visando uma padronização mínima e a comercialização, porém, descasada da lógica puramente mercantil devido às estratégias de encurtamento dos canais de comercialização através da organização popular e do apoio e desenvolvimento das políticas institucionais. A figura 14 ilustra o aspecto integrador do programa.

Figura 14 - Diagrama dos eixos de atuação e direcionamento dos financiamentos





Fonte: MPA, 2016

O Programa Camponês define também quatro eixos prioritários de sua ação, agindo a partir das unidades produtivas dos camponeses com produção agroecológica ancorada na implantação de estruturas para produção de biofertilizantes, recuperação da fertilidade natural com biomineralização e outras práticas voltadas ao melhoramento e conservação dos solos. Estão previstas também a construção de hortas e outros equipamentos para assegurar a segurança e soberania alimentar das famílias camponesas, além de outras com intuito de gerar renda como o Pastoreio Racional *Voisin* (PRV) em parcela com pastagem perene a ser formada nas propriedades que ainda não dispõem para produção leiteira e de carnes. Igualmente serão apoiadas ações para garantia de água em quantidade e qualidade na unidade produtiva para o consumo humano e produtivo, além de mudas e insumos para formação de pomar.

No eixo sobre “beneficiamento e processamento”, se prevê investimentos na implantação e recuperação de agroindústrias que, inclusive, possam inovar na agregação de valor à produção a partir da mão de obra feminina, individuais ou organizadas em rede. Outro eixo é o de “infraestrutura, logística e transporte” onde se prevê investimentos para modernização das estruturas de armazenamento e escoamento da produção, além de iniciativas sustentáveis na geração e aproveitamento energético a partir da biocombustão, eólica e outros. O último eixo diz respeito a “mercado e comercialização” que visa à estruturação e apoio a formas alternativas em canais curtos de comercialização, garantindo que o alimento chegue ao consumidor por meio de feiras, refeitórios e cozinhas comunitárias, em fábricas onde trabalhadores precisam permanecer nos horários de refeição, e outros

Para operacionalização do Programa Camponês, são previstos e necessários quatro agentes: Entidade Organizadora, Cooperativa Beneficiária e Agente Financeiro. A primeira atua na organização e articulação entre produção e consumo e não possui fins lucrativos, a segunda é a organização econômica dos produtores que terá a tarefa de propor e executar o projeto apoiado. Já o agente financeiro, é a “instituição responsável pela operacionalização dos recursos, realizando a gestão da conta bancária do Fundo, formalizando o contrato com as cooperativas beneficiárias, efetuando o pagamento das notas fiscais diretamente aos fornecedores e consolidando a prestação de contas financeira do Programa” (MPA, 2016). Por fim, se prevê os fornecedores e prestadores de serviços que serão contratados pelos diversos agentes visando sempre a atuação especializada nas várias frentes conforme definições e necessidades do projeto apoiado.

A inovação aparece na gestão geral do programa onde se prevê a constituição de um Comitê bipartite entre trabalhadores e governo, responsável por avaliar projetos e definir quais serão apoiados. A proposta sugeria que o programa fosse instituído no MDA, dentro da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF. Contudo, com a extinção do referido ministério, resta a SAF como possibilidade. Para o fomento às atividades previstas, há necessidade de criação de um fundo financeiro, como se lê:

A constituição de Fundo³⁴ para o funcionamento do Programa deverá observar alguns aspectos, como: i) o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética³⁵ - neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); ii) a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) devido ao fato de ser unidade gestora de orçamento; e, iii) a designação do ordenador de despesas, dentre outros pontos a serem observados.

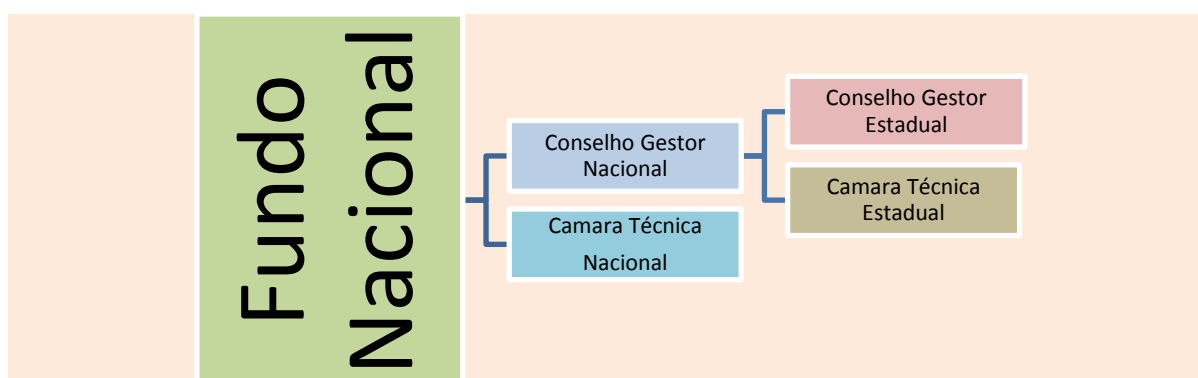
O Fundo será constituído com o objetivo de execução do Programa Camponês, realizando a gestão dos recursos financeiros (destinados exclusivamente a financiamentos de interesse e enquadrados nas diretrizes do Programa), e o recebimento das parcelas, promovendo a rotatividade para reinvestimento dos resultados financeiros (MPA, 2016).

³⁴ A Constituição Federal, em seu art. 167, inciso IX, estabelece que a instituição de fundos de qualquer natureza, conte com prévia autorização legislativa. A conceituação dos fundos está prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Título VII, artigos 71 a 74 e regulamentada pelo disposto no art. 172 do Decreto – lei nº 200, de 1967 (Nota do original).

³⁵ Ainda que a opção do governo seja por utilizar o Fundo Garantia-Safra instituído pela Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 será necessária a expedição de lei específica para introduzir na sua regulamentação as novas atribuições que se pretende delegar. Neste caso deverão ser adotadas as cautelas necessárias quanto a segregação de funções entre os diferentes programas geridos pelo Fundo, o que pode se constituir em elemento de complexidade (Nota do original).

Para que se atinjam os objetivos e a iniciativa seja sustentável ao longo do tempo com uma ação pró-cíclica que tende a atender de forma ampliada a outros projetos no futuro, se estabelece o aporte técnico de uma câmara composta com vários profissionais, e, a transparência em todo o processo de tramitação, execução e prestação de contas de cada projeto. A instituição de comitê pode ser replicada nos Estados e na escala territorial, garantindo menor dispêndio às organizações devido ao contato próximo e constante com as esferas local e estadual da gestão. Na figura 15 vê-se o organograma das principais instâncias decisórias do programa.

Figura 15 - Diagrama das principais instâncias de gestão do Programa Camponês



Fonte: MPA, 2016

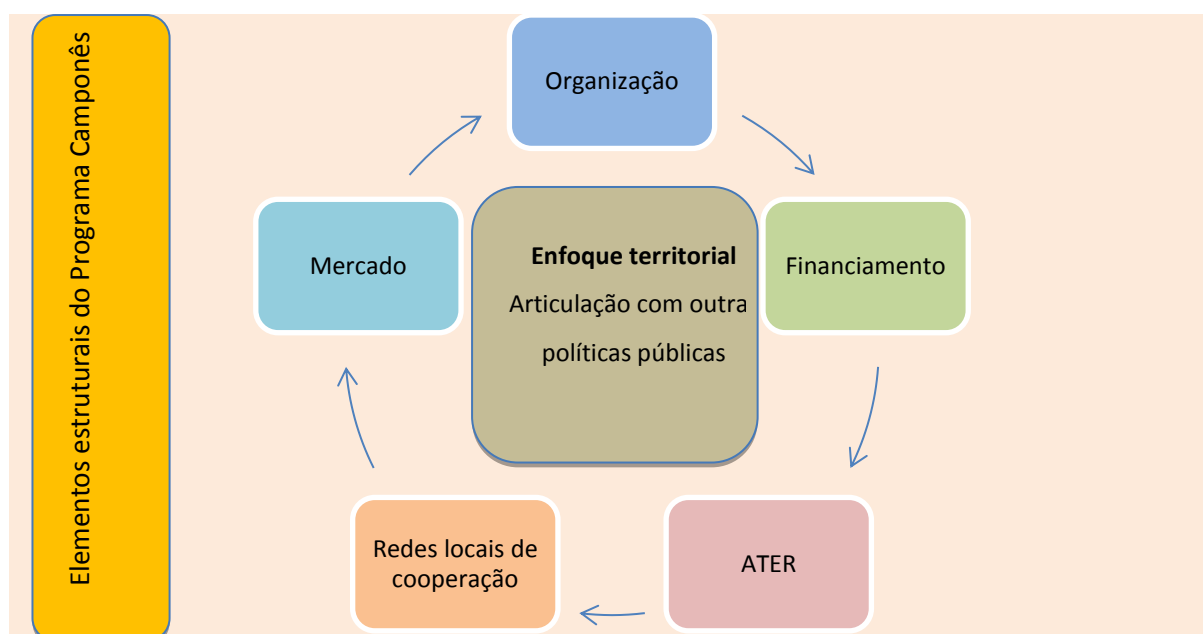
Quanto à alimentação financeira do fundo, se prevêem diversas formas inovadoras, tais como: Recursos orçamentários da União; Recursos do fundo social do BNDES; Recursos de fundos sociais, de projetos socioambientais e de responsabilidade social de grandes empresas estatais; Recursos de fontes reembolsáveis, os quais deverão ser remunerados; Outras fontes financiadoras. Aqui a inovação ocorre, sobretudo, ao prever os “recursos de fundos sociais, de projetos socioambientais e de responsabilidade social de grandes empresas”, pois, na prática aponta para a necessidade e a possibilidade de se instituir como forma punitiva, multas e outras formas de contribuição e compensação financeira por empresas que sustentam atividades predatórias. Em que pesem as críticas que se dirigem a essas práticas eu se referem a esses impostos e punições como um aval para continuar poluindo (cf. VEIGA, 2010), contudo, se sua arrecadação estiver financiando a mudança nas práticas produtivas e, que ao mesmo tempo disputam espaço na

concepção geral da população, então, se acena para um novo horizonte ao longo prazo.

O sistema de gestão deverá contar com plataforma na internet para inscrição e cadastramento de beneficiários, plataforma eletrônica para acompanhamento, permitindo a transparência de cada etapa e, manual de operacionalização do programa, com critérios de enquadramento e outras regras necessárias.

Quanto à integração de políticas, se busca a potencialização, bem como a melhoria da política de ATER, o PNAE e o PAA, entre outras. A figura 16 contém o organograma da articulação entre as principais políticas, através do Programa Camponês.

Figura 16 - Diagrama com os principais elementos e a articulação de políticas necessárias para execução do Programa Camponês



Fonte: MPA, 2016

Em relação ao enfoque territorial, o programa menciona a priorização de regiões específicas onde se possam potencializar as cadeias produtivas que envolvem a agricultura familiar camponesa. Assim,

Os territórios de identidade podem ser adotados como unidade de planejamento e base da integração das políticas públicas que promovam ações de reestruturação produtiva, assistência técnica e extensão rural, eletrificação rural, saúde, saneamento, educação, cultura, lazer e políticas no âmbito da garantia e ampliação dos direitos sociais das mulheres,

juventude e idosos/as, qualificando as relações de produção e a sociabilidade nas áreas rurais em parceria com as organizações sociais do campo (MPA, 2016).

O documento cita ainda essas regiões como espaço propício para a criação de sinergias e aproximação entre rural e urbano e a articulação de políticas públicas a partir do alimento como eixo integrador. O programa define regras para a operacionalização, visando regulamentar o fluxo completo das propostas até a prestação de contas final, determinando as tarefas de cada ente envolvido. Define também as metas para os três primeiros anos de implementação da política, como se observa no quadro 26.

Quadro 26 - Projeções de atendimento e valores a serem destinados ao Programa Camponês nos três anos iniciais de implantação

	Projetos (nº estimado)	Público beneficiário (famílias)	Valor por projeto (R\$)	Valor total a ser alocado (R\$)
Ano 1	100	20.000	800.000	80.000.000
Ano 2	250	50.000	1.000.000	250.000.000
Ano 3	500	100.000	1.000.000	500.000.000

Fonte: MPA, 2016

O programa elenca também “questões complementares ao programa” como o “Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) que foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991 para complementação alimentar dos trabalhadores”, que prioriza o atendimento de trabalhadores com renda de até cinco salários mínimos mensais, sendo que aqueles com renda superior também têm direito, desde que todos os demais já estejam atendidos. O referido programa, além de beneficiar o trabalhador, também prevê benefícios às empresas que aderirem sendo “poderá descontar até 20% do custo direto com a alimentação de cada trabalhador. Os outros 80% dos recursos necessários à execução do programa são divididos entre empresa e governo” (MPA, 2016).

Como a gestão do PAT é exercida por uma Comissão Tripartite entre representantes de trabalhadores, empresas e governo, e, sendo a alimentação no trabalho oportunidade de promoção da saúde em tempos em que avança a

ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis, podem, portanto, propor mudanças positivas no programa visando facilitar a inserção de percentual de alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa, contribuindo para com a diversificação do cardápio e a inserção de alimentos frescos na dieta cotidiana, resultando em ganhos à saúde. As empresas podem ainda, serem reconhecidas com “selo de reconhecimento” por comprarem alimentos diretos da agricultura familiar e contribuir para com o desenvolvimento local e com a sustentabilidade dos etnoagroecossistemas camponeses. Cita ainda, a potencialidade que possui o Programa Camponês de fomentar e inovar na cooperação entre as famílias e entidades beneficiárias na produção e no consumo. Entre as possibilidades estão as “*empresas mutualis*” (comunitárias), intermediárias entre a associação e a cooperativa, baseadas na ajuda mútua.

Por fim, o texto base do programa retoma a discussão sobre diferentes possibilidades de financiamento e instrumentos de políticas que podem fortalecer a estratégia em pauta, a partir de ações como a constituição de um fundo para financiamento de “práticas produtivas melhores” ou “mais sustentáveis” ambiental e socioeconomicamente. Tal fundo que receberia proventos de empresas que praticam atividades danosas ao meio ambiente e à sociedade (a partir de impostos, taxas, financiamentos, títulos negociáveis), serviria como incentivo a sustentabilidade e como punição às práticas de insustentabilidade. Veiga (2010) apresenta diversas ferramentas do gênero, expondo pontos positivos, entraves e limites e o debate entre diversos pensadores da área como economistas, ambientalistas e outros que propõem desde a regulação estatal com reformas tributárias prevendo elevação de taxas sobre os poluidores, até as iniciativas de mercado como “a criação de uma espécie de ‘mercado obrigatório’, mediante a negociação do direito de poluir [que] é uma evolução sofisticada da regulação convencional”, possibilitando a internalização de objetivos sociais nas decisões da empresa (VEIGA, 2010: p. 159).

Dessa forma, como “as políticas públicas para a produção agropecuária e o consumo de alimentos precisam avançar para conquistar o suporte da opinião pública” (MPA, 2016), para fazer frente ao poderio econômico e midiático das corporações que se apóiam em modelos convencionais como a agricultura intensiva em agrotóxicos, transgenia e adubos químicos, as ações integradas e educativas em

seu conjunto, muito podem contribuir para com a mudança paradigmática que se faz necessário em termos de produção, de hábitos alimentares e de construção e gestão de políticas públicas com vistas à sustentabilidade.

4.4.4 A resposta de iniciativa do setor privado

O maior mérito da iniciativa privada nos processos de desenvolvimento em economias de mercado reside no seu papel difusionista do avanço tecnológico aplicado à produção e comercialização de mercadorias. No entanto, a adoção de determinadas tecnologias eliminam postos de trabalho e renda, agridem o meio ambiente e a saúde pública, aumentam o fosso entre as classes em termos de renda, marginalização dos pequenos produtores e microempresários, e, muitas vezes não contribuem com o desenvolvimento humano, restringido o processo a mero crescimento econômico.

Quando não trazem esses efeitos colaterais em grande proporção, são importantes meios para melhoramento da qualidade de vida, reduzindo a penosidade do trabalho pela redução do esforço humano na atividade produtiva, por promover a integração das pessoas, por disseminar informações importantes, por aumentar a produção e a produtividade, por superar barreiras antes impossíveis, etc.

As cooperativas, sociedades, clubes, grupos e associações (e outras organizações) são a expressão do engajamento do setor no processo de desenvolvimento, apoiando diversas iniciativas que em geral melhoram o local. Porém, em termos políticos e econômicos não almejam grandes mudanças e são, normalmente, conservadores na defesa de seus interesses, sobretudo, em relação à propriedade privada e à livre-iniciativa, pilares do liberalismo.

Encerrando esta parte do trabalho onde discorreremos sobre os resultados da pesquisa, cabe ressaltar a título de resumo, que o exercício da metodologia PER, aliada ao método dialético, trouxe um quadro-resumo das condições em que se opera o processo de desenvolvimento no Território e seu contexto socioeconômico. Os indicadores revelam que a ação dos principais agentes econômicos repete a lógica de apropriação privada dos recursos naturais que melhor serviriam se fossem de uso público ou comum. Causam imensos impactos sobre todas as dimensões, com destaque para a socioeconômica onde se observa a concentração da renda, da riqueza e do poder por um lado e, por outro, a exclusão social e produtiva, a pobreza

e a miséria. Polarizando em contraditório, surgem movimentos socioterritoriais que se esforçam na construção de alternativas que possam se constituir na superação de um modelo que já esgotou suas potencialidades civilizatórias e deve ceder lugar a outros paradigmas. O quadro 27 foi construída a partir da metodologia PER e alimentada pelos dados colhidos a partir dos indicadores.

4.4.5 Quadro-resumo de Indicadores

Quadro 27 - Resultados das Dimensões/Indicadores de pressão, estado e resposta

DIMENSÕES	Indicadores		
	PRESSÃO	ESTADO	RESPOSTA
Econômica	Extrativismo	Índice desma/to.	Reflorestamento com.
	Agricultura Tradic.	Esgotamento solo	Correção química
	Hidrelétricas	Terra alagada (ha)	Aquicultura (?)
	Agricultura Convenc.	Endividamento	Programas de Fina/to.
		Dependência	Agroecologia
Social Cultural	Genocídio	Empobrecimento	Inclusão – UFFS
	Desterritorialização	Êxodo, conflitos	(Re) Assentamentos
	Isolamento	Analfabetismo	Brasil Alfabetizado
	Invasão Cultural	“Modernização”	Festa das sementes
	Empobrecimento	IDH, PEA	Distribuição de renda
	Perda de Tradições	“Americanização”	Agroecologia
Físico Territorial	Fronteira indefinida	Degradação	Ações Territoriais
	Isolamento regional	Organiz. Recente	Gestão Colegiada
	Submersão de terras	Hectares alagados	Reforma Agrária
	Definições exógenas	Foco de políticas	Programas territoriais
	Concentração Fund.	Índice de Gini	Ocupações
Infra Estrutural	Aldeamento indígena	População reduzida	Inclusão universitária
	Território Federal	Curta duração	Outros “territórios”
	Primeiras estradas	Atendimento fora	Negligência estatal
	Barragens, BR e PR	Regiões isoladas	Reivindicações
	Aeroportos	Função restrita	Reivindicações
Político Institucional	Tratado S. Ildfonso	Assoc. Municípios	Resist. à cooptação
	Sede Adm. Estadual	Poucos NRs.	Conquistas recentes
	Colegiado Territorial	Projetos territoriais	Retrocesso atual
	Movimento Popular	Lutas	Ampliação de políticas
	Entidades e ONGs		DTR
Científico Tecnológica	Serrarias	Vegetação terciária	Produção orgânica
	Hidrelétricas	Mudanças na biota	Placas solares
	Mecaniz. Agrícola	Dependência Tecn.	Agroecologia
	Agrotóxicos	Kg/habitante/ano	Desregulação
	Transgenia	Monocultura	Desregulação

Ambiental	Desmatamento		Viveiros municipais
	Erosão de solos	Adubação química	Plantio direto
	Perda de Espécies	Barramento de rios	Programas de repôis.
	Emissão de Gases	Deterioração	Nenhum controle
	Mudança drástica	Depleção	Agroecologia
	Ambiente lântico	Commodities	

Fonte: elaboração do autor.

4.5 AS BASES PARA A CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE

A análise da temática abordada a partir da metodologia que confronta no processo de desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu os elementos de *pressão, estado e resposta*, revela que esse processo estendido ao longo de certo período histórico (desde meados do século XIX até hoje), apresenta claros sinais de insustentabilidade. A ação antrópica desde sempre causa mudanças sobre o meio ambiente, porém, conforme demonstrado, a *pressão* é proporcional ao modelo e aos instrumentos de intervenção que se emprega em determinado período. Verifica-se uma linha de crescente depredação ambiental na medida em que vão se intensificando tanto a presença humana nesse espaço, quanto à modernização dessa intervenção humana na natureza com o objetivo de transformá-la em favor da espécie, ou pelo menos, de parte dela.

A metodologia PER permitiu estabelecer relações causais entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no Território Cantuquiriguaçu, ou seja, a agricultura e a geração de energia elétrica, discutidas neste trabalho, e as condições atuais do Território, o seu estágio atual de desenvolvimento. Qualitativamente, tornou-se possível aferir se o processo é sustentável ou caminha para o esgotamento das potencialidades nos aspectos físicos, socioeconômicos, tecnológicos e ambientais. E, dentro desse panorama geral, se as hidrelétricas, nos moldes como são construídas e administradas, contribuem para com o desenvolvimento desta região de forma sustentável. Assim, os resultados alcançados pela pesquisa documental e bibliográfica permitem proferir algumas afirmações que vêm de encontro com a resolução da questão estudada.

O uso do método dialético, por sua vez, permitiu uma análise de conjunto extrapolando as relações causais entre as atividades humanas e o estado modificado do meio ambiente e da sociedade local. Permitiu entender as conexões

entre processos de exploração dos recursos naturais e modelos societários que se desenham no espaço territorial em relação permanente com escalas e modelos mais amplos. O método Dialético explicita as contradições inerentes a essa realidade que o modelo PER não consegue desvelar a contento: Sociedade *versus* natureza; Local *versus* global; Capital *versus* trabalho; Riqueza *versus* miséria; Territorialização *versus* desterritorialização; Cultura/economia tradicional *versus* modernização, entre outras. Também permite a transdimensionalidade e a intersetorialidade da análise com uma visão da totalidade sem se perder ou desconsiderar as imbricações internas entre causa e efeito e entre elementos de *pressão, estado e resposta*.

O espaço físico e humano do Cantuquiriguaçu é marcado pelas dinâmicas descritas nos primeiros tópicos do capítulo IV. Sua configuração é resultado da realização de um processo que se iniciou há bastante tempo em outros continentes, mas que se estende aos poucos por todo o globo. Ali se observa que a racionalidade é um atributo muito caro à espécie humana em geral e em particular à civilização dita ocidental. Em especial, na modernidade ela é cultuada, promovida, elevada à potência e transformada numa espécie de único parâmetro válido, em única lógica confiável para a ação humana, seja no plano individual ou no coletivo. Dussel (2012) identifica nas matrizes greco-romana e judaico-cristã as bases da civilização que deita raízes na África e no Oriente Médio, se conectando com diferentes regiões em estágios, mas que se desenvolveu na Europa e arredores e se mundializou após lento e descontínuo processo, até a anexação de outras regiões ou continentes como o americano no período das colonizações, tornando-se finalmente hegemônico em escala global.

Cada um dos quatro estágios do sistema-mundo descritos pelo autor possuiu seu próprio centro, conforme sua capacidade de influenciar e “controlar” os fluxos de mercadorias e de expressões culturais inerentes às convivências entre diferentes povos. Nessa trajetória, diferentes regiões são integradas ao sistema-mundo e outros modelos são superados, inclusive, alguns dos mais complexos e dinâmicos como o árabe-chinês que no final do terceiro estágio e início do quarto tinha como centro a atual capital do Iraque Bagdá e outras cidades daquela região, enquanto a Europa era apenas um aglomerado de feudos fechados e altamente conservadora no aspecto político, religioso, econômico e cultural.

Com a anexação e exploração econômica das colônias conquistadas no continente americano, a Europa e seu paradigma em construção ganham, em relação aos demais, uma “vantagem comparativa” que a transforma rapidamente interna e externamente. Internamente, se verifica o fortalecimento da Burguesia enquanto classe social, de sua proposta de estado (em aliança num primeiro momento com a Nobreza) – o Estado Nacional Moderno –, de sua ciência calcada no racionalismo e no método experimental, de seu modelo societário – o liberalismo –, e, de sua economia baseada no lucro e na exploração – o capitalismo. Externamente, se verifica o controle de rotas comerciais alternativas àquelas dominadas pelos turcos para os dinâmicos mercados como o indiano e o chinês através das grandes navegações no contorno da África e pela exploração de imensa quantidade de metais preciosos como a prata e o ouro nas Américas, além do estabelecimento do pacto colonial para exploração e comercialização de produtos tropicais inexistentes na Europa. Esse conjunto de elementos é responsável por transformar a Europa em centro do mundo (globalizado) num processo que se inaugura sob o signo da modernidade já no século XVI.

Enrique Dussel repara a ocorrência de um intenso processo de abstração em que cada vez mais os fenômenos e elementos constitutivos da realidade material ou imaterial são simplificados, sintetizados, reduzidos à lógica para serem captados, dominados e usufruídos pelos seres humanos e seus propósitos cada vez mais imediatistas. Assim é que o conteúdo vivo, material e comunitário das propostas éticas das civilizações centro-africanas vão sendo transformados e racionalizados na medida em que se desenvolvem a civilização egípcia, num primeiro momento e, grega em seguida. A transformação ou redução das vivências e de todo seu conteúdo material em conceitos abstratos pelo racionalismo característico da cultura grega se metamorfoseia em norma, lei, ética aplicada e formas de domínio na civilização romana. Como ilustra a passagem em que Dussel cita Taciano:

Taciano, no discurso contra os gregos (170-172 d. C.), escreve: não vos mostreis totalmente inimigo dos bárbaros, ó gregos, nem julgueis desfavoravelmente suas doutrinas, porque, que instituição entre vós não teve sua origem entre bárbaros? [...] Dos babilônios [tomastes] a astronomia, dos persas a magia, a geometria dos egípcios, o conhecimento do alfabeto dos fenícios. Deixai de chamar invenções (*euréseis*) o que são puras imitações (*miméseis*). (TACIANO, 1954, I: p. 572 apud DUSSEL, 2012: p. 39, grifos do autor).

Da mesma forma, o conteúdo ético libertador baseado na ação contra as injustiças do escravismo e de outras formas de sujeição da religião judaica sob o decálogo de Moisés, assim como a proposta comunista (ou, comunitária) do Cristianismo nascente, são, no eurocentrismo que vai se formando (em suas raízes mais profundas), transformados em princípios idealistas, regras e ocasiões de exploração a partir dos cânones religiosos do farisaísmo e mais tarde, do cristianismo, sobretudo o oficial e o reformado.

O entendimento da lógica de funcionamento da natureza, a identificação da realidade com o pensamento, a descoberta dos princípios, causas e fundamentos da *physis* eram os objetivos básicos da filosofia em seu nascimento em oposição à aceitação das dinâmicas e “ilógicas” narrativas míticas. A observação meticulosa, a experimentação, a conferência e comparação de resultados, o controle dos fenômenos e a redução destes a uma lei universal são características da ciência moderna que, num *continuum*, compõem a base da racionalidade que avança sobre os sistemas bióticos em escala global a partir da implementação do racionalismo econômico que atravessa a física, a cosmologia, a matemática e todas as demais ciências, além da própria cultura. Se expressa na expressão de Galileu de que “a filosofia está escrita neste grandíssimo livro que continuamente está aberto aos nossos olhos [o universo]. Está escrito em língua matemática” (GALILEI, 1933, t. 6: p. 232 apud DUSSEL, 2012: p. 62) e na posição de Heidegger também relatada por Dussel:

Heidegger disse que a “posição *mathematica*” em relação aos entes é tê-los por conhecido de antemão (nos axiomas da ciência, por exemplo) e passar só a usá-los. Não se “aprende” uma arma, mas se aprende a fazer “uso” dela, porque já se sabe o que é: as *mathématas* são as coisas, à medida que as introduzimos no conhecimento como o que delas *já* é conhecido de *antemão*, o corpo como materialidade, a planta como vegetalidade, o animal em sua animalidade. (HEIDEGGER, 1963: 74 apud DUSSEL, 2012: p. 62, grifos do autor).

Ainda conforme Dussel, “desde sua origem a Modernidade constituiu a natureza como um objeto explorável com vistas a aumentar o lucro do capital” e invoca Karl Marx que afirma: “pela primeira vez a natureza se transforma puramente em objeto para o homem, em coisa puramente útil; cessa de ser reconhecida como

poder para si” (MARX, 1974: 313 - *Grundrisse IV* apud DUSSEL, 2012: p. 65). Essa racionalidade, ou esse uso da razão, se irradia pelo mundo a partir da Europa e seu projeto expansivo – a Modernidade e, precisa atingir a todos os recantos da terra, universalizando os meios e modos de vida e submetendo aqueles modelos e expressões divergentes. Nesse caminho causa terror e caos nos povos externos enquanto regula a vida para a normalidade criando “bolhas de prosperidade” no centro (SANCHES; OLIVEIRA; COSTA in CONDETEC, 2011). Nas colônias europeias da América, o domínio avança do litoral ao interior, sendo que algumas regiões ficam isoladas enquanto outras “prosperam” nos moldes da reprodução do capital.

Os tópicos 4.1.1 a 4.1.4 detalham esse procedimento em escala local, mas, em conexão com o movimento geral da modernidade que avança sobre o globo e suas contradições. Evidencia-se na disputa entre Espanha e Portugal por territórios na América como as populações locais são massacradas, não reconhecidas como humanas (menos ainda como povos soberanos) e como são considerados inimigos do progresso da racionalidade do sistema mundo que pressiona outras porções do planeta ainda em processo de dominação. Fica demonstrado como opera a lógica do capital por dentro das atividades humanas em cada período, gerando concentração da riqueza e expansão da pobreza, perfazendo um caminho de contradições que se verificam entre trabalhadores (índios, negros, mestiços, caboclos, agricultores, camponeses, etc.) e detentores das concessões (nobres sesmeiros ou coronéis, fazendeiros, donos de serrarias, industriais, banqueiros, etc.).

Da extração da erva-mate e da madeira ao desenvolvimento da agricultura convencional e da hidroenergia, se verifica também como se intensifica e se acentua a contradição entre a sociedade e a natureza, resultando, devido ao seu caráter devastador, em insustentabilidade socioeconômica e ambiental descritos nos tópicos de 4.1 a 4.3.4. Houve a preocupação em expor a configuração antes, durante e posterior a implementação das hidrelétricas - foco principal deste estudo. Recorremos a MUSSOI (1999; 2015), WACHOWICZ (1995), OLIVEIRA (2008), PIRES (1999), PIRES (1999) RAMOS (2007), KARPINSKI (2007), entre outros para as considerações acerca de um *continuum* de ações e acontecimentos que se

conectam entre si e acentuam o seu aspecto conquistador e que chega até o momento atual.

A *pressão* exercida pelo modelo de desenvolvimento sobre a sociedade e sobre o meio ambiente é quantificada e percebida pelo diagnóstico socioeconômico realizado por atores sociais da região Cantuquiriguaçu a partir dos esforços da associação de municípios e da intensa mudança provocada pelos movimentos socioterritoriais. O Plano Diretor como estratégia de desenvolvimento para os municípios da Cantuquiriguaçu não poderia deixar de partir dos inquietantes números aferidos pelos índices mais avançados de medição do desenvolvimento e que revelam satisfatoriamente o *estado* do Território. No entanto, composto o retrato do Território em 2003, não houve uma busca sistemática por suas causas como parte integrante de um processo histórico socioeconômico e cultural que possui determinantes e mediações que podem ser estudadas, compreendidas e transformadas pela ação política posterior. Dessa forma, a estratégia desenhada no Plano Diretor se limitou ao cumprimento de uma política nos moldes do DTR cuja natureza e características, apresentamos e discutimos a partir de GIRARDI (2008) e FAVARO (2014) nos tópicos em que tratamos da *resposta* institucional ao desafio do desenvolvimento territorial em escala nacional e até continental e que fora escolhido para ser implementado no Cantuquiriguaçu a partir de 2003.

No item 4.2 “O agravamento da *pressão* sobre o Cantuquiriguaçu” identificam-se os dois principais fatores que provocam desequilíbrio Na sociedade local e na relação entre sociedade e natureza: a modernização da agricultura e a implementação das hidrelétricas. Ambas as atividades são parte das transformações no próprio *sistema-mundo* como observa Dussel (2012) que, no início do século XXI chega ao seu limite, limite este construído por si mesmo. Compõem, portanto, uma crise maior que se observa em escala local e global ao mesmo tempo.

Ou seja, a sua superação reside em seu movimento de contradição, isto é, nas forças que se contrapõe à lógica hegemônica, mas que partem da mesma materialidade. Para o autor

O final do presente estágio civilizatório se deixa ver no presente em dois limites *absolutos* do ‘sistema de 500 anos’ – como o chama Noam Chomsky. Estes limites absolutos são: a) em primeiro lugar, a destruição

ecológica do planeta. [...]; b) o segundo limite absoluto da Modernidade é a destruição da própria humanidade (DUSSEL, 2012: p. 63-64, grifos do autor).

No caso da modernização da agricultura, sua matriz tecnológica torna a atividade cada vez mais artificial, mais estranha e agressiva à natureza ao mesmo tempo em que por suas exigências técnicas, científicas e tecnológicas, se torna agressiva também à maior parte da sociedade que não consegue comprar o seu “pacote” ou não dispõe de terras propícias ao seu “cultivo”.

Detalhamos os mecanismos de reprodução do capital no Campo descrevendo os agentes que determinam o movimento do mesmo em cada etapa produtiva (antes, durante e pós-produção), com alcance na concepção das políticas públicas e das técnicas apoiadas financeiramente por estas, no próprio manejo do solo, dos insumos, das tecnologias e até das condições climáticas, e, na comercialização, industrialização e distribuição da produção (de *commodities*). As atividades da última etapa da cadeia, também têm relação com o momento anterior à produção devido à programação ditada pela disposição do capital financeiro pelos bancos e pelos contratos de futuro como bem explicitam DELGADO (1985; 2005) e DOWBOR (2014) referenciados no texto. Nesse procedimento os saberes milenares dos povos tradicionais não têm nenhum valor e, as próprias populações são descartadas porque representam atraso e ameaça ao modelo (SEVILLA GUZMÁN, 2013). Por outro lado, uma pequena porcentagem da população residente ou não no campo é capaz de produzir uma quantidade imensa de uma pobre variedade de alimentos, basicamente grãos e carne. A exclusão social e produtiva é a marca mais evidente desse modelo de agricultura e de sociedade humana que reserva as margens do sistema e das terras agricultáveis para os camponeses e seus movimentos socioterritoriais de resistência, em boa parte, desalojados que buscam se reterritorializar (OLIVEIRA, A. U. 2007). A poluição e a depredação ambiental é o saldo mais evidente para o conjunto da população.

O mesmo ocorre com a implementação de hidrelétricas que no Brasil somam a maior força geradora de energia às empresas e demais consumidores. Ao invés de uma energia limpa como se propagandeia, seu processo produtivo corresponde à mesma lógica de concentração do poder decisório na definição de políticas públicas ligadas ao setor agrícola e é tão ou mais impactante do que este. Seu processo

produtivo agride profundamente o meio ambiente não apenas pelo afogamento de florestas, santuários ecológicos, paisagens, estruturas públicas e particulares e outros, que já estavam integrados ao meio ambiente, mas, passa a emitir enorme quantidade de gases de efeito estufa gerados pela decomposição da vegetação submersa e pelo funcionamento geral das barragens (FEARNSIDE, 2015), como detalhado nos itens 4.2.2 e 4.2.3 “Principais impactos ambientais (elementos de pressão)”.

Da mesma forma que o agronegócio, o hidronegócio que controla a produção e distribuição de energia elétrica causa distorções na sociedade em escala local e global, pois, privilegia mega-empresas eletro-intensivas no consumo e no preço da energia, gera monstruosos lucros às empresas concessionárias, enquanto desterritorializam populações violando seus direitos sistematicamente (MAB, [2005]). No caso das empresas estrangeiras que exploram o setor, os lucros são repassados quase que integralmente às suas matrizes nos países centrais (CDDPH, 2010); (FEARNSIDE, 2015); (FERREIRA, 2006).

A violação de direitos começa logo no planejamento dos empreendimentos em que as populações ribeirinhas potencialmente atingidas ficam alheias ao processo e, se caso buscam informações, estas lhes são negadas ou repassadas incompletamente (CMB, 2000); (CDDPH, 2010). As negociações entre ribeirinhos e empresas construtoras caracterizam-se, em geral, como relações de poder altamente conflituosas e desequilibradas (ROCHA, 2012). Os estudos de impactos ambientais e sociais cumprem uma mera formalidade e desconsideram os aspectos da conflitividade e mesmo, dos direitos dos atingidos. Estes figuram como componentes de uma paisagem a ser transformada pela obra, como empecilho a ser transposto para “limpar o terreno”, operando, nesse processo, a instrumentalização da antropologia e da sociologia, a serviço das construtoras (VAINER, 2002).

Na imensa maioria dos casos em que são construídas as barragens, as indenizações, compensações, mitigações, ou qualquer ação do gênero, são insuficientes para atender às necessidades geradas pelos transtornos decorrentes das obras e mudanças nos ambientes locais (FEARNSIDE, 2015). E, nos casos em que por pressão ou, por esforço governamental as perdas econômicas são compensadas, perduram as perdas irreparáveis das formas culturais vivenciadas

pelo grupo local que não mais permanecerá unido, das subjetividades, das memórias e das relações com os espaços submersos pelas águas que não são quantificáveis (KARPINSKI, 2007); (VEIGA, 2010). Quanto aos municípios e à região atingida, embora, em geral, as barragens venham sempre acompanhadas de melhorias em infraestruturas como estradas, rodovias e aeroportos, entre outros (FEARNSIDE, 2015), os investimentos e as compensações (como *royalties* e outras) não conseguem repor os prejuízos contabilizados com perda de população, de produção, de estruturas e equipamentos públicos, de vegetação de terras agricultáveis e de pastoreio (cf. ANEXO A; ANEXO B); (MAB, [2005]);

Como um território diretamente afetado pela construção de hidrelétricas de grande porte e de intensa produção, o Cantuquiriguaçu vive os paradoxos aqui descritos com perda de população, de vegetação de ambientes lóticos, de terras, de equipamentos e estruturas públicas e de vivências que faziam parte da cultura da população local e que se perderam com a formação dos cinco (extensos) lagos (GUBERT FILHO, 2010); (IPARDES, 2007). Por outro lado, a riqueza gerada pelo conjunto dessas usinas não circula localmente, e, portanto, não gera divisas para as finanças municipais. Ao contrário, o empobrecimento da população local aferido pelo Diagnóstico Socioeconômico não se explica por qualquer forma de intervenção alienígena, mas, pela intervenção internacional colonialista que se repete a cada ciclo econômico, porém, com a mesma lógica operacional: a exploração intensiva dos recursos naturais em favor dos países do centro e de suas empresas detentoras de capital, poder, tecnologia e influências sobre os governos (DUSSEL, 2012).

A Metodologia *pressão – estado – resposta* estabeleceu ligação causal direta entre as principais atividades econômicas desenvolvidas intensivamente no local - a agricultura convencional e a produção de energia hidroelétrica -, e a situação socioeconômica da população local, bem como, com o grau de destruição dos etnoagroecossistemas, sobretudo, pelas hidrelétricas. Com uma extensa área alagada de mais de 637 Km² anteriormente ocupada por mais de 90% de pequenos produtores camponeses que sofreram com o deslocamento compulsório, com as indenizações muito abaixo do valor, com a necessidade de migrar para a periferia das grandes cidades, enfim, com inúmeros percalços, tendo migrado ou permanecido, o Território Cantuquiriguaçu “ostenta” IDH abaixo da média nacional, concentração de renda e de propriedade da terra, intensos conflitos de classe e

enorme dificuldade de geração de postos de trabalho e renda CANTUQUIRIGUAÇU (2003); IPARDES (2007). Quanto ao setor agrícola, a disputa é por território e envolve a agricultura familiar e camponesa em confronto com os domínios do agronegócio, dentro e fora das propriedades camponesas (GIRARDI, 2008), conforme descrito nos tópicos 4.2.1 a 4.2.5 ao tratar da evasão de riquezas a partir do modelo produtivo no campo e no setor energético, com o apoio teórico de Furtado (2000), Amartya Sen (2000), Lênin (1985), Ploeg (2008), MAB [2005], Vainer (2007) e Karpinski (2007).

Com o envolvimento do setor produtivo principal do Território com a lógica estritamente mercantil, a metodologia apura manifestações desta em todas as dimensões do desenvolvimento definidas no Plano Diretor e tomadas como referência neste estudo. É muito mais perceptível sua influência sobre a dimensão econômica, demonstrada pelos índices de concentração da renda e da terra. Quando tomada em separado a dimensão social também acusa essa interferência, devido ao baixo IDH com péssimo desempenho em todas as variáveis – renda, escolaridade e saúde – e a enorme população vivendo na linha da pobreza. Porém, olhando com maior atenção se vê que há interferência sobre a cultura, com forte invasão cultural implementada via meios de comunicação de massa como a televisão, o rádio e a internet e que afirma valores estranhos à população local, atrelados ao consumismo, ao individualismo e à criminalização de todas as formas de luta e resistência ao movimento predador e concentrador do capital. Toda a transformação da agricultura tradicional em convencional foi marcada pela discriminação e destruição dos costumes locais de características caboclas nas escolas e meios de comunicação enquanto desapareciam as tropeadas e as grandes criações de porcos em extensas áreas (RAMOS, 2007), entre outras atividades.

Intensa mudança também se fez sentir na dimensão Físico-Territorial, pois, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a implementação de hidrelétricas era ocasião para construção de estradas, rodovias e aeroportos, por outro lado, a amplidão dos lagos que se formaram isolava pessoas comunidades, municípios e regiões inteiras. As mudanças na paisagem (COELHO; PEREIRA, 2011) também foram igualmente intensas, contribuindo com o êxodo rural e o crescimento de algumas cidades. Talvez, a *dimensão* em que os impactos somados das

hidrelétricas no Cantuquiriguaçu tenham sido mais positivos é a Infra-Estrutural. Quase todas as rodovias estaduais e federais (PRs e BRs), com exceção da BR 277, foram construídas com o intuito de apoiar a implementação das cinco hidrelétricas estudadas. Contudo, ainda são insuficientes. Em comparação com regiões vizinhas como o Sudoeste do Paraná, é perceptível o vazio de estradas para a integração territorial. Quanto à dimensão Político-Institucional, a implantação das hidrelétricas acirrou a luta de classes porque desterritorializou camponeses e os deixou sem terras. Nas décadas seguintes como descrito nos tópicos anteriores, se desenvolve grande mobilização por terra e outros direitos no Território (SANCHES; OLIVEIRA; COSTA, 2011). A conformação político-institucional atual do Território é em grande parte produto dessas mobilizações.

Já a *dimensão* Científico-Tecnológica e a *dimensão* Ambiental vivem, no Território, como na maior parte do mundo, uma relação de contradição. É pelo desenvolvimento científico e tecnológico que a civilização ocidental conseguiu seu intento de dominar a natureza. Demonstramos a partir de DUSSEL (2012), de ADORNO & HORKHEIMER (1947), SEVILLA GUZMÁN (2011) e outros, que a razão científica e instrumental avançou sobre domínios para além da produção e, no conjunto de sua intervenção vem subjungando e ferindo de morte a natureza. No Cantuquiriguaçu esse fenômeno é também verificado ao converter os recursos naturais em lagos e espaços produtivos artificiais, interrompendo bruscamente seus ciclos e seus ritmos naturais. Com exceção das práticas de manejo agroecológico dos recursos naturais que aos poucos se difundem entre camponeses membros dos movimentos socioterritoriais, como alternativa à matriz tecnológica da agricultura convencional (cf. MAB, 2016), todas as práticas em agricultura e demais atividades econômicas, primam pelo resultado econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental.

Conforme Fearnside (2015) a dimensão ambiental é imensamente afetada pela implantação de hidrelétricas com impactos que superam a escala local, contribuindo significativamente com o aquecimento global – apenas a emissão de gases pela barragem de Tucuruí no Pará, é suficiente para superar a emissão produzida pela cidade de São Paulo no conjunto de suas atividades industriais e de transporte –. Conforme demonstrado o conjunto das cinco barragens construídas no rio Iguaçu extrapolam todos os limites considerados pelo próprio Ministério das

Minas e Energia em sua metodologia para análise da sustentabilidade socioambiental dos empreendimentos para produção energética (MME, 2012).

O estudo no tópico sobre “o estado atual do Cantuquiriguaçu” se baseia principalmente nas propostas para o desenvolvimento, produzidas a partir do Território e de sua dinâmica sociopolítica, bem como das propostas construídas na forma de políticas públicas para o desenvolvimento territorial pelo governo federal e pelo governo estadual. No item 4.3.1. “Estado geral da Dimensão Socioeconômica no Cantuquiriguaçu (O que está ocorrendo no Cantuquiriguaçu?)”, são expostos os resultados aferidos na pesquisa documental sobre indicadores como a População Economicamente Ativa (PEA), a produção e a produtividade no Território conforme dados disponíveis no Diagnóstico Socioterritorial CANTUQUIRIGUÇU (2003) e IPARDES (2007). No item 4.3.1.1 Produção e Produtividade (Dimensões: Tecnológica e Cultural) se destaca a preponderância do setor secundário (com 57%) e do setor primário (com 33%) no Valor Adicionado da economia local, contrastando com o perfil da economia paranaense cujo principal setor é o terciário, com participação na ordem de 54%.

É altamente relevante a participação da agricultura familiar e camponesa onde 92,9% de estabelecimentos, são desse segmento, somando 19.864 estabelecimentos com 57.967 pessoas ocupadas, ou seja, 90,3% dos ocupados nesse setor, e, explorando uma área total de 541.624,5 hectares (Cantuquiriguaçu, 2004: 57). Outra característica relevante par este estudo, é a concentração fundiária que conta com 64% da área em poder dos latifundiários distribuída em apenas 7,7% dos estabelecimentos. Já os proprietários com até 50 hectares, controlam apenas 25,4% da área.

No item 4.3.1.3 “População Economicamente Ativa (PEA) e Ocupação - por Setor (Dimensão Socioeconômica)”, revela-se que em 2000, conforme dados de IBGE, 52% da PEA trabalhavam no meio rural, com predominância masculina (65%). A PEA somava 104.630 pessoas dos 232.729 habitantes. 36% das ocupações formais estão no setor público, o que significa forte dependência da economia local em relação aos empregos no setor público e à agricultura. Ao mesmo tempo, destacamos o controle estratégico por empresas estrangeiras e nacionais dos reservatórios de água para produção energética.

Quanto aos indicadores IDH e Índice de Gini do Território, no item 4.3.1.4 “O IDH e o Índice de Gini no Território (Dimensão Socioeconômica)”, vemos que o IDH subiu de 0,357 em 1990 chegando a 0,659 em 2010, portanto, sustentando importante variação positiva em duas décadas, superior àquelas verificadas na escala estadual e na escala federal. Neste caso, percebe-se o efeito das políticas distributivas do governo Federal e do governo do Estado. Já no Índice de Gini aplicado à renda, a variação é positiva, porém, menor do que a verificada na esfera estadual e na esfera federal. Ou seja, os programas foram suficientes para melhorar o IDH, mas não para distribuir de fato a riqueza e a renda. Moraes (2013) demonstrou acentuada queda na extrema pobreza desde 1991. De 40,11% para 9,11%. Já a população pobre caiu de 67,73% em 1991, para 23,14%. Pode-se inferir que políticas como o Pronaf, PNAE e PAA, ao lado do Programa Bolsa Família e Leite das Crianças, entre outros podem ter tido impacto positivo na diminuição dos índices de pobreza extrema e pobreza, por gerarem inclusão produtiva. Quanto ao setor hidroenergético, não como apontar nenhuma contribuição para com as melhoras nos índices visto que não houve nenhum investimento ou programa diferenciado de iniciativa das concessionárias. O que houve foi a universalização do acesso à energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos e, a implantação da Tarifa Social que abateu um percentual do custo com energia elétrica para famílias carentes.

Por outro lado, os efeitos da implantação de Programas de financiamento da atividade agrícola analisados no item 4.3.1.5 “Políticas Públicas e Endividamento Agrícola (Elementos da Dimensão Socioeconômica e da Dimensão Político-Institucional)”, mostram-se dúbios, pois, ao mesmo tempo em que serviram para manter e fortalecer aos segmentos mais consolidados de agricultores familiares no campo, tem sido, por outro lado, acompanhado de extrema dificuldade de pagamento em dia dos créditos para boa parte dos camponeses onde aproximadamente 36% dos contratos apresentaram dificuldades de pagamento na safra 2008/2009 no Cantuquiriguaçu (cf. CONDETEC, 2011), comprovando as teses de Delgado (2005) de que o arranjo institucional da agricultura favorece a reprodução do capital financeiro e industrial em detrimento dos agricultores, sobretudo, dos camponeses.

Já em relação à produção e comercialização de energia no Território Cantuquiriguaçu, analisadas no item 4.3.2 “A Produção de Energia em Hidrelétricas (Dimensão Socioeconômica)” e no subitem 4.3.2.1 “Contribuição do setor energético para com o *estado* atual do Cantuquiriguaçu: um recorte a partir da UHE de Salto Santiago”, demonstra-se que sua contribuição para com o *estado* atual do Território é mais negativa do que positiva, pois, apesar de representar em torno de 65% da energia produzida no Estado do Paraná que, por sua vez, ocupa o segundo lugar entre os membros da federação, num país em que quase 80% da energia consumida são produzidos em hidrelétricas, o setor tem até o presente, provocado mais distorções no processo de desenvolvimento (cf. FEARNSIDE, 2015) do que benefícios. As distorções decorrem da intrínseca relação entre o processo de implementação de hidrelétricas e a desterritorialização de populações camponesas ou não ribeirinhas, processo que culmina com forte êxodo rural e urbano devido ao desenraizamento cultural que acarreta. Instaladas a partir de relações assimétricas de poder, as hidrelétricas geram empobrecimento por retirar a base produtiva e da reprodução social de milhares de famílias e não compensá-las de forma justa e suficiente (FERREIRA, 2006). Conforme dados apurados por esta pesquisa o conjunto das cinco hidrelétricas aqui estudadas, desalojou bem mais de 20.000 pessoas. Mas, se considerarmos que as usinas mais antigas foram construídas há uma média de 40 anos, os atingidos já se multiplicam, pois, descendem de atingidos diretamente. Os impactos sobre o meio ambiente já comentados nesta conclusão, também são heranças malditas à região.

Quanto à contribuição na dimensão econômica por investimentos diretos das empresas concessionárias da energia, no Território, por salários pagos, ou por compensação financeira aos municípios limieiros, pode-se afirmar que são irrisórios frente aos enormes lucros aferidos na atividade. Apenas 45% dessa pequena fatia – dos royalties –, é destinada aos municípios do Território, sendo que ainda outros 45% ficam com o Estado do Paraná e, 10% com órgãos da União.

Sobre a infraestrutura instalada no Território, embora importantes rodovias como a BR 277 e BR 158, e ferrovia como a Ferroeste cortem o Território, ainda seriam necessárias outras estradas ligando Goioxim a Marquinho e Cantagalo, outra ligando Quedas do Iguaçu a Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Candói e Pinhão, além do asfaltamento de trechos de rodovias estaduais que ainda não contam com

pavimentação. Estes trechos e um terminal de carga e descarga da Ferroeste, bem como a construção de trecho da Ferrosul, cortando o Território no sentido norte-sul tem sido reivindicado junto ao estado e à União. O déficit habitacional vem diminuindo com programas como o “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) do governo federal, com modalidade rural e urbana e outros. No entanto, as populações mais carentes têm apresentado dificuldades para enquadramento nesses programas por não comprovar renda ou por falta de documentação do terreno.

Ainda referindo-se ao *estado* do Território Cantuquiriguaçu, a pesquisa constatou que a partir do Plano Diretor, foram identificados os “Principais problemas e potencialidades identificados no Plano Diretor”, discutidos no item 4.3.4. Destacamos alguns pontos que julgamos especialmente importantes para nossa reflexão: dentre os problemas, a visão tecnicista que norteou a construção do Plano Diretor entre 2002 e 2003, concebia aos acampamentos, assentamentos de reforma agrária e reservas indígenas como problemas. Apesar do conflito inerente a esta realidade, nesta pesquisa, estes figuram como o aspecto dinâmico da contradição entre capital e trabalho manifesta no campo como oposição entre sem-terras e fazendeiros (latifúndios, agronegócio, grileiros), dentro de um processo maior que é o movimento de racionalização de todas as atividades humanas no âmbito do sistema-mundo que se torna hegemônico desde há 500 anos (cf. DUSSEL, 2012). O plano faz menção ao mau uso dos recursos naturais e à concentração da terra e à globalização, mas, não estabelece relação entre esses fenômenos e a lógica de realização do capital na agricultura por meio do agronegócio e do hidronegócio aqui discutida.

Quanto às potencialidades, o plano pontua entre outros, a reforma agrária, as políticas públicas, os consórcios intermunicipais, o meio rural, a integração regional e os novos governos (eleitos em 2002 para governar o Estado do Paraná e o Brasil). Revela-se a influência da política de DTR ao conceber as políticas públicas e a integração regional nos moldes em que vêm se implantando no país como potencial para o desenvolvimento. A ideia recorrente é a de que o crescimento econômico, alicerçado na inclusão de populações até então excluídas do mercado e da produção de mercadorias, possa se converter em desenvolvimento, sem mexer nas estruturas injustas das relações sociais (cf. FURTADO, 2004). Quanto à reforma agrária, sua potencialidade é percebida enquanto existência de áreas passíveis de

tornarem-se assentamentos pela ação planejada dos governos. Ora, essa é uma visão conservadora que não possui contraparte com a realidade onde a totalidade dos assentamentos e acampamentos são conquistados por ação dos movimentos socioterritoriais em conflito com as forças do capital apoiadas na regulação via Estado (OLIVEIRA U. A., 2007).

Nos “Elementos de *Resposta*”, no tópico 4.4.1 “O futuro desejado para a região Cantuquiriguaçu no Plano Diretor”, partimos do “futuro imaginado” em cada dimensão constante do Plano Diretor e da definição de ações estratégicas. Observamos a conformação dos objetivos à pretensão de um desenvolvimento sem conflito, com prevalescência do consenso e sem luta de classes, portanto, nos moldes do liberalismo ou do neoliberalismo, com inclusão submissa de populações até então à margem do movimento do capital (GIRARDI, 2008). As ações remetem para a superação (necessária) de entraves perversos do desenvolvimento como o analfabetismo, a extrema pobreza e fragilidade dos serviços (sobretudo, preventivos) de saúde. Contudo, não se cogita avançar além do crédito, da geração de empregos, na transformação de produtos primários nos moldes da “dinamização econômica” prevista nas políticas de DTR, na *dimensão* socioeconômica. Na *dimensão* social e cultural, se prevê a conquista de equipamentos públicos e privados com a finalidade de melhorar o saneamento, o acesso às políticas públicas e à previdência entre outros direitos. Quanto à dimensão físico-territorial se previa, basicamente, o uso racional dos recursos naturais com planejamento a partir de bacias hidrográficas, com zoneamento agrícola, regularização fundiária, implantação de parque ambiental, uso “adequado” de agrotóxicos, eliminação dos lixões, entre outros. Nas demais *dimensões*, bem como nas diretrizes para o desenvolvimento delineiam-se ações e objetivos dentro do mesmo marco teórico e prático. A mesma lógica se repete nas ‘ações estratégicas’ e no ‘modelo de gestão do Plano Diretor’. Não se cogita, porém, a transferência do controle da concessão das hidrelétricas, por exemplo, para o domínio popular como um fator de desenvolvimento sustentável.

Quanto a outros elementos de *resposta* analisamos a ação governamental que busca dar sua *reposta* por meio dos programas de DTR como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (SDT/MDA) e o Programa Territórios da Cidadania, no tópico 4.4.2 “Elementos de *resposta* institucional: programas e ações para o desenvolvimento territorial”, detalhando

alguns programas do subitem 4.4.2.1 “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (SDT/MDA) e Programa Territórios da Cidadania” ao 4.4.2.6 “Recursos e áreas prioritizadas para o investimento no Território”.

Elementos de *Resposta* na Ação de Movimentos Socioterritoriais aparecem no item 4.4.3 com o título: “Elementos de *resposta* na ação de movimentos socioterritoriais”. Este, por sua vez, se divide nos subitens: 4.4.3.1 “Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária”; 4.4.3.2 “Educação do Campo e Capacitação Técnica”; 4.4.3.3 “A luta pela conquista da UFFS e pela implantação de um Campus no Território”; 4.4.3.4 “Luta por Crédito e Moradias Rurais: o PST e o esboço de uma Política Territorial Integrada elaborada a partir das necessidades dos atores socioterritoriais: o caso da construção do Plano Safra Territorial (PST)”; e no subitem 4.4.3.5 “A Mobilização e luta pelos Direitos dos Atingidos por Barragens e o Projeto PAIS”. No item 4.4.4 “A *resposta* de iniciativa do setor privado” é apresentado rapidamente, a dinâmica pela qual opera o capital na iniciativa privada em escala local. No item 4.4.5 é apresentado um quadro-resumo dos Indicadores de *pressão – estado – resposta* nas várias dimensões, preenchidos a partir dos dados levantados pela pesquisa.

Em relação ao item que trata da política de DTR, com apoio em Geraldi (2012); Favaro (2014) e Fernandes (2015) é possível incluí-la como mais uma estratégia da racionalidade técnico-científica para continuar o movimento de expansão do paradigma moderno capitalista em regiões que até então este se choca com outras matrizes socioculturais ou outras racionalidades. Ou, então, em regiões que se incluem nesse processo tardiamente. Nesse sentido, a racionalidade é aplicada ao planejamento estratégico participativo na elaboração de planos que pressupõem a “participação constrangida” de representantes de segmentos da população, do início ao fim do processo, conferindo-lhe legitimidade e capacitando agentes de difusão da lógica conforme Geraldi (2012). Mas, o poder de decisão não reside no nível local onde acontece a “participação constrangida”, senão nos espaços reservados aos agentes dos organismos internacionais - instrumentais das corporações e dos bancos -, em parceria com os governos nacionais. O resultado é a seletividade econômica daqueles agricultores que se viabilizam economicamente e permanecem inclusos até que a própria seletividade os elimine e, por outro lado, o prolongamento do êxodo rural, a proletarianização e o isolamento de camponeses que

não servem ao sistema como sustenta Favaro (2014). Na média, contudo, estas políticas aliadas a outras de caráter mais abrangente como de valorização do salário mínimo, de compensação e assistência social (entre outras) sempre refletem em melhoramentos como se vê nos índices do Cantuquiriguaçu (cf. MORAES, 2013).

Já em relação às ações protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais, constata-se nesta pesquisa, que apesar dos limites impostos pela força do outro pólo em contradição, isto é, do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2008; 2015) e da própria racionalidade instrumental (ADORNO; HORKHEIMER, 1947) já internalizada, estas possuem um potencial transformador muito maior. São elas que realizam ou provocam ações de desconcentração da propriedade fundiária, constituindo um questionamento prático sobre sua legitimidade, viabilidade e moralidade (OLIVEIRA, 2016). Também, são essas ações que se propõem a conquistar e a transformar o ambiente universitário, historicamente marcado e até mesmo blindado pelo domínio burguês, praticamente desde o seu nascimento na Idade Média europeia. Resulta da ação dos movimentos socioterritoriais as alterações mais significativas na atuação do Estado como previsto por Poulantzas (1978), com a previsão de direitos e a regulação de espaços para o exercício da democracia direta na Constituição Federal de 1988 e, com a proposição de políticas públicas que apóiam atividades econômicas que se contrapõem ao modelo hegemônico, entre outros.

São ações afirmativas de um modelo socioeconômico e produtivo baseado nos princípios da Agroecologia experimentadas, disputadas e implementadas pelos movimentos sociais populares com parcerias construídas com o poder público, mediante a própria ação dos movimentos, que alargam e tornam mais complexo o processo de desenvolvimento que acontece no Território Cantuquiriguaçu. Propostas como o Plano (ou Programa) Camponês, o Plano Safra Territorial e o Projeto de Produção Integrada agroecológica Sustentável que nascem do protagonismo dos movimentos socioterritoriais, rompem os limites definidos pelos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial e se inserem nas trincheiras da resistência camponesa e da construção de uma nova hegemonia que se desenvolve ainda embrionariamente no seio do próprio paradigma ou sistema-mundo. Porém, como observa Sevilla Guzmán (2013) a agroecologia não se restringe ao domínio e à prática de técnicas alternativas de manejo dos recursos naturais, mas, implica na

transformação das “estruturas societárias que tendem a prolongar o domínio político-tecnocrata da produção de alimentos mediante a ‘industrialização da produção indígena e campesina’” (SEVILLA GUZMÁN, 2013: p. 135). Consiste na recomposição de um metabolismo social que supera o antropocentrismo e o eurocentrismo manifestos nas políticas públicas e nas fórmulas mais amplas da regulação do estado e da sociedade moderna.

Se não é possível visualizar a Agroecologia como um novo paradigma, é, no entanto, possível tomá-la como uma ciência do campo da complexidade, assentada em abordagens sistêmicas e participativas, que mostra ser capaz de fornecer elementos para a produção de conhecimento, e que permite sim construir um novo paradigma de desenvolvimento, este entendido como processo dinâmico e permanente e de sucessivas superações que tendem para um novo paradigma.

Nesses programas e ações em geral, se identifica um eixo articulador que pode se constituir em importante base para o processo de mudança paradigmática ou para a sustentabilidade, que é o alimento. O alimento permeia as reivindicações e as próprias formulações desde programas conquistados a partir das mobilizações por crédito como o Pronaf (produzir alimento barato para o proletariado que recebe salário mínimo, conforme ABRAMOVAY, 1998), até a proposição das “Novas Políticas” dentro do Plano safra Territorial, a propostas do Programa Camponês e a implementação da Produção Agroecológica Integrada. Seja para subsistência, para o mercado alternativo, ou ainda, para o mercado formal, o alimento concentra enorme poder de articulação, por corresponder à necessidade básica, vital. Contudo, por sua natureza é que também tem despertado o interesse das corporações e dos diversos setores da economia envolvidos em seu processo de produção, industrialização, transporte, armazenamento, distribuição e preparo (DÍAZ-MÉNDEZ; GARCÍA-ESPEJO, 2014; TRICHES & SCHNEIDER, 2014; GODFRAY, 2013). Trata-se, portanto, de se desenhar novas estratégias de desenvolvimento tendo o alimento como centro, como na provocação exposta na conclusão deste trabalho sobre a aproximação entre populações atingidas por barragens a partir do poder articulador do alimento.

Apresentamos a seguir, como parte da conclusão e com base na pesquisa, sugestão para a sequência da construção da hegemonia de um novo momento

histórico com base no protagonismo dos povos trabalhadores do campo em sintonia com os trabalhadores da cidade, dentro dos princípios da Agroecologia e da Sustentabilidade.

4.6 POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE: O ALIMENTO COMO BASE PARA A REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS VIOLADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Conforme Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), de 2010, discutido neste trabalho, foi identificado dezesseis direitos humanos violados, sistematicamente, pelo padrão vigente de implantação de barragens contribuindo para acentuar as já graves diferenças sociais no país. As populações atingidas sofrem com a desestruturação de sua vida comunitária, familiar e individual forçando o distanciamento entre aqueles que ficam no local como camponeses e, assim são levados a integrar-se à lógica capitalista de produção - cujo modelo para o campo é o agronegócio - e, aqueles que vão tentar a vida nas áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas. Em ambos os casos, permanece a violação de direitos. E em cada um, agregam-se situações peculiares de submissão às engrenagens do mercado e sua lógica.

A literatura acerca da questão alimentar traduz o recente distanciamento entre produtores e consumidores nos sistemas agroalimentares dominados pelos setores de distribuição e de industrialização dos alimentos. Aqui, se propõe a reaproximação entre esses atores, a partir da organização de sistemas agroalimentares alternativos e da integração intersetorial em territórios produtores de alimentos e de energia hidrelétrica, formando um arranjo onde se pode apoiar financeiramente a produção agroecológica de ribeirinhos atingidos remanescentes, com recursos da produção energética e, na outra ponta, fornecer alimento saudável e com preço justo aos atingidos migrantes. O alimento converte-se assim, num elemento articulador do desenvolvimento local e da garantia de direitos humanos ao conjunto das populações atingidas por barragens.

4.6.1 A reconfiguração do local no ‘Pós-Barragem’: o Distanciamento

O processo que compreende o planejamento, implantação e operação de barragens, que aqui chamaremos de “implementação de barragens” para geração de energia, armazenamento de água ou outro fim, em geral, provoca profundas alterações no ambiente afetado, metamorfoseando natureza e sociedade. Vainer (2007) cita a seguinte afirmação de um representante da Eletrobrás à imprensa em 1988: “realmente nossas hidrelétricas foram construídas sem qualquer preocupação com a qualidade de vida da população e com o meio ambiente, gerando dessa forma desastres calamitosos do ponto de vista social e ecológico”. ([*Jornal da Tarde*, 11.5.1988] citado por VAINER, 2007: p. 121).

A reconfiguração do local assume dimensões e escalas para além da disposição (configuração) original, ou, ao menos torna aquilo que era vivido e intuído na convivência entre grupos humanos, famílias e natureza, mais racionalizado, medido e quantificado. Por exemplo: costumes, tradições e técnicas antes tidas quase como naturais pelo grupo devido ao uso cotidiano a que se prestavam e ao seu modo peculiar de difusão e assimilação ao se confrontarem com costumes e práxis alheias, recebem novas interpretações e significação. Constituem-se num processo similar ao que Karl Polanyi (1978) denunciara “como obsoleta mentalidade mercantil” que reduzia relações humanas a tratativas puramente mercantis, características da fase clássica do capitalismo.

O êxodo de contingentes significativos da população local constitui um acontecimento traumático para aqueles que permanecem. Com os retirantes se vão saberes, relações de parentesco e de amizade, de solidariedade, e de ajuda mútua nos processos de trabalho e interação com o meio físico e social. E não se garante o mínimo de atenção aos atingidos devido a uma necessidade compartilhada entre poder público (concedente) e empresas (concessionárias): a pressa e agilidade nas obras, outorgando poderes legais ilimitados às últimas à partir do licenciamento (VAINER, 2007: p. 124).

Para nosso intento, importa refletir sobre essas mudanças que tem a potência de alterar por dentro (subjetividades) e por fora (objetividade) o comportamento e a vida como um todo da sociedade, bem como a interação desta com a natureza. Ao mesmo tempo, no caso do Território Cantuquiriguaçu, verifica-se a “inclusão” da região no processo de modernização da agricultura, impulsionado por ações

governamentais atreladas aos interesses industriais e financeiros de atores econômicos nacionais e internacionais (política de DTR) e na disposição da energia elétrica no campo com programas de eletrificação rural.

Outra face dessa grande transformação é a violação sistemática de direitos humanos das populações atingidas, devido ao modelo adotado para geração de energia em grandes hidrelétricas e aos métodos adotados na relação entre governos, empresas concessionárias de construção e geração de energia e a população local. O acesso ao alimento também é dificultado pela “decomposição dos circuitos, cadeias e arranjos produtivos locais e regionais dos quais depende a ocupação e condições de reprodução material e cultural de parcelas expressivas da população” (CDDPH, 2010: p. 42).

4.6.2 A vida dos ribeirinhos que ficam

As memórias, as relações afetivas, os espaços religiosos, os cenários lúdicos da infância e adolescência, a cultura local, as condições objetivas da produção material da vida, dentre tantos outros aspectos, sofrem num curto espaço de tempo, um verdadeiro colapso. Os ‘modos de produção’³⁶ tradicionais (pré-capitalistas) perdem elementos importantes de sua materialidade e, de repente ou aos poucos, tornam-se inviáveis, definham e desaparecem. Técnicas e tecnologias exógenas são introduzidas por compradores de terras remanescentes das áreas alagadas e removem famílias que se desestimularam a permanecer agora com menor extensão de terras ou, por acompanhar familiares ou parentes forçadamente deslocados. Com isso, apressa-se a hibridização de sistemas produtivos enquanto avança a maneira financeirizada e orientada para o lucro das atividades agrícolas, reduzindo-as àquelas com maior potencial gerador e multiplicador de capital, pois, como unidade

³⁶Conforme Gaiger (2003) o uso da categoria “modo de produção” pode ser proposto tomando-a num sentido mais amplo compreendendo as interrelações existentes entre o modo de produção, o modo *material* de produção e os “arranjos sociais do processo de trabalho”. O autor recorre a estudos da teoria marxista realizada por Godelier, salientando que o *modo material de produção* é uma condição preliminar para a instauração de um novo *modo de produção* (tomado como totalidade histórica), pois, permite “subverter as instituições” da antiga ordem social, promovendo “a alteração profunda da apropriação da natureza (que) é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social”. (GODELIER 1981: p. 177-8, apud GAIGER, 2003: p. 4). O modo de produção contém uma forma social própria, um conjunto de relações sociais que permeiam a produção, circulação e consumo, das quais depende para se instalar e se manter (se reproduzir).

produtiva de produção e consumo, “a economia camponesa é um todo complexo constituído por diversas atividades organicamente entrelaçadas e não há uma lógica específica para cada uma delas senão o fato de que são guiadas pela racionalidade do conjunto” (BARTRA VERGÉS, 2015: p. 40). Uma vez inserida no espaço do capital, a unidade produtiva torna-se um suporte do trabalho explorado cuja consumação se dá “por meio de diversos mecanismos de intercâmbio desigual” que incidem “sobre um mesmo sujeito socioeconômico” que acumula sobre si “diversas formas de transferência-exploração”. A riqueza ali produzida é literalmente, saqueada.

Neste caso, a mais-valia é apropriada por agentes externos à unidade produtiva camponesa (ou familiar) e é distribuída entre os diversos agentes da cadeia produtiva. A exploração descrita por Armando Bartra está na base da transformação da agricultura praticada por atingidos que conseguem permanecer no local.

A vida nas barrancas das inundações é relativamente dura. Se por um lado ocorre uma pressão exercida pelo modo de produção capitalista sobre o camponês ribeirinho (a partir dos anos de 1970) para que adote seu pacote tecnológico sob pena da “exclusão completa”, por outro, essas mesmas tecnologias e técnicas nem sempre são aplicáveis com sucesso nas áreas remanescentes, normalmente, bastante declinadas e pedregosas. O ribeirinho permanece a produzir em conflito com os paradigmas modernos por não conseguir implementar completamente o seu conjunto de práticas sistemáticas, com os paradigmas tradicionais por ter abandonado seus principais elementos e, com a legislação ambiental por necessidade de aproveitar ao máximo sua apertada e muitas vezes imprópria área para o cultivo e a criação. Em geral, a segurança alimentar da família ribeirinha fica ameaçada nesse contexto, pois, acompanhado da aplicação de técnicas convencionais de produção de alimentos, se reduz a diversidade de espécies cultivadas e criadas levando a uma dependência quase crônica da família em relação ao mercado varejista para acessar o alimento e ao sistema de preços de *commodities* como milho, leite, carne e soja (quando o terreno permite) para aferir renda e posteriormente comprar comida. A segurança nutricional também não está ao seu alcance devido à perda de hábitos alimentares mais saudáveis tradicionalmente cultivados há tempos atrás e a adoção de dietas desequilibradas em

capacidade nutritiva, energética e calórica, um vício da contemporaneidade e uma dificuldade específica atenuada pela nova situação (CDDPH, 2010: p. 96).

A massificação e homogeneização dos gostos e hábitos alimentares acometem enorme parcela da população mundial, com destaque para a “ocidentalização das dietas e elevação dos índices de consumo de carne, o que aumenta os impactos socioeconômicos e ambientais”, como mostra Godfray (2013) e atinge mais fortemente a população urbana, embora contraditoriamente, também a população rural. Os efeitos são o crescimento dos índices de obesidade, a desnutrição e até mesmo a fome no campo.

O distanciamento entre produtores e consumidores de alimento ocorre basicamente nas últimas quatro décadas, com a introdução de diversos elos na cadeia agroalimentar fazendo com esta se tornasse cada vez mais longa, complexa e, ao mesmo tempo desfavorável ao produtor, como propõem Triches & Schneider, (2014). Na outra ponta, o consumidor “disperso” também perdeu importância visto que quase não possui ingerência sobre os preços, variedade e qualidade dos alimentos que necessitam ingerir todos os dias, como demonstra (DOWBOR, 2014: p. 3). O protagonismo é exercido principalmente pelos setores da indústria e da distribuição de alimentos, cada vez mais concentrados sob o poder de corporações econômicas que controlam também empresas e investimentos em outros setores, inclusive, no mercado financeiro e de contratos de futuro³⁷. Mesmo no campo o distanciamento entre produtores e consumidores é paradoxalmente, evidente.

Nas famílias cada vez mais reduzidas em número de membros, os costumes urbanos e os modismos são cada vez mais presentes, com traços culturais também híbridos entre elementos camponeses e citadinos. Novelas, programas de auditório,

³⁷ “**Contrato de futuros**, também chamado **contrato futuro**, é um tipo de **contrato derivativo**. Os contratos de futuros são **contratos** de compra e venda padronizados, notadamente no que se refere às características do produto negociado, conforme regulamentação da **Bolsa**. Através desses **contratos**, as partes compradora e vendedora se comprometem a comprar e vender determinada quantidade de um **ativo financeiro** ou **ativo "real"** (**bens** tangíveis), em uma data futura. Por serem padronizados, os contratos futuros são negociáveis em bolsa. Constituem a base do chamado **mercado futuro** ou **mercado de futuros**” (Wikipédia, acesso em 20/07/2016). Conforme Carvalho (2005) esses contratos são comuns na comercialização de “*commodities*”. “Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para a exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior” (CARVALHO, 2005: p. 198).

músicas com apelos comerciais compõem a formação de pessoas de todas as idades, algo análogo ao que Giddens (1990) chamou de distanciamento entre o espaço e o tempo na Modernidade. Segundo o autor, “os aspectos locais são profundamente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles [...] a forma visível do local oculta às distanciadas relações que determinam sua natureza” (GIDDENS, 1990: p. 19). Nas comunidades rurais, encontros cada vez mais superficiais e fugazes ganham espaço, facilitados pela mobilidade garantida por automóveis hoje muito mais presentes nos lares brasileiros. Festas com finalidade financeira substituem o caráter integrador, identitário e ritualístico dos festejos populares tradicionais do campo. Hábitos alimentares tradicionais vinculados aos festejos populares e ao cotidiano do campo são substituídos por outros atrelados ao mercado de bebidas e de alimentos transformados em “produto nacional” ou “produto típico” de determinada região.

A separação de famílias e vizinhanças por ocasião das inundações interrompe relacionamentos, partilhas de saberes e desorganizam a vida comunitária que precisa recomeçar do zero com o que e quem sobrou.

Inúmeras comunidades rurais foram afogadas. Igrejas, escolas, centros de convivências, grutas, cachoeiras, portos e outros pontos de encontro religioso ou lúdico desapareceram. Junto com eles a memória. Resta aos ribeirinhos o desafio da reconstrução da vida familiar, produtiva e comunitária em um novo ambiente, com novas pessoas e sobre novas bases. Os vínculos com os que migram aos poucos vão se rompendo pela distância e baixa frequência de contato (cf. CDDPH, 2010).

No rastro da modernização, vêm a degradação ambiental pela compactação, a erosão e o enfraquecimento dos solos, a poluição dos lagos e rios, do ar e dos alimentos por agrotóxicos, a dependência econômica dos agricultores em relação ao sistema financeiro (bancos, cooperativas, cerealistas, etc.) e aos programas governamentais de crédito, seguros e assistência técnica e extensão rural. Todos vinculados a lógica de reprodução do capital. Lang (2013) expõe a questão referindo-se ao “enorme peso ambiental do sistema alimentar” e citando Rockström; Steffen (2009) salienta que “estamos a aproximar-nos dos limites do planeta”. Segundo Lang “estamos, literalmente, a viver acima das nossas possibilidades. Não há dúvida de que a agricultura moderna registrou ao longo do século XX, um enorme

aumento de produtividade, mas fê-lo com elevadíssimos custos para o meio ambiente”. Tim Lang expõe ainda que “segundo o Relatório Stern, a atividade agrícola moderna é responsável por cerca de 14 % das emissões de gases de efeito estufa e que o modo como usamos a terra constitui um fator-chave”. Esse sistema torna-se mais agressivo ao desenvolver a “preferência dos consumidores por carnes e laticínios tem um enorme impacto”, pois estes produtos são produzidos mediante o uso intensivo de tecnologia, água, antibióticos, solos, vegetação. Lang aponta para um estudo EIPRO de 2009, onde “a carne e os laticínios representam 24% do impacto ambiental dos hábitos de consumo dos europeus. A agricultura moderna é sedenta, utilizando 70% dos recursos hídricos disponíveis para o consumo humano”. (LANG, 2013: p. 63-64).

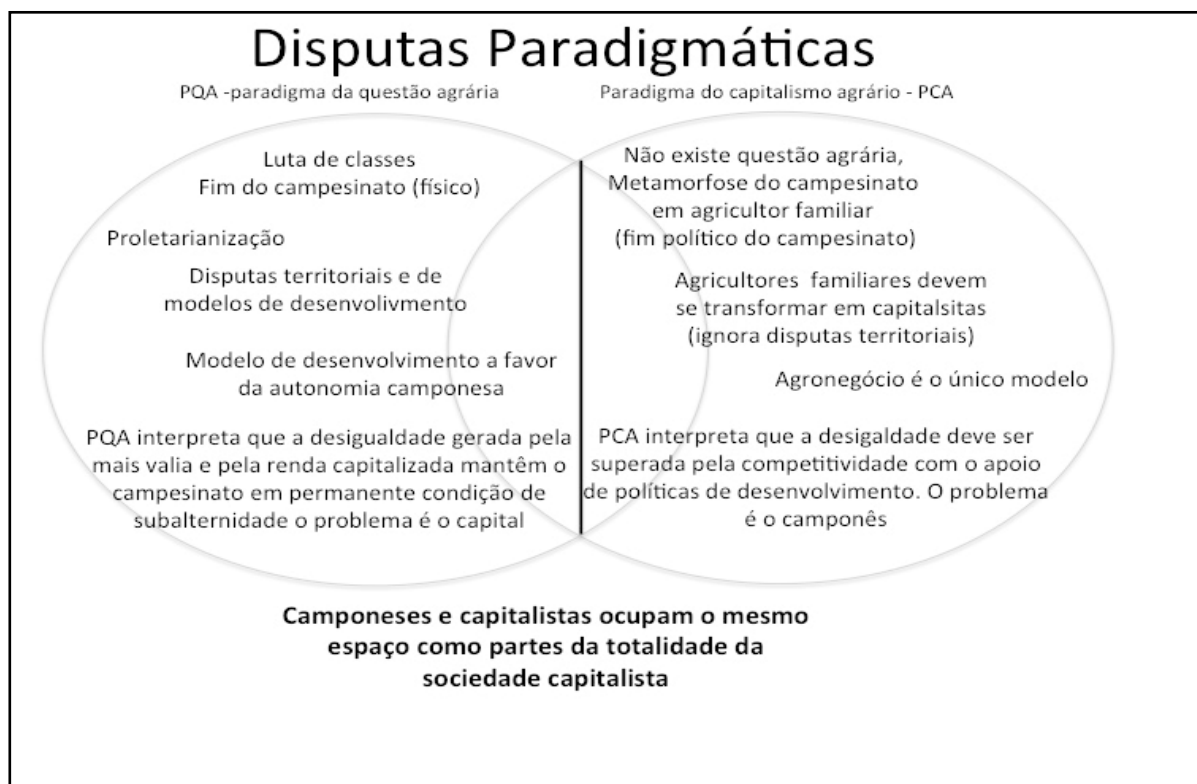
A eficácia exigida pelo novo sistema produziu uma seletividade técnico-econômica e, conseqüente, social da população rural, como demonstra em seu estudo Delgado (1985), revelando o entrelaçamento entre capital financeiro e agricultura no Brasil a partir das ações do Estado no setor agropecuário. Foi assim que muitas das famílias de ribeirinhos remanescentes em regiões atingidas por barragens foram forçados posteriormente a abandonar o campo devido a sua inviabilização econômica. Em seu lugar, fazendas de produção, sobretudo de gado de corte tomam conta da paisagem rural. Comunidades se esvaziam e desaparecem por completo. Enquanto isso a padronização da produção alimentar configura a outra faceta do modelo agroexportador vigente no Brasil, com a redução drástica de itens produzidos no campo: carne (bovina, suína e de frango), leite, milho e soja.

Economicamente, a cada ano, partindo de 1910, segundo Smith (1992) citado por Gliessman (2000), no mercado norte-americano, tinha-se o custo de 20% ao produtor. Este aferia um lucro que chegava a 60% do valor total e, os outros 40% ficavam com o comércio. Já em 1990, o custo subiu para mais de 30%, a margem do agricultor somada ao custo não chegava a 50% e, a outra fatia (mais de 50%) ficava com setores do comércio. Ploeg (2008) chama isso de *Squeeze* (aperto) do agricultor, que a cada ano é maior.

A lógica conta com uma primeira territorialização do capital via tecnologias para a produção agropecuária em plena propriedade “particular” do camponês através do pacote tecnológico fechado que as empresas líderes no mercado

fornece como única alternativa. O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes resume esse enfrentamento no esquema reproduzido na figura 17.

Figura 17 - Disputas Paradigmáticas no Campo



Fonte: Organizado por Fernandes (2015: p. 391) in GRISA e SCHNEIDER (2015)

Devido ao embate travado com as forças do agronegócio, a seguir, fragilizado e dependente tecnológica, cultural e financeiramente, o camponês ribeirinho arrenda ou vende sua unidade produtiva, desistindo de viver no campo. Em geral seu destino daí em diante é alguma região metropolitana, ou seja, na periferia urbana como demonstram Costa & Rocha (2012). Noutros casos, são reassentados e, muitos que optam pela realocação, o fazem para manter a identidade de camponês, como aponta Maria dos Reis: “A migração apresentou-se como alternativa para viabilizar a reprodução camponesa, tanto dos que ficaram (quando migração foi parcial em relação à unidade técnica original), como daqueles que partiram” (REIS, 1998: p. 122).

As famílias camponesas ribeirinhas enquanto componentes de uma classe de trabalhadores rurais que vivem de sua força de trabalho, embora possam produzir para si, uma vez que necessitam vender o excesso produzido, participam em desvantagem do mercado capitalista (BARTRA VERGÉS, 2015: p. 30). Elas não

participam da definição de preços, sobretudo das *commodities* que são definidos por contratos antecipados no tempo em relação à produção, e por atores econômicos globais de fora do país (cf. CARVALHO, 2005). E quando estão integradas por contrato à empresas capitalistas cumprem um papel de complementaridade ao capital, de forma que o êxodo total da população rural restaria inútil para as empresas. Portanto, certo número de camponeses deve permanecer no campo desde que submisso à lógica capitalista do agronegócio exportador para garantir-lhes lucros por consumirem seus produtos, mas principalmente por fornecer mão de obra barata, já adulta, sem encargos sociais, e, adaptada à sazonalidade da produção integrada. Portanto, sem riscos (BARTRA VERGÉS, 2015: p. 8; 35).

4.6.3 Os Direitos Violados no Campo e na Cidade

Atingidos por barragens sofrem com a violação de seus direitos e acumulam perdas que são irreversíveis. Isto ocorre porque o padrão vigente de implementação de barragens no Brasil (e no mundo) se estabelece mediante “uma relação assimétrica de forças entre as populações afetadas por um lado e, governantes e construtores, por outro” (ROCHA, 2012: p. 28). A visão mercantil e patrimonialista que orienta essas relações com forte protagonismo do Estado e seu poder de aplicação da lei e uso legítimo da força na desapropriação, realocação e, se for o caso, dispersão das populações atingidas, aliados ao monopólio da informação por construtores e burocratas do Estado, prevalece e submete as demais dimensões da vida reduzindo-as a quantidades (que também, normalmente, são subestimadas por técnicos e burocratas), traduzindo-se em violações de direitos em todas as etapas do processo.

Segundo o Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) tornado público em 2010, um conjunto de dezesseis direitos humanos são sistematicamente violados pelo planejamento, construção e operação de barragens. A Comissão examinou, investigou e relatou denúncias de violação de Direitos em sete dos setenta e quatro empreendimentos denunciados no Brasil nos prazos definidos pela Comissão Especial. Verificou-se a violação dos seguintes direitos:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;

3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação das perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2010: p. 15).

Impossível discutir aqui um a um os direitos acima elencados, porém, vale ressaltar que a consequência da violação desse conjunto de direitos é a “degradação das condições de reprodução sociocultural de populações tradicionais” (CDDPH, 2010: p. 16) que amplia e acaba “por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2010: p. 13).

O modelo energético brasileiro, bem como o padrão vigente de construção de barragens, pode ser interpretado como portador de um caráter classista em que uma significativa parcela da população arca com o ônus enquanto a outra colhe os resultados. Assim, conforme o CDDPH (2010): “as usinas hidrelétricas significam a retirada sistemática dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de milhares de famílias em todo o Brasil” (CDDPH, 2010: p. 3). Segundo essa mesma fonte, um milhão de brasileiros já foram expulsos de suas terras nos últimos 40 anos pela construção de mais de 2000 barragens, utilizadas para abastecimento de água e produção de energia. Para agravar a situação, os grupos e indivíduos defensores dos direitos humanos que se opõem ao modelo energético brasileiro, “nefasto para muitos setores da população e para o meio ambiente, tornam-se vítimas de um duro e crescente processo de criminalização e de repressão, oficial ou disfarçada, utiliza o aparato penal e repressivo do Estado.” (*Movimento dos Atingidos por Barragens, Relatório: Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, dezembro/2005, p. 4* (cf. Anexo 1, apud CDDPH, 2010: p. 3, grifo do original).

O Relatório acima referenciado compõe a base das denúncias que originaram a instalação da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” que, a exemplo da Comissão Mundial de Barragens (CMB) chegou a conclusões que serviram e servem para orientar novas ações de movimentos sociais, mas, sobretudo, vem balizando ações governamentais e, inclusive, provocando a regulamentação legal no âmbito nacional. No entanto, muitos dos apontamentos feitos pela referida Comissão ainda carecem de regulamentação legal e de encaminhamentos que, normalmente, são objeto e espaço de disputas conflituosas nas arenas legislativas onde os interesses de classe se opõem.

Além dos deslocados físicos, atingidos que são removidos para ceder espaço às inundações, existem os deslocados economicamente, culturalmente, tecnologicamente e misticamente (e até esteticamente), que engrossam a fila dos atingidos e sem direitos que são sacrificados. Estes pagam caro pelo desejo de melhorias para o conjunto da sociedade contemporânea (ou, ao menos de uma cúpula privilegiada), cada vez mais intensiva no uso de energia e dependente de grandes reservatórios de água.

4.6.4 A vida dos atingidos que saem

O deslocamento compulsório de famílias devido à inundação para formação de reservatórios visando à geração de energia ou devido aos canteiros dessas mesmas obras produz um efeito desolador na comunidade local remanescente, que se vê de repente, desarticulada (cf. REIS, 1998). Por outro lado, mesmo no caso de Reassentamentos coletivos as famílias migrantes têm de enfrentar o desafio da reconstrução da vida longe de seu lugar de origem. Quando ocorre a manutenção das redes de amizade e laços de vizinhança e parentesco a retomada se torna menos difícil. Porém, o trabalho de campo da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH para averiguar denúncias de violação de direitos na implementação de barragens, revela que embora tenha ocorrido evolução com o reconhecimento da informalidade em que vivem e trabalham pessoas atingidas, apenas uma pequena parcela do total das famílias atingidas é contemplada com medidas compensatórias ou de mitigação dos danos (CDDPH, 2010: p. 28).

De forma análoga, no Relatório da Comissão Mundial de Barragens – CMB consta que: “entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens em todo o mundo” (CMB, 2000: 20, apud CDDPH, 2010: p. 33).

Além da própria dificuldade a que são expostos pela remoção compulsória, os atingidos provocam impactos nem sempre positivos nas comunidades anfitriãs, sobrecarregando o serviço público já instalado como em educação, saúde, transporte e outros. “É reconhecido igualmente que os deslocamentos compulsórios não afetam apenas as populações deslocadas, mas podem ter impactos negativos sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os reassentados” (CDDPH, 2010: p. 29) e ainda, “pode ter um efeito de ondulação em uma área mais ampla como resultado da perda ou rompimento de oportunidades econômicas” (Interamerican Development Bank, 1988. Apud CDDPH, 2010: p. 30).

No caso das famílias que migram para áreas metropolitanas após receberem ou não indenização em dinheiro, muitas passam a viver em favelas nas periferias onde os serviços e infraestrutura públicos são insuficientes ou caros. Passam a fornecer força de trabalho explorado como mão de obra barata e sobrando no mercado, contribuindo assim para com a reprodução líquida do capital em favor de empresas que passam a controlar cada vez mais setores da economia ampliando sua riqueza e poder. Muitas empresas e corporações que detêm a hegemonia do mercado nos vários setores do mundo urbano, são as mesmas que controlam ações e parcelas em consórcios que planejam, constroem e operam barragens.

Como migrantes na cidade famílias atingidas têm de reconstruir sua base de reprodução social. Para tanto, enfrentam um primeiro e urgente desafio: a garantia da alimentação, insumo básico à sobrevivência e reprodução. O Direito Humano à Alimentação adequada (DHAA) é violado no campo, mas, principalmente na cidade às populações operárias. Conforme Albuquerque (2009), “compreende-se por violação dos direitos humanos, toda situação/condição em que não haja cumprimento dos princípios de respeito à dignidade humana, ou seja, a não efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” (ALBUQUERQUE, 2009: p. 898).

A autora prossegue, contextualizando o Direito Humano à Alimentação Adequada no âmbito do modelo convencional de desenvolvimento ocidental

“Considerando a complexa realidade brasileira, marcada por um modelo de desenvolvimento gerador de profundas desigualdades, exclusão social e pobreza, pode-se dizer que as violações de direitos existentes (inclusive no que diz respeito ao DHAA) são “um construído histórico, que necessita urgência na adoção de medidas e ações eficazes para correção das violações e para a promoção dos direitos” (ALBUQUERQUE, 2009: p. 898).

Outros direitos como à moradia digna, à educação, à saúde, à melhoria contínua da vida, à reparação das perdas passadas, de ir e vir, de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária, bem como o direito de pessoas e grupos vulneráveis, além de muitos outros são violados no espaço urbano. Os atingidos que saem são literalmente atirados na incerteza do ambiente de concorrência do mercado capitalista, com a histórica negligência do Estado em relação aos seus direitos, e que opera regulando a economia e o funcionamento geral da sociedade para que empresas possam “sobreviver” e “gerar empregos” aos trabalhadores que passam a “necessitar” daquelas.

Por outro lado, “não há como fazer uma leitura das crises alimentares nos dias de hoje sem se estabelecer as necessárias conexões e articulações com outros processos em crise, dados por uma inter-relação complexa e dinâmica entre causas e efeitos das mais diversas ordens” (PEREZ-CASSARINO, [2013?]). Dessa forma, as crises do Capitalismo, bem como sua lógica de realização e reprodução social, refletidas nas crises energética, ecológica, ética, de civilização, alimentar, climática, etc., influenciam, diretamente sobre produtores e consumidores de alimentos e os colocam em oposição com os setores que monopolizam tecnologias, logísticas, concepções e ideologias, meios de produção, que detém a parte lucrativa da cadeia do alimento, e que se relaciona constante e organicamente com o setor financeiro.

Se por um lado, em nível global o capital articula e integra setores da economia para melhor se reproduzir, por outro, em nível local, promove uma separação entre eles para melhor dominar os meios de produção, os fluxos e assim explorar seus agentes.

Pelo menos é o que se verifica no Território Cantuquiriguaçu onde o setor hidroenergético explora recursos naturais (a água e as terras submersas) que poderiam estar a serviço da produção de alimentos. Os consórcios, os conglomerados e as empresas em geral que obtém concessão pública para

exploração dos potenciais hidroenergéticos das usinas já construídas pelo poder público, estão aferindo vultosos lucros, como foi demonstrado, mas, não aplica nenhum recurso financeiro na produção agrícola local. A produção agrícola se restringe e se vincula ao setor do agronegócio, como demonstrado anteriormente, também não cumpre à rigor, uma função social para além de sua transformação em mercadoria vinculada ao mercado de contratos futuros, ou seja, como *commodities*.

Em ambos, porém, a lógica é a mesma: a exploração intensiva e tecnificada da natureza e do trabalho barato.

Como referido no capítulo quatro, área inundada pelas cinco grandes Hidrelétricas situadas no Rio Iguaçu e que atingem o Território Cantuquiriguaçu soma 637.718 Km² (seiscentos e trinta e sete mil e setecentos e dezoito quilômetros quadrados) ou, seja, 63.771,8 (sessenta e três mil e setecentos e setenta e um vírgula oito) hectares inundados (UFRJ/IPPUR, 2016). Essa área é pouco menor do que a soma dos vários assentamentos de reforma agrária que abriga mais cinco mil famílias, que representam mais de 20% das unidades produtivas da agricultura familiar no Território (cf. CONDETEC, 2011).

O sistema agroalimentar e o hidroenergético se territorializam no local disputando o espaço físico e desarticulando setores da economia, embora, no mercado financeiro possam estar unidos por investidores que apostam em ações na bolsa de valores e mercado de contratos de futuro em ambos os setores. A globalização do sistema agroalimentar e do sistema hidroenergético se completa submetendo a economia local à sua lógica e afastando produtores de um lado e consumidores alimento e energia, de outro.

4.6.5 O Alimento como base para a reparação de Direitos Humanos violados pela implementação de Hidrelétricas

O primeiro passo para a reparação de direitos violados pela implementação de hidrelétricas, é o reconhecimento dessa violação por parte do Estado e da sociedade em geral. Outro fator importante é o conceito e a abrangência do conceito de atingido. Nesse sentido, já demonstramos que o houve progresso nas últimas décadas, inclusive no Brasil, conforme IPEA (2014). No entanto, a mitigação ou mesmo a reparação de danos (incluindo os de épocas mais remotas, ainda não reparados), exigem políticas públicas com caráter integral, para além do setorial,

abrangendo as diversas dimensões da vida e dos processos de desenvolvimento que deverão formar seu escopo.

Nesse sentido é que o alimento pode melhor contribuir, pois, como demonstrado, o alimento e as cadeias dele decorrentes, em que pese todo o esforço empreendido pelos atores econômicos que buscam seu controle, em sua natureza, possui esse caráter multidimensional e exige um tratamento transdisciplinar que supere a “setorização” das ações governamentais e a simplificação reducionista dos processos mercantilizados da globalização agroalimentar ou do setor hidroenergético causador de danos e violador de direitos.

Os “contra movimentos” que se originam como elemento contraditório à ação dos “impérios alimentares” descritos em Ploeg (2008), sugere a possibilidade de mudanças com ação, poder e abrangência planetárias dessas organizações (como a Via Campesina, por exemplo), mas que se organizam a partir do local, configurando territórios cuja hegemonia completa nunca esteve sob o poder dos impérios, ou, foi redesenhada pelos contra movimentos que ali atuam.

Territórios produtores de alimentos podem tornar-se mais potentes na medida em que se conectam com regiões consumidoras por meio de canais alternativos de comercialização. Nesses modelos alternativos, se eliminam os atravessadores e especuladores do sistema agroalimentar ao mesmo tempo em que se fortalecem os sujeitos sociais produtores e consumidores comprometidos com a solidariedade e demais valores humanitários que formam sua base principiológica. Perez-Cassarino et al. (2015) destacam a importância dos mercados institucionais na reconstrução de atores sociais no âmbito da agricultura familiar, onde a partir de ações governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): “tem-se possibilitado ampliar as condições de manutenção da pequena agricultura no rural, e, igualmente, tem possibilitado ampliar e (ou) diversificar a renda, diminuir a penosidade do trabalho rural por meio da diversificação e da agregação de valor da produção” (PEREZ-CASSARINO et al., 2015: p. 237).

No lastro dos “contra movimentos”, por iniciativa de diversas organizações do Campo e da Cidade, tais como Movimentos Socioterritoriais, ONGs, entidades, Cooperativas e outros, surge no Sul do Brasil, integrando os estados entre si e as

regiões Sul e Sudeste, a Rede ECOVIDA de Agroecologia. Sua história, que aqui tratamos rapidamente, está estritamente ligada ao processo de construção social da própria Agroecologia e ao processo de institucionalização da dinâmica de certificação de produtos orgânicos e agroecológicos no país.

A partir das décadas de 1960 e 1970 surgiram importantes movimentos de contestação à agricultura convencional em vários pontos do planeta. Este conjunto de propostas formava o rol de práticas e principalmente, de discussões teóricas em torno da Agricultura Alternativa. Faltava maior intensidade nas referências práticas. A partir de certo período, o processo é dinamizado fundamentalmente por estudantes, principalmente de Agronomia e conduzido a partir de associações de estudantes nos anos de 1980. Nos anos 90, a bandeira passa ser levantada como Agroecologia, por movimentos sociais populares como o MST, o Movimento Sindical Rural e outros. No final dessa mesma década tem início o Projeto Terra Solidária com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e proposto e executado pelo movimento sindical rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que muito contribuiu para a difusão da Agroecologia nos três estados do Sul do Brasil.

Ainda na década de 1980, havia uma confluência nacional em torno do tema e nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa e Sustentável (EBAAS) se reuniam mais de três mil pessoas, porém, havia pouca prática e muito discurso. Na década de 1990, desfaz-se a unidade nacional enquanto ampliam-se as experiências práticas, com supremacia das ONGs. Em 2002, ocorre o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e, no mesmo ano funda-se a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), onde MST e MPA compõem sua coordenação. Em 2003, funda-se a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que mais tarde, funde-se com a ANA.

Nos anos 2000, ocorre constante expansão do mercado para produtos orgânicos, sobretudo na Europa. O capital, rapidamente percebe o nicho de mercado e passa a pressionar o governo brasileiro devido à necessidade de normatização do setor. Embora as várias escolas e correntes citadas anteriormente já dispusessem de normas “quase consensuais”, estas não eram de reconhecimento estatal. Ansioso por suprir o mercado emergente e sem debate ou estudo aprofundado, o governo brasileiro obriga-se a chamar as escolas, ONGs e entidades

do ramo. Num primeiro momento, não houve acordo. Porém, com o fracasso da primeira tentativa e o engavetamento das discussões, o mercado não cessou de crescer. Isto pressionou o governo a retomar a discussão. Ao mesmo tempo, crescia a prática, sobretudo, nos assentamentos e escolas dos Movimentos Sociais como o MST, onde se cria o CEAGRO em 1997 e com isso a intensificação do trabalho de formação técnica e política nos Centros de Tecnologias Alternativas (CTAP), no Centro Ecológico, na Associação Colméia, ASSESOAR e o CEPAGRI e outros do gênero. Finalmente em 1998, visando interferir no debate, os Movimentos Sociais Populares criaram a REDE ECOVIDA de Agroecologia com o objetivo de preservar a identidade popular transformadora junto à Agroecologia e, principalmente, tomar posição frente ao processo de formulação do marco legal no Brasil em relação à certificação e regulamentação da atividade e dos produtos orgânicos e agroecológicos no Brasil.

De acordo com a postura aí assumida, a Agroecologia se configura não como uma alternativa produtivista como técnica alternativa e menos ofensiva apenas, mas, como uma proposta de aos poucos, tornar-se um novo paradigma de produção e reprodução da vida no campo. Frente à crescente pressão sobre o modo de vida urbano industrialista e consumista visando sua superação, a Agroecologia é também apresentada como proposta civilizatória contraditória ao modo de produção capitalista e ao mesmo tempo como uma possível síntese, para além do Capitalismo.

Ocorre, portanto, uma evolução da proposta de agricultura alternativa para o que passou a se chamar de Agricultura Orgânica, por uns, e Agroecologia, por outros, visando à superação das propostas de Justus Von Liebig e sua “lei do mínimo”, onde discorre sobre a necessidade de se ter um aporte de nutrientes que são extremamente necessários à produção. Segundo ele, se algum deles não estiver disponível, não há produção (idéia ou metáfora das lâminas que formam as barricas ou barril). A terra passou a ser apenas uma plataforma para a produção, sem nenhuma interferência sobre os resultados de produtividade. Esta descoberta científica se tornou a base do *boom* da agricultura moderna ou convencional no século XX. Sua proposta, contudo, apesar de acertada tecnicamente, peca por ser incompleta, isto é: ser reducionista. Faltou a ela, um princípio da Agroecologia que é a relação complexa entre partes e entre estas e o todo. Outro princípio da

Agroecologia é a aceitação dos conhecimentos tradicionais desenvolvidos ao longo dos séculos e milênios no cultivo de espécies, desvalorizada pela proposta de Justus. A pretensa neutralidade científica também é sistematicamente negada pela Agroecologia, formando-lhe um terceiro princípio. Todos estes princípios não são válidos na agricultura convencional.

Segundo Valdemar Arl atualmente, no cenário mundial tenciona três perspectivas:

- a) O Capitalismo Verde ou Econegócio, onde residem as grandes certificadoras e empresas das *commodities* da produção orgânica e do mercado mundial; A Agroecologia Ciência, que se constitui num largo campo de conhecimentos onde confluem várias ciências disciplinares, na busca da inter e da transdisciplinaridade com a ecologia, a química, a geografia sociologia, etc., com base na teoria da complexidade;
- b) A Agroecologia como proposta de Sociedade, Ciência e Movimento em contradição ao Econegócio e ao Agronegócio, para além da estratégia de mercado e da exclusão dos consumidores de baixa renda, devido a seus preços diferenciados em favor dos grandes produtores orgânicos. Enquanto proposta de sociedade liga-se ao sentido da vida humana que clama no momento, por maior prestígio, maior respeito e inserção mais harmônica na relação com a natureza. No produto agroecológico, embute-se uma antropologia, uma cultura, um modo de ser social que deve se reproduzir e disseminar outra idéia do que seja esse modo produtivo. Assim, o que se busca é também um preço justo, com tendência ao barateamento do produto (daí a necessidade da pesquisa científica para o desenvolvimento das forças produtivas desses processos) para que o alimento agroecológico seja acessível a todas as classes sociais, principalmente aos trabalhadores.

As ações do novo momento da Agroecologia no Território Cantuquiriguaçu, a partir da Rede ECOVIDA, baseiam-se em algumas estratégias:

- a) Massificação: a Agroecologia é para todos, como princípio e estratégia no embate com o agronegócio na disputa territorial em todas as suas dimensões. Por isso, a escolha do leite cuja produção se dissemina por 84% das unidades produtivas familiares no Território;

- b) Trabalhar com o que move a economia: não fazer “agroecologia de quintal”, mas, atingir o núcleo da vida produtiva local;
- c) Fazer a Agroecologia em Movimento: estabelecendo-a como estratégia de ação e vivência do Movimento social. Exemplo: no início da década de 2000, já havia uma prática social que intensificava a interatividade entre famílias, comunidades e regiões, com grande destaque à dimensão cultural e à produção alternativa. A expectativa era de se garantir essas práticas no marco legal da Instrução Normativa que estava para ser editada. A decepção foi grande porque, o que se viu foi uma cola da legislação europeia. Como resposta, o conjunto de movimentos e entidades convocou o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), pressionando o setor governamental.

A realização do ENA aconteceu antes ainda da entrada em vigência da Instrução Normativa (IN) nº 006/2002. Do encontro saíram diversos grupos de trabalhos específicos que conseguiram avançar nas propostas de controle social que se institucionalizou na forma de “certificação participativa”. Depois de grande articulação e de muitos revezes por o movimento social, finalmente, com um projeto de lei substitutivo a outro que já tramitava na “surdina” e que já havia sido aprovado na Câmara Federal, a partir de consenso entre empresas, certificadoras, indústrias, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alguns movimentos populares e o Congresso Nacional. Assim nasceu a Lei 10.831/2003: um consenso limitado, porém válido e possível para a época, devido ao fato de que os movimentos sociais não estavam devidamente articulados em nível nacional para fazer a disputa. Hoje, a Europa copia o sistema de certificação participativo, garantido nessa lei brasileira. Mais tarde, o governo editou Decreto que definiu o MAPA como o Ministério responsável, embora a proposta dos movimentos sociais fosse que isto ficasse a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Apesar do avanço, porém, a produção orgânica passava a ter obrigatoriedade de provar antecipadamente que cumpria as regras do marco legal. Essa “condenação”, não pesa contra os produtores convencionais, pois, não são obrigados a provar que cumprem períodos de carência na aplicação de agrotóxicos, máximo de resíduo de agrotóxicos, etc. e, somente quando algum consumidor é lesado, pode reclamar *a posteriori*. O produtor convencional está isento de provar que não cumpre a lei, ao contrário do que ocorre com o produtor agroecológico.

Surgiram muitos questionamentos em relação à certificação participativa. Dizia-se, entre outros, que a certificação participativa era “autocertificação”. Estas falas ancoravam-se no modelo convencional de certificação que foi pensado e instituído para trabalhar com a indústria, ou seja, com produtos padronizados de produção repetitiva. Ora, na Agroecologia não há essa repetição, sobre as mesmas condições, mas uma grande variedade de situações e condicionantes. No entanto, a legislação federal reconhece esse método inovador. Todo produto tem que possuir o selo do Organismo de Controle Social: seja por uma empresa de auditoria, ou pelos grupos ou redes que sejam cadastrados no MAPA, com ou sem personalidade jurídica. Contudo, essas organizações devem manter uma periodicidade de reuniões, uma estrutura organizativa e que realizem o trabalho de auditoria periodicamente.

Assim, define-se o que é um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) como:

“uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas em um Sistema Participativo de Garantia (SPG), constituindo em sua estrutura organizacional, uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG” (Art. 1, inciso XVII Mecanismos de Garantia da Lei 10.831/2003).

A abrangência da área que cada sistema alcança, depende e se constrói entorno de identidades locais, normalmente, via organizações pré-existentes como Movimentos Sociais, ONGs, etc., se inserindo na dinâmica social e econômica local de sua época. No caso do Paraná, a maioria dos componentes da Rede ECOVIDA são membros dos movimentos sociais, como o MST, MAB e MPA. No Cantuquiriguaçu está organizado o Núcleo “Luta Camponesa” da Rede ECOVIDA.

Hoje, o que se destaca, é o engajamento da juventude no processo de organização e produção agroecológica e na retomada da formação política. A relação campo-cidade é recolocada na vitrine do debate que se inicia a partir do alimento, da comida, numa perspectiva classista, já que, recentemente o pacto entre as classes sociais (burguesa e proletária) estabelecido desde 2002, acabou de romper-se no Brasil, constituindo-se no fundamento da crise política atual e, a luta de classes se acirra. O achatamento dos salários e a perda de direitos parecem

inevitáveis. Diante de tantos escândalos (“vaca louca”, “carne fraca”, etc.), a qualidade do alimento também passa a ser prioritária para o conjunto da sociedade. Exemplo de novidade nesse cenário é o Plano Camponês do MPA (embora a palavra camponês seja um limitante nessa conjuntura), que prevê o financiamento e a comercialização direta dos alimentos entre os trabalhadores do campo e da cidade, como apresentado anteriormente.

O alimento tem se revelado, portanto, como um elemento altamente complexo cuja tratativa seja no âmbito político, seja no acadêmico, somente pode dar-se mediante caráter interdisciplinar e transdisciplinar da abordagem. Esta é uma descoberta recente e é registrada ao mesmo tempo em diversas áreas do conhecimento, demonstrando a multidimensionalidade do fenômeno.

A ciência da Sociologia da Alimentação compreende e parte da situação exposta no tópico anterior sobre o processo de globalização do sistema agroalimentar e promove a conexão de vários outros campos e temáticas que formam seu(s) objeto(s) de estudo e produção científica. Embora seja recente na Sociologia e em outras ciências como a Antropologia, a História e outras, em pouco mais de duas décadas se insere essa discussão no âmbito da produção agrária, do desenvolvimento sustentável, da nutrição, das desigualdades sociais, dos aspectos culturais definidores dos hábitos alimentares, da identidade cultural, da saúde e do corpo entre outros, e vem contribuindo significativamente para com a desmitificação do fenômeno da alimentação, transformando-o em questão alimentar que desafia e exige soluções.

Darolt (2013); Soler (2010) estudam a aproximação entre produtores e consumidores como uma necessidade contemporânea e como um movimento contraditório aos efeitos negativos sobre a agricultura e aos hábitos alimentares tradicionais, e, ao mesmo tempo, interino à globalização alimentar. Na França ou em Andaluzia, na Espanha, descrevem considerável variedade de ações que restabelecem o contato direto ou curto indireto entre esses elos essenciais da cadeia. A sua “tipologia dos canais de comercialização de produtos agroecológicos” (SOLER, 2010: p. 267), especifica a existência de uma relação direta entre a ação coletiva na produção e no consumo de alimentos e o caráter que assume o alimento como intermediador de relações sociais. Quando não há organização coletiva, o

mercado convencional predomina e o alimento se converte em uma mercadoria comum e fortalece a globalização alimentar.

No Brasil, como demonstram Triches (2015); Perez-Cassarino et al. (2015); e o Relatório da “Missão ao Brasil” sobre Direito à Alimentação ONU (2009), houve grande avanço na garantia do alimento às populações vulneráveis social e economicamente, sobretudo, nos últimos quinze anos com a construção de programas governamentais que incrementaram o mercado institucional de alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) financia prefeituras e entidades da sociedade civil para a compra diretamente do agricultor familiar do alimento que é destinado a hospitais, albergues e outras instituições e entidades da sociedade civil. Através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o governo federal multiplicou os investimentos, além de aprovar legislação que obriga esferas do poder público a comprar alimentos da agricultura familiar.

Os autores apresentam inúmeros resultados governamentais e ações de iniciativa de agricultores como a diversificação da produção de alimentos, mudando a base produtiva com adoção do manejo ecológico na unidade produtiva, a formação de grupos, associações e cooperativas com agroindustrialização, pontos de vendas próprios e vendas em mercados convencionais, além de vendas nos mercados convencionais, devido ao incentivo governamental. Por outro lado surgiram iniciativas de consumidores que também se organizam em associações e cooperativas de consumidores com o objetivo de estimular a produção familiar local.

Do ponto de vista da Soberania e Segurança Alimentar, a proposta de encurtamento dos circuitos entre produtores e consumidores pode não garantir a disponibilidade do alimento àquelas populações mais vulneráveis economicamente, visto que se integram mais facilmente a essas cadeias as camadas sociais com maior poder aquisitivo e que, no mínimo, possuem estabilidade de emprego e renda. Nesse sentido, ganham importância os canais abertos pelas compras públicas em que o Estado adquire a alimentação e distribui em escolas e, hospitais e entidades de atendimento a pessoas carentes.

A violação de direitos humanos pelo processo de implementação de barragens é realidade no mundo todo e contribui para com a deterioração das formas tradicionais de vida e se traduz em ameaça constante a dignidade humana

em geral, e à segurança e soberania alimentar e nutricional em particular, como demonstram os estudos aqui discutidos, o relatório da Comissão especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH (2010) e o relatório da Comissão Mundial de Barragens CMB (2000). No Brasil esse fenômeno contribui também para o agravamento da questão alimentar, por deslocar produtores e ao mesmo tempo, introduzir consumidores de alimentos em ambientes estranhos à sua cultura e aos seus hábitos alimentares.

A barragem não é uma invenção moderna, porém, é na atualidade que se torna um mecanismo articulado à geração de altíssimos lucros devido à transformação da água e da energia em mercadorias e ao caráter estratégico que estas assumem na geopolítica local e global. O caráter estratégico e mercantil da água e da energia está na base da assimetria das relações de poder, pois, a exploração privada com a concessão pública dos recursos naturais e tecnológicos para armazenamento e distribuição de água e geração e distribuição de energia deformam a sociedade local (e global), garantindo super poderes a alguns e negando direitos a muitos. E entre os direitos violados, está o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Analogamente, os sistemas agroalimentares sofrem a mesma influência e a mesma transformação recente. Agentes públicos estatais e financeiros combinam ações e determina o que é saudável, o que é viável, o que é seguro, o que é gostoso e como deve ser produzido, transportado, distribuído e consumido o alimento. Pouco importa, no entanto, com que impacto sobre o meio e sobre as pessoas isso se faz.

A visão simplista que Estados e investidores empregam no tratamento do processo de planejamento, construção e operação de barragens, bem como no processo de criação e execução de políticas públicas em torno do alimento, coloca sérios entraves para a resolução das questões ambientais e sociais agravadas por ambos os sistemas que, embora entrelaçados na realidade, são de fato percebidos e administrados por esses sujeitos de forma setORIZADA.

A exposição realizada sugere que o alimento pode ser considerado importante elemento de aproximação entre vítimas da violação dos direitos humanos: a população remanescente no meio rural e as populações deslocadas por empreendimentos para produção hidroenergética. Isso pode ocorrer a partir de

estratégias integradoras e multidimensionais da produção ao consumo. A própria alimentação humana adequada constitui um dos direitos violados nos processos descritos neste trabalho.

Portanto, o alimento a partir do redesenho de suas cadeias, pode significar a garantia de renda para produtores de alimentos ecológicos saudáveis e de dieta diversificada aos atingidos por barragens e demais populações deslocadas para áreas urbanas. Conforme previsto nas Diretrizes de Cidadania e Responsabilidade Social Empresarial do Conselho de Presidentes das empresas do Grupo Eletrobrás, atividades dessa natureza podem ser financiadas com recursos do setor elétrico.

Pode também significar possibilidade de reversão de processos insustentáveis de desenvolvimento baseados na mecanização agrícola, latifúndio, monocultura, alimentos industrializados, circuitos longos nas cadeias alimentares e monopólio na distribuição de insumos, tecnologia agrícola e na distribuição de alimentos, que forçam a massificação do gosto e da dieta. Como modelo opcional, pode-se fortalecer a configuração de territórios produtores de alimentos dentro de uma “matriz sociocultural agroecológica” conforme Sevilla Guzmán (2013) com ações deliberadas e com ganhos em diversas dimensões: Política, Social, Cultural, Econômica, Científico-tecnológica e ambiental para o conjunto da população. As propostas construídas no PST 2010-2013, o Programa Camponês e o Projeto PAIS podem se constituir em importante ponto de partida nesse processo. Para tanto, se faz necessário a transformação dos modelos de exploração dos recursos naturais como a água e o solo entregues por contratos de concessão que privilegiam vantagens para os consórcios em detrimento dos direitos das populações, em formas mais justas onde:

- a) Os concessionários sejam obrigados a investir percentual fixo de seus lucros em projetos locais de conservação e preservação dos recursos naturais por meio de práticas sustentáveis na produção de alimentos; ou,
- b) O fim das concessões a grupos privados ligados ao capital financeiro-industrial nacional e internacional, substituindo-os por grupos coletivos (cooperativos) locais, com controle social-popular e institucional, cujo objetivo maior seja a administração das riquezas aferidas a partir das

usinas hidrelétricas em favor das iniciativas produtivas e culturais locais concebidas, reguladas e fiscalizadas por arranjos participativos.

Na realização dessa transformação, ganha ainda maior importância a união, articulação e colaboração entre os movimentos socioterritoriais do campo e em estreita colaboração com os movimentos populares e centrais sindicais de trabalhadores do meio urbano. Somente a pressão popular concentrada e organizada sobre esses pontos específicos poderá, a exemplo da transformação provocada por esses movimentos socioterritoriais na estrutura fundiária do Território e demais processos transformadores, desconcentrar a riqueza, incluir sujeitos que estão à margem dos fluxos econômicos atuais, potencializar a produção – comercialização - distribuição inclusiva e sustentável de alimentos, e assim, promover de fato o desenvolvimento sustentável no Território.

Portanto, a adoção do alimento como elemento base para a reparação de Direitos Humanos violados na implementação de Hidrelétricas, pode, por seu caráter agregador e multidimensional se constituir em importante insumo epistemológico, político e prático para a implantação completa e definitiva de acordos nacionais e internacionais na garantia dos Direitos Humanos destacando-se o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos (PRODESCA) que exigem um processo de desenvolvimento territorial integral, articulado e sustentável. Territórios como o Cantuquiriguaçu podem, de produtores de *commodities* como a energia e o alimento convencional, se transformar em produtores de alimentos saudáveis e com processos sustentáveis.

A interlocução entre os atores sociais do território com as esferas de governo, poderá também receber uma orientação a partir do pensamento de N. Poulantzas, visando atingir uma melhor resposta nas várias dimensões à *pressão* e ao *estado* atual do Cantuquiriguaçu, resultados dentre outras causas, da implementação das Hidrelétricas.

5 CONCLUSÃO

A conclusão apresenta a análise e o balanço da questão da sustentabilidade relativa ao processo de implementação de hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu a partir dos resultados expostos e discutidos nos capítulos anteriores por meio da dinâmica *pressão – estado – resposta*. Parte também, das possibilidades para o desenvolvimento do Cantuquiriguaçu na perspectiva da sustentabilidade, considerando a integração de suas principais atividades econômicas: agricultura familiar camponesa e a produção de energia apresentadas no capítulo IV.

Parte-se de dados aferidos pela pesquisa e sintetizados no tópico 4.5 onde se apresenta numa ordem organizada pela metodologia PER a materialidade do processo de desenvolvimento do Território, onde este é considerado em sua evolução histórica e cujas contradições são documentadas. É nessa materialidade e nessa organização expositiva que se baseiam as proposições e ações inferidas como “caminho possível para a sustentabilidade”. Fez-se assim a demonstração da pertinência da Hipótese formulada de que (até o presente) a implementação de Hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu, embora seja uma ação estratégica para alguns setores econômicos e (talvez) para o conjunto do país – ou, principalmente, para a classe detentora dos meios de produção e do capital financeiro –, não assegura estratégias de desenvolvimento sustentável em nível local. Os elementos de *pressão* e o *estado* do Território analisados em perspectiva histórica, assim o demonstram.

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro do quadro teórico do materialismo histórico-dialético, com auxílio metodológico do modelo PER (*Pressão, Estado e Resposta*) utilizada por organismos nacionais e internacionais para avaliação de atividades com potencial de geração de impactos socioeconômicos e ambientais. Para definição do objeto de pesquisa e dos recursos metodológicos foram preponderantes a visão de mundo e a história de vida do autor – marcada pela inundação da propriedade rural de seus pais na década de 1970 pela barragem de Salto Santiago – e, ainda, a busca pela compreensão de algumas contradições que se abrigam no processo de implementação de hidrelétricas dentro do paradigma do capital e do modelo energético brasileiro. Completa a lista de elementos motivadores a dinâmica sociopolítica atual do Território Cantuquiriguaçu e os desafios que seus

principais sujeitos enfrentam na tentativa de construção de um processo de desenvolvimento sustentável.

A partir de técnicas como a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, além da observação participante, inúmeros dados foram captados. Do cruzamento desses dados com as categorias tanto do materialismo histórico-dialético quanto com aquelas desenvolvidas por autores estudiosos das temáticas imbricadas no tema, considerando-se o caráter multidimensional do objeto, que, organizados dentro do esquema PER, chegou-se às categorias centrais para a explicitação e resolução da contradição entre o processo de implementação de Hidrelétricas e o desenvolvimento do Cantuquiriguaçu. A articulação do capital financeiro com o capital industrial nas políticas de agricultura e a reprodução do capital por meio do hidronegócio, com a participação do Estado no direcionamento em favor de grupos poderosos economicamente e em detrimento dos direitos atingidos (relações assimétricas de poder nas concessões públicas), figuram como elementos centrais.

Nesse movimento, aparecem mais claramente as forças que se opõem: de um lado grupos econômicos transnacionais e o núcleo decisório dos principais governos e do Estado e, de outro, setores menos influentes dos governos e do próprio Estado brasileiro, juntamente com a porção organizada em movimentos populares dos atingidos por barragens e dos agricultores familiares, ribeirinhos e camponeses como partes contraditórias da mesma totalidade em evolução. As consequências do enfrentamento dessas forças se manifestam como acirramento das contradições entre riqueza e pobreza, aonde o primeiro pólo vem acumulando cada vez mais riqueza enquanto o segundo aumenta em número de famílias desempregadas, sem renda, marginalizadas e, finalmente, organizadas; capital e povos tradicionais: enquanto o capital não precisa necessariamente ser produtivo para se reproduzir e gerar lucro, os povos tradicionais vivem de seu trabalho, quase sempre braçal. Quando perdem a terra ficam desprovidos de sua base material e de sua base cultural e científica para se reproduzirem – isto porque seu conhecimento está estritamente ligado a terra e seu cultivo e manejo.

Outra contradição radicalizada é aquela em que a sociedade humana dirigida basicamente por sua elite econômica se enfrenta com o meio ambiente, com desvantagem para o segundo. O grau de destruição e de artificialização da natureza alcança escala estratosférica com prejuízos irreparáveis para a biodiversidade e

outros recursos naturais. Por fim, juntam-se no Território Cantuquiriguaçu os latifúndios e as barragens como um modelo produtivo concentrador, explorador e depredador dos recursos naturais e, indiretamente, do trabalho humano na forma de mais-valia absoluta e relativa na medida em que empresas eletrointensivas consomem energia mais barata do que aquela ofertada à população em geral, para transformarem minérios e outras matérias-primas que são exportadas ainda a preços irrisórios. Essas empresas não geram desenvolvimento local, mas, lucros em outras partes do globo, entre outras estratégias. No outro pólo dessa contradição, surgem os movimentos socioterritoriais como produtos indesejáveis pela elite econômica, mas como decorrência da perversidade da ação da própria elite.

Esse conjunto de contradições vem se processando pela história com a superação ocorrendo basicamente nos marcos do próprio capitalismo. A superação ocorre pela introdução de novas tecnologias e pelas metamorfoses do capital que se torna cada vez mais especulativo e menos produtivo. Não elimina sua contradição principal. Ao contrário, aguça-a. Enquanto isso se aproxima cada vez mais e mais rapidamente de seus limites intransponíveis caracterizados pela atual crise ecológica. Embora o acúmulo de riqueza, poder, renda, tecnologia e capital possa criar bolhas onde os problemas decorrentes da crise planetária possam ser amenizados (ou não serem sentidos), existem consequências que tendem a assolar a todos, sem distinção e que são mais graves nas regiões mais exploradas.

Mas, recentemente surge a possibilidade da superação dessa contradição pelo outro pólo, que inclui a mudança completa de paradigma de desenvolvimento e civilização, compreendendo todas as dimensões e, paulatinamente, todas as escalas e esferas sociais de poder (Marx já observava isso desde o século XIX). Enquanto a elite – como um pólo – afirma em sua lógica de ação a insustentabilidade, a insegurança para o conjunto da população, a escassez dos recursos por explorá-los exaustivamente unicamente com foco na mercantilização de seu uso e privilégio de poucos, a sobreposição do saber científico em relação aos demais modos de conhecer e intervir na natureza, no outro pólo os movimentos socioterritoriais vêm construindo [e já são] a própria mudança que acumula força para a grande, inevitável e imprescindível virada. Esta deverá ocorrer por pura necessidade e única opção.

No Cantuquiriguaçu estas forças já estão constituídas e tendem a persistir no tempo. Ações como aquelas apresentadas como *resposta* dos movimentos socioterritoriais dentro da dinâmica sociopolítica do Território Cantuquiriguaçu ao seu *estado*, com o devido aprimoramento, acompanhadas de mudanças radicais na correlação de forças com potencial de alterar a posse das concessões públicas e dos meios de produção, sobretudo, no campo – a exemplo da proposta sugerida em torno do alimento como elemento articulador de um processo que se sobreponha às estratégias das grandes corporações nesse e nos demais campos e setores –, são protótipos a serem aperfeiçoados e já se constituem nos principais elementos da superação da contradição mencionadas, a partir da união dos movimentos socioterritoriais em ações estratégicas e revolucionárias.

A implementação de hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu em todas as suas fases – planejamento, licenciamento, concessão, construção, operação, comercialização e definição dos preços da energia – nos moldes do modelo atual vinculado prioritariamente aos objetivos do capital não assegura estratégias de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade porque consiste na persistência de um movimento que para se auto-superar precisa aprimorar os mecanismos que intensificam a exploração e a depredação dos recursos naturais e das alternativas de exploração sustentáveis desses mesmos recursos, gerando cada vez mais distúrbios e distorções no processo de desenvolvimento local e nacional, e, atingindo todas as dimensões. Outras atividades econômicas importantes para o Território como a agricultura e a pecuária estão permeadas pelas mesmas contradições e necessitam da mesma resolução.

Há enorme força sociopolítica acumulada na somatória dos movimentos socioterritoriais no Cantuquiriguaçu. Também há confluência de estratégias de ação entorno da produção, processamento e distribuição saudável do alimento em todos os principais movimentos socioterritoriais. Ações em rede como o caso da Rede ECOVIDA que articula movimentos, entidades e cooperativas para certificar, transportar, armazenar e comercializar produtos orgânicos de forma solidária, citado neste trabalho, são exemplos de potenciais que podem se desenvolver a partir da soma de forças. O aporte científico que as pesquisas e experiências que vem se desenvolvendo no âmbito dos cursos já implantados na UFFS e que se articulam em função do desenvolvimento sustentável e da promoção da Agroecologia será em

curto, médio e longo prazos, fundamental para o campesinato em geral e para o Território, em particular. A sequência dos fatos, com acirramento das contradições poderá evoluir para a canalização desta força para o *front* representado pelas hidrelétricas –, verdadeiras fábricas de riquezas e de pobreza em seus dois extremos –, para que, re-estatizadas e/ou colocadas sob a gestão popular, passem a promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

A construção desse novo paradigma ou matriz sociocultural com novo arranjo societário, estatal e civilizatório, inicia-se com a Agroecologia e as ações dos movimentos socioterritoriais, sujeitos que produzem um insumo insubstituível para a humanidade: o alimento saudável. Juntos poderão completar historicamente a transformação que exige o planeta, que todas as espécies necessitam e que o gênero humano pode – se despir-se de seu antropocentrismo e de outros distúrbios – liderar e promover, respeitando e incluindo as demais espécies e recursos naturais, científicos, tradicionais e tecnológicos nesse novo processo evolutivo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. . Campinas: Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1998.
- ACILS; PIRES, A. J.; CAMARGO, J. O.; SALDANHA, T. (Orgs.). **Meio século de história e evolução**. Guarapuava, 2013.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. [S. l.: s.n.], 1947. Disponível em : <<http://antivalor.vilabol.uol.com.br>>. Acesso em: 3 de abr. 2016.
- ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros; ANDRADE, Adriane de. O estado do Paraná no alvo das eletroestratégias. In: JORNADA DO TRABALHO, 15., 2014, Guarapuava. **Conflitos do trabalho, (re) invenções do controle social e das resistências do trabalho para além do capital**. Guarapuava: UNICENTRO, 2014.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2016 (ano base 2015)**. Brasília, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>> Acesso em: 27 de jan. 2017.
- ALMEIDA, Jalcione; MARZZAL, Kátia. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n.1, p. 41-59, janeiro/abril de 2000.
- ALVES, Telma Lúcia Bezerra. **Caracterização dos efeitos das secas no semiárido paraibano**. Disponível em <<http://expedicaosemiario.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Artigo-Telma.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.
- ANEEL. **Agentes de geração: gráfico dez maiores potências**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/AgenteGeracao/GraficoDezMaioresPotencia.asp> Acesso em: 04 ago. 2015.
- ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Atlas da Energia Elétrica do Brasil. Brasília ANEEL, 2002. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf> Acesso em: 05 ago.2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Portal Transparência. **Prefeito de Porto Barreiro Pede Apoio da Bancada do PT na Assembléia e do IBAMA-PR**. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/prefeito-de-porto-barreiro-pede-apoio-da-bancada-do-pt-na-assembleia-e-do-ibama-pr-1>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU. **Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul, 2003.

BARTRA VERGÉS, Armando. A economia política do campesinato: as classes agrárias e o estatuto da produção camponesa. **Coletânea de textos do ENFF**, n. 21. São Paulo, abril de 2015.

BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

BERMANN, Celio. **Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos**: uma análise política da questão energética e de suas repercussões socioambientais no Brasil. 1991. Tese (Doutorado em engenharia) - Universidade Estadual de Campinas, SP, Faculdade de Engenharia Mecânica, UNICAMP, 1991.

BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Metodologia pressão, estado, impacto e resposta (PEIR)**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/rqma/metodologia-pressao-estado-impacto-resposta-peir>. Acesso em 29 de set. de 2015> Acesso em: 28 Nov. 2015.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Tradução: Newton Aquiles Von Zuben. 2. ed. São Paulo: Moraes, [1974?].

CADONÁ, Célio Valdemar. **Movimento dos pequenos agricultores (MPA)**: O novo nasce das Estradas. 2004. 283 f. Dissertação (Mestrado) – UNIJUÍ, IJUÍ, 2004.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, n.15, 2001.

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural Sustentável. Porto Alegre, 2004.

CARGNIN, Antonio Paulo; RÜCKERT, Aldomar A. O planejamento territorial no Brasil: efeitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul, **Confins [Online]**, n. 19, Nov. 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8519> ; DOI : 10.4000/confins.8519> Acesso em: 25 jan. 2017.

CARVALHO, P. G. M. de.; BARCELLOS, F. C. Mensurando a Sustentabilidade. In: MAY, P. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. p. 99-132.

CARVALHO, P. G. M. de. & BARCELLOS, F. C. Políticas públicas e sustentabilidade ambiental Construindo indicadores de sustentabilidade. **Rev. IE Indicadores Econômicos**, v.37, n. 1. , 2009.

COELHO, Silvério José; PEREIRA, José Aldo. A Paisagem de influência da Usina Hidrelétrica de Funil (UHE-FUNIL) percebida através do EIA-RIMA. **Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo**, n. 28, p. 133 – 148, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA et al. **Relatório 2015: conflitos no campo: Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. 240 p. Disponível em: <www.geodados.uem.br>. Acesso em: 01 fev. 2017.

CONDETEC. Território Cantuquiriguaçu: **Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul: Gráfica Mariner, 2009.

CONDETEC; KÖNIG, Sandra (Org.). **Plano Safra Territorial 2010 – 2013**. Laranjeiras do Sul: Fundação RURECO/MDA, 2011.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Relatório da Comissão especial “Atingidos por Barragens”**: Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, 2010.

COPEL.. In: Portal Google. Usina de Salto Santiago no Rio Iguaçu, Paraná. Disponível no endereço: <https://www.google.com.br/search?q=rio+igua%C3%A7u&es_sm=122&tbm=isch&imgil=dgz3PIkSiBOBMM%253A%253Bfgp0Hor4sdgwNM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.curitiba.parana.blog.br%25252Frio>. Acesso em: 30 out. 2015.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. **Rev. Cooperação na Agricultura**, n.169, jul. 2015.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Mário Mendes. A mobilidade da população paranaense a partir da reestruturação produtiva (1970 a 2010). **Revista Geografia**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 125-139. Jan./abr. 2012.

COSTA, Joaquim Gonçalves da; **O processo educativo no projeto saberes da terra do território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades**. 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DEAN, W. **À ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. Da Unicamp/Ícone, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, p. 51-90, 2005.

DÍAZ-MÉNDEZ, Cecília; GARCÍA-ESPEJO, Isabel. La mirada sociológica hacia la alimentación: análisis crítico del desarrollo de la investigación en el campo alimentario. **Política y Sociedad, April, 2014**.

CALDART, Roseli Salette et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DOWBOR, Ladislau. Produtores, intermediários e consumidores: o enfoque da cadeia de preços. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 7-16, jul.-set., 2014.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomasi; FABRINI, João Edemilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA e SCHNEIDER. Políticas Públicas de Desenvolvimento, **Revista Edit. INDB**.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em:
<URI:<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

FERREIRA, Adyr Sebastião. **Danos ambientais causados por hidrelétricas**. Brasília: OAB Editora, 2006, 536 p.

FOSTER, John Bellamy. A Ecologia da Economia Política de Marx. In **Ecosocialismo ou Barbárie (Via O Comuneiro)**:
<<http://racismoambiental.net.br/2013/05/24/a-ecologia-da-economia-politica-de-marx-por-john-bellamy-foster-leitura-essencial/>> Acesso em 05 de abr. de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. C. Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos. In: DALMAGRO, Sandra Luciana (org.) et al. In: SEMINÁRIO NACIONAL “O MST E A PESQUISA”, 2., 2007, Veranópolis. **Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA** Veranópolis: ITERRA, 2007.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, jul./dez. 2012.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. *Reforma Agrária*. Campinas: **ABRA**, n.1, 2002. pp. 47-62.

GERMER, C. M. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n. 14, pp. 193-214, 2. Semestre de 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente - SP, 2008.

GUBERT FILHO, Francisco Adyr. História do desmatamento no Estado do Paraná e sua relação com a reforma agrária (Parte I) in **SONDA, Cláudia (Org.), TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (Org.) REFORMA agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná - ITCG, 15 - 25, Curitiba, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAAG, César; BRANDERBURG, Alfio. Refletindo a democratização do debate ambiental: sujeitos sociais e ação comunicativa nos processos decisórios da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. **III Encontro da ANPPAS** de 23 a 26 de maio de 2006, Brasília – DF.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2007. 145 p. Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Paraná. Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens**. / Coordenação: Eduardo Luiz Zen. Brasília: 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desafios do desenvolvimento. **Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Ano 01: Edição 04. Brasília, 2004.

ISA. **Unidades de Conservação**: Mapa interativo. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/quem-somos#tabset-tab-3>>. Acesso em 11 fev. 2017.

JESSOP, Bob. O estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, junho de 2009.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória**: relações de poder e subjetividade durante a implantação da usina hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC - Florianópolis - SC, 2007.

KATHOUNIAN, C. A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

LIMA FILHO, Paulo Alves; JERÔNIMO, Alexandre Cosme José; RODRIGUES, Fabiana de Cássia; MACEDO, Fernandes Rogério. Notas Introdutórias à questão do controle social na UFFS: preâmbulo a uma constituição. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.1, n. 9, noviembre/2009.

MAB. **Rumo ao encontro nacional do MAB**: água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. São Paulo, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.

MARÉS, C. F. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. **Revista Insurgência**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 57-71, jan/jun 2015.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Pobreza e meio ambiente: uma crítica ao Informe Brundtland. In: . **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB, 1998. p. 99-142.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução e Condensação de Gabriel Deville. 3. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2008..

McNEILL, J. R. **Algo nuevo bajo el sol**: historia médio ambiental del mundo em el siglo XX. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**: Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS. **Metodologia para avaliação socioambiental de usinas hidrelétricas**. Série Estudos do Meio Ambiente Nota Técnica DEA 17/12: Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Vitor de. **A disputa territorial e o controle das políticas no Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**: a participação dos Movimentos Socioterritoriais e o papel do Estado. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MOHR, Naira Roesler; MONTEIRO, Felipe Mattos; COSTA, Joaquim Gonçalves da; OLIVEIRA, João Costa de. A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileiro de Estudos Pedagógicos/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, v. 93, n235, p. 551-962, set./dez. 2012.

MPA. **Plano e Programa Camponês**: documento base para proposição de políticas públicas para Agricultura Camponesa junto a governos estaduais e ao governo federal. São Paulo, 2016.

MST. **VI Congresso Nacional do MST**: Reforma Agrária Popular. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

MUSSOI, Arno Bento. **Laranjeiras do Sul**: o espaço em construção. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MUSSOI, Arno Bento. **Território Nacional do Iguaçu**. Laranjeiras do Sul-PR: Gráfica e Editora Cantu, 2015.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.110 ,abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200002> Acesso em: 13 jan. 2017.

NAGAE; CARVALHO. A construção da Identidade no Movimento Sem-Terra: Os assentados de Quedas do Iguaçu (1999-2014). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG-UNICENTRO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO, 2., 2015, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG; UNICENTRO,2015.

NUTI, Mírian Regini. Análise das Estimativas de População Atingida por Projetos Hidrelétricos. In: VERDUM Ricardo et al. **Usinas hidrelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. 200 p.

OCDE. **Esquema ilustrativo da metodologia PER**. [S. l.], 1993. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=OCDE+metodologia+PER&es_sm=122&source=lnms&tbn=i> Acesso em: 31 out. 2015.

OLIVEIRA, Lourdes Gonçalves de. As vivências, os costumes e as tradições das famílias camponesas e a educação do campo: um estudo a partir da família de Joaquim Gonçalves de Oliveira de Porto Barreiro. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – UFPR, Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, U. Ariovaldo. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15 n. 43, set./dez. de 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa Aeroportuário 2008**. Curitiba, 2008.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010.

PIRES, Ariel José et al. Um pouco da história e geografia de um povo: textos históricos e geográficos. Porto Barreiro: Prefeitura Municipal, 1999.

PIRES, Ariel José; CAMARGO, João Olivir; SALDANHA, Terezinha (Orgs.). **ACILS: meio século de evolução**. Guarapuava, 2013. 190 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376 p.

POLANYI, Karl. Nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista Trimestral de Histórias e Ideias**, Porto – Portugal, n. 1, Edições Afrontamento, 1978.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLITZER, Georges et al. **Princípios fundamentais de filosofia**. Tradução de João Cunha Andrade. São Paulo: Hemus, [1970?].

PONTAROLLO, Fábio. **Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Trad. Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PROJETO Agroecologia e a Construção da Autonomia. **Juventude Camponesa em Movimentação no Território Cantuquiriguaçu**. Linha de Fomento/Chamada: Apoio a projetos de Pesquisa/MTI/MDA-IN CRA/CNPQ Nº 19/2014 – Fortalecimento da

Juventude Rural. Cartilha: Agricultura Camponesa e a produção de Alimentos Saudáveis: Agroecologia em Movimentação. Cartilha produzida a partir do Projeto. Laranjeiras do Sul, 2017

RAMOS, René Wagner. As tropeadas de porcos e as transformações na cultura cabocla: 1950-1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007

REIS, Maria José dos. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade:** os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento:** os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, Humberto José da. **Relações de poder na hidreletricidade:** A instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. Campinas: [s.n.], 2012.

SANCHES, Mariano L.; OLIVEIRA, João Costa de; COSTA, Joaquim Gonçalves da. Reflexões: Território, políticas públicas e desenvolvimento. In: KÖNIG, Sandra (org.) **CONDETEC. Plano Safra Territorial 2010 – 2013.** Laranjeiras do Sul: Fundação RURECO/MDA, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (Orgs.). **Memória do setor elétrico na região Sul.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista e libertário.** La Paz-Bolívia: Agruco/Plural Editores/Center for DevelopmentansEnvironment/NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. El despliegue de la sociogía agraria hacia la agroecología. In: **Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible.** Barcelona: Cajamar, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; SOLER MONTIEL, Marta. **Agroecología y soberania alimentaria:** alternativas a la globalización agroalimentaria. Patrimonio cultural en la nueva realidad andaluza – PH Cuadernos, 191. [2015?].

SILVA, Glaucy Learte da et al. **Processos de negociações:** contradições entre o PBA e as narrativas dos atingidos (urbanos) pela barragem de Belo Monte Altamira/PA. Disponível em:

<<http://www.ecsb.com.br/sites/default/files/artigos/st3artigos/10.%20Glauco%20Learte%20da%20Silva%20e%20co-autores.pdf>> acessado em 03/12/2017>. Acesso em 18 fev. 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRACTEBEL Energia. **Plano de uso e ocupação das águas e entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Salto Santiago**. Volume 1: Análise e Diagnóstico. ECSA Engenharia Socioambiental S/C LTDA, 2002.

TRACTEBEL Energia. Transparência e imersão. **Revista Boas Novas**, Ano 9. n. 46. 2. Trimestre de 2013.

TERRA, Portal na Internet. **Via Campesina ocupa barragens da Suez no PR**. Disponível:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2940255-EI306,00->

[Via+Campesina+ocupa+barragens+da+Suez+no+PR.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2940255-EI306,00-Via+Campesina+ocupa+barragens+da+Suez+no+PR.html)> Acesso em : 16 fev. 2017.

TRICHES, R. M. ; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica de intransigência. **Revista NERA (UNESP)**, v. 26, p. 10-27, 2015.

UNICAMP. Pesquisadores da Unicamp criam índice de desenvolvimento social. **Jornal da Unicamp**, Ano 19, n. 267, de 27 de setembro a 3 de outubro de 2004. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju267pag01.pdf> acessado em 10 de nov. de 2016> Acesso em: 10 dez. 2016.

VAINER, Carlos B. Água para a Vida, não para a Morte: notas para uma história do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil. In: ACCEL RAD, H., et al. (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos B. **Água para a vida, não para a morte**: notas para uma história do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Acer/Downloads/%C3%81gua%20para%20a%20vida,%20de%20Vainer%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/%C3%81gua%20para%20a%20vida,%20de%20Vainer%20(4).pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2017.

VAINER, Carlos B. Recursos Hidráulicos: Questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 21 (59), 2007.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VARGAS, Rodrigo Martins de. **Publicidade televisiva de alimentos e obesidade infantil**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Qualidade em Alimentos) - Brasília, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220 p.

VERDÉRIO, Alex et al. Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo: texto base. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO – CANDÓI-PR, 2013. Cascavel, 2013. **Anais...** Cascavel, 2013.

WACHOWICZ, R. C. **Obragero, mensus e colonos: História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WIKIPÉDIA. **Hidrelétricas do Paraná**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Usinas_hidrel%C3%A9tricas_do_Paran%C3%A1>. Acessado em 31 jan. 2015.

ZWARICZ, Juliano. **Geografia Econômica da implantação da usina hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) – PR**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNICENTRO, Guarapuava, 2013.

ANEXO A - avaliação a partir de itens referentes a danos econômicos, sociais e ambientais com a instalação do reservatório da usina hidroelétrica de Salto Santiago

1 – Destruição por submersão de 145 km de estradas municipais e acessos a propriedades no entorno do reservatório, sendo estas estradas e acessos cascalhados atribuindo-se a este dano como valor financeiro duas formas de avaliação:

a) o custo de abertura das estradas até as propriedades, como existia, calculado com preço médio de R\$ 6.000,00/km, totaliza R\$ 870.000,00.

b) o custo da colocação de pedra brita nessas estradas ate as propriedades para atender de forma adequada aos agricultores gera um custo de R\$ 5.200,00 em média, totalizando R\$ 754.000,00.

Total deste item – R\$ 1.624.000,00

2) Com o prejuízo sofrido, houve a necessidade de construção de novas estradas para permitir o acesso as propriedades visto a eliminação das antigas estradas pela inundação do local. Foram construídos 120 km de estradas cascalhadas que totalizam R\$ 11.200,00 por KM, tomando o mesmo valor do item anterior de abertura de estrada.

Total de construção de novas estradas – R\$ 1.344.000,00.

3) Foi necessário a construção de 80 KM de estradas internas de propriedade para permitir a exploração e retirada da produção nas propriedades, estradas estas sem cascalhamento, num valor de R\$ 4.800,00 por KM **totalizando R\$ 384.000,00.**

4) Ainda, nas estradas que foram inundadas pela formação do lago, foram perdidos juntamente com as vias de acesso, as obras civis, como pontes e bueiros, assim descritos:

a) perda de aproximadamente 3756 tubos de concreto instalados em bueiros nas estradas com custo médio individual de R\$ 50,00, **totalizando R\$ 187.800,00**

b) Houve a eliminação de 56 pontes de madeiras construídas sobre riachos, rios e sangas, com valor médio de R\$ 4.500,00 **totalizando R\$ 252.000,00.**

5) Foram submersas 193 fontes de água potável que serviam para abastecimento humano e para animais, sendo que hoje se encontra grande problema de abastecimento de água visto Comunidades Rurais. Atribui-se um custo mínimo de cada fonte desta, pela amplitude da utilização da água na propriedade e pela desvalorização de uma propriedade pela não existência de água em volume aceitável para comportar as explorações da agropecuária o valor de R\$ 6.000,00 , **totalizando R\$ 1.158.000,00.**

Além das fontes acima citadas, ficaram submersas em território portobarreirense, 02 fontes de águas termais, que, se exploradas hoje, trariam juntas um faturamento mínimo de R\$50.000,00 por ano. Multiplicando-se por 35, temos um montante de **R\$1.750.000,00.**

6) O Município de Porto Barreiro já perfurou 16 poços artesianos visando resolver o problema da escassez de água, sendo que apenas 03 deles deram vazão. Alguns deles com profundidade superior a 250 metros. O custo médio de cada poço é em torno de R\$60.000,00 (incluindo estudos, projetos e execução). O total investido em poços artesianos é de R\$840.000,00. Investiu ainda na proteção de fontes, redes, ETA (Estação de Tratamento de Água) e outras ações, mais 127.000,00 em investimentos **totalizando o valor de R\$ 967.000,00**

7) Foram inundados aproximadamente 4.100 hectares de áreas férteis e produtivas das famílias que margeavam o Rio Iguaçu, onde devido ao clima propício se realizavam 2 cultivos anuais sendo um cultivo com feijão em 60% da área e outro em 100% da área com milho. Com a cultura de feijão, visto que a colheita acontece ainda em dezembro e início de janeiro, obtém-se os melhores preços de mercado resultando em uma renda líquida de 20 sacas por hectare que, multiplicado pelos preços médios atuais nesta época da colheita, tem-se R\$ 1.600,00/há. Analisando-se a área total tem-se 2.460 hectares de feijão com renda líquida anual de R\$ 1.600,00, tem-se um valor anual de R\$ 3.936.000,00 multiplicados por 35 anos temos uma renda de **R\$ 138.600.000,00** que deixou de circular na economia local.

Já à cultura de milho com área de 4.100 hectares atribui-se uma renda líquida de 50 sacas por hectare, devido à alta fertilidade destas áreas. Com o preço médio de R\$ 18,00 a saca tem-se o valor de R\$ 900,00/há totalizando na área total um valor anual de R\$ 3.690.000,00 que multiplicado por 35 anos temos **R\$ 129.150.000,00** que deixaram de circular na economia local.

Total de recursos da agricultura que deixaram de circular na economia local –
R\$ 267.750.000,00

8) Com a inundação houve o desalojamento de muitas famílias ribeirinhas, sendo que destas 110 famílias ainda ficaram no município, obrigando o município a disponibilizar máquinas (trator de esteira, carregadeira, etc...) para terraplanagens para casas e galpões, com uma quantidade média de 25 horas por família totalizando 2.700 horas/máquina com valor médio de R\$ 150,00, tem-se um **total de R\$ 412.000,00.**

9) O município perdeu 05 escolas que serviam para alfabetizar os filhos dos agricultores no regime multiseriado de 1º a 4º série com um custo aproximado de R\$ 20.000,00 cada **totalizando R\$ 100.000,00**

10) Com a construção da Usina de Salto Santiago o Distrito de Porto Santana sofreu enorme declínio. O povoado que chegou a contar com quase 2000 habitantes, e uma economia urbana dinâmica e desenvolvida com cerealistas, hotéis, supermercados, lanchonetes, clube de lazer, infraestrutura para a prática esportiva, cinema, paróquia etc. por tornar-se o portal de acesso para a região central do Paraná, de gaúchos e catarinenses, declinou, e hoje conta com menos de 80 famílias no núcleo urbano do Distrito. Coincidentemente neste mesmo espaço acumulam-se os maiores problemas sociais do Município como falta de moradia, desemprego, subemprego, êxodo, violência, marginalidade, analfabetismo, mortalidade infantil, desnutrição e outros. Com o declínio urbano do Distrito, as 08 comunidades rurais próximas também foram afetadas com êxodo acentuado, concentração da terra, avanço da monocultura e descapitalização crescente dos agricultores familiares e camponeses. Estima-se que nesses 35 anos de isolamento, mais de **R\$84.630.000,00** deixaram de circular na economia local.

11) Em 1970 o Governo Federal decretou a criação da BR158, cujo traçado contemplava a rota de migrantes do Sul do país para a região central do estado do Paraná, ligando Laranjeiras do Sul a Chopinzinho, passando por Barreirinho, Pinhal Preto (Cedro), Porto Santana e São Luis (esta última comunidade situada na margem esquerda do Rio Iguaçu no município de Chopinzinho – PR.). A BR158 contava com uma faixa de domínio de 50 metros de largura e deveria receber pavimentação asfáltica em breve. Com a construção da Usina de Salto Santiago, esta obra estratégica para o desenvolvimento da região foi desviada para a região de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu onde foi construída a referida Barragem. Quanto às regiões de Porto Santana, Pinhal Preto e Barreirinho, hoje Porto Barreiro, ficaram no prejuízo, pois perderam uma obra na importância de aproximadamente **R\$50.000.000,00** (somente no trecho de estrada ao norte do Rio Iguaçu) pela ocasião de sua construção e, valores incalculáveis devido a inexistência da estrada nestes 35 anos. Para contornar os problemas aí originados, o município investe em vários projetos em parceria com o Estado do Paraná na conservação do trecho que hoje conta apenas com cascalhamento.

12) A ocupação do centro-oeste paranaense, caracterizou-se basicamente pela distribuição de sesmarias à exploradores como José Nogueira do Amaral onde hoje situam-se os municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Virmond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu. Explorava-se a erva-mate, a madeira e a criação de suínos, constituindo a “economia cabocla”. Durante a época de ocupação extensiva, a caça, a pesca, o cultivo de feijão, arroz, trigo, dentre outros, eram destinados ao consumo da família e dos animais. A expansão da fronteira colonizável trouxe em seu bojo, o aumento da pressão sobre matas e florestas ainda intocadas, uma atividade promovida quase que integralmente pelas companhias de terras, que visavam exclusivamente a exploração predatória sobre os recursos naturais, transformando a terra nativa em áreas de cultivo, madeiras-de-lei em matéria prima para o desenvolvimento dos núcleos habitacionais, além da exploração da erva-mate para abastecer mercados distantes. No entanto, a produção da erva-mate e de madeiras, não foi suficiente para evitar o colapso comercial ocasionado pela concorrência com os produtos argentinos, provocando uma redução significativa no fluxo da economia local durante várias décadas, somente recuperada com a dinamização da infra-estrutura

viária na década de 1950, voltando-se o mercado local para as atividades agropecuárias.

Como conseqüências, ocorreram grandes transformações no perfil socioeconômico regional, notadamente, pelo aproveitamento mais adequado das terras e a conseqüente melhoria na produtividade dos solos e a chegada de novos contingentes populacionais, com o aporte de recursos financeiros subsidiados pelo governo, redirecionando assim, o desenvolvimento da região.

Com a abertura das primeiras estradas, alguns fatores foram predominantes no processo de ocupação do centro-oeste. Foram assentados colonos sem terra vindos de outras regiões e aqueles já estabelecidos nos arredores, disponibilizando infraestrutura como estradas, pontes, serrarias, casas, hospitais, escolas, etc, com contingentes significativos de migrantes gaúchos e paranaenses ocupando as terras, muitos dos quais, já expulsos de outras regiões do país. Estabelecia-se assim, o pequeno produtor com interesse na posse da terra, com técnicas de manejo e tecnologia agrícola diferenciada do caboclo da região. Assentado com as garantias do governo através das companhias de terras, companhias que mais tarde acabariam tendo que enfrentar a mobilização dos camponeses na defesa da posse da terra, consolidando-se conseqüentemente, uma base agrária sólida de pequenos produtores na região.

O deslocamento deste contingente de agricultores, migrantes do sul do país para as regiões oeste e centro-oeste do Paraná passava por Pato Branco, Coronel Vivida, Chopinzinho ate Laranjeiras do sul pela BR 158, cruzando o Rio Iguaçu. Deve-se, portanto, a BR 158 grande importância na colonização da região oeste e centro-oeste do Paraná, visto que esta era o caminho mais viável e rápido para chegar a região de Cascavel, Toledo Laranjeiras do Sul, Guarapuava e tantas outras cidades da região.

Em Porto Barreiro a BR158 vinha no sentido Laranjeiras do Sul a Chopinzinho atravessando o Rio Iguaçu, onde na altura do Distrito de Porto Santana fazia-se a passagem a outra margem através de Balsa. O comercio e desenvolvimento dos distritos às margens da BR158 nesta época eram evidentes e tornavam-se local de compra e venda de produtos de consumo das propriedades e dos migrantes, bem

como dos viajantes que necessariamente passavam rumo ao oeste do Paraná, hotéis, posto de combustível, compradores de suínos, lojas de roupas, mercados de alimentos e equipamentos agrícolas, serrarias que envolviam aproximadamente 400 empregos. Para dimensionarmos as perdas monetárias que este fato representa atribuímos um valor de 1 salário mínimo a cada emprego com valor atual de R\$ 465,00, com 12 salários mais o 13º salário, totalizamos anualmente R\$ 2.418.00,00 que multiplicados por aproximadamente 35 anos desde o início do processo de construção das usinas teremos o **valor de R\$ 84.630.000,00** que deixaram de circular na economia local, que iriam incrementar a arrecadação de impostos, a criação de novos postos de serviços e dinamização da economia local.

13) Hoje, **Porto Barreiro figura no mapa da fome do Estado Paraná, com um IDH que puxa para baixo a média do Estado e do País** e pertence a um território atrasado, reconhecido como tal, inclusive por programas de governo nos níveis federal e estadual. A pobreza advém de resultados acumulados a partir de um processo injusto que expropria riquezas naturais e as concentra nas mãos de monopólios nas áreas de energia, grãos e pecuária. Para reduzir o grande impacto social e econômico ocorrido nas famílias e propriedades o município desenvolveu programas de incremento de renda e emprego nas propriedades com a introdução de patrulhas agrícolas equipadas com tratores agrícolas, plantadeiras, calcariadeiras, colhedoras de forragem, carretas agrícolas, pulverizadores mecanizados, botijões de inseminação para bovinos de leite, compra de sêmen para bovinos de leite, distribuição de resfriadores para leite, distribuição de ordenhadeiras mecânicas, terraceamento para conservação do solo, enleiramento de pedras com valor de **R\$ 620.000,00**

Os danos causados ao Município de Porto Barreiro por ocasião do alagamento das áreas ribeirinhas bem como pelos vários anos de (in)exploração do espaço, alcançam a cifra de 495.768.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões e setecentos e sessenta e oito mil reais). Salienta-se a existência de outros danos imensuráveis como perdas religiosas, culturais, ambientais e sociais.

A seguir elencamos as obras e ações para minimizar os prejuízos causados ao Município de Porto Barreiro, somadas atingem apenas 78.820.000,00 (setenta e

oito milhões e oitocentos e vinte mil reais), ou seja, menos de 16% do valor aferido dos danos.

1 – Construção do asfalto ligando a sede do Município de Porto Barreiro às margens do Rio Iguaçu, passando pelo Distrito de Porto Santana, com 20,8 Km de extensão com valor aproximado de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) com passagem sobre o rio Iguaçu através de Ponte em alvenaria (concreto) com extensão de aproximadamente 1.400m a ser construída no valor de aproximadamente R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Total: R\$43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais).

2 – Instalação de 01 Balsa na Região de Linha Gonçalves sobre o Rio Cavernoso interligando Porto Barreiro ao Município de Candói – PR. no valor aproximado de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

3 – Construção de 35 KM de calçamento interligando as comunidades ao sistema viário do município com melhores condições de trafegabilidade com um custo de nas regiões de Guarani, Cavernoso, Linha Gonçalves e Linha Lima até a sede, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

4 – Ampliação da oferta de moradias urbanas e rurais, pois segundo o Diagnostico e o Plano Diretor do território Cantuquiriguaçu mostram que Porto Barreiro possui um déficit habitacional de 200 moradias. O valor aproximado é de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para 200 novas moradias populares.

5 – Aquisição de 05 patrulhas agrícolas equipadas com trator agrícola, plantadeiras, pulverizadores, colhedeiros de forragem, carretas agrícolas, escarificadores e demais equipamentos solicitados pelos agricultores familiares para viabilizar a diversificação das explorações agropecuárias com valor aproximado de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

6 – Construção de 02 Centros de produção em Aqüicultura (Tanques-redes e melhorias na unidade de abate de pescados) para combate ao desemprego e à dificuldade de geração de renda. Valor aproximado total de R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais).

7 – Construção de Centro Cultural e de Eventos, para resgate da cultura camponesa prejudicada e invadida a partir da dispersão populacional provocada pelo alagamento de centenas de propriedades rurais, com Anfiteatro com capacidade mínima para 600 pessoas sentadas, devidamente, equipado. Valor aproximado de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

8 – Construção de 01 agroindústria de sucos (cítricos) gerando empregos em comunidade de ribeirinhos. Valor aproximado de R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

9 – Construção de 05 mirantes e de 01 Chalana para desenvolvimento de rota turística no próprio lago e entorno. Valor aproximado de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

10 – Construção de Aterro sanitário e aquisição de equipamentos para gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem, biodigestão). Valor aproximado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

11 – Construção de 02 Escolas Municipais, sendo uma na sede do município contando com 11 salas de aula, quadra poliesportiva coberta, refeitório, auditório, centro administrativo, saguão coberto, muros, ajardinamento, iluminação, estacionamento e área de lazer (padrão SEDU) com valor estimado de 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) e, outra Escola, com 05 salas com o mesmo padrão de completude do projeto, estimado em 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais). Valor total deste item: 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais).

12 – Perfuração de 01 super poço artesiano com aproximadamente 1.100 metros de profundidade (atingindo o Aquífero Guarani). Valor de 3.000.000,00 (três milhões de reais).

13 - Construção de rede coletora e sistema de tratamento do esgoto urbano. Valor: 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

14 – Readequação e cascalhamento (com pedra brita graduada) de 150 km de estradas rurais. Valor: 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Total desses itens prioritários é 78.820.000,00 (Setenta e Oito Milhões e Oitocentos e Vinte Mil Reais).

Obs.1: Os dados foram levantados mediante estudo multidisciplinar realizado por técnicos, lideranças sociais e comunitárias e membros do poder público local e regional.

Obs.2: As propostas apresentadas também foram construídas por este mesmo conjunto.

Obs. 3: prioritariamente, a reparação deve-se iniciar pelos seguintes itens: 1) construção de duas escolas (item 11); 2) construção de moradias (item 4); 3) estradas (item 14); 4) construção do Centro Cultural (item 7), e a seguir os demais itens.

Porto Barreiro, maio de 2011.

JOÃO COSTA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO B – RE-ATINGIDOS? Ribeirinhos do lago da represa de Salto Santiago deveriam ceder terreno para restauração da mata ciliar, conforme proposta da Tractebel Energia

“Print” e colagem de notícia sobre o conflito entre ribeirinhos e a empresa Tractebel Energias na Barragem de Salto Santiago, veiculada na página da ALEP em 18/05/2005.

The screenshot shows the website of the Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. The header includes the state emblem and the text 'ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ'. There are social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, and Instagram, along with a 'Siga-nos:' label. A green button labeled 'TRANSPARÊNCIA' is visible. The navigation menu includes 'Página Inicial', 'A Assembleia', 'Deputados', 'Atividade Parlamentar', 'Comissões', 'Legislação', and 'Notícias'. Below the menu are buttons for 'ORDEM DO DIA', 'PAUTA DA CCI', 'PESQUISA LEGISLATIVA', and 'DIÁRIOS DA ASSEMBLEIA'. The main content area is titled 'Últimas notícias' and features a search bar with the text 'Busque notícias sobre a Alep:'. The article being highlighted is dated '18/05/2005 às 15h58' and has social media sharing options for Facebook, Twitter, and Google+. The article title is 'Prefeito de Porto Barreiro Pede Apoio da Bancada do Pt Na Assembléia e do Ibama-pr' by Thea Tavares. The text of the article is partially visible, mentioning 'Atingidos PREFEITO DE PORTO BARREIRO PEDE APOIO DA BANCADA DO PT NA ASSEMBLÉIA E DO IBAMA-PR' and 'programam ato público na região do entorno de Salto Santiago Curitiba, PR (18/05/2005)'. A sidebar on the right shows 'Notícias' and 'As mais lidas do dia' with a top item: 'Nova Mesa Executiva é empossada na Assembleia Legislativa do Paraná'.

Fonte: ALEP, acesso em 02/03/2017.

18/05/2005 às 15h58

Prefeito de Porto Barreiro Pede Apoio da Bancada do Pt Na Assembléia e do Ibama-pr

Por Thea Tavares

Atingidos PREFEITO DE PORTO BARREIRO PEDE APOIO DA BANCADA DO PT NA ASSEMBLÉIA E DO IBAMA-PRatingidos e “re-atingidos” programam ato público na região do entorno de Salto Santiago Curitiba, PR (18/05/2005) – O prefeito de Porto Barreiro, João Costa, participou, ontem, de reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa do Paraná. Ele pediu apoio dos deputados de seu partido e do superintendente regional do Ibama no Paraná, Marino Elgício Gonçalves, para resolver um problema com a empresa belga Tractebel Energia (do Grupo francês Suez), que administra o funcionamento da Usina Hidrelétrica (UHE) de Salto Santiago. O prefeito denuncia que, alegando a defesa da legislação ambiental, a Tractebel vem adotando uma posição de fiscalizadora arbitrária na região, sem qualquer responsabilidade social com os atingidos pela barragem de Salto Santiago. Costa reclama que a empresa estatal Eletrosul, quando implantou a usina, por volta de 1979, não pautou a compensação dos agricultores pela mata ciliar e nem sequer reassentou as famílias atingidas. A Tractebel herdou, desse processo, o passivo sócio-ambiental e, de acordo com o plano de uso e ocupação do lago e entorno, transfere, por sua vez, para as famílias atingidas todo o ônus da legislação ambiental atual. João Costa compara essa postura da Tractebel com outra adotada pela Copel no estado: “o processo de instalação da UHE de Salto Caxias pela Copel, uma das últimas usinas a serem construídas no Paraná, já se iniciou cumprindo a legislação ambiental e com o acordo sobre todo o passivo social, cuja soma representou 20% dos custos da obra. Se a mesma postura fosse adotada em Salto Santiago, teríamos um investimento de quase um bilhão de reais sendo aplicados na região do entorno, em

favor das comunidades e do desenvolvimento local”, informa o prefeito. O prefeito de Porto Barreiro lembra, ainda, que a população ribeirinha atingida é favorável ao cumprimento da legislação ambiental, que prevê, para a região, 100 metros de mata ciliar ao largo do rio. O que eles discordam é da postura fiscalizadora de uma empresa privada e da falta de compensação aos agricultores familiares. “Cabe às comissões das comunidades ribeirinhas produzirem propostas que atendam às suas necessidades e estas propostas devem ser acatadas pela empresa”, diz João Costa. “Re-atingidos” - A prefeitura trouxe para a reunião da bancada a problemática também das famílias “re-atingidas”, ou seja, dos ilhéus do lago da Ilha Grande, região de Guaíra, que já haviam sido assentadas no entorno de Salto Santiago, pagando inclusive pela terra adquirida, e que, agora, estão sendo atingidas novamente pela necessidade de implementar a legislação ambiental, fato que, na sua opinião, é uma obrigação da concessionária da obra, a Tractebel. O superintendente do Ibama assumiu o compromisso de fazer uma visita nos próximos dias à região e se mostrou solidário aos ribeirinhos. Acompanhado do vereador Edemilson Eurico de Lima (PT) e do assessor executivo Adilson Kruk da Costa, o prefeito de Porto Barreiro anunciou, em Curitiba, que a população ribeirinha programa realizar um ato público em parceria com os conselhos das comunidades atingidas em toda a região do entorno. João Costa aproveitou a viagem à Curitiba para se reunir também com técnicos do Incra-PR para tratar do processo de arrecadação da Fazenda Manasa em Porto Barreiro, que possui 107 famílias acampadas há sete anos. O chefe da Divisão Técnica do Incra-PR, Nilton Bezerra Guedes, deve visitar o município para montar equipe para estudo técnico do assentamento (PDA). Gabinete da deputada Luciana Rafagnin

Jornalista: Thea Tavares (MTb 3207-PR) Contatos: Com o prefeito João Costa – (42) 3661-1010 / 3661-1118 / 3661-1126.
Fonte: MATÉRIA DE RESPONSABILIDADE DO GABINETE DA DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN

Fonte: ALEP, acesso em 02/03/2017.

ANEXO C – Protocolo de Intenções celebrado entre municípios e a UFSC (universidade tutora) para aquisição de terrenos para instalação de campus da UFFS no Território Cantuquiriguaçu

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC E OS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL, PORTO BARREIRO, NOVA LARANJEIRAS E RIO BONITO DO IGUAÇU

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, instituição tutora da Universidade Federal da Fronteira Sul, em processo de implantação, doravante denominada UFSC, sediada no Campus Universitário, S/N, Trindade, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, representada neste ato pelo seu Reitor Prof. ALVARO TOUBES PRATA, CPF nº 145.041.381-15, e o MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.970/0001-95, com sede à Praça Rui Barbosa, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF/MF nº 588.875.719-53, MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.591.618/0001-36, com sede à Rua das Camélias, 900, neste ato representado pelo Prefeito Municipal JOÃO COSTA DE OLIVEIRA, CPF/MF nº 706.250.269-34, MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com sede à Rua Rio Grande do Sul, 2122, neste ato representado pelo Prefeito Municipal EUGENIO MILTON BITTENCOURT, CPF/MF nº 603.249.299-00, MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.770/0001-99, com sede à Rua Sete de Setembro, 720, neste ato representado pelo Prefeito Municipal SEZAR AUGUSTO BOVINO, CPF/MF nº 333.481.709-15, doravante denominados MUNICÍPIOS, tendo em vista a necessidade de espaço físico apropriado para receber as futuras instalações do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul no Município de Laranjeiras do Sul - PR, RESOLVEM celebrar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir elencadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES tem por objetivo firmar compromissos com a instalação do futuro campus da Universidade Federal da Fronteira Sul no Município de Laranjeiras do Sul, criada pela Lei Federal nº 12.029 de 15 de setembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

I – COMPROMETEM-SE OS MUNICÍPIOS A:

a) Doar à Universidade Federal de Santa Catarina, livres de qualquer ônus ou pendência, áreas de terras com aproximadamente 55 hectares, localizadas na cidade de Laranjeiras do Sul – PR, para a instalação do futuro campus da Universidade Federal da Fronteira Sul;

b) Disponibilizar estrada pavimentada de acesso ao terreno doado à Universidade Federal de Santa Catarina;

c) Viabilizar, junto a Companhia Paranaense de Energia - COPEL a implantação das redes de energia elétrica e fibra ótica, bem como junto a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR a implantação das redes de água e esgoto no terreno doado à UFSC.

Parágrafo Primeiro: A doação prevista na alínea "a" será efetivada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da celebração do presente instrumento.

Parágrafo Segundo: A doação prevista na alínea "a" fica condicionada a devida autorização pelo Poder Legislativo dos Municípios signatários, comprometendo-se os MUNICÍPIOS a encaminhar os devidos projetos de lei as Câmaras Municipais, inclusive em relação à adequação orçamentária, nos moldes da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Parágrafo Terceiro: As áreas de terras previstas na alínea "a" serão adquiridas pelos quatro Municípios signatários do presente protocolo, que pagarão os valores da compra em partes proporcionais ao número de habitantes de cada Município, de acordo com dados do IBGE.

Parágrafo Quarto: Na aquisição das áreas de terras previstas na alínea "a" serão respeitados os parâmetros estabelecidos na Lei federal nº 8666/93, e demais normativas federais e municipais atinentes a matéria.

II- COMPROMETE-SE A UFSC A:

- a) Dar apoio à construção das obras do novo campus em Laranjeiras do Sul, assegurando a transferência das atividades da UFFS ao campus definitivo no menor espaço de tempo possível.
- b) Construir sobre o imóvel doado, no prazo de 02 (dois) anos após a efetivação da doação, prédios com área total aproximada de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), destinados a instalação da sede do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul e no funcionamento de todos os cursos que, na ocasião tenham sido autorizados pelo Ministério da Educação.
- c) Iniciar a construção de que trata a alínea "b" no prazo de 06 (seis) meses após a efetivação da doação das áreas.
- d) Construir no imóvel doado, em até 5 (cinco) anos após a efetivação da doação, mais 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), distribuídos em setores administrativo, restaurante e área de convivência e ainda de moradia estudantil.
- e) Assegurar, na qualidade de tutora da UFFS, que o uso da propriedade se dê exclusivamente para fins de funcionamento das atividades próprias da Universidade Federal da Fronteira Sul.

- f) Doar à Universidade Federal da Fronteira Sul, livre de qualquer ônus ou pendência, o imóvel que lhe será doado pelos MUNICÍPIOS, com todas as construções sobre ele edificadas, no prazo de até 6 (seis) anos do ato de assinatura da Escritura Pública de Doação.
- g) Assegurar, na qualidade de tutor da Universidade Federal da Fronteira Sul, que o uso da propriedade se dê exclusivamente para fins de funcionamento das atividades próprias da UFFS.

Parágrafo Único: A não observância dos prazos estabelecidos nas alíneas "b", "c", "d" e "f" implicará a reversão automática do imóvel doado ao patrimônio dos MUNICÍPIOS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções terá vigência até 31/12/2015 a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Os signatários do presente Protocolo de Intenções, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do termo, providenciarão sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

O Protocolo de Intenções poderá ser alterado, bem como seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na legislação vigente, através de termo aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança no objeto e que a solicitação seja feita no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Protocolo de Intenções poderá ser rescindido pelas partes, através de comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA REGÊNCIA LEGAL


Para os fins legalmente previstos, fica o presente Protocolo de Intenções, submetido aos preceitos do Direito Público e especialmente, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08/06/94, e legislação posterior que dispuser sobre a regulamentação de contratos no âmbito da Administração Federal.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO


O Foro privilegiado para dirimir eventuais questões oriundas da execução deste Protocolo de Intenções, e não resolvidas administrativamente, é o da Seção Judiciária da Justiça Federal do Paraná no Município de Guarapuava – PR.

E, por estarem de pleno acordo e ajustados, bem como para a validade do que pelas partes foi pactuado, firmam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.


Florianópolis, 15 de outubro de 2009.



ÁLVARO TOUBES PRATA
Reitor da UFSC




JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito de Laranjeiras do Sul



JOÃO COSTA DE OLIVEIRA
Prefeito de Porto Barreiro



EUGENIO MILTON BITTENCOURT
Prefeito de Nova Laranjeiras



SEZAR AUGUSTO BOVINO
Prefeito de Rio Bonito do Iguaçu



DILVO ILVO RISTOFF

Presidente da Comissão de Implantação da UFPS

TESTEMUNHAS

Nome
CPF

Nome
CPF